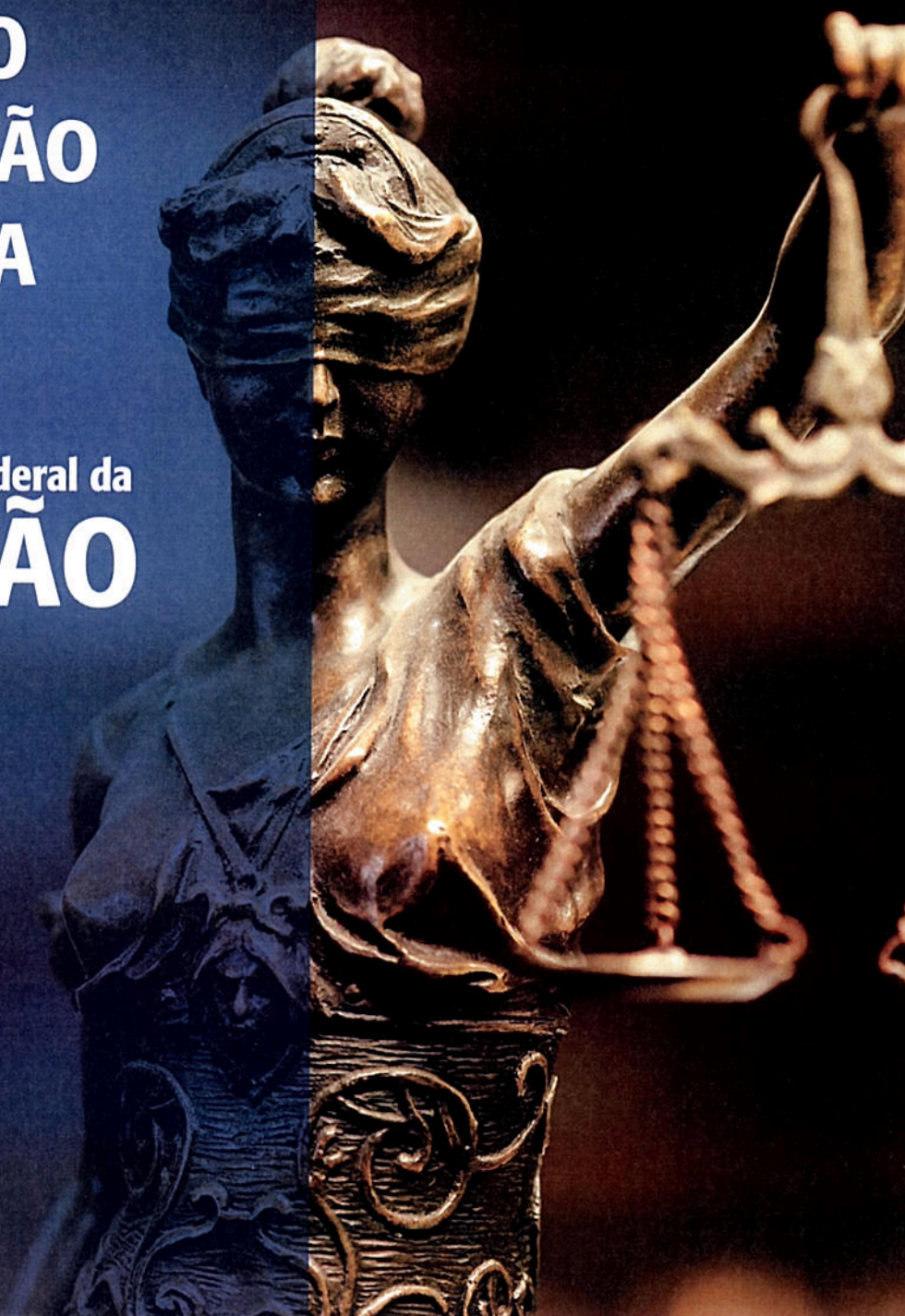


**Corregedoria-Geral  
da Justiça Federal**

**RELATÓRIO  
DE INSPEÇÃO  
ORDINÁRIA**

Tribunal Regional Federal da  
**3ª REGIÃO**

**2016**



**Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**Corregedor-Geral da Justiça Federal**

**ELABORAÇÃO**

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL

**REVISÃO**

COORDENADORIA DE EDITORAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

## SUMÁRIO

<b>A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO</b>	<b>006</b>
<b>B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO</b>	<b>008</b>
<b>C. OBSERVAÇÕES GERAIS</b>	<b>011</b>
<b>D. UNIDADES JURISDICIONAIS</b>	<b>025</b>
<b>I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO</b>	<b>025</b>
<b>Presidência: Des. Federal CECÍLIA MARCONDES</b>	<b>025</b>
<b>Vice-Presidência: Des. Federal MAIRAN MAIA</b>	<b>035</b>
<b>Corregedoria Regional: Des. Federal THEREZINHA CAZERTA</b>	<b>053</b>
<b>II. GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS</b>	<b>060</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA</b>	<b>060</b>
Desembargador Federal <b>HÉLIO NOGUEIRA</b>	<b>060</b>
Desembargador Federal <b>WILSON ZAUHY</b>	<b>074</b>
Desembargador Federal <b>VALDECI DOS SANTOS</b>	<b>088</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA</b>	<b>102</b>
Desembargador Federal <b>COTRIM GUIMARÃES</b>	<b>102</b>
Desembargador Federal <b>PEIXOTO JÚNIOR</b>	<b>114</b>
Desembargador Federal <b>SOUZA RIBEIRO</b>	<b>128</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA</b>	<b>142</b>
Desembargador Federal <b>NERY JÚNIOR</b>	<b>142</b>
Desembargador Federal <b>CARLOS MUTA</b>	<b>156</b>
Desembargador Federal <b>NELTON DOS SANTOS</b>	<b>167</b>
Desembargador Federal <b>ANTÔNIO CEDENHO</b>	<b>179</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA</b>	<b>191</b>
Desembargadora Federal <b>MARLI FERREIRA</b>	<b>191</b>
Desembargador Federal <b>ANDRÉ NABARRETE</b>	<b>205</b>
Desembargadora Federal <b>MÔNICA NOBRE</b>	<b>218</b>
Desembargador Federal <b>MARCELO SARAIVA</b>	<b>232</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA</b>	<b>243</b>
Desembargador Federal <b>ANDRÉ NEKATSCHALOW</b>	<b>243</b>
Desembargador Federal <b>PAULO FONTES</b>	<b>254</b>
Desembargador Federal <b>MAURICIO KATO</b>	<b>265</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA</b>	<b>278</b>
Desembargadora Federal <b>CONSUELO YOSHIDA</b>	<b>278</b>
Desembargadora Federal <b>DIVA MALERBI</b>	<b>289</b>
Desembargador Federal <b>FÁBIO PRIETO</b>	<b>301</b>

Desembargador Federal <b>JOHONSOM DI SALVO</b> -----	312
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA</b> -----	323
Desembargador Federal <b>FAUSTO DE SANCTIS</b> -----	323
Desembargador Federal <b>TORU YAMAMOTO</b> -----	335
Desembargador Federal <b>PAULO DOMINGUES</b> -----	348
Desembargador Federal <b>CARLOS DELGADO</b> -----	362
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA</b> -----	376
Desembargador Federal <b>NEWTON DE LUCCA</b> -----	376
Desembargador Federal <b>LUIZ STEFANINI</b> -----	391
Desembargadora Federal <b>TÂNIA MARANGONI</b> -----	407
Desembargador Federal <b>DAVID DANTAS</b> -----	418
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 9ª TURMA</b> -----	429
Desembargadora Federal <b>MARISA SANTOS</b> -----	429
Desembargadora Federal <b>DALDICE SANTANA</b> -----	440
Desembargador Federal <b>GILBERTO JORDAN</b> -----	450
Desembargadora Federal <b>ANA PEZARINI</b> -----	460
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 10ª TURMA</b> -----	472
Desembargador Federal <b>BAPTISTA PEREIRA</b> -----	472
Desembargador Federal <b>SÉRGIO NASCIMENTO</b> -----	483
Desembargadora Federal <b>LÚCIA URSAIA</b> -----	494
Desembargador Federal <b>NELSON PORFIRIO</b> -----	506
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 11ª TURMA</b> -----	518
Desembargadora Federal <b>CECÍLIA MELLO</b> -----	518
Desembargador Federal <b>JOSÉ LUNARDELLI</b> -----	529
Desembargador Federal <b>NINO TOLDO</b> -----	539
<b>E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO</b> -----	551
Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência -----	551
Secretaria Judiciária -----	568
Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário -----	571
Subsecretaria de Registros e Informações Processuais -----	582
Subsecretaria das Seções -----	585
Subsecretaria da 1ª Turma -----	605
Subsecretaria da 2ª Turma -----	613
Subsecretaria da 3ª Turma -----	619
Subsecretaria da 4ª Turma -----	626
Subsecretaria da 5ª Turma -----	633
Subsecretaria da 6ª Turma -----	639
Subsecretaria da 7ª Turma -----	650
Subsecretaria da 8ª Turma -----	657
Subsecretaria da 9ª Turma -----	664
Subsecretaria da 10ª Turma -----	673
Subsecretaria da 11ª Turma -----	681

<b>F. UNIDADES ESPECIAIS -----</b>	<b>686</b>
Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região-----	<b>686</b>
Gabinete da Conciliação -----	<b>690</b>
Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região-----	<b>697</b>
Secretaria dos Conselhos de Administração e Justiça -----	<b>705</b>
Subsecretaria dos Feitos da Presidência (Precatórios)-----	<b>709</b>
Secretaria de Segurança Institucional -----	<b>713</b>
Estatística -----	<b>716</b>
Sistemas Judiciais Eletrônicos -----	<b>724</b>
<b>G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO-----</b>	<b>736</b>
<b>H. ANEXOS -----</b>	<b>737</b>

## **A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO**

Nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei 11.798/2008, do art. 3º, inciso III, do Provimento 1/2009 e da Portaria CJF-POR-2016/158, de 2 de maio de 2016, todos da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o então Corregedor-Geral, o Exmo. Sr. Ministro OG FERNANDES, determinou a realização de inspeção no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, abrangendo as seguintes áreas: 1) unidades jurisdicionais, 2) unidades processantes e 3) órgãos de apoio jurisdicional.

A inspeção foi realizada no período de 30 de maio a 10 de junho de 2016, tendo sido designados para conduzir os trabalhos – conforme o inciso III do art. 21 do Provimento da Corregedoria 1/2009 – os Desembargadores Federais Ney de Barros Bello Filho (1ª Região); Marcello Granado (2ª Região); Ricardo Teixeira do Valle Pereira e Sebastião Ogê Muniz (4ª Região); Edilson Pereira Nobre Júnior (5ª Região); bem como os Juízes Federais Cesar Arthur Cavalcanti de Carvalho (Auxiliar da Corregedoria-Geral); Gabriel José Queiroz Neto (1ª Região); Francisco Donizete Gomes (4ª Região); André Luís Maia Tobias Granja, Luiz Bispo da Silva Neto e Raimundo Alves de Campos Júnior (5ª Região).

Foram designados, para auxiliar na inspeção, os servidores Alexandre José Amaral Ferreira, Bruno José Nogueira, Carlos Alberto da Rocha Vila Nova, Cássio Heydt Sangoi, Cláudia Virgínia Medeiros Lopes, Denise Guimarães Tângari, Deyr José Gomes Junior, Divailton Teixeira Machado, Evilane Prata Antunes Ribeiro Martins, Felipe Feijó Rubim, Felipe Silva Mazzutti, Gunnar Dorneles Trennepohl, Gustavo de Melo Silva, Joelmir Rodrigues da Silva, José Darlan Costa Pereira, Kleb Amâncio e Silva da Gama, Lísia Gutterres Testa, Luciano Queiroz Vieira Junior, Luigi Frusciante Filho, Luiz Henrique Pimentel Santos, Márcia Cristina Abbud, Renato de Oliveira Paes, Rodrigo Dias Correa, Rosa Miriam Farias Prysthon, Sandra Mara Cornelius da Rocha, Sérgio de Araújo Pitanga e Vlademir Barbosa da Costa Júnior.

Preliminarmente, foram solicitadas estatísticas processuais aos gabinetes dos Desembargadores Federais e às unidades processantes, bem como a listagem de todos os Processos do Tribunal para a seleção de amostra.

Na realização dos trabalhos de inspeção, utilizou-se sistema de controle com acesso pela *internet* para apresentar e reunir informações consideradas relevantes, armazenando-se, num único ambiente *web*, os questionários previamente enviados pela Corregedoria-Geral, que foram preenchidos pelos gabinetes e unidades inspecionadas. Nesse sistema foram agregadas as informações dos Processos inspecionados, bem como as impressões gerais sobre as unidades.

Para a abertura e o acompanhamento da inspeção, foram feitas as devidas comunicações e convites à Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, ao Ministério Público Federal e à Ordem dos Advogados do Brasil – nas seções judiciárias em que o TRF 3ª Região possui jurisdição, quais sejam, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Determinou-se que, durante a inspeção, as atividades jurisdicionais e administrativas do TRF 3ª Região prosseguissem regularmente e sem solução de continuidade.

## **B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO**

As inspeções nos Tribunais Regionais Federais sofreram evolução desde a edição da Lei 11.798, de 29/10/2008. A Corregedoria-Geral da Justiça Federal empenhou esforços no sentido de aprimorar, continuamente, a coleta de informações e as técnicas de acompanhamento e controle da gestão administrativa e processual das Cortes Federais, assim como a elaboração de diagnóstico real, capaz de contribuir para disseminar boas práticas administrativas e judiciárias e para corrigir eventuais deficiências de organização ou funcionamento das unidades inspecionadas.

Pautadas pelo propósito de coletar objetivamente dados e informações, eliminando ao máximo os riscos de uma avaliação meramente subjetiva, as inspeções foram idealizadas e concretizadas como práticas rotineiras, feitas a cada dois anos nos Tribunais Regionais Federais, com continuidade nas autoinspeções, e destinam-se a orientar a salutar prática do autoconhecimento, visando à transparência, eficiência e celeridade na prestação jurisdicional.

Os critérios adotados para selecionar os Processos, por amostragem, e os dados solicitados em questionários, entrevistas, visitas e inspeções propriamente ditas têm como objetivo fornecer retrato real e atualizado da gestão administrativa e processual de cada órgão jurisdicional, que contribua para uma visão nacional da instituição e permita formular políticas gerais de planejamento e desenvolvimento para a Justiça Federal, nivelando e democratizando o acesso e a prestação jurisdicional para todos os cidadãos brasileiros, de qualquer localidade ou região do território nacional.

Os preparativos da inspeção bienal iniciam-se com a autoinspeção, gerando relatórios com uma ampla gama de informações das unidades jurisdicionais, que são analisados pela Corregedoria-Geral, servindo de instrumento para o acompanhamento permanente da situação processual e administrativa, além de base para a definição do escopo da nova inspeção.

Em seguida, o trabalho de campo é diretamente realizado no Tribunal, a partir da análise, um a um, de Processos de listagem elaborada por determinadas fases críticas, levando-se em consideração importantes fatores como tempo de tramitação, de conclusão e de julgamento; nível de atendimento das prioridades estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça; perfil quantitativo e qualitativo do acervo processual em tramitação; quadro histórico e evolução da gestão processual e administrativa; comportamento da unidade na curva geral de desempenho médio no Tribunal.

A partir da análise de Processos da amostragem, as equipes de inspeção, quando não for necessário ampliar o foco da análise para outras situações e feitos, identificam as boas práticas e eventuais deficiências, inclusive por meio de entrevistas com magistrados e servidores, para registro nos relatórios prévios elaborados com liberdade de atuação analítica, mas sempre dentro de parâmetros mínimos de objetividade e equidade.

Os relatórios prévios das equipes são conferidos e sistematizados para formação do relatório final da inspeção, abrangendo unidades jurisdicionais e processantes.



Importante ressaltar que a maior ou a menor complexidade de cada inspeção e do relatório sempre dependem da situação de funcionamento e organização de cada órgão e tribunal, no tocante especialmente à qualidade, consistência, acessibilidade e confiabilidade das informações, bem como dos mecanismos internos para o respectivo controle e consolidação.

Destaque para a análise preliminar do Tribunal, a título de “Observações Gerais”, levantando dados estatísticos, processuais e organizacionais, com a respectiva análise destinada a traçar um perfil médio das unidades jurisdicionais, o que, no caso do TRF da 3ª Região, foi feito principalmente com base nas respectivas Seções especializadas.

A propósito, são coletadas e fornecidas informações importantes, que devem ser consideradas no exame do relatório das unidades específicas, porque servem de apoio para estudos comparativos e para a adoção de política geral de gestão processual e administrativa da Corte, na medida em que indicam tendências de comportamento ou desempenho geral das unidades inspecionadas.

O relatório trata da inspeção de unidades jurisdicionais e processantes diretamente vinculadas à prestação jurisdicional. Nas jurisdicionais, separam-se os gabinetes do corpo diretivo – com atribuições muito específicas – dos demais gabinetes vinculados às Seções e Turmas.

O relatório das unidades jurisdicionais é feito por gabinete, dentro da respectiva Seção e Turma, para permitir exposição baseada em condições semelhantes de trabalho, com eventuais ressalvas cabíveis (por exemplo, relativamente a tempo de atuação junto à unidade), viabilizando análise fundada em critérios homogêneos de aferição.

São levantados os dados funcionais básicos do magistrado com objetivo de historiar a respectiva atuação no gabinete, Turma e Seção; dados administrativos da unidade, em particular, os atinentes ao quadro funcional; e os relativos à atividade-fim, que são analisados sob a perspectiva estatística, organizacional e processual.

As boas práticas e a metodologia de trabalho de cada unidade são pesquisadas e registradas para estudo e divulgação. Toda a lista de feitos da amostragem é examinada, identificando, processo a processo, os pontos positivos ou críticos da tramitação processual, com o intuito de levantar as principais ocorrências e definir qual a tendência predominante na gestão da unidade, para efeito de reconhecimento de boa prática ou apontamento de eventual recomendação de medida de gestão. Do mesmo modo ocorre na inspeção das unidades processantes.

O relatório seguiu um padrão objetivo de análise. Eventual reiteração de termos ou expressões é proposital porque decorre da constatação de situações concretas realmente idênticas nas diferentes unidades inspecionadas, demonstrando, inclusive, a existência de situações sistêmicas, estruturais, persistentes e comuns à Corte como um todo.

A apresentação deste relatório não poderia deixar de mencionar que ainda existe espaço para evolução na inspeção dos Tribunais Regionais Federais. Tem atuado e trabalhado constantemente a Corregedoria-Geral, objetivando o aprimoramento de metodologias e técnicas aplicáveis não apenas no momento da inspeção, mas, especialmente, nas fases de pré-inspeção e pós-inspeção.

O resultado que ora se apresenta retrata as informações e dados colhidos na verificação de aproximadamente 4.922 Processos, trabalhados segundo padrões objetivos de controle por fases e situações processuais, buscando fornecer diagnóstico atualizado da situação da gestão processual e administrativa nas várias unidades do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

## **C. OBSERVAÇÕES GERAIS**

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sediado em São Paulo/SP, foi inspecionado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal no período de 30 de maio a 10 de junho de 2016. Na ocasião, compunham o quadro diretivo do TRF da 3ª Região os Desembargadores Federais Cecília Marcondes (Presidente), Mairan Maia (Vice-Presidente) e Therezinha Cazerta (Corregedora Regional). Conforme a especialização por Seção, os demais 40 cargos de Desembargadores Federais estavam assim ocupados:

### **1ª Seção – Artigo 10º, §1º, do Regimento Interno do TRF3:**

- HÉLIO NOGUEIRA;
- WILSON ZAUHY;
- VALDECI DOS SANTOS;
- COTRIM GUIMARÃES;
- PEIXOTO JÚNIOR;
- SOUZA RIBEIRO.

### **2ª Seção – Artigo 10, § 2º:**

- NERY JÚNIOR;
- CARLOS MUTA;
- NELTON DOS SANTOS;
- ANTONIO CEDENHO;
- MARLI FERREIRA;
- ANDRÉ NABARRETE;
- MÔNICA NOBRE;
- MARCELO SARAIVA;
- CONSUELO YOSHIDA;
- DIVA MALERBI;
- FÁBIO PRIETO;
- JOHONSOM DI SALVO.

### **3ª Seção – Artigo 10º, § 3º:**

- FAUSTO DE SANCTIS;
- TORU YAMAMOTO;
- PAULO DOMINGUES;
- CARLOS DELGADO;
- NEWTON DE LUCCA;
- LUIZ STEFANINI;
- TÂNIA MARANGONI;
- DAVID DANTAS;
- MARISA SANTOS;
- DALDICE SANTANA;
- GILBERTO JORDAN;
- ANA PEZARINI;
- BAPTISTA PEREIRA;
- SÉRGIO NASCIMENTO;
- LUCIA URSAIA;

- NELSON PORFIRIO.

**4ª Seção – Artigo 10º, § 4º:**

- ANDRÉ NEKATSCHALOW;
- PAULO FONTES;
- MAURICIO KATO;
- CECÍLIA MELLO;
- JOSÉ LUNARDELLI;
- NINO TOLDO.

Além dos gabinetes dos 40 Desembargadores Federais, foram inspecionadas ou visitadas as seguintes unidades: Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência, Assessoria Judiciária da Vice-Presidência, Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário, Secretaria Judiciária, Subsecretaria dos Órgãos Julgadores, Subsecretaria de Registros e Informações Processuais, Subsecretaria dos Feitos da Presidência (Precatórios), Coordenadoria de Juizados Especiais Federais, Conciliação e Escola de Magistrados, além dos setores responsáveis pelas estatísticas e pelos sistemas judiciais eletrônicos.

Ficou a cargo da Secretaria de Controle Interno, órgão sistêmico da Justiça Federal e diretamente vinculado à Presidência do Conselho da Justiça Federal, a auditoria nas áreas administrativas do Tribunal, de sorte que suas respectivas observações não integram este relatório.

Para a avaliação da prestação jurisdicional do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, foram inicialmente levantados os dados estatísticos, processuais e administrativos das Seções especializadas da Corte.

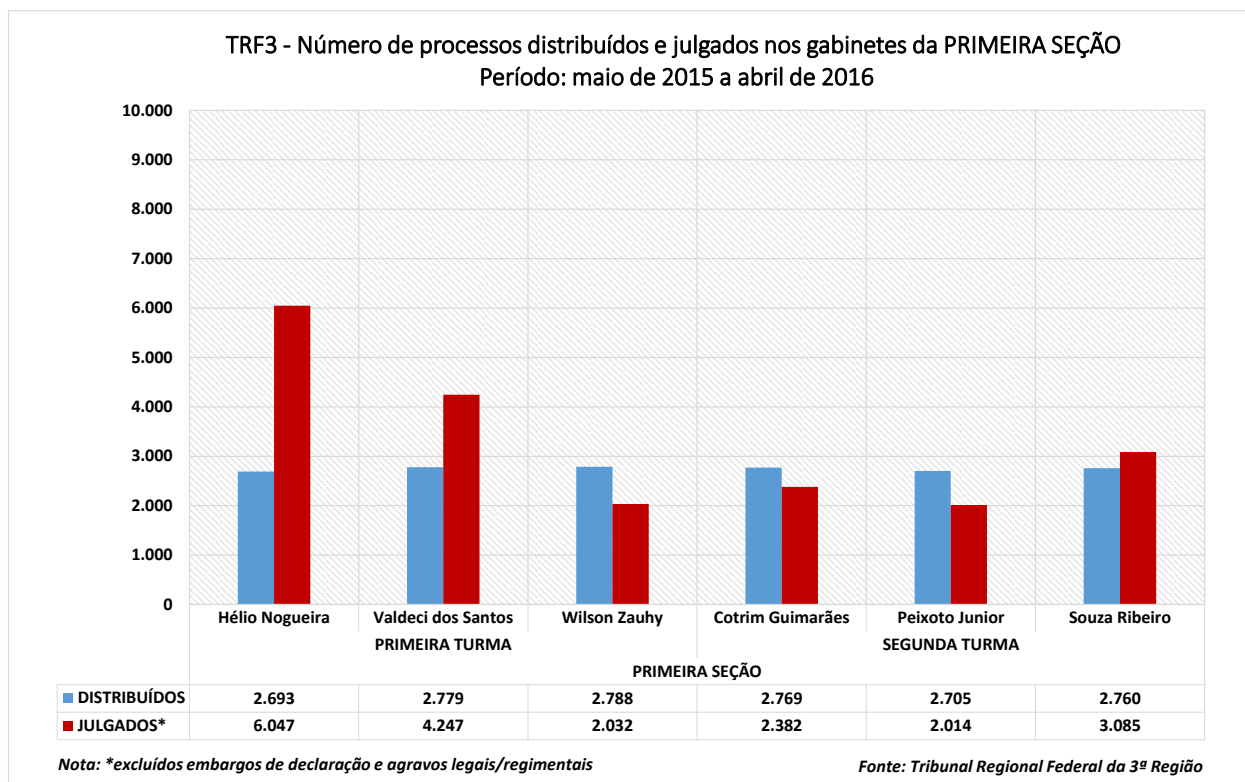
A análise processual foi feita por meio de amostragem no âmbito de cada unidade inspecionada, tendo sido previamente selecionados aproximadamente 4.922 Processos, nas mais diferentes classes e fases processuais, com identificação de situações eventualmente críticas, cujo exame físico ou eletrônico coube a equipes formadas por um magistrado e dois servidores.

O resultado da avaliação concreta de cada acervo, por amostragem, consta dos relatórios individuais das unidades, no qual se registram, ainda, metodologia de trabalho, gestão de pessoal e processual, boas práticas, observações gerais e recomendações. Por seu turno, a avaliação conjunta da equipe, ao apreciar pontos de divergência e convergência – por meio de reuniões e troca de experiências durante a inspeção – resultou nesta parte geral do relatório, em que se buscou identificar o perfil médio do Tribunal pelas respectivas Turmas, gabinetes e demais órgãos inspecionados, mediante a sistematização dos relatórios prévios das unidades.

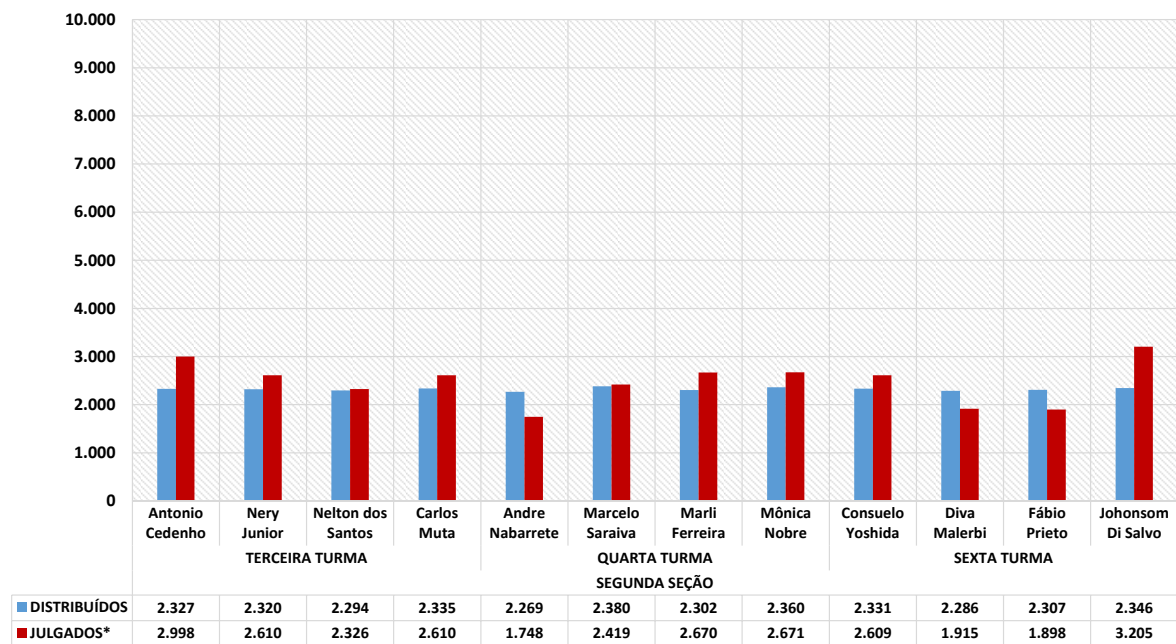
Adotou-se, como referência, o período de maio/2015 a abril/2016, últimos 12 meses. Os dados constantes nas tabelas e gráficos apresentados nos relatórios das unidades são oficiais, porquanto fornecidos pela Seção de Estatística, vinculada à Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, e extraídos do sistema de acompanhamento processual físico (Siapro).

A avaliação da gestão foi verificada, primeiramente, no tocante ao índice de produtividade, em face da distribuição nas quatro diferentes Seções do TRF da 3ª Região, as quais possuem competências especializadas (art. 10, §§ 1º ao 4º, do Regimento Interno).

Os gráficos abaixo demonstram essa dinâmica processual nos gabinetes integrantes das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Seções do Tribunal:



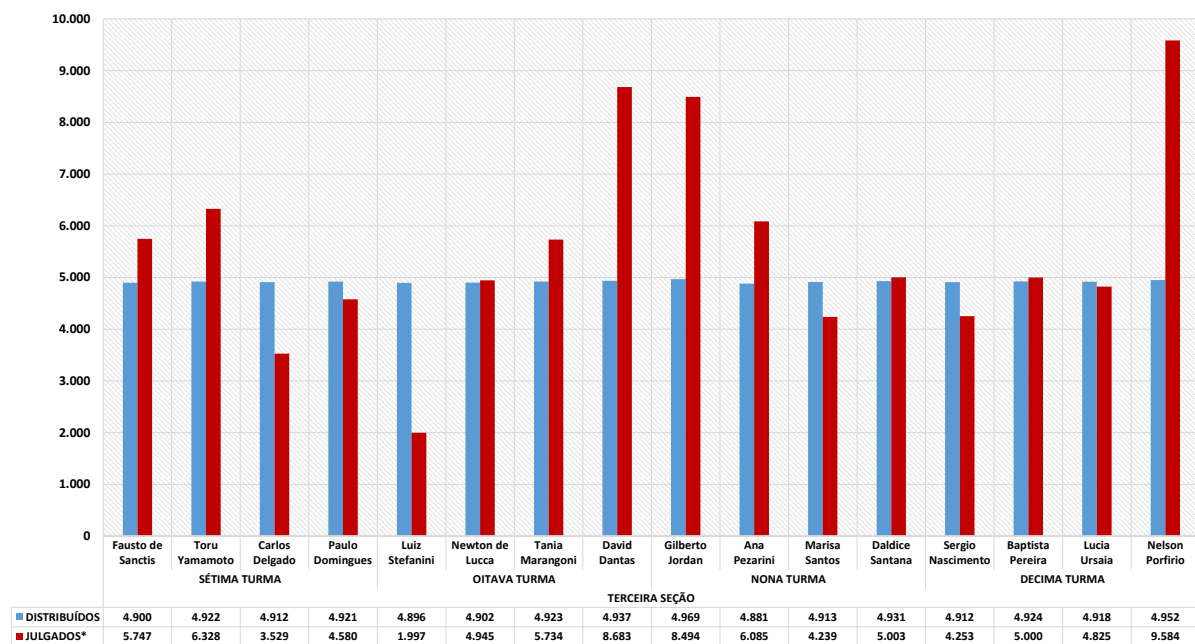
TRF3 - Número de processos distribuídos e julgados nos gabinetes da SEGUNDA SEÇÃO  
 Período: maio de 2015 a abril de 2016



Nota: \*excluídos embargos de declaração e agravos legais/regimentais

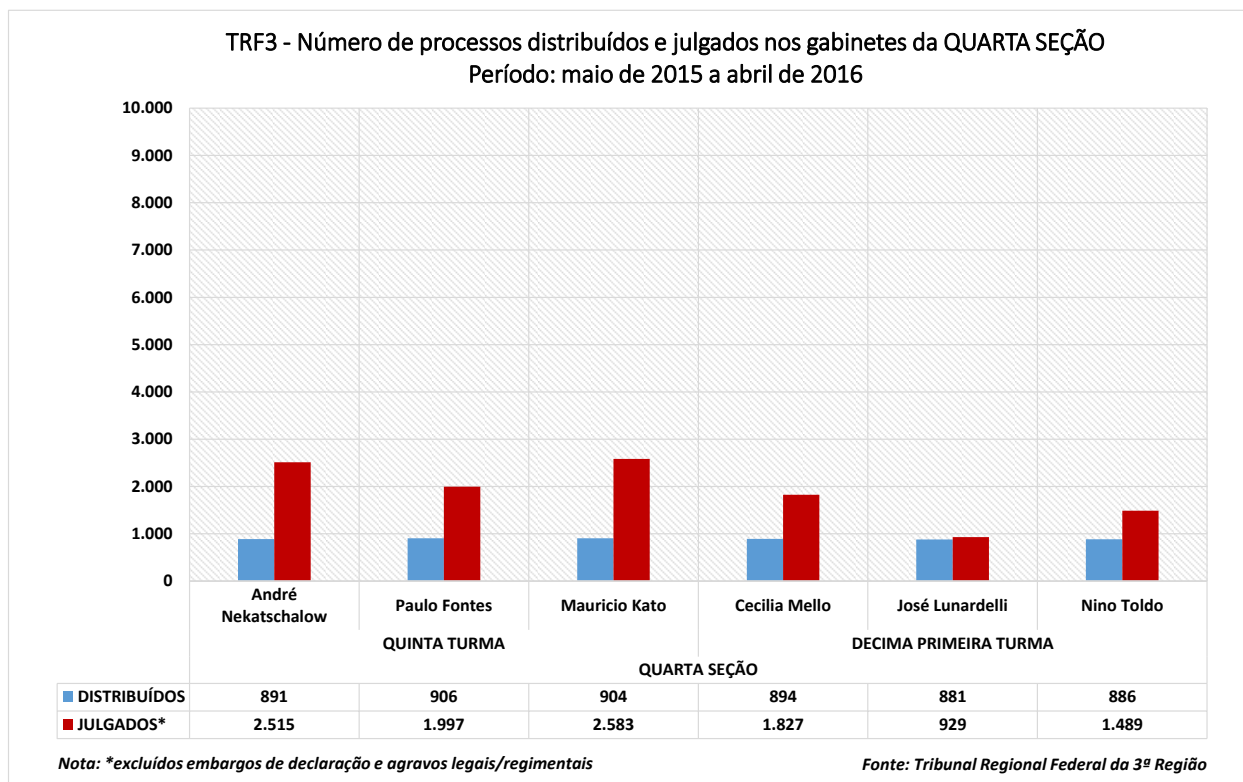
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

TRF3 - Número de processos distribuídos e julgados nos gabinetes da TERCEIRA SEÇÃO  
 Período: maio de 2015 a abril de 2016



Nota: \*excluídos embargos de declaração e agravos legais/regimentais

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região



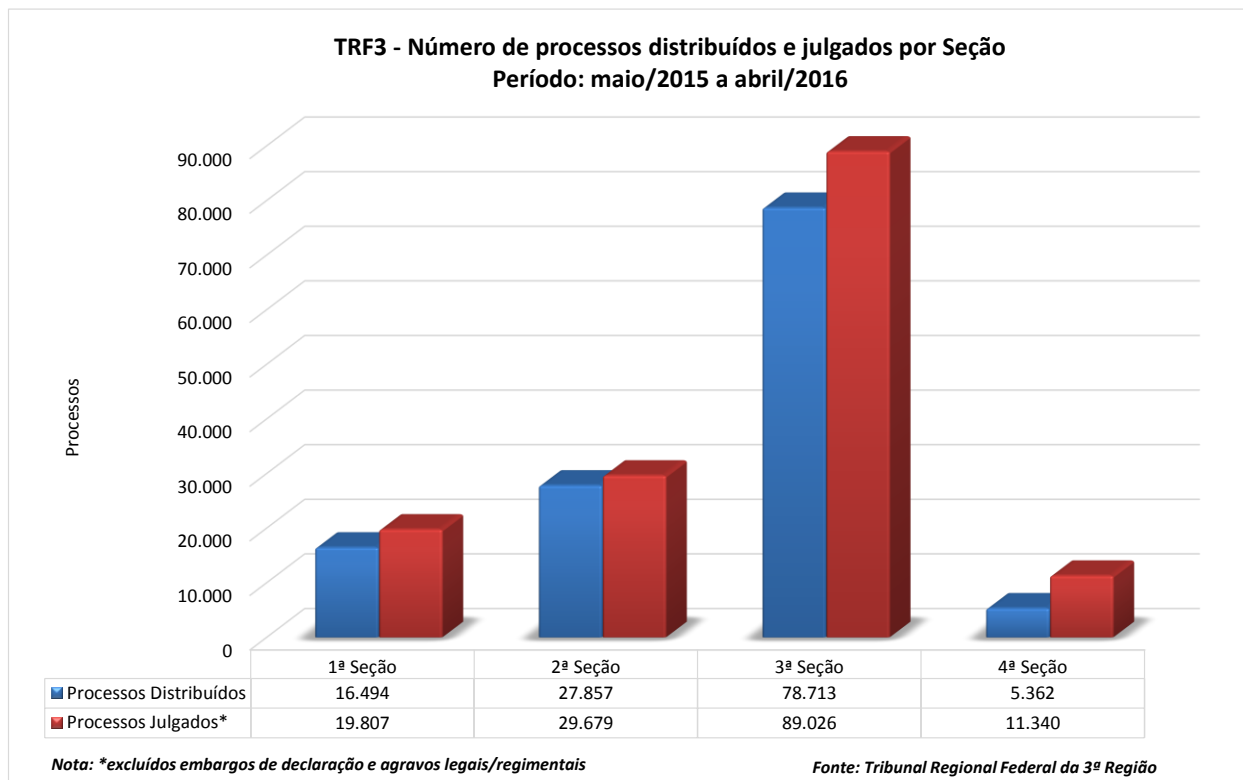
Verifica-se que, no período considerado, a distribuição processual teve maior concentração na 3ª Seção, que recebeu 61,29% de todo o volume distribuído no TRF, enquanto a 1ª Seção recebeu 12,84%; a 2ª Seção, 21,69%, e a 4ª Seção apenas 4,18%.

Os dados colhidos revelam que a 3ª Seção acumula ampla competência, e por essa razão faz jus à sua composição de 16 gabinetes, subdivididos em 4 turmas. Representa 40% da estrutura do tribunal, que atualmente é composta por 43 desembargadores federais. Ainda assim, sua distribuição média por gabinete, no período, é de 4.920 processos, isto é, muito superior à média de 2.721 feitos, o que foi verificado por unidade para todo o Tribunal.

Em produtividade média – considerando que o percentual retrata a média e não significa que todas as unidades estejam em situação idêntica, existindo casos extremos em relação à média, conforme evidenciado nos gráficos acima –, a 1ª Seção julgou 120% em relação à distribuição, a 2ª Seção julgou 107%, a 3ª Seção julgou 113% e a 4ª Seção julgou 211%.

O objetivo da análise de desempenho geral por Seções, a partir de critérios objetivos definidos, por exemplo, pelo Conselho Nacional de Justiça, é o de identificar boas práticas a serem disseminadas e eventuais problemas de gestão, que devem ser igualmente conhecidos pela Corregedoria-Geral para encaminhar sugestões de aperfeiçoamento e indicar soluções efetivas por parte do próprio Tribunal inspecionado, antes de qualquer medida interventiva externa.

A relação entre distribuição e julgamento nas quatro seções do TRF é mostrada abaixo:



A produtividade média e geral do Tribunal em relação ao volume distribuído é de 117%.

A análise correlata à da produtividade trata do efeito gerado pelo fluxo processual sobre o acervo preexistente, na medida em que se observa para todas as Seções uma quantidade de processos julgados superior a de distribuídos. Esse resultado contribuiu decisivamente para a diminuição do acervo no Tribunal. No período de maio/2015 a abril/2016 a tramitação caiu em 20% (redução de 68.597 processos).

A curva relativa ao índice de produtividade em face da distribuição, comparativamente à inspeção de 2014, quando a produção superava em 24.914 feitos o número de processos distribuídos, permaneceu superior. Nos últimos 12 meses, o Tribunal julgou 149.852 processos contra 128.426 distribuídos.

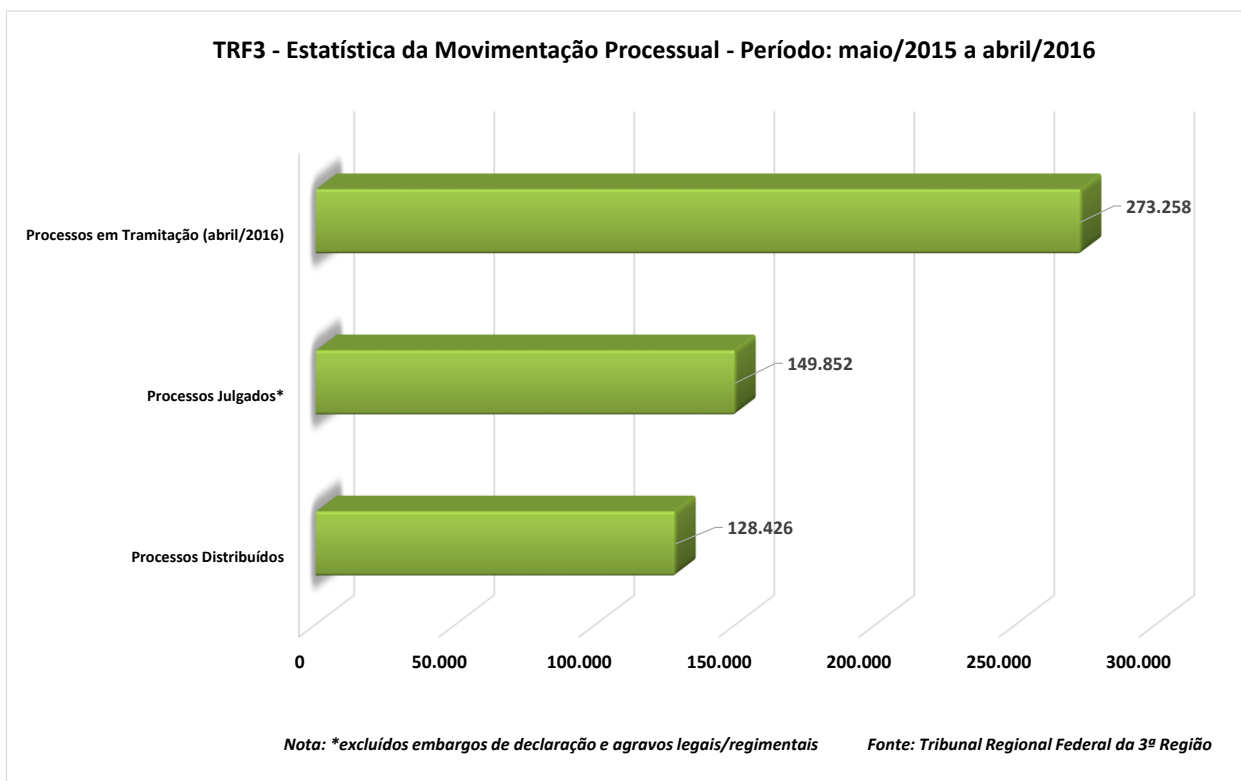
Com efeito, o acervo do TRF é decrescente quando observada uma série histórica maior, conforme demonstrado na tabela abaixo:



### Número de processos em tramitação no tribunal

Ano	Processos em tramitação
2012	409.567
2013	399.083
2014	365.248
2015	286.673
abr/16	273.258

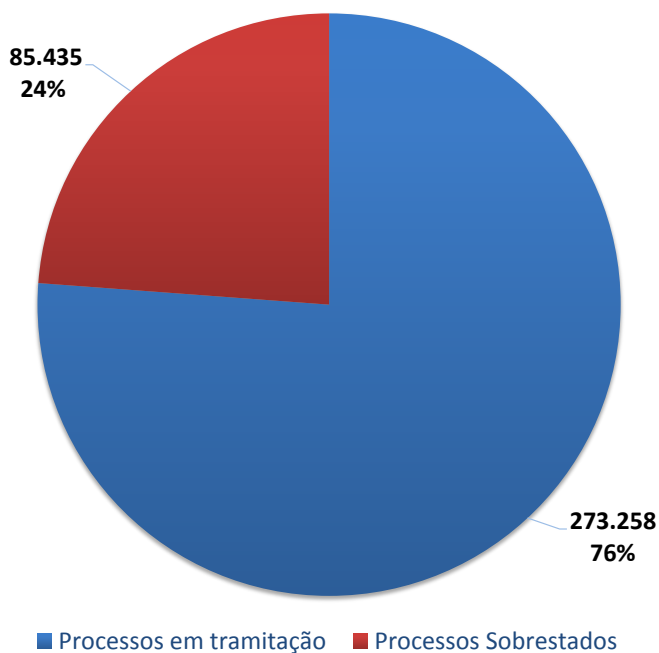
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região



Observe-se que, para esses dados de tramitação, objeto de análise em todos os relatórios individualizados por unidade, não se incluem os feitos que estão suspensos ou sobrestados.

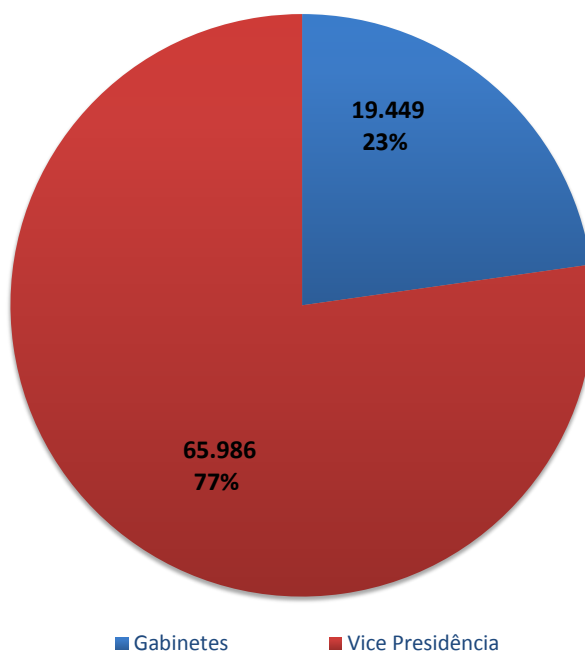
Atualmente o Tribunal possui o total de 358.693 processos, dos quais 24% (85.435) estão suspensos/sobrestados:

**TRF3 - Processos em tramitação e sobrestados no tribunal**  
Posição: abril/2016



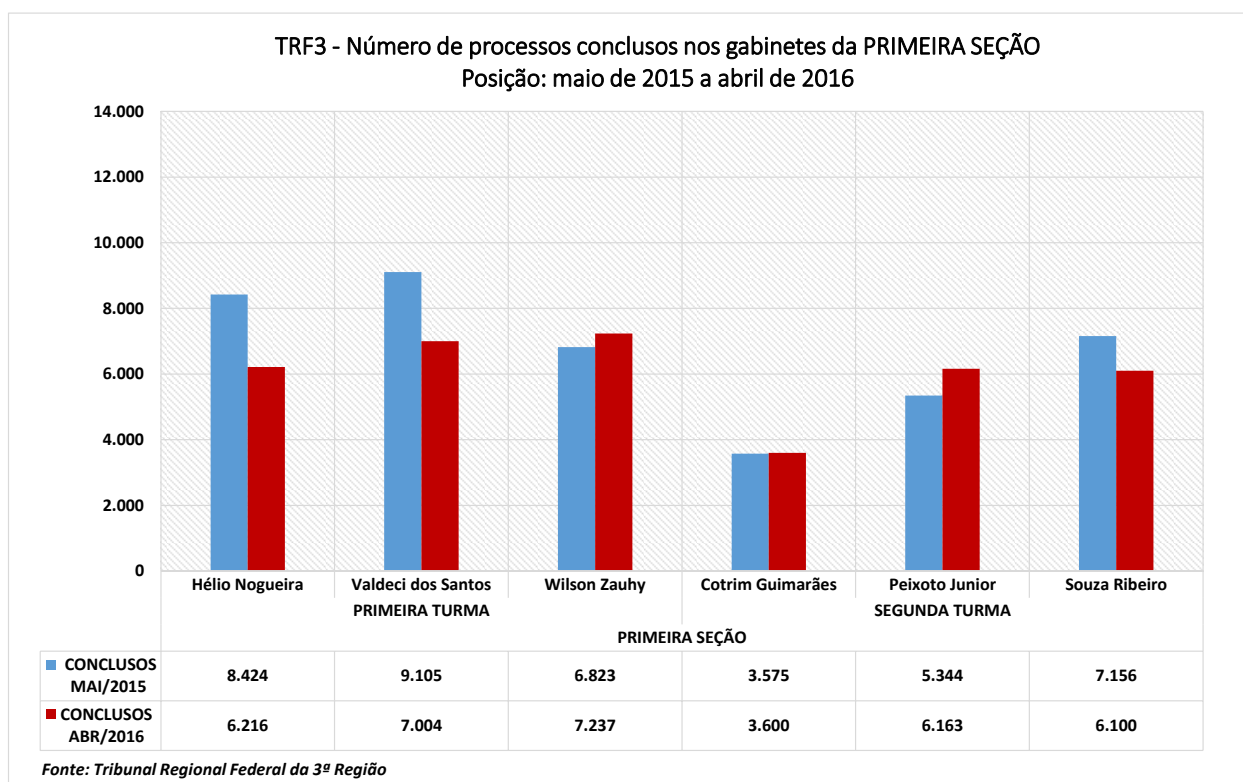
Dentre os processos que se encontram suspensos ou sobrestados, verifica-se que 77% (65.986) estão localizados na Vice-Presidência e 23% (19.449) nos gabinetes dos Desembargadores Federais.

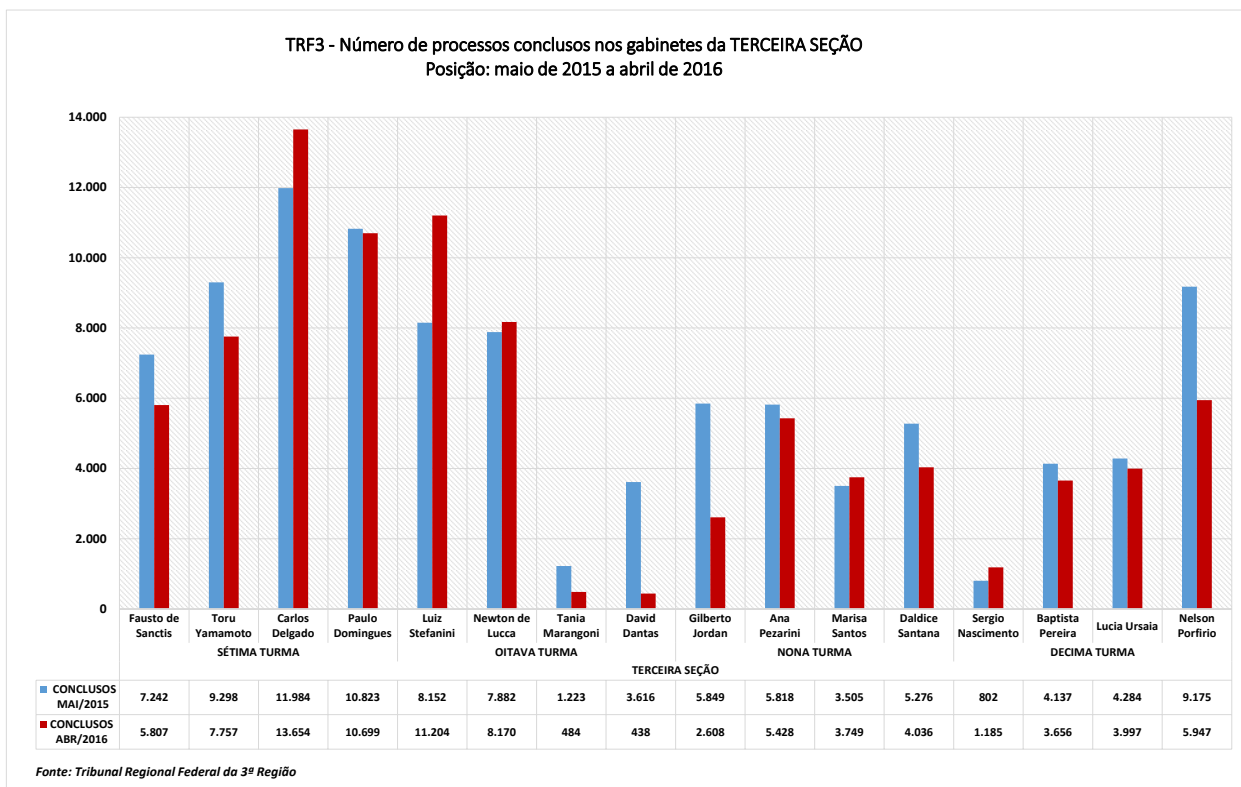
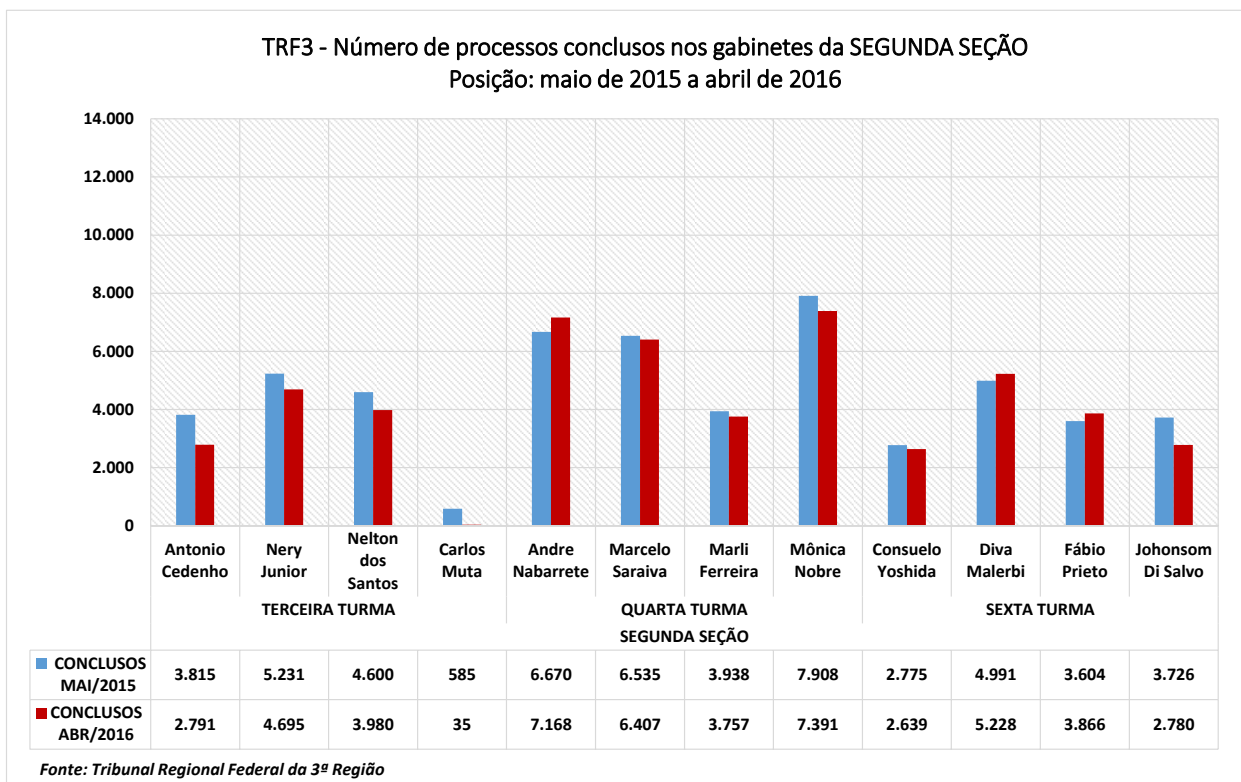
**TRF3 - Processos sobrestados nos gabinetes e na Vice-Presidência**  
Posição: Janeiro/2016

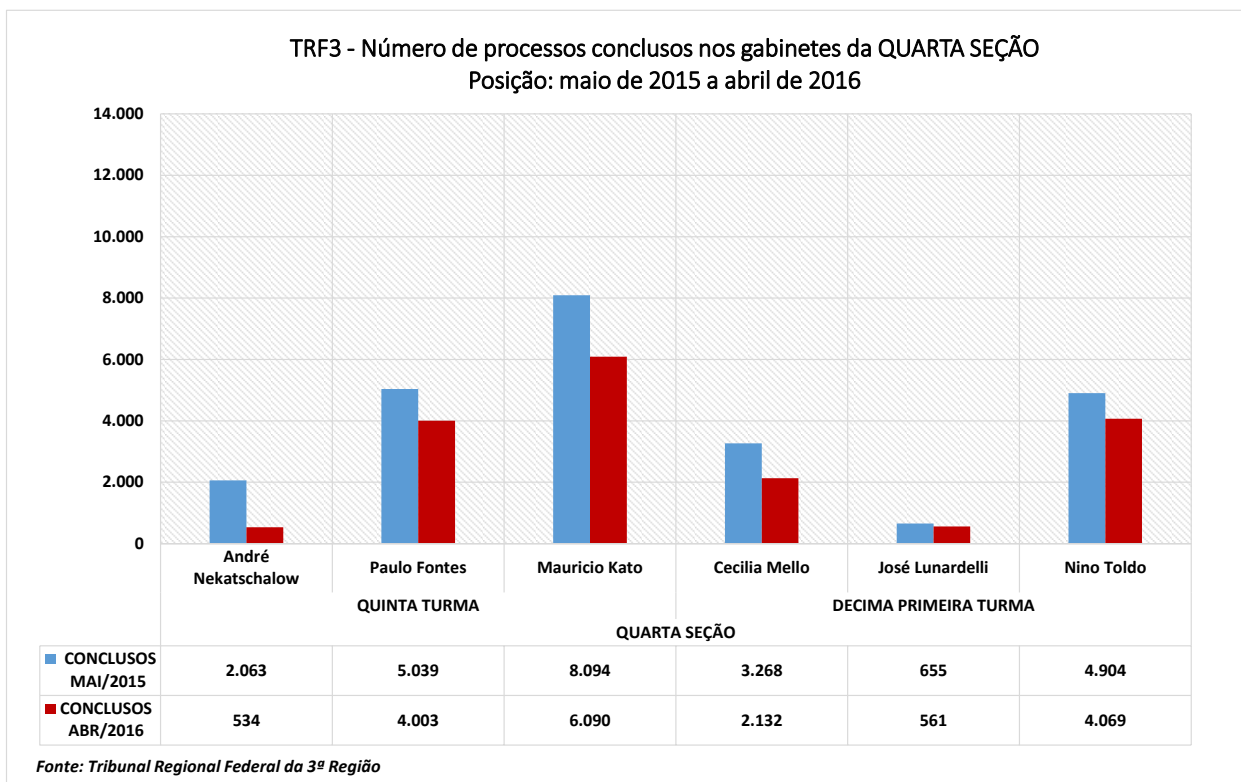


Particularmente, chama atenção a amplitude do acervo de processos que tramitam em alguns gabinetes, quando comparado aos demais que julgam a mesma matéria. A 2ª, 3ª e 4ª Seções possuem órgãos julgadores com acervo muito inferior à sua média. Em caso mais extremo, verificado na 3ª Seção, a amplitude de processos em tramitação entre os gabinetes é de 13.216 processos, ou seja, o gabinete possui acervo 31 vezes menor que aquele com maior volume de feitos.

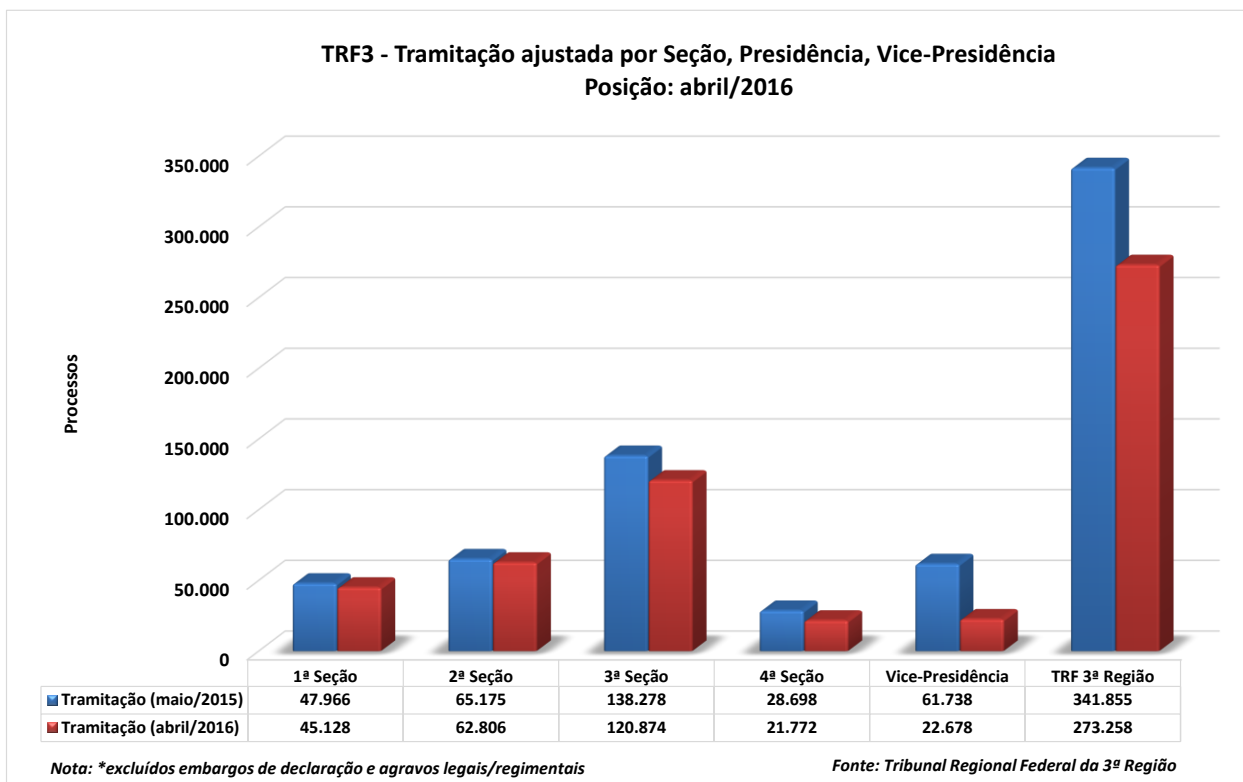
Os gráficos abaixo ilustram a situação do acervo de processos concluídos por Seções, nas posições de maio/2015 e abril/2016, demonstrando o aumento ou diminuição do acervo em cada gabinete:



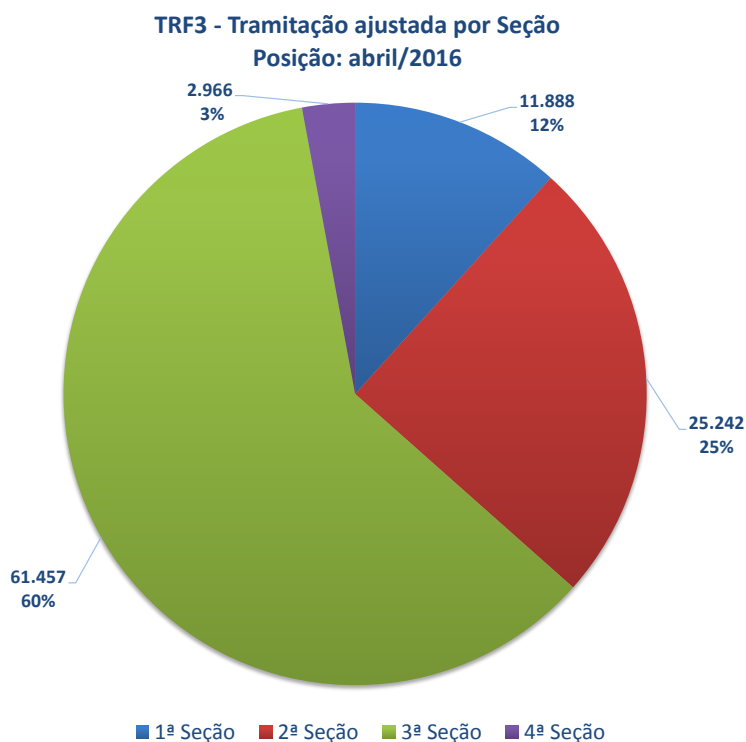




Outro ponto relevante é a análise dos feitos em tramitação em todo o Tribunal, nas Seções e Vice-Presidência na posição de abril de 2016. O gráfico abaixo demonstra o total de processos em tramitação por Seção: cerca de 16,51% (45.128) representa estoque da 1ª Seção; 22,98% (62.806), estoque da 2ª Seção; 44,23% (120.874), estoque da 3ª Seção; 7,97% (21.772), estoque da 4ª Seção; 8,3% (22.678), estoque da Vice-Presidência:



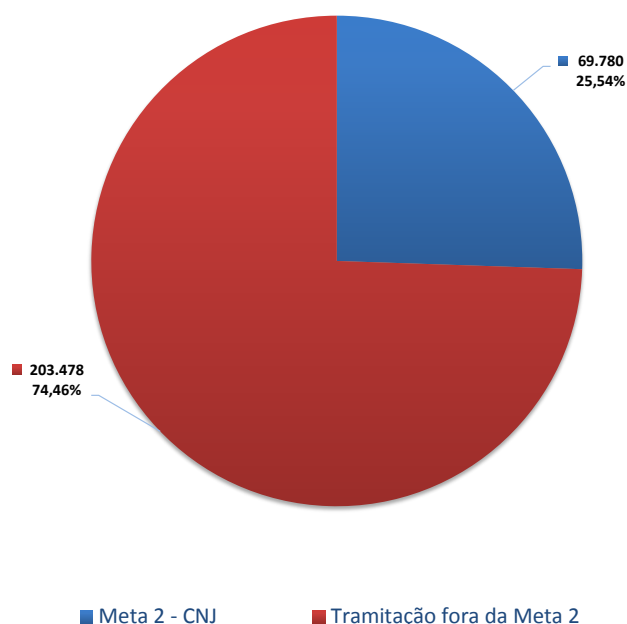
Considerando-se apenas os processos que se encontram nas Seções, temos as seguintes estimativas apresentadas no gráfico abaixo:



Outro aspecto de importância da gestão processual diz respeito ao perfil do acervo e, em particular, por tempo de tramitação, considerada a data de distribuição originária no TRF.

O dado mais importante diz respeito a feitos da META 2 do CNJ (processos distribuídos até 2012), que, em abril/2016 somavam 69.780 feitos em tramitação, equivalentes a 25,54% do acervo total, excluídos os suspensos/sobrestados, conforme gráfico abaixo:

**TRF3 - Número de Processos de Meta 2 em Tramitação**  
Excluídos os processos suspensos/sobrestados



O objetivo da Inspeção Ordinária, conforme disciplina contida no Capítulo V, Seção I, arts. 55 e seguintes do Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, não se deve ater simplesmente à tarefa de apontar problemas ou fatos relacionados a possíveis deficiências dos serviços judiciais, daí porque a Inspeção Ordinária de que ora tratamos buscou, de forma adequada, elaborar um diagnóstico da situação geral do TRF da 3ª Região quanto a todos os aspectos mais relevantes, a fim de orientar a discussão das soluções respectivas.

No campo estatístico, o TRF3 ainda não possui ferramenta para a produção de relatórios de dados estruturados com *interface* própria e de fácil manuseio. Os gabinetes e as unidades processantes carecem de mecanismos que permitam o acesso à informação de maneira dinâmica, padronizada e com foco na gestão do acervo.

A Seção de Estatística do Tribunal, com os recursos tecnológicos disponíveis, possui e disponibiliza na rede interna do Tribunal diversos dados, inclusive com acesso restrito e modelado ao perfil de cada setor envolvido. No entanto, a manipulação dessas informações depende de conhecimentos específicos em planilhas Excel e exige do

servidor tempo para a produção de relatório. Por essas razões, as críticas quanto à consistência dos dados e sua disponibilização são recorrentes e negativas.

Em que pese haver consistência nos dados brutos, essa situação de disponibilização da base às unidades sem filtros ou mecanismos para busca segura de dados específicos, de fato pode favorecer a produção de informações inconsistentes quando mal manipuladas.

Apesar do TRF da 3ª Região, de um modo geral, prestar a jurisdição adequadamente, com significativa redução do acervo de processos em tramitação nos últimos doze meses, foram elaboradas recomendações específicas nas diversas áreas inspecionadas, objetivando adequar os procedimentos a parâmetros normativos e aprimorar a prestação jurisdicional e o serviço administrativo de apoio.

Sem prejuízo dessas recomendações contidas nos relatórios feitos por unidade, a Corregedoria-Geral determina também ao Presidente do TRF, em 90 dias:

a) apresentar estudo sobre:

1) a eventual necessidade de redefinição de competências das Turmas/Seções, em especial no tocante ao equilíbrio na distribuição do trabalho entre as Seções;

2) a distribuição dos servidores e funções gratificadas nos gabinetes, especialmente no que se refere à lotação proporcional aos trabalhos desenvolvidos.

b) aprimorar o Setor de Estatística para que forneça informações atualizadas e padronizadas às unidades do Tribunal, sendo essencial que possam ser emitidos relatórios gerenciais de forma simples e ágil (detalhamento mais específico no relatório do Setor de Estatística às fls. 717/724);

c) informar as providências adotadas para a adequação ao CPC/2015, no mesmo prazo de 90 (noventa) dias.



## D. UNIDADES JURISDICIONAIS

### I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO

#### GABINETE DA PRESIDÊNCIA Desembargadora Federal CECÍLIA MARCONDES

#### 1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. **Identificação:** Desembargadora Federal **CECÍLIA MARCONDES**

1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, Órgão Especial, Conselho da Justiça e Conselho de Administração.

1.3. **Tempo de atuação:** desde 22/2/2016.

Há um magistrado em auxílio à Presidência, juiz federal Fabiano Lopes Carraro, convocado pelo ATO PRES 148, de 17/2/2016.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Presidente, pelo juiz auxiliar, bem assim pela assessoria.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Gabinete Presidência	Gabinete Des. Federal	TOTAL
Servidores efetivos	07	03	10
Servidores sem vínculo	01	01	02
Servidores requisitados			
Servidores prestando serviços em outros setores			
Terceirizados	01		01
Vagas não ocupadas			
Estagiários			
TOTAL	09	04	13
Servidores em área-fim			

Além dos servidores quantificados acima, existem outros dez em exercício na ASAG - Assessoria de Apoio aos Gabinetes, a qual integra a Presidência, mas que atua em auxílio a outros órgãos. De maio de 2015 até maio do corrente ano, a ASAG prestou auxílio à Vice-Presidência, na admissibilidade de recursos especiais e extraordinários em matéria previdenciária. A partir de junho de 2016, a equipe foi deslocada para auxiliar a 4ª Seção, no julgamento dos processos cíveis que ficaram remanescentes naquele

órgão julgador. O julgamento desses processos será realizado por dois juízes que serão convocados, pelo prazo de um ano, conforme autorização da Corregedoria Nacional de Justiça.

**1.4.1. Cargos e funções comissionadas em atividade:** 22, assim distribuídos:

	CJ3	CJ2	CJ1	FC6	FC5	FC4	FC3	FC2	FC1
Gabinete da Presidência	02	02		01		02	02		
Assessoria da Presidência									
Gabinete do Desemb. Fed.	01	01		01		04	06		
Total	03	03		02		06	08		

**2) ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA PRESIDÊNCIA:**

As atribuições da Presidência, segundo o art. 21 do Regimento Interno do Tribunal, são as seguintes:

- I - representar o Tribunal perante quaisquer Tribunais, poderes e autoridades;
- II - velar pelas prerrogativas do Tribunal;
- III - dirigir os trabalhos do Tribunal, presidindo as sessões plenárias, nas quais terá direito de voto nas hipóteses especificadas no art. 158;
- IV - convocar as sessões extraordinárias do Plenário;
- V - manter a ordem nas sessões;
- VI - submeter questões de ordem ao Tribunal;
- VII - executar e fazer executar ordens e decisões do Tribunal, ressalvadas as atribuições dos Presidentes das Seções e das Turmas e as atribuições dos Relatores;
- VIII - proferir, nos julgamentos do Plenário, o voto de qualidade;
- IX - relatar, sem voto, o agravo interposto do seu despacho;
- X - assinar as cartas rogatórias;
- XI - presidir a audiência de publicação de acórdãos;
- XII - designar dia para julgamento dos processos da competência do Plenário;
- XIII - proferir os despachos de expediente;
- XIV - dar posse aos Desembargadores Federais do Tribunal durante o recesso, além de lhes conceder transferência de Seção ou Turma;
- XV - criar Comissões permanentes ou temporárias, designando seus membros;

XVI - convocar os Juízes Federais para substituição;

XVII - decidir:

- a) antes da distribuição, os pedidos de assistência judiciária;
- b) as reclamações por erro da ata do Plenário e por erro na publicação de acórdãos;
- c) os pedidos de suspensão da execução de medida liminar ou de sentença, em mandado de segurança;
- d) durante o recesso no Tribunal, os pedidos de liminar em mandado de segurança, podendo, ainda, determinar liberdade provisória ou sustação de ordem de prisão, além de medidas urgentes de caráter jurisdicional ou administrativo, sujeitas estas últimas ao referendo do órgão competente;
- e) sobre pedidos de livramento condicional, incidentes em processos de indulto, de anistia e de graça;
- f) sobre deserções de recursos não preparados no Tribunal;
- g) os pedidos relativos a matérias administrativas e de servidores do Tribunal.

Parágrafo único - O Presidente poderá delegar ao Diretor-Geral do Tribunal a competência de que trata o inciso XVII, “g”.

### **3) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:**

Vinculados à Presidência funcionam o Gabinete, a Assessoria Jurídica e a Assessoria da Presidente. O Gabinete é integrado por dois Chefes de Gabinete e seis servidores, os quais são responsáveis pelo recebimento de todos os expedientes dirigidos à Presidência do Tribunal, por qualquer meio (correios, malote digital, e-mail), inserindo-os no sistema SEI – Sistema Eletrônico de Informações, o qual foi implantado no Tribunal por meio da Resolução 310, de 26/11/2012.

O Gabinete faz o encaminhamento dos expedientes para os setores competentes, assim como o acompanhamento do cumprimento destes. A Assessoria Jurídica, composta de dois servidores, elabora as minutas dos processos judiciais e administrativos da competência da Presidente, enquanto a Assessoria, integrada por duas servidoras, responde pela assessoria direta da Presidente, desde a sua agenda até a revisão de todas as minutas e documentos a ela encaminhados.

Quanto às funções jurisdicionais, a Presidência não aprecia a admissibilidade de recursos dirigidos à instância superior, atribuição integralmente delegada à Vice-Presidência. Segundo a assessoria, a competência jurisdicional da Presidência restringe-se às arguições de suspeição dos desembargadores, além do julgamento dos pedidos de suspensão de segurança e de avocatórias.

O acervo judicial, em 30/4/2016, contava com 28 processos. Segundo informação do assessor jurídico, no momento da inspeção existiam 32 processos, dos quais 24 eram agravos regimentais em exceções de suspeição arguidas pelo mesmo advogado contra desembargadores, todos já minutados e aguardando julgamento.

Como o acervo é bastante reduzido, o controle é feito manualmente, tendo o assessor jurídico fornecido tabela de controle da tramitação dos feitos. Não remanesce pendência da inspeção anterior. Pode-se observar pela tabela abaixo a evolução do acervo, de acordo com a classificação/localização.

**Estatísticas complementares para inspeção de maio/2016 da  
Presidência**

<b>ACERVO EM TRAMITAÇÃO</b>	<b>mai-15</b>	<b>abr-16</b>
Avocatória	0	1
Carta de ordem/ Precatório	2	3
Suspensão Liminar/ antecipação de tutela	1	3
Suspensão Execução de Sentença	1	1
Exceção Suspeição Criminal	0	0
Cautelar	0	0
Outros	2	0
Total	6	8

Fonte: TRF 3ª Região

Em relação ao acervo administrativo, conforme dados fornecidos pelo assessor jurídico, havia dois procedimentos administrativos em trâmite no Gabinete da Presidência, sendo um referente à demissão de uma servidora (Processo 00074047720164038001) e outro referente à alteração do Regimento Interno (00076123520144038000).

Integra a Presidência também a AGSI – Assessoria de Gestão dos Sistemas de Informação, responsável pela implantação do PJE na 3ª Região, conforme recomendado na última inspeção ordinária realizada no Tribunal. Segundo relatado pelo assessor, o PJE começou a ser instalado paulatinamente nas subseções, sendo utilizado atualmente em sete subseções, em todas as classes processuais, exceto processos criminais e execução fiscal, não sendo, entretanto, obrigatório em nenhuma delas. No Tribunal, os processos eletrônicos restringem-se aos recursos decorrentes dos processos já iniciados no PJE, sendo possível também, a critério dos advogados, a interposição de agravos de instrumento no PJE, ainda que o processo originário se processe em autos físicos.

A Presidência vem promovendo encontros com associações de advogados e representantes das diversas entidades que atuam na Justiça Federal, a fim de fomentar o uso do processo eletrônico. Foi relatada a existência de acordo de cooperação com a Caixa Econômica, que se comprometeu a ajuizar todos os processos pelo PJE, bem

como com a Associação dos Advogados de São Paulo, onde foi realizado treinamento para uma equipe da associação, que dará suporte aos advogados.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 - que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi informado que o Regimento Interno do Tribunal já foi adequado à nova legislação. No entanto, a assessoria da Presidente não soube precisar se existem medidas voltadas à conciliação, pois tal questão seria atribuição do Gabinete de Conciliação, dirigido pela Desembargadora Marisa Santos.

Foi destacada, ainda, a atuação da Presidente para a instalação do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, assim como para a implantação das audiências de custódia, o que ocorreu por meio das Resoluções Conjuntas PRES/CORE n. 1, de 22/2/2016 e n. 2, de 01/3/2016. Referidas resoluções, segundo a assessoria da Presidente, foram precedidas de amplo debate entre os diversos órgãos envolvidos (juízes, procuradores, defensoria pública e polícia).

No que diz respeito à estrutura da Presidência, necessário destacar, ainda, a Divisão de Serviços Gráficos, a Divisão de Passagem e a Seção de Indexação e Validação, esta última vinculada à Secretaria Judiciária, cujas atribuições guardam estreita relação com os processos inspecionados na Vice-Presidência, mas, por não integrarem a estrutura daquele órgão, não foram incluídos na ficha de inspeção correspondente.

A Divisão de Serviços Gráficos é composta pelo setor de reprografia, que atende ao Tribunal e aos advogados, mediante recolhimento da tarifa correspondente, sendo também responsável pela chancela dos documentos copiados, e o setor de digitalização. Este último é integrado por cinco servidores, onze empregados da empresa DOCPRI, contratada para a digitalização dos processos, e três estagiários de nível médio. Parte da equipe (um servidor e dois terceirizados) trabalha no 10º andar, junto com a reprografia, sendo responsável pela digitalização de processos para atender a demanda de outros órgãos do Tribunal. O restante do setor está localizado no 11º andar do prédio sede, onde é realizada a digitalização dos processos com recurso especial para encaminhamento ao Superior Tribunal de Justiça, totalizando atualmente cerca de 1.236 processos.

Foi informado à equipe de inspeção que a vigência do contrato firmado com a empresa de digitalização findará no segundo semestre de 2016 e que já está em andamento procedimento licitatório para a contratação dos serviços de digitalização e reprografia, com a previsão de uma quantidade maior de auxiliares para o serviço de digitalização.

O controle desses processos é feito por meio de planilhas no Excel, a partir das guias de recebimento e da contagem de processos em cada fase (aguardando desmontagem, em digitalização, em montagem, montados). Após a digitalização e a

montagem, os autos são encaminhados à Seção de Indexação e Validação e os arquivos digitalizados armazenados em *drive* compartilhado na rede do Tribunal.

Recebidos os autos na Seção de Indexação e Validação, são localizados no SIAPRO e os arquivos eletrônicos são importados para o sistema do Superior Tribunal de Justiça (Digitalizador-STJ). Após, passam para o setor responsável pela indexação das peças e remessa à Corte Superior, o que é feito por lotes de processos. Enviados os processos por meio eletrônico, os autos físicos são encaminhados à DPAS que arquiva os originários do Tribunal, armazenando-os em estantes da própria Divisão, e remete os demais à primeira instância, a fim de que aguardem o julgamento no Superior Tribunal de Justiça.

Segundo dados repassados pela diretora da Divisão de Passagem, ao final do mês de maio encontravam-se naquele setor 11.307 processos, além dos processos originários, que aguardavam julgamento no Superior Tribunal de Justiça e encontravam-se inativos, os quais totalizaram 6.119 processos.

A DPAS é integrada por 15 servidores, dos quais 10 estão lotados na própria Divisão e outros 5 à disposição do setor de Recursos Humanos, 4 terceirizados e 7 estagiários, sendo 2 de nível superior e 5 de nível médio. Referido setor é responsável pela movimentação dos processos para o juízo de primeiro grau e os tribunais superiores, seja em razão da baixa definitiva, seja para sobrestamento de processos que aguardam julgamento dos tribunais superiores. A DPAS realiza também, por meio de sistema desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal, a baixa eletrônica das peças de julgamento enviadas pelo Superior Tribunal de Justiça, por meio do Digitalizador STJ. Quando o processo se encerra no Supremo Tribunal Federal, as peças de julgamento são enviadas por meio de mídias (CD), procedendo a Divisão de Passagem à impressão e remessa das peças ao local onde estão os autos físicos. Quando se trata de processos originários do Tribunal, como os autos estão arquivados na própria DPAS, é realizada a juntada e análise das peças oriundas dos tribunais superiores e seu encaminhamento ao setor devido (baixa definitiva, Vice-Presidência, órgão julgador originário).

Além dos processos da DPAS registrados na estatística interna do setor, necessário se faz destacar a existência de diversos autos de processos que foram encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, que, após digitalizá-los, procedeu à devolução dos autos físicos ao Tribunal da 3ª Região, os quais se encontram armazenados no 17º andar da Torre Norte. Segundo os servidores da DPAS, não é possível precisar a quantidade de processos em tal situação, uma vez que as guias de remessa não foram recebidas no sistema. Em uma análise meramente visual, a equipe de inspeção estimou cerca de três mil processos em tal situação, os quais podem ser visualizados nas fotografias abaixo:



#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

O Gabinete da Presidência é bem estruturado, sendo integrado por servidores com atribuições bem definidas, que se mostraram motivados. A metodologia de trabalho utilizada parte da separação das atividades em três setores: Gabinete, Assessoria Jurídica e Assessoria da Presidência, cujas atribuições foram descritas no tópico anterior.

Como boas práticas, foram destacadas pela equipe da Presidência a utilização do sistema SEI para controle e acesso dos processos administrativos e a realização de reuniões com diversos órgãos envolvidos para viabilizar a instituição de novas práticas, como é o caso da implantação do processo judicial eletrônico, do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e da audiência de custódia.

## 5) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou que a Presidência vem empreendendo esforços para cumprir as determinações do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, como é o caso da criação do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, da audiência de custódia e a implantação do processo judicial eletrônico.

No entanto, é ainda bastante incipiente a utilização do PJE, tendo sido implantado, sem obrigatoriedade, apenas em sete subseções e nos agravos de instrumento.

Observa-se que não existe ainda um planejamento estratégico para a Região, a partir da análise do desempenho das diversas seções, subseções e órgãos do Tribunal, para identificar eventuais contingenciamentos e implementar medidas para solucioná-los.

O mesmo problema foi observado nos demais setores inspecionados, os quais, quando muito, fazem o controle do próprio acervo por meio de planilhas do Excel, ou outro meio, a partir das guias de recebimento e remessa de processos, haja vista o sistema de informação processual (SIAPRO) não fornecer relatórios estatísticos aos usuários. Tais relatórios, entretanto, podem ser solicitados ao setor de estatística do Tribunal, cujos dados não coincidem com aqueles do controle do próprio setor.

Nesse aspecto, é mister destacar que, conforme relatado pelo assessor da AGSI, foi incluída na proposta orçamentária do próximo exercício verba destinada à contratação de empresa para desenvolvimento de ferramenta *Business Intelligence* (BI), que possibilitará a coleta e monitoramento de todos os dados referentes à 3ª Região.

Outra constatação, comum a todos os setores visitados e, por essa razão, registrada no relatório da Presidência, é a fragmentação das etapas do processo em diversos setores, muitas vezes integrantes de estruturas administrativas diversas, como é o caso dos processos com recursos para os tribunais superiores, provocando dilação do tempo de tramitação. Tomando estes como exemplo, eis os diversos setores pelos quais tramitam: as petições de recursos são recebidas na secretaria do órgão julgador, que, após a juntada, encaminha os autos à Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência (UVIP), onde ocorre a intimação da parte recorrida para contrarrazões e a conclusão para admissibilidade (AJUV). Após triagem, os processos são encaminhados para os setores correspondentes à matéria discutida no recurso, os quais se localizam no 10º, 12º e 19º andares. Após a decisão de admissibilidade, os processos retornam à UVIP para intimação e processamento de eventuais recursos. Estando prontos para envio ao Superior Tribunal de Justiça, são encaminhados ao setor de digitalização (11º andar), o qual é vinculado à Presidência. Depois de digitalizados, os autos são encaminhados à Seção de indexação e validação (16º andar) na qual passam pelos setores de recebimento/importação dos arquivos digitalizados, validação, envio ao STJ e remessa



dos autos físicos à DPAS (andar térreo da Torre Norte). Este último setor, também integrante da estrutura da Presidência, é responsável pelo arquivamento dos processos originários e pela baixa dos demais ao juízo de origem, a fim de aguardarem o julgamento pela Corte Superior.

Como se observa, não há uma concentração de atos e essa lateralidade no processamento é agravada pela distância entre os diversos setores e pela dificuldade de locomoção no Tribunal, em face do congestionamento nos elevadores. Além do risco de extravio, essa distribuição de atribuições entre vários setores acarreta maior tempo na tramitação dos processos, além de demandar força de trabalho para a expedição e conferência de guias de remessa e recebimento, a qual poderia ser utilizada na efetiva tramitação dos processos.

O tempo de tramitação dos feitos poderia ser abreviado se fossem praticados o maior número possível de atos em cada setor que o processo se encontrasse, reduzindo sua circulação pelo Tribunal. Exemplo dessa concentração de atos é a intimação para contrarrazões ao recurso especial/extraordinário pela própria secretaria do órgão julgador, que após juntada, faria conclusão para admissibilidade. Os processos seriam encaminhados diretamente à Assessoria Jurídica da Vice-Presidência, evitando uma passagem pela UVIP. A digitalização, indexação e validação dos processos para envio ao Superior Tribunal de Justiça também poderiam ser concentradas num único setor, assim como o recebimento das peças de julgamento baixadas eletronicamente pelo STJ e seu encaminhamento aos locais onde se encontram os autos físicos.

No que diz respeito às pendências da inspeção anterior, observa-se que não foram ainda cumpridas integralmente, mormente no que diz respeito à utilização do processo judicial eletrônico, sendo ainda incipiente sua implantação na 3ª Região.

Da mesma forma, não foi ainda satisfatoriamente atendida a recomendação de lançamento das fases processuais no sistema SIAPRO no momento processual próprio. De fato, conquanto não tenham sido selecionados processos para inspeção da Presidência, foi possível constatar nos diversos órgãos inspecionados que persiste o problema da falta de lançamento nas fases processuais no sistema, assim como ausência de padronização nos procedimentos, em especial na disponibilização de despachos e decisões proferidas.

No tocante à recomendação de envio semestral à Corregedoria Geral da Justiça Federal dos resultados estatísticos relativos à implantação das turmas criminais, a assessoria da Presidência informou que tais dados são disponibilizados na página do Tribunal na rede mundial de computadores e coletados diretamente pelo setor de estatística do Conselho da Justiça Federal.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

Para aprimorar os serviços prestados pelo Tribunal, a redução do acervo e do tempo de tramitação dos processos, recomenda-se:

a) implantação do PJE em toda a Região;

b) padronização das rotinas do Tribunal no sistema SIAPRO, orientando que sejam lançadas as fases que efetivamente correspondam à movimentação do processo e na mesma data em que realizadas nos autos físicos, de modo que as informações disponibilizadas no sistema e na rede mundial de computadores reflitam a realidade dos autos;

c) disponibilizar na consulta pública o teor de despachos e decisões não protegidas por sigilo;

d) aprimoramento do sistema SIAPRO para que os diversos órgãos do Tribunal possam obter a estatística do setor e, dessa forma, controlar o acervo e planejar sua atuação;

e) desenvolver sistema que permita à Presidência análise estatística de toda a Região, a fim de desenvolver planejamento estratégico;

f) analisar a possibilidade de reestruturação dos diversos órgãos, com a concentração de atos, tais como: i) intimação para contrarrazões de recursos especial/extraordinário pela secretaria do órgão julgado, que faria conclusão diretamente para a Vice-Presidência; ii) baixa de processos com trânsito em julgado diretamente pelas secretarias dos órgãos julgadores, sem a necessidade de remessa ao DPAS; iii) digitalização, indexação, validação e envio eletrônico dos processos com recursos especiais ao Superior Tribunal de Justiça por um único setor, assim como a baixa dos processos ao órgão de origem para aguardar a conclusão do julgamento naquela Corte;

g) reduzir o tempo de digitalização e envio dos processos com recursos para o Superior Tribunal de Justiça, o que pode ser alcançado com a concentração da força de trabalho do setor de digitalização especialmente para este fim. Ademais, considerando que foi informado que está em andamento processo licitatório para a contratação de empresa de digitalização, haja vista o encerramento do contrato atual em setembro do ano em curso, é interessante analisar a possibilidade de se incluir no contrato a indexação e validação das peças digitalizadas, ficando apenas a conferência e o envio a cargo de servidores.

**GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA  
Desembargador Federal MAIRAN MAIA**

**GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA E ASSESSORIA JUDICIÁRIA DA VICE-PRESIDÊNCIA**

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

- 1.1. Identificação:** Desembargador Federal **MAIRAN MAIA**
- 1.2. Órgãos de atuação:** Vice-Presidência, Seções (4), Órgão Especial e Plenário.
- 1.3. Tempo de atuação:** na Vice-Presidência desde 22/2/2016.
- 1.4. Órgãos vinculados:** Gabinete da Vice-Presidência, Assessoria Jurídica da Vice-Presidência e Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência.

Há dois juízes federais em auxílio à Vice-Presidência, Márcio Ferro Catapani, convocado pelo ATO PRES 36, de 14/1/2016, e Raphael José de Oliveira Silva, convocado pelo ATO PRES 207, de 11/3/2016.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Vice-Presidente, bem como pela assessoria. Também acompanharam os trabalhos da inspeção os juízes auxiliares.

**1.5. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Gabinete Vice-Presidência	Gabinete Desemb. Federal	TOTAL
Servidores efetivos	22	16	38
Servidores sem vínculo	0	0	0
Servidores requisitados	0	0	0
Terceirizados	0	0	0
Vagas não ocupadas	0	0	0
Estagiários	8	0	8
TOTAL	30	16	46
Servidores em área-fim	0	0	0

**1.5.1. Cargos e funções comissionadas em atividade: 37, assim distribuídos:**

ÁREAS	CJ3	CJ2	CJ1	FC6	FC5	FC4	FC3	FC2	FC1
Gabinete Vice-Presidência	05	01	01	01		07	06		
Gabinete Desemb. Fed.	01	01		01		04	09		
Total	06	02	01	02		11	15		

## **2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:**

A Vice-Presidência aprecia a admissibilidade de recursos dirigidos à instância superior quanto às matérias de competência de todas as Seções e do Órgão Especial.

O processamento desses recursos é feito pela Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência, que, ao receber das secretarias dos órgãos julgadores os processos com recursos para os tribunais superiores, realiza uma triagem para identificar recursos com vícios formais, procedendo à conclusão destes para decisão. Em relação aos demais, realiza a intimação da parte recorrida para apresentar contrarrazões e, ao depois, remete os processos com conclusão à Vice-Presidência.

A atual gestão, iniciada em 22/2/2016, manteve a metodologia de trabalho e estrutura organizacional, que começou na gestão anterior, dividindo as atribuições em Gabinete e Assessoria Jurídica (AJUV), que é dividida por setores, segundo as matérias tratadas nos recursos: penal, tributário, previdenciário/administrativo. Integra, ainda, a estrutura da Vice-Presidência, o NURE – Núcleo de Recursos Repetitivos e Repercussão Geral e a Divisão de Procedimentos Diversos, responsável pelo gerenciamento dos feitos e relatórios estatísticos.

O exame da admissibilidade/conformidade, sobrestamento de recursos pela sistemática dos recursos repetitivos e repercussão geral, assim como os agravos regimentais contra decisão de conformidade ficam a cargo dos dois juízes auxiliares e da Assessoria Jurídica da Vice-Presidência, a qual é integrada por servidores do Gabinete do Desembargador e da Vice-Presidência. O despacho de petições diversas incumbe à assessoria direta do Vice-Presidente (Gabinete da Vice-Presidência).

O presente relatório diz respeito ao Gabinete da Vice-Presidência e à Assessoria Jurídica da Vice-Presidência, havendo relatório específico para a Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência.

Em face da limitação de espaço no prédio sede do Tribunal, as diversas unidades que integram a Vice-Presidência não estão concentradas no mesmo local. No 12º andar da Torre Sul, está localizado o Gabinete do Vice-Presidente e sua assessoria direta (Gabinete), juntamente com a Assessoria da Vice-Presidência e o grupo da AJUV, que trabalha com os processos criminais. No mesmo andar, localiza-se o núcleo da AJUV, que cuida dos processos tributários e o gabinete do juiz auxiliar Márcio Ferro Catapani, estando parte do acervo no 10º andar. O núcleo que trabalha com os processos previdenciários ocupa o 19º andar da Torre Sul, onde se localiza também o gabinete do juiz auxiliar Raphael José de Oliveira Silva. Ademais, parte dos processos conclusos para a admissibilidade (cerca de seis mil), todos relativos à direito tributário e execução fiscal, está localizada no prédio da Justiça Federal situado na Praça da República. Estes processos são os mais antigos e, segundo relatado pelo servidor responsável pela guarda do acervo, a Vice-Presidência vem paulatinamente reduzindo a quantidade de

feitos, pois, demais de não enviar novos processos conclusos àquela localidade, vem constantemente requisitando autos para decisão, seja por assunto, seja por data de distribuição no Tribunal.

A Vice-Presidência conta também com uma sala no terceiro subsolo, para armazenar processos, mas, segundo informação do Diretor da Divisão de Procedimentos Diversos, encontra-se atualmente desocupada e será providenciado o deslocamento de parte dos processos do prédio da Praça da República para esse espaço.

O NURE, integrado por 4 servidores, 4 terceirizados e 3 estagiários (sendo 2 de nível superior e 1 de nível médio), é encarregado da intimação das decisões de sobrestamento, controle dos prazos, juntada de recursos e encaminhamento à AJUV, quando for o caso, ou do encaminhamento dos processos, organizados em lotes, ao prédio administrativo da Justiça Federal (Presidente Wilson), onde ficam armazenados os processos sobrestados, existindo atualmente 65.355 processos.

Em relação ao acervo referente à admissibilidade de recursos, tem-se a seguinte análise:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO (Apenas para admissibilidade de recursos)</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)*	61.738
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)*	22.678
Acervo de conclusos no Gabinete (maio/2015)*	40.608
Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2016)*	12.314
Acervo de sobrestados (maio/2015)	55.321
Acervo de sobrestados (abril/2016)	65.986

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

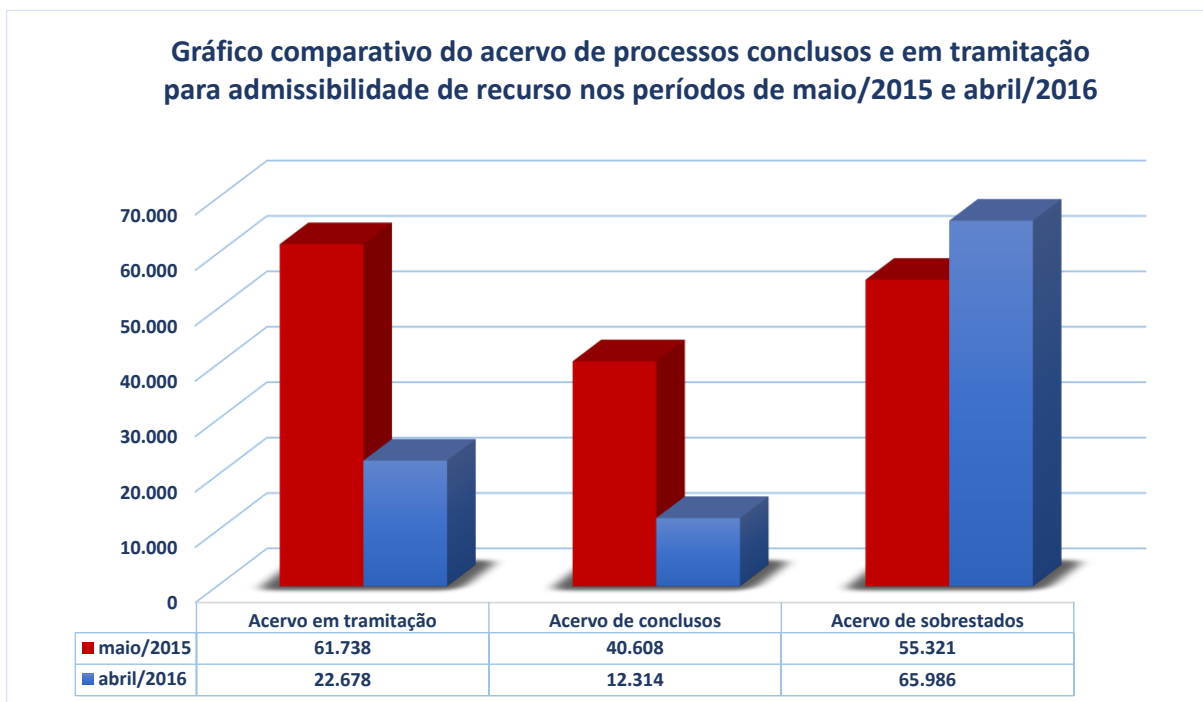
Nota: \*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal, vinculado à vice-presidência, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de conclusos diminuiu em 28.294 e o número de processos sobrestados subiu em 10.665.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, envolvendo diversas matérias, sendo que provoca maior impacto no acervo os processos em que se discute a desaposentação, existindo 27.742 processos sobrestados em razão do RE 661256, com repercussão geral.

O gabinete da Vice-Presidência apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação, de 12.314 processos conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em cerca de 384 processos por servidor.

O histórico estatístico da unidade está representado no gráfico abaixo.



Quanto ao *fluxo processual*, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de Processos (entradas)	33.474
Total de Processos (saídas)	62.097
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	-28.623
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	41
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)**	22

*Nota: Para efeito de cálculo do fluxo e considerando que na vice-presidência um processo recebido para exame de admissibilidade de recurso normalmente apresenta mais de uma decisão em recursos diferentes, a estatística considera para o item "Total de processos (saída)" somente a unidade do processo julgado, independente do número de decisões incidente sobre ele.*

*Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;*

*\*\*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.;*

Segundo dados informados pelo Setor de Estatística, extraídos do sistema, no período de doze meses, houve entrada de 33.474 processos e saída de 62.097, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

No entanto, conforme observado na visita ao prédio da Praça da República, onde se encontra armazenado parte do acervo concluído para admissibilidade, assim como

nos processos analisados, a redução do acervo não teve preocupação com o tempo de conclusão, sendo observados vários processos conclusos há mais de nove anos.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados:

<b>DECISÕES PROFERIDAS (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Decisão monocrática terminativa	3.145
Decisão homologatória de desistência de recursos	775
Decisão em exame de admissibilidade de Resp e Rext	65.183
Embargos de Declaração	209
Agravos Legais e Regimentais	796
Demais decisões	13.862
<b>TOTAL</b>	<b>83.970</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Verifica-se que foram proferidas 83.970 decisões nos últimos doze meses, enquanto o volume de processos (entradas) foi de 33.474. Necessário ressaltar, contudo, que é comum serem proferidas mais de uma decisão num único processo, haja vista a interposição simultânea de recursos especial e extraordinário, assim como de recursos interpostos por mais de um litisconsorte.

Dessa forma, a prolação de 83.970 decisões não significa que a mesma quantidade de feitos tenha sido subtraída do acervo da Vice-Presidência como visto na tabela acima, sendo considerada como “saída” apenas a quantidade de processos com suas respectivas decisões.

No que diz respeito às recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 - que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos, em especial no que diz respeito ao novo Código de Processo Civil, como é o caso da intimação das decisões de sobrestamento, bem como, no caso dos agravos regimentais, a intimação da parte agravada para apresentar contrarrazões e a inclusão em pauta. Conquanto seja essa a orientação do Desembargador, foram observados diversos processos com agravo regimental, inclusive já minutados e com pedido de dia para julgamento, nos quais não houve intimação para contrarrazões.

No que diz respeito aos processos de interesses de idosos, a assessora do Vice-Presidente informou que é dada prioridade quando requerida pelo advogado, sendo-lhe exigida a juntada de documento que comprove a idade da parte. Não se verificou, contudo, uma política geral de prioridade para os processos de tal natureza, haja vista a seleção dos processos para decisão ocorrer, em geral, pela matéria discutida nos autos, independente da data de conclusão e da qualidade das partes. Esse problema atinge especificamente os processos de natureza tributária, haja vista as demais unidades (previdenciário/administrativo e criminal) não possuírem acervo de processos antigos, de modo que os processos são analisados à medida que recebidos.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

#### 3.1 – Assessoria Jurídica da Vice-Presidência

Para a Assessoria Jurídica da Vice-Presidência, foram inicialmente selecionados para inspeção 175 processos, porém, a equipe inseriu outros 5, os quais estavam apenas a processos inspecionados e apresentavam movimentação que merecia registro, totalizando, pois, 180 processos inspecionados, todos físicos.

Destes, 14 não foram diretamente inspecionados, constando na ficha de inspeção as informações colhidas no sistema de informação processual. Tais processos foram listados com a recomendação de inclusão pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção, como pode ser observado no tópico próprio. Encontram-se em tal situação os seguintes processos:

199303011082498	201061810107345
199503010318574	201361190061992
199903990065850	201361190089941
199903990930184	201403000096048
200561020005804	201460050012196
200861190079216	201461100062192
200903000136531	201561810066213

A grande maioria dos processos analisados estão conclusos para exame de admissibilidade de recursos para os tribunais superiores, muitos dos quais há mais de nove anos. Segue a relação dos processos que aguardam exame de admissibilidade/conformidade:

199403010863717	200603000113608	200403000083887
199403010965447	200603000354764	200403000188624
199403010985367	200603000522065	200403000368390
199503010186013	200603000933922	200403000416803
199503010230166	200603000958141	200403000500619
199503010632505	200703000997450	200403000513031
199503010699090	200761000000032	200403000539275



199503010731908	200803000278930	200461000210876
199503011024203	200903000152070	200461000258058
199603010472129	200903000379476	200503000660652
199603010531390	201003000063906	200503000718320
199703010096458	201203000032384	200503000776370
199703010119872	201203000229404	200503000839305
199703010272467	201203000354065	200503990248120
199703010673632	201403000037767	200561000028495
199803010405447	200261820401491	200103000318282
199803010624420	200303000483769	200103990535814
199903000131653	200303000541230	200161000092568
199903000505000	200303000572456	200161000281857
199903990332591	200303990025535	200161000297210
199903990583654	200303990059879	200161040024033
199903990664861	200361050031626	200203000096137
199961020092220	200361050093360	200203000148320
199961030039560	200361130029855	200203990304249
199961130050292	200403000005074	200261000057044
199961820573318	200061820389305	200003990563647
200003000390985	200103000218305	200003990735410
200003000573381	200103000258870	200003990746780
200003990108610		

Destes, alguns são agravos de instrumento, em relação aos quais convém a análise do processo principal para que seja verificado se persiste o interesse no julgamento do incidente. Em tal situação, destacam-se os seguintes:

199903000131653	200503000718320
200403000005074	200603000113608
200503000660652	

Sobressaiu na amostragem grande quantidade de agravos regimentais conclusos para julgamento, muitos dos quais ainda sem intimação da parte agravada para apresentar contrarrazões:

199661825084850	201103990474429	200661140071900
199761825045551	201161090094759	200703990173827
199761825806252	201161120008750	200761210026050
199903990622556	201161120046580	200803000400461
199961100028582	201161230001451	200861000054057
200061820365714	201261000075155	200861040026840
200103990074744	201261050147538	200903000167473
200261100094210	201261270004996	200903000256329
200303990090564	201303000162170	200903000439540
200603990413937	201303990097163	200961160012460
200661000094733		

Foram analisados também diversos processos que, a despeito de terem seus trâmites encerrados, continuam ativos no tribunal, os quais estão listados abaixo:

200003990563635	200803000235668
200103000347786	200803000382847
200203000006732	200903000256317
200203990304237	200903000439552
200403000158851	201203000268320
200403000412044	201303000077815
200461000298056	201403000133975
200603001180204	201403000134244
200703001045949	

Destaque-se que o Processo 200603001180204 corresponde a agravo em recurso especial (de instrumento), ao qual o Superior Tribunal de Justiça deu provimento, determinando a subida de recurso especial, que já foi definitivamente julgado. O agravo encontra-se apenas ao processo principal, no qual foi interposto recurso contra novo

acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com o qual não guarda mais qualquer relação.

As medidas cautelares para atribuir efeito suspensivo aos recursos, a exemplo dos Processos 201403000119309 e 201503000019253, encontram-se apensadas aos processos principais. Nada obstante, estando encerrado seu processamento, seria interessante verificar a conveniência do apensamento e a possibilidade de trasladar decisão liminar para autos principais e arquivar as cautelares.

Alguns processos analisados encontram-se com pendência de julgamento de embargos de declaração. São eles:

199703010200330	200761820459790
199961000433892	201103000188392
200603001202662	

Merece destaque, ainda, o Processo 199503010919508, o qual foi sobrestado em 7/4/2009, em razão de representativo de controvérsia (Processo nº 200061190038112) enviado ao Superior Tribunal de Justiça, que, entretanto, não afetou o paradigma à sistemática dos recursos repetitivos, julgando-o monocraticamente. Nesse caso, é interessante perquirir se existe razão para o sobrestamento do recurso.

Também foi registrada demora na análise de juízo de conformidade em relação a paradigma julgado pelo Supremo Tribunal Federal em 4/8/2011 no Processo 199961000259594, que se encontrava sobrestado desde 20/3/2009. No entanto, tal omissão restou suprida com a decisão proferida em 25/5/2016.

Da mesma forma, constatou-se demora para exercer juízo de conformidade em relação ao Processo 200803000100179, correspondente a agravo em recurso extraordinário (interposto ao tempo em que se formava instrumento), foi devolvido pelo Supremo Tribunal Federal para que se aplicasse o entendimento por ele firmado no AI 800074, no qual restou decidido, em 15/10/2010, não haver repercussão geral da matéria.

Os processos 200861190064535, 201161190011890 e 201161190112220 tramitam eletronicamente no Superior Tribunal de Justiça. Os autos físicos analisados foram formados a partir da impressão do processo eletrônico, em face da informação de que os autos encontravam-se em malote dos correios que foi roubado. Em todos eles consta ofício dirigido ao relator na Corte Superior, solicitando autorização para ser realizada a restauração, ainda sem resposta.

Nos demais processos examinados, não foram registrados problemas na tramitação.

No geral, foram observadas discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos. Ademais, na consulta pública ao sistema de informação processual não consta, salvo raras exceções, o teor dos despachos e decisões. A possibilidade de visualização das decisões na consulta a alguns processos evidencia que não se trata de limitação do sistema, mas de falta de padronização das rotinas do Tribunal.

### 3.2 – Gabinete da Vice-Presidência

Dos 14 processos selecionados para inspeção no Gabinete da Vice-Presidência, apenas o de nº 199603010535334 não foi inspecionado, pois havia sido remetido à Procuradoria da Fazenda Nacional em 20/5/2016. Em razão disso, foi listado com a recomendação de inclusão pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

O Processo 200703000366965 foi devolvido, em 4/10/2012, pelo Superior Tribunal de Justiça para que o agravo em recurso especial fosse julgado como agravo regimental. Em 5/5/2016, a Fazenda Nacional foi intimada para esclarecer se persiste interesse no julgamento do regimental, sendo negativa a resposta (24/5/2016).

Os demais, abaixo listados, estão pendentes de julgamento de agravo regimental:

199603010535334	200561820308078	200561030003221
199903990031086	200603990405606	200561190033409
200161260121805	200661050034793	200803990367353
200361000103540	200661050034823	201203000116579
200561020045450	200703000366965	

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) inserir na autoinspeção. O último feito pertence ao Gabinete da Vice-Presidência:

199303011082498	199503010318574	199903990065850
199903990930184	200561020005804	200861190079216
200903000136531	201061810107345	201361190061992
201361190089941	201403000096048	201460050012196
201461100062192	201561810066213	199603010535334

b) decidir acerca da admissibilidade dos recursos especiais/extraordinários nos processos:

199403010863717	199403010965447	199403010985367
199503010186013	199503010230166	199503010632505
199503010699090	199503010731908	199503011024203
199603010472129	199603010531390	199703010096458
199703010119872	199703010272467	199703010673632
199803010405447	199803010624420	199903000131653
199903000505000	199903990332591	199903990583654
199903990664861	199961020092220	199961030039560
199961130050292	199961820573318	200003000390985
200003000573381	200003990108610	200003990563647
200003990735410	200003990746780	200061820389305
200103000218305	200103000258870	200103000318282
200103990535814	200161000092568	200161000281857
200161000297210	200161040024033	200203000096137
200203000148320	200203990304249	200261000057044
200261820401491	200303000483769	200303000541230
200303000572456	200303990025535	200303990059879
200361050031626	200361050093360	200361130029855
200403000005074	200403000083887	200403000188624
200403000368390	200403000416803	200403000500619
200403000513031	200403000539275	200461000210876
200461000258058	200503000660652	200503000718320
200503000776370	200503000839305	200503990248120
200561000028495	200603000113608	200603000354764
200603000522065	200603000933922	200603000958141
200703000997450	200761000000032	200803000278930
200903000152070	200903000379476	201003000063906
201203000032384	201203000229404	201203000354065
201403000037767		

c) verificar o trânsito em julgado e a possibilidade de proceder à baixa/arquivamento:

200003990563635	200103000347786	200203000006732
200203990304237	200403000158851	200403000412044
200461000298056	200603001180204	200703001045949
200803000235668	200803000382847	200903000256317
200903000439552	201203000268320	201303000077815
201403000133975	201403000134244	201503000019253
201403000119309		

d) julgar no prazo de 90 dias os agravos regimentais localizados na Assessoria da Vice-Presidência:

199661825084850	199761825045551	199761825806252
199903990622556	199961100028582	200061820365714
200103990074744	200261100094210	200303990090564
200603990413937	200661000094733	200661140071900
200703990173827	200761210026050	200803000400461
200861000054057	200861040026840	200903000167473
200903000256329	200903000439540	200961160012460
201103990474429	201161090094759	201161120008750
201161120046580	201161230001451	201261000075155
201261050147538	201261270004996	201303000162170
201303990097163.		

E no Gabinete da Vice-Presidência:

199603010535334	199903990031086	200161260121805
200361000103540	200561020045450	200561030003221
200561190033409	200561820308078	200603990405606
200661050034793	200661050034823	200703000366965
200803990367353	201203000116579	

- e) julgar em 90 dias os embargos de declaração: 199703010200330; 199961000433892, 200603001202662, 200761820459790 e 201103000188392;
- f) decidir em 90 dias os seguintes Processos: 199503010919508, 200803000100179 e 200703000366965.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere, o que pode ser constatado especialmente em face da redução do acervo. No entanto, não são priorizados os processos mais antigos, o que resulta nas distorções observadas na amostra quanto ao tempo de conclusão. Ademais, muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo. Ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo. Nada obstante, faz-se necessária a adoção de esforços para extinguir o estoque de processos conclusos há mais de noventa dias, reduzindo, assim, o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

Conforme já destacado, a Vice-Presidência manteve a metodologia de trabalho iniciada na gestão anterior, que consiste na distribuição dos processos com recursos para os tribunais superiores por matéria entre três setores da Assessoria da Vice-Presidência: tributário, previdenciário/administrativo e criminal. Estes são responsáveis por elaborar minutas de decisões em juízo de admissibilidade/conformidade, além de agravos regimentais e decisões de sobrestamento. Por outro lado, incumbe ao Gabinete da Vice-Presidência a análise de petições diversas.

As unidades responsáveis pelos processos criminais e previdenciários/administrativos não apresentam acervo de processos antigos. Trabalham com os processos conclusos, observando-se a data de conclusão e eventuais prioridades. Entre estas, destacam-se o exame de tutelas de urgência requeridas em processos que estão na competência da Vice-Presidência, em especial os que se encontram sobrestados no NURE.

No setor responsável pelos processos tributários, por outro lado, há grande acúmulo de processos antigos, sendo digno de nota que no prédio situado na Praça da República existem cerca de seis mil processos aguardando admissibilidade, além de quase quatro mil nas dependências do Tribunal (10º e 12º andares). Neste, não é observada a data de conclusão dos processos, os quais são organizados nas estante

por assunto. Segundo a assessoria, a sistemática de trabalho consiste em conjugar a análise de processos antigos com novos, porém, os assessores não puderam precisar quais são os processos mais antigos e há quanto tempo ocorreu a conclusão, evidenciando que não há controle quanto a tal dado.

Embora não existam metas individuais, a assessoria informou que foram fixada as seguintes metas:

- a) eliminar o acervo dos feitos penais em até 6 (seis) meses;
- b) decidir mais processos do que os distribuídos (META/CNJ nº 1);
- c) decidir agravos regimentais e embargos de declaração pendentes até novembro/2016;
- d) analisar a admissibilidade de todos os recursos em agravos de instrumentos originados de execuções fiscais até outubro/2016;
- e) manter atualizado o acervo de ações de improbidade, populares e ações civis públicas;
- f) reduzir o acervo dos feitos localizados no Fórum da República em 20% até novembro/2016;
- g) manter em dia a triagem dos processos;
- h) manter contato direto com Órgãos Públicos que atuam na Vice-Presidência, o que tem, até então, assegurado a desistência de muitos recursos desnecessários.

A gestão do acervo dos processos conclusos, inclusive o deslocamento dos feitos entre os vários setores da Vice-Presidência e a elaboração e boletins estatísticos é de responsabilidade da Divisão de procedimentos diversos.

Por outro lado, a guarda dos processos sobrestados pela sistemática dos recursos repetitivos incumbe ao NURE, que se localiza no andar térreo da Torre Norte, onde é feito o recebimento dos processos com decisões de sobrestamento e realizada a intimação das partes. Após o decurso de prazo, caso seja interposto recurso, este é juntado aos autos e remetidos à Assessoria da Vice-Presidência com conclusão. Do contrário, são organizados em lotes, por representativo da controvérsia, e remetidos ao prédio administrativo da Justiça Federal, conhecido como Presidente Wilson, situado na Rua Vemag, 668, Vila Carioca.

Segundo informado pelo diretor do NURE, há um acompanhamento mensal dos representativos de controvérsia e, tão logo ocorre o trânsito em julgado, a AJUV é comunicada. Os processos somente são conclusos para decisão quando solicitados pela assessoria.



Foram observados diversos casos em que, conquanto o paradigma já tenha transitado em julgado, os processos continuam sobrestados. A título de exemplo, destaca-se o Tema 331 do Supremo Tribunal Federal, cujo representativo da controvérsia transitou em julgado em 23/11/2010 e em relação ao qual existem 654 processos sobrestados. Da mesma forma, existem 118 processos sobrestados em relação ao REsp 1.3763.656, embora referido recurso tenha transitado em julgado em 19/2/2015.

Ademais, considerando que o Código de Processo Civil (art. 1.040<sup>1</sup>) refere-se apenas à publicação do paradigma para que seja exercido o juízo de conformidade, infere-se que grande quantidade de processos que se encontram sobrestados poderiam ser decididos.

Nesse aspecto, é mister destacar que foram identificados diversos casos em que o recurso representativo da controvérsia foi julgado, citando-se, a título de exemplo, os seguintes:

- Decadência para o segurado pedir a revisão de benefício (6.036 processos sobrestados pelo RE 626489 e 822 pelo REsp 1.309.529) – RE julgado em 16/10/2013 e REsp em 28/11/2012;
- Prova do tempo de serviço rural (268 processos) – REsp 1.352.721 julgado em 16/12/2015;
- Desaposentação (27.742 processos) – REsp 1.334.488 julgado em 8/5/2013;
- Comprovação do tempo rural antes do requerimento administrativo (1.918 processos) – REsp 1.354.908 julgado em 9/9/2015.

A concentração de esforços com vistas à análise dos processos cujos paradigmas já foram julgados é premente, tanto para que se efetive a prestação jurisdicional, como para viabilizar o armazenamento de novos processos sobrestados, haja vista o acervo já ocupar três grandes arcas construídas no prédio administrativo da Justiça Federal.

---

<sup>1</sup> Art. 1.040. Publicado o acórdão paradigma:

I - o presidente ou o vice-presidente do tribunal de origem negará seguimento aos recursos especiais ou extraordinários sobrestados na origem, se o acórdão recorrido coincidir com a orientação do tribunal superior;

II - o órgão que proferiu o acórdão recorrido, na origem, reexaminará o processo de competência originária, a remessa necessária ou o recurso anteriormente julgado, se o acórdão recorrido contrariar a orientação do tribunal superior;

III - os processos suspensos em primeiro e segundo grau de jurisdição retomarão o curso para julgamento e aplicação da tese firmada pelo tribunal superior;

IV - se os recursos versarem sobre questão relativa a prestação de serviço público objeto de concessão, permissão ou autorização, o resultado do julgamento será comunicado ao órgão, ao ente ou à agência reguladora competente para fiscalização da efetiva aplicação, por parte dos entes sujeitos a regulação, da tese adotada.

Tais estruturas demandam custos para instalação, bem como para a conservação do acervo, inclusive com utilização de aparelhos de ar condicionado.

Ainda sobre o NURE, é mister destacar que o número de processos informados (65.355) diz respeito aos processos com fase de sobrestamento. No entanto, na análise dos processos da Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência, no qual constavam 130 processos cuja localização física é o NURE, foi possível constatar que, demais de muitos processos encontrarem-se sobrestados sem o lançamento da fase correspondente no sistema, existem processos que, a despeito de não se encontrarem sobrestados, ali se encontram por estarem apenas a processos sobrestados. Estes não estão incluídos no acervo do NURE e totalizam 172 processos, segundo relatório solicitado pela equipe de inspeção ao Setor de Estatística do Tribunal.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou que a Vice-Presidência vem envidando esforços para reduzir o acervo dos processos de sua competência, porém ainda são observados os problemas descritos acima, mormente no que diz respeito ao tempo de tramitação dos processos de natureza tributária, bem como na análise de processos sobrestados, após a publicação do julgamento do recurso representativo da controvérsia.

Digno de registro, ainda, as dificuldades enfrentadas pela Vice-Presidência para a guarda e deslocamento do acervo, pois, em face das limitações de espaço do prédio sede do Tribunal, as diversas unidades que integram a Vice-Presidência possuem localização diversa, encontrando-se o Gabinete e parte da AJUV no 12º andar e outra no 19º, da Torre Sul, além de parte do acervo se encontrar armazenado no 10º andar e no Fórum da República (a Vice-Presidência possui ainda uma sala no 3º subsolo para este fim). Ademais, o NURE localiza-se na Torre Norte e os processos sobrestados no prédio administrativo da Justiça Federal (Presidente Wilson). Além do risco de extravio dos autos nessa movimentação, há atraso na tramitação, diante da necessidade de se expedir e conferir guias de remessa e recebimento, ocupando servidores, cuja força de trabalho poderia ser alocada na atividade fim.

Ademais, diante da inovação procedimental promovida pelo novo Código de Processo Civil que, em seu art. 1.035, § 7º, estabelece a possibilidade de interposição de agravo interno contra decisão que determina o sobrestamento de recursos especial e extraordinário, o que decerto acarretará um aumento na quantidade de processos com tais recursos para a Vice-Presidência.

Digno de nota, ainda, que atualmente o órgão inspecionado não conta mais com o auxílio dos dez servidores da ASAG que atuaram no setor entre maio de 2015 e maio de 2016.

Com relação às recomendações da inspeção anterior, conquanto a assessoria tenha informado a regularização das fases processuais no sistema, não é o que se observa da análise dos processos selecionados para a inspeção, inclusive, conforme já registrado, foram identificados diversos processos sobrestados, cuja fase respectiva somente foi lançada durante os trabalhos de inspeção, em face da solicitação dos processos à Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência e a constatação de que se encontravam no NURE. Também foram identificados 172 processos naquele núcleo, sem determinação de sobrestamento.

A recomendação relativa à utilização do processo judicial eletrônico também não foi cumprida, pois ainda é incipiente a implantação do PJE na Terceira Região, conforme registrado no relatório da Presidência.

No que diz respeito à criação de um corpo permanente de servidores lotados na Vice-Presidência, é de se destacar que existem 6 cargos comissionados (5 CJ3 e 1 CJ1) e 14 funções gratificadas naquele órgão.

O mutirão recomendado foi realizado, o que resultou numa expressiva redução do acervo, mormente dos processos de natureza previdenciária e administrativa. Para tanto, a Vice-Presidência contou também como o auxílio de dez servidores do ASAG – Assessoria de Apoio aos Gabinetes, no período de maio/2015 a maio/2016.

As metas do CNJ vêm sendo atendidas quanto aos processos criminais e de improbidade administrativa, assim como a Meta 2 em relação aos processos de natureza previdenciária e administrativa. O mesmo não pode ser dito no tocante aos tributários, em relação aos quais não se observa a antiguidade do recebimento.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

A partir da análise dos processos selecionados para inspeção, assim como das entrevistas realizadas e visitas às diversas unidades onde existem processos de competência da Vice-Presidência, observa-se ser imperativa a redução do acervo dos processos antigos, muitos dos quais conclusos há mais de nove anos.

Para tanto, é imprescindível a realização de mutirões de servidores, coordenados pela assessoria do Vice-Presidente, sob orientação deste. Não se desconhece a situação de contingenciamento pela qual passam os órgãos da Administração Pública, o que pode inviabilizar a implementação de ações das quais resultem despesas. Nada obstante, considerando que do armazenamento e conservação do acervo também resultam gastos e força de trabalho, convém à Administração analisar a possibilidade de serem realizadas ações com vistas à eliminação do acervo existente no Fórum República, assim como a redução dos processos sobrestados, retirando do prédio administrativo (Presidente Wilson) os processos cujos paradigmas já foram julgados e o respectivo acórdão publicado.

Ademais, deve ser verificada, junto à Presidência, a possibilidade de a ASAG – Assessoria de Apoio aos Gabinetes, continuar em auxílio à Vice-Presidência até a eliminação do acervo citado acima.

Caso não seja possível, deve ser verificada a possibilidade de se aumentar o quadro de servidores da Vice-Presidência, a partir da distribuição de cargos vagos em outros setores do Tribunal, ampliando a força de trabalho permanente no setor.

Ainda em relação ao grande volume de autos armazenados nos diversos prédios do Tribunal, recomenda-se que sejam analisados os processos que tiveram sua tramitação encerrada, a fim de que se verifique se de fato há necessidade de permanecerem apensados, ou se podem ser remetidos ao arquivo, seja de primeiro ou segundo grau. Sobre o tema, é necessário que se observe também que muitos processos já ultimados não se encontram baixados no sistema, conforme constatado na análise da amostragem, devendo os servidores serem orientados para proceder a certidão de trânsito em julgado e baixa dos autos, quando for o caso.

Recomenda-se, ainda, em reforço às constatações da inspeção anterior, que as fases processuais sejam lançadas no sistema ao mesmo tempo em que executadas nos autos físicos, de modo que as informações obtidas por meio eletrônico reflitam a situação atual dos processos.

No tocante aos agravos regimentais, mormente em face da possibilidade de aumento do acervo, em decorrência da previsão de seu cabimento contra decisão de sobrestamento, recomenda-se que seja analisada a possibilidade de referidos recursos serem julgados nas Seções, a exemplo da experiência exitosa no Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Ao assim proceder, o julgamento seria realizado em sessões com menor número de membros e de acordo com a matéria de especialização de cada Seção, ao contrário do que ocorre com o Órgão Especial.

Por fim, recomenda-se que seja analisada a possibilidade de se proceder à análise dos processos sobrestados imediatamente após a publicação do acórdão do recurso representativo da controvérsia, conforme estabelece o art. 1.040 do CPC. Quanto ao tema, é mister ressaltar que os tribunais superiores já firmaram o entendimento acerca da prescindibilidade do trânsito em julgado para que exerça o juízo de conformidade<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> A título de exemplo, destacam-se os seguintes arestos:

DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. LEGITIMIDADE. POLO PASSIVO. ASSISTÊNCIA À SAÚDE. REPERCUSSÃO GERAL. INSURGÊNCIA VEICULADA CONTRA A APLICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO IMEDIATA DOS ENTENDIMENTOS FIRMADOS PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM REPERCUSSÃO GERAL. 1. A existência de precedente firmado pelo Plenário desta Corte autoriza o julgamento imediato de causas que versem sobre o mesmo tema, independente da publicação ou do trânsito em julgado do paradigma. Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, 1ª Turma, ARE 930.647 – AgR, REl. Min, Roberto Barroso, DJe 11/4/2016).

**GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL  
Desembargadora Federal THEREZINHA CAZERTA**

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

- 1.1. Identificação:** Corregedora Regional da Justiça Federal da 3ª Região, Desembargadora Federal **THEREZINHA ASTOLPHI CAZERTA**
- 1.2. Órgãos de atuação:** A Desembargadora Federal THEREZINHA ASTOLPHI CAZERTA atua na Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região, no Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, no Órgão Especial e Plenário do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
- 1.3. Tempo de atuação:** Tomou posse, interinamente, no cargo de Corregedora Regional da Justiça Federal da 3ª Região, em 10/6/2015, tendo assumido novo mandato em 22/2/2016, em virtude de reeleição para o mesmo cargo, integrando, nesse mesmo período, o Conselho da Justiça Federal da 3ª Região. Ocupou, desde 22/5/2003 até 10/6/2015, gabinete especializado em matéria previdenciária, integrante da 8ª Turma e 3ª Seção. Atua no Órgão Especial desde 9/5/2002.

Há 1 Juíza Federal em auxílio à Corregedoria, Raquel Fernandez Perrini, convocada desde 18/4/2016, pelo Ato Pres. nº 220/2016.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Corregedora Regional.

---

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 543-B, § 1º, DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO DO FEITO. PRECEDENTES DO STJ E DO STF. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

(...)

III. Ademais, tanto o STF quanto o STJ possuem entendimento de que, para a aplicação do paradigma formado em sede de Recurso Repetitivo ou de Repercussão Geral, é desnecessário aguardar o trânsito em julgado.

IV. Nesse sentido, "a existência de precedente firmado pelo Plenário desta Corte autoriza o julgamento mediato de causas que versem sobre o mesmo tema, independente da publicação ou do trânsito em julgado do paradigma" (STF, ARE 673.256 AgR, Rel. Ministra Rosa Weber, 1ª Turma, DJe de 22/10/2013).

V. Agravo Regimental improvido. (STJ, 2ª Turma, AgRg no REsp 1.491.892, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe 3/6/2015).

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Corregedoria	Gabinete Des. Federal	TOTAL
Servidores efetivos	12	15	27
Servidores sem vínculo	0	0	0
Servidores requisitados	1	1	2
Servidores prestando serviços em outros setores	0	0	0
Terceirizados	0	0	0
Vagas não ocupadas	1	0	1
Estagiários	0	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>17</b>	<b>31</b>
Servidores em área-fim	11	13	24

##### 1.4.1. Cargos e funções comissionadas em atividade: 24, assim distribuídas:

	CJ3	CJ2	CJ1	FC6	FC5	FC4	FC3	FC2	FC1
Corregedoria	3	1	0	0	0	4	1	1	0
Gabinete do Des. Fed.	1	1	0	1	0	4	7	0	0
Total	4	2	0	1	0	8	8	1	0

## 2) ORGANIZAÇÃO, METODOLOGIA E BOAS PRÁTICAS:

Além dos feitos específicos da Corregedoria, o Desembargador recebe distribuição de feitos de natureza jurisdicional, enquanto membro da Corte Especial, além de feitos administrativos do Plenário.

A Unidade está organizada por setores, com as respectivas funções e atribuições:

1 – Correições - Núcleo voltado à realização das Correições Gerais Ordinárias (CGOs) e Extraordinárias (CGEs) e Inspeções Administrativas de Avaliação (IAAs). Desempenha atividades que compreendem a execução de atos preparatórios às CGOs/CGEs e IAAs, relatórios prévios sobre a unidade judiciária a ser correccionada e/ou inspecionada, verificações *in loco* e confecção das minutas de relatórios posteriormente levados a julgamento no Conselho da Justiça Federal da 3ª Região;

2 – Normatização - Setor responsável pela triagem, elaboração de minutas de decisões e acompanhamento do processamento de expedientes e recursos, bem como dos feitos sob relatoria do Desembargador Federal Corregedor Regional no Órgão Especial e no Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, excetuadas as Correições Gerais Ordinárias, e das respectivas pautas de julgamento, inclusive das reuniões do Fórum Permanente de Corregedores da Justiça Federal (CJF); pelos expedientes preparatórios dos concursos de promoção e remoção e procedimentos relacionados ao

vitaliciação dos juízes federais substitutos. Com relação à normatização, acompanha as inovações e alterações normativas, realiza pesquisas e propõe modificações;

3 – Secretaria - responsável pelo recebimento de processos, expedientes, requerimentos e documentos; autuação, registro e processamento dos feitos de competência da Corregedoria Regional; recebimento de intimações e acompanhamento dos sistemas de processos eletrônicos do Conselho Nacional de Justiça; expedição de formulários de alvarás de levantamento; efetivação e acompanhamento das comunicações decorrentes da atividade de julgamento e outros atos;

4 – Estatística - responsável pelo recebimento, processamento, conferência e acompanhamento dos dados informativos relativos à tramitação de feitos nas varas federais e CECAPs – Centrais de Cumprimento de Atos Processuais, bem como aqueles referentes à produtividade dos magistrados federais em varas federais, juzizados especiais federais (varas-gabinetes/adjuntos) e turmas recursais. Responsável também pelo gerenciamento do banco de dados mediante cadastro e disponibilização de senhas aos respectivos usuários de sistemas eletrônicos como BACENJUD e INFOSEG;

5 – Setor RH Magistrados (COGEAUTORIZA) - responsável pelo processamento dos pedidos de afastamento (compensações e ausências) dos juízes federais encaminhados via correio eletrônico, em conformidade com o artigo 80 do Provimento CORE 64/2005; pela averbação, em relatório informatizado (Sistema RHM3), dos afastamentos dos juízes; e pelo acompanhamento dos pedidos de autorização para juízes residirem fora da Sede da Subseção Judiciária de sua lotação.

O critério para a organização do acervo e controle de movimentação interna, no que concerne aos autos físicos, é feito por meio de planilha de acompanhamento processual gerenciada pela Secretaria. No tocante aos expedientes eletrônicos, mediante ferramenta disponível no sistema SEI – Sistema Eletrônico de Informações, que permite a visualização da listagem geral dos expedientes em tramitação na Corregedoria Regional, bem como de listas parciais, vinculadas ao servidor a quem está atribuída a responsabilidade pelo exame inicial e posterior encaminhamento do expediente.

Os processos de relatoria da Desembargadora estão acondicionados na Secretaria, separados por assunto e data.

Os procedimentos administrativos pertinentes às atividades correcionais em curso encontram-se cadastrados eletronicamente no Sistema SEI – Sistema Eletrônico de Informações, sendo os prazos de sua tramitação e eventuais extrapolações verificados pela Secretaria, sob a supervisão do assessor responsável.

Quanto aos processos físicos, os quais se restringem, praticamente, aos feitos de competência do Órgão Especial e Plenário, a Unidade atenta ao cumprimento das Metas do CNJ e prioridades legais, observando o devido processo legal e os prazos definidos em lei. Observa, ainda, o prazo legal para lavratura de acórdãos e sua remessa para

publicação. A consulta aos autos físicos é autorizada, desde que não configurada nenhuma das hipóteses de impedimento legal.

O controle estatístico da unidade é feito periodicamente, observadas as peculiaridades do setor e a normatização do Conselho da Justiça Federal e do Conselho Nacional de Justiça. Efetiva-se por meio da utilização de recurso disponível no sistema SEI – Sistema Eletrônico de Informações, que indica o número total de expedientes em tramitação na Corregedoria Regional, bem como o *login* do servidor a quem incumbe conferir-lhes andamento.

A distribuição interna das atividades ocorre da seguinte maneira: por meio da disposição de servidores, de acordo com o volume de trabalho, entre os 5 setores que compõem a Corregedoria Regional, observando-se, na medida do possível, aptidões pessoais e experiência profissional, de forma a otimizar o trabalho desempenhado, sendo possível a alteração da organização em curso, segundo critérios de conveniência e necessidade, bem como a realocação temporária de servidores para realização de mutirões que visem a atender a demandas pontuais de determinado setor da Unidade.

Procura-se manter, permanentemente, quórum de servidores suficiente ao regular funcionamento da Unidade, escalonando-se as férias e afastamentos dos servidores de modo a garantir o bom andamento das atividades.

Dadas as peculiaridades das atividades desempenhadas, a Corregedoria Regional entende desnecessários o estabelecimento de metas e o controle periódico de produtividade, individual ou da Unidade, bem como a avaliação rotineira de resultados. Contudo, há uma verificação periódica de controle de tramitação e de prazos, procedida em cada setor e conferida pela Secretaria, com vistas ao cumprimento célere das demandas e diminuição do acervo – metas permanentes da Corregedoria –, além de controle estatístico regular do acervo da Unidade, que leva em conta os expedientes gerados, encerrados e em tramitação, a permitir a análise comparativa de dados e resultados.

A Meta 10/2010 do CNJ vem sendo cumprida pela unidade.

Há a realização de mutirões, conforme projetos estabelecidos pela Corregedoria, tendo sido promovidas ações dessa natureza, tendo como foco:

- O encerramento de expedientes em que não há mais providências a serem tomadas, com vistas ao melhor controle dos feitos efetivamente em tramitação;

- A redução do acervo de expedientes em tramitação, com a priorização dos mais antigos e urgentes;

- A adequação da normatização às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e Conselho da Justiça Federal;

- A migração, em parceria com o setor de informática, dos dados de cadastramento referente a afastamento dos magistrados do antigo sistema Acces para o sistema RHM3,



que permite a integração das informações nele contidas entre a Corregedoria Regional e a Divisão de Assuntos da Magistratura – DMAG, otimizando o trabalho de ambos os setores;

- A elaboração do projeto e a adoção de medidas, em parceria com o setor de informática, a permitir o processamento dos pedidos de afastamento por meio eletrônico (e-GP e SEI), em substituição ao processo físico atualmente utilizado, gerando economia de recursos (projeto em fase de finalização).

Em relação às inspeções nas unidades jurisdicionais, estas são realizadas obedecendo aos critérios:

- Há formulários padronizados;

- Não há item sobre a alienação antecipada de bens, nos formulários de Inspeção Geral Ordinária;

- Há atualização dos formulários em conformidade com os normativos e metas do CJF e do CNJ;

- Nos formulários de Inspeção Geral Ordinária, são colhidas, dentre outras, as seguintes informações: quantidade de processos em tramitação e inquéritos policiais, de processos conclusos para sentença e despacho e de processos sentenciados, em fase de execução de sentença e sobrestados; controle dos processos mais antigos; cumprimento de Metas e Resoluções do CNJ e CJF; utilização de livros e pastas e adoção de sistema eletrônico; controle de entrega de correspondência e de levantamento de valores; registro de audiências; controle de sentenças, liminares e antecipação de tutela; controle do termo de fiança; controle de cumprimento de prazos de serventários e partes, cartas precatórias e publicação; controle de carga e devolução dos autos, baixa de processos devolvidos e sentenciados e de cumprimento e devolução de mandados; lançamento de dados no sistema de informações processuais; controle de prazo para instrução dos feitos, prioridade no julgamento de processos com réus presos e remessa de recurso voluntário e de ofício à instância superior; existência de unidade de execução de cálculos judiciais; certificação de decurso de prazo; controle de bens penhorados; controle do horário de expediente dos servidores e situação do mobiliário.

Quanto às correições nas unidades jurisdicionais, estas são realizadas obedecendo aos critérios do Conselho Nacional de Justiça e Conselho da Justiça Federal, bem como à normatização da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 3ª Região.

Nos trabalhos correccionais, a Unidade observa, dentre outros aspectos: a razoável duração do processo, a efetividade no cumprimento das ordens judiciais, a produtividade das unidades judiciárias, o sistema de acompanhamento processual e controle estatístico, a adoção de procedimentos que tornem mais célere a prestação jurisdicional e a priorização no julgamento dos feitos de natureza criminal, ações civis públicas e processos relativos à improbidade administrativa.

Não foram listados processos para inspeção na unidade.

Não havia recomendações pendentes da inspeção anterior ou da autoinspeção.

A Unidade informou que existem 18 processos que apuram responsabilidade de juízes de 1º grau.

Quanto às boas práticas:

a) utilização de processo eletrônico (Sistema Eletrônico de Informações – SEI) em relação à quase totalidade dos expedientes em tramitação na Unidade;

b) utilização de questionário padrão e processo eletrônico para fins de efetivação das Inspeções Gerais Ordinárias;

c) informatização e automatização do processo de trabalho inerente à elaboração e divulgação de dados estatísticos da Justiça Federal de 1º Grau;

d) implantação de processo eletrônico no tocante ao processamento do vitaliciamento dos juízes federais substitutos;

e) padronização do processamento dos pedidos de afastamento de magistrados;

f) nos trabalhos correccionais, orienta servidores e magistrados a proceder de modo a garantir a razoável duração do processo e o cumprimento das Metas do Conselho Nacional de Justiça e Conselho da Justiça Federal, por meio da utilização de relatórios gerenciais, padronização de rotinas, adoção de mutirões e de centrais de conciliação e do compartilhamento de práticas bem sucedidas em determinadas unidades judiciárias;

g) procura gerir seu quadro de pessoal de modo a identificar e administrar positivamente as peculiaridades inerentes aos servidores, efetivando potencialidades, otimizando o trabalho desempenhado e aumentando a satisfação pessoal;

h) com o olhar sempre crítico à metodologia de trabalho adotada e objetivando oferecer resposta às demandas sociais, a Corregedoria procedeu à adequação de seu orçamento, entabulando alterações na programação de trabalho e logística interna das atividades correccionais, fazendo uso racional dos recursos disponíveis.

### **3) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) a unidade foi visitada para levantamento e registro de dados gerais, sem listagem de feitos para inspeção ou controle processual;

b) há 1 Juíza Federal em auxílio à Corregedoria, Raquel Fernandez Perrini, convocada desde 18/4/2016, pelo Ato Pres. n. 220/2016;

c) quanto ao número de servidores alocados na unidade, considerando a realidade do TRF/3ª Região, poderia ser aumentado, porém, se comparado com outros setores inspecionados, está mais bem servido de auxiliares. Observou-se, também, que diante da especificidade do órgão, o mesmo deveria ter um corpo de servidores permanentes, de modo a não haver solução de continuidade nas atividades a cada mudança de gestão, o que ocorre bienalmente;

d) a Unidade tem práticas salutares para o bom desenvolvimento das atividades no órgão;

e) a Desembargadora Corregedora tem um excelente controle da sua unidade, conhecendo as especificidades das subseções judiciárias da região e vem fazendo, com regularidade, inspeções nessas unidades;

f) além dos feitos específicos da Corregedoria, a Desembargadora mantinha em seu Gabinete 33 Processos judiciais, sendo 4 conclusos com pedido de vista e 29 conclusos para declaração de voto vencido. Durante a inspeção esta equipe foi informada pelo Gabinete de que foram lavrados os votos vencidos pela eminente Desembargadora e os processos encaminhados para respectiva Secretaria, o que foi confirmado em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual. No tocante aos pedidos de vista, a equipe de inspeção foi informada de que a dificuldade estava na marcação de dia para inclusão em pauta de julgamento, de forma a manter a mesma composição do órgão julgador quando foi interrompido o julgamento.

São os seguintes Processos no Gabinete com pedido de vista: 00077254220104036120, 00371351720114039999, 00203313720124039999 e 00414285920134039999.

#### **4) RECOMENDAÇÃO:**

Incluir em pauta, no prazo de 10 dias, conforme art. 940 do CPC, os seguintes Processos com pedido de vista: 00077254220104036120, 00371351720114039999, 00203313720124039999 e 00414285920134039999.

## II - GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS

### GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA

#### DESEMBARGADOR FEDERAL HÉLIO NOGUEIRA

**Especialidade:** Nos termos do art. 10 do Regimento Interno do TRF da 3ª Região, a competência da 1ª Turma é relacionada às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); à matéria de direito privado, dentre outras, a) domínio e posse; b) locação de imóveis; c) família e sucessões; d) direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; à matéria trabalhista de competência residual; à propriedade industrial; aos registros públicos; aos servidores civis e militares e às desapropriações e apossamentos administrativos.

#### 1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **HÉLIO NOGUEIRA**

1.2. **Órgãos de atuação:** 1ª Turma e 1ª Seção

1.3. **Tempo de atuação no acervo:** 11/12/2014

O Magistrado não requereu remoções interna, exercendo a jurisdição na 1ª Turma e 1ª Seção desde a sua posse no cargo.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	14	0	0	0	4	18	12
Inspeção/2016	16	0	2	0	4	22	16

A força de trabalho em exercício sofreu ligeira alteração positiva, uma vez que foram agregados 4 servidores à força de trabalho, isso em relação à existente na

inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 22. Os 4 servidores adicionados ao gabinete incrementaram a força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	10.269
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	7.924
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	8.424
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	6.216
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	2
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

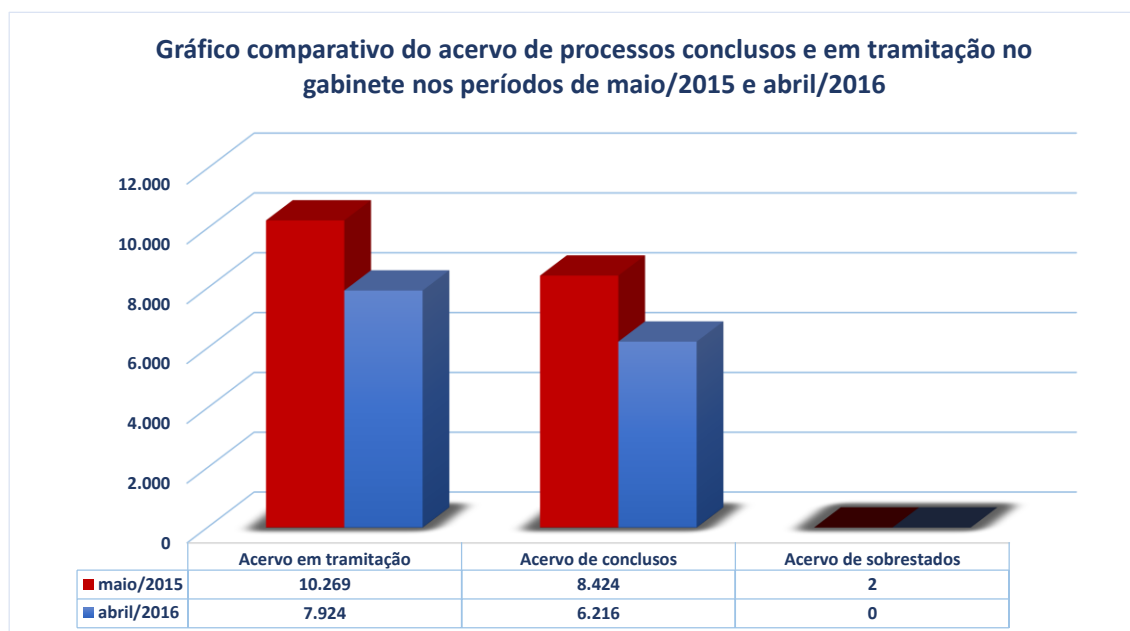
\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu de forma significativa, havendo uma redução do estoque de processos em, aproximadamente, 26%, representando uma baixa efetiva de 2.208. O número de sobrestados reduziu a zero. Aqui cabe apontar que no período objeto da inspeção, o gabinete exibiu a 6ª melhor produtividade anual de todo o Tribunal, julgando a média mensal de 502 feitos, o que representa o julgamento de 124% além da média de distribuição mensal, que é de 224 processos/mês.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 6.216 processos conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 388 processos por servidor. Cabe apontar que, segundo o relatório do CNJ, Justiça em Números 2015, pág. 285, Gráfico 6.27, a carga média de trabalho do servidor da área judiciária, no segundo grau de jurisdição, é de 529.

O acervo total em trâmite no Tribunal teve igual diminuição, de 2.345 processos, o que representa redução de 23% do acervo, no período de 1 ano.

O histórico estatístico do acervo da Unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	2.922
Total de processos (saídas)**	6.140
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-3.218
Processos distribuídos	2.693

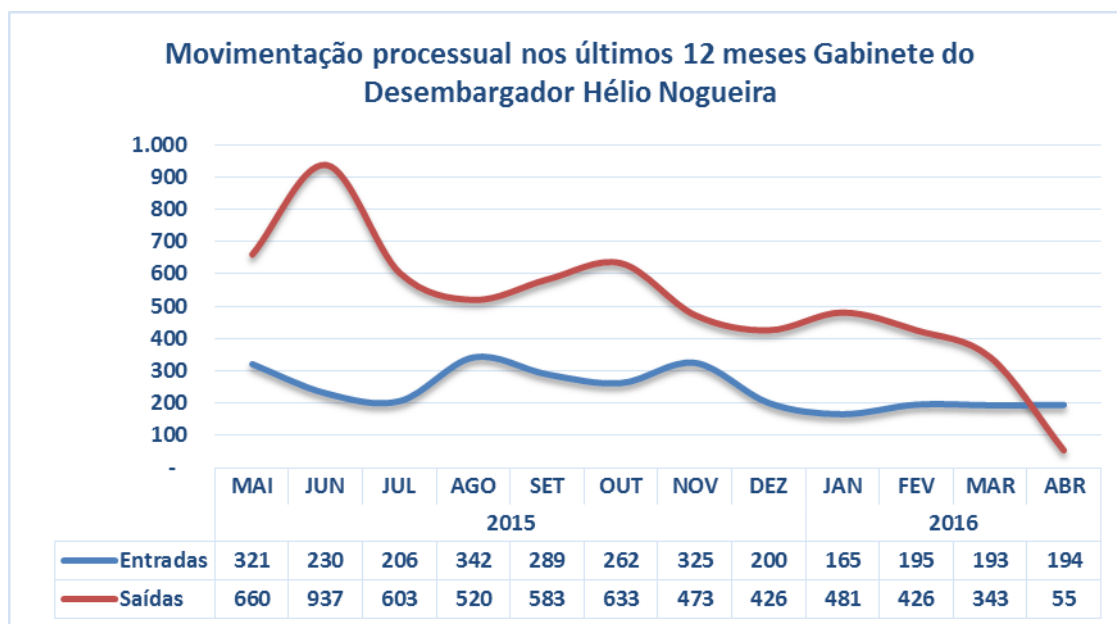
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.922 e saída de 6.140 processos, resultando, assim, em relevante redução do acervo, fato esse que merece registro e reconhecimento por parte da corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	841
Processos julgados em mesa	140
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	5.066
<b>Total geral</b>	<b>6.047</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	41%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 6.047 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.693; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 140 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 5.066 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 41%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	261
b. Agravo Legal/Regimental	733

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 261 embargos de declaração e 733 agravos legais/regimentais.

Não há processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	74
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	24
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	370
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	485
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	362
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	423
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	540
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	628
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	2
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	4

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)</b>	
Meta 7 - Baixar quantidade maior de processos criminais do que casos novos no ano corrente (abril/2016)	
Casos novos criminais	23
Processos criminais baixados	375
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	41

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 2.906 processos, representando 47% do acervo de processos conclusos na unidade, 6.216.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016, por ano de distribuição:



PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO,  
NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. HÉLIO NOGUEIRA			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	6	0	0
1990	2	2	0
1991	0	0	0
1992	1	0	0
1993	1	0	0
1994	8	3	1
1995	5	2	0
1996	3	4	1
1997	8	6	0
1998	6	3	0
1999	20	17	6
2000	18	12	7
2001	38	36	21
2002	58	50	32
2003	37	22	14
2004	55	47	33
2005	33	28	17
2006	73	51	27
2007	789	627	393
2008	1.019	800	510
2009	900	645	375
2010	957	717	441
2011	1.399	971	558
2012	1.716	1.217	666
2013	1.696	1.187	619
2014	549	1.598	795
2015	0	652	1.343
2016	0	0	357
<b>Total</b>	<b>9.397</b>	<b>8.697</b>	<b>6.216</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

De acordo com as informações apresentadas, é possível visualizar que há uma baixa constante do acervo processual, havendo julgamento tanto dos processos antigos quanto dos mais recentes. Todavia, tomando por base o ano de 2012, percebe-se que há um tratamento uniforme de baixa nos anos de 2007 a 2012, período em que existe uma concentração de julgamentos, conquanto haja, ainda, 159 processos distribuídos entre os anos de 1994 ao ano de 2006. Percebe-se, pois, que nos últimos dois anos, não foi dada preferência no julgamento dos processos mais antigos, apesar de se constatar significativa baixa do acervo processual como um todo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na Unidade, não são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, o Gabinete trabalha com processos distribuídos no ano 1994, portanto, com mais de duas décadas de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, havia 2 processos; enquanto os da Meta 6/2016 eram 4. Tendo em vista a

relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

Em relação à Meta específica do CJF 7/2016, verificou-se que a Unidade está buscando atendê-las satisfatoriamente. Recomenda-se a adoção de esforços para julgamento, em sua totalidade, dos processos relacionados à Meta específica do CJF 8/2016, isso em função da relevância do tema ali tratado.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	2
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	5
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se, quando da efetiva visita ao Gabinete, que há 8 processos do gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, bem como não há feitos que aguardam voto-vista. Não há processos aguardando a declaração de voto. Existem 10 processos que aguardam providências externas há mais de 30 dias:

- Procuradoria Regional Federal:

201061150013067 (art. 1.021, §2º, NCPC)

- Ministério Público Federal:

201361000148829 (vistas para parecer - Ação Coletiva)

200761000303934 (ciência de decisão)

- União Federal (AGU):

201103000312420 (ciência de decisão - interesse indígena)

200661002043416 (artigo 1.021, §2º, NCPC)

200661000142430 (artigo 1.021, §2º, NCPC)

200661000243404 (artigo 1.021, §2º, NCPC)

201603000002361 (artigo 1.019, II, NCPC)

200061000177831 (artigo 1.021, §2º, NCPC)

201403000316437 (artigo 1.021, §2º, NCPC)

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	4
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da Unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de processos conclusos para revisão, tampouco para voto-vista e não há processos pendentes para declaração de voto.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a Unidade está atualizando os seus procedimentos.

A partir da vigência do CPC de 2015, o Gabinete passou a implementar as seguintes modificações de procedimento:

- Intimação/cientificação das partes em cumprimento aos artigos 9º e 10º;
- Decisões terminativas somente são prolatadas nas hipóteses expressamente previstas;
- Os agravos internos (antigos agravos legais) passaram a ser pautados, sendo que anteriormente eram levados à mesa de julgamento.

### **3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:**

Dos 146 processos selecionados para inspeção, 137 foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção. São eles:

200003000571980	200161120078642	200361000137421
200760030010220	200761820315006	200903990099739
200961830031680	201261810050083	201503990065705

A amostragem revelou a existência de 11 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando à data de 2/9/2010.

Também, verificou-se a existência, na amostragem, de 13 feitos criminais com réu preso, todos vinculados a processos recursais.

Na Unidade, não se observaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, havia um processo extraviado (200003000571980), o qual, todavia, foi redistribuído, por sucessão, ao Desembargador Federal Peixoto Junior, em 18/5/2016.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Julgar, no prazo de 90 dias:

198761000200779	198861000105507	199661191056177
199803010768921	199861056084503	199903990587398
199903990634479	199903990639337	199903990989129
199903991055888	199903991140934	199960020011459
199961000195634	199961000229000	199961000247993
199961000291090	199961000524629	199961020112448
199961050125913	199961140008806	199961810065316
200003990127628	200003990393791	200003990680111
200061030015602	200061170017425	200103990168970
200103990186790	200103990216435	200103990544219
200161050040382	200161070050496	200161090008862
200161090023371	200161090031963	200161090036330
200161090044337	200161090048161	200161100098260
200161140005530	200161140008554	200161140043529
200161140044820	200161190045571	200161200017360
200161200038144	200161810063250	200161810072974
200203990067847	200203990165560	200203990180056
200203990183380	200203990290597	200203990415618
200203990422283	200203990438667	200203990438679
200203990439908	200203990451600	200260000071210
200260020026002	200261000019110	200261000032667
200261000050906	200261000051972	200261000064243

200261000075976	200261000223199	200261020046118
200261020073638	200261030057769	200261200041445
200361810001174	200361810015343	200361810025038
200461000172735	200461050150322	200503990176595
200560000103594	200560040009175	200561020060414
200561030045872	200561030049671	200561060000404
200561080035655	200561110047289	200561110055936
200603000953878	200661000096900	200661060075032
200661090007685	200661090069149	200903000371751
200961000106360	201061000024618	201061090053613
201203000253479	201261000126059	201261000223521
201303000078170	201303000102755	201361000116381
201403000125292	201403000185410	201403000233532
201503000033626	201503000080690	201503000094226

b) Julgar, no prazo de 60 dias:

200661020137841	200761020096892	201160060014360
201160060014371	201160060014383	201161810129187
201161810129205	201161810129217	201260060015380
201303000302355	201361810024994	201403000088593
201403000156781		

c) Regularizar a fase processual no sistema e nos autos físicos e promover seu andamento: 200161090023371 e 200161090023371;

d) Priorizar o julgamento: 200461050150322, 200560000103594, 200561030049671 e 200561110055936.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da Unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo, por ordem rigorosamente cronológica, em geral, pois muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo. Ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

a) Triagem inicial de processos:

Relatou-se a existência de sistema efetivo de triagem inicial dos processos, os quais são encaminhados, diariamente, às equipes respectivas, de acordo com a atribuição previamente determinada de cada servidor.

b) Classificação e separação física de processos:

Após a triagem, o processo é classificado, de acordo com as prioridades legais e eventuais urgências, sendo alimentado sistema informatizado de localização do processo, os quais ficam localizados, fisicamente, tanto nas prateleiras, quanto nas mesas dos servidores.

c) Especialização de servidores por matéria ou fase processual:

Segundo o magistrado entrevistado, a Unidade conta com uma equipe de 3 servidores para fazer frente ao remanescente de processos criminais, força de trabalho essa que é composta pela participação direta do Desembargador, que exibe larga experiência na jurisdição criminal. O restante dos servidores labora na área cível, sem que haja especialização definida.

d) Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ:

O Gabinete relata a existência de observância na ordem de julgamento de processos com prioridade legal ou com meta estabelecida pelo CNJ. Sustenta que os feitos que se enquadram nessas situações são, primeiramente, identificados, em seguida separados e localizados como prioridade de julgamento. Todavia, como já observado, apesar de haver uma baixa contínua do acervo antigo, não há uma real priorização de tais processos.

e) Medidas de conciliação e desistência de recursos:

Há um Setor de Conciliação no próprio Tribunal, o qual informa as matérias em que se faz viável a possibilidade de conciliação.

f) Priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa:

Sustenta a existência de determinação do Desembargador para que os processos adiados e pendentes de julgamento em mesa sejam levados na sessão seguinte.

g) Controle de prazo para julgamento de feitos:

Haja vista o histórico do acervo, a estratégia atual do Gabinete é focada na paulatina e sustentável diminuição do acervo processual. Não há esforço concentrado para findar os estoques de processos antigos constantes no acervo do Gabinete.

h) Fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores:

O Desembargador informou o estabelecimento de meta, de acordo com a avaliação trimestral de produtividade de cada servidor, informação essa colhida junto ao sistema informatizado do próprio Tribunal. Como forma de estímulo de manutenção de produtividade, é franqueado a um grupo de servidores, atualmente 4 deles, o trabalho remoto, com a contraprestação de 20% de incremento na produtividade média (há o comprometimento de disponibilidade de comparecimento no local físico do trabalho, caso haja necessidade). Ao que tudo indica, a estratégia tem se mostrado exitosa, uma vez que o Gabinete exibiu-se como o 6º mais produtivo de toda a Corte, no período analisado, superando a distribuição média em mais de 124%.

i) Planejamento e avaliação periódica de atividades:

Há avaliação periódica das atividades mediante a publicação da estatística mensal pela assessoria de Gestão de Sistemas de Informação do Tribunal.

j) Desempenho:

O desempenho do Gabinete no período avaliado foi excelente, haja vista que houve significativa diminuição do acervo processual.

k) Produtividade e metas:

O Gabinete conseguiu traçar e cumprir metas setoriais, tais como o estabelecimento de um quantitativo mínimo de minutas a serem elaboradas por setor, o julgamento de processos em número superior ao distribuído, bem como o julgamento de todos os agravos distribuídos anteriormente a 2016. O cumprimento das metas é verificado semanalmente, sendo conferido ao servidor que, no período de um mês, supere em 30% a meta, um dia de compensação.

l) Gestão de pessoal e recursos materiais:

A Chefia de Gabinete é responsável pela gestão de pessoal, bem como há servidor com atribuição de gerir os recursos materiais.

m) Atendimento a advogados:

O Magistrado atente aos advogados pessoalmente, sem necessidade de prévio agendamento.

n) Acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores:

A Unidade afirma que há rigorosa observação das orientações contidas nas inspeções anteriores.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

Importante observar o histórico do Gabinete n. 1.013. O antigo titular do Gabinete, Desembargador Federal Theotônio Costa, esteve afastado da jurisdição desde o ano de 2003, sendo declarada a perda do cargo tão só em abril de 2013. A situação atípica da unidade, durante uma década, ocasionou grande prejuízo à gestão processual, pois funcionou, por largo período, sob a direção de juízes federais convocados que, dada a efemeridade própria da convocação, ocasionou dificuldade na formação da assessoria e estabelecimento de estratégia de gestão de médio ou longo prazos. Houve acúmulo do acervo que repercute até a presente data.

Não bastasse, logo após a implantação da Quarta Seção do Tribunal, especializada em Direito Penal, alterou-se a competência das Turmas pertencentes à 1ª Seção, dentre elas, a 1ª Turma, a qual pertence o Gabinete ora inspecionado, de modo a não mais compreender a competência criminal, ressalvado, pois, a competência criminal residual. Relatou-se incremento significativo da distribuição do Gabinete, com a alteração regimental. Inobstante, a competência criminal residual demanda, ainda, concentração expressiva de força de trabalho, consumindo mais de 20% dos colaboradores.

Em relação ao acervo criminal que ainda subsiste no Gabinete, o Magistrado indicou, durante a entrevista, a necessidade do período de 6 meses para solução dos feitos de competência residual.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) O Magistrado demonstrou ter conhecimento profundo sobre o acervo que compõe o Gabinete, bem como controle da administração dos recursos humanos presentes na Unidade. A estrutura organizacional é boa, exibindo-se uma das mais produtivas de todo o Tribunal, isso durante o período alvo da presente inspeção. Para tanto, houve uso intenso de decisões monocráticas, que preencheram 84% de todas as decisões prolatadas durante o período compreendido na inspeção;

b) Há uma organização do acervo processual satisfatória, havendo anotação em sistema informatizado da localização física de cada processo, em estantes e armários;

c) Sobre os efeitos próprios da alteração da competência da 1ª Seção, especificamente em relação aos feitos criminais remanescentes, relatou o magistrado um plano de trabalho focado nos julgamentos dos processos criminais em um prazo estimado de 6 meses;

d) O quantitativo de servidores lotados no Gabinete é próximo ao ideal, restando tão só um cargo aguardando provimento.



## 6) RECOMENDAÇÕES:

a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) Elaboração de um plano de trabalho voltado à priorização do julgamento dos feitos de maior antiguidade, no prazo de 60 dias, vez que há processos com mais de duas décadas aguardando julgamento. O resultado do plano de trabalho deverá ser apresentado à Corregedoria a cada 6 meses, durante o período de 2 anos.

c) Recomenda-se o julgamento prioritário de processos afetos à competência criminal, em especial os feitos com réu preso, a seguir discriminados:

201161810129205	201261810050083	201361810024994
200661020137841	201160060014360	201160060014371
201160060014383	200761020096892	201161810129217
201161810129187	201260060015380	

d) Criação de plano de trabalho específico para julgamento dos feitos criminais relacionados à competência residual pertencentes ao Gabinete, no prazo de 60 dias, devendo apresentar o resultado obtido à Corregedoria em 6 meses.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL WILSON ZAUHY**

**Especialidade:** Nos termos do art. 10 do Regimento Interno do TRF da 3ª Região, a competência da 1ª Turma é relacionada às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); à matéria de direito privado, dentre outras, a) domínio e posse, b) locação de imóveis, c) família e sucessões, d) direitos reais sobre a coisa alheia, e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; à matéria trabalhista de competência residual; à propriedade industrial; aos registros públicos; aos servidores civis e militares e às desapropriações e apossamentos administrativos.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **WILSON ZAUHY FILHO**

**1.2. Órgãos de atuação:** 1ª Turma e 1ª Seção

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** 16/2/2016

O Magistrado não requereu remoções interna, exercendo a jurisdição na Primeira Turma e Primeira Seção desde a sua posse no cargo.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	15	-	1	-	4	20	13
Inspeção/2016	15	-	-	-	2	17	14

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 3 auxiliares a menos. Todavia, houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

Reduziu, de forma significativa, o quantitativo de estagiários em 50%, isso em função de contingenciamento orçamentário.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	8.232
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	8.626
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	6.823
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	7.237
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	0
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

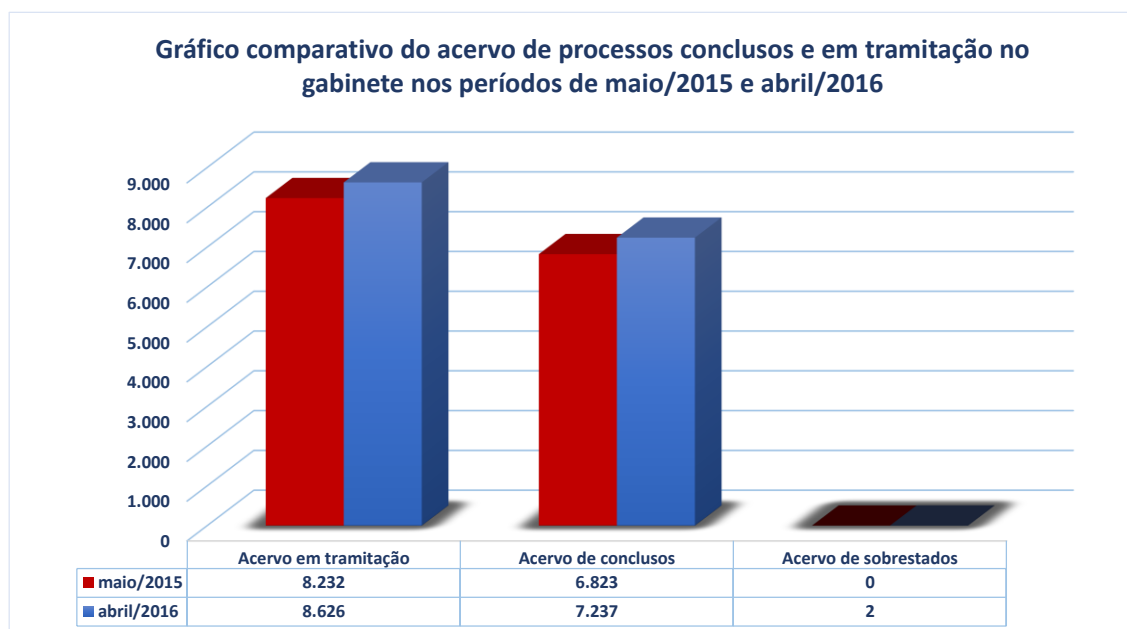
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 414 (acréscimo de 6%) e o número de sobrestados subiu em 2.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, quando da inspeção *in loco*, havia tão só 1 processo sobrestado, cujo objeto é a aplicação da Taxa Referencial sobre as contas vinculadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (201361040084731).

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 7.237 conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 517 processos por servidor. Cabe apontar que, segundo o relatório do CNJ, Justiça em Números 2015, pág. 285, Gráfico 6.27, a carga de média de trabalho do servidor da área judiciária, no segundo grau de jurisdição é de 529.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 394 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	2.905
Total de processos (saídas)**	2.172
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	733
Processos distribuídos	2.788

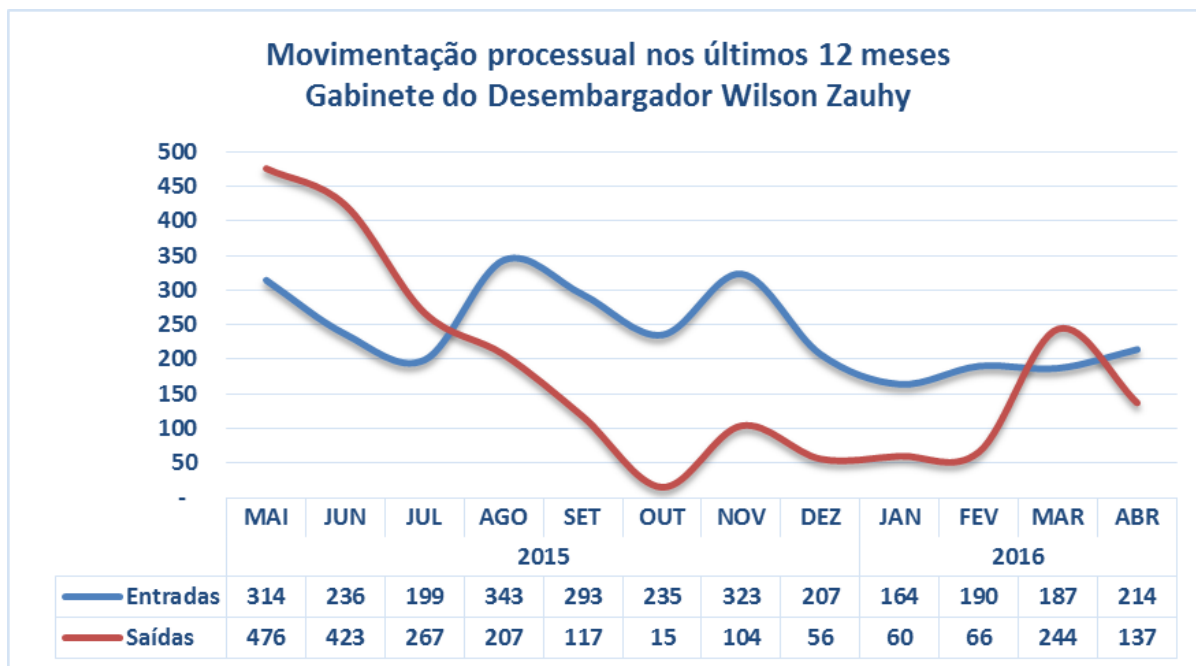
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.905 e saída de 2.172 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, fato esse que merece atenção e adoção de medidas para inversão do fluxo processual.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do acervo de processos no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	725
Processos julgados em mesa	19
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	1.288
<b>Total geral</b>	<b>2.032</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	35%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 2.032 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.788; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 19 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.288 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 35 %.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	165
b. Agravo Legal/Regimental	152

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Existem pendentes de julgamento 165 embargos de declaração e 152 agravos legais/regimentais.

Existem 2 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado, que são: 2013030000183895 e 2010030000156726.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	47
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	55
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	250
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	402
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	424
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	491
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	666
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	670
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	9

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)</b>	
Meta 7 - Baixar quantidade maior de processos criminais do que casos novos no ano corrente (abril/2016)	
Casos novos criminais	15
Processos criminais baixados	244
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	38

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 3.005 processos, representando 42% do acervo de processos conclusos na unidade (7.237).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO,  
NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. WILSON ZAUHY			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	1	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	1	0	0
1994	0	0	0
1995	1	0	0
1996	0	0	0
1997	2	0	2
1998	3	1	1
1999	27	13	3
2000	17	11	8
2001	23	19	13
2002	22	12	6
2003	31	26	18
2004	29	16	15
2005	35	30	21
2006	134	92	65
2007	409	319	275
2008	654	529	430
2009	687	543	431
2010	781	633	502
2011	1.030	808	660
2012	1.094	848	667
2013	1.451	1.042	833
2014	522	1.406	1.049
2015	0	597	1.844
2016	0	0	394
<b>Total</b>	<b>6.954</b>	<b>6.945</b>	<b>7.237</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

De acordo com as informações apresentadas, é possível visualizar que os feitos mais antigos não têm o julgamento priorizado. O acervo de processos conclusos, em abril/2014, era de 6.954, atualmente há 7.237. Não houve diminuição dos feitos conclusos, o que se revela um dado preocupante, devendo o gabinete adotar providências para inverter o fluxo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, não são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 1997, portanto, com quase duas décadas de tramitação no Tribunal.

Houve cumprimento da Meta 4/2016 do CNJ, relativa aos processos distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016; enquanto os da Meta 6/2016 eram 9. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

Em relação à Meta específica do CJF 7/2016, verificou-se que a unidade está buscando atendê-las satisfatoriamente. Recomenda-se a adoção de esforços para julgamento, em sua totalidade, dos processos relacionados à Meta específica do CJF 8/2016, isso em função da relevância do tema ali tratado.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	2
Outras situações	6
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, bem como não há feitos que aguardam voto-vista e declaração de voto. Neste universo não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	2
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	4
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 2 processos conclusos para revisão, 1 para voto-vista e nenhum para declaração de voto. Nessas situações, não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, paulatinamente, de acordo com casos individuais. Informaram, outrossim, que são continuamente ofertados cursos e treinamentos, buscando a familiarização dos servidores com a nova legislação.



A partir da vigência do CPC de 2015, o Gabinete passou a implementar as seguintes modificações de procedimento:

- Decisões terminativas somente são prolatadas nas hipóteses expressamente previstas;
- Os agravos internos (antigos agravos legais) passaram a ser pautados, sendo que anteriormente eram levados à mesa de julgamento.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 147 processos selecionados para inspeção, 145 foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção. São eles: 200161090024478 e 201203000269888.

A amostragem revelou a existência de 16 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 1999:

198861000392636	199903990002803	199961100039040
199961820547290	200061000147760	200161050021612
200161820024459	200161820036838	200260000023093
200261000035875	200261000035929	200261000067360
200261000094053	200361810048129	201503000066231
201503000094100		

Também verificou-se a existência, na amostragem, de 30 feitos criminais com réu preso, dos quais todos estão vinculados a processos recursais:

200461050079123	200561020140392	200661180003486
200661050117078	200761120038865	200861810144785
200961190010830	201060030002003	201061230019116
201161810076882	201161810042926	201161810015662
201160000006709	201160000092183	201160030016523

201161190087273	201161270036038	201261180002263
201261810074063	201261020086845	201261040103861
201261060078422	201261100008656	201261190023380
201261250011156	201261810067113	201261810091772
201361810143260	201361050021481	201403000023951

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, especialmente quanto aos processos com réus presos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados, sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Julgar, no prazo de 90 dias:

198361005549979	198861000392636	199061000076710
199561811045058	199603010936389	199703010378488
199761091042045	199803010040081	199803010176252
199903990002803	199903991151403	199961000315639
199961000365369	199961000465443	199961000465443
199961000465443	199961100039040	199961150060382
199961820186797	199961820547290	200003990032058
200003990037809	200003990230038	200003990602744
200003990715897	200060000028902	200061000147760
200061140014483	200061190262516	200061810003881
200061820656204	200103990142488	200103990181883
200103990236239	200103990409274	200161030030632
200161040063646	200161050021612	200161160006563
200161210003904	200161810035862	200161820024459
200161820036838	200203990287112	200203990310195
200260000019508	200260000023093	200260000061653
200260020002710	200261000004465	200261000035875
200261000035929	200261000036065	200261000067360
200261000086822	200261000094053	200261080048594

200261110012183	200261110040865	200261140024758
200261200041500	200261810079225	200261820409568
200361000115255	200361170021144	200361170024870
200361170033468	200361180010106	200361190008078
200361190070173	200361230008382	200361810000157
200361810000881	200361810015999	200361810028453I
200361810048129	200361810084407	200403990210847
200403990281647	200403990298775	200461000091024
200503990256104	200560040008407	200561190021444
200703001047028	200803000325980	200861810104386
200903000220694	200903000329588	200903990061013
200903990394646	201003000156726	201003000218471
201003000323140	201061150019537	201061190011306
201103000070721	201203000213421	201203000256511
201303000067998	201303000198333	201303000229408
201303000313158	201503000036603	201503000066231
201503000081608	201503000094100	

b) Julgar, no prazo de 60 dias:

200461050079123	200561020140392	200661050117078
200661180003486	200761120038865	200861810144785
200961190010830	201060030002003	201061230019116
201161810076882	201161810042926	201161810015662
201261180002263	201261810074063	201361810143260
201160000006709	201160000092183	201160030016523
201161190087273	201161270036038	201261020086845
201261040103861	201261060078422	201261100008656
201261190023380	201261250011156	201261810067113
201261810091772	201361050021481	201403000023951

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral (muitos feitos da amostragem

estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil).

Sobre o fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

##### **a) Triagem inicial de processos:**

O Gabinete designa 1 servidor para realizar a triagem dos processos, responsável pela recepção diária dos feitos que ingressam na Unidade, o qual prontamente destina os processos distribuídos para o colaborador que tem atribuição, de acordo com o recurso e matéria discutida nos autos.

##### **b) Classificação e separação física de processos:**

Após a triagem, o processo é classificado, de acordo com as prioridades legais e eventuais urgências, sendo alimentado sistema informatizado de localização do processo. Os feitos ficam localizados, fisicamente, tanto nas prateleiras, quanto nas mesas dos servidores. Exibiu-se um mapa do gabinete, contendo siglas que identificam o local preciso de cada estante ou armário, sendo tais códigos utilizados no sistema SIAPRO.

##### **c) Especialização de servidores por matéria ou fase processual:**

Devido ao pouco tempo de criação da equipe (fevereiro de 2016), não há formação clara de especialização de colaboradores por matéria ou fase processual. O Gabinete informou que destaca 3 colaboradores para trabalho específico com os processos criminais remanescentes.

##### **d) Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ:**

Segundo as informações constantes do questionário digital previamente preenchido pela unidade, os processos com prioridade legal ou relacionados às Metas do CNJ são identificados para julgamento com a maior brevidade possível. Em entrevista com a chefia do gabinete foi informado que não há, até o presente momento, uma estratégia específica para análise de tais processos. A equipe informou que tem trabalhado com uma mescla no julgamento de urgência e prioridade legal.

##### **e) Medidas de conciliação e desistência de recursos:**

Há um Setor de Conciliação no próprio Tribunal, o qual informa as matérias em que se faz viável a possibilidade de conciliação.

f) Priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa:

Sustenta a equipe a existência de determinação do Desembargador para que os processos adiados e pendentes de julgamento em mesa sejam levados na sessão seguinte.

g) Controle de prazo para julgamento de feitos:

Não há sistema adotado, atualmente, pelo Gabinete de controle de prazo para julgamento de feitos.

h) Fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores:

Foi informado que a equipe tem como meta global o julgamento de processos em número superior ao da distribuição mensal, além de metas individuais, considerando-se a matéria e objeto do recurso.

i) Planejamento e avaliação periódica de atividades:

Ainda não foi traçado um planejamento para a gestão dos processos ou realizada avaliação periódica, isso a conta do pouco tempo de atuação do Gabinete. Registra-se apenas o acompanhamento diário das atividades do Gabinete por meio do sistema Gedpro.

j) Desempenho:

O desempenho é aferido mensalmente, de acordo com a estatística de distribuição mensal de processos repassadas pelo Tribunal.

k) Produtividade e metas:

Ainda não há uma cultura de fixação permanente de metas de produtividade no Gabinete, de médio e longo prazos. A chefia do Gabinete informou a existência de metas individuais, considerando-se a matéria e objeto do recurso.

l) Gestão de pessoal e recursos materiais:

O controle de horário dos servidores é realizado através de folha de ponto. Há um servidor responsável pelo gerenciamento dos recursos materiais do Gabinete.

m) Atendimento a advogados:

O Magistrado, assim como qualquer outro colaborador do Gabinete, atende aos advogados, sem necessidade de prévio agendamento.

n) Acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores:

A Unidade afirma que há rigorosa observação das orientações contidas nas inspeções anteriores.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

O Magistrado titular do Gabinete teve posse recente na Unidade, com jurisdição iniciada em 16/2/2016. Todavia, cabe apontar que já atuava no acervo desde 17/9/2015, na condição de Juiz convocado.

Dado o curto prazo de atuação do Desembargador na unidade, é natural a dificuldade inicial de identificação e separação do acervo processual, bem como o treinamento dos colaboradores nas rotinas do julgamento em colegiado.

Em relação ao acervo criminal que ainda subsiste no Gabinete, o Magistrado indicou, durante a entrevista, a necessidade do período de 1 ano para solução dos feitos de competência residual.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) A estrutura organizacional da Unidade encontra-se em fase de maturação, havendo necessidade premente de fixação de metas objetivas, visando à redução do acervo. Houve uso intenso de decisões monocráticas, que preencheram 63% de todas as decisões prolatadas durante o período compreendido na inspeção.

b) Há uma organização do acervo processual satisfatória, havendo anotação em sistema informatizado da localização física de cada processo, em estantes e armários.

c) Sobre os efeitos próprios da alteração da competência da 1ª Seção, especificamente em relação aos feitos criminais remanescentes, relatou o Magistrado um plano de trabalho focado nos julgamentos dos processos criminais em um prazo estimado de 12 meses.

d) O quantitativo de servidores lotados no Gabinete é próximo ao ideal, restando tão só um cargo aguardando provimento.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3.

b) Elaboração de um plano de trabalho voltado à priorização do julgamento dos feitos de maior antiguidade, no prazo de 60 dias, vez que há processos com mais de uma década aguardando julgamento. O resultado do plano de trabalho deverá ser apresentado à Corregedoria do CJF a cada 6 meses, durante o período de 2 anos.

c) Recomenda-se o julgamento prioritário de processos afetos à competência criminal, em especial os feitos com réu preso, a seguir discriminados:

201261250011156	201361050021481	201261810091772
201261810067113	201261810004796	201261040103861
200561020140392	20126118.0002263	201160000092183
201261810074063	201361810143260	201161810015662
201061230019116	200461050079123	201261100008656
20126060078422	201060030002003	201161190087273
201261020086845	200661050117078	200561190021444
201161810042926	200661180003486	00038863920074036112
200861810104386	200261140024758	20086181014478-5
20116181007688-2		

d) Criação de plano de trabalho específico para julgamento dos feitos criminais relacionados à competência residual pertencentes ao Gabinete, no prazo de 60 dias, devendo apresentar resultado obtido à Corregedoria do CJF a cada 6 meses, durante o período proposto pelo Magistrado de 1 ano.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL VALDECI DOS SANTOS**

**Especialidade:** Nos termos do art. 10 do Regimento Interno do TRF da 3ª Região, a competência da 1ª Turma é relacionada às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); à matéria de direito privado, dentre outras, a) domínio e posse; b) locação de imóveis; c) família e sucessões; d) direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; à matéria trabalhista de competência residual; à propriedade industrial; aos registros públicos; aos servidores civis e militares e às desapropriações e apossamentos administrativos.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **VALDECI DOS SANTOS**

**1.2. Órgãos de atuação:** 1ª Turma e 1ª Seção

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** 16/2/2016

O Magistrado não requereu remoções interna, exercendo a jurisdição na Primeira Turma e Primeira Seção desde a sua posse no cargo.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	-	2	-	5	24	13
Inspeção/2016	16	-	-	-	2	18	14

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 6 auxiliares a menos.



Não obstante, houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	10.478
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	9.295
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	9.105
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	7.004
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	2
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

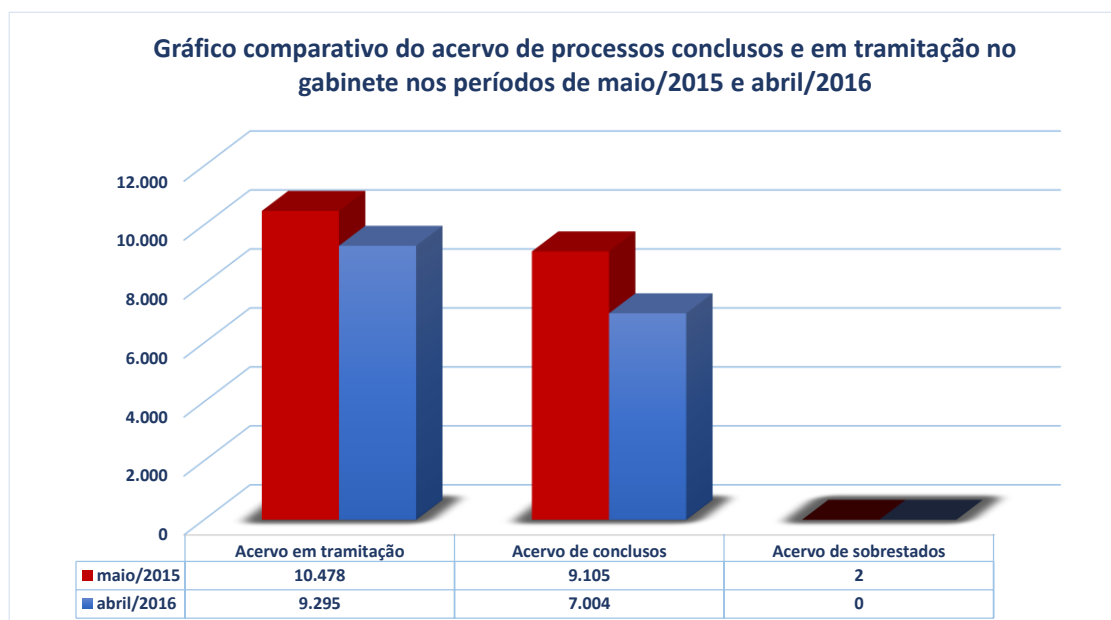
\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 2.101 e o número de sobrestados reduziu a zero.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 7.004 conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 500 processos por servidor. Cabe apontar que, segundo o relatório do CNJ, Justiça em Números 2015, pág. 285, Gráfico 6.27, a carga de trabalho média do servidor da área judiciária, no segundo grau de jurisdição, é de 529.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 1.183 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	2.941
Total de processos (saídas)**	4.399
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-1.458
Processos distribuídos	2.779

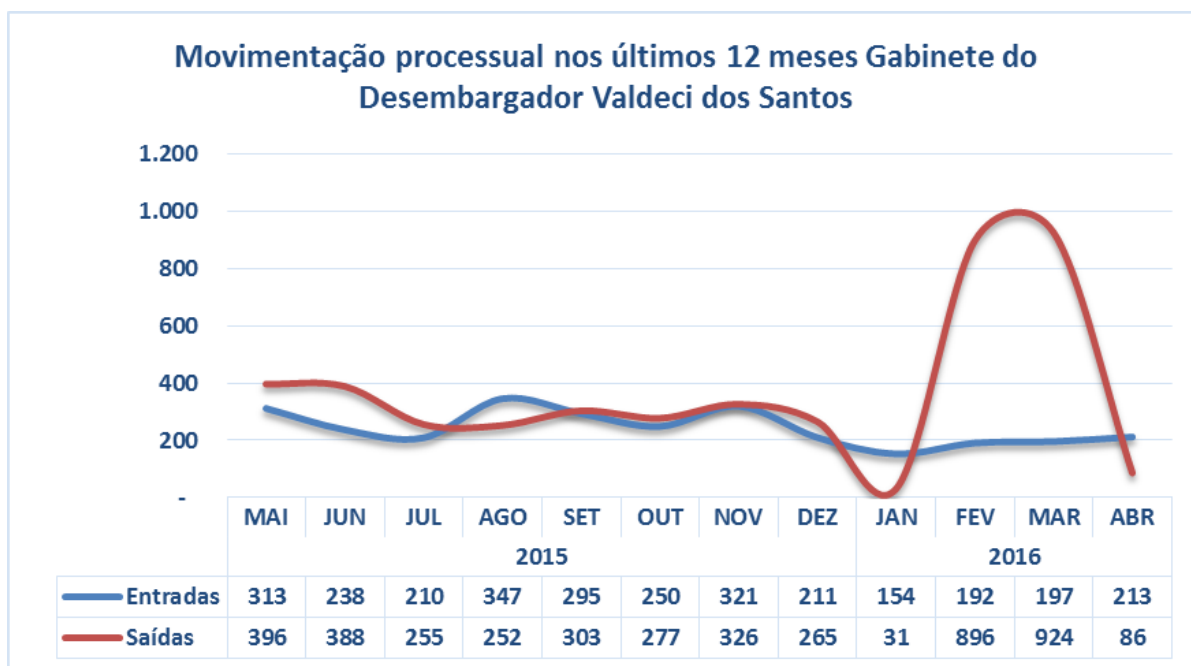
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.941 e saída de 4.399 processos, resultando, assim, em redução do acervo, fato esse que merece registro e reconhecimento por parte da corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	583
Processos julgados em mesa	33
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	3.631
<b>Total geral</b>	<b>4.247</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	34%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 4.247 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.779; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 33 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 3.631 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 34%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	181
b. Agravo Legal/Regimental	1.152

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 181 embargos de declaração e 1.152 agravos legais/regimentais.

Não existem processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	377
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	165
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	467
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	623
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	442
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	454
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	585
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	559
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	5

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)</b>	
Meta 7 - Baixar quantidade maior de processos criminais do que casos novos no ano corrente (abril/2016)	
Casos novos criminais	21
Processos criminais baixados	215
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	20

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 3.672 processos, representando 52% do acervo de processos conclusos na unidade (7.004).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO,  
NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. VALDECI DOS SANTOS			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	3	0	0
1990	0	2	1
1991	0	0	0
1992	1	1	0
1993	4	4	4
1994	14	12	2
1995	9	7	2
1996	31	26	10
1997	32	24	18
1998	39	32	20
1999	112	103	58
2000	92	92	79
2001	141	137	82
2002	139	124	104
2003	113	108	82
2004	138	125	105
2005	138	127	98
2006	333	310	188
2007	835	761	496
2008	1.068	992	626
2009	908	821	481
2010	898	786	476
2011	1.192	1.008	587
2012	1.014	848	539
2013	1.098	885	527
2014	303	1.238	715
2015	0	523	1.249
2016	0	0	455
<b>Total</b>	<b>8.655</b>	<b>9.096</b>	<b>7.004</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 8.655; atualmente, há 7.004. Todavia, tomando por base o ano de 2013, percebe-se que há um tratamento uniforme de baixa nos anos de 2006 a 2013, período em que existe a maior concentração de julgamentos, conquanto haja, ainda, 853 processos distribuídos entre os anos de 1990 ao ano de 2006. Percebe-se, pois, que nos últimos dois anos, não foi dada preferência no julgamento dos processos mais antigos, apesar de se constatar significativa baixa do acervo processual como um todo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, não são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 1990, portanto, com quase três décadas de tramitação no Tribunal.

Não havia processos relacionados à Meta 4/2016 do CNJ; enquanto os da Meta 6/2016 eram 5. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas,

independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

Em relação à Meta específica do CJF 7/2016, verificou-se que a unidade está buscando atendê-las satisfatoriamente. Recomenda-se a adoção de esforços para julgamento, em sua totalidade, dos processos relacionados à Meta específica do CJF 8/2016, isso em função da relevância do tema ali tratado.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	3
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, bem como não há feitos que aguardam voto-vista e declaração de voto. Não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	3
Outras situações	12
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se que não há processos conclusos para revisão, para voto-vista e tampouco para declaração de voto.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

A partir da vigência do CPC de 2015, o Gabinete passou a implementar as seguintes modificações de procedimento:

- Intimação/cientificação das partes em cumprimento aos artigos 9º e 10º;
- Decisões terminativas somente são prolatadas nas hipóteses expressamente previstas;
- Os agravos internos (antigos agravos legais) passaram a ser pautados, sendo que anteriormente eram levados à mesa de julgamento.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 182 processos selecionados para inspeção, 173 foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção. São eles:

199603010628609	199803010668276	200061050021978
200561810056408	200761810118770	201161810086851
201261270022585	201261300024086	201361810041475

A amostragem revelou a existência de 30 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 1997.

Também se verificou a existência, na amostragem, de 18 feitos criminais com réu preso, sendo todos vinculados a processos recursais:

200661020107575	200861080005214	200960050059200
201060050005381	201160000078794	201160040010074
201160040010530	201161810133579	201161810133580
201161810133609	201260000043875	201260040005678
201260040006208	201260040013961	201261070018951
201261190051570	201261810075614	201361020021892

Na unidade, verificaram-se algumas discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, tais como pertinentes aos processos com réu preso.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Julgar, no prazo de 90 dias:

198061822369746	198261824587956	198261824599582
198261824715340	198361826350691	199261034029773
199303010663220	199303011059488	199403010817732
199503010953127	1996030035963	199603010007901
199603010035969	199603010035970	199603010401354
199603010850926	199703010158580	199703010279462
199703010364726	199703010453863	199803010297547
199861000389801	199861811062823	199903990181060
199903990579158	199903990796595	199903990874545
199903991018107	199903991036950	199960020002460
199961000569790	199961000593846	199961810036079
200061000458777	200061030049363	200061050133355
200061100043757	200061810055765	200161070019398
200161150011100	200161810033889	200161810071118
200161820054919	200161820086295	200203990171821
200203990180457	200203990194638	200203990298845
200203990306120	200203990318236	200203990318728
200203990318972	200203990404578	200203990414687
200203990419508	200203990435198	200203990438620
200203990443729	200203990447218	200203990447760
200260000020870	200260000028029	200260020002368
200260030000678	200260040004292	200260040007438
200261000002249	200261000003230	200261000006590
200261000010829	200261000030701	200261000043422
200261000043630	200261000069666	200261020144074



200261050010140	200261190002436	200261190040450
200361040102090	200361250008697	200361810016918
200361820435444	200403000000362	200403000069921
200403000105743	200403000165788	200461040034945
200461040059668	200461040088346	200461040088358
200461200035090	200461830026892	200503000210282
200503000210300	200503000408896	200503000591204
200503000829725	200503000897317	200561000140234
200561100020664	200561810048539	200603000068342
200603000220012	200603000376206	200603000440115
200603000807497	200703000219373	200703000219786
200703000489339	200703000932909	200703990463556
200761040015617	200803000064590	200903000013962
200903000147840	200903000248692	200961000120800
201003000143148	201003000246442	201003000350142
201003000374067	201003000375795	201003000381758
201061000070999	201103000012113	201103000141156
201103000179251	201103000212837	201103000297892
201103000394400	201203000163946	201203000218959
201261300025996	201261810045920	201303000136935
201403000022831	201403000084060	201403000322425
201503000001194	201503000019009	201503000023724
201503000039264	201503000039288	201503000065639
201503000067247	201503000068288	201503000079158

b) Julgar, no prazo de 60 dias:

200661020107575	200861080005214	200960050059200
201060050005381	201160000078794	201160040010074
201160040010530	201161810133579	201161810133580
201161810133609	201260000043875	201260040005678
201260040006208	201260040013961	201261070018951

201261190051570	201261810075614	201361020021892
-----------------	-----------------	-----------------

- c) Regularizar a fase processual no sistema e nos autos físicos e promover seu andamento: 200503000949172, 200503000949184 e 201103000102138.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo antigo em geral, muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo. Ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

- a) Triagem inicial de processos:

Relatou-se a existência de sistema efetivo de triagem inicial dos processos, feita pelo Chefe de Gabinete.

- b) Classificação e separação física de processos:

Após a triagem, o processo é classificado, de acordo com as prioridades legais e eventuais urgências, sendo alimentado sistema informatizado de localização do processo, os quais ficam identificados, fisicamente, tanto nas prateleiras, quanto nas mesas dos servidores.

- c) Especialização de servidores por matéria ou fase processual:

Segundo o magistrado entrevistado, a Unidade conta com uma equipe de 3 servidores para fazer frente ao remanescente de processos criminais. O restante dos servidores labora na área cível, sem que haja especialização definida. Tal diretriz de trabalho é devida ao pouco tempo de atuação da equipe na Unidade, a qual concentra os esforços na redução do acervo.

- d) Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ:

No questionário digital preenchido pela unidade, foi registrado que se procura atender com urgência os feitos com prioridade legal ou Meta do CNJ. Por ocasião da entrevista com a chefia do gabinete, explicou-se que não há, até o presente momento, uma estratégia específica para análise de tais processos; a equipe informou que tem trabalhado com uma mescla no julgamento de urgência e prioridade legal.

e) Medidas de conciliação e desistência de recursos:

Há um Setor de Conciliação no próprio Tribunal, o qual informa as matérias em que há a possibilidade de conciliação.

f) Priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa:

Sustenta a equipe a existência de determinação do Desembargador para que os processos adiados e pendentes de julgamento em mesa sejam levados na sessão seguinte.

g) Controle de prazo para julgamento de feitos:

Não há sistema adotado, atualmente, pelo Gabinete de controle de prazo para julgamento de feitos.

h) Fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores:

Busca a equipe o julgamento de processos em número superior ao da distribuição mensal. No período de janeiro a março do presente ano, estabeleceu-se a meta de 2.000 processos para minuta, com vistas a decidir, monocraticamente, os feitos de fácil deslinde, com jurisprudência pacífica nos Tribunais.

i) Planejamento e avaliação periódica de atividades:

Ainda não foi traçado um planejamento para a gestão dos processos.

j) Desempenho:

O desempenho é aferido mensalmente, de acordo com a distribuição mensal de processos. Há ainda uma avaliação semanal de resultados realizada pelo Desembargador Federal em conjunto com as Assessoras e o Chefe de Gabinete.

k) Produtividade e metas:

Segundo o questionário digital previamente preenchido pela Unidade inspecionada, existe a determinação de produção de um quantitativo mínimo de minutas por servidor. Por ocasião da entrevista com a chefia do gabinete, contudo, verificou-se que ainda não foi fixada uma cultura de fixação frequente de metas de produtividade no Gabinete, de médio e longo prazos. O atual acompanhamento da produtividade é realizado semanalmente, via sistema Gedpro, e mensalmente através dos dados estatísticos fornecidos pelo setor competente deste Tribunal.

l) Gestão de pessoal e recursos materiais:

O controle de horário dos servidores é realizado através de folha de ponto. Há um servidor responsável pelo gerenciamento dos recursos materiais do Gabinete.

m) Atendimento a advogados:

O Magistrado atende aos advogados, sem necessidade de prévio agendamento.

n) Acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores:

A Unidade afirma que há rigorosa observação das orientações contidas nas inspeções anteriores.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

O Magistrado titular do Gabinete teve posse recente na Unidade, com jurisdição iniciada em 16/2/2016.

Dado o curto prazo de atuação do Desembargador no Gabinete, é natural a dificuldade inicial de identificação e separação do acervo processual, bem como o treinamento dos colaboradores nas rotinas do julgamento em colegiado.

Não obstante, faz-se necessário esclarecer o desafio inicial enfrentado pelo Magistrado, pois, segundo relatos da equipe atual, o acervo foi encontrado de modo extremamente desorganizado. Sustentam que no Gabinete anterior, cujo titular era o Desembargador Federal Luiz Stefanini, o qual respondeu pela Unidade no período de 02/7/2014 a 21/12/2015, não havia triagem dos agravos de instrumento, os quais restavam dispostos sem qualquer ordem lógica. Relatou-se a existência de pedido por decisão liminar, sem apreciação, desde outubro de 2015. Os demais processos não estavam separados por matéria. Cerca de 200 processos, alguns pertencentes à Meta 2 do CNJ, que não eram sequer da competência da 1ª Turma, estavam há meses no Gabinete, sem qualquer apreciação. Parcela dos processos estava em depósito, no subsolo do Tribunal. Não havia sistema de organização dos processos criminais eficiente, pois houve necessidade de rever a contagem dos prazos prescricionais de todos os processos, uma vez que muitos estavam com os cálculos errados. Observou-se, outrossim, quantidade vasta de agravos regimentais e embargos de declaração, da década de 90, sem movimentação. Alguns processos penais, com réus presos, conclusos em 2013, cujo cumprimento da pena estava por consumir, não tiveram qualquer apreciação.

Sustentou-se a existência de vários processos cuja matéria já se encontra decidida pelas Cortes Superiores, em regime de julgamento de recursos repetitivos, sem a devida triagem ou apreciação. Essa informação é consentânea com o fato de que entre 26/1/16 até a data da inspeção foram proferidas, pelo Desembargador Federal Valdeci dos Santos, cerca de 3 mil decisões (monocráticas e votos).

Em relação ao acervo criminal que ainda subsiste no Gabinete, o Magistrado indicou, durante a entrevista, a necessidade do período de 6 meses para solução dos feitos de competência residual.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) O Magistrado demonstrou ter bom conhecimento sobre o acervo que compõe o Gabinete, bem como controle da administração dos recursos humanos presentes na Unidade. A estrutura organizacional é boa, a despeito da situação inicial que o Desembargador enfrentou, conforme já relatado.

b) Há uma organização do acervo processual satisfatória, havendo anotação em sistema informatizado da localização física de cada processo, em estantes e armários.

c) Sobre os efeitos próprios da alteração da competência da 1ª Seção, especificamente em relação aos feitos criminais remanescentes, relatou o magistrado um plano de trabalho focado nos julgamentos dos processos criminais em um prazo estimado de 6 meses.

d) O quantitativo de servidores lotados no Gabinete está completo.

## 6) RECOMENDAÇÕES:

a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) Elaboração de um plano de trabalho voltado à priorização do julgamento dos feitos de maior antiguidade, no prazo de 60 dias, vez que há processos com mais de duas décadas aguardando julgamento. O resultado do plano de trabalho deverá ser apresentado à Corregedoria do CJF a cada 6 meses, durante o período de 2 anos.

c) Recomenda-se o julgamento prioritário de processos afetos à competência criminal, em especial os feitos com réu preso, a seguir discriminados:

200661020107575	200861080005214	200960050059200
201060050005381	201160000078794	201160040010074
201160040010530	201161810133579	201161810133580
201161810133609	201260000043875	201260040005678
201260040006208	201260040013961	201261070018951
201261190051570	201261810075614	201361020021892

d) Criação de plano de trabalho específico para julgamento dos feitos criminais relacionados à competência residual pertencentes ao Gabinete, no prazo de 60 dias, devendo apresentar o resultado obtido à Corregedoria do CJF em 6 meses.

## GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL COTRIM GUIMARÃES

**Especialidade:** Cível e remanescentes criminais.

O Desembargador faz parte da 2ª Turma e da 1ª Seção com competência para julgar feitos relativos: I - às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); II - à matéria de direito privado, dentre outras: a) domínio e posse; b) locação de imóveis; c) família e sucessões; d) direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; III - à matéria trabalhista de competência residual; IV - à propriedade industrial; V - aos registros públicos; VI - aos servidores civis e militares; VII - às desapropriações e apossamentos administrativos. Por fim, é competente para julgar o acervo remanescente em matéria penal.

#### 1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **LUIS PAULO COTRIM GUIMARÃES**

**1.2. Órgãos de atuação:** 2ª Turma, 1ª Seção e Órgão Especial.

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde outubro de 2003.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	13				2	15	10
Inspeção/2016	17				1	18	13

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 3 auxiliares a mais. Houve incremento de 3 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	4.333
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	4.478
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	3.575
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	3.600
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	1
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

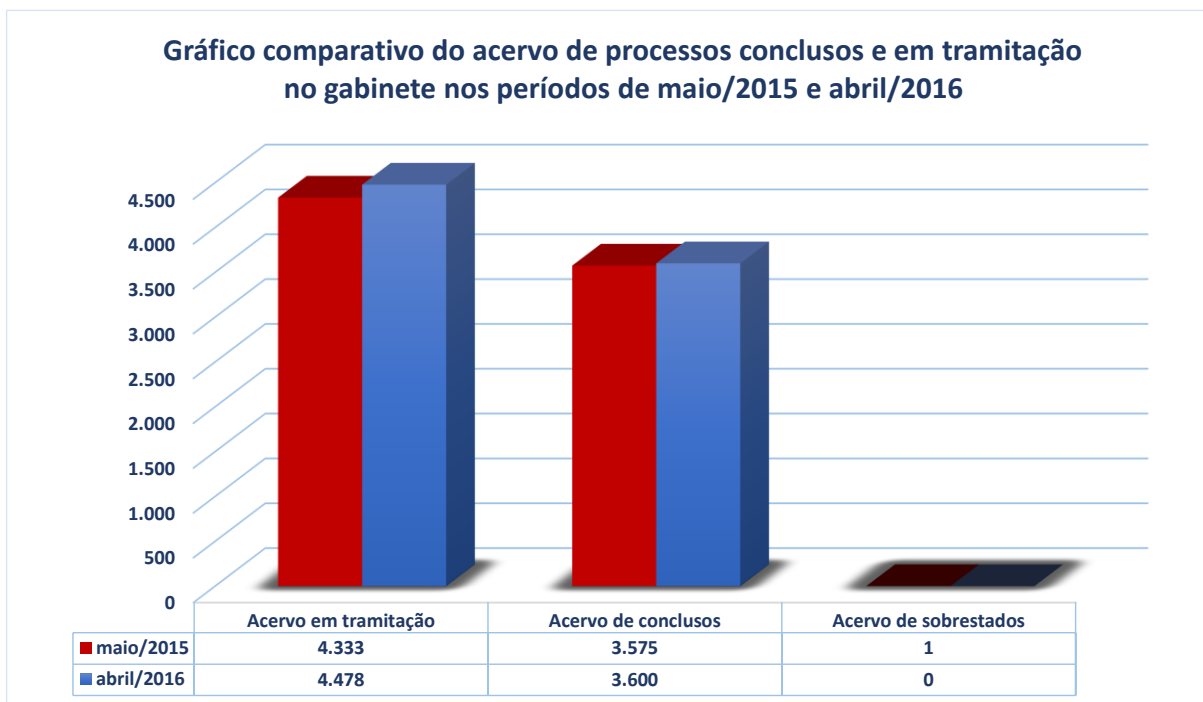
\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 25 e o número de sobrestados reduziu em 1, não existindo mais processo sobrestado.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 3.600 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 276,92 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 145 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	2.907
Total de processos (saídas)**	2.467
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	440
Processos distribuídos	2.769

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

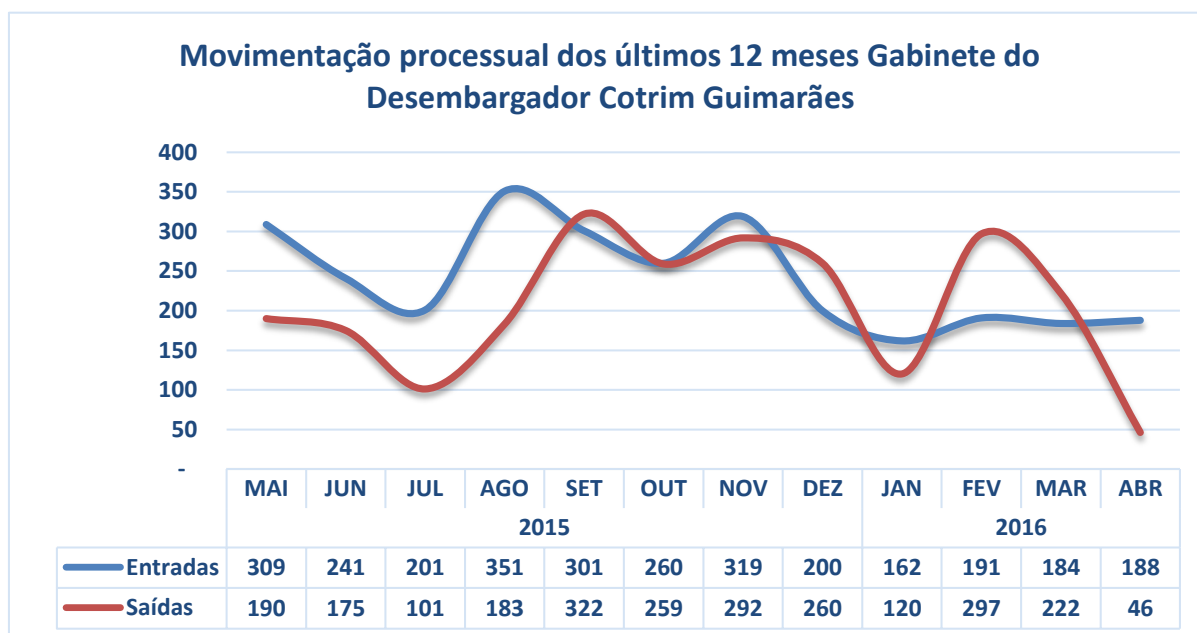
Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.907 e saída de 2.467 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:





Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	198
Processos julgados em mesa	13
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	2.171
<b>Total geral</b>	<b>2.382</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	46%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 2.382 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.769; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 13 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 2.171 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 46%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	262
b. Agravo Legal/Regimental	368

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 262 embargos de declaração e 368 agravos legais/regimentais.

Existem 12 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	6
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	6
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	17
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	3
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	109
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	217
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	218
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	1
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	3

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)</b>	
Meta 7 - Baixar quantidade maior de processos criminais do que casos novos no ano corrente (abril/2016)	
Casos novos criminais	9
Processos criminais baixados	259
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 576 processos, representando 16% do acervo de processos conclusos na unidade (3.600).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. COTRIM GUIMARÃES			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	1	2	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	1	1	0
1994	2	1	0
1995	0	0	0
1996	1	0	0
1997	0	0	0
1998	0	2	1
1999	5	2	1
2000	5	3	2
2001	2	4	0
2002	10	3	2
2003	8	6	2
2004	8	4	3
2005	8	7	1
2006	25	16	5
2007	69	31	10
2008	160	90	31
2009	123	74	9
2010	226	185	119
2011	502	408	263
2012	489	362	233
2013	685	418	257
2014	338	1.082	696
2015	0	665	1.549
2016	0	0	416
<b>Total</b>	<b>2.668</b>	<b>3.366</b>	<b>3.600</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que os feitos mais antigos não têm o julgamento priorizado. O acervo de processos conclusos, em abril/2014 era de 2.668, atualmente, há 3.600. Não houve diminuição dos feitos conclusos, o que se revela um dado preocupante, devendo o gabinete adotar providências para inverter o fluxo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, não são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 2004, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, havia 1 processo; enquanto os da Meta 6/2016 eram 3. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

Em relação às Metas específicas 7 e 8/2016, verificou-se que a unidade está buscando atendê-las satisfatoriamente.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	2
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, bem como 1 feito que aguarda voto-vista e declaração de voto, que será levado em mesa na sessão de 31/5/2016. Neste universo, há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	10
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão, para voto-vista e para declaração de voto. Nessas situações não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos. Segundo informações da Chefe de Gabinete são realizadas periodicamente reuniões para tratar das mudanças legislativas e que a meta é o julgamento de todo o acervo antigo no prazo de 1 (um) ano, inclusive dos feitos de interesse de portadores de necessidades especiais.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Os 117 processos selecionados para inspeção foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

A amostragem revelou a existência de 51 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2004.

Também não se verificou a existência, na amostragem, de feitos criminais com réu preso.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias:

199661056051999	199861000007977	199861083053261
200061000254618	200061120048785	200061820536879
200160000041947	200160020003551	200161000004837
200161000274555	200161120003204	200260000076553
200261000142813	200261060054760	200361000079494
200361000338670	200361830025019	200460000097000
200461000028454	200461000295717	200461190022390
200503990136172	200561000062259	200561030004961
200561200083246	200660000046890	200661000151583
200661000175939	200661000265345	200661030056187
200661040104099	200661130035960	200663010084261
200761000002065	200761000040352	200761000348012

200761270013291	200803990586099	200861000128065
200861000303185	200861000322740	200861020063301
200861050077818	200861050110664	200861200031843
200961000093020	200961000126425	200961000267379
200961060084216	200961110022080	201003990397388
201361000236570		

- b) proceder à baixa em petições pendentes de juntada no sistema, referentes à interposição de Agravo de Instrumento de decisão que inadmitiu Recurso Especial/Extraordinário: 199603010835690, 199661056051999, 199703010267010, 199803010243216 e 200003990285519.
- c) julgar, no prazo de 90 dias, os agravos legais/regimentais, nos seguintes Processos: 200561030053297, 201103000000408, 201203000162358, 201203000359981, 201303000133880, 201503000022458.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

- a) triagem inicial de processos:

Os autos passam por rigorosa triagem, pela qual são separados os embargos de declaração dos agravos regimentais e legais, sendo distribuídos entre os servidores que já trabalharam com os mesmos, para serem imediatamente preparados para julgamento.

- b) classificação e separação física de processos:

Os processos mais urgentes, como agravos de instrumentos, mandados de segurança e outros não são guardados e são encaminhados para as pessoas responsáveis para apreciação. Os demais feitos são localizados, por ordem cronológica,

em armários devidamente numerados, com indicação da matéria e classificados com fitas coloridas, sendo que periodicamente essas localizações físicas são atualizadas.

c) especialização de servidores por matéria ou fase processual:

Há especialização do trabalho por matéria, em relação a cada servidor.

d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ:

Nos anos anteriores fazia-se mutirões periódicos para trabalhar com esses processos. No início de 2016 foi feito um planejamento para que até abril ou maio de 2017 não haja mais acervo antigo, para isso os processos novos, com exceção dos casos urgentes, estão sendo devidamente etiquetados e armazenados nos armários específicos.

e) medidas de conciliação e desistência de recursos:

O gabinete da conciliação do Tribunal periodicamente solicita feitos para conciliação. Em breve será a vez dos processos que tratam de Sistema Financeiro de Habitação.

f) priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa:

Os autos adiados ou em mesa, quando retornam da secretaria passam por rigorosa triagem, sendo distribuídos entre os servidores que já trabalharam com os mesmos, para serem imediatamente preparados para julgamento.

g) controle de prazo para julgamento de feitos:

Faz-se controle de prazo para julgamento de feitos mensalmente.

h) fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores:

Foi fixada uma meta semanal de produtividade de 10 (dez) a 15 (quinze) votos/decisões por servidor de acordo com o grau de dificuldade da matéria.

i) planejamento e avaliação periódica de atividades:

As metas são definidas trimestralmente e revistas mensalmente.

j) desempenho:

Verificado mensalmente.

k) produtividade e metas:

As metas são definidas trimestralmente e revistas mensalmente. E controladas pelo sistema eletrônico adotado pelo Tribunal (GEDPRO).

l) gestão de pessoal e recursos materiais:

Em relação à gestão de pessoas, foi instituído o *home office* desde meados de 2008, o rodízio de funções comissionadas e vaga de garagem, bem como destinado um espaço interno para copa equipada com micro-ondas e geladeira, com a finalidade de motivar os servidores envolvidos, trazer um pouco mais de qualidade de vida e melhorar o desempenho no trabalho. Por outro lado, no tocante aos recursos materiais, é feito um planejamento para que não haja desperdícios.

m) atendimento a advogados:

O Desembargador faz atendimento aos advogados, mediante agendamento prévio.

n) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores:

Em anos anteriores, foram feitos mutirões periódicos para trabalhar com as recomendações das inspeções anteriores. No momento, está sendo trabalhado para que todas as recomendações feitas e ainda pendentes, dentre elas, julgamento de processos antigos, metas, embargos de declaração e agravos legais, sejam cumpridas até meados de maio de 2017.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

Considerando o volume de processos em tramitação no gabinete, bem ainda o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho do gabinete enseja reflexão. Embora a equipe esteja motivada e os colaboradores comprometidos com suas atribuições, a análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo recomendam medidas urgentes. Nesse sentido, cabe destacar que, no período inspecionado, o acervo indica acúmulo de feitos antigos previstos em várias Metas 2 do CNJ e, ainda, houve distribuição de 2.907 e julgamento de 2.382 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a urgente inversão do fluxo processual (Meta 1 do CNJ).



## **6) RECOMENDAÇÕES:**

- a) cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;
- b) recomenda-se que todos os processos inspecionados em 2014, pendentes de solução, sejam solucionados no prazo de 90 dias;
- c) recomenda-se que todos os processos autoinspecionados em 2015, pendentes de solução, sejam solucionados no prazo de 90 dias;
- d) gerenciamento de autos conclusos no Gabinete mediante o uso de relatórios mensalmente gerados pelo SIAPRO, a fim de auxiliar nas atividades gerenciais do acervo processual;
- e) apresentar um plano de trabalho ou estratégia de gestão à Corregedoria do CJF no prazo de 3 meses, informando de 6 em 6 meses a evolução do acervo e a melhoria do respectivo perfil.

## GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL PEIXOTO JÚNIOR

**Especialidade:** O Desembargador faz parte da Segunda Turma e da 1ª Seção, com competência para julgar feitos relativos: I - às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); II - à matéria de direito privado, dentre outras: a) domínio e posse; b) locação de imóveis; c) família e sucessões; d) direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; III - à matéria trabalhista de competência residual; IV - à propriedade industrial; V - aos registros públicos; VI - aos servidores civis e militares; VII - às desapropriações e apossamentos administrativos”. Por fim, é competente para julgar o acervo remanescente em matéria penal.

#### 1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **OTÁVIO PEIXOTO JÚNIOR**

1.2. **Órgãos de atuação:** 1ª Seção, 2ª Turma e Órgão Especial.

1.3. **Tempo de atuação no acervo:** desde 12/1/2011

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	16	0	0	0	5	21	14
Inspeção/2016	16	0	0	0	4	20	14

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 1 estagiário a menos. Não houve alteração de servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	6.289
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	6.912
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	5.344
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	6.163
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	3
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

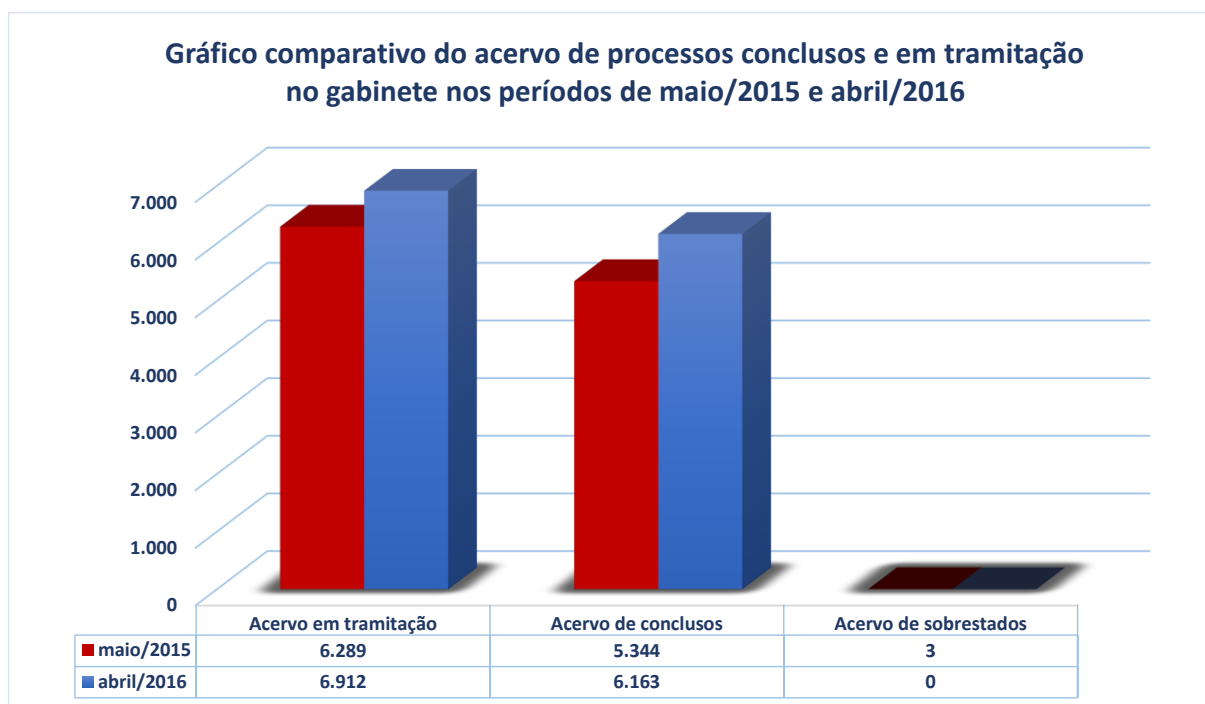
\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 819 e o número de sobrestados reduziu em 3.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 6.163 conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 440,21 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 623 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	2.838
Total de processos (saídas)**	2.061
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	777
Processos distribuídos	2.705

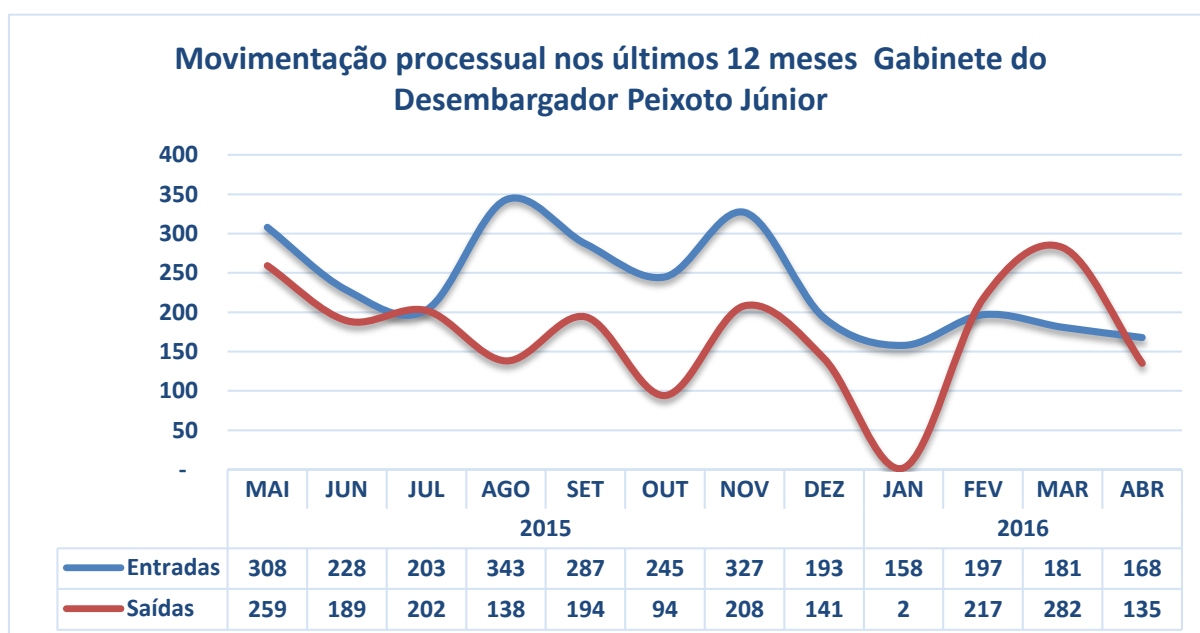
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.838 e saída de 2.061 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	1.084
Processos julgados em mesa	54
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	876
<b>Total geral</b>	<b>2.014</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	33%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 2.014 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.705; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 54 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 876 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 33%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	143
b. Agravo Legal/Regimental	179

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 143 embargos de declaração e 179 agravos legais/regimentais.

Existem 453 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	7
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	2
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	14
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	18
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	27
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	58
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	445
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	594
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	6
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	4

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)</b>	
Meta 7 - Baixar quantidade maior de processos criminais do que casos novos no ano corrente (abril/2016)	
Casos novos criminais	7
Processos criminais baixados	247
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	26

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 1.165 processos, representando 18,9% do acervo de processos conclusos na unidade (6.163).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. PEIXOTO JUNIOR			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	1	1	0
1994	0	0	0
1995	0	0	0
1996	0	0	0
1997	0	2	2
1998	1	1	0
1999	2	1	1
2000	4	2	1
2001	8	8	3
2002	3	10	4
2003	10	10	7
2004	7	4	4
2005	2	4	4
2006	10	12	10
2007	13	27	20
2008	29	32	30
2009	28	62	38
2010	117	104	72
2011	661	573	478
2012	981	811	638
2013	1.347	1.062	800
2014	496	1.835	1.316
2015	0	769	2.228
2016	0	0	507
<b>Total</b>	<b>3.720</b>	<b>5.330</b>	<b>6.163</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que os feitos mais antigos não têm o julgamento priorizado como devido. O acervo de processos conclusos, em abril/2014 era de 3.720, atualmente, há 6.163. Não houve diminuição dos feitos conclusos, o que se revela um dado preocupante, devendo o gabinete adotar providências para inverter o fluxo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, não são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 1997, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, havia 6 processos; enquanto os da Meta 6/2016 eram 4. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

Em relação às Metas específicas 7 e 8/2016, verificou-se que a unidade está buscando atender a Meta 7, até porque não há mais distribuição de ações penais e não está atendendo satisfatoriamente a Meta 8/2016.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	9
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, tampouco feitos que aguardam voto-vista e declaração de voto. Neste universo, não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	3
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	3
Outras situações	13
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão e declaração de voto e 3 para voto-vista.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque a comunicação com as Secretarias, a análise de admissibilidade dos recursos e reuniões com os servidores para debater as alterações do Novo CPC.



### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Os 191 processos selecionados para inspeção foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

A amostragem revelou a existência de vários processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2010.

Também verificou-se a existência, na amostragem, de 9 feitos criminais com réu preso, sendo que todos estão vinculados a processos recursais, a saber: 201161810064843; 201261040042768; 201303000193943; 201361190023530; 201361190058841 (já julgado); 201403000023940; 201403000056051; 201403000078320; 201403000156770.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias:

198861000034999	199803010660629	199960000062309
199961000595776	199961810031616	200061000146664
200061000311286	200061000406388	200061020187600
200061080115471	200103990422801	200103990516972
200161000008594	200161000070354	200161190049746
200161810047025	200203990403896	200203990476050
200261080087370	200261090047008	200261810057369
200303990157051	200303990187857	200361000207186
200361000346290	200361020142197	200361040029799
200361080037564	200361100098061	200361100130916

200361180001452	200460020010167	200461000028235
200461000138030	200461000215230	200461000312211
200461000355659	200461040086210	200461040107456
200461120009426	200461810018282	200461810053786
200461810063135	200503990022142	200561000273416
200561050140151	200561080038255	200561120066827
200561190059186	200561260034227	200561810054163
200661000184199	200661050089599	200661080031083
200661080087106	200661140048100	200661160008764
200661810077210	200661810077738	200703990249110
200703990366990	200703990453046	200760050000335
200760050006325	200761000017780	200761000021588
200761000312649	200761020154685	200761030082051
200761100149311	200761110031102	200761110035879
200761140028634	200761150000190	200761170022397
200761810151098	200803990249915	200861000132755
200861020060464	200861050127494	200861190058535
200861240021162	200903000112708	200903000291639
200903990152286	200903990250946	200960000140559
200961000085861	200961000112803	200961000160044
200961030004152	200961040083565	200961080078945
200961100000993	200961190102050	200961260015962
200961810051441	201003000263142	201003000314800
201003000325512	201003000362922	201003000369576
201061000038617	201061060003991	201061120003461
201061190111404	201103000004943	201103000062190
201103000064812	201103000081135	201103000103088
201103000105139	201103000117579	201103000119539
201103000120116	201103000124134	201103000131655
201103000138029	201103000141673	201103000164995
201103000175877	201103000179330	201103000180861
201103000190805	201103000192681	201103000204439

201103000205791	201103000243032	201103000243032
201103000269460	201103000282232	201103000288581
201103000296668	201103000337490	201103000342710
201103000348991	201103000349120	201103000382536
20116181006484	201161810075580	201203000251800
201203000301395	201261040042768	201261100009181
201261810016476	201303000073421	201303000092634
201303000193943	201303000193943	201303000216761
201303000315210	201403000021516	201403000021516
201403000023940	201403000056051	201403000059120
201403000078320	201403000156770	201403000288685
201461030029922	201503000031230	

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

##### **a) triagem inicial de processos:**

No momento da entrada no Gabinete, os processos passam por uma triagem inicial, momento em que é verificado se há pedido de natureza liminar, se há necessidade de prolação de despacho ou se o feito está em termos para julgamento, sendo que a partir dessas informações os processos são alocados e/ou distribuídos ao servidor responsável pela respectiva matéria.

Quanto aos processos criminais remanescentes, assim que são recebidos no Gabinete, é realizado o cálculo do prazo prescricional, com controle de julgamento por meio de uma planilha.

b) classificação e separação física de processos:

Os processos que compõem o acervo do Gabinete são organizados por espécie e matéria e alocados de forma a respeitar, na medida do possível, tal divisão, com localização pelo SIAPRO e identificação dos armários, credências e mesas com siglas, de forma a facilitar o manuseio, tanto no momento de elaboração de minutas quanto no atendimento a advogados.

c) especialização de servidores por matéria ou fase processual:

A cada servidor é designada uma ou mais matéria, conforme o volume de processos, sendo que há servidores responsáveis por matérias residuais.

d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ:

O Gabinete busca incluir em cada pauta de julgamento um percentual de processos com prioridade legal e Meta do CNJ, de modo a alcançar um equilíbrio com os feitos cujas matérias possuem maior volume de distribuição, mantendo, assim, a produtividade e dando a necessária atenção às prioridades.

e) medidas de conciliação e desistência de recursos:

A Corte possui setor de conciliação e, sempre que são solicitados processos, o Gabinete os encaminha com a maior celeridade possível.

Quanto à desistência de recursos, se verificado na triagem inicial que há pedido dessa natureza, o feito é separado, analisado e, se for o caso, prepara-se uma minuta de homologação.

f) priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa:

A chefia do Gabinete, com o auxílio dos servidores responsáveis pela elaboração de minutas, e também dos dados disponibilizados pelo setor de estatística da Corte e das ferramentas do GEDPRO, possui o controle dos processos que se encontram adiados e pendentes de julgamento em mesa, a fim de conferir maior celeridade no julgamento de tais feitos.

g) controle de prazo para julgamento de feitos:

O Gabinete realiza controle especialmente quanto aos processos com prioridade legal, aos mais antigos e de Meta do CNJ, buscando incluir em cada pauta um percentual

de tais feitos, de modo a manter um equilíbrio com os feitos cujas matérias possuem maior volume de distribuição.

h) fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores:

As metas são fixadas pelo magistrado em conjunto com a chefia que, por sua vez, faz a interlocução com os servidores.

i) planejamento e avaliação periódica de atividades:

A chefia do Gabinete realiza acompanhamento periódico e individualizado de produtividade dos servidores, para tanto utilizando ferramentas do SIAPRO e do GEDPRO, de modo a manter o controle dos processos que são levados a julgamento.

j) desempenho:

A chefia faz avaliação de desempenho com base nas tarefas desenvolvidas por cada servidor.

k) produtividade e metas:

As metas individuais de produtividade são estabelecidas de acordo com a complexidade dos processos, sendo que aos servidores que são autorizados a eventualmente realizar trabalho remoto é atribuída uma meta maior.

Tendo em vista a complexidade de alguns feitos, que demandam maior tempo para análise e preparação de minuta, inclusive com acompanhamento e orientação por parte do Desembargador e da chefia, a meta pode ser flexibilizada.

l) gestão de pessoal e recursos materiais:

A gestão de pessoal e de recursos materiais é realizada pelo chefe de gabinete, sendo que periodicamente é feita a conferência do patrimônio, juntamente com o setor competente da Corte.

m) atendimento a advogados:

A orientação passada aos servidores pela chefia é de permitir o acesso aos autos pelos advogados no próprio Gabinete, com ressalva dos feitos sob sigilo que demandam procuração nos autos, sendo que os autos somente são encaminhados à Subsecretaria nos casos em que o atendimento no local - pela complexidade ou tempo demandado - obstaculizaria o regular andamento dos trabalhos do Gabinete.

n) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores:

O Gabinete busca atender, na medida do possível, às recomendações do relatório de inspeção e julgar os processos indicados na lista, para tanto utilizando planilhas para controle.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

Considerando o volume de processos em tramitação no gabinete, bem ainda o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho do gabinete enseja reflexão, com necessidade de adoção de medidas urgentes.

Nesse sentido, cabe ressaltar que, no período destacado, houve crescimento de 819 processos no acervo do gabinete, bem como de 623 processos em trâmite no Tribunal.

No período de abril de 2014 a abril de 2016, houve um acréscimo de 2.443 processos (6.163 menos 3.720) no acervo do gabinete, o que revela um dado muito preocupante, devendo o gabinete adotar providências para inverter o fluxo.

Houve pequeno crescimento dos processos julgados (2014) em relação aos distribuídos (2.705) (Meta 1 do CNJ).

Há muitos processos com embargos de declaração (143) e agravos regimentais (179) não julgados.

Há 453 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e não levados a julgamento.

Necessidade de cumprimento da Meta 2, do CNJ, com prioridade ainda maior nos processos mais antigos.

Apesar do pequeno número de processos relativos às Metas 4 (6 processos) e 6 (4 processos) do CNJ, a relevância da matéria merece um esforço maior para zerar os processos pendentes de julgamento.

Necessidade de cumprimento da Meta 8/2016 do CNJ.

Necessidade de julgamento mais célere dos processos criminais com réu preso.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

- a) cumprir os itens 2 e 3 do relatório de inspeção;
- b) julgar e encaminhar ao Revisor todos os processos criminais com réus presos para julgamento em 60 dias e que os demais feitos criminais sejam julgados até o final do ano;
- c) julgar todos os processos inspecionados em 2014, pendentes de solução, no prazo de 90 dias;
- d) julgar todos os processos autoinspecionados em 2015, pendentes de solução, no prazo de 90 dias;
- e) julgar os embargos de declaração e agravos regimentais;
- f) julgar os processos com decisão liminar ou antecipação de tutela deferidas/indeferidas há mais de 90 dias;
- g) cumprir as metas do CNJ;
- h) analisar o pedido de desmembramento formulado pela defesa do réu preso no Processo n. 201161810064843;
- i) gerenciar os processos conclusos no gabinete com mais eficiência, mediante uso de relatórios mensais gerados pelo SIAPRO, a fim de auxiliar nas atividades gerenciais do acervo processual;
- j) apresentar plano de trabalho ou estratégia de gestão à Corregedoria do CJF no prazo de 3 meses, com informação a cada 6 meses da evolução do acervo e a melhoria do perfil;
- k) levar ao conhecimento do Desembargador para deliberação a informação de que o Processo de restauração (PET 0057198-73.2000.4.03.0000) foi distribuído ao Gabinete em 18/5/2016, através do Processo SEI sob o n. 0025157-21.2014.403.800.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA RIBEIRO**

**Especialidade:**

O desembargador faz parte da Segunda Turma e da 1ª Seção, com competência para julgar feitos relativos: I - às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); II - à matéria de direito privado, dentre outras: a) domínio e posse; b) locação de imóveis; c) família e sucessões; d) direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; III - à matéria trabalhista de competência residual; IV - à propriedade industrial; V - aos registros públicos; VI - aos servidores civis e militares; VII - às desapropriações e apossamentos administrativos”. Por fim, é competente para julgar o acervo remanescente em matéria penal.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

- 1.1. Identificação:** Desembargador Federal **LUIZ ALBERTO DE SOUZA RIBEIRO**
- 1.2. Órgãos de atuação:** 2ª Turma, 1ª Seção, Conselho de Administração e Comissão de Regimento Interno.
- 1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 22/12/2015

No período de cinco anos, o Magistrado requereu 1 (uma) remoção interna, a saber:

Desembargador Federal, desde 4/10/13, quando assumiu titularidade no Gabinete da 9ª Turma/3ª Seção (matéria previdenciária). Foi removido para este Gabinete, a pedido, a partir de 22/12/15.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	14	2	0	0	3	19	13



Inspeção/2016	16	0	1	0	5	22	14
---------------	----	---	---	---	---	----	----

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 3 auxiliares a mais. Houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	8.365
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	7.893
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	7.156
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	6.100
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	1
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

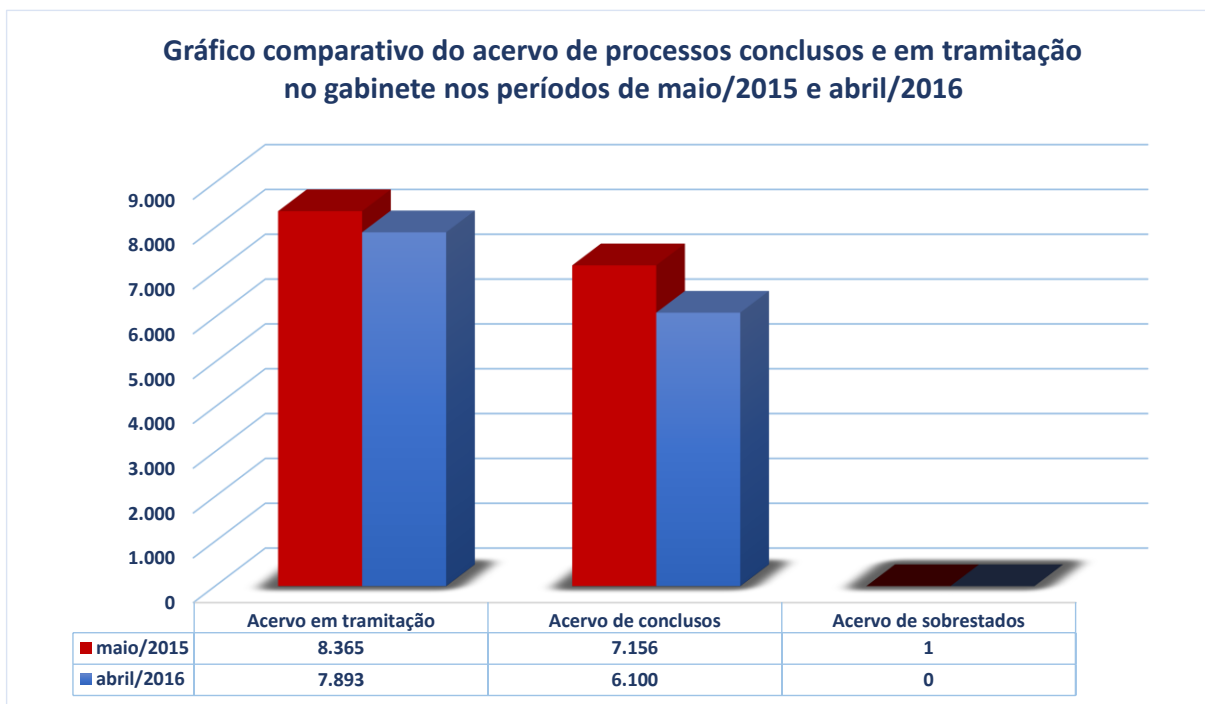
\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 1.056 e o número de sobrestados reduziu em 1, não havendo processo sobrestado.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 6.100 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 435,71 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 472 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	2.902
Total de processos (saídas)**	3.207
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-305
Processos distribuídos	2.760

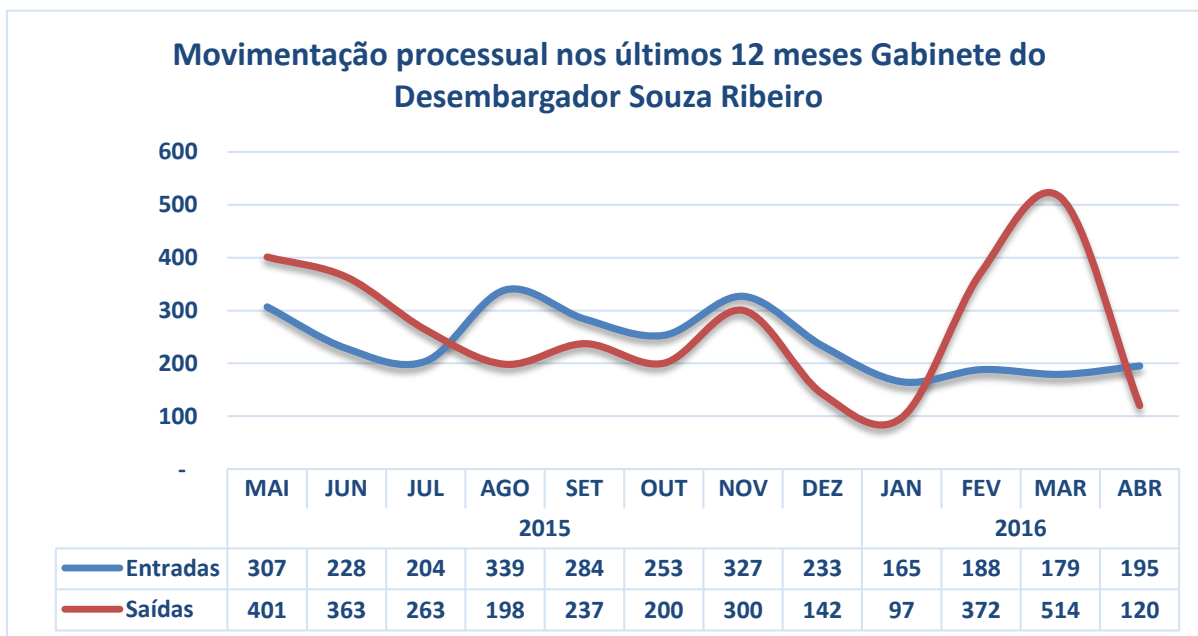
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.902 e saída de 3.207 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	350
Processos julgados em mesa	43
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	2.692
<b>Total geral</b>	<b>3.085</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	32%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 3.085 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.760; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 43 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 2.692 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 32%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	142
b. Agravo Legal/Regimental	202

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 142 embargos de declaração e 202 agravos legais/regimentais.

Existe 1 processo com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado: agravo de instrumento n. 2015.03.00.006737-5 (deve ser pautado com prioridade).

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	70
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	23
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	321
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	442
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	324
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	368
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	545
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	597
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)</b>	
Meta 7 - Baixar quantidade maior de processos criminais do que casos novos no ano corrente (abril/2016)	
Casos novos criminais	6
Processos criminais baixados	268
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	29

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 2.690 processos, representando 44% do acervo de processos conclusos na unidade (6.100).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. SOUZA RIBEIRO			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	2	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	1	2	2
1996	7	5	1
1997	7	4	1
1998	7	3	1
1999	22	8	3
2000	24	22	11
2001	58	36	26
2002	38	25	18
2003	45	36	26
2004	41	36	19
2005	14	10	9
2006	68	55	27
2007	602	465	340
2008	914	620	442
2009	786	486	330
2010	925	602	375
2011	1.117	762	549
2012	1.200	840	572
2013	1.255	945	586
2014	450	1.475	838
2015	0	770	1.522
2016	0	0	402
<b>Total</b>	<b>7.583</b>	<b>7.207</b>	<b>6.100</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 7.583; atualmente, há 6.100. Houve diminuição dos feitos conclusos a partir de 2013. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2007, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 1995, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, não havia processos; enquanto os da Meta 6/2016 era tão somente 1.

Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

Em relação às Metas específicas 7 e 8/2016, verificou-se que a unidade está buscando atendê-las satisfatoriamente, até mesmo porque a competência criminal é residual, não mais havendo distribuição a partir de 2014.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	3
Outras situações	4
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão. Existem 2 feitos que aguardam voto-vista e 1 para declaração de voto. Neste universo, não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	2
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão, bem como para voto-vista e para declaração de voto. Nessas situações não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está pautando praticamente todos os recursos, bem como intimando as partes para ciência das datas do julgamento dos agravos legais e para responder os embargos de declaração opostos pela parte contrária.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 154 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

A amostragem revelou a existência de 65 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 1999.

Também verificou-se a existência, na amostragem, de 18 feitos criminais com réus presos. Todos estão vinculados a recursos:

199960000037637	200161050011084	200161810035503
200361020134723	200861810069015	200961050143911
201161030023712	201260040007080	201260050025492
201261020054546	201261040090878	201261220010927
201261300052471	201261330002081	201261810036487
201360020007479	201403000017641	201403000099888

Na unidade, verificaram-se 4 discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos ocasionadas por não terem sido baixados das petições juntadas aos autos do processo.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias:

199503010724072	199503010868653	199603010039732
199703010012597	199803010022250	199903000453565
199903991126317	199903991137558	199960000037637

199960000040764	199960000051695	199960020021064
199961000218828	199961000432358	199961000482635
199961810043618	200061030011372	200160000051564
200161000322215	200161020121434	200161040048992
200161050007652	200161050011084	200161050022768
200161050028000	200161050030900	200161060012760
200161060020859	200161060067566	200161090045457
200161110006270	200161130035550	200161190021529
200161200067855	200161810011020	200161810011055
200161810015991	200161810022004	200161810035450
200161810035503	200161810035965	200161810051491
200161810061794	200161810063134	200161820145354
200203990096276	200203990210073	200203990242153
200203990332075	200203990359299	200203990409783
200260000002715	200260000025983	200260000036828
200260000046457	200260000066857	200260000075159
200260020001200	200260020003026	200260020008292
200261000001865	200261000026928	200261000035334
200261000036442	200261000042466	200261000072823
200261080000184	200261090052259	200261120010882
200261130000290	200261210001237	200261810009648
200261810023128	200360000060756	200360000076065
200361020134723	200361190009617	200361810039839
200361810087810	200403000589722	200461060086860
200461810005263	200561009014109	200561810015054
200603000896482	200661020027385	200661050118630
200661050118630	200661110010544	200703000257908
200703990248797	200761130019818	200761260040789
200860050015938	200861090111140	200861810069015
200903990028253	200903990341162	200961050143911
201003000124713	201061070060030	201061120028524
201061130012264	201061160007507	201103000059543



201103000156901	201161030023712	201161030090427
201260040007080	201260050025492	201261020054546
201261040090878	201261190120130	201261220010927
201261300052471	201261330002081	201261810036487
201303000020088	201303000052855	201303000087146
201303000163290	201303000257775	201360020007479
201403000017641	201403000099888	201403000141741
201503000282626		

- b) julgar os processos criminais com réu preso no prazo de 60 dias e todos os processos criminais até o final do ano;
- c) regularizar a fase processual no sistema e nos autos físicos e promover seu andamento: 199703010024629; 199703010145986; 199703010168317; 199703010432460;
- d) julgar, no prazo de 90 dias, os agravos legais/regimentais, nos seguintes Processos: 1999039911263171; 200161820145354; 200703000257908; 201103000059543; 201303000020088;
- e) julgar o Agravo de Instrumento 201003000124713, com liminar desde 26/4/2010;
- f) apreciar o pedido de liminar ou antecipação de tutela no agravo de instrumento 201503000257619.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, com a redução contínua do acervo.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

- a) triagem inicial de processos:

Quando os processos chegam ao Gabinete são separados por assunto, observando-se as prioridades legais de julgamento. Após a triagem, são distribuídos aos respectivos setores e/ou armários.

b) classificação e separação física de processos:

A maior parte dos processos fica localizada em armários distribuídos por sequência numérica e separados por matéria. Alguns processos ficam nas mesas dos servidores ou do Magistrado para elaboração e conferência de minutas. Os armários possuem prateleiras com identificação de letras para facilitar a busca de autos.

c) especialização de servidores por matéria ou fase processual:

Cinco servidores auxiliam o Desembargador no julgamento dos processos criminais remanescentes no acervo do Gabinete, com prioridade na análise de processos com réu preso e/ou incluídos nas listagens próprias de prescrição e inspeção anteriores.

Cinco servidores auxiliam o Desembargador no julgamento das apelações e remessas oficiais em ações ordinárias, execuções fiscais e execução de sentença, bem como em mandados de segurança e matérias diversas. Dois desses servidores também auxiliam na análise de efeitos suspensivos em agravo de instrumento.

Um servidor auxilia no julgamento final dos agravos de instrumento, a fim de liquidar o acervo existente anteriormente à remoção do Desembargador para o Gabinete.

Um servidor, com a ajuda de um estagiário de nível superior, auxilia na apreciação de efeitos suspensivos dos agravos de instrumento distribuídos diariamente.

Um servidor, auxiliado por um estagiário de nível médio, é o responsável pelo setor de atendimento ao público em geral, movimentação e separação dos processos, requisição de material e arquivo da parte administrativa. Eventualmente, o referido servidor auxilia o Desembargador na elaboração de minutas para a pauta cível.

Uma servidora encontra-se de licença maternidade e, na volta, em outubro, auxiliará no julgamento dos agravos de instrumento.

d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ:

Em todas as matérias com minutas aprovadas, são feitas triagens para localizar e julgar, de forma conjunta, os processos inclusos na Meta 2. Há prioridade também nos julgamentos dos processos em fase de execução de sentença e execuções fiscais.

e) medidas de conciliação e desistência de recursos:

São prontamente atendidos os pleitos do Setor de Conciliação para envio dos processos, e as petições de desistência de recursos são analisadas assim que chegam ao Gabinete.

f) priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa:

Todos os processos adiados e pendentes de julgamento são levados para a sessão seguinte.

g) controle de prazo para julgamento de feitos:

O tempo médio de tramitação dos feitos varia de acordo com a distribuição do processo ou a matéria tratada. Atualmente, o Gabinete tem priorizado o julgamento dos processos criminais com réus presos e com prescrição iminente. No cível, há prioridade no julgamento dos agravos de instrumento, mandados de segurança, execuções fiscais, ações civis públicas e coletivas, repatriações de menor, juízo de retratação e retorno dos processos dos Tribunais Superiores para reapreciação, incluídos os processos de Metas do CNJ.

h) fixação das metas de trabalho pelo Magistrado com participação dos servidores:

Há metas individuais dos servidores, considerada a matéria trabalhada por cada um, com controle diário. Há também uma meta coletiva mensal traçada pelo Desembargador, com sistemas de recompensas. A produtividade é obtida diariamente através do sistema GEDPRO e analisada mensalmente pelo Desembargador.

i) planejamento e avaliação periódica de atividades:

No início do ano, foi traçado um planejamento de organização do acervo, com identificação dos casos com maior prioridade. Também foram feitas triagens nos armários, por blocos de assuntos repetitivos a fim de dinamizar a produtividade do Gabinete.

Para a avaliação das atividades, utiliza-se uma planilha alimentada diariamente a fim de verificar a produção individual de cada servidor, incluídas as especificações da espécie de julgamento realizado por cada um (despacho, voto, decisão etc).

Há ainda outras planilhas, alimentadas mensalmente, que controlam e refletem a evolução do acervo em geral, bem como os processos incluídos na Meta 2 do CNJ, nos feitos criminais, agravos de instrumento e mandados de segurança.

j) desempenho:

O desempenho dos servidores é acompanhado pelo Desembargador e pela Chefia, com reuniões individualizadas com o servidor, caso necessário. Periodicamente, geralmente a cada três meses, são realizadas reuniões coletivas com a presença do

Magistrado e de toda a equipe, a fim de se traçar estratégias de curto prazo, bem como receber o *feedback* da equipe sobre o andamento dos trabalhos desenvolvidos no trimestre.

k) produtividade e metas:

Após a avaliação da distribuição média dos feitos no Gabinete e complexidade das demandas que compõem o acervo do Gabinete, o Desembargador traçou uma meta de produtividade, a fim de julgar o dobro do número médio de processos distribuídos nos últimos doze meses.

l) gestão de pessoal e recursos materiais:

Há adequada distribuição da força de trabalho entre os servidores, a fim de evitar que apenas parte da equipe fique sobrecarregada. O Desembargador e sua chefia estão sempre disponíveis para o atendimento dos servidores quanto a assuntos relacionados ao trabalho, sugestões e/ou eventuais necessidades particulares. Regularmente são realizadas reuniões motivacionais do grupo, sempre com a participação do Magistrado.

O ambiente agradável do Gabinete facilita o desenvolvimento dos trabalhos e a produtividade dos servidores. O sistema de recompensas adotado pelo Desembargador, baseado em bonificações mediante o cumprimento das metas mensais estabelecidas, motiva a equipe.

Há sistema de rodízio de funções entre os servidores mediante cronograma disponibilizado a todos. Há também uma tabela de organização dos períodos de férias dos servidores, em que há a marcação dos períodos pelos mesmos, tomando-se a cautela de haver preenchimento no mesmo período. Caso a chefia entenda necessário, há proposta de mudança ao servidor.

Os recursos materiais e tecnológicos (instalações, mobiliários, equipamentos de informática) auxiliam para o bom desempenho da unidade da equipe, garantindo aos servidores boas condições de trabalho. Há necessário cuidado para a proteção e manutenção dos bens materiais e dos sistemas, com chamados técnicos ao setor de informática e de manutenção, sempre que necessário.

m) atendimento a advogados:

É feito pelo setor de atendimento ao público, inclusive ligações telefônicas destinadas à consulta do andamento dos processos. Caso necessário, o atendimento é repassado à chefia e/ou ao Desembargador. Os autos são observados no balcão, com a presença do servidor (não podendo ser levados do Gabinete), tudo sem desrespeitar o procedimento de carga adotado pela Subsecretaria e as hipóteses de segredo de

justiça. Em tais casos, o processo é remetido à Secretaria para atendimento e observância das limitações impostas pelo Magistrado.

n) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores:

Há um esforço para o cumprimento das recomendações do CJF, principalmente quanto ao julgamento de todos os processos incluídos nas listagens anteriores.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

Considerando o volume de processos em tramitação, verifica-se que o desempenho do Gabinete é muito bom, com bastante organização, estabelecimento de metas e diminuição do acervo. Os servidores demonstraram satisfação no ambiente de trabalho. Observou-se que a contagem dos prazos prescricionais - etiquetas coladas nas capas dos processos - não estava correta, fato salientado à assessoria, que prontamente determinou uma verificação. Havia processos criminais com prescrição próxima, que foram separados pelo Assessor para confecção de minutas.

O Desembargador assumiu o Gabinete neste ano e já reduziu o acervo do Gabinete em pouco tempo, o que comprova as boas metas traçadas, sendo que a tendência é que haja uma redução ainda maior do acervo do Gabinete.

## **6) RECOMENDAÇÕES**

- a) cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;
- b) que todos os processos inspecionados em 2014 e autoinspecionados em 2015, pendentes de julgamento, sejam solucionados no prazo de 90 dias;
- c) julgar os processos criminais com réu preso no prazo de 60 dias e todos os processos criminais até o final do ano;
- d) julgar os embargos de declaração e agravos regimentais pendentes de julgamento.

## GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL NERY JÚNIOR

**Especialidade:** Feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da 1ª e 3ª Seções, dentre outros: I - matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da 1ª e 3ª Seções; II - licitações; III - nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da 1ª e 3ª Seções; IV - ensino superior; V - inscrição e exercício profissional; VI - tributos em geral e preços públicos; VII - contribuições, excetuadas as de competência da 1ª Seção.

#### 1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **NERY DA COSTA JÚNIOR**.

1.2. **Órgãos de atuação:** 3ª Turma, 2ª Seção e Órgão Especial.

1.3. **Tempo de atuação no acervo:** desde 17/6/1999.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	1	0	0	4	22	15
Inspeção/2016	16	1	0	0	3	20	15

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 2 auxiliares a menos. Houve manutenção do número de servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	5.953
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	5.700
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	5.231
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	4.695
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	1.550
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	1.611

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

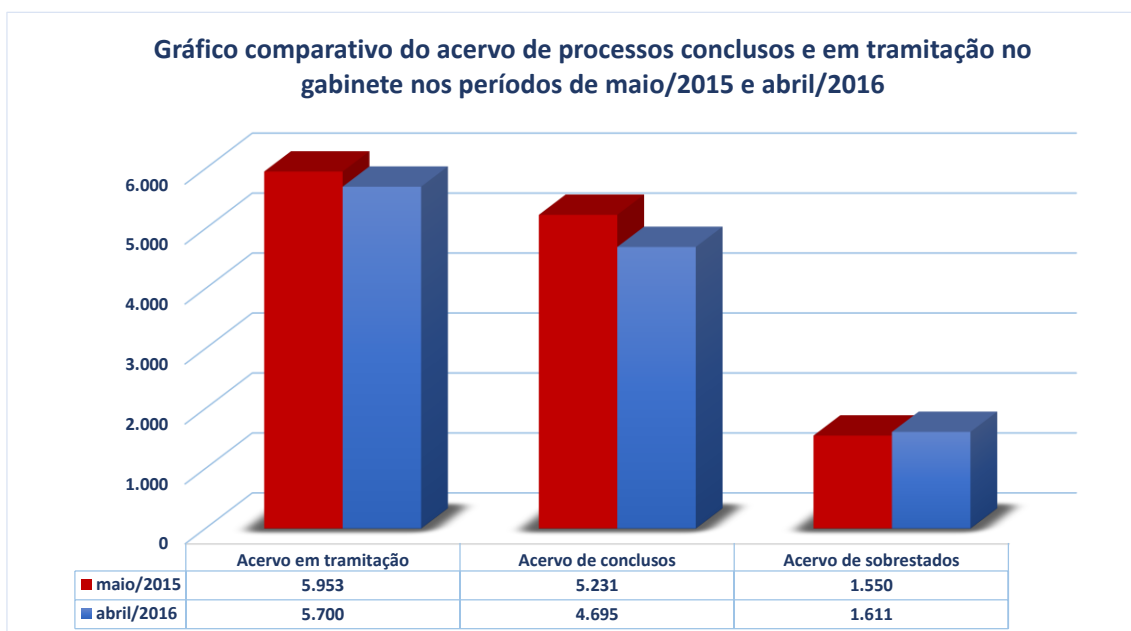
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 536 e o número de sobrestados subiu em 61.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: planos econômicos (Rec. Extraordinários 591797 e 626307). Outras situações são relativas à suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação na Corte Especial ou sobrestamento determinados pelo próprio relator.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 4.695 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 313 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 253 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	2.380
Total de processos (saídas)**	2.663
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-283
Processos distribuídos	2.320

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

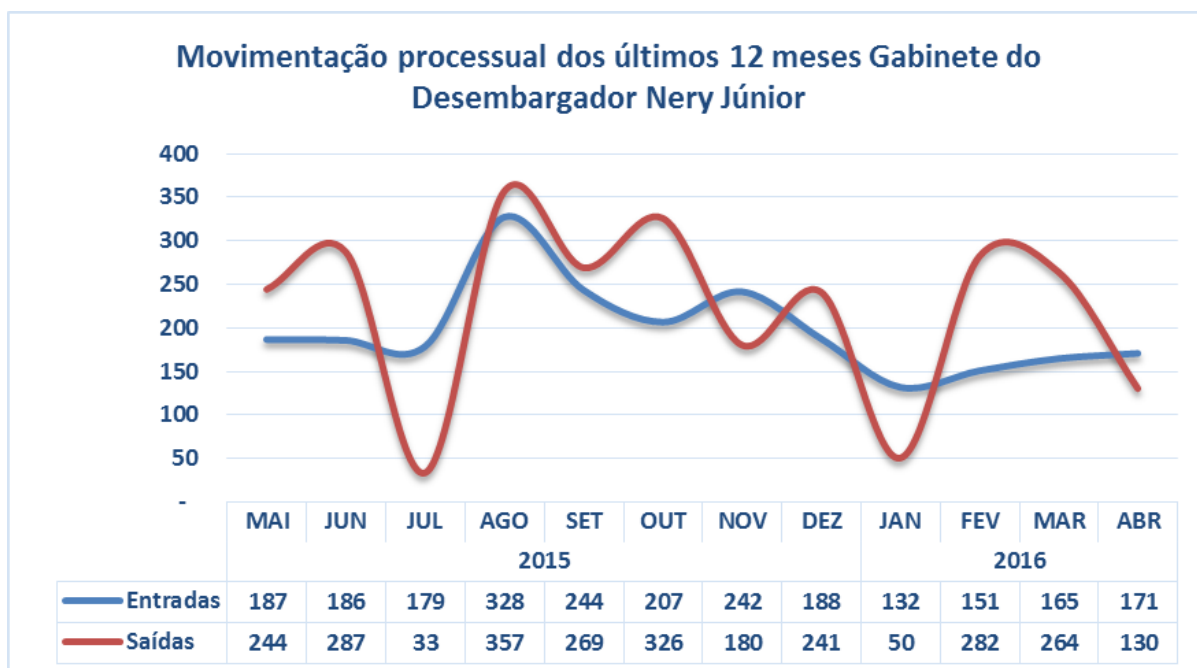
Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.380 e saída de 2.663 processos, resultando, assim, em pequena redução do acervo.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:





Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	779
Processos julgados em mesa	116
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	1.715
<b>Total geral</b>	<b>2.610</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	31%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 2.610 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.320; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 116 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.715 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 31%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	445
b. Agravo Legal/Regimental	502

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 445 embargos de declaração e 502 agravos legais/regimentais.

Existem 12 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	8
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	5
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	2
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	27
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	39
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	101
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	314
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	426
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	24
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	33

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 922 processos, representando 20% do acervo de feitos conclusos na unidade (4.695).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO,  
NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Anos	GAB.DES.FED. NERY JUNIOR		
	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	1	0	0
1991	0	0	0
1992	1	0	0
1993	0	0	0
1994	2	2	1
1995	1	4	3
1996	6	4	0
1997	3	2	1
1998	7	4	2
1999	25	15	7
2000	19	8	5
2001	40	24	8
2002	28	12	7
2003	35	14	4
2004	28	12	17
2005	37	19	13
2006	111	40	28
2007	176	65	37
2008	291	151	99
2009	456	167	108
2010	653	291	160
2011	1.086	790	416
2012	1.130	896	494
2013	1.500	1.033	808
2014	437	1.117	799
2015	0	490	1.303
2016	0	0	375
<b>Total</b>	<b>6.073</b>	<b>5.160</b>	<b>4.695</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes, com exceção dos distribuídos em 2015 e 2016, estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 6.073; atualmente, há 4.695. Houve diminuição dos feitos conclusos a partir de abril de 2015. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2007, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são aparentemente triados e julgados por ordem de antiguidade. Apesar disso, atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 1994, portanto, com mais de vinte anos de tramitação no Tribunal, o que demanda uma melhor gestão nos feitos atrasados e/ou paralisados indevidamente.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, havia 24 processos; enquanto os da Meta 6/2016 eram 33. Tendo em vista a

relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	8
Outras situações	5
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, bem como nenhum feito que aguarda voto-vista e declaração de voto. Neste universo, há processos que aguardam providências há mais de 30 dias, quais sejam: 200961020063561, 200761100083397, 199603010014991, 201361340148532, 201303990122558, 199003010284116, 200961000241263, 200861000111910, 200861000027066, 200760030010220, 200760030005030, configurando pendência externa.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	1
Recebidos para voto-vista	6
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	12
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 1 processo concluso para revisão, 6 para voto-vista e 1 para declaração de voto. Nessas situações, há feitos sem movimentação há mais de 30 dias, recomendando-se a movimentação em 60 dias, até porque há, na unidade inspecionada, processos de valores vultosos e de conteúdo relevante com pedido de vista realizado há quase dois anos sem que qualquer providência tenha sido tomada para o retorno do julgamento (v.g. Ação Civil Pública n. 199661000305256). São eles:

201061120057147	20061000393813	201261820450148
-----------------	----------------	-----------------

201261050109010	201261030057179	201061000235629
201061000088505	200803000467063	200803000058424
200661820317072	199661000305256	201261050135263
201161080042325	201103000105152	201061060047301
200861030071628	200861000224728	

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque o fato de o gabinete estar se empenhando na adequação às alterações legislativas.

Os processos envolvendo idosos ou pessoas com deficiência são identificados na triagem e tramitam com prioridade. Procedimentos internos foram adequados ao Novo CPC, *v.g.*, o cumprimento dos prazos para julgamento, automatização da abertura de vista à parte contrária em embargos de declaração e agravos internos, assim como a organização das sessões de julgamento.

### **3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:**

Dos 185 processos selecionados para inspeção, 163 foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

A amostragem revelou a existência de 33 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2003.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e as constantes dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

- a) proceder à baixa no sistema: 200703000880636;
- b) julgar, no prazo de 90 dias:

199303010665435	199303011135302	199403010510614
199503010297467	199503010297479	199603010027596
199603010588600	199603010805623	199661825354701
199703010215988	199803010397517	199803010764459
199903990170335	199903990666353	199903990886365
199903991089953	199903991164355	199961000109730
199961000360943	199961000545323	200003000227077
200003990653480	20006100093813	200061020098122
200103990131302	200103990164022	200103990197714
200103990316727	200103990407241	200161020046679
200161150000990	20020300004694	200203000073022
200261020015110	200261080043444	200261820096128
200303000750930	200303990202251	200361000075671
200361040070106	200361090035953	200361190088542
200403000221640	200403990298076	200403990298313
200461000033176	200461000114796	200461000217160
200461000284768	200461040017042	200461820004577
200461820070975	200503000158557	200503000287758
20050000718551	200503000753629	200561000032073
200561000048020	20056000171231	200561000233080
200561260009038	200561820019408	20056820579104
200603000086617	200603000697254	200603990086264
20060990135147	200603990259638	200603990405199
200603990405205	20066000006790	200661000136703
200661100119028	20066140030594	200661140032232
200703000365249	200703000699206	200703990392458
20070990506040	200760000053034	200761120067490
200761160008616	20076820482701	200803000060339
200803000218671	20080000247385	200803000449413.
200803000497780	20080990082668	200861000191243
200861000289619	200861250016576	200903000163741
200903000352616	200903000407265	200960020011625

200960020036063	200961170032843	200961230021078
200961820293299	201003000211907	201003000242977
201003000294989	201003000320861	201003000335037
201003000356582	201003000373956	201003000376714
201003990441432	201061000019933	201061000099930
201061020107803	201061040026183	201061060047301
201061120057147	201103000001360	201103000011273
201103000017044	201103000027554	201103000030814
201103000043961	201103000058575	201103000086583
201103000105152	201103000134255	201103000189797
201103000207465	201103000308634	201103000366282
201103000390338	201103990083258	201103990263790
201103990351794	201103990486961	201161000001234
201161080042325	201161120039770	201203000005940
201203000069814	201203000118576	201203000143583
201203000145865	201203000176217	201203000183763
201203000193800	201203000202060	201203000219642
201203000225125	201203000243632	201203000276376
201203000347838	201203000362621	201261000055181
201303000008131	201403000319943	201503000023189
201503000132252	201503000159245	200861000224728
200803000465236		

- c) regularizar a fase processual no sistema e nos autos físicos e promover seu andamento: 200803000054790;
- d) retomar o julgamento, em até 90 dias, dos Processos: 2004.03.99.029807-6, 0009993-32.2010.403.6100, 0002318-09.2015.4.03.0000, 1059-42.2016.4.03.0000, 0030525-18.1996.4.03.6100 e 0029498-73.2010.4.03.0000.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, pois quase todos os feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de

trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é aparentemente satisfatória, não havendo acúmulo considerável; ao contrário, verifica-se uma pequena redução do acervo. Apesar disso, chama a atenção a existência de processos de valores vultosos e de matérias relevantes paralisados há bastante tempo, alguns com decisões proferidas de forma monocrática que ainda não foram levadas à apreciação do órgão colegiado, apesar de prolatadas há tempo considerável e apesar de tratar de temas complexos, tais como: reconhecimento de fraude no título de propriedade, de abuso de direito com o intuito de frustrar o pagamento dos créditos públicos, de fraude na concessão de bolsas de estudos, de prática de fraude fiscal pelos controladores de fato da empresa comercial, de malversação de verbas públicas etc. (Processos n. 0002318-09.2015.4.03.0000, 0029498-73.2010.4.03.0000, 0018376-92.2012.4.03.0000 e 0030525-18.1996.4.03.6100, por exemplo) .

Relevante informar, ainda, que o processo n. 0009993-32.2010.403.6100, que se encontra na situação acima, foi apontado em 2 autoinspeções sem qualquer providência.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

Há um servidor designado para a triagem dos processos que chegam ao gabinete oriundos da distribuição ou do órgão processante.

Os processos são localizados em armários, organizados por matéria. A identificação da localização física é lançada no sistema SIAPRO.

O Chefe de Gabinete e o Assessor supervisionam o trabalho e elaboram minutas e modelos de minutas que serão replicados pelos demais servidores. Há dois servidores designados exclusivamente para elaboração de minutas em agravos de instrumento e um servidor designado para os assuntos relacionados à Seção e Órgão Especial. As tarefas de organização das sessões de julgamento da Turma são divididas entre assessor e chefe de gabinete.

A unidade inspecionada dá tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ, sendo os casos detectados lançados em planilhas e priorizados. Já no que pertine ao controle de prazo para julgamento de feitos, não foi observada nenhuma medida concreta e efetiva nesse sentido, apesar de o gabinete informar que tenta observar a cronologia de entrada dos processos, desde que, por óbvio, isso não atrapalhe a tramitação e o julgamento dos feitos mais simples e corriqueiros.

Não foram estabelecidas ainda metas individuais aos servidores, porquanto todos estão trabalhando nos feitos mais antigos e que demandam maior tempo de exame por sua complexidade, bem como separando os processos referentes às metas do CNJ e os que tenham prioridade legal, sem olvidar a verificação de possíveis incorreções a serem



retificadas antes do julgamento. O objetivo é diminuir o acervo do gabinete sem descuidar da qualidade de atendimento ao jurisdicionado.

Apesar de ainda não se ter metas individuais fixas, a unidade inspecionada informou que há acompanhamento da produção de cada servidor, notadamente a partir das metas do CNJ, quando são fixadas metas de produção mensal e anual do gabinete em cada categoria.

Nesse passo, esclareceu que, na medida do possível, é dada prioridade às metas do CNJ, sendo que os processos nelas incluídos são periodicamente distribuídos entre os servidores para imediata elaboração de minuta e submissão ao Desembargador, com o objetivo de alcançar essas metas com a maior brevidade possível.

Informou, ainda, que, identificadas as demandas e necessidades, são colhidas propostas e sugestões dos servidores e então definidas as estratégias pelo Desembargador e pela Assessoria. Quanto à avaliação periódica das atividades, os resultados são avaliados mensalmente por planilha e gráfico de evolução.

A produtividade é aferida pela estatística mensal, fornecida pelo Tribunal, além do acompanhamento individual dos servidores quanto à sua produtividade. Os servidores são consultados periodicamente sobre suas afinidades e preferências em relação aos feitos, participando ativamente de reuniões sobre aumento de produtividade, bem como a respeito de eventuais dificuldades e de soluções.

Não foram informadas quaisquer medidas tendentes a facilitar a conciliação e/ou a desistência de recursos, mas o gabinete informou que prioriza os julgamentos dos feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa e que também realiza mutirões, dividindo os servidores em grupos de trabalho, com modelos de decisões para facilitar e padronizar o trabalho e a meta mensal do gabinete, que tem como objetivo superar a distribuição recebida.

Os recursos materiais são satisfatórios, apesar de os cursos de capacitação serem insuficientes para a demanda. O gabinete, contudo, entende que precisaria de mais servidores na atividade-fim para conseguir diminuir o acervo, até porque alega que enfrenta dificuldades por conta de licenças médicas sucessivas de servidores em tratamento de saúde, atrapalhando a produtividade.

Foi programada a manutenção de um banco de julgados sob a sistemática de repercussão geral/recursos repetitivos de matérias de competência da unidade para servir de ferramenta aos servidores.

Quanto ao atendimento, há uma mesa disponível para consulta aos autos pelos advogados e pelas partes. Os processos em segredo de justiça só podem ser consultados por aqueles constituídos nos autos. Caso se pretenda obter fotos ou cópias, os autos são remetidos à subsecretaria processante. O atendimento é feito inicialmente pelos servidores ou estagiários e, havendo necessidade, o desembargador recebe os interessados a qualquer momento, sem prévio agendamento.

Segundo o questionário apresentado pela unidade inspecionada, há apenas um processo com determinação da inspeção anterior pendente de cumprimento ou regularização (200403990298076). O feito foi pautado por um juiz convocado durante substituição em férias do Desembargador e não houve tempo hábil para conclusão da minuta durante a substituição, daí porque o processo foi adiado pelo juiz, mas já está com previsão de julgamento para julho/2016.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) o gabinete mostrou-se aparentemente bem organizado, contudo, após a análise processual da amostra selecionada, constatou-se que não existe controle sobre o acervo, nem identificação de processos que envolvam matérias relevantes e valores vultosos. Falta, pois, uma melhor gestão administrativa, sobretudo para triagem, processamento e julgamento dos feitos mais antigos, dos pedidos de vista e da agilização do mérito das decisões proferidas monocraticamente, sobretudo quando se trata de valores vultosos e de matérias relevantes (como ações de improbidade administrativa e tributárias);

b) a meta simplista de julgar tão-somente mais do que é distribuído não atende às peculiares do gabinete inspecionado, que possui um acervo formado por muitos processos remanescentes. Há necessidade de se envidar esforços e estratégias para a redução do acervo e o julgamento dos processos mais antigos, bem como para a agilização dos pedidos de vistas e dos julgamentos das decisões proferidas monocraticamente que envolvam direitos indisponíveis e valores vultosos;

c) as informações disponíveis pelo sistema de informática do Tribunal não são bem destrinchadas pelos servidores do gabinete, que não sabem onde buscar os relatórios e os dados mais específicos de que precisam para melhor planejarem suas tarefas e metas. Há necessidade de maior intercâmbio entre os servidores do gabinete e os da Informática do Tribunal, que detêm o conhecimento técnico e que, por isso mesmo, precisam divulgar melhor aos servidores dos gabinetes onde estão as informações pretendidas, inclusive onde eles podem buscar relatórios estatísticos pormenorizados dos processos por meio de campos parametrizados previamente especificados (consulta por matéria, data da conclusão, parte etc.);

d) não houve tempo suficiente – por ser ainda incipiente no TRF3 – para o Processo Judicial Eletrônico ser bem assimilado pelos servidores da unidade, que solicitaram a realização, urgente, de mais cursos e treinamentos pela Administração, relativos à implantação do referido sistema.

## 6) RECOMENDAÇÕES:

- a) cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;
- b) cumprir as determinações ocorridas nas autoinspeções da unidade;
- c) atentar para o fato de que ainda existem vários processos pendentes de julgamento há mais de 5 anos, o que merece atenção e adoção de medidas necessárias à efetiva prestação da tutela jurisdicional;
- d) apresentar em até 90 dias Plano de Trabalho para identificar e levar a julgamento todas os votos-vistas com mais de 90 dias, bem como todas as medidas cautelares e decisões antecipatórias de tutela concedidas monocraticamente há mais de 180 dias, que envolvam valores vultosos de verbas públicas (maiores de 1 milhão de reais), ou direitos difusos e coletivos;
- e) foi constatada, pela equipe da Corregedoria, em todos os gabinetes inspecionados (recomendação geral, portanto), a necessidade de maior engajamento/participação dos setores ligados à Assessoria de Gestão de Sistemas de Informações, notadamente da Divisão de Gestão de Dados e da Seção de Estatística, com os gabinetes dos desembargadores, a fim de propiciar um melhor esclarecimento dos dados fornecidos pelo sistema de informática e uma melhor compreensão de como os dados processuais (e de gestão) podem ser obtidos pelos próprios gabinetes. Recomenda-se, assim, que o gabinete inspecionado, se possível, junto à Corregedoria Regional (ou mesmo com o apoio da Corregedoria-Geral), promova tratativas para um melhor, mais fácil e mais rápido acesso às informações disponíveis no Banco de Dados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Tais providências são imprescindíveis para a correta identificação das fases e das informações dos processos, bem como à agilização de suas tramitações;
- f) recomendar que a Corregedoria-Geral do CJF acompanhe o cumprimento das medidas aqui sugeridas e avalie a necessidade de realizar, nos próximos 6 meses, uma verificação *in loco* das situações aqui narradas.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MUTA**

**Especialidade:** Direito Público: matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da 1ª e 3ª Seções; licitações; nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da 1ª e 3ª Seções; ensino superior; inscrição e exercício profissional; tributos em geral e preços públicos; contribuições, excetuadas as de competência da 1ª Seção (art. 10, § 2º, RITRF3).

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal Dr. **LUÍS CARLOS HIROKI MUTA**

**1.2. Órgãos de atuação:** 3ª Turma, 2ª Seção.

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 20/12/2002.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	15	0	0	0	3	18	12
Inspeção/2016	18	0	0	0	2	20	14

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 2 auxiliares a mais. Houve incremento de 2 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	1.413
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	803
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	585
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	35
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	1.245
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	1.270

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

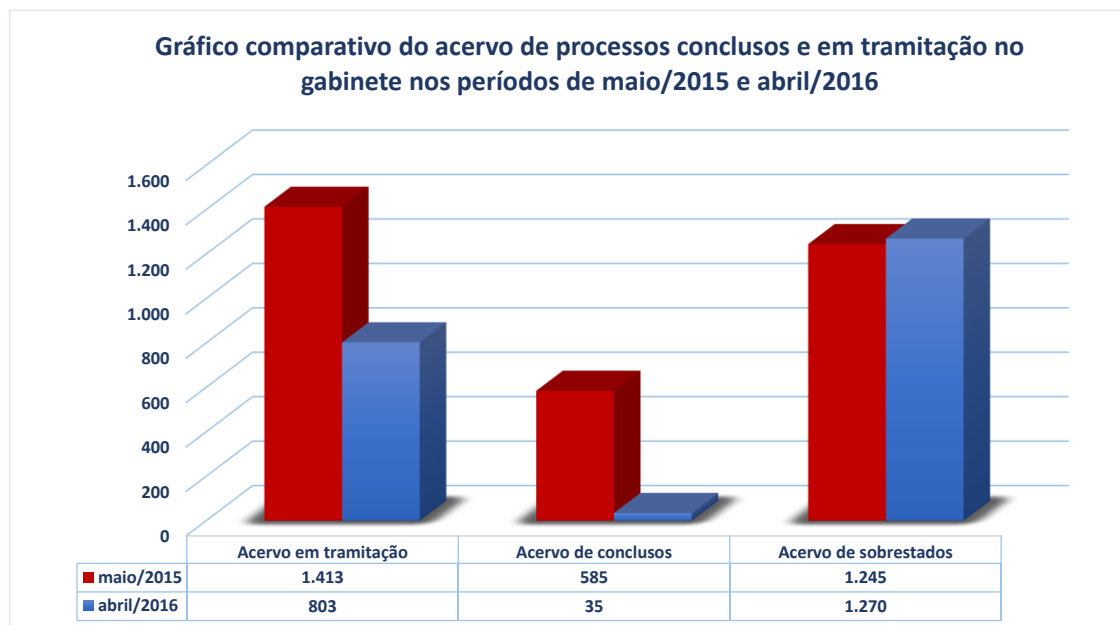
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 550 e o número de sobrestados subiu em 25.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais aquelas relativas aos Expurgos Inflacionários/Planos Econômicos/ação de reposição de índice de correção monetária em caderneta de poupança (Planos Bresser, Verão e Collor – saldos não bloqueados), conforme decisão do egrégio Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários 591.797, 626.307 e 632.212; além da existência de cerca de 7 processos versando sobre correção monetária de balanço de 1994, suspensos em virtude da ADPF 77. Outras situações são relativas à suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação na Corte Especial ou sobrestamento determinados pelo próprio relator.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 35 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 2,5 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 610 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	2.385
Total de processos (saídas)**	2.678
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-293
Processos distribuídos	2.335

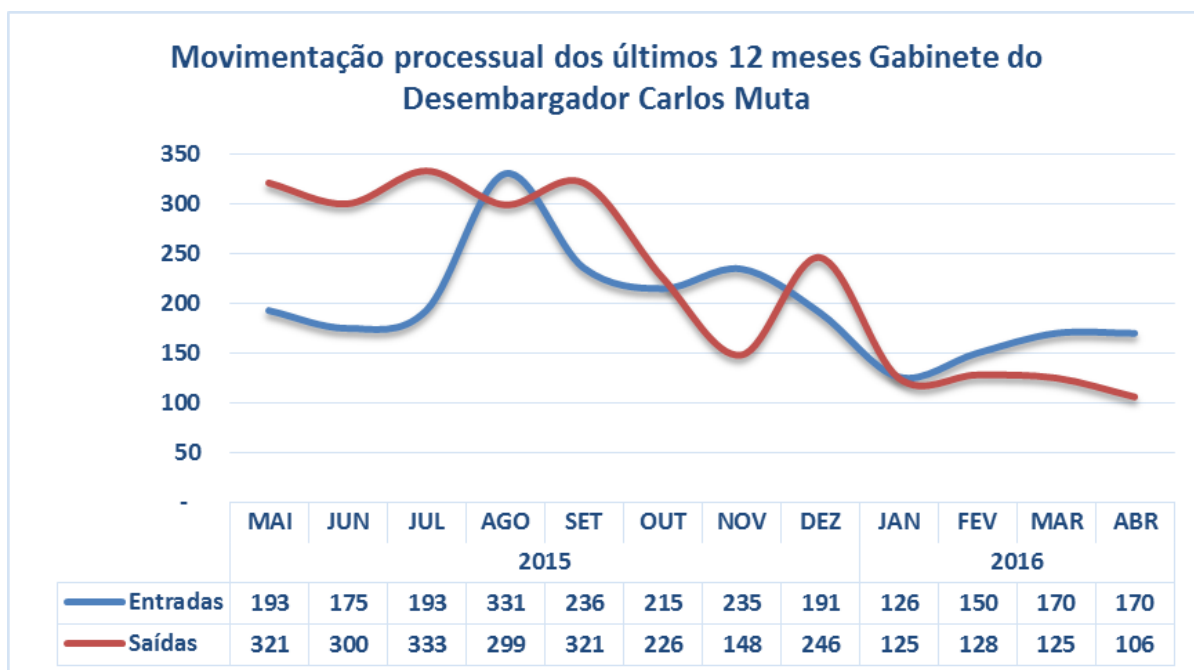
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.385 e saída de 2.678 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	520
Processos julgados em mesa	53
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	2.037
<b>Total geral</b>	<b>2.610</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	44%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 2.610 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.335; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 53 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 2.037 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 44%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	44
b. Agravo Legal/Regimental	5

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 44 embargos de declaração e 5 agravos legais/regimentais.

Não existem processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	1
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	1
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 1 processo, representando 3% do acervo de processos conclusos na unidade (35).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.



PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO,  
NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. CARLOS MUTA			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	0	0
1996	0	0	0
1997	0	0	0
1998	0	0	0
1999	0	0	0
2000	0	0	0
2001	0	0	0
2002	0	0	0
2003	1	0	0
2004	1	1	0
2005	1	0	0
2006	0	0	0
2007	3	0	1
2008	6	2	0
2009	3	1	1
2010	15	5	0
2011	319	10	0
2012	360	13	0
2013	861	103	0
2014	310	365	1
2015	0	214	3
2016	0	0	29
<b>Total</b>	<b>1.880</b>	<b>714</b>	<b>35</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes, com exceção dos distribuídos em 2016, estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 1.880; atualmente, há 35. Houve diminuição dos feitos conclusos a partir de abril de 2014. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2016, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2016, o que se revela um dado muito positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com apenas um processo distribuído no ano 2007, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal, circunstância esta que, por ser excepcional, não macula a excelente gestão e produtividade do gabinete inspecionado.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, havia 1 processo, não existindo processos relativos à Meta 6/2016. Tendo em

vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	6
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão nem tampouco para declaração de voto, havendo apenas 2 feitos que aguardam voto-vista. Neste universo, não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão, para voto-vista e para declaração de voto. Sendo assim, não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque o fato de que, em razão da dinâmica de trabalho adotada – com imediata apreciação ou inclusão em pauta dos feitos distribuídos –, a unidade vem cumprindo plenamente o disposto na Lei n. 13.146/15. Com relação à mediação e à autocomposição, não houve ainda oportunidade para a sua aplicação em razão da natureza dos feitos e do pequeno acervo em tramitação no Gabinete. Quanto ao Novo CPC, têm sido aplicadas as disposições de forma a otimizar a prestação jurisdicional com eficiência, celeridade e sem prejuízo dos direitos das partes.

### **3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:**

Em razão do bom trabalho realizado pela equipe do gabinete inspecionado, muito bem liderada pelo eminente Desembargador Federal Carlos Muta, magistrado que, além de ser um excelente gestor, com grande capacidade de integração e harmonização, é muito proficiente e operoso, não foram selecionados pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal processos para análise nesta inspeção.

Portanto, em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é muito satisfatória, não havendo acúmulo; ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo, sendo exemplo de boa gestão e produtividade.

### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

Os feitos distribuídos sofrem triagem, adotando-se os seguintes parâmetros de controle: competência, prevenção, suspeição e impedimento; urgência e risco de perecimento do direito; prioridades legais e metas do CNJ; matéria e classe processual para distribuição interna dos trabalhos, considerando matérias repetitivas, passíveis de julgamento monocrático terminativo e organizadas as demais por ordem cronológica. As movimentações internas mais relevantes são registradas por rotina do SIAPRO.

Atualmente, somente os processos sobrestados por decisão do STF/STJ são alocados em armários, na área interna do Gabinete, organizados por ordem de registro processual e classe processual (agravos, apelações e embargos de declaração). Feitos com preferência são imediatamente trabalhados e, se necessário, alocados em local separado, com controle semanal de estoque. Na mesa dos servidores ficam apenas os processos em exame. Os feitos julgados são imediatamente enviados à Secretaria. Os recém-chegados ficam separados para triagem prévia, salvo os que tenham preferência. A chefia verifica com os servidores os feitos prontos para exame do Desembargador, evitando acúmulo de autos nas mesas dos servidores para melhor controle de prazo e fluxo interno de trabalho. Tendo em vista o atual acervo do Gabinete, não há processos guardados nas estantes, fora os sobrestados.

Há 18 servidores e 2 estagiários (2 vagas de estagiários não preenchidas) divididos por grupos: 1) agravos de instrumento e ações originárias (MC, MS, etc.); 2) feitos pendentes de primeiro julgamento; e 3) feitos para julgamento de ED e agravos internos.

Os feitos com prioridade legal e os referentes a Metas do CNJ, independentemente da matéria ou classe processual, são separados de forma exclusiva, para identificação (com tarja específica, no caso de idosos) e exame preferencial, ainda que não haja pedido expresso nos autos pelo interessado.

No que diz respeito à Lei n. 13.140, de 26 de junho de 2015, que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública, o TRF3 possui um Gabinete de Conciliação, que é a unidade responsável especificamente pela solução de processos em que há manifestado interesse das partes na composição. Ocorrendo nos autos a manifestação de interesse, os autos são remetidos ao Gabinete de Conciliação para processamento.

Em relação à Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o gabinete possui um quadro de servidores preparados e atende a todas as exigências arquitetônicas, garantindo o acesso de qualquer pessoa nessa condição.

As metas são fixadas por equipes e para todo o gabinete, salvo em casos muito específicos. As metas gerais das equipes são: priorizar as preferências legais, metas CNJ e metas Gabinete; além de reduzir acervo (fluxo positivo).

O planejamento é feito a partir de metas fixas e variáveis. As fixas, há muito já praticadas pelo Gabinete, são: (1) julgar na primeira sessão após a conclusão as preferências legais e metas CNJ, agravos de instrumento, agravos internos e embargos de declaração; (2) lavrar acórdãos juntamente com relatório e voto; (3) elaborar voto-vista em até 48 horas; (4) lavrar acórdãos de feitos de outros relatores e declarações de voto em até 48 horas; (5) julgar os demais processos por ordem de distribuição; e (6) reduzir estoque, com fluxo positivo crescente. As metas variáveis controlam o perfil do acervo, que se encontra praticamente zerado na atualidade, remanescendo apenas 35 feitos conclusos (excluídos os sobrestados) na data-base da inspeção. Existe acompanhamento, geralmente mais de uma vez por semana, quanto à evolução do saldo de feitos julgados e de distribuídos ao Gabinete, inclusive para eventual redirecionamento de prioridade conforme necessidade de trabalho. Em caso de sobrecarga de serviço, são feitos mutirões com acompanhamento diário de resultado.

Além das metas regulares (diárias, semanais, mensais e anuais), o plano estratégico de atuação do Gabinete incluiu a adoção de metas coletivas para atendimento de demandas excepcionais (por exemplo, aumento significativo da distribuição de agravos de instrumento; recebimento de quantidade além da normal de agravos legais/regimentais, embargos de declaração etc.).

Existe acompanhamento periódico das metas internas (elaboradas pelo Desembargador para o Gabinete em determinado período ou situação) e externas (por

exemplo, CNJ), especialmente em termos de atendimento de preferências legais, metas CNJ e urgências, e de produtividade mensal para garantir fluxo positivo.

O Gabinete indica como melhores práticas o controle dos resultados/produtividade por meio de relatórios diários e semanais e controle rigoroso do acervo e do perfil do acervo, através da triagem imediata de feitos, separando preferências legais, metas CNJ, matérias repetitivas e feitos de fácil resolução.

Na atualidade, em razão do pequeno acervo do Gabinete, após intenso trabalho de controle de produtividade e redução do estoque processual, os feitos, via de regra, não são mais guardados nos armários, pois são diretamente atribuídos para análise e minuta de decisão. São priorizados tanto os embargos de declaração, como os agravos internos e os recursos com antecipação de tutela concedida. O controle da distribuição, do volume de julgamentos e, portanto, da produtividade é permanente.

Quanto a dificuldades, um problema que o Gabinete tem enfrentado, que repercute diretamente nos resultados, diz respeito à deficiência da estrutura técnica. A dificuldade maior encontra-se na instabilidade do sistema de informática, quedas constantes e indisponibilidade do Sistema GEDPRO, com perda de registros documentais, exigindo retrabalho.

Cabe destacar que o acervo de processos conclusos ao gabinete (excluídos os sobrestados), conforme dados disponibilizados pelo Setor de Estatística do TRF3, era de 35 processos. Segundo informações constantes do SIAPRO, atualizadas em 23/5/16, dos 35 processos, 9 encontram-se incluídos em pauta; 19 foram julgados, com acórdãos/decisões já disponibilizados, e encontram-se na Subsecretaria para providências; 5 foram despachados e encontram-se na Subsecretaria para providências; restando apenas 1 processo (2016.03.00.007847-0) concluso, com minuta de decisão monocrática terminativa já elaborada. Finalmente, a redução do prazo de tramitação e do próprio acervo somente não é maior em razão do tempo de tramitação dos feitos, sob a responsabilidade de outros órgãos, antes de sua conclusão ao Gabinete; do tempo de publicação dos atos processuais pelas Subsecretarias; e das sessões da Turma serem realizadas com periodicidade apenas quinzenal.

Os advogados são atendidos regularmente no horário de expediente, sem necessidade de agendamento prévio. A consulta aos autos pode ser feita a qualquer momento, respeitado o sigilo e o segredo de justiça (artigo 189 do Novo CPC).

Não há pendência no acompanhamento das inspeções anteriores.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) o gabinete estava muito bem organizado, sendo exemplo de boa gestão; na análise processual, não se constatou situação sistêmica grave, pois, muito ao contrário, os processos têm tramitação e julgamento bastante céleres;

b) o Processo Judicial Eletrônico, por ser ainda incipiente no TRF3, não teve tempo suficiente para ser bem assimilado pelos servidores da unidade, que solicitaram a realização, urgente, de mais cursos e treinamento pela Administração, relativos à implantação do PJE.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

a) manutenção do método de trabalho de sucesso, que merece elogio;

b) tendo em vista que foi constatado, pela equipe da corregedoria, em todos os gabinetes inspecionados (recomendação geral, portanto), que há necessidade de maior engajamento/participação dos setores ligados à Assessoria de Gestão de Sistemas de Informações, notadamente da Divisão de Gestão de Dados e da Seção de Estatística, com os gabinetes dos desembargadores, a fim de propiciar um melhor esclarecimento dos dados fornecidos pelo sistema de informática e uma melhor compreensão de como os dados processuais (e de gestão) podem ser obtidos pelos próprios gabinetes. Recomenda-se que o gabinete inspecionado, se possível, junto à Corregedoria Regional (ou mesmo com o apoio da Corregedoria-Geral), promova tratativas para um melhor, mais fácil e mais rápido acesso às informações disponíveis no Banco de Dados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, providências que são imprescindíveis para a correta identificação das fases e das informações dos processos, bem como à agilização de suas tramitações.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL NELTON DOS SANTOS**

**Especialidade:** Nos termos do Regimento Interno do TRF3, cabe à 2ª Seção processar e julgar os feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da 1ª e 3ª Seções, dentre outros: § 2º com redação dada pela Emenda Regimental n. 10, publicada no DJ de 2/5/2003, Seção 2, pág. 300. I - matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da 1ª e 3ª Seções; Inciso I com redação dada pela Emenda Regimental n. 10, publicada no DJ de 2/5/2003, Seção 2, pág. 300. II - licitações; III - nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da 1ª e 3ª Seções; Inciso III com redação dada pela Emenda Regimental n. 10, publicada no DJ de 2/5/2003, Seção 2, pág. 300. IV - ensino superior; V - inscrição e exercício profissional; VI - tributos em geral e preços públicos; VII - contribuições, excetuadas as de competência da 1ª Seção.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

- 1.1. Identificação:** Desembargador Federal **NELTON AGNALDO MORAES DOS SANTOS**
- 1.2. Órgão de atuação:** 3ª Turma, 2ª Seção
- 1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 25 de maio de 2015.

No período de cinco anos, o Magistrado requereu duas remoções internas, a saber: 2ª Turma - 1ª Seção - período de janeiro de 2003 a 20 de outubro de 2013 e 6ª Turma – 2ª Seção - período de 21 de outubro de 2013 a 24 de maio de 2015.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	14	0	0	0	3	17	11
Inspeção/2016	18	0	0	0	3	21	14

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 04 auxiliares a mais. Houve incremento de 03 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	5.164
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	4.983
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	4.600
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	3.980
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	1.640
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	1.635

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 620 processos e o número de sobrestados reduziu em 5 processos.

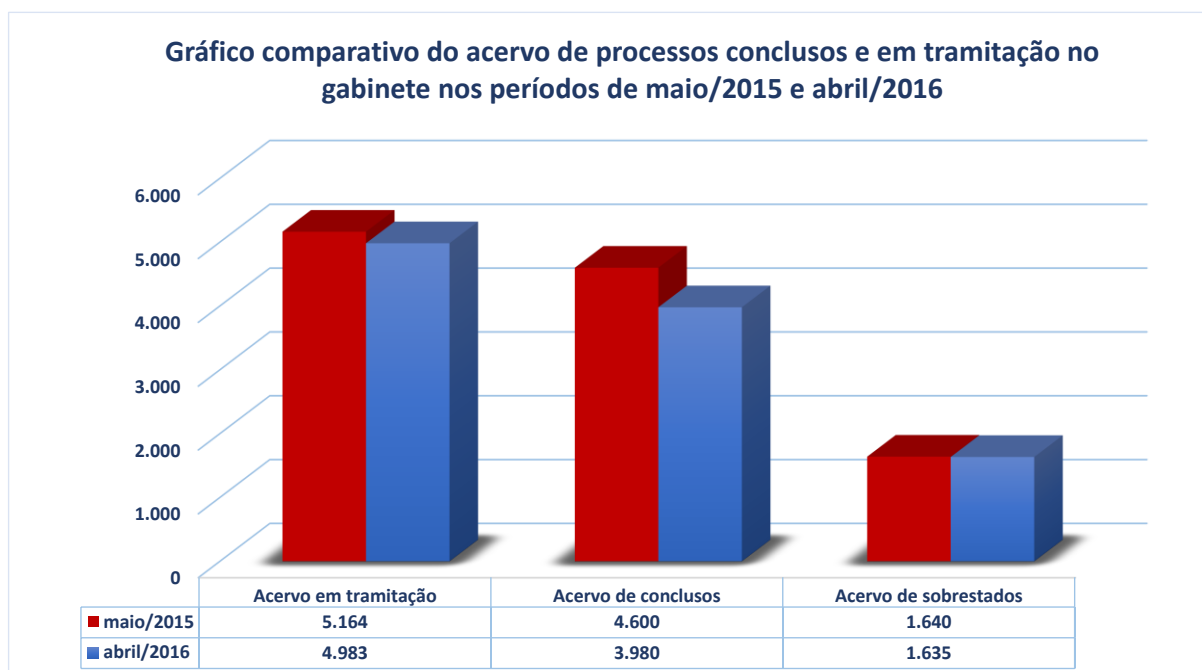
Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: expurgos inflacionários / planos econômicos – bancários – contratos de consumo – direito do consumidor. Outras situações são relativas à suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação na Corte Especial ou sobrestamento determinados pelo próprio relator.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 3.980 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 284 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 181 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:





Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	2.349
Total de processos (saídas)**	2.375
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-26
Processos distribuídos	2.294

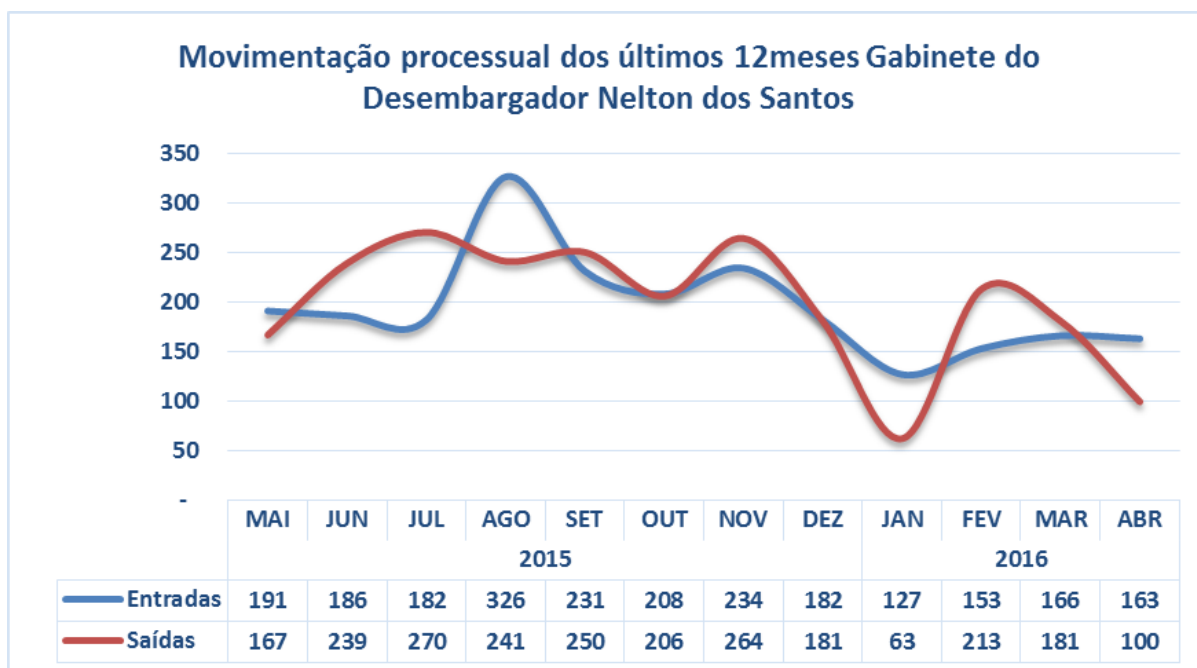
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.349 e saída de 2.375 processos, ficando o acervo praticamente inalterado, já que houve uma redução mínima de 26 processos, o que merece atenção e adoção de medidas para redução do fluxo processual.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	128
Processos julgados em mesa	19
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	2.179
<b>Total geral</b>	<b>2.326</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	32%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 2.326 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.294; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 19 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 2.179 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 32%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	183
b. Agravo Legal/Regimental	251

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 183 embargos de declaração e 251 agravos legais/regimentais.

Existe 1 processo com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levado para exame do colegiado (Processo n. 2011.03.00.021002-6).

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	2
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	2
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	158
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	334
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	287
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	401
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	387
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	17
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	36

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 1.571 processos, representando 39% do acervo de processos conclusos na unidade (3.980).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO,  
NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. NELTON DOS SANTOS			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	1	0
1995	0	0	0
1996	1	4	1
1997	0	0	1
1998	3	2	2
1999	1	0	0
2000	2	4	2
2001	3	4	7
2002	4	2	3
2003	5	3	1
2004	9	2	2
2005	5	8	3
2006	20	9	7
2007	136	34	20
2008	628	328	183
2009	641	548	360
2010	543	419	292
2011	781	618	413
2012	741	572	395
2013	1.007	757	505
2014	326	793	508
2015	0	424	1.006
2016	0	0	269
<b>Total</b>	<b>4.856</b>	<b>4.532</b>	<b>3.980</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes, com exceção daqueles distribuídos no ano de 2015, estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 4.856; atualmente há 3.980. Houve diminuição dos feitos conclusos a partir de abril de 2007. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2007, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, na medida do possível, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade, havendo poucos processos na unidade distribuídos anteriormente ao ano de 2006 e ainda não julgados.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, havia 17 processos; enquanto os da Meta 6/2016 eram 36. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	3
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	10
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão. Existem 3 feitos que aguardam voto-vista e 1 para declaração de voto. Neste universo não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	8
Outras situações	5
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se que não há processos conclusos para revisão, voto-vista e para declaração de voto. Nessas situações, portanto, não existem feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos, merecendo destaque os encontros realizados quinzenalmente, por iniciativa do Desembargador Nelson dos Santos, na Emag, com o intuito de orientar e esclarecer dúvidas a respeito do novo CPC.

No que diz respeito à Lei n. 13.140/2015, existe um Gabinete de Conciliação, que é a unidade responsável especificamente pela solução de processos em que há manifestado interesse das partes na composição.

Em relação à Lei n. 13.146/2015, a unidade informou que vem priorizando a tramitação dos processos de pessoas portadoras de deficiência, física e mental. Para

tanto, informou que, a fim de identificar possíveis processos que se enquadrem neste perfil, utiliza-se de Relatórios Gerenciais extraídos do SIAPRO e de informações mensais fornecidas pelo Setor de Estatística do Tribunal.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 68 processos selecionados para inspeção, 57 foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

A amostragem revelou a existência de 10 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2008.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, notadamente.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

- a) proceder à baixa no sistema: 199703010163101;
- b) julgar, no prazo de 90 dias, os processos:

199703010163101	200061000273583	200103990349186
200361000364401	200461000148058	200461000220961
200561000210200	200561000256236	200561000290438
200661000108240	200661040009224	200661090042491
200760030005030	200761000000470	200761000249629
200761000261848	200761090046312	200761100150179
200903000033780	200903000067284	200903000090865
200903000099856	200903000103598	200903000106551
200903000112538	200903000146597	200903000221091
200903000368170	200903990316039	201003000013010

201003000058236	201003000235420	201003000326267
201003000353672	201003990426078	201061000183721
201103000013014	201103000210026	201103000234067
201103000264072	201103000308373	201103000336411
201203000065821	201203000103160	201203000157387
201203000161366	201203000186387	201203000240692
201203000252270	201203000272577	201203000276200
201203000305509	201403000025923	201503000030716
201503000039860	201503000043358	201503000113798

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, tanto é assim que muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos. Apesar disso, não se pode exigir por ora plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil pelo tão simples fato de que a unidade inspecionada está sob o comando do desembargador Nelson Santos há menos de 1 ano, não se podendo impor a ele a responsabilidade pela demora no julgamento do acervo herdado de outros julgadores.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

Os feitos são separados por assunto e triados por ordem cronológica, observando-se as preferências e as prioridades legais para julgamento, da seguinte forma: (1) todos os feitos de competência do Órgão Especial são entregues diretamente ao Desembargador; (2) as medidas urgentes são entregues à chefia do gabinete ou aos assessores; (3) os demais feitos são encaminhados a um servidor previamente definido para separação por matéria/assunto e identificação dos processos relativos às metas e prioridades legais para posterior encaminhamento aos setores responsáveis.

Os feitos são classificados no momento em que chegam ao gabinete, sendo separados e localizados em armários, por matéria, sem prejuízo da separação dos feitos com preferência ou prioridade no processamento.

Os assessores são responsáveis pelo processamento dos feitos de competência da 2ª Seção e de agravos de instrumento. O Chefe de Gabinete coordena uma equipe de 7 servidores responsáveis pelo processamento das apelações e de remessas oficiais

distribuídas ao gabinete e, por fim, 1 servidor fica responsável pela elaboração de minutas de despachos, homologações de desistências e renúncias.

Os feitos com anotação de prioridade legal, bem assim aqueles incluídos nas Metas do CNJ, são triados e separados, a fim de tramitarem de forma mais célere.

Segundo informações do Gabinete, mensalmente, são elaboradas planilhas de controle de produtividade objetivando o cumprimento das Metas do CNJ.

No que diz respeito à Lei n. 13.140, de 26 de junho de 2015, que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública, o TRF3 possui um Gabinete de Conciliação, que é a unidade responsável especificamente pela solução de processos em que há manifestado interesse das partes na composição. Ocorrendo nos autos a manifestação de interesse, os autos são remetidos ao Gabinete de Conciliação para processamento.

Em relação à Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o gabinete possui um quadro de servidores preparados e atende a todas as exigências arquitetônicas, garantindo o acesso de qualquer pessoa nessa condição.

Ainda sobre o tema, importante ressaltar que a unidade inspecionada tem tomado todos os cuidados possíveis para dar cumprimento à Lei n. 12.008, de 29 de julho de 2009, que acrescentou o art. 64-A à Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, definindo em seu inciso II, que as pessoas portadoras de deficiência, física ou mental, terão prioridade na tramitação dos processos em que figurem como partes ou interessados.

Para tanto, a fim de identificar possíveis processos que se enquadrem neste perfil, utiliza-se de Relatórios Gerenciais extraídos do SIAPRO – Sistema Processual de 2º Grau de São Paulo e de informações mensais fornecidas pelo Setor de Estatística deste Tribunal.

Não há fixação de metas individuais de produtividade pelo Desembargador. Entretanto, após a análise mensal dos dados estatísticos, são propostas metas de produtividade principalmente na elaboração de minutas em feitos com prioridade de julgamento.

Não houve também qualquer reclamação quanto aos recursos materiais e de pessoal, eis que foram reputados como satisfatórios.

Todas as partes e advogados são atendidos no gabinete por servidores aptos a prestarem as informações necessárias, sendo que a vista dos autos é realizada exclusivamente nas Subsecretarias da 2ª Seção e 3ª Turma, após análise da representação processual e questões atinentes ao sigilo ou segredo na tramitação do feito pelo qual se buscam informações ou vista dele.



Em relação ao atendimento de advogados pelo Desembargador, a orientação do gabinete é de não estabelecer qualquer restrição de horários ou de dias nos quais possam despachar com o desembargador as questões que os advogados entendam relevantes.

Como o desembargador participa, normalmente, de duas a três sessões semanais, busca-se apenas ajustar o atendimento a horários compatíveis, considerando-se o andamento do serviço, a possibilidade de comparecimento do advogado, podendo ainda ser agendado um horário diretamente no gabinete ou por meio de telefone, junto à assessoria do desembargador.

Ressalte-se, por fim, que, nas questões urgentes, busca-se sempre que possível ajustar para que o advogado seja recebido de imediato pelo desembargador.

A título de boas práticas, com o intuito de orientar e esclarecer dúvidas a respeito do Novo CPC e como já dito anteriormente, quinzenalmente, por iniciativa do Desembargador, são realizados encontros na Emag, fora do horário de expediente, local em que ele ministra aulas aos servidores do gabinete.

Outra boa prática consiste no fato de que todos os agravos distribuídos ao gabinete têm seus feitos originários cadastrados no sistema PUSH em primeiro grau, o que faz com que toda sentença ou decisão de reconsideração prolatada no feito de origem seja comunicada imediatamente ao e-mail do gabinete, visando a dar celeridade no processamento do recurso na unidade.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) o gabinete estava bem organizado e, na análise processual, não se constatou situação sistêmica grave;

b) embora ainda existam muitos processos em atraso, não se pode atribuir tal fato à inexistência ou deficiência de gestão administrativa, pelo tão simples fato de que o desembargador que atualmente conduz a unidade inspecionada nela está há menos de um ano, tempo insuficiente para atribuir-lhe qualquer responsabilidade pelo atraso na triagem, processamento e julgamento dos feitos mais antigos (herdados de outros julgadores que passaram pela unidade jurisdicional analisada);

c) o Processo Judicial Eletrônico, por ser ainda incipiente no TRF3, não teve tempo suficiente para ser bem assimilado pelos servidores da unidade, que solicitaram a realização, urgente, de mais cursos e treinamentos pela Administração, relativos à implantação do PJE;

d) a unidade jurisdicional inspecionada sugeriu ainda: 1) a transformação de 2 (duas) vagas de agentes de segurança destinadas aos gabinetes por vagas de técnico ou analista judiciário, tudo com vistas a propiciar um reforço no trabalho desenvolvido pelo gabinete; 2) a criação de uma “Central de Segurança Institucional”, demandada sempre que houvesse uma necessidade de serviços de transporte ou segurança por parte do Magistrado, por entender que não é necessária a vinculação de agentes de segurança aos gabinetes, podendo existir um quadro geral, mais reduzido, que atenda a todos os magistrados conforme a necessidade; 3) a realização de mais cursos jurídicos de atualização e aperfeiçoamento, pela Administração.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

a) cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) atentar para o fato de que, no período de doze meses, houve entrada de 2.349 e saída de 2.375 processos, ficando o acervo praticamente inalterado, já que houve uma redução mínima de 26 processos, o que merece atenção e adoção de medidas para redução do fluxo processual, ainda que se reconheça o pouco tempo que teve o condutor da unidade jurisdicional inspecionada para trabalhar escorreitamente com o acervo herdado;

c) tendo em vista que foi constatado, pela equipe da corregedoria, em todos os gabinetes inspecionados (recomendação geral, portanto), que há necessidade de maior engajamento/participação dos setores ligados à Assessoria de Gestão de Sistemas de Informações, notadamente da Divisão de Gestão de Dados e da Seção de Estatística, com os gabinetes dos desembargadores, a fim de propiciar um melhor esclarecimento dos dados fornecidos pelo sistema de informática e uma melhor compreensão de como os dados processuais (e de gestão) podem ser obtidos pelos próprios gabinetes, recomenda-se que o gabinete inspecionado, se possível, junto à Corregedoria Regional (ou mesmo com o apoio da Corregedoria-Geral), promova tratativas para um melhor, mais fácil e mais rápido acesso às informações disponíveis no Banco de Dados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, providências que são imprescindíveis para a correta identificação das fases e das informações dos processos, bem como à agilização de suas tramitações.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CARLOS CEDENHO**

**Especialidade:** À 2ª Seção cabe processar e julgar os feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da 1ª e 3ª Seções, dentre outras matérias constitucionais, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da 1ª e 3ª Seções; licitações; nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da 1ª e 3ª Seções; ensino superior; inscrição e exercício profissional; tributos em geral e preços públicos; contribuições, excetuadas as de competência da 1ª Seção.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **ANTÔNIO CARLOS CEDENHO**

**1.2. Órgãos de atuação:** 3ª Turma, 2ª Seção

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 27/7/2015

No período de cinco anos, o Magistrado requereu 3 remoções internas, a saber:

- 1) 5ª Turma (1ª Seção), de 28/1/2011 a 31/6/2014;
- 2) 2ª Turma (1ª Seção), de 1º/7/2014 a 26/7/2015;
- 3) 3ª Turma (2ª Seção), de 27/7/2015 até dias atuais

Obs.: além da atuação em Turma, houve atuação no Órgão Especial, Ouvidoria, Gabinete da Revista, Emag, Conselho da Justiça e atualmente Conselho da Administração.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	16	0	0	0	4	20	13
Inspeção/2016	15	2	0	0	4	21	12

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 01 auxiliar a mais. Houve redução de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	4.205
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	3.869
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	3.815
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	2.791
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	1.737
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	1.752

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

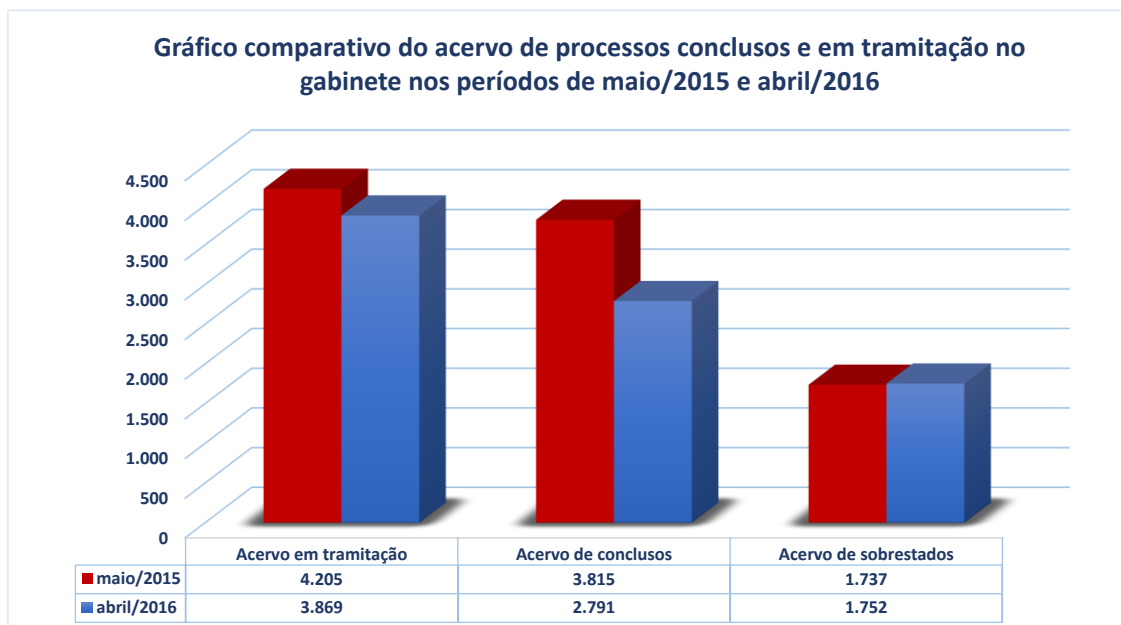
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 336 e o número de sobrestados subiu em 15.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ envolvendo diversas matérias, sendo as principais as decisões proferidas nos autos dos RE n. 626.307 e 591.797 e do AI n. 754745 (planos econômicos intitulados Bresser, Verão, Collor e Collor II). Outras situações são relativas à suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação na Corte Especial ou sobrestamento determinados pelo próprio relator.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 2.791 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 233 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 336 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	2.389
Total de processos (saídas)**	3.033
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-644
Processos distribuídos	2.327

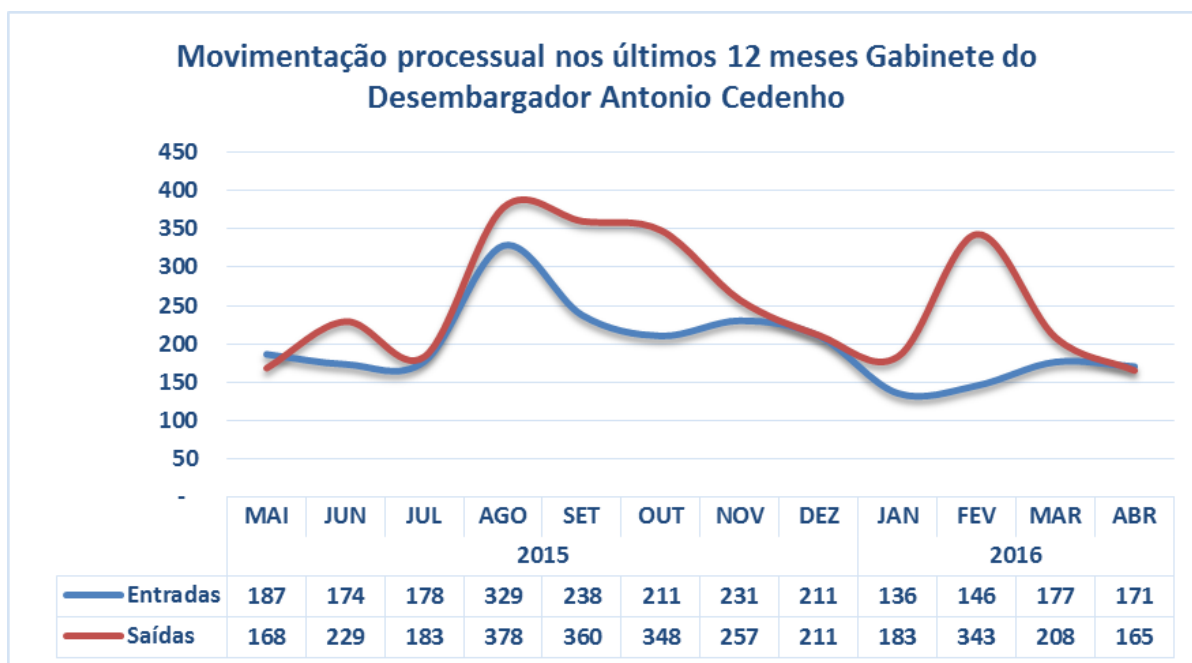
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.389 e saída de 3.033 processos, resultando, assim, em razoável redução do acervo.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	184
Processos julgados em mesa	18
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	2.796
<b>Total geral</b>	<b>2.998</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	35%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 2.998 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.327; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 18 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 2.796 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 35%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	122
b. Agravo Legal/Regimental	204

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 122 embargos de declaração e 204 agravos legais/regimentais.

Existem 2 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado (Processos n. 201503000155124 e 201503000141551).

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	1
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	2
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	6
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	18
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	194
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	253
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	14
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	3

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 475 processos, representando 17% do acervo de processos conclusos na unidade (2.791).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO,  
NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB. DES. FED. ANTONIO CEDENHO			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	1	2
1996	0	2	3
1997	0	2	2
1998	1	0	0
1999	1	2	3
2000	0	3	3
2001	1	2	0
2002	4	0	1
2003	0	0	0
2004	1	0	4
2005	2	1	3
2006	5	6	4
2007	6	14	11
2008	9	17	14
2009	57	44	20
2010	260	172	36
2011	569	431	198
2012	920	652	252
2013	1.163	850	417
2014	433	1.063	499
2015	0	416	929
2016	0	0	390
<b>Total</b>	<b>3.432</b>	<b>3.678</b>	<b>2.791</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes, com exceção daqueles distribuídos em 2015 e 2016, estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em abril/2014 era de 3.432; atualmente há 2.791. Houve diminuição dos feitos concluídos a partir de abril de 2015. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2010, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, não são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade, já que, atualmente, a unidade ainda trabalha com processos distribuídos a partir do ano 1995, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, havia 14 processos; enquanto os da Meta 6/2016 eram 3. Tendo em vista a



relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	1
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	5
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que há 1 processo do gabinete recebido para revisão (segundo informação da unidade inspecionada, na verdade, trata-se de um processo recebido para voto-vista, tendo sido lançado equivocadamente no sistema o registro “Recebido para revisão”), bem como 1 feito que aguarda voto-vista e nenhum para declaração de voto. Neste universo há processos que aguardam providências há mais de 30 dias (Processos n. 0005714-64.2010.4.03.6112 e 0004730-98.2010.4.03.6106), configurando pendência externa.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	9
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se que inexistem processos conclusos para revisão, para voto-vista e para declaração de voto. Nessas situações não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 85 processos selecionados para inspeção, 84 foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes, com exceção – em relação aos registros processuais no sistema – dos Processos n. 199903990989968, 201161180013785 e 201261160009033.

O processo que não estava fisicamente disponível (Processo n. 200961030068701) deixou de ser inspecionado. No entanto, não se fez necessário determinar sua inclusão na próxima autoinspeção, uma vez que o mesmo já havia sido decidido, baixado definitivamente e devolvido à primeira instância.

A amostragem revelou a existência de 17 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2011.

Na unidade, verificam-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema: Processos n. 200003990110999 e 200961030068701;

b) julgar, no prazo de 90 dias, os processos:

1995030279194	199903990989968	199961000596628
200103990143225	200161000120862	200361120060567
200361120089375	200361120105009	200361120105010
200361260018687	200361260018699	200461120063536
200461120063548	200561000061425	200561000160555
200561190033653	200603990058724	200761000304653
200761820389166	200861000203660	200861050103167
200961000097966	200961820302975	201003000068722
201003000326632	201060000011154	201061120077183
201103000097362	201103000311773	201103990171561
201103990174392	201103990334772	201161000026929
201161000223425	201161170012838	201161180013785

201161820229099	201203000036237	201203000046048
201203000096222	201203000107608	201203000161240
201203000274975	201203990395170	201203990402009
201261160009033	201303000001768	201303000020647
201303000022670	201303000033060	201303000204394
201303000231324	201303000291278	201303990067420
201461000053193	201503000018066	201503000055324
201503000074756	201503000155124	

- c) regularizar a fase processual no sistema e nos autos físicos e promover seu andamento: Processos n. 199903990989968, 201161180013785 e 201261160009033.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, eis que muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo melhor plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Não obstante isso, não se pode atribuir tal responsabilidade ao atual gestor da unidade inspecionada, já que assumiu o acervo ali existente há menos de um ano, tendo, portanto, pouco tempo para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

O acervo do gabinete está separado por matéria e dentro dos armários por ordem cronológica de autuação no Tribunal. Os processos com prioridade e provenientes de Meta/CNJ são identificados com etiquetas próprias. Os processos provenientes da distribuição são armazenados nos armários por matéria e data de autuação com a localização física no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento Processual. Os processos provenientes da Turma ou Seção, são triados por matéria, recurso e/ou assunto específico (agravo legal (interno), embargos de declaração, para despacho etc.) e encaminhados para os servidores responsáveis para elaboração das minutas ou guardados nos armários para posterior julgamento.

O gabinete adota a prática imposta no disposto no artigo 12, do novo CPC, priorizando os processos mais antigos com base na autuação junto ao Tribunal,

considerando inclusive que tais processos fazem parte daqueles relacionados nas metas do CNJ.

O gabinete é seccionado pela especialização funcional, compatível com a especificidade do acervo.

Foi instituído pelo Desembargador condutor da unidade inspecionada o sistema *home office*, com metas específicas para elaboração de minutas, o que, segundo o gabinete, tem se mostrado compensador, pelo incremento do número de feitos analisados, devendo ser observado que o funcionário comparece um dia por semana para entrega dos trabalhos, triagem de processos e cumprimento de escala de atendimento ao balcão. O teletrabalho é facultativo e restrito às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho do servidor.

O gabinete inspecionado prioriza o julgamento de processos incluídos nas metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, sem descuidar das demais preferências legais, observando todos os processos com prioridade legal, independentemente do assunto a ser tratado, sem prejuízo daqueles correspondentes à concessão de liminar e deferimento de tutela antecipada, além do exame, de igual forma, dos feitos mais antigos, tudo, aliás, sempre observado o contido no artigo 12, do atual CPC.

Tendo em vista a participação do Poder Público no campo tributário (direitos indisponíveis), quase que inexistente a possibilidade de conciliação prevista na Lei n. 13.140/15, apesar de existir um Gabinete de Conciliação no âmbito do Tribunal. Já em relação à Lei n. 13.146/15, a unidade inspecionada confere prioridade de tratamento aos pedidos, os quais são mais frequentes na 3ª Seção, que cuida dos processos previdenciários.

Os feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa são prontamente localizados e preparados para julgamento nas sessões seguintes.

Não há como assegurar o tempo médio de duração de cada processo na unidade, haja vista o grande número de feitos em tramitação e a diversidade e complexidade dos assuntos, além das prioridades e medidas urgentes que surgem no decorrer do trabalho diário.

Apesar disso, há fixação de metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores. Entretanto, segundo o gabinete, nem sempre essas metas conseguem ser atingidas pelas características dos processos propostos para julgamento, bem como pelo fato de que o corpo funcional jamais se encontra completo, por licenças médicas, férias ou remoções de funcionários.

De qualquer forma, há determinação do cumprimento de cotas individuais de produtividade para os servidores, cota esta que, atualmente, é de 3 processos por dia, sem prejuízo dos agravos legais e embargos de declaração.

As metas de trabalho e as propostas são revistas mensalmente, de acordo com a natureza e/ou a complexidade dos processos, o que torna muitas vezes inviável a determinação de cumprimento de metas individuais.

Os recursos materiais e de pessoal são satisfatórios e os advogados são atendidos prontamente, não havendo até a presente data qualquer incidente no atendimento a advogados.

Não existem pendências da inspeção anterior. De acordo com o que constou do relatório da última autoinspeção (na época o acervo encontrava-se redistribuído por remoção interna ao Juiz Convocado Carlos Francisco), bem como após uma análise pormenorizada da relação de processos inspecionados no ano de 2014, não foi registrada nenhuma pendência de cumprimento ou regularização.

A título de boas práticas, e como já dito anteriormente, foi instituído pelo Desembargador responsável pela condução da unidade inspecionada o sistema de *home office*, com metas específicas para elaboração de minutas.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) o gabinete estava bem organizado e, na análise processual, não se constatou situação sistêmica grave;

b) embora ainda existam muitos processos em atraso, não se pode atribuir tal fato à inexistência ou deficiência de gestão administrativa, pelo tão simples fato de que o Desembargador que atualmente conduz a unidade inspecionada nela está a menos de um ano, tempo insuficiente para lhe atribuir qualquer responsabilidade pelo atraso na triagem, processamento e julgamento dos feitos mais antigos (herdados de outros julgadores que passaram pela unidade jurisdicional analisada);

c) o Processo Judicial Eletrônico, por ser ainda incipiente no TRF3, não teve tempo suficiente para ser bem assimilado pelos servidores da unidade, que solicitaram a realização, urgente, de mais cursos e treinamentos pela Administração, relativos à implantação do PJE.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

a) cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) atentar para o fato de que ainda existem vários processos pendentes de julgamento há mais de 5 anos, o que merece atenção e adoção de medidas necessárias à efetiva prestação da tutela jurisdicional, ainda que se reconheça o pouco tempo que teve o condutor da unidade jurisdicional inspecionada para trabalhar escorreitamente com o acervo herdado;

c) tendo em vista que foi constatado, pela equipe da corregedoria, em todos os gabinetes inspecionados (recomendação geral, portanto), que há necessidade de maior engajamento/participação dos setores ligados à Assessoria de Gestão de Sistemas de Informações, notadamente da Divisão de Gestão de Dados e da Seção de Estatística, com os gabinetes dos desembargadores, a fim de propiciar um melhor esclarecimento dos dados fornecidos pelo sistema de informática e uma melhor compreensão de como os dados processuais (e de gestão) podem ser obtidos pelos próprios gabinetes, recomenda-se que o gabinete inspecionado, se possível, junto à Corregedoria Regional (ou mesmo com o apoio da Corregedoria-Geral), promova tratativas para um melhor, mais fácil e mais rápido acesso às informações disponíveis no Banco de Dados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, providências que são imprescindíveis para a correta identificação das fases e das informações dos processos, bem como à agilização de suas tramitações.

**GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA**

**DESEMBARGADORA FEDERAL MARLI FERREIRA**

**Especialidade: Administrativo e Tributário**

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargadora Federal **MARLI MARQUES FERREIRA**

**1.2. Órgãos de atuação:** 4ª Turma, 2ª Seção e Órgão Especial.

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** Desde 19/2/2010, com interrupção em 21/2/2012 e retorno em 2/3/2012 (detalhamento abaixo).

No período de cinco anos, a Magistrada requereu remoção interna da 4ª para a 6ª Turma, porém, não foi efetivada na prática. As datas são as seguintes: a) de 19/2/2010 a 21/2/2012 - 4ª Turma/2ª Seção (cód. 2043); b) de 22/2/2012 a 1/3/2012 - 6ª Turma/2ª Seção (cód. 2064).

A Magistrada encontra-se, no período de inspeção, parcialmente afastada para atuação no TRE/SP. Há um Juiz Convocado (Dr. Marcelo Guerra) respondendo por parte do acervo de 1/5/2016 até 12/2016. O afastamento da Desembargadora Federal é parcial, já que ela responde pelos processos do Órgão Especial e o Juiz Convocado pelos processos da Turma/Seção.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora Federal e pelo Juiz Convocado.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	0	0	0	4	21	12
Inspeção/2016	18	0	0	0	3	21	14

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com o mesmo número de auxiliares. Contudo, houve incremento de 2 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	5.270
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	4.903
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	3.938
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	3.757
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	2.025
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	2.039

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 181 processos e o número de sobrestados subiu em 14 processos.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que, dos 2.039 feitos nessa situação, 2.036 (praticamente a totalidade) são referentes a planos econômicos (planos Bresser, Verão e Collor I) e aguarda o posicionamento do STF nos RE's 626.307 e 591.797.

O próprio chefe de gabinete mencionou que será feita uma reanálise desses sobrestamentos, porque, ao fazer um levantamento para prestar a informação à Corregedoria-Geral, foram detectados possíveis equívocos. Por exemplo, existem processos que discutem na origem, como matéria de mérito, os referidos planos econômicos, porém, os recursos são relativos apenas a temas processuais, que podem ser prontamente analisados.

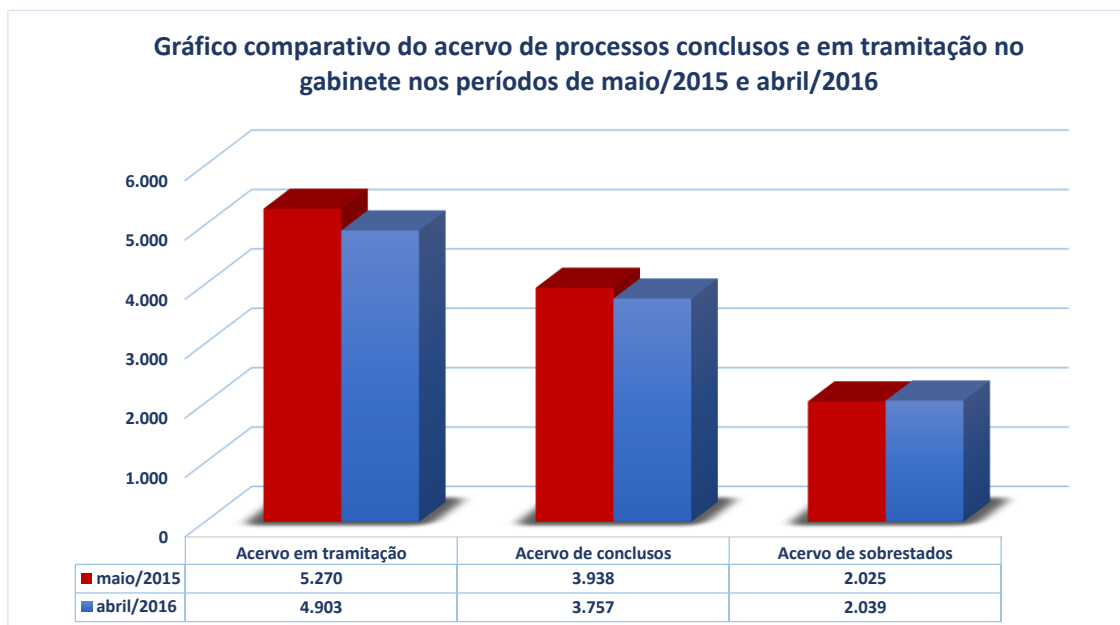
Além disso, verificou-se que o número de sobrestados no Gabinete da Desembargadora Federal é superior à média das demais unidades com idêntica competência.

O Gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 3.757 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 268,35 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 367 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:





Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	2.396
Total de processos (saídas)**	2.761
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-365
Processos distribuídos	2.302

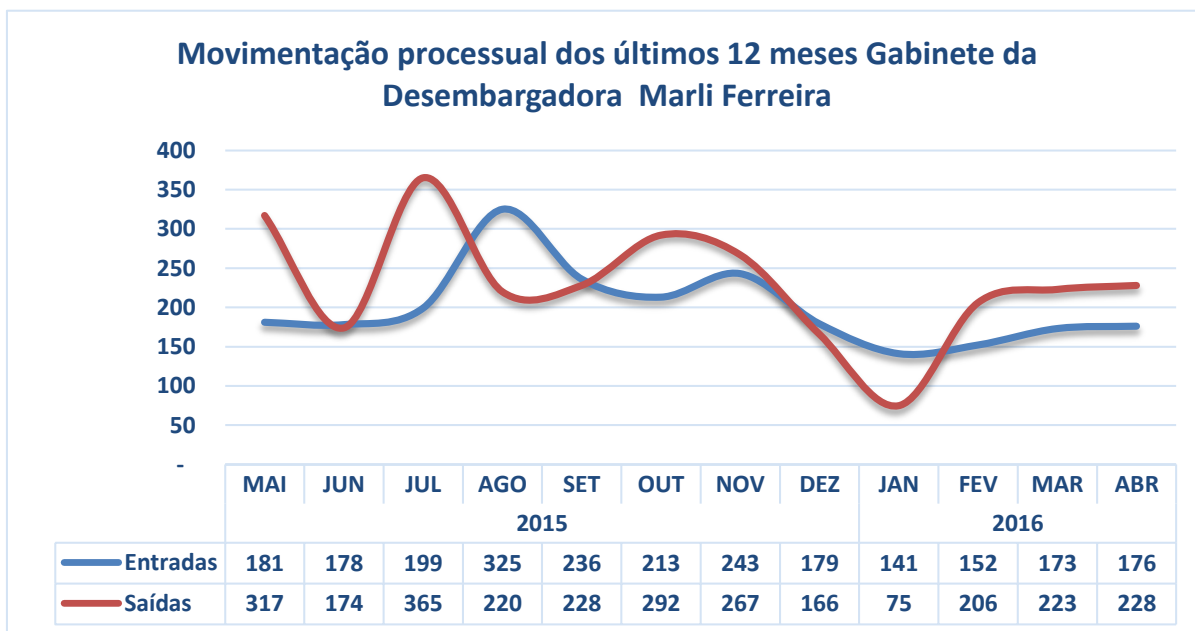
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.396 e saída de 2.761 processos, resultando, assim, em redução do acervo.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	1.392
Processos julgados em mesa	42
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	1.236
<b>Total geral</b>	<b>2.670</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	19%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 2.670 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.302; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 42 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.236 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 19%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	289
b. Agravo Legal/Regimental	120

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Porém, essa sistemática deverá ser alterada com a vigência do CPC/2015, devido à necessidade de inclusão em prévia pauta de julgamentos. Existem pendentes de julgamento 289 embargos de declaração e 120 agravos legais/regimentais.

Existem 12 processos com decisão liminar (cautelar ou antecipação de tutela) há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado. A Unidade apresentou extrato da movimentação processual de todos:

1) 201503000123275: houve decisão monocrática terminativa em 16/5/2016 com prazo de recurso ainda em curso ao tempo da inspeção;

2) 201503000123597: houve decisão monocrática terminativa em 10/5/2016 com prazo de recurso ainda em curso ao tempo da inspeção;

3) 201503000129101: não houve decisão monocrática terminativa nem julgamento colegiado;

4) 201503000137160: não houve decisão monocrática terminativa (pende julgamento de embargos de declaração) nem julgamento colegiado;

5) 201403000182111: houve decisão monocrática terminativa ainda sem trânsito em julgado, porque pende finalização de julgamento de embargos de declaração;

6) 20140300009050: houve decisão monocrática terminativa em 31/5/2016 com prazo de recurso ainda em curso ao tempo da inspeção;

7) 201303000321210: feito incluído em pauta do dia 15/6/2016;

8) 201303000286696: houve decisão monocrática terminativa em 31/5/2016 sem registro de trânsito em julgado no extrato de movimentação processual;

9) 201303000202324: houve decisão de sobrestamento em observância à determinação do STJ no SLS 001807;

10) 201203000281876: não houve decisão monocrática terminativa nem julgamento colegiado;

11) 201103000050552: houve decisão monocrática terminativa em 13/5/2016 com prazo de recurso ainda em curso ao tempo da inspeção;

12) 201003000265370: feito incluído em pauta do dia 6/7/2016.

Com exceção do Processo 201303000202324, que depende de determinação do STJ, não há notícia de julgamentos colegiados ou trânsito em julgado em relação às monocráticas terminativas.

Assim, recomenda-se que sejam prestadas informações, no prazo de 90 dias, à Corregedoria-Geral sobre: a) o respectivo julgamento daqueles processos ainda não finalizados; ou b) o trânsito em julgado das decisões terminativas.

O acervo, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	1
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	92
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	169
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	181
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	252
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	373
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	433
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	10
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	20

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 1.502 processos, representando 40% do acervo de processos conclusos na unidade (3.757).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO,  
NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. MARLI FERREIRA			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	1	1	1
1994	0	0	0
1995	0	0	0
1996	0	0	0
1997	1	1	0
1998	0	1	1
1999	0	1	3
2000	2	0	1
2001	6	2	1
2002	0	1	1
2003	0	0	1
2004	4	1	1
2005	2	2	0
2006	15	6	9
2007	357	207	99
2008	489	285	174
2009	443	297	200
2010	481	356	257
2011	666	497	389
2012	798	609	459
2013	932	637	482
2014	309	725	444
2015	0	386	864
2016	0	0	370
<b>Total</b>	<b>4.506</b>	<b>4.015</b>	<b>3.757</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que os feitos mais antigos têm julgamento priorizado.

O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 4.506 e atualmente é de 3.757. Houve diminuição dos feitos conclusos durante esse interstício de dois anos. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, mas há muitos feitos anteriores ao ano de 2012.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação, também são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 2007 (sem contar outros mais antigos, mas em volume menor), portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

A fim de melhor elucidar a afirmação acima sobre os processos de Meta 2 do CNJ, registre-se que na inspeção do ano de 2014 o Gabinete tinha 2.403 feitos nessa situação e hoje tem 1.502. Ou seja, há redução razoável do acervo nesse quesito.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, havia 10 processos; enquanto os da Meta 6/2016 eram 20. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	1
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para declaração de voto	5
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	26
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que há 1 processo do Gabinete liberado para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, bem como 2 feitos que aguardam voto-vista e 5 que aguardam declaração de voto. Neste universo, há 3 processos que aguardam providências há mais de 30 dias (200961130018501, 200461000312193 e 20006100393813), configurando pendência externa.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	2
Outras situações	10
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão ou para voto-vista, havendo apenas 1 que aguarda declaração de voto. Nesse caso, o voto foi declarado em 24/5/2016 (Processo 201503000032087), de tal maneira que a pendência foi sanada.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos. Faz-se análise na entrada dos processos na Unidade e, em seguida, são feitos os andamentos prioritários com arquivamentos dos demais feitos por matéria e ordem cronológica.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 86 processos selecionados para inspeção, 62 foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual, no total de 24 processos. Desse total de 24 feitos, 21 (alínea “c” da página seguinte) deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção. Os outros 3 estão regulares: 199303010533634, 199903990245128 e 201303000032087.

A amostragem revelou a existência de 35 processos sem movimentação desde a distribuição. O mais antigo remonta ao ano de 2007.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, constou um processo extraviado, mas já foi instaurada a respectiva restauração: 199303010533634 (extraviado) e 20130300018483-8 (restauração).

Além disso, a equipe inspecionou, com base no extrato processual, outros 4 processos que figuravam como pendências da autoinspeção anterior (199861034057710, 200361000280527, 201203000323743 e 200903000255180), conforme procedimento CJF-PCO-2015/00022. Foi constatado que esses processos receberam tratamento relativamente prioritário. As respectivas recomendações foram incluídas na relação abaixo.

Assim, em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias, os processos:

199803010903939	200061820218596	200103000001201
200261080085153	200261180002701	200361080016998
200461270008786	200561080072615	200561090008910
200561090084511	200561190044160	200561190080734
200603000733556	200603000788545	200603000914897
200660060006962	200661000016199	200661000094400
200661000147154	200661000157410	200661000164577
200661000184527	200661000188399	200661000270675

200661020035709	200661020081537	200661060000032
200661090024609	200661210005753	200661210006435
200661270016706	200703990514047	200760000100656
200761000002041	200761000013713	200761000035885
200761000080167	200761000090148	200761000091815
200761000092662	200761000245958	200761020124814
200761140067901	200761190059675	200761190069644
200903990154568	200903990276959	201003000077267
201003000306785	201003000306797	201061080075922
201161120006144	201203000281876	201303000056447
201503000159300	199861034057710	200903000255180

b) regularizar a fase processual no sistema e nos autos físicos (no andamento processual consta pendência para lavratura de acórdão, porém, a análise física dos autos indica pendência no exame de embargos de declaração), bem como promover o julgamento em 90 dias do processo 201361000230049;

c) incluir na próxima autoinspeção os processos:

199903990038263	199961020001249	200003990323855
200061050064783	200261040032162	200403000417546
200961820472650	201003000047550	201003000147294
201003000265370	201103000050552	201203000178688
201303000202324	201303000286696	201403000009050
201403000062750	201403000273402	201403000278280
201503000036494	201503000038430	201503000047765
201503000098347		

Dessa forma, dos 90 processos analisados, houve recomendações da Corregedoria para 80 processos, sendo considerados regulares apenas 10 deles (199303010533634, 199303010715712, 199403010339342, 199703010360162, 199903990245128, 200361000280527, 200461000233785, 200761000079270, 201203000323743 e 201503000032087).



No tocante à dinâmica processual da unidade, nota-se que o perfil do acervo pode ser melhorado, pois muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

Sobre a metodologia de trabalho e boas práticas indica-se inicialmente o seguinte:

- a) há triagem inicial de processos recebidos;
- b) existe classificação e separação física de processos logo na triagem;
- c) há especialização de servidores por matéria ou fase processual;
- d) existe tratamento/acompanhamento específico para feitos com prioridade legal ou Meta CNJ, inclusive com uso de planilhas por parte do Chefe de Gabinete;
- e) medidas de conciliação e desistência de recursos são feitas via remessa de processos ao Gabinete de Conciliação do TRF, porém, isso não é feito de maneira mais geral e sim topicamente (análise processo a processo);
- f) verificou-se priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa, uma vez que procura levar sempre na sessão seguinte;
- g) não há controle de prazo para julgamento de feitos;
- h) existe fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores (na data da inspeção eram 2 processos por dia para cada servidor em regra);
- i) o planejamento e avaliação periódica de atividades são feitos mensalmente, a partir do volume de demandas;
- j) existe controle mensal de desempenho dos servidores;
- k) produtividade e metas mensais (controle pelo Chefe de Gabinete);
- l) gestão de pessoal e recursos materiais adequados para o volume de trabalho;
- m) o atendimento a advogados é feito sem agendamento prévio se o Magistrado estiver na Unidade; e
- n) o acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores é feito a cada 02 meses e recebe tratamento prioritário, o que pode ser constatado a partir da redução do acervo de feitos de Meta 2 do CNJ desde a última inspeção em 2014.

O espaço físico do Gabinete está bem organizado e os processos armazenados em prateleiras ou estantes.

Numericamente, a Unidade encontra-se com o menor volume de processos conclusos (3.757 em abril/2016) entre aqueles da 4ª Turma. Na análise comparada com outros gabinetes de Turmas com igual competência (3ª e 6ª), é a 5ª com menos processos conclusos de um total de 12.

A fim de melhor explicar a metodologia de trabalho, a Unidade procura, na triagem inicial (recebimento), separar os processos prioritários, os mais padronizados (jurisprudência consolidada nos tribunais superiores e no próprio tribunal) e os de maior complexidade, a fim de que recebam tratamentos diversos.

Os processos mais simples e prioritários recebem os encaminhamentos mais imediatos. Os mais complexos são armazenados em armários por ordem cronológica de distribuição.

As equipes são divididas em quatro grupos maiores por matéria e tipo de incidente processual: a) tributário; b) administrativo; c) constitucional; e d) agravo de instrumento.

As equipes mesclam, no dia a dia, a análise de feitos mais simples (matérias repetitivas) e prioritários com aqueles que estão no armário, separados por ordem cronológica de distribuição. Há tentativa de equilibrar o volume do acervo com esse duplo enfoque.

Atualmente não existem processos distribuídos no ano de 2006. Existem apenas aqueles de 2007 (96 ao todo) em diante.

A vigência do CPC/2015 impactou as rotinas de serviço porque, por determinação do Código, houve restrição do uso de decisões monocráticas. Haverá mais votos e toda a preparação de pautas.

O PJE ainda não teve impacto no volume de trabalho da Unidade, porque o acervo distribuído ainda não é significativo.

As medidas de contingenciamento do TRF ainda não tinham afetado, no período de inspeção, a rotina de trabalho do gabinete. Apenas maior controle do uso de água, energia e material de escritório.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) houve aparente justificativa para o número de processos sobrestados (2.025), conforme listado no item 2 deste relatório, porém, em comparação com os demais gabinetes da própria 2ª Seção, detectou-se número maior que a média geral de sobrestamentos (variou de 1.330 a 1.793, segundo dados estatísticos de abril/2016);

b) o sistema de trabalho mostra-se adequado, na medida em que o número de processos conclusos reduz a cada ano e o Gabinete encontrava-se, no período de inspeção, com o menor acervo da 4ª Turma;

c) há também redução anual do volume de processos de Meta 2 do CNJ;

d) existem 11 pendências (já foram feitas as respectivas recomendações em tópico próprio) relativas a processos que tiveram decisões monocráticas deferidas, porém, os julgamentos não foram finalizados, seja porque não julgados pelo colegiado, seja porque decisões monocráticas terminativas com trânsito em julgado.

Sobre pendências da autoinspeção/2015, constavam ainda 5 processos a serem solucionados:

a) 199303010533634: houve extravio dos autos e está em curso a respectiva restauração com o número 2013.03.00.018483-8 (tramitação regular);

b) 199861034057710: foi incluído em pauta no dia 5/4/2016, mas houve adiamento porque a Desembargadora Federal afastou-se em parte para funções no TRE/SP. Quanto a este feito, há recomendação (item 3) de julgamento no prazo de 90 dias;

c) 200361000280527: Processo redistribuído, por incompetência, ao acervo de outro magistrado (Desembargador Federal Hélio Nogueira) de tal maneira que pode ser considerado pendência externa;

d) 201203000323743: feito recebeu andamento processual de conclusão ao Gabinete da Desembargadora Federal Marli Ferreira, mas não foi remetido fisicamente à Unidade, porque se encontra ainda na Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário; e

e) 200903000255180: pende julgamento de embargos de declaração, porém deverá ser pautado no início do mês de julho, conforme informações da chefia de gabinete da Desembargadora Federal. Deve ser incluído na próxima autoinspeção.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

a) cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) efetivar, em 90 dias, reanálise dos processos sobrestados (2.025), conforme listado no item 2 deste relatório, a fim de que seja verificada eventual disparidade em

relação aos demais gabinetes da própria 2ª Seção, que têm média menor de feitos sobrestados;

c) manter e aprimorar a sistemática geral de trabalho, a fim de que a redução do acervo de conclusos e de processos de Meta do CNJ continue em constante redução, como ocorreu nos últimos 2 anos.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ NABARRETE NETO**

**Especialidade:** Direito Público.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **ANDRÉ NABARRETE NETO**

**1.2. Órgãos de atuação:** 4ª Turma, 2ª Seção e Órgão Especial.

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 2/2012.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região no período de março de 2010 a fevereiro de 2012.

Presidente da 4ª Turma, em substituição à Desembargadora Marli Ferreira, convocada para compor o Tribunal Regional Eleitoral.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17				04	21	15
Inspeção/2016	18				02	20	15

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com um auxiliar a menos. Não houve alteração na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	7.831
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	8.244
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	6.670
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	7.168
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	1.441
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	1.435

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

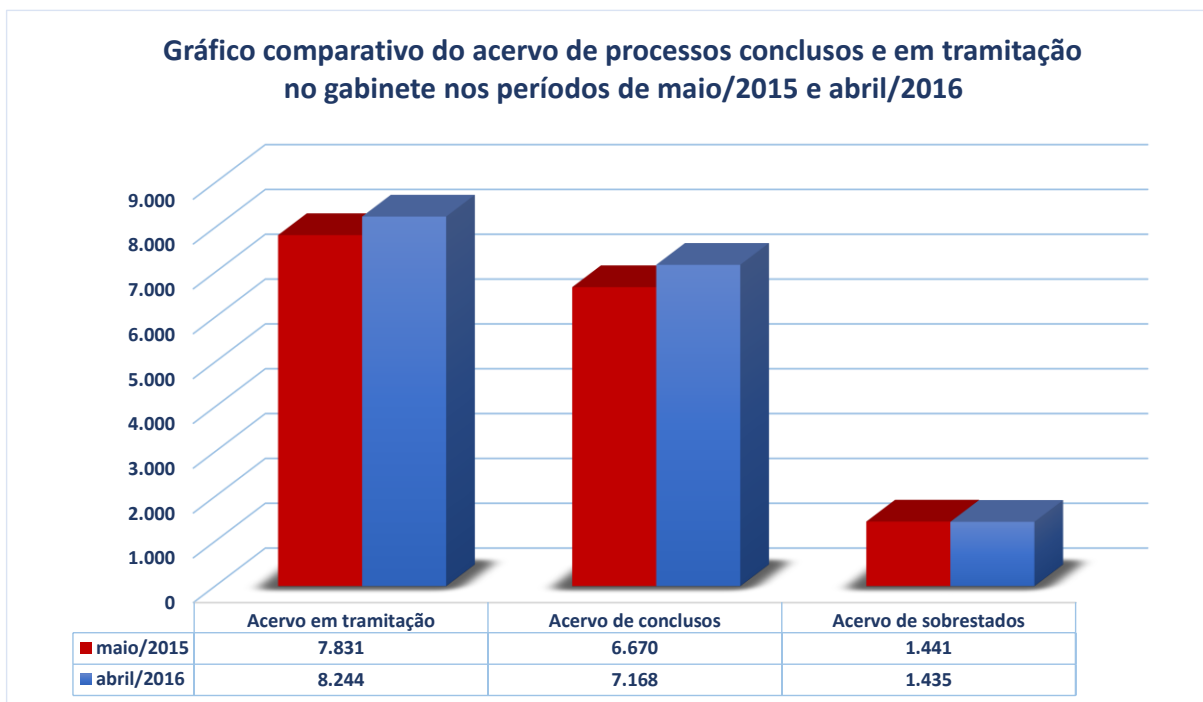
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 498 processos e o número de sobrestados reduziu em 06 processos.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo a principal: expurgos inflacionários da caderneta de poupança. Outras situações são relativas à suspensão em virtude de parcelamento de débito.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 7.168 processos conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 478 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 413 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	2.423
Total de processos (saídas)**	1.810
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	613
Processos distribuídos	2.269

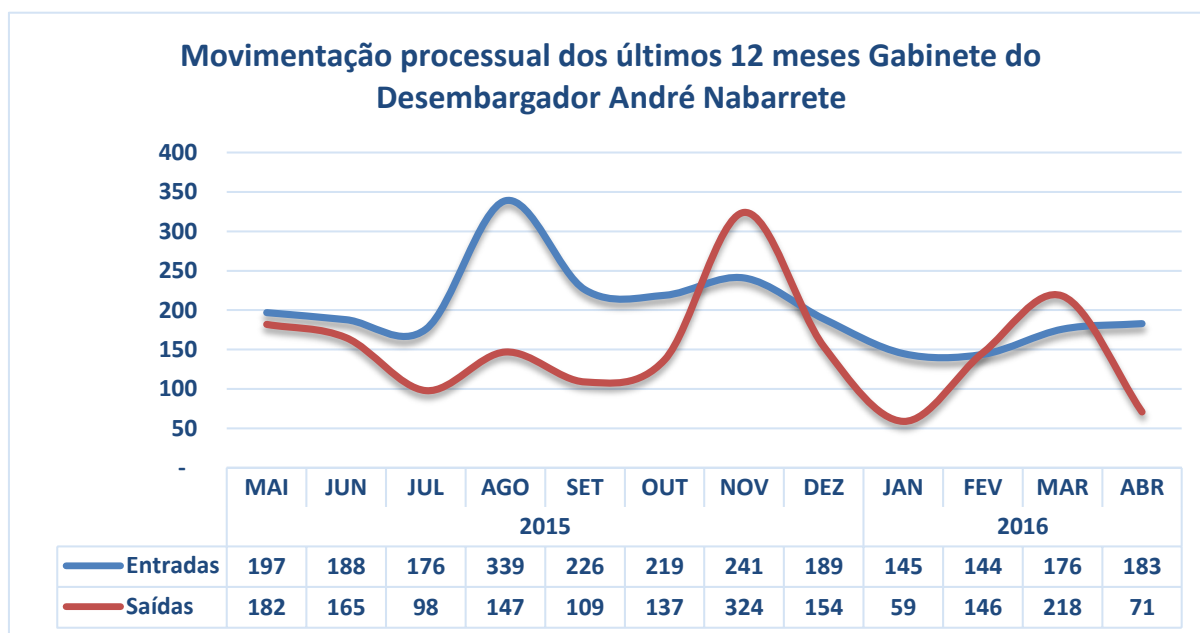
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.423 processos e saída de 1.810 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	1.082
Processos julgados em mesa	4
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	662
<b>Total geral</b>	<b>1.748</b>
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)</b>	<b>24%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.748 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.269; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 04 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 662 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 24%.



<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	177
b. Agravo Legal/Regimental	198

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são pautadas, segundo o NCPC. Existem pendentes de julgamento 177 embargos de declaração e 198 agravos legais/regimentais.

Existe 1 processo com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levado para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	14
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	9
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	379
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	517
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	397
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	472
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	668
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	1.014
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	31
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	40

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 3.470 processos, representando 48% do acervo de processos conclusos na unidade (7.168 processos).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. ANDRE NABARRETE

Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	1	0
1990	1	1	1
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	1	0	0
1994	2	0	0
1995	2	1	0
1996	2	1	2
1997	4	1	0
1998	3	2	2
1999	15	2	2
2000	7	2	3
2001	17	8	4
2002	25	10	3
2003	17	9	3
2004	15	11	3
2005	14	7	9
2006	18	16	13
2007	506	427	382
2008	717	591	509
2009	566	442	410
2010	637	556	494
2011	978	787	710
2012	1.287	1.147	1.045
2013	1.428	1.147	1.033
2014	380	1.111	900
2015	0	434	1.365
2016	0	0	275
<b>Total</b>	<b>6.642</b>	<b>6.714</b>	<b>7.168</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que os feitos mais antigos não tem o julgamento priorizado. O acervo de processos concluídos em abril/2014 era de 6.642 processos. Atualmente, há 7.168 processos. Não houve diminuição dos feitos concluídos, o que se revela um dado preocupante, devendo o gabinete adotar providências para inverter o fluxo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano de 2007, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, havia 31 processos, enquanto os da Meta 6/2016 eram 40 processos. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	2
Outras situações	11
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão e voto vista e há 1 processo que aguarda declaração de voto. Neste universo, havia 1 processo que aguardava providência há mais de 30 dias (201503000032087, remetido ao Gabinete da Desembargadora Marli Ferreira). Referido processo está regularizado, pois foi recebido com declaração de voto vencido em 24/5/2016 e o acórdão foi disponibilizado em 3/6/2016, conforme extrato de movimentação processual entregue pelo Gabinete.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	22
Recebidos para lavratura de acórdão	2
Outras situações	22
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da Unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de processos conclusos para revisão e para voto-vista, havendo 22 processos conclusos para declaração de voto. Nessas situações, há 22 feitos sem movimentação há mais de 30 dias, a seguir identificados, com as seguintes situações:

- a) 201503000129356; 201503000074410; 201403000008986; 201361820288430; 201261820531379; 201203000154957; 201203000059675; 201161090011880; 201061050141450; 200561000252723; 201061050035132; 200861090017572; 200861050052202; 200861000172121; 200361820254528; 200361000120378; 199961050073056; 199961050068553;

b) 201461820000656; 200761820315006; 200461000312673; 200461000311401.

Os processos da letra “a” foram todos regularizados, não havendo pendências.

Em relação aos processos da letra “b”, recomenda-se a movimentação no prazo de sessenta dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos, na seguinte forma:

CPC: aplicação das disposições do artigo 10, ainda que verificada a situação durante julgamento, nos termos do artigo 933, §1º, do CPC; todos os recursos são pautados (artigo 934) e tanto embargos declaratórios quanto agravos internos têm vista à parte contrária antes do julgamento; o artigo 942 também está sendo plenamente aplicado nas sessões de julgamento. É feito um prognóstico e análise prévia dos julgamentos não unânimes de forma a possibilitar a conclusão do julgamento na própria sessão, mediante convocação de Desembargador para compor o quórum.

Lei n. 13.140/2015: não há relatos de mediação e autocomposição. Há um Gabinete de Conciliação.

Lei n. 13.146/2015: não há relato de identificação de prioridade para pessoas deficientes.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 120 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados, todos físicos. Além disso, foram incluídos pela equipe 7 feitos remanescentes da última autoinspeção, totalizando 127 processos inspecionados.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis, em número de 22, foram inspecionados com base nos respectivos extratos processuais. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção, a saber:

199961000563799	199961050068553	199961080006343
200303000484749	200361000120378	200361270007340
200503990043856	200503990043868	200703000696588

200703000818748	200803000347495	200803000445894
201061050141450	201103000033438	201203000019550
201203000154957	201203000225551	201303000026595
201303000145730	201403000008986	201460000124070
201503000074410		

A amostragem revelou a existência de 66 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2007.

Na Unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos. Por exemplo, não há, no Processo n. 200261000023952, o registro da distribuição do feito, ocorrida em 30/8/2007. Ademais, destaca-se, com base na amostragem, que os processos redistribuídos por sucessão ao atual relator, a partir de 22/2/2012, não apresentam o referido termo nos autos físicos, constando apenas no sistema.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração. Todavia, constou na listagem o Processo n. 199003010324291, que no período da inspeção apresentava o lançamento de concluso, a despeito de não se encontrar no gabinete. Constatada a situação, o gabinete instaurou expediente administrativo para averiguar a situação. Ao final, concluiu-se haver duas ações idênticas, e que uma delas já estava julgada, baixada e arquivada desde 2004, pelo que foi determinada a regularização da fase processual da Ação n. 199003010324291, para constar a baixa definitiva no sistema, o que foi providenciado.

No tocante aos 32 processos remanescentes da autoinspeção/2015, em análise conforme o sistema de movimentação processual do Tribunal, verificou-se que 25 foram julgados e obtiveram regularidade de tramitação, ressaltando-se as seguintes situações:

- 3 retirados de pauta, portanto, pendentes de julgamento: 200003990329158, 200703000485036 e 200703000485048, os quais devem ser objeto de acompanhamento e de verificação na próxima autoinspeção;

- os outros 4 também aguardam julgamento, mas encontram-se pautados para os meses de junho e julho do corrente ano, a saber: Processo n. 201103000033438, pautado para 7/6/2016; n. 201203000225551, pautado para 22/6/2016; e os feitos de n. 201303000026595 e 201303000145730, pautados para 6/7/2016. Para esses, recomenda-se o acompanhamento das mencionadas pautas até a consequente regularização dos feitos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema: 200503000369398, 200603001070538, 200703000296744 e 200703000847402;

b) julgar, no prazo de 90 dias, os processos (total 95):

199503010103375	199961000146787	199961000205949
199961000266550	199961000400369	199961000459947
199961000473282	199961000568281	199961000576605
199961000588449	199961000605290	199961040020663
199961050122006	199961050161050	199961090029170
199961090076652	199961110008178	199961170072961
199961820685753	200061000017529	200003990329158
200061000391130	200061000501040	200061000503930
200061120008179	200061820401860	200161000295443
200161000309030	200161020051262	200161020060986
200161030034522	200161060088508	200161070023018
200161100108720	200161120066652	200161150001775
200161210011718	200161250015980	200161820189618
200161820202672	200260000022465	200260000076954
200260020018169	200261000000137	200261000000204
200261000003345	200261000023952	200261000059077
200261000092860	200261000127873	200261000149145
200261000156447	200261000263549	200261040017835
200261040064000	200261050026780	200261050088176
200261050114126	200261060042987	200261060063486
200261100060016	200261120067909	200261190052660
200403990006260	200561000013133	200561000020502
200561000022547	200503000310197	200561000043472
200561000052540	200561000098266	200561000216251
200561000073348	200661000043210	200660000087568
200703000485036	200703000873577	200803000347495
200803000384376	200903990052139	200961000150592
200961050095692	200961060019443	200961090052576
201003000271126	201103000194446	201103000353100
201103000381192	201203000014643	201203000124643

201303000046387	201503000016884	201503000044703
201503000060990	201503000052037	

- c) julgar em 30 dias: 200061110060028, 200161030034522, 200161120066652 e 201303000046387;
- d) verificar na próxima autoinspeção: 200003990329158, 200703000485036 e 200703000485048;
- e) promover o registro da distribuição do feito n. 200261000023952, ocorrida em 30/8/2007;
- f) movimentar, no prazo de 60 dias, os processos conclusos para declaração de voto: 201461820000656; 200761820315006; 200461000312673 e 200461000311401.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, pois muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Isso sem prejuízo de reconhecer o esforço feito pela Unidade em promover o julgamento dos processos mais antigos, Meta 2, embora, pelo percentual do acervo que os processos de Meta 2 representa, deva ser dinamizada a obtenção de resultados.

Em termos de fluxo processual, a situação da Unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na Unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

a) triagem inicial de processos: é realizada triagem inicial dos processos, por matéria. Alguns vão direto para a mesa de trabalho, citando-se: agravos; processos em matéria ambiental; ações civis públicas; petições de apelações cíveis com pedido de efeito suspensivo; tributário; embargos de declaração;

b) classificação e separação física de processos: os processos são classificados por matéria e colocados em armários, exceto os que vão direto para as mesas de trabalho. São localizados por intermédio do SIAPRO, que permite a consulta e rápida identificação do processo. Alguns processos, como agravos de instrumento e ações rescisórias, são colocados em ordem numérica. Constata-se que não há espaço suficiente para guarda dos processos em armários, muitos estão empilhados no chão do

Gabinete, principalmente os sobrestados. A antiguidade dos processos é acompanhada por relatórios extraídos do SIAPRO;

c) especialização de servidores por matéria ou fase processual: há especialização, com três servidores ocupados das ações civis públicas, priorizadas pelo Desembargador, pela sua importância. Há também 2 servidores encarregados dos agravos iniciais e dos votos nos agravos; e 1 servidor encarregado das decisões interlocutórias e despachos em geral;

d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ: as prioridades e as metas são controladas por ferramentas do SIAPRO. Os processos de Meta 2 são tratados especificamente. É difícil atender às prioridades, não havendo lembrança de prioridade requerida por deficientes;

e) medidas de conciliação e desistência de recursos: os processos são encaminhados ao Gabinete de Conciliação. A possibilidade de desistência de recursos é verificada no momento da triagem. Foram identificados casos de remessa oficial dentre essas hipóteses;

f) priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa: são priorizados, não havendo processos nessas situações, no momento;

g) controle de prazo para julgamento de feitos: procura-se julgar os mais antigos e os casos mais novos que possam ser considerados como repetitivos;

h) fixação das metas de trabalho pelo Magistrado com participação dos servidores: são fixadas metas de julgamento de ações civis públicas e improbidades administrativas e ações de indenização decorrente de responsabilidade objetiva do Estado. Alternaram de metas coletivas para metas individuais. Atualmente, é fixado o número de 224 processos a serem pautados, por mês, de forma a bater a distribuição mensal, estimada em cerca de 200 processos. O número de 224 processos é dividido por 8 servidores. Foi mencionada ainda a realização de mutirões, concentrados nos meses de janeiro e fevereiro;

i) planejamento e avaliação periódica de atividades: há reunião mensal para controle e verificação da situação das metas e é feito um *checklist* mensal com itens mais relevantes a serem priorizados;

j) desempenho: é fixado desempenho individual dentro da meta de julgar 224 processos em pauta, no mês, sem prejuízo dos processos encerrados por decisões monocráticas;

k) produtividade e metas: por pauta (224 processos);

l) gestão de pessoal e de recursos materiais: mencionou-se a redução do número de estagiários. Em relação ao PJE, estão aprendendo a utilizar, havendo maior número de agravos de instrumento nesse sistema. Relatou-se a dificuldade de utilização do PJE, pois o sistema não salva automaticamente o texto;



m) atendimento a advogados: é feito sem necessidade de agendamento;

n) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores: é feito o acompanhamento. Mencionaram a existência de processos que foram incluídos em pauta, porém retirados pela necessidade de prévia vista às partes, nos termos do art. 10 do NCPC;

o) a sistemática de julgamento não unânime consiste em identificação prévia da divergência e sua submissão ao Desembargador convocado para compor o quórum, de forma a possibilitar o julgamento na mesma sessão;

p) a Unidade ressentiu-se do impacto da greve dos servidores no ano de 2015, em que o trabalho foi muito prejudicado por cerca de três meses;

q) a Unidade sofre também o impacto na redução dos servidores em atividade-fim, em virtude de licença gestante de duas servidoras;

r) a Unidade mencionou a quantidade de relatórios estatísticos a serem encaminhados mensalmente: CNJ, Corregedoria do TRF e CJF.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) em virtude do acervo e de cálculos estruturais, não há possibilidade de armazenamento de todos os processos físicos em armários, razão pela qual existe uma quantidade grande de processos empilhados no piso, em geral processos sobrestados.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

a) cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) diligenciar a obtenção de espaço físico, ainda que em outro andar, para armazenar os processos suspensos, considerando a grande quantidade existente e o conseqüente impacto negativo no ambiente de trabalho e a dificuldade de localização e manuseio;

c) elaborar plano de gestão, no prazo de sessenta dias, que contemple a concretização das Metas 1 e 2 do CNJ, com controle semestral, de forma a conferir maior dinamismo e produtividade e obtenção de resultados significativos dentro de 2 anos. Permanece válida a recomendação da inspeção anterior no sentido de realização de mutirões, ou sua ampliação, de forma a atingir a Meta 1 em número expressivo.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL - 4ª TURMA**

**DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA NOBRE**

**Especialidade:** Nos termos do Regimento Interno do TRF da 3ª Região, cabe à 2ª Seção processar e julgar os feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da 1ª e 3ª Seções, dentre outros: I - matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da 1ª e 3ª Seções; II - licitações; III - nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da 1ª e 3ª Seções; IV - ensino superior; V - inscrição e exercício profissional; VI - tributos em geral e preços públicos; VII - contribuições, excetuadas as de competência da 1ª Seção.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargadora Federal **MÔNICA AUTRAN MACHADO NOBRE**

**1.2. Órgãos de atuação:** 4ª Turma.

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 20/9/2013, cf. Ato n. 11.872, de 16/9/2013 (2 anos e 8 meses).

No período de cinco anos, a Magistrada requereu uma remoção interna, a saber: da 7ª Turma/3ª Seção para a 4ª Turma/2ª Seção – a partir de 20/9/2013.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	16	0	0	0	03	19	15
Inspeção/2016	17	0	0	0	05	22	16

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 3 auxiliares a mais. Houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	8.987
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	8.692
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	7.908
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	7.391
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	1.574
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	1.616

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

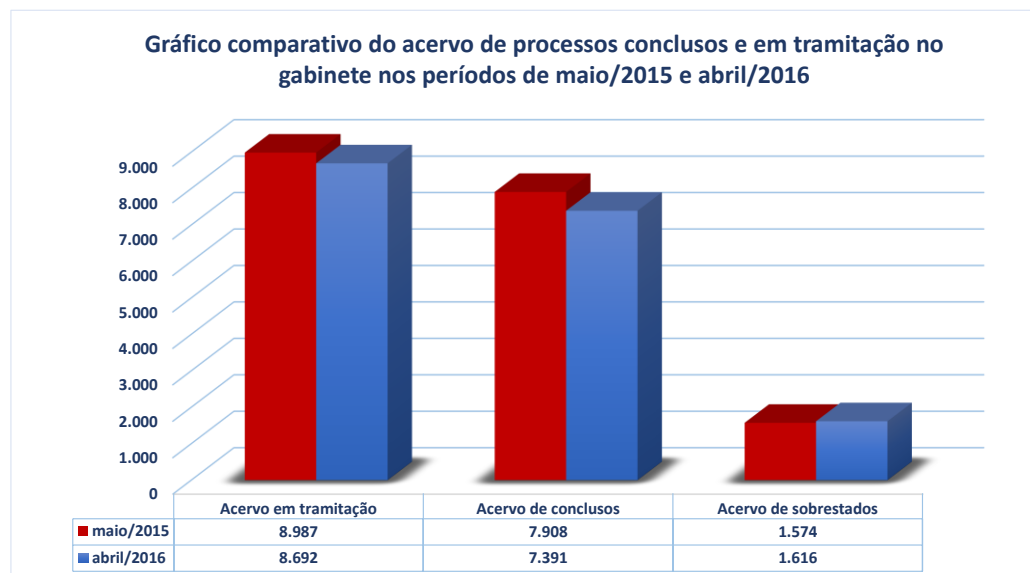
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 517 e o número de sobrestados subiu em 42.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo a principal aquela decorrente das decisões proferidas pelo STF nos autos dos Recursos Extraordinários n. 591.797 e 626.307, bem como do Agravo de Instrumento n. 754.745 (RE n. 632.212), que determinaram a suspensão das ações envolvendo os critérios de atualização dos depósitos de caderneta de poupança em razão da implementação dos planos de estabilização econômica (Planos Bresser, Verão, Collor I e Collor II). Outras situações são relativas à suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação na Corte Especial ou sobrestamento determinados pelo próprio relator.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 7.391 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 462 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 295 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	2.411
Total de processos (saídas)**	2.770
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-359
Processos distribuídos	2.360

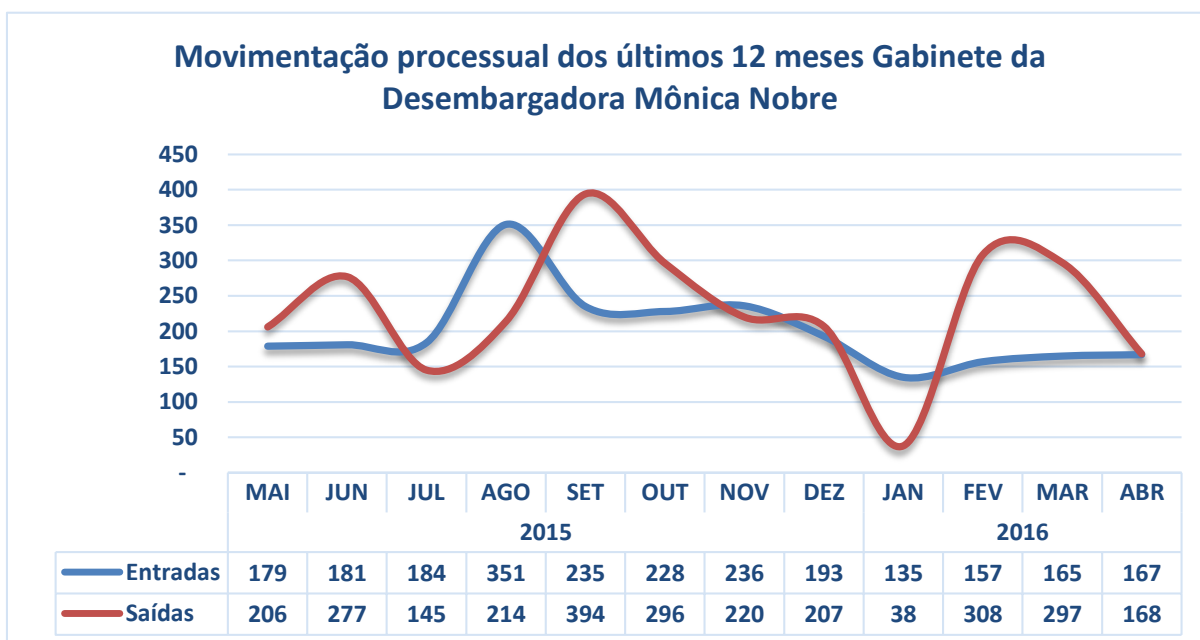
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.411 e saída de 2.770 processos, resultando, assim, em pequena redução do acervo.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	1.286
Processos julgados em mesa	6
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	1.379
<b>Total geral</b>	<b>2.671</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	25%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 2.671 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.360; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 6 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.379 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 25%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	357
b. Agravo Legal/Regimental	307

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 357 embargos de declaração e 307 agravos legais/regimentais.

Existem 4 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado (Processos n. 2014.03.00.006911-2, 2014.03.00.003777-9, 2014.03.00.0026618-5 e 2015.03.00.000750-0).

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	273
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	503
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	472
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	444
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	684
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	971
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	50
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	56

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 3.348 processos, representando 45% do acervo de processos conclusos na unidade (7.391).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO,  
NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. MÔNICA NOBRE			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	1	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	1	1
1996	5	4	3
1997	5	3	3
1998	5	6	1
1999	5	5	3
2000	13	15	6
2001	16	15	7
2002	16	10	3
2003	27	27	13
2004	27	27	17
2005	43	39	36
2006	56	56	51
2007	483	454	352
2008	713	667	576
2009	705	626	559
2010	1.127	606	514
2011	1.539	908	737
2012	1.838	1.353	1.039
2013	1.873	1.423	1.121
2014	411	1.301	914
2015	0	412	1.102
2016	0	0	333
<b>Total</b>	<b>8.908</b>	<b>7.958</b>	<b>7.391</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes, com exceção daqueles distribuídos em 2015 e 2016, estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 8.908; atualmente há 7.391 processos conclusos. Houve diminuição dos feitos conclusos a partir de abril de 2014. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2013, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2007, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, não são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade, já que, atualmente, a Unidade ainda trabalha com processos distribuídos a partir do ano 1995, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, havia 50 processos; enquanto os da Meta 6/2016 eram 56. Tendo em vista a

relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	10
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	19
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, bem como nenhum feito que aguarda voto-vista. Existem apenas 10 processos na espera de declaração de voto. Neste universo há processos que aguardam providências há mais de 30 dias (Processos n. 201503000074410, 201261820531379, 201061050141450, 200861090017572, 200861050052202, 200761820315006, 200461000312673, 200461000311401, 200361820254528 e 200361000120378), configurando pendência externa.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	1
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	31
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da Unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 1 processo concluso para revisão, 1 para voto-vista e nenhum para declaração de voto. Nessas situações há 1 feito sem movimentação há mais de 30 dias (Processo n. 0001850-49.2009.4.03.6113), devendo-se proceder à movimentação do feito em até 60 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos, merecendo destacar que, em reunião realizada entre os componentes da 4ª Turma, em 4 de abril de



2016, foram acordadas algumas diretrizes a respeito do Juízo de admissibilidade; do requerimento de efeito suspensivo (artigo 1012, § 3º, do NCPC); da verificação do cabimento e requisitos de admissibilidade. Além disso, ainda de acordo com as orientações dos membros da Turma os Embargos de declaração e processos com pedido de vista serão todos pautados; os processos adiados serão pautados, salvo se forem apresentados na sessão seguinte (deve haver disposição expressa na minuta); os honorários (artigo 85 do NCPC) serão determinados conforme a lei vigente à data da sentença. Já em caso de inversão de sucumbência, aplicar-se-á o CPC/1973. Também será aplicado o artigo 11 da Ordem de Serviço n. 12 da 7ª Turma (artigo 11 - A Subsecretaria, após certificar a tempestividade do Agravo Interno, independentemente de despacho, abrirá vista para manifestação do agravado, nos termos do art. 1021, § 2º, do CPC, e, após, com ou sem manifestação, caso em que será certificado o decurso de prazo, fará os autos conclusos ao Relator). Quanto às divergências, para fins dos artigos 53 e 160, § 1º, do RITRF3, que regulamentou o artigo 942 do novo CPC, os gabinetes deverão disponibilizar os votos e as divergências com antecedência de, respectivamente, duas e uma semana da sessão. Ademais, ficou acordado que as divergências serão julgadas antes dos processos unânimes. Assim, o Desembargador convocado terá tempo hábil para inteirar-se do que será julgado e poderá retirar-se tão logo termine o julgamento. Haverá um limite de 6 pedidos de sustentação oral por sessão e os excedentes serão adiados expressamente para a próxima sessão.

### **3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:**

Dos 132 processos selecionados para inspeção, 120 foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes, com exceção dos Processos n. 2010.03.00.033030-1 (não consta a última conclusão no sistema) e 2004.61.20.002138-8 (não consta a última conclusão nos autos físicos) e daqueles com ausência de registro, nos autos físicos, das redistribuições por sucessão.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção (Processos n. 199603010344280, 199703010431600, 199703010799895, 199961050017120, 200003000519337, 200061060120916, 200361000044352, 200803990588461, 200903000374119, 201003000078533, 201061060067981, 201103000026057).

A amostragem revelou a existência de 30 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2007.

Na unidade, verificam-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, especificamente aquelas descritas logo acima: Processos n. 2010.03.00.033030-1 e 2004.61.20.002138-8 e ausência de registro, nos autos físicos, das redistribuições por sucessão.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

- a) proceder à baixa no sistema: 200503000095626;
- b) julgar, no prazo de 90 dias, os processos:

199503010157797	199603010785478	199603010921532
199903990754321	199903990887965	199903991108844
199903991155366	199961000047323	199961000145801
199961000291593	199961000336564	199961000373706
199961000531877	199961000539220	199961000552789
199961000591977	199961020032957	199961060010810
199961090066014	199961090069179	199961100012987
199961150066153	200003990168011	200003990368875
200003990720133	200061000475880	200061000499718
200103990110098	200161000026328	200161000298468
200161000313317	200161020067518	200161030048211
200161050038363	200161050101073	200161080061089
200161090033182	200161090048150	200161130040830
200161150006426	200161150013200	200161190044396
200161200082637	200161820060403	200161820159638
200161820205727	200203990031452	200203990071309
200260000069639	200260000069767	200260020033122
200260030002699	200261000011652	200261000056714
200261000070358	200261000075940	200261000085866
200261050019269	200261080083193	200261090016863
200261090029833	200261220006748	200361000028024
200461000102459	200461000292285	200461080053380

200461090015041	200461200021376	200461200021388
200461210026115	200503000095626	200503990126348
200503990240534	200503990327690	200503990327706
200761090032052	200761090052555	200861090116446
200861100063585	200861200109066	200903000115965
200903000449624	200961130018501	201003000006698
201003000075180	201003000080096	201003000084820
201003000090417	201003000134512	201003000203303
201003000330301	201003000330404	201061050078301
201061090118747	201061120017575	201061120017605
201103000137049	201103000142458	201103000159446
201103000183734	201103000192802	201103000211055
201103000221590	201103000262063	201103000275471
201103000280375	201303000009251	201403000007453
201403000044656	201403000069112	201503000001388
201503000002540	201503000056614	201503000058325
201503990010091		

- c) regularizar a fase processual no sistema e nos autos físicos e promover seu andamento: 201003000330301 e 200461200021388.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, tanto é assim que muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade não é satisfatória, havendo ainda acúmulo remanescente significativo, verificando-se pouca redução contínua do acervo.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

Os processos recebidos no gabinete passam por uma triagem inicial. Os distribuídos, bem como os com prioridade legal, os inspecionados e os que se incluem nas Metas do CNJ, são distribuídos aos servidores responsáveis pela análise da matéria.

Os demais são guardados nos armários correspondentes à matéria, quando não há providências urgentes a tomar, para serem julgados conforme a ordem de entrada.

Os processos são separados por matéria. Há uma servidora destacada para cuidar da classificação e organização dos processos no gabinete. Depois disso os feitos são localizados através do sistema SIAPRO, conforme o número do armário, prateleira ou mesa do servidor responsável, permitindo sua pronta localização.

Os critérios utilizados compreendem o volume de feitos referente a cada matéria, o perfil e as aptidões de cada servidor. O servidor que tem especialização em determinada matéria é designado para trabalhar nos referidos feitos. Dessa forma, três servidores analisam os agravos de instrumento que chegam ao gabinete, dando preferência à ordem de entrada, mas também analisando eventual urgência para imediato encaminhamento à Desembargadora Federal.

Um servidor é responsável por analisar os embargos de declaração e agravos legais mais antigos existentes no gabinete. Três servidores cuidam das apelações em execução fiscal, dos agravos legais e dos embargos de declaração a eles referentes. Há um servidor que é o responsável pelos feitos relativos a improbidades administrativas e ações civis públicas.

Em atendimento ao determinado pelo CJF, destacou-se um servidor responsável pelos agravos e embargos de declaração mais antigos. Os demais recursos, incidentes e decisões são analisados pelos demais funcionários, de acordo com sua produtividade e afinidade com a matéria.

Há um servidor responsável pela pauta da Turma e outro responsável pela pauta da 2ª Seção.

Periodicamente são distribuídos os processos mais antigos constantes no gabinete, para atendimento à Meta 2, sendo que, neste caso, aos servidores são distribuídas matérias eventualmente distintas das que realizam diariamente.

Os processos com prioridade legal ou Meta do CNJ são priorizados na medida do possível, sendo periodicamente distribuídos entre os servidores para imediata elaboração de minuta para submissão à Desembargadora Federal, com o objetivo de alcançar as metas com a maior brevidade possível.

Já no que pertine ao controle de prazo para julgamento de feitos, não foi observada nenhuma medida concreta e efetiva nesse sentido, apesar de o gabinete informar que tenta observar a cronologia de entrada dos processos, desde que, por óbvio, isso não atrapalhe a tramitação e julgamento dos feitos mais simples e corriqueiros.

Não foram estabelecidas ainda metas individuais aos servidores, porquanto todos estão trabalhando nos feitos mais antigos e que demandam maior tempo de exame por sua complexidade, bem como separando os processos referentes às Metas do CNJ e os que tenham prioridade legal, sem olvidar a verificação de possíveis incorreções a serem

retificadas antes do julgamento. O objetivo é diminuir o acervo do gabinete sem descuidar da qualidade de atendimento ao jurisdicionado. Por outro lado, o gabinete, como um todo, tem como Meta mensal julgar um número maior de processos do que aquele de processos distribuídos. Esta Meta mensal é avaliada pelo resultado obtido na Estatística Mensal entre distribuição e baixa do acervo.

Não foram informadas quaisquer medidas tendentes a facilitar a conciliação e/ou a desistência de recursos, mas o gabinete informou que prioriza os julgamentos dos feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa e que também realiza mutirões, com a divisão dos servidores em grupos de trabalho, com modelos de decisões para facilitar e padronizar o trabalho e a Meta mensal do gabinete, que tem como objetivo superar a distribuição recebida. Informou, mais, que são realizadas reuniões periódicas em que são debatidos os problemas e possíveis soluções, em que todos participam com as suas opiniões. Demais disso, todos os servidores e estagiários têm livre acesso à Desembargadora Federal, agilizando as decisões nos casos concretos. No que tange à avaliação periódica de atividades, é realizada uma reunião para fins de constatação dos resultados obtidos, na qual também se buscam solucionar eventuais problemas e implementar novos projetos.

A produtividade é aferida pela estatística mensal, fornecida pelo Tribunal, além do acompanhamento individual dos servidores quanto à sua produtividade. Os servidores são consultados periodicamente sobre suas afinidades e preferências em relação aos feitos, participando ativamente de reuniões sobre aumento de produtividade, bem como a respeito de eventuais dificuldades e de soluções para as mesmas.

Quanto às Metas, como destacado alhures, não foram estabelecidas metas individuais de trabalho, mas sim uma meta mensal, geral, de julgar mais processos que o número de feitos distribuídos ao gabinete, tendo sido informado que estão sendo envidados esforços para que, futuramente, seja possível a fixação de metas mais específicas.

Por derradeiro, foi informado que na medida do possível é dada prioridade às Metas do CNJ, sendo os processos nelas incluídos periodicamente distribuídos entre os servidores para imediata elaboração de minuta e submissão à Desembargadora Federal, com o objetivo de alcançar essas Metas com a maior brevidade possível.

Os recursos materiais são satisfatórios. O gabinete, contudo, entende que precisaria de mais servidores na atividade-fim para conseguir diminuir o acervo, apesar de possuir o mesmo número (em média) de servidores das demais unidades jurisdicionais, tudo levando a crer que precisa melhorar a gestão de pessoal.

Quanto ao atendimento dos advogados, primeiramente é verificada a situação e localização do processo e, quando solicitado, permite-se ao advogado a consulta aos autos, sendo que, nos casos em que há segredo de justiça, é exigida a procuração. Os advogados, partes e público em geral são atendidos pelo Chefe de gabinete e/ou pela

assessora quando solicitado. A Desembargadora Federal atende prontamente os advogados quando solicitado pelo interessado, não havendo até a presente data qualquer incidente no atendimento a advogados.

Ainda existem processos com determinações da inspeção anterior pendentes de cumprimento ou regularização, quais sejam: os Embargos Infringentes n. 0311443-82.1997.4.03.6102 (1999.03.99.061482-1), inseridos na Pauta do dia 7/6/2016 na sequência 26; e os Embargos Infringentes n. 0096672-75.2005.4.03.0000 (2005.03.00.096672-8), inseridos na Pauta do dia 7/6/2016 na sequência 27.

A título de boas práticas, a unidade inspecionada informou que as ações adotadas com sucesso na organização da 4ª Vara Federal Cível, com diminuição expressiva dos feitos em tramitação, estão sendo avaliadas para adequação aos feitos em trâmite.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) o gabinete estava bem organizado e, na análise processual, não se constatou situação sistêmica grave, mas falta uma melhor gestão administrativa, sobretudo para triagem, processamento e julgamentos dos feitos mais antigos (herdada de outros julgadores que passaram pela unidade jurisdicional analisada), pois a triagem dos processos antigos e remanescentes é deficiente, eis que a equipe constatou, numa rápida inspeção, e a título de exemplo, processos paralisados há bastante tempo, em que a magistrada responsável pelo gabinete estava impedida por ter prolatado a sentença de primeiro grau;

b) a meta simplista de julgar tão-somente mais do que é distribuído não atende às peculiaridades do gabinete inspecionado, que possui um acervo formado por muitos processos remanescentes e nos quais trabalharam vários desembargadores, com muitos embargos de declaração, daí porque há necessidade de se envidar esforços e estratégias para redução do acervo e julgamento dos processos mais antigos;

c) as informações disponíveis pelo sistema de informática do Tribunal não são bem destrinchadas pelos servidores do gabinete, que não sabem onde buscar os relatórios e os dados mais específicos que precisam para melhor planejar suas tarefas e metas, daí porque há necessidade de maior intercâmbio entre os servidores do gabinete e da Informática do Tribunal, que detêm o conhecimento técnico e que, por isso mesmo, precisam divulgar melhor aos servidores dos gabinetes onde estão as informações pretendidas, inclusive onde eles podem buscar relatórios estatísticos pormenorizados dos processos através de campos parametrizados previamente especificados (consulta por matéria, data da conclusão, parte etc.);

d) o PJE, por ser ainda incipiente no TRF3, não teve tempo de ser avaliado pelos servidores.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

a) cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) apresentar em 60 (sessenta) dias Plano de Trabalho para aumentar a produtividade do gabinete, comunicando à Corregedoria-Geral, de seis em seis meses, pelo prazo de dois anos, os resultados alcançados, eis que a simples meta de julgar mais do que é distribuído não fará com que o acervo (sobretudo o mais antigo) diminua;

c) tendo em vista que foi constatado, pela equipe da corregedoria, em todos os gabinetes inspecionados (recomendação geral, portanto), que há necessidade de maior engajamento/participação dos setores ligados à Assessoria de Gestão de Sistemas de Informações, notadamente da Divisão de Gestão de Dados e da Seção de Estatística, com os gabinetes dos desembargadores, a fim de propiciar um melhor esclarecimento dos dados fornecidos pelo sistema de informática e uma melhor compreensão de como os dados processuais (e de gestão) podem ser obtidos pelos próprios gabinetes, recomenda-se que o gabinete inspecionado, se possível, junto à Corregedoria Regional (ou mesmo com o apoio da Corregedoria-Geral), promova tratativas para um melhor, mais fácil e mais rápido acesso às informações disponíveis no Banco de Dados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, providências que são imprescindíveis para a correta identificação das fases e das informações dos processos, bem como à agilização de suas tramitações.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO SARAIVA**

**Especialidade:** competência tributária, administrativa, constitucional, ações civis públicas e outras matérias de direito público.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **MARCELO MESQUITA SARAIVA**

**1.2. Órgãos de atuação:** 4ª Turma.

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 17/9/2015.

No período de cinco anos, o Magistrado requereu 2 remoções internas, a saber: 7ª Turma: 4/10/2013 a 14/9/2014, 1ª Turma: 15/9/2014 a 16/9/2015 e a partir de 17/9/2015 na 4ª Turma.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	18	0	0	0	3	21	14
Inspeção/2016	17	0	0	0	3	20	15

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 1 auxiliar a menos. Houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.



## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	7.822
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	7.674
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	6.535
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	6.407
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	1.561
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	1.565

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

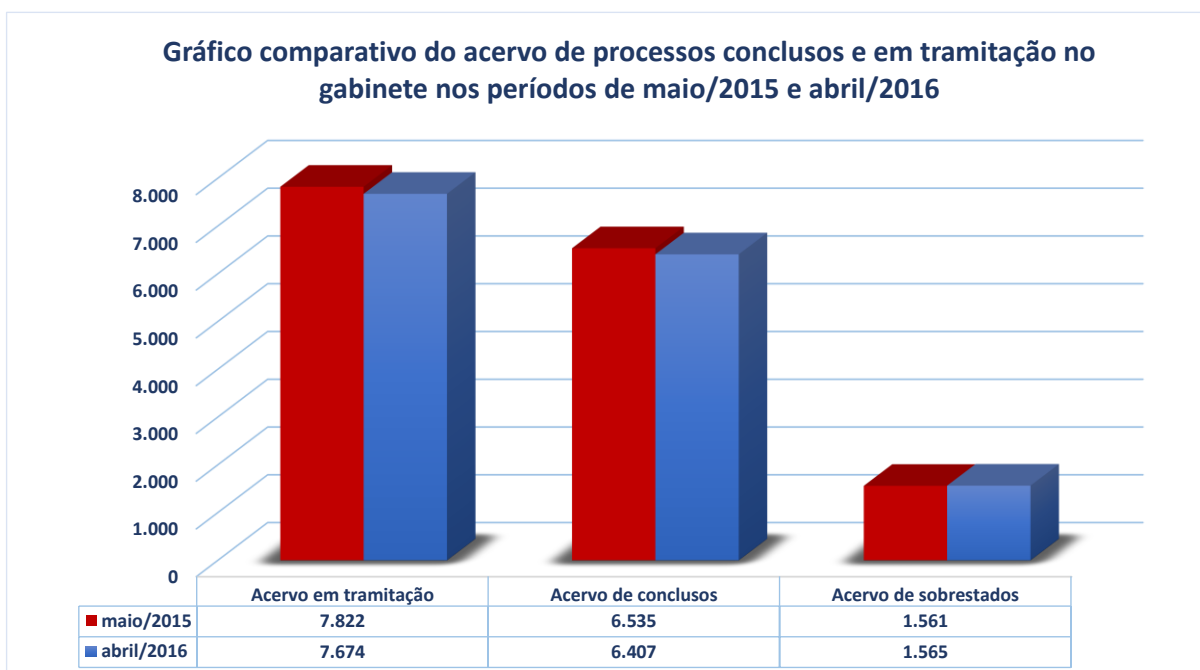
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 128 e o número de sobrestados subiu em 04.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: reajuste pelo índice da TR das contas de FGTS. Outras situações são relativas à suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação na Corte Especial ou sobrestamento determinados pelo próprio relator.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 6.407 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 427 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 148 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	2.453
Total de processos (saídas)**	2.584
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-131
Processos distribuídos	2.380

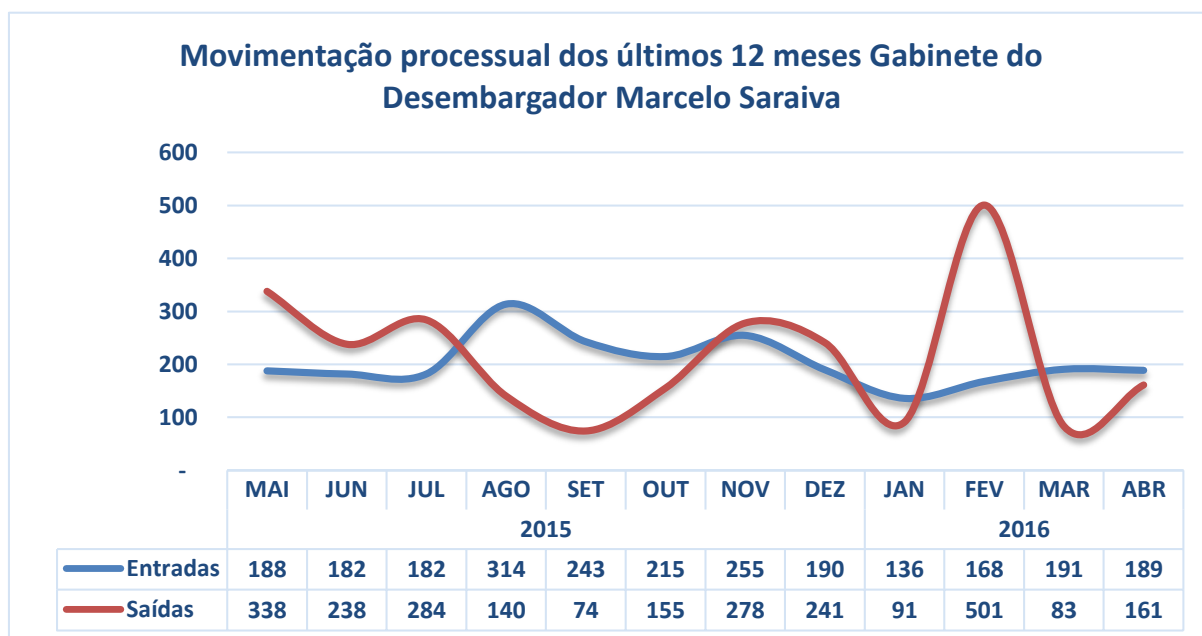
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.453 e saída de 2.584 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	853
Processos julgados em mesa	27
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	1.539
<b>Total geral</b>	<b>2.419</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	27%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 2.419 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.380; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 27 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.539 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 27 %.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	221
b. Agravo Legal/Regimental	260

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 221 embargos de declaração e 260 agravos legais/regimentais.

Existem .6 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado (201503000068987, 201403000251224, 201203000315710, 201203000287088, 201103000336125 e 201103000034560).

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	132
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	167
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	375
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	499
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	465
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	538
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	643
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	629
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	34
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	52

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 3.448 processos, representando 54% do acervo de processos conclusos na unidade (6.407).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. MARCELO SARAIVA

Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	0	0
1996	0	0	0
1997	3	1	0
1998	0	0	0
1999	2	1	1
2000	26	13	2
2001	40	12	8
2002	79	22	10
2003	97	26	11
2004	168	112	55
2005	140	116	75
2006	301	244	188
2007	641	463	383
2008	806	611	525
2009	685	544	507
2010	724	589	543
2011	1.001	761	648
2012	1.096	781	635
2013	1.180	754	586
2014	355	1.025	620
2015	0	524	1.208
2016	0	0	402
<b>Total</b>	<b>7.344</b>	<b>6.599</b>	<b>6.407</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 7.344; atualmente, há 6.407. Houve diminuição dos feitos conclusos a partir de 2011. Verifica-se que a maior parte do acervo existente é a partir do ano de 2012, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2006.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na Unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a Unidade trabalha com processos distribuídos no ano 2012, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, havia 34 processos; enquanto os da Meta 6/2016 eram 52. Tendo em vista a

relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

Em relação às Metas específicas 7 e 8/2016 do CJF, não se aplica a unidade, em razão de sua competência cível.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	8
Recebidos para lavratura de acórdão	2
Outras situações	14
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, nem para voto-vista. Existem 8 feitos para declaração de voto. Neste universo, não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	12
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência processos conclusos para revisão ou declaração de voto. Existe 1 para voto-vista. Nessas situações há 1 feito sem movimentação há mais de 30 dias (0000793-94.1993.4.03.6003).

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque - identificação e julgamento dos processos prioritários por determinação legal.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 119 processos selecionados para inspeção, 99 foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

A amostragem revelou a existência de 67 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2005.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias, os processos:

199503010542401	199761000132640	199761825113775
199803010501321	199960000070252	199961000444490
199961820247348	200003990032587	200161000175462
200161120056968	200161150005010	200261000050128
200261020127660	200261050093020	200261820425835
200361000128419	200460000087810	200461000066832
200461000184178	200461000341673	200461070040753
200461080082460	200503990440432	200560000098940
200561000186404	200561070083082	200561150017302
200561820046813	200603000494197	200603990199435
200603990339490	200603990350393	200660000003178
200661000160160	200661030078808	200661230020097
200661820112139	200761000085013	200761000257444
200761040123657	200761060016380	200761090052282
200761090093624	200761120060100	200761190066023

200761200068850	200761220020706	200803000184119
200803000198260	200803000344196	200803990210403
200803990304756	200803990439169	200803990507291
200861000235568	200861000243085	200861000249361
200861000251628	200861060080164	200861090015472
200861220001418	200861220002058	200861250027264
200903000132264	200961000034476	200961040014531
200961050094729	200961060011031	200961070077786
200961090026905	200961120115870	201003990021054
201003990101992	201061000077349	201061100062990
201103000034560	201103000181427	201103990006409
201103990109594	201103990172760	201161190010719
201203000275128	201203000287088	201303000058663
201503000001133	201503000069323	201503000094767

b) julgar, no prazo de 60 dias, o processo: 0000793-94.1993.4.03.6003.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que ainda não existe tramitação célere do acervo em geral, muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há mais de três anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo, exigindo, contudo, a adoção de esforços para reduzir o quantitativo de processos conclusos há mais de 3 anos.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

a) triagem inicial de processos: é realizado regularmente pelos servidores, havendo a separação pela matéria, pela urgência;

b) classificação e separação física de processos: é realizado regularmente pelos servidores responsáveis pelos processos;



c) especialização de servidores por matéria ou fase processual: é realizada a separação por matéria;

d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ: é realizada triagem e priorização dos feitos com prioridade legal e os processos que integram meta do CNJ;

e) medidas de conciliação e desistência de recursos: não é realizado, em face do tipo de matéria ser eminentemente de interesses indisponíveis (tributário, administrativo etc);

f) priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa: há priorização dos feitos;

g) controle de prazo para julgamento de feitos: o gabinete realiza o controle;

h) há fixação de metas com a participação dos servidores;

i) planejamento e avaliação periódica de atividades: é realizado planejamento e avaliação periódica das atividades pelos assessores com a supervisão do Desembargador;

j) desempenho: o gabinete tenta manter o número de processos julgados maior do que o número de entrada de processos;

k) produtividade e metas: é avaliado regularmente o desempenho dos servidores, utilizando-se critérios relacionados com a complexidade da matéria e a capacidade do servidor;

l) gestão de pessoal e recursos materiais: possui problema atual com a perda 1 dos 4 estagiários e também problemas em vista também decorrentes do corte orçamentário neste ano, com perspectiva de redução ainda maior do número de estagiários, diante de impossibilidade de novas contratações depois que os contratos atuais forem vencendo. Encontra-se, até o presente momento, sem problemas com relação aos recursos materiais;

m) atendimento a advogados: o atendimento é realizado por 2 servidores que ocupam cargos de chefia – um chefe de gabinete e um assessor - e pelo Desembargador, que atende a qualquer horário ou mediante agendamento, se for da conveniência do advogado; e

n) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores: o chefe de gabinete anterior e a atual monitoraram se houve o cumprimento integral das determinações da inspeção de 2014.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

- a) Desembargador atua há menos de um ano no acervo;
- b) equipe bem organizada e estimulada a reduzir o acervo geral do gabinete.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

- a) cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;
- b) utilizar classe própria com numeração própria para os procedimentos de restauração de autos;
- c) determinar o julgamento do processo de restauração de autos (2015.03.00.007945-6) em 90 dias;
- d) estabelecer sistemática para levar a julgamento no colegiado os processos com liminar concedida há mais de 90 dias e ainda não julgados;
- e) estabelecer sistemática para julgamento dos agravos e embargos de declaração em até 90 dias;
- f) apresentar plano de trabalho, no prazo de 60 dias, a fim de se estabelecer estratégia de redução do acervo e de prioridade de julgamento dos processos de Metas do CNJ;
- g) pelo prazo de dois anos, informar semestralmente à Corregedoria-Geral da Justiça Federal sobre os resultados efetivos do plano de trabalho a ser apresentado (alínea anterior).

**GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ NEKATSCHALOW**

**Especialidade:** Criminal, a partir de 2/7/2014, e residual

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **ANDRÉ NEKATSCHALOW**

**1.2. Órgãos de atuação:** 5ª Turma e 4ª Seção.

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 21/5/2003.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador Federal André Nekatschalow.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	18	0	0	0	4	22	16
Inspeção/2016	18	0	0	0	5	23	16

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, à exceção de mais um estagiário. O Gabinete do Desembargador Federal André Nekatschalow conta, atualmente, com 18 servidores e 5 estagiários. Não houve incremento e nem redução na força de trabalho destinada à atividade-fim, que conta com 16 servidores.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	3.076
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	1.308
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	2.063
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	534
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	0
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

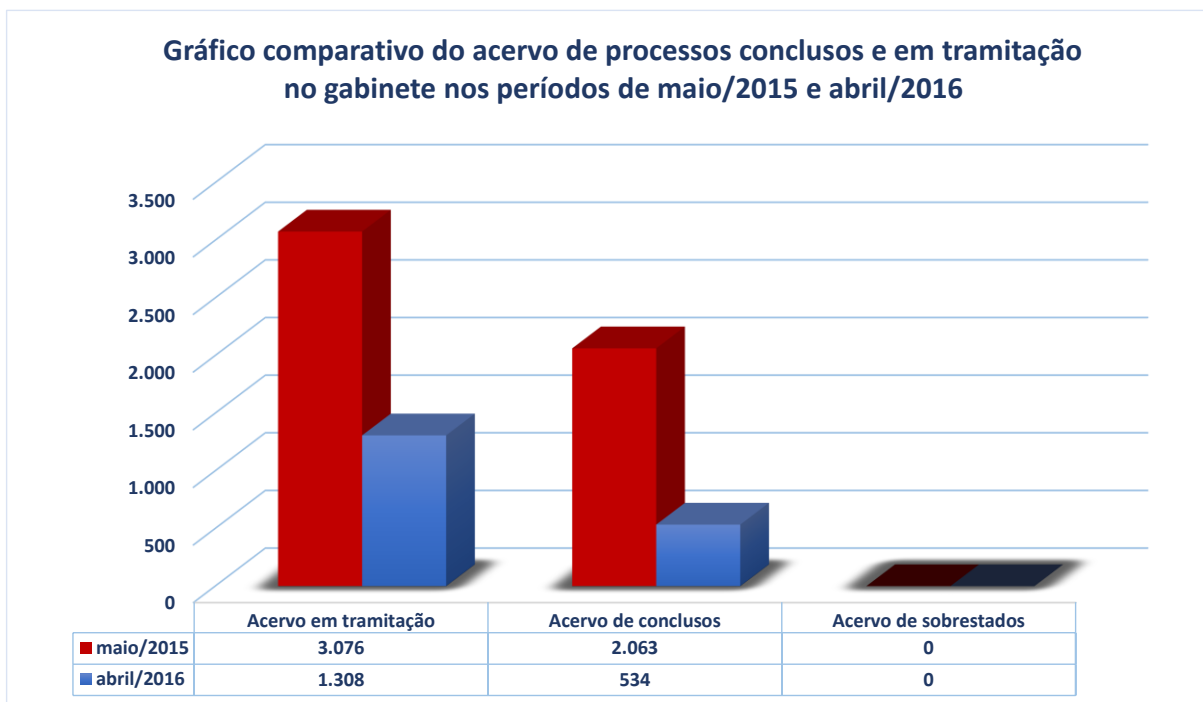
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu consideravelmente, passando de 2.063 em maio de 2005, para 534 em abril de 2016. A redução de 1.529 processos representa pouco mais de 74% do acervo, o que foi considerado bastante significativo.

Importante destacar que não se verificou processos sobrestados no Gabinete, seja em decorrência de decisão proferida pelo STF/STJ, seja em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação na Corte Especial ou sobrestamento determinado pelo próprio relator.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 534 conclusos. Este dado, ao ser cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim - 16 servidores - resultou em 33,375 processos por servidor. A proporção processo/servidor foi considerada muito boa, e apta a gerar serviço jurisdicional de qualidade por parte do Gabinete.

Demais disso, o acervo total do Gabinete em trâmite no Tribunal apresentou diminuição de 1.768 processos no período de um ano.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	936
Total de processos (saídas)**	2.654
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-1.718
Processos distribuídos	891

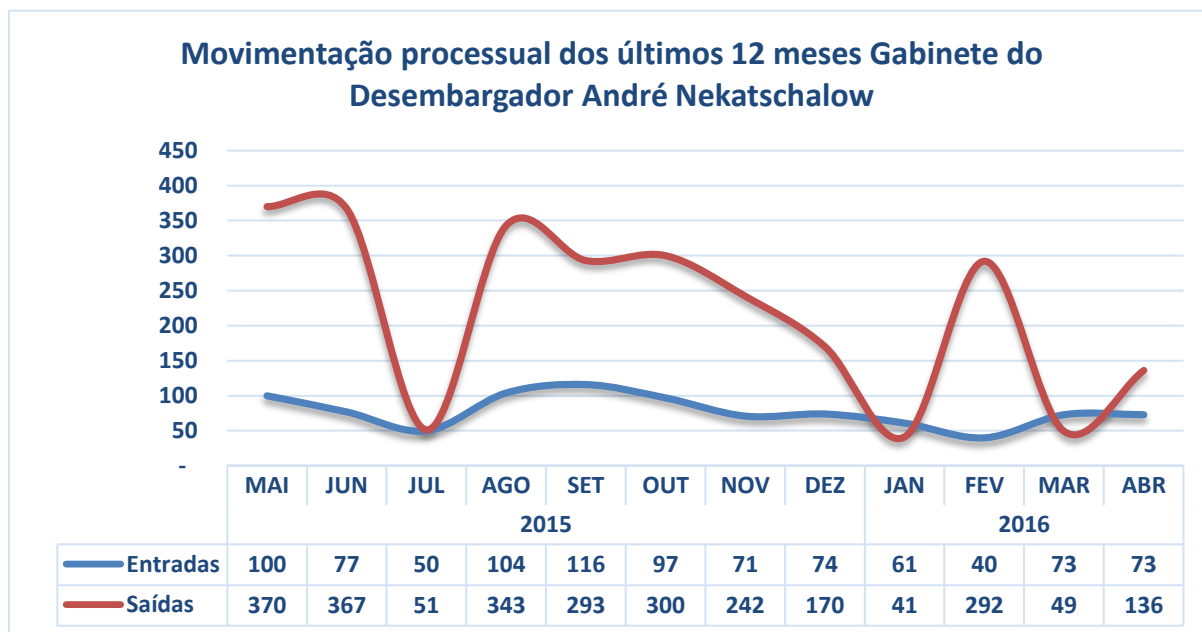
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 936 e saída de 2.654 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria do Conselho da Justiça Federal como boa prática de gestão processual e administrativa. Cuida-se efetivamente de Gabinete com boas práticas de gerenciamento de processos e volume de trabalho elevado que resultam, em conjunto, na redução significativa do acervo.

O gráfico, a seguir, demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	900
Processos julgados em mesa	244
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	1.371
<b>Total geral</b>	<b>2.515</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	32%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 2.515 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 891; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 244 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.371 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 32%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	132
b. Agravo Legal/Regimental	105

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 132 embargos de declaração e 105 agravos legais/regimentais.

Existe apenas um processo com decisão liminar há mais de 90 dias e ainda não levado para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	2
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	21
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	29
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	38
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	49
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	47
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)</b>	
Meta 7 - Baixar quantidade maior de processos criminais do que casos novos no ano corrente (abril/2016)	
Casos novos criminais	858
Processos criminais baixados	773
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 187 processos, representando 35% do acervo de processos conclusos na unidade (534).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, **POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO**, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW

Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	0	0
1996	0	0	0
1997	0	0	0
1998	0	1	0
1999	1	0	1
2000	2	0	0
2001	1	0	0
2002	2	0	0
2003	2	0	0
2004	0	1	1
2005	1	0	1
2006	35	4	0
2007	137	66	5
2008	398	204	29
2009	302	182	31
2010	351	227	38
2011	462	305	60
2012	543	361	63
2013	814	359	64
2014	344	308	35
2015	0	131	113
2016	0	0	93
<b>Total</b>	<b>3.395</b>	<b>2.149</b>	<b>534</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados em proporções que se equivalem. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 3.395; atualmente, há 534 feitos conclusos. Houve significativa diminuição no número de processos conclusos no último ano. Verifica-se que no acervo atual são poucos os processos com conclusão anterior ao ano de 2009, a saber: 1 de 1999, 1 de 2004, 1 de 2005, 5 de 2007, 29 de 2008, 31 de 2009, 38 de 2010, 60 de 2011, 63 de 2012, 64 de 2013, 35 de 2014, 113 de 2015, e 93 até abril do corrente ano, o que revela uma boa gestão de gabinete e organização do fluxo de processos a serem julgados.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a Unidade trabalha com processos



distribuídos, em sua grande maioria, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, relativa aos processos distribuídos até 31/12/2014, e à Meta 6/2016, que diz respeito aos feitos distribuídos até 2012, apurados em abril/2016, constatou-se a inexistência de processos com esses parâmetros. Há inequívoca demonstração de esforço da unidade jurisdicional no sentido de alcançá-las considerando, especialmente, a relevância das matérias objeto dessas metas.

Em relação à Meta específica 7/2016, ingressaram 858 novos casos e foram baixados 773 processos criminais, o que demonstra saldo desfavorável de 85 feitos. Entretanto, considerando a expressiva redução do acervo no último ano, pode-se afirmar que a unidade está buscando atendê-la, ao mesmo tempo em que trabalha para a extinção do acervo de matérias residuais, anteriores à especialização em matéria criminal.

Demais disso, como se trata de acervo dúplice, que possui competência cível remanescente e com nova distribuição apenas em matéria criminal, pode ser considerada uma estratégia correta a priorização para julgamento do acervo cível remanescente – visando sua pronta extinção – e posterior foco na nova competência que é exclusivamente penal.

Com relação à Meta específica 8/2016, não se verificou processos na Unidade.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	22
Recebidos para voto-vista	5
Recebidos para declaração de voto	7
Recebidos para lavratura de acórdão	5
Outras situações	12
<b>TOTAL</b>	<b>51</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Em relação a esses feitos acima, não se discute que eventual pendência depende de providência externa à Unidade inspecionada.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	4
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	5
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da Unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de processos conclusos para revisão ou para declaração de voto. Foram identificados 4 processos com pedido de vista e 5 em outras situações, sendo que 4 deles sem movimentação há mais de 30 dias, a saber: ACR 2008.61.05.005898-8, ACR 2011.61.19.006575-7, ACR 2013.61.26.004004-2 e ACR 2013.61.26.004409-6, para os quais recomenda-se a movimentação em 60 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade observa os procedimentos a serem adotados.

### **3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:**

Dos 61 feitos selecionados para inspeção, foram inspecionados fisicamente 51 processos, considerando que os demais estavam com carga, dentro do prazo.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual. De todo modo, esses processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

A amostragem revelou a existência de 20 recursos, distribuídos antes de 2014, sem movimentação. Em todos esses foi recomendado o julgamento no prazo de 90 dias. O mais antigo processo encontrado foi a Apelação Cível 1999.61.05.009021-2, distribuída em 17/3/2009.

Também verificou-se a existência, na amostragem, de 9 feitos criminais com réus presos, dos quais 1 está vinculado a processo originário (HC 2015.03.00.026770-4) e 8 a apelações criminais (2014.61.03.003291-0, 2014.61.05.006471-0, 2012.60.05.002295-8, 2012.61.03.000881-8, 2014.61.19.009788-7, 2014.61.81.013433-0,

2015.61.10.005366-3 e 2015.61.19.000227-3). Em todos foi recomendado o julgamento no prazo de 60 dias, em razão do cerceamento da liberdade do paciente/réus.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias:

1999.61.05.009021-2	2000.61.00.020722-7	2001.61.15.000102-7
2002.60.00.007377-1	2002.61.09.006953-3	2002.60.00.007388-6
2003.61.21.003505-7	2004.60.00.002606-6	2005.60.00.001012-9
2005.60.00.003833-4	2005.60.00.004414-0	2005.61.00.004791-0
2005.61.00.007208-3	2005.61.00.007774-3	2005.61.00.028579-0
2005.61.10.006130-7		

b) julgar, no prazo de 60 dias:

2014.61.03.003291-0	2014.61.05.006471-0	2012.60.05.002295-8
2012.61.03.000881-8	2014.61.19.009788-7	2014.61.81.013433-0
2015.03.00.026770-4	2015.61.10.005366-3	2015.61.19.000227-3

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo. Ao contrário, verificou-se a redução contínua do acervo.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

a) é feita a triagem inicial, a classificação e separação física de processos recebidos na unidade;

b) há especialização de servidores por matéria (cível e criminal);

- c) há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ;
- d) há priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa;
- e) observam-se metas de trabalho, com planejamento e avaliação periódica de atividades;
- f) é feito o controle da prescrição nos processos criminais, com base na pena mínima e na efetivamente aplicada;
- g) há julgamento prioritário dos processos criminais com sentença absolutória; e
- h) há prioridade para a elaboração de voto revisor nos processos criminais.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A equipe verificou a regularidade dos trabalhos desenvolvidos na Unidade, o que tem refletido na expressiva redução dos processos conclusos. A equipe crê que é decorrente especialmente da permanência do Desembargador Federal André Nekatschalow com o mesmo acervo desde 21/5/2003.

## **6) RECOMENDAÇÕES/SUGESTÕES:**

a) dar prioridade no julgamento dos processos cíveis remanescentes, para viabilizar, no menor prazo possível, o trabalho apenas com processos criminais, em razão da especialização da 5ª Turma/4ª Seção, em 2/7/2014;

b) trabalhar nos processos criminais com pautas temáticas, para melhor envolvimento dos servidores da assessoria com as matérias a serem analisadas e propiciar uma maior produtividade, com redução no risco de decisões discrepantes ou até mesmo divergentes sobre um mesmo tema, com prejuízo para a uniformização da jurisprudência da Turma/Seção;

c) processar em apartado os procedimentos cautelares, que deverão compor autos distintos da ação penal principal. Os incidentes decorrentes da prisão cautelar, da quebra de sigilo e da busca e apreensão não devem ser processados no feito principal. Aqueles, porventura existentes, devem ser desentranhados – com os respectivos documentos – para autuação em autos próprios;

d) considerando o que foi decidido no Processo Administrativo 1.00.000.013859/2014-37, pela Segunda Câmara de Coordenação e Revisão do

Ministério Público Federal, no sentido de que “nada impede que um membro da PRR-3ª Região exerça a função de parte oferecendo as contrarrazões ao recurso e, por distribuição, outro membro exerça a função de *custus legis* ofertando o devido parecer, em nome da celeridade processual”, recomenda-se a adoção de procedimento único no âmbito das duas turmas que compõem a 4ª Seção, a fim de evitar o retorno dos autos à Primeira Instância, quando as razões do recurso são apresentadas perante o Tribunal. A ausência de razões ou contrarrazões do Ministério Público Federal é ônus da parte titular da ação penal, não havendo responsabilidade funcional da unidade jurisdicional no envio de autos à primeira instância, prejudicando o andamento do feito e tutelando interesse processual da parte.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO FONTES**

**Especialidade:** Criminal, a partir de 2/7/2014, e residual

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **PAULO GUSTAVO G. FONTES**

**1.2. Órgãos de atuação:** 5ª Turma e 4ª Seção.

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 1/4/2013.

No período de cinco anos, o Magistrado requereu remoções internas. Atuou na 8ª Turma e 3ª Seção de 24/2/2012 a 31/3/2013 e depois assumiu o acervo atual em 1/4/2013 na 5ª Turma da 1ª Seção, antes da especialização em matéria criminal em 2/7/2014, quando passou a integrar a 5ª Turma da 4ª Seção.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador Federal Paulo Fontes.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	15	1	0	0	3	19	15
Inspeção/2016	15	1	0	0	2	18	15

A força de trabalho em exercício sofreu alteração em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, com a diminuição de 1 estagiário. Conta, atualmente, com 18 auxiliares. Contudo, não houve alteração no número de servidores (15) da força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	6.124
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	4.925
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	5.039
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	4.003
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	0
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

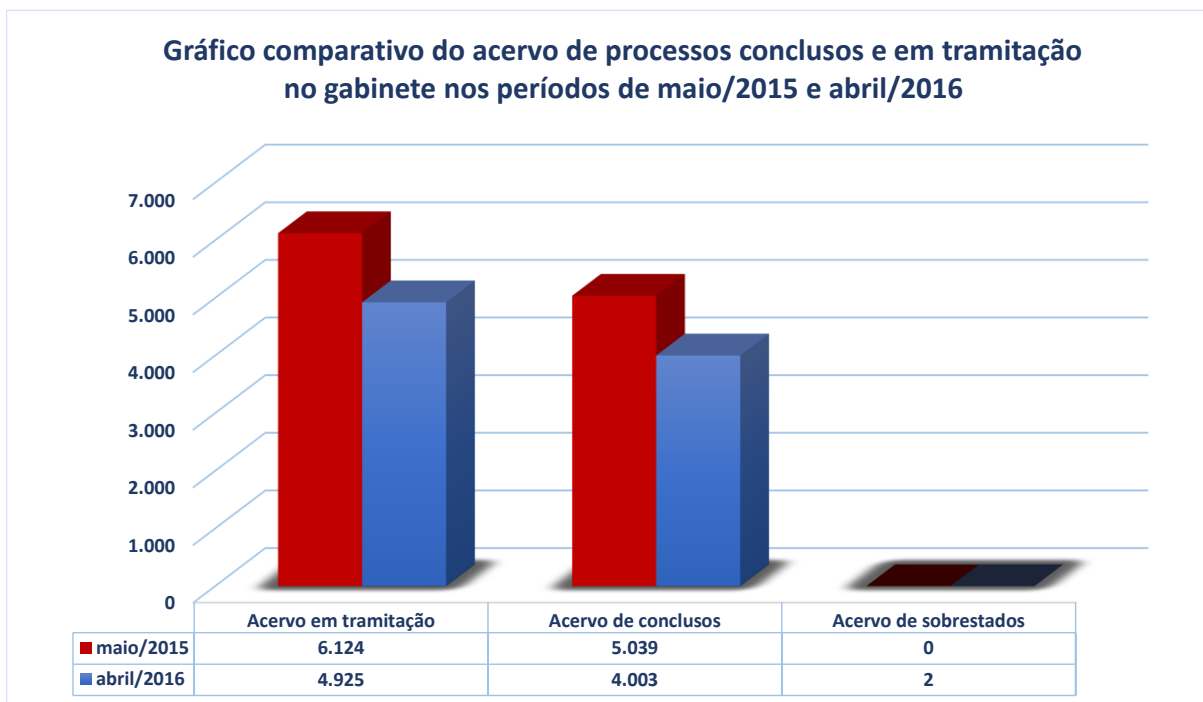
Nos últimos doze meses, o acervo processual concluso diminuiu em 1.036 processos e o número de feitos sobrestados passou para 2 processos.

Importante destacar, no tocante aos processos sobrestados, que decorrem de determinação do próprio relator.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 4.003 processos conclusos, que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 266,86 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 1.199 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	987
Total de processos (saídas)**	2.177
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-1.190
Processos distribuídos	906

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

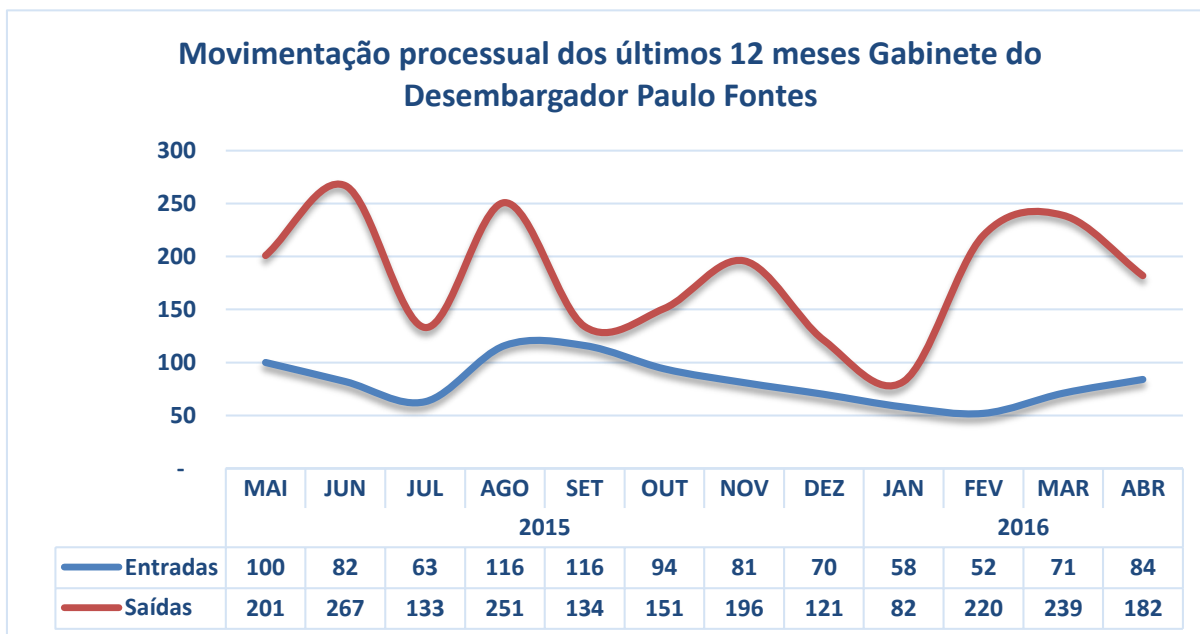
Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 987 e saída de 2.177 processos, resultando em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria-Geral como resultado de boa prática de gestão processual e administrativa. Constata-se, entretanto, que a redução no número de processos distribuídos decorre, também, da especialização em matéria criminal, sem nova distribuição cível. Neste particular, é preciso registrar que o acervo residual – todo ele não criminal – precisa ser julgado no menor prazo possível, para que o Gabinete possa trabalhar apenas com os processos penais.



O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	1.556
Processos julgados em mesa	202
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	239
<b>Total geral</b>	<b>1.997</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	4%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.997 processos nos últimos 12 meses, enquanto o número de feitos distribuídos foi de 906. Constata-se que o número de feitos julgados superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 202 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 239 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 4 %.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	109
b. Agravo Legal/Regimental	42

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 109 embargos de declaração e 42 agravos legais/regimentais.

Verificou-se a existência de 4 agravos de instrumento com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado. São eles: 2009.03.00.005830-1, distribuído em 26/2/2009; 2009.03.00.006985-2; distribuído em 5/3/2009; 2009.03.00.013689-0, com data de distribuição de 22/4/2009; e 2009.03.00.017008-3, distribuído em 18/5/2009.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	12
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	231
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	400
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	358
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	444
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	502
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	541
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)</b>	
Meta 7 - Baixar quantidade maior de processos criminais do que casos novos no ano corrente (abril/2016)	
Casos novos criminais	828
Processos criminais baixados	1.184
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	7

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 2.489 processos, representando 62% do acervo de processos conclusos na unidade, que é de 4.003 feitos.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, **POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO**, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. PAULO FONTES			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	1	0	0
1996	0	0	0
1997	0	1	0
1998	2	1	1
1999	2	2	1
2000	5	2	1
2001	9	12	6
2002	3	4	0
2003	4	6	1
2004	3	7	1
2005	8	7	2
2006	29	31	13
2007	380	313	235
2008	597	478	392
2009	570	467	356
2010	731	581	453
2011	783	609	493
2012	958	694	534
2013	1.630	1.194	796
2014	412	712	403
2015	0	121	211
2016	0	0	104
<b>Total</b>	<b>6.127</b>	<b>5.242</b>	<b>4.003</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados em velocidades equivalentes. O acervo de processos concluídos em abril/2014 era de 6.127 e atualmente há 4.003. Portanto, verifica-se diminuição dos feitos concluídos a partir de abril de 2014. A maior parte do acervo é do ano de 2013, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2006.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Em conversa com a servidora Chefe de Gabinete foi informado que o julgamento dos feitos remanescentes obedece à ordem de antiguidade e às preferências estabelecidas pelas metas do CJF e CNJ. Contudo, atualmente a

unidade trabalha com processos distribuídos no ano 1998, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal. Deve-se registrar que existe no acervo 1 processo de 1998, 1 de 1999, 1 de 2000, 6 de 2001, nenhum de 2002, 1 de 2003, 1 de 2004, 2 de 2005, 13 de 2006, que devem ter o julgamento priorizado, muito embora tenha havido informação da observância desta prioridade.

Não foram encontrados processos de Meta 4/2016 do CNJ - distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016.

Em relação às Metas específicas 7 e 8/2016 do CJF, verificou-se que a Unidade está buscando atendê-las, muito embora o tamanho do acervo não permita pleno êxito.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para declaração de voto	3
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	3
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete para revisão e que 2 processos aguardam voto-vista, 3 declaração de voto, 1 lavratura de acórdão, em outros gabinetes. Neste universo, não há processos aguardando providências há mais de 30 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	20
Recebidos para voto-vista	3
Recebidos para declaração de voto	2
Recebidos para lavratura de acórdão	2
Outras situações	3
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência, em abril de 2016, de 20 processos conclusos para revisão, 3 para voto-vista e 2 para declaração de voto. Nessas situações não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias e os processos recebidos para revisão já haviam sido encaminhados para a secretaria processante com pedido de dia para julgamento, quando a Unidade foi inspecionada.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

### **3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:**

Dos 117 processos selecionados para inspeção, 107 foram inspecionados: todos físicos. 10 processos estavam fora da unidade inspecionada.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com os registros processuais pertinentes.

Os 10 processos que tramitavam em unidades externas e que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base nos respectivos extratos processuais. De todo modo, esses 10 processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

A amostragem revelou a existência de 21 processos sem movimentação desde a distribuição. O mais antigo é a Apelação Cível 1982.61.00.484018-2, distribuída em 6/4/2010, que aguarda exame desde então.

Também se verificou a existência, na amostragem, de 16 feitos criminais com indicação de réu preso, dos quais 2 estão vinculados a processos originários (Embargos Infringentes e de Nulidade 2013.61.19.007678-8 e 2014.61.19.002037-4) e 14 vinculados a apelações criminais, das quais 4 não estavam fisicamente disponíveis (2012.61.19.008403-3, 2015.61.02.002626-6, 2015.61.05.001616-0 e 2015.61.19.004163-1). Em um deles, a prisão preventiva foi convertida em prisão domiciliar (2014.61.81.008578-1) e na ACR 2012.61.26.006028-0 a prisão preventiva, na verdade, decorre de decisão proferida em outro processo criminal (2008.61.81.016329-9).

Na Unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar no prazo de 90 dias:

2000.61.06.006768-9	2007.03.00.021920-8	2007.03.00.034013-7
2008.03.00.016993-3	2008.03.00.017120-4	2009.03.00.005830-1

2009.03.00.006985-2	2009.03.00.013689-0	2009.03.00.017008-3
2009.03.00.018271-1	2010.03.00.021948-7	2010.03.00.032369-2
2010.03.00.035174-2	2010.03.00.036694-0	2011.03.00.016312-7
2002.60.00.000297-1	2001.61.00.030505-9	2001.61.05.006138-5
2001.61.05.004612-8	2002.60.02.003294-4	2002.61.00.004286-7
2001.61.16.001193-5	2002.60.00.002566-1	2002.61.00.005989-2
1982.61.00.484018-2	2002.60.00.005551-3	2005.60.00.005078-4
1993.03.01.082027-1	1991.61.00.006959-9	1990.61.00.010671-3
1994.61.07.802106-5	2002.03.99.029670-8	2003.61.04.013733-0
1999.03.99.007661-6	2003.61.00.024115-7	2002.61.00.005745-7
2002.61.00.001589-0	2003.61.00.032138-4	1994.61.82.504436-3
2001.61.02.003232-2	2004.61.04.001968-3	2001.61.10.001452-0
2002.03.99.029734-8	2004.61.04.009539-9	1999.03.99.031126-5
1999.03.99.073260-0	2001.61.04.005029-9	2005.60.00.002526-1
2006.61.00.011866-0	2007.03.99.048803-6	2006.61.27.002436-3
2001.61.00.030670-2	1999.60.02.000674-9	2002.61.00.000113-0
1999.61.00.016667-1	2002.61.00.000047-2	1999.03.99.096579-4
1989.61.00.027171-0	2006.03.99.047202-4	2001.61.04.005108-5
1991.60.00.005690-6	1999.60.00.002332-8	2006.03.99.042383-9
1999.61.81.000215-0	2002.60.00.000256-9	2002.61.00.007194-6
2002.60.00.004138-1	2002.60.00.006580-4	1999.60.00.005307-2
2002.60.00.002181-3		

- b) julgar no prazo de 60 dias os processos 2013.61.81.015338-1, 2014.61.20.005611-6, 2015.61.20.003638-9, 2014.61.20.005612-8;
- c) acompanhar o andamento das Apelações Criminais 2015.61.02.002626-6, 2015.61.05.001616-0 e 2015.61.19.004163-1 que foram listadas por indicarem a existência de réu preso. Estes feitos não foram inspecionados por não se encontrarem na unidade da data da inspeção. Fixou-se o prazo de julgamento em 60 dias.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar a regular tramitação do acervo em geral, sem problemas específicos avistados. Contudo, alguns feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos,

conforme pontuado acima, o que exige um plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo cível.

Em conversa com o titular do gabinete, o Desembargador Federal Paulo Fontes, foi acordado procedimento de emergência para solução do acervo cível remanescente no menor tempo possível. Os termos do planejamento acordado mutuamente constam do item 6 do presente relatório.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo digno de nota no acervo criminal. Demais disso, verifica-se a redução contínua do acervo de 2014 até a data da inspeção, em decorrência da especialização em matéria criminal, porém sem atingir pleno êxito.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

a) é feita a triagem inicial, a classificação e separação física de processos recebidos na unidade;

b) há especialização de servidores por matéria (cível e criminal);

c) há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ;

d) há priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa;

e) observam-se metas de trabalho, com planejamento de atividades;

f) é feito o controle da prescrição nos processos criminais, com base na pena mínima e na efetivamente aplicada; e

g) há prioridade para a elaboração de voto revisor nos processos criminais.

#### **5) RECOMENDAÇÕES:**

a) dar prioridade no julgamento dos processos cíveis remanescentes, para viabilizar, no menor prazo possível, o trabalho apenas com processos criminais, em razão da especialização da 5ª Turma/4ª Seção, em 4/7/2014;

b) em decorrência do item anterior, elaborar planejamento específico para julgamento, em 7 meses, do remanescente cível existente no Gabinete. A sugestão dada – e aceita – foi a de julgamento imediato dos feitos criminais de entrada no Gabinete em data anterior a 31/12/2014, e posterior utilização de toda a força de trabalho em regime de mutirão interno para triagem, separação em lotes e enfrentamento do acervo

remanescente para julgamento temático em bloco, separando-se questões de direito de questões de fato que envolvam apreciação de prova. Nesse ínterim, apenas 1 servidor ficaria encarregado de *habeas corpus* e demais demandas criminais urgentes. Desta forma, o gabinete permaneceria até o mês de dezembro destacado em atenção absoluta aos feitos cíveis, que em sua totalidade são anteriores a 4/7/2014, data da especialização da Turma e da Seção;

c) trabalhar nos processos criminais com pautas temáticas, para melhor envolvimento dos servidores da assessoria com as matérias a serem analisadas e propiciar uma maior produtividade, com redução no risco de decisões discrepantes ou até mesmo divergentes sobre um mesmo tema, com prejuízo para a uniformização da jurisprudência da Turma/Seção;

d) processar em apartado os procedimentos cautelares, que deverão compor novos autos distintos da ação penal principal. Os incidentes decorrentes da prisão cautelar, da quebra de sigilos e da busca e apreensão não devem ser processados no feito principal. Aqueles porventura existentes devem ser desentranhados – com os respectivos documentos – para nova autuação em autos próprios;

e) verificar, quando da chegada de apelação criminal no Gabinete, a existência de processos prescritos pela pena em concreto, ou em razão da pena em abstrato nos casos de sentença absolutória, e priorizar a elaboração de decisão, para evitar a permanência desnecessária dos autos no acervo;

f) priorizar o julgamento das apelações criminais com sentença absolutória e parecer da Procuradoria Regional da República da 3ª Região pelo não provimento do recurso da acusação;

g) acompanhar o andamento das Apelações Criminais 2015.61.02.002626-6, 2015.61.05.001616-0 e 2015.61.19.004163-1, que foram listadas por indicarem a existência de réu preso, mas não foram inspecionadas por não se encontrarem na unidade da data da inspeção; e

h) considerando o que foi decidido no Processo Administrativo 1.00.000.013859/2014-37, pela Segunda Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no sentido de que “nada impede que um membro da PRR-3ª Região exerça a função de parte oferecendo as contrarrazões ao recurso e, por distribuição, outro membro exerça a função de *custus legis* ofertando o devido parecer, em nome da celeridade processual”, recomenda-se a adoção de procedimento único no âmbito das duas turmas que compõem a 4ª Seção, a fim de evitar o retorno dos autos à Primeira Instância, quando as razões do recurso são apresentadas perante o Tribunal. A ausência de razões ou contrarrazões do Ministério Público Federal é ônus da parte titular da ação penal, não havendo responsabilidade funcional da unidade jurisdicional no envio de autos à primeira instância, prejudicando o andamento do feito e tutelando interesse processual da parte.



**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL MAURICIO KATO**

**Especialidade:** Criminal e residual cível.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **MAURICIO KATO**

**1.2. Órgãos de atuação:** 5ª Turma, 4ª Seção.

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 11/12/2014 (Ato 12.615/14, da Presidência do TRF 3ª Região, disponibilizado no D.O. de 15/12/2014).

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juiz federal convocado para auxílio no gabinete. A Juíza Federal Marcelle Carvalho foi convocada para substituição, em razão das férias do titular, pelo Ato PRESI 241, de 8/4/2016.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral não foi recebida pelo Desembargador Federal Maurício Kato, em razão de férias e compensação no período de 17 de maio a 16 de junho de 2016, mas foi recebida pela Juíza Federal Marcelle Carvalho.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	14	-	01	-	03	18	12
Inspeção/2016	12	-	01	-	04	17	12

A força de trabalho em exercício sofreu alteração em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014. Há defasagem de um auxiliar no quadro do gabinete. Não houve alteração no número de servidores da força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	9.130
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	7.271
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	8.094
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	6.090
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	92
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

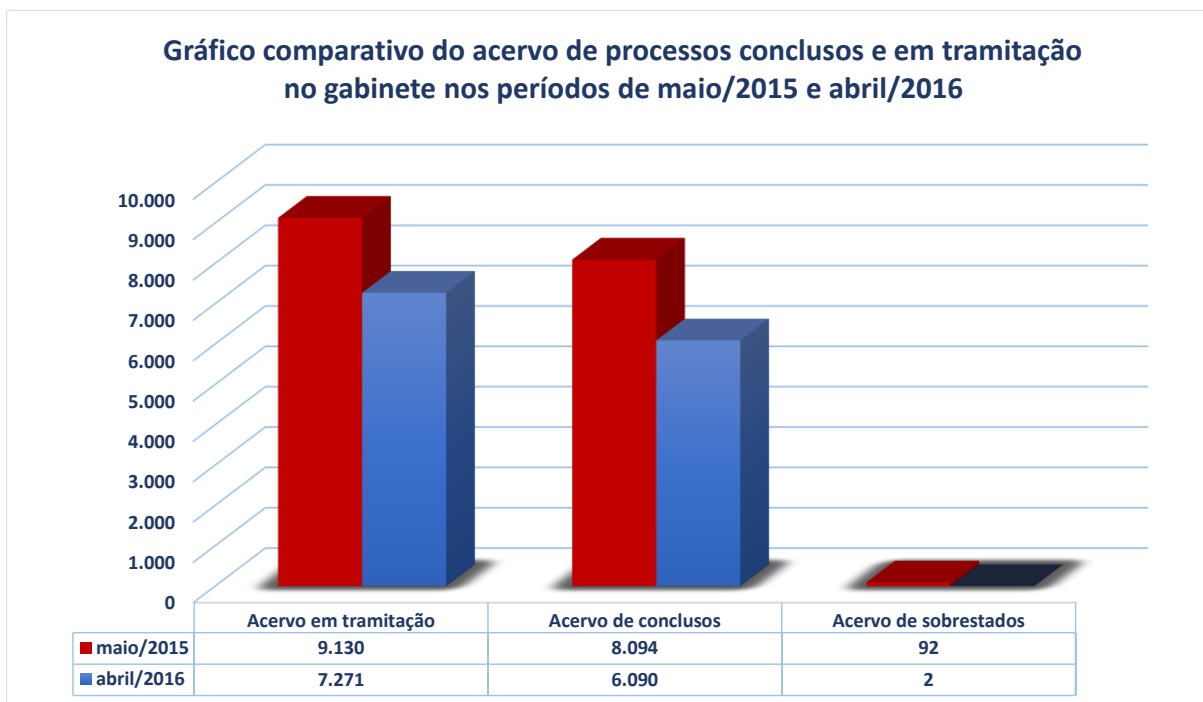
Nos últimos doze meses, o acervo de feitos conclusos diminuiu em 2.004 processos e o número de sobrestados reduziu para apenas 2 feitos.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que não há feitos nesta condição por decisão proferida pelo STF/STJ ou em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação na Corte Especial. Os feitos sobrestados decorrem de decisão monocrática do relator que suspendeu o trâmite e o prazo prescricional de ações penais, em razão de parcelamento do crédito tributário, sendo que ainda há, segundo informação do gabinete, outros 9 processos em igual situação.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 6.090 processos conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 507 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 1.859 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, é possível observar:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	962
Total de processos (saídas)**	2.709
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-1.747
Processos distribuídos	904

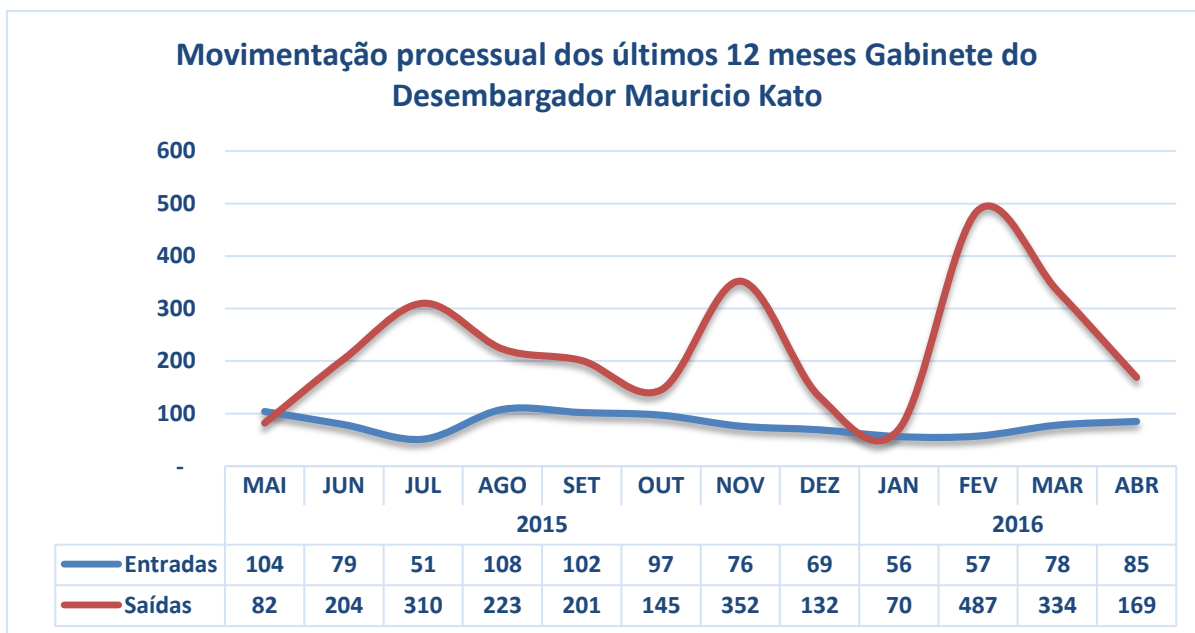
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses houve entrada de 962 e saída de 2.709 processos, resultando, assim, em redução do acervo. A redução merece nota bastante positiva, mas é necessário consignar que essa redução também decorre da especialização da 5ª Turma em matéria criminal, em julho de 2014, quando cessou a distribuição de feitos cíveis.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	2.082
Processos julgados em mesa	166
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	335
<b>Total geral</b>	<b>2.583</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	5%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 2.583 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 904; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 166 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 335 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 5%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	126
b. Agravo Legal/Regimental	32

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 126 embargos de declaração e 32 agravos legais/regimentais.

Existem 4 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	802
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	243
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	462
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	645
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	508
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	591
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	613
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	651
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	1
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	6

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)</b>	
Meta 7 - Baixar quantidade maior de processos criminais do que casos novos no ano corrente (abril/2016)	
Casos novos criminais	831
Processos criminais baixados	643
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	61

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 4.515 processos, representando 74,14% do acervo de processos conclusos na unidade (6.090). Dada a importância do cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ, é no mínimo preocupante que mais de 2/3 do acervo concluso já assim esteja há mais de 4 anos, em confronto com a prioridade determinada pelo próprio Conselho.

Contudo, é digna de nota a data da chegada do Desembargador Mauricio Kato a este gabinete – 11/12/2014 – o que permite compreender que o acúmulo não se deve a qualquer omissão de sua parte. Porém, faz-se mister apresentar plano de trabalho detalhado que indique à Corregedoria-Geral a metodologia a ser utilizada para vencer o acervo remanescente e enfrentar o crescente aumento da distribuição de feitos criminais.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, **POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO**, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. MAURICIO KATO			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	1	1	0
1992	0	0	0
1993	1	1	0
1994	1	0	0
1995	2	1	0
1996	2	2	0
1997	3	3	0
1998	8	4	0
1999	99	79	50
2000	98	79	56
2001	177	145	115
2002	185	143	109
2003	136	104	71
2004	348	302	223
2005	267	231	180
2006	419	344	243
2007	742	611	458
2008	1.088	888	630
2009	885	731	494
2010	1.003	811	564
2011	1.078	844	599
2012	1.277	962	595
2013	1.420	1.070	657
2014	485	812	471
2015	0	162	423
2016	0	0	152
<b>Total</b>	<b>9.725</b>	<b>8.330</b>	<b>6.090</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 9.725 feitos e, atualmente, há 6.090. Houve diminuição dos feitos conclusos a partir de abril de 2015. Verifica-se que a maior parte do acervo encontra-se regularmente distribuída entre os anos de 2007 a 2015, restando poucos feitos (106 processos) anteriores ao ano de 2000. Observa-se que o dado é positivo, mas ainda há a necessidade de redução do acervo

antigo, considerando que existem ainda 4.515 processos, distribuídos até 31/12/2012, pendentes de julgamento no gabinete (META 2/CNJ), que é um número bastante significativo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, não estão sendo adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Há um acúmulo considerável que implica necessidade de melhor escolha nos feitos a serem julgados. Atualmente, a unidade ainda trabalha com processos distribuídos no ano 1999, portanto, com mais de quinze anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, havia 1 processo; enquanto os da Meta 6/2016 eram 6. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

Em relação às Metas Específicas do CJF 7/2016 (baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente) e 8/2016 (Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12 do penúltimo ano), verificou-se que a unidade está buscando atendê-las. Contudo, é necessária uma priorização de julgamentos, uma vez que ainda há elevado número de processos (4.515) distribuídos até dezembro de 2012, pendentes de julgamento.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	4
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	6
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para o revisor. Verificou-se que há 4 feitos que aguardam voto-vista ou declaração de voto de outro desembargador federal. Neste universo, não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	4
Recebidos para declaração de voto	9
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	1
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da Unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de processos conclusos para revisão. Contudo, há 4 processos para confecção de voto-vista e 9 para composição de declaração de voto. Nessas situações há feitos sem movimentação há mais de 30 dias (processos 2012.61.81.006957-2, 2012.61.30.001875-0, 2009.61.00.021528-8 e 2007.61.81.001005-3), para os quais se recomenda a movimentação em 30 dias. Segundo informação colhida no gabinete, as Apelações Criminais 2012.61.81.006957-2, 2012.61.30.001875-0 e 2007.61.81.001005-3 já estão com andamento previsto para prática do ato no dia 17/6/2016, quando o Desembargador Maurício Kato retorna de férias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico - foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

### **3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:**

Dos 170 processos selecionados para inspeção, 161 foram inspecionados fisicamente, porque 9 estavam fora do gabinete.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam corretamente identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual. De todo modo, esses processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

A amostragem revelou a existência de mais de 60 processos sem movimentação desde a distribuição. O mais antigo remontando ao ano de 1999.

Verificou-se a existência, também, na amostragem, de 18 feitos criminais com réu preso, dos quais 3 estão vinculados a processos originários (Embargos Infringentes e de



Nulidade 2008.61.19.002510-4, 2012.61.05.010059-5 e 2013.61.19.007188-2) e 15 recurso (Apelações Criminais 2006.61.14.004287-0, 2012.60.05.002375-6, 2013.60.03.001145-5, 2013.61.05.010209-2, 2013.61.17.002091-1, 2013.61.19.007188-2, 2013.61.81.000152-0, 2013.61.81.003185-8, 2013.61.81.009756-0, 2014.60.06.001174-7, 2014.61.19.008243-4, 2014.61.24.000529-6, 2014.61.40.002471-8, 2015.61.17.000023-4 e 2015.61.17.000028-3).

Na Unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

- a) julgar em 30 dias a Apelação Criminal 2014.61.24.000529-6, com réus presos, condenados a penas inferiores a 8 anos;
- b) julgar os 18 feitos inspecionados, com réus presos, no prazo de 60 dias. Embargos Infringentes e de Nulidade 2008.61.19.002510-4, 2012.61.05.010059-5 e 2013.61.19.007188-2. Apelações Criminais:

2006.61.14.004287-0	2012.60.05.002375-6	2013.60.03.001145-5
2013.61.05.010209-2	2013.61.17.002091-1	2013.61.19.007188-2
2013.61.81.000152-0	2013.61.81.003185-8	2013.61.81.009756-0
2014.60.06.001174-7	2014.61.19.008243-4	2014.61.24.000529-6
2014.61.40.002471-8	2015.61.17.000023-4	2015.61.17.000028-3

- c) julgar, no prazo de 90 dias, as apelações cíveis, apelações criminais, remessas necessárias, cautelares inominadas e ações civis públicas:

1982.61.82.503764-2	1983.61.82.567315-0	1984.61.00.651526-0
1986.61.00.764266-2	1989.61.00.655968-5	1997.03.01.002464-2
1997.03.01.063118-2	1997.03.01.069700-4	1997.03.01.079896-9
1997.61.19.104597-4	1998.03.01.092367-7	1999.03.99.019750-0
1999.03.99.024385-5	1999.03.99.024852-0	1999.03.99.029740-2
1999.03.99.056187-7	1999.03.99.056407-6	1999.03.99.058472-5
1999.03.99.065607-4	1999.03.99.082531-5	1999.03.99.087061-8
1999.03.99.087585-9	1999.03.99.094492-4	1999.03.99.094818-8
1999.03.99.097121-6	1999.03.99.098568-9	1999.03.99.100726-2
1999.03.99.101647-0	1999.03.99.105040-4	1999.03.99.105213-9

1999.03.99.105561-0	1999.03.99.105566-9	1999.61.05.008640-3
1999.61.06.008681-3	2000.03.99.002333-1	2000.03.99.014156-0
2000.03.99.026152-7	2001.03.99.026994-4	2001.03.99.027686-9
2001.61.05.000476-6	2001.61.07.003602-5	2001.61.11.000106-5
2001.61.26.012553-7	2001.61.82.001253-6	2001.61.82.002204-9
2001.61.82.006948-0	2001.61.82.008055-4	2001.61.82.014233-0
2001.61.82.018408-6	2001.61.82.021032-2	2001.61.82.023906-3
2002.03.99.008328-2	2002.03.99.040428-1	2002.03.99.040447-5
2002.03.99.040510-8	2002.03.99.041317-8	2014.03.00.002196-6
2002.03.99.041460-2	2002.03.99.041546-1	2002.03.99.042423-1
2002.03.99.042648-3	2002.03.99.042896-0	2002.03.99.043485-6
2002.60.00.005023-0	2002.60.00.006119-7	2002.60.00.006347-9
2002.60.00.007447-7	2002.60.02.002448-0	2002.60.04.000630-6
2002.61.00.000043-5	2002.61.00.000107-5	2002.61.00.002288-1
2002.61.00.002776-3	2002.61.00.004798-1	2002.61.00.005430-4
2002.61.00.005769-0	2002.61.00.006859-5	2002.61.00.008459-0
2002.61.00.008460-6	2002.61.00.008470-9	2002.61.00.008877-6
2007.61.00.027231-7	2002.03.99.043514-9	2002.03.99.043938-6
2002.03.99.043957-0	2002.03.99.044014-5	2002.03.99.044719-0
2002.03.99.044724-3	2002.03.99.045157-0	2002.60.00.002378-0
2002.60.00.002599-5	2002.60.00.004120-4	2002.60.00.004192-7
2011.03.00.016553-7	2008.03.00.010599-2	2012.03.00.003457-5
2012.03.00.019685-0	2005.61.18.000692-6	2010.61.14.00.2696-0
2009.61.02.007633-6	2009.03.99.022625-7	2007.03.99.037446-8
2006.03.00.057892-7	2004.03.99.028752-2	2002.61.19.005283-0
2002.61.08.001398-1	2002.61.09.007088-2	2002.61.10.008907-9
2005.60.05.000390-0	2005.61.08.010663-7	2006.60.00.008230-3
2003.61.19.002269-5	2003.61.81.002683-3	2008.60.00.010374-1
2008.61.05.003601-4	2010.60.07.000518-0	2011.60.05.000236-0
2011.61.02.001640-1	2011.61.30.020143-5	2011.61.81.001658-7
2012.61.03.005963-2	2012.61.05.001867-2	2013.03.00.020702-4
2014.60.06.000004-0		

d) providenciar o regular andamento, em 30 dias, dos processos: ACR 2005.61.03.006620-6, autos conclusos em 1º/3/2011, sem parecer da PRR/3ª Região; Embargos Infringentes e de Nulidade 2008.61.19.002510-4, com réu preso preventivamente, julgado em 18/2/2016, considerando o provável cumprimento integral da pena; IPL 2014.03.00.018525-2, com promoção pelo arquivamento desde 8/10/2015; IPL 2014.60.05.000448-5, com denúncia oferecida desde 13/4/2016; e IPL 2015.03.00.003068-6, com denúncia oferecida desde 8/3/2016.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não há uma tramitação célere do acervo em geral, muito embora não seja possível falar em desídia, e o acúmulo possa ser justificado em razão de o Desembargador Federal ter tomado posse do acervo em 11/12/2014. Muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, o que exige a elaboração de um plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil, apesar da verificada diminuição do número de processos pendentes de julgamento no gabinete, desde que especializada a 5ª Turma em matéria criminal.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante e está a exigir a adoção de esforços para reduzir o estoque residual de processos cíveis e o tempo médio de tramitação processual.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

a) a triagem inicial de processos é feita satisfatoriamente, embora seja necessário priorizar os que dependem de despacho de mero expediente, como notificação de denunciados, remessa à PRR/3ª Região para parecer etc., bem como aqueles que dependem de decisão do relator, a exemplo dos inquéritos policiais com promoção pelo arquivamento. A priorização contribuirá para diminuir o tempo de permanência desses feitos no gabinete;

b) é feita a classificação e separação física de processos;

c) há especialização de servidores por matéria;

d) observa-se a priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa;

e) há controle de prazo para julgamento de feitos, especialmente dos criminais com a prescrição próxima; e

f) é feito o atendimento a advogados na unidade.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamento específico, a equipe apurou que a Unidade inspecionada ainda não tem controle satisfatório sobre o acervo existente, sendo conveniente, de pronto, destacar um grupo de pelo menos 3 servidores para identificar a situação de cada processo concluso, com a finalidade de elaborar uma estratégia que permita dar imediato andamento aos feitos que dependem de despacho e decisão monocrática.

Também é emergencial a elaboração de um plano de trabalho com o objetivo de finalizar o acervo remanescente, nos próximos 2 anos, com preferência aos mais antigos. Observa-se que há feitos com primeira conclusão de 1999 até 2012, que representam 4.515 processos do acervo de 6.090 conclusos no gabinete em abril de 2016, o que exige planejamento detalhado.

Cumprir registrar que no período de um ano, de maio de 2015 a abril de 2016, foram julgados pela unidade inspecionada 2.583 processos, sendo 2.082 em pauta, 166 em mesa e 335 por decisão monocrática terminativa, o que demonstra ser factível o julgamento de 4.387 processos, do acervo de 6.090 conclusos no gabinete em abril de 2016, nos próximos 2 anos.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

a) dar andamento em 30 dias aos Processos 2012.61.81.006957-2, 2012.61.30.001875-0, 2009.61.00.021528-8 e 2007.61.81.001005-3, conforme recomendação constante no item 2, acima;

b) providenciar o regular andamento, em 30 dias, da ACR 2005.61.03.006620-6, autos conclusos em 01/3/2011, sem parecer da PRR/3ª Região; dos Embargos Infringentes e de Nulidade 2008.61.19.002510-4, com réu preso preventivamente, julgado em 18/2/2016, considerando o provável cumprimento integral da pena; do IPL 2014.03.00.018525-2, com promoção pelo arquivamento desde 8/10/2015; do IPL 2014.60.05.000448-5, com denúncia oferecida desde 13/4/2016; e do IPL 2015.03.00.003068-6, com denúncia oferecida desde 8/3/2016;

c) julgar, nos respectivos prazos estabelecidos, os processos indicados nas letras “a”, “b” e “c” do item 3, acima;

d) dar prioridade no julgamento dos processos cíveis remanescentes, para viabilizar, no menor prazo possível, o trabalho apenas com processos criminais, em

razão da especialização da 5ª Turma/4ª Seção, em 2/7/2014, sem descuidar da prescrição nos feitos criminais;

e) processar em apartado os procedimentos cautelares, que deverão compor autos distintos da ação penal principal. Os incidentes decorrentes da prisão cautelar, da quebra de sigilo e da busca e apreensão não devem ser processados no feito principal. Aqueles, porventura existentes, devem ser desentranhados – com os respectivos documentos – para autuação em autos próprios;

f) considerando o que foi decidido no Processo Administrativo 1.00.000.013859/2014-37, pela Segunda Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no sentido de que “nada impede que um membro da PRR-3ª Região exerça a função de parte oferecendo as contrarrazões ao recurso e, por distribuição, outro membro exerça a função de *custus legis* ofertando o devido parecer, em nome da celeridade processual”, recomenda-se a adoção de procedimento único no âmbito das duas turmas que compõe a 4ª Seção, a fim de evitar o retorno dos autos à primeira instância, quando as razões do recurso são apresentadas perante o Tribunal. A ausência de razões ou contrarrazões do Ministério Público Federal é ônus da parte titular da ação penal, não havendo responsabilidade funcional da unidade jurisdicional no envio de autos à primeira instância, prejudicando o andamento do feito e tutelando interesse processual da parte.

g) elaborar e apresentar à Corregedoria-Geral, em 60 dias, um plano de trabalho, destinado a julgar, nos próximos 2 anos, os processos mais antigos, com conclusão de 1999 até 2012, que representam 4.387 processos do acervo de 6.090 conclusos no gabinete em abril de 2016, sem descuidar dos prazos prescricionais nos processos criminais, com avaliação semestral, dando ciência à Corregedoria-Geral sobre os resultados alcançados.

## GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA

### DESEMBARGADORA FEDERAL CONSUELO YOSHIDA

**Especialidade:** Direito Público. Competência residual não atribuída às demais Seções.

#### 1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

- 1.1. **Identificação:** Desembargadora Federal **CONSUELO YOSHIDA MOROMIZATO YOSHIDA**
- 1.2. **Órgãos de atuação:** 6ª Turma, 2ª Seção.
- 1.3. **Tempo de atuação no acervo:** desde 12/7/2002.

No período de cinco anos, a Magistrada não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora.

#### 1.4 Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	16	1	0	0	1	18	15
Inspeção/2016	18	0	0	0	3	21	16

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 3 auxiliares a mais. Houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	3.762
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	3.441
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	2.775
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	2.639
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	1.312
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	1.329

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

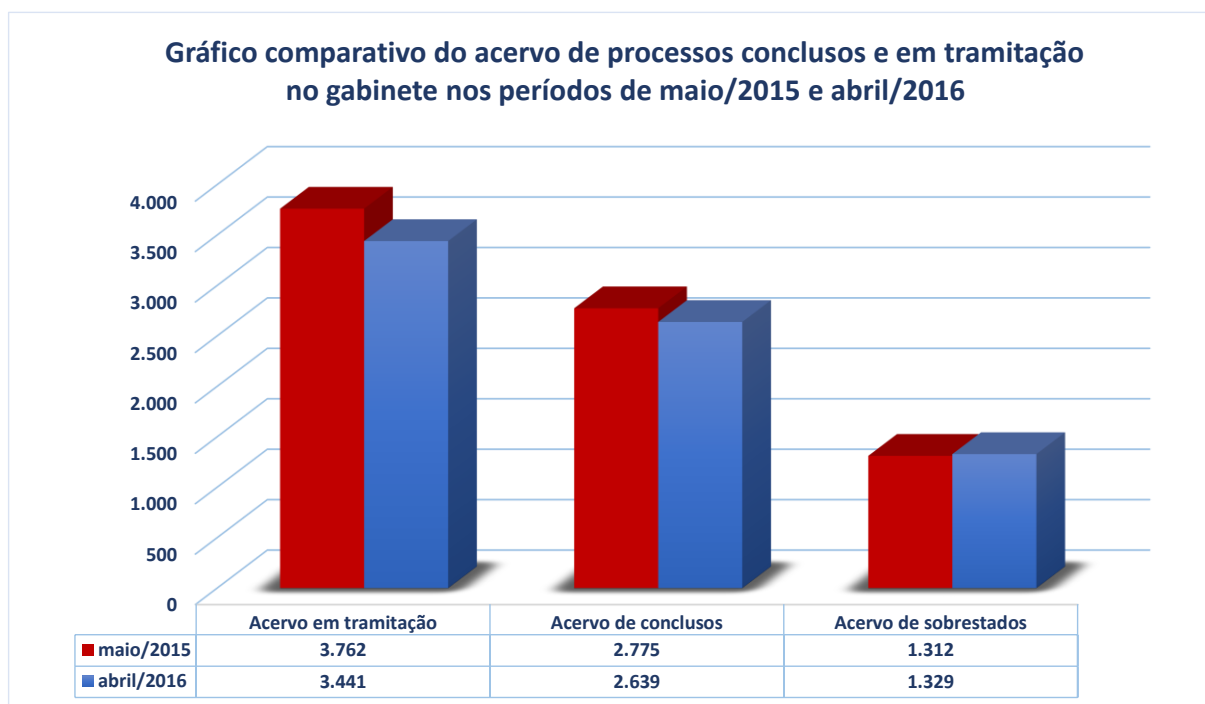
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 136 processos e o número de sobrestados subiu em 17 processos.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: cerca de 1.000 processos são referentes aos expurgos inflacionários da poupança (plano Collor); e 1 sobrestamento pontual, identificado na amostragem.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 2.639 processos conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 165 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 321 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	2.421
Total de processos (saídas)**	2.698
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-277
Processos distribuídos	2.331

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

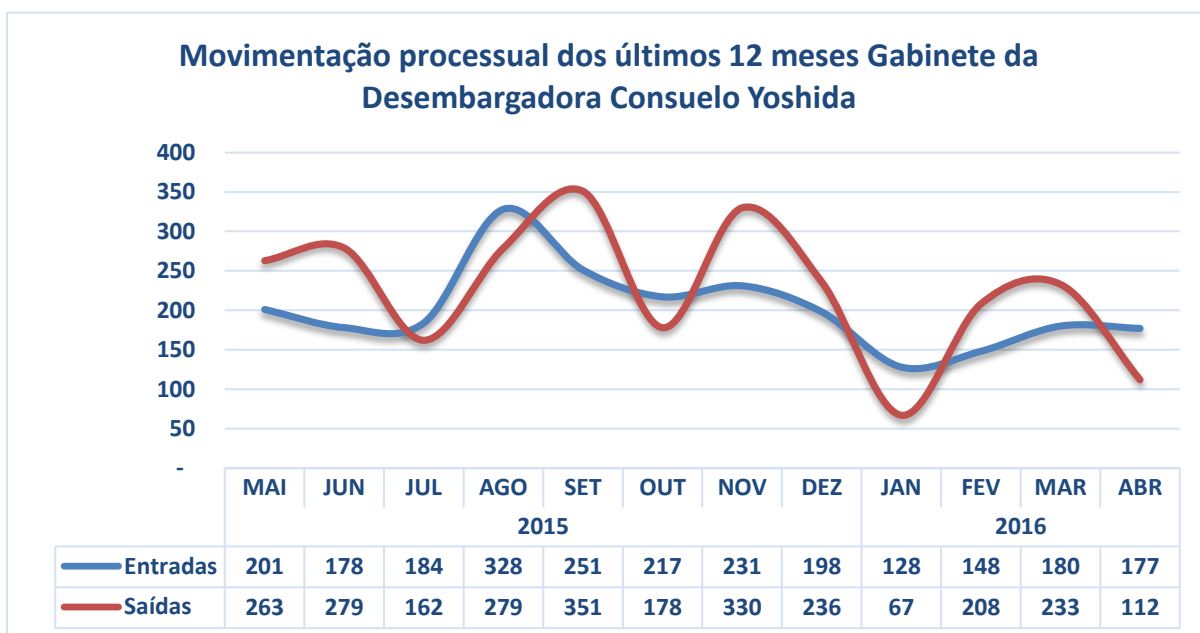
Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.421 processos e saída de 2.698 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:





Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	325
Processos julgados em mesa	2
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	2.282
<b>Total geral</b>	<b>2.609</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	27%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 2.609 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.331 processos; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 2 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 2.282 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 27%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	198
b. Agravo Legal/Regimental	212

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 198 embargos de declaração e 212 agravos legais/regimentais.

Existem 3 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	2
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	1
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	6
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	116
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	172
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	260
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	285
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	24
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	31

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 842 processos, representando 32% do acervo de processos conclusos na unidade (2.639).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. CONSUELO YOSHIDA			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	1	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	0	0
1996	0	2	0
1997	1	0	0
1998	0	1	4
1999	3	2	2
2000	3	0	2
2001	4	1	1
2002	11	1	1
2003	7	0	0
2004	10	2	2
2005	10	1	2
2006	16	6	4
2007	135	22	8
2008	292	156	23
2009	345	180	104
2010	396	252	190
2011	531	373	276
2012	534	409	308
2013	740	497	348
2014	251	632	344
2015	0	290	730
2016	0	0	290
<b>Total</b>	<b>3.289</b>	<b>2.828</b>	<b>2.639</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 3.289 processos; atualmente, há 2.639 processos. Houve diminuição dos feitos conclusos a partir de abril de 2015. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2009, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano de 2009, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, havia 24 processos; enquanto os da Meta 6/2016 eram 31 processos. Tendo

em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	1
Recebidos para voto-vista	6
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	4
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que há 1 processo do gabinete liberado para revisão, mas ainda não pautado pelo revisor, bem como 6 feitos que aguardam voto-vista e nenhum para declaração de voto. Neste universo não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	3
Outras situações	3
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se que há 1 processo para voto-vista, sem movimentação há mais de 30 dias (autos n. 90.03.028411-3). Durante a inspeção, constatou-se que esse processo havia sido enviado à Subsecretaria para inclusão na pauta de 5/7/2016.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a Unidade está atualizando seus procedimentos, merecendo destaque:

NCPC: preocupação com a restrição das hipóteses de julgamento por decisão monocrática; impacto na redução do número dos processos pautados, decorrente da revisão de procedimentos; necessidade de inclusão em pauta de processos adiados, se não forem apresentados na sessão seguinte; julgamento de processos em que houve divergência, atualmente incluídos na hora anterior (13h) ao do início (14h) da última

sessão do mês; embargos de declaração e agravos regimentais passaram a ser pautados.

Lei n. 13.140/2015: Mediação/autocomposição de conflitos. Não há medidas relacionadas à mediação ou autocomposição no âmbito do gabinete. A Desembargadora relatou preferir realizar audiências públicas nos processos com maior repercussão coletiva, dando alguns exemplos: meio-ambiente, aviação civil, obras rodoviárias, com iniciativas de aproximação das entidades envolvidas na solução do conflito. Existe um gabinete de conciliação que, no âmbito do TRF, solicita o encaminhamento de demandas selecionadas para esse fim.

Lei n. 13.146/2015: A Unidade está projetada para garantir acessibilidade às pessoas com deficiência. Discutiu-se sobre preferência legal às pessoas com deficiência e/ou seus advogados.

### **3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:**

Dos 88 processos selecionados para inspeção, 85 foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados (n. 200261820407845, 200361150027724 e 201503000016860). De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

A amostragem revelou a existência de 19 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2009 (n. 200561030051872).

Na Unidade, não se verificaram maiores discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos. As pequenas incongruências verificadas referem-se a diferenças de poucos dias entre termos apostos nos autos e o lançamento das fases correspondentes no sistema processual.

Os processos remanescentes da autoinspeção/2015, quais sejam: 200803990206151e 201303000262230 encontram-se julgados pela relatora, enquanto o processo de n. 200803990027517 foi redistribuído à 1ª Turma, para a Relatoria do Desembargador Federal Valdeci dos Santos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos da amostragem, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias (total: 74 processos):

199803010787198	199961000196493	200361000106795
200361000136090	200361820748343	200461000043315
200461000337670	200461250019985	200561000023771
200561020064791	200561030051872	200561820080286
200603001039519	200661000000040	200661000268802
200661050063732	200661080083745	200661080094172
200703990085422	200703990152289	200760000013358
200761000234407	200761070114683	200761080103566
200761260004815	200761270035389	200761820486688
200803000317053	200803990527289	200861040105210
200861110022312	200961050043989	201003990007732
201061000019350	201061000078380	201103000091426
201103000295366	201103000358017	201161080020871
201161130013601	201203000017371	201203000021696
201203000051100	201203000061384	201203000064919
201203000089345	201203000104735	201203000131520
201203000134776	201203000145063	201203000159438
201203000166870	201203000178378	201203000188700
201203000194955	201203000209454	201203000215971
201203000217967	201203000233432	201203000241003
201203000243607	201203000256365	201203000276108
201203000295735	201203000300548	201203000315734
201203000322910	201203000328110	201203000355525
201403000246617	201403000323120	201503000001236
201503000008462	201503000060228	

b) regularizar a fase processual no sistema: 200703000210230;

c) incluir na próxima autoinspeção: 200261820407845, 200361150027724 e 201503000016860.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários

anos, não havendo uma tramitação célere do acervo geral, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Todavia, em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo, tanto dos processos antigos quanto dos mais recentes, havendo dedicação ao cumprimento das metas e redução do número geral do acervo.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

a) triagem inicial de processos: é realizada uma triagem inicial dos processos pela assessora, que separa os processos, por matéria, a serem distribuídos imediatamente para as mesas das equipes daqueles que serão localizados em armário para julgamento oportuno, em ordem cronológica, com registro da matéria em banco de dados. Os agravos de instrumento são atribuição da Chefe de Gabinete e os interpostos em execução fiscal são levados imediatamente para julgamento do órgão colegiado.

b) classificação e separação física de processos: os processos são classificados em ordem cronológica em armários, com a anotação da matéria em um banco de dados;

c) especialização de servidores por matéria ou fase processual: existe especialização por matéria e por fase processual, respeitadas as aptidões e competências dos servidores. Existe um servidor responsável pelos embargos de declaração e dois servidores responsáveis por agravos regimentais;

d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ: existe tratamento específico. Na triagem, os processos prioritários são passados diretamente à equipe e feita anotação no banco de dados. Os processos Meta CNJ ficam no armário e são acompanhados mensalmente com base em lista do TRF;

e) medidas de conciliação e desistência de recursos: foi conversado sobre as matérias em que entidades públicas estão autorizadas a desistir de recursos;

f) priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa: são priorizados. Não há processos com pedido de vista pendentes de julgamento, sendo conferida tramitação célere, em geral sendo apresentados para julgamento no máximo em um mês;

g) controle de prazo para julgamento de feitos: não há um controle a respeito;

h) fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores: são fixadas metas semanais de trabalho, construídas com a participação dos servidores;

i) planejamento e avaliação periódica de atividades: são feitas reuniões mensalmente e metas são fixadas;

j) desempenho: não há um controle específico, senão aquele feito semanalmente, de acordo com a meta fixada. A equipe está reunida há muito tempo e são conhecidas as possibilidades de produtividade;

k) produtividade e metas: é feito controle semanal;

l) gestão de pessoal e recursos materiais: a equipe sente necessidade de fornecimento de obras jurídicas sobre o NCPC. Houve realização de cursos e há acompanhamento dos enunciados;

m) atendimento a advogados: os advogados são atendidos, mediante agendamento, ou mesmo sem, em situações específicas;

n) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores: é feito o acompanhamento, inclusive com cumprimento das providências recomendadas nos processos incluídos em amostragem.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) A Unidade realiza reuniões periódicas para debater o NCPC;

b) Foi sugerida a disseminação de informações e apoio para aprimoramento da gestão de gabinetes, notadamente boas práticas administrativas;

c) Até o momento, as medidas de contingenciamento não comprometeram o regular andamento dos feitos no gabinete;

d) A Unidade destina um quantitativo de processos mais antigos para julgamento mensal, conforme recomendado na última inspeção.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) Submeter os agravos de instrumento com decisão liminar, paralisados há mais de 90 dias, ao julgamento do órgão colegiado, no prazo de 90 dias.



**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA**

**DESEMBARGADORA FEDERAL DIVA MALERBI**

**Especialidade:** Direito Público e Direito Tributário, inclusive preços públicos.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargadora Federal **DIVA PRESTES MARCONDES MALERBI**

**1.2. Órgãos de atuação:** 6ª Turma, 2ª Seção. Órgão Especial, Plenário, Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 3/6/2015.

No período de cinco anos, a Magistrada requereu remoções internas, a saber:

- 6ª Turma Gabinete SP01G2064 – 2ª Seção – período de 29/11/2011 à 21/2/2012;

- 7ª Turma Gabinete SP01G3073 – 3ª Seção – período de 22/2/2012 à 21/10/2012;

- 4ª Turma Gabinete SP01G2044 – 2ª Seção – período de 22/10/2012 à 14/7/2013;

- 7ª Turma Gabinete SP01G3072 – 3ª Seção – período de 15/7/2013 à 17/2/2014;

- 3ª Turma Gabinete SP01G2031 – 2ª Seção – período de 18/2/2014 até 2/6/2015.

- 6ª Turma Gabinete SP01G2062 – 2ª Seção – período de 3/6/2015 até a presente data.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

Atualmente a Desembargadora Federal Diva Malerbi encontra-se afastada para atuar na 1ª Seção e na 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 16/11/2015; nessa data, convocada a Juíza Federal Leila Paiva Morrison para compor a 6ª Turma do TRF da 3ª Região.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Juíza Federal Leila Paiva Morrison.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	16	0	0	0	3	19	11
Inspeção/2016	15	0	0	0	0	15	10

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 4 auxiliares a menos. Houve redução de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

#### 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	5.696
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	5.982
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	4.991
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	5.228
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	1.489
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	1.482

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

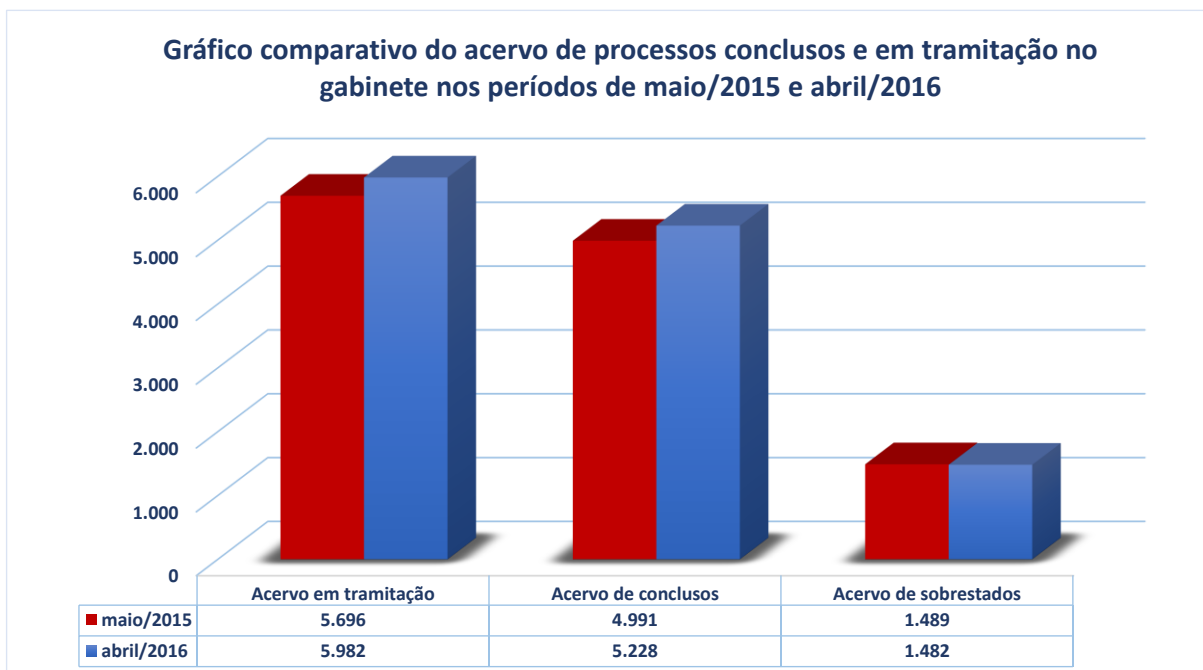
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 237 processos e o número de sobrestados reduziu em 07 processos.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo a principal: expurgos de poupança. Há 3 situações individuais de ações civis públicas sobrestadas em virtude de determinação do STJ.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 5.228 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 522,8 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 286 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	2.363
Total de processos (saídas)**	1.969
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	394
Processos distribuídos	2.286

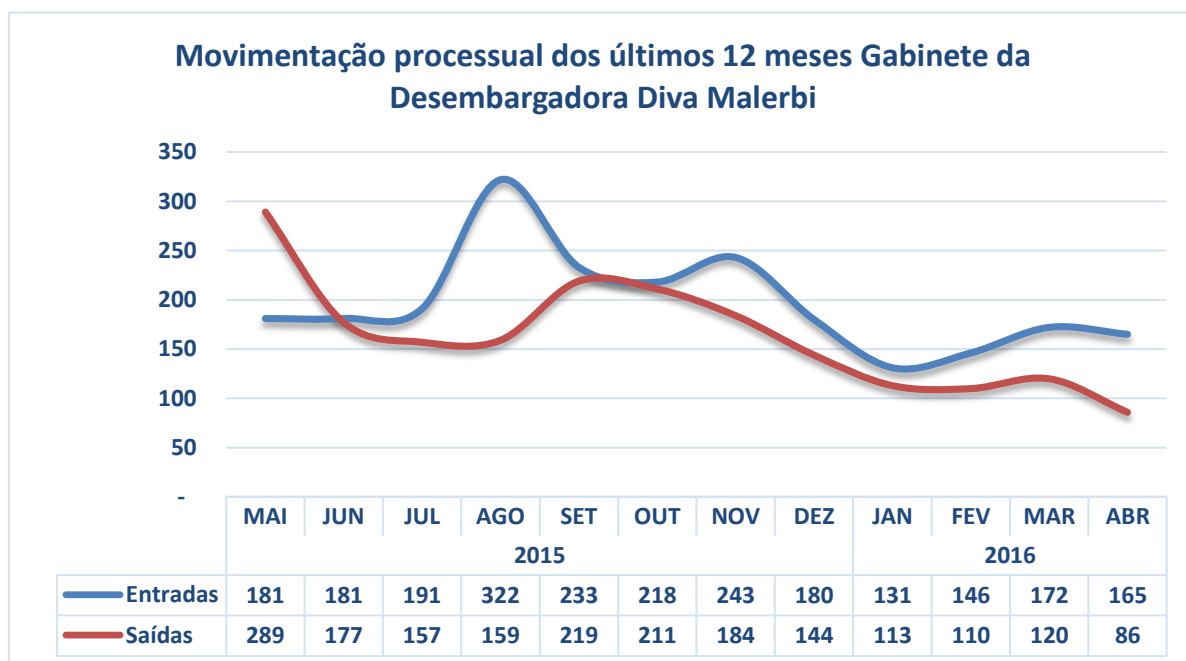
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.363 e saída de 1.969 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	100
Processos julgados em mesa	71
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	1.744
<b>Total geral</b>	<b>1.915</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	26%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.915 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.286 processos; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 71 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.744 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 26%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	80
b. Agravo Legal/Regimental	237

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 80 embargos de declaração e 237 agravos legais/regimentais.

Existem 2 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	120
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	40
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	225
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	324
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	259
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	280
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	386
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	408
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	55
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	57

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 2.042 processos, representando 39% do acervo de processos conclusos na unidade (5.228).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO,  
NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Anos	GAB.DES.FED. DIVA MALERBI		
	abr/14	abr/15	abr/16
1989	1	1	0
1990	2	1	0
1991	2	1	0
1992	0	0	0
1993	3	4	0
1994	7	6	5
1995	4	6	2
1996	8	7	6
1997	8	13	18
1998	10	10	9
1999	15	15	15
2000	18	23	25
2001	55	66	49
2002	36	44	38
2003	24	26	24
2004	50	48	36
2005	55	56	35
2006	66	58	48
2007	339	264	250
2008	476	389	356
2009	375	315	283
2010	382	340	299
2011	538	474	415
2012	597	484	433
2013	1.332	990	786
2014	430	943	714
2015	0	390	1.092
2016	0	0	290
<b>Total</b>	<b>4.833</b>	<b>4.974</b>	<b>5.228</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes, até o ano de 2014, estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em abril/2014 era de 4.833 processos; atualmente, há 5.228. Não houve diminuição dos feitos concluídos, o que se revela um dado preocupante, devendo o gabinete adotar providências para inverter o fluxo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano de 2007, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, havia 55 processos; enquanto os da Meta 6/2016 eram 57 processos. Tendo

em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, tampouco feitos que aguardam voto-vista e declaração de voto.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	1
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	11
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da Unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 1 processo conclusivo para revisão, não havendo processos para voto-vista e declaração de voto. Nessas situações, há 1 feito sem movimentação há mais de 30 dias (AC n. 2002.61.12.006757-0). Esse processo constou da amostragem, foi revisado e está pautado para julgamento em 16/6/2016.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos, merecendo destaque:

CPC: embargos de declaração e agravos legais estão sendo pautados para julgamento, com intimação para contra-arrazoar; os processos com julgamento não unânimes estão sendo julgados na sessão seguinte ou na última sessão do mês, antes do início da pauta regular; há uma orientação jurídica no sentido de aplicação do CPC vigente por ocasião da prolação da decisão.

Lei n. 13.140/15: não há registro de medidas relacionadas à mediação e à autocomposição. Os raros casos de conciliação são enviados ao Gabinete de Conciliação.

Lei n. 13.146/2015: a preferência é observada quando solicitada.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 127 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual. Esses processos são os seguintes:

- 1) 201503000044806, segundo extrato de movimentação processual, julgado por decisão monocrática terminativa em 17/5/2016;
- 2) 200861810000167, redistribuído à relatoria do Des. Fed. Luiz Stefanini, e 200903000258314, redistribuído à relatoria do Des. Fed. Newton de Lucca, que deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção dos gabinetes para os quais os referidos processos foram redistribuídos.

A amostragem revelou a existência de 24 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2000 (n. 200003990426978). Os demais são os seguintes:

199703010664801	199903991121678	200061120018770
200161040010228	200161050023943	200161050082923
200261000213984	200361040087313	200361120013814
200561260057094	200603990124290	200661030024060
200803990490072	200861000128430	200863010531420
200903990109058	200903990135094	200903990271676
200961000165674	200961050100389	200961050152456
201061270019589	201203990168001	



Na unidade, verificaram-se algumas discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Os processos remanescentes da autoinspeção/2015, quais sejam: 199403010533596, 199503010086687, 199503010518319, 200303000733518, 20070300002600, 200703000407440, 201103000135272, 201303000198140 encontram-se regularizados, julgados e/ou baixados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

- a) acompanhar até final julgamento: AC nº 2002.61.12.006757-0;
- b) julgar, no prazo de 90 dias (total 84):

199603010288150	199703010009938	199703010198735
199703010300414	199703010548618	199703010602194
199703010602200	199703010664801	199703010867165
199803010024026	199803010091740	199803010404947
199803010760790	199903990047215	199903990260312
199903990337072	199903990665221	199903991035350
199903991121678	199961000324574	199961000514636
199961020058661	199961050101118	199961070021797
199961080048593	199961120091250	200003990203357
200003990222145	200003990261072	200003990347252
200003990426978	200003990436704	200061120018770
200061140023009	200103990060952	200161040009883
200161040010228	200161050023943	200161050082923
200161210070528	200260000053954	200260020017530
200261000004891	200261000174802	200261000213984
200261080069901	200261120067533	200361040087313
200361120013814	200403990287390	200503990188585
200561009011261	200561260057094	200561820088704
200561820154233	200603990124290	200661030024060
200703990504881	200761000197721	200761040038885
200803990490072	200860000012528	200861000128430
200861000138393	200861020053058	200861200110275

200863010531420	200903000308913	200903990109058
200903990135094	200903990271676	200961000165674
200961050100389	200961050152456	201060040000740
201061000217780	201061040019889	201061120034597
201103990032913	201203990168001	201303000272259
201303000292404	201361120017424	201403000009206

- c) regularizar a fase de suspensão no sistema: 199603010189535, 199703010009926, 199703010479207, 199703010661927, 199803010017034, 199803010069976, 199803010979877 e 199903990437054 (total: 8); e
- d) incluir na próxima autoinspeção: 201503000044806, 200903000258314 (redistribuído à relatoria do Des. Fed. Newton de Lucca) e 200861810000167 (redistribuído à relatoria do Des. Fed. Luiz Stefanini).

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da Unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, pois muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na Unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

a) triagem inicial de processos: é feita pelo Chefe de Gabinete. A Juíza Federal convocada exibiu lista de processos por assunto e por ano de distribuição. São triados os processos de competência do órgão especial e do plenário, embargos à execução, mandados de segurança, sobrestados, retratação, ações civis públicas e os de competência da Seção. Esses processos ficam a cargo de servidores específicos. Os demais processos são denominados “processos diversos”;

b) classificação e separação física de processos: os processos são separados por matéria e por classe, colocados em armários próprios, localizados por intermédio de anotações no SIAPRO;

c) especialização de servidores por matéria ou fase processual: há especialização por matéria e fase processual, tendo sido exemplificado os casos de ação civil pública, agravos de instrumento, ações de improbidade e execução fiscal;

d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ: há priorização dos processos mais antigos e os processos com prioridade legal são feitos conforme as possibilidades. Os processos mais antigos são selecionados por blocos de matéria;

e) medidas de conciliação e desistência de recursos: foi mencionado um caso que foi encaminhado ao Gabinete de Conciliação (ação civil pública sobre a construção do Presídio de Segurança Máxima). A Unidade conhece a lista de processos com possibilidade de desistência de recursos e a verificação é feita por ocasião da triagem inicial;

f) priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa: são priorizados;

g) controle de prazo para julgamento de feitos: são priorizados os embargos de declaração e os agravos regimentais;

h) fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores: atenção especial para ações civis públicas; processos da meta 2; são fixadas metas para o servidor que trabalha em sistema de *home office*; o desembargador estabelece um número de processos por pauta como meta;

i) planejamento e avaliação periódica de atividades: O planejamento ocorre com o uso do GEDPRO, para emissão de estatísticas. Assim as Magistradas (Des. Fed. DIVA MALERBI e Juíza Federal Conv. LEILA PAIVA) têm um controle diário do que é produzido, qual a qualidade ou dificuldade da tarefa executada. Ao final do mês, sempre se verifica a estatística para ver quais matérias ou tipos de processos devem ter mais atenção, bem como estabelecer mutirões no sentido de julgar o maior número de processos, como tem acontecido com os de distribuição mais antiga e os incidentes (Embargos de Declaração e Agravos Legais);

j) desempenho: são realizados *feedbacks* entre a magistrada e a equipe, com análise e resposta acerca do desempenho do gabinete;

k) gestão de pessoal e recursos materiais: sem registros;

l) atendimento a advogados: os advogados são atendidos, não havendo necessidade de agendamento;

m) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores: é feito acompanhamento e foi mencionado um processo pendente que seria julgado na sessão designada para o dia seguinte ao da entrevista.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) foi relatada a existência de ações trabalhistas antigas em que foram suscitados conflitos de competência que voltaram ao gabinete para julgamento após a decisão nesses conflitos;

b) relatou-se que o PJE não dispõe de ferramenta de consultas às decisões, o que dificulta sobremaneira o trabalho. Ainda, esse sistema não registra movimentações processuais internas, tendo sido exemplificado com a remessa de processo a outro gabinete para análise de prevenção. Como não há registro dessa movimentação, a informação para a parte e advogado ficou comprometida e gerou confusão sobre o local em que os autos efetivamente se encontravam.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

a) cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) permanecem válidas as recomendações da inspeção anterior, no sentido de elaboração de um plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo, melhoria do respectivo perfil e dinamização do fluxo processual. Permanece também válida a recomendação de inclusão no quantitativo julgado mensalmente de um percentual, agora maior, de processos mais antigos no gabinete, considerando o alto número de processos antigos. Fixado o prazo de 60 dias para elaboração desse plano de gestão;

c) envidar esforços no sentido de contemplar o atingimento da Meta 1 (julgar número de processos maior que os distribuídos) na elaboração do plano de trabalho ou estratégia de gestão;

d) aumento do número de servidores lotados no gabinete, de forma a permitir o aumento do número de servidores na atividade-fim, atualmente reduzido a dez servidores.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL FÁBIO PRIETO**

**Especialidade:** Direito Público.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **FÁBIO PRIETO DE SOUZA**

**1.2. Órgãos de atuação:** 2ª Seção, 6ª Turma e Órgão Especial.

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 22/2/2016

Em fevereiro de 2012, o Desembargador Federal Fábio Prieto de Souza saiu da 4ª Turma para assumir o cargo de Corregedor Regional.

Em fevereiro de 2014, assumiu a Presidência do TRF/3. Findo o mandato, em fevereiro de 2016, assumiu o acervo do Gabinete 2063, da 6ª Turma.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador e pela Juíza Federal Convocada, Dra. Giselle de Amaro França.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	18	0	0	0	2	20	14
Inspeção/2016	17	0	0	0	1	18	14

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 2 auxiliares a menos. Contudo não houve alteração na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	4.453
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	4.627
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	3.604
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	3.866
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	1.779
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	1.792

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

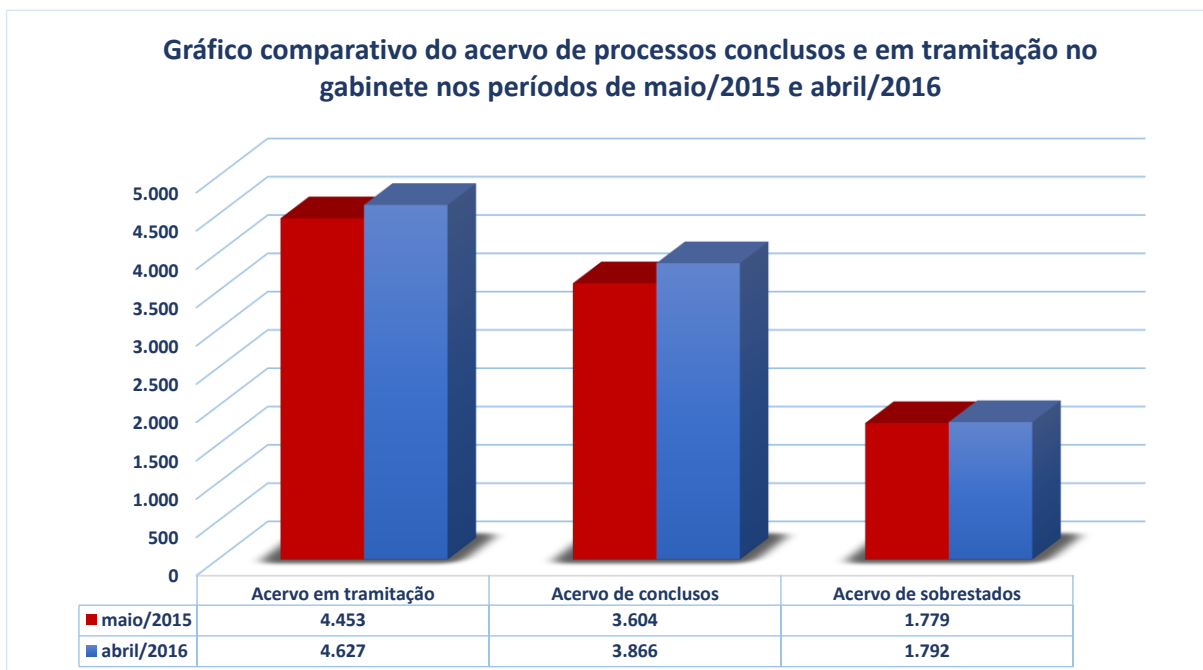
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 262 processos e o número de sobrestados subiu em 13 processos.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo a principal: expurgos inflacionários – correção monetária da poupança.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 3.866 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 276 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 174 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	2.369
Total de processos (saídas)**	1.956
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	413
Processos distribuídos	2.307

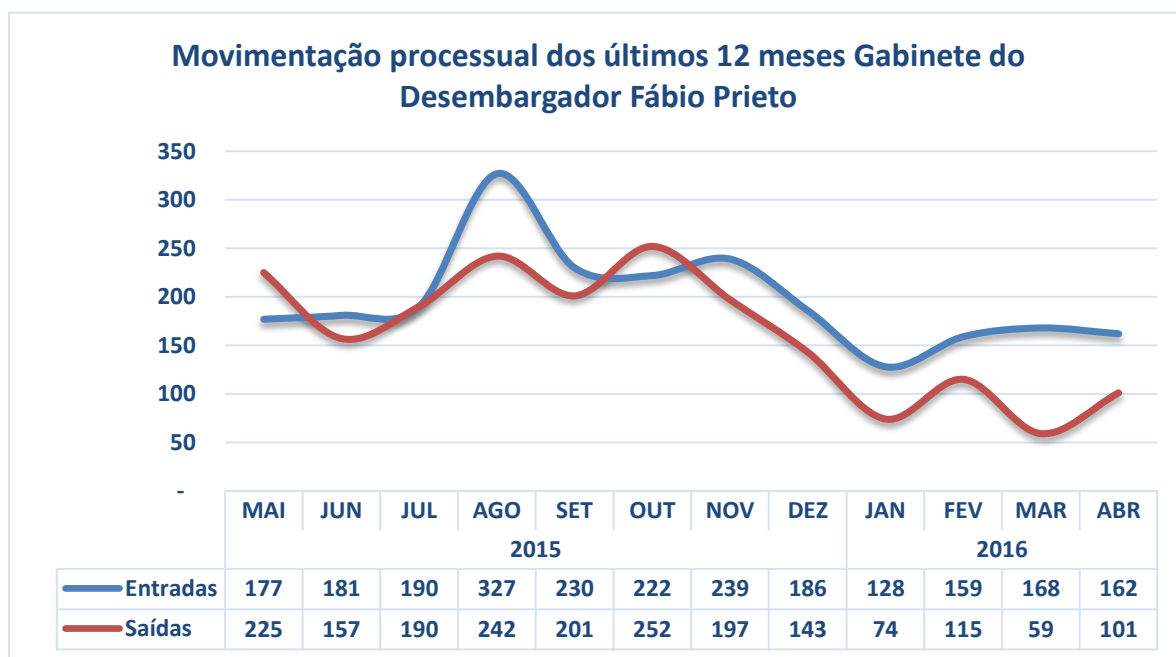
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.369 processos e saída de 1.956 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	620
Processos julgados em mesa	8
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	1.270
<b>Total geral</b>	<b>1.898</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	19%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.898 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.307 processos; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 8 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.270 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 19%.



<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	108
b. Agravo Legal/Regimental	59

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são pautados para julgamento, conforme o NCPC. Existem pendentes de julgamento 108 embargos de declaração e 59 agravos legais/regimentais.

Existem 3 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	4
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	26
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	456
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	622
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	22
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	20

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 1.108 processos, representando 29% do acervo de processos conclusos na unidade (3.866).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO,  
NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Anos	GAB.DES.FED. FÁBIO PRIETO		
	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	0	0
1996	0	1	2
1997	0	1	0
1998	0	0	1
1999	1	0	3
2000	0	1	3
2001	0	0	4
2002	1	0	2
2003	0	1	1
2004	1	0	1
2005	0	0	2
2006	0	1	4
2007	10	5	3
2008	14	6	5
2009	202	23	15
2010	598	225	36
2011	811	662	411
2012	751	682	639
2013	1.011	801	709
2014	320	823	598
2015	0	366	1.097
2016	0	0	330
<b>Total</b>	<b>3.720</b>	<b>3.598</b>	<b>3.866</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes (até 2014) estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 3.720 processos; atualmente, há 3.866. Houve aumento dos feitos conclusos a partir de 2016. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2011, o que se revela um dado positivo. Contudo, o gabinete deve estar atento ao aumento de processos conclusos a partir do ano de 2015, devendo adotar providências para inverter o fluxo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano de 2011, portanto, com cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, havia 22 processos; enquanto os da Meta 6/2016 eram 20 processos. Tendo

em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	2
Outras situações	10
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, bem como que há 1 feito que aguarda voto-vista e 1 que aguarda declaração de voto. Neste universo, há 1 processo que aguarda providência há mais de 30 dias (0001625-96.2008.4.03.6005 – 2008.60.05.001625-6), configurando pendência externa.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	1
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	2
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 1 processo concluso para revisão, 1 processo recebido para voto-vista e 1 para declaração de voto. Nessas situações há dois processos sem movimentação há mais de 30 dias (001190-90.2008.4.03.6100 – 2008.61.00.011190-9; e 0012389-33.2011.4.03.6104 – 2008.61.04.012389-2), recomendando-se a movimentação em 60 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos, merecendo destaque:

CPC: inclusão na pauta de julgamento de embargos de declaração e agravos legais, restrição de julgamentos monocráticos às hipóteses previstas na nova legislação;

adoção da técnica de julgamento para processos não unânimes; preocupação com a admissibilidade de recursos no TRF.

Mediação: o gabinete aguarda a divulgação da estratégia e cronograma a serem adotados pelo Gabinete da Conciliação do TRF3.

Prioridade deficiente físico: segundo informação do setor de Distribuição do Tribunal, não há anotação específica da Lei Federal n. 13.146/15, mas genericamente como “prioridade”. No entanto, o gabinete vem observando, nos processos conclusos, a entrada de petições com pedido de preferência, para anotação, o que não ocorreu de fevereiro de 2016 até o momento.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Os 59 processos selecionados para inspeção foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Não havia pendências da última autoinspeção. Contudo na amostragem, constam os seguintes processos para verificação na próxima autoinspeção: 200661000164486 e 200861000111909, com determinação de inclusão em pauta.

A amostragem revelou a existência de 18 processos sem movimentação desde a distribuição, os mais antigos remontando ao ano de 2011(n. 198861000224983 e 1991.61.00.660524-0). Os demais são os seguintes:

199461825073727	199503010042465	199561034045603
199961000469084	200061820888723	200061820888735
200161020072149	200161210008835	200261000042491
200661820240282	200961820306786	201161240005428
201161300017752	201203990332652	201261000152575
201361000008833		

Na unidade, verificaram-se pequenas discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, as quais não comprometem o andamento dos processos ou o seu acompanhamento pelo sistema.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema: 200503990095170;

b) julgar, no prazo de 90 dias (total 36):

198861000224983	199161006605240	199503010042465
199561034045603	199603010395810	199961000469084
200061190270902	200061820888723	200061820888735
200161020072149	200161210008835	200261000042491
200661000139741	200661820240282	200903000063953
200903000096508	200961000232742	200961080034887
200961820306786	201003000207140	201003000207163
201003000227940	201103000247529	201161240005428
201161300017752	201203990332652	201261000058560
201261030017662	201303000270330	201361000008833
201403000023010	201403000034160	201403000066445
201403000084010	201403000109134	201403000148401

c) verificar e dar baixa nas petições pendentes: 199503010042465 e 199603010395810;

d) proceder ao reexame do feito em juízo de retratação, no prazo de 90 dias: 199603010142890, 199603010935592, 199803010631952, 199903990891040, 199961000101615, 199961090036198, 200003990741320, 200003990744344, 200061020068683, 200503990095182;

e) impulsionar o feito em 30 dias: 200161820141180;

f) encaminhar para exame da admissibilidade de Recurso Especial: 201103000343270.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que alguns feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos (2011). Embora não se possa dizer que há uma tramitação célere do acervo geral, há um plano de trabalho e estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade merece alguma atenção em relação à Meta 1 (número de processos julgados superior ao número de processos distribuídos), devendo ser envidados esforços para alcançá-la. Deve-se destacar aqui que os processos da Meta 2, embora em grande número, vêm merecendo atenção especial que mostra resultados muito positivos, com a redução contínua do acervo.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

a) triagem inicial de processos: é feita por dois servidores, que separam os agravos de instrumento, os processos de competência originária, os processos de competência da 2ª Seção, Meta 2, ações civis públicas;

b) classificação e separação física de processos: os processos são colocados em armários em ordem numérica e localizados mediante consulta no sistema eletrônico. Foi criada uma tabela de assuntos no sistema Excel para facilitar o julgamento dos agravos de instrumento;

c) especialização de servidores por matéria ou fase processual: são separados e atribuídos a servidores específicos os processos relativos à Meta 2, agravos de instrumento para análise de liminar, agravo de instrumento para serem pautados, embargos à execução fiscal e embargos de declaração. Ocasionalmente, pode haver concentração da equipe em uma mesma matéria;

d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ: há tratamento específico, com distribuição do acervo aos servidores designados para a matéria. Há poucos processos com prioridade por idade, por se encontrarem sobrestados (expurgos inflacionários). Não há ainda um registro de prioridade na distribuição para deficientes físicos;

e) medidas de conciliação e desistência de recursos: os casos de conciliação são solicitados e enviados ao Gabinete de Conciliação;

f) priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa: há priorização, com julgamento imediato;

g) controle de prazo para julgamento de feitos: não há, além das prioridades, da Meta 2 e da Meta 1.

h) fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores: são fixadas metas em conjunto, tendo sido citadas: zerar a Meta 2/2010; baixar os agravos de instrumento. Não são exigidas cotas nem quantidade processos;

i) planejamento e avaliação periódica de atividades: há revisão da Meta 2 pela assessoria e é feito acompanhamento semanal e direto;

j) desempenho: não foi relatado nada específico, senão o acompanhamento direto e semanal dos feitos pela assessoria;

k) produtividade e metas: igualmente, há priorização e acompanhamento dos feitos da Meta 2;

l) gestão de pessoal e recursos materiais: relatou-se, em relação ao PGE, que o módulo de sessão de julgamento pode apresentar alguma dificuldade em sua utilização;

m) atendimento a advogados: é feito, sem agendamentos;

n) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores: é feito o acompanhamento, não havendo pendências.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) manifestou-se preocupação com a redução do número de estagiários decorrente das medidas de contingenciamento;

b) manifestou-se preocupação com a aplicação da nova técnica de julgamentos não unânimes, pelo NCPC, admissibilidade de recursos e restrição ao julgamento monocrático.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

a) cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) dar especial atenção, no planejamento, ao atingimento da Meta 1.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL JOHONSOM DI SALVO**

**Especialidade:** Direito Público, inclusive Tributário.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **LUÍS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO**

**1.2. Órgãos de atuação:** 6ª Turma e 2ª Seção.

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 22/10/2012.

No período de cinco anos, o Magistrado requereu remoção interna, a saber: 1ª Turma/1ª Seção, no período de 13/9/2002 a 21/10/2012.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	00	00	00	03	20	14
Inspeção/2016	18	00	00	00	01	19	15

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 1 auxiliar a menos. Houve incremento de um servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.



## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	4.619
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	3.888
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	3.726
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	2.780
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	1.707
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	1.708

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

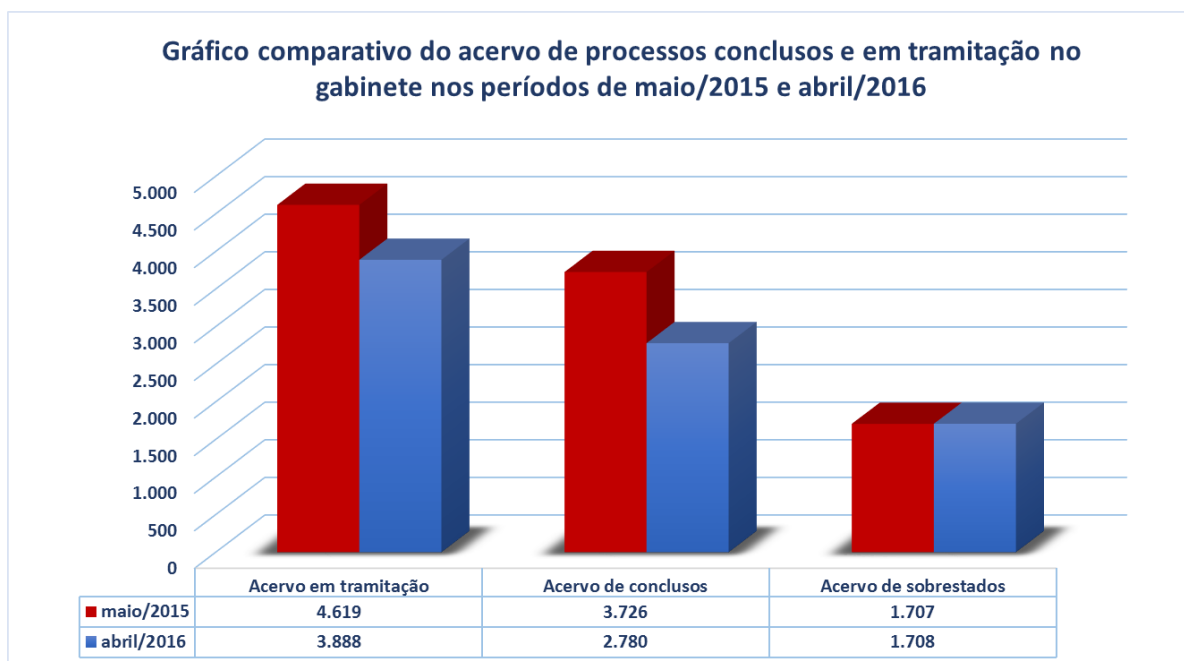
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 946 processos e o número de sobrestados subiu em um processo.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: expurgos inflacionários. Outras situações são relativas à suspensão em virtude de parcelamento de débito.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 2.780 processos conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 186 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve diminuição de 731 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	2.412
Total de processos (saídas)**	3.287
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-875
Processos distribuídos	2.346

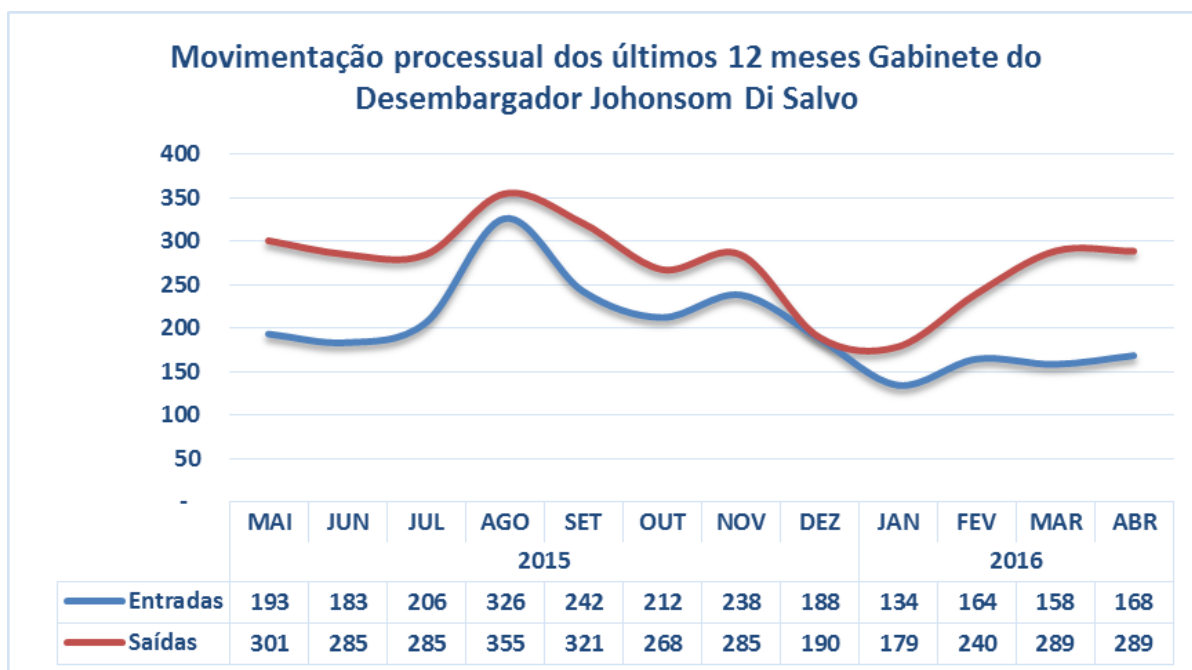
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 2.412 processos e saída de 3.287 processos, resultando, assim, em diminuição do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria, como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	552
Processos julgados em mesa	29
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	2.624
<b>Total geral</b>	<b>3.205</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	29%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 3.205 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 2.346 processos; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 29 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 2.624 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 29%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	146
b. Agravo Legal/Regimental	121

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são pautadas para julgamento, na nova sistemática do NCPD, em relação às decisões proferidas na vigência do NCPD. As decisões proferidas anteriormente à vigência do NCPD seguem a sistemática anterior. Existem pendentes de julgamento 146 embargos de declaração e 121 agravos legais/regimentais.

Existe 1 processo com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levado para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	12
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	9
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	74
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	262
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	427
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	5
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 784 processos, representando 28% do acervo de processos conclusos na unidade (2.780 processos).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO,  
NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. JOHNSOM DI SALVO			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	0	0
1996	0	0	0
1997	0	1	0
1998	0	0	0
1999	0	1	0
2000	1	0	0
2001	1	1	0
2002	0	1	1
2003	2	0	0
2004	4	2	1
2005	1	0	0
2006	0	0	0
2007	170	6	1
2008	401	57	13
2009	525	183	28
2010	543	412	73
2011	773	588	259
2012	863	658	429
2013	1.148	807	583
2014	357	725	446
2015	0	339	731
2016	0	0	215
<b>Total</b>	<b>4.789</b>	<b>3.781</b>	<b>2.780</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em abril/2014 era de 4.789 processos; atualmente, há 2.780 processos. Houve diminuição dos feitos concluídos a partir de 2015. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2011, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano de 2011, portanto, com cerca de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, havia 5 processos; enquanto não havia processos da Meta 6/2016. Tendo em vista a relevância das matérias objeto da Meta 4/2016, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	2
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	10
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que há 2 processos do gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, bem como 1 feito que aguarda voto-vista, não havendo feito que aguarda declaração de voto. Neste universo, há 1 processo que aguarda revisão há mais de 30 dias (Processo n. 2002.61.12.006757-0, Gabinete da Desembargadora Diva Malerbi). Durante a inspeção, constatou-se que esse processo foi recebido pela Subsecretaria, do Gabinete da Revisora (Juíza Convocada Leila Paiva), e incluído em pauta na sessão do dia 16/6/2016, conforme extrato de movimentação processual.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	1
Recebidos para voto-vista	6
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	5
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 1 processo concluso para revisão, 6 para voto-vista e 1 para declaração de voto. Nessas situações havia feitos sem movimentação há mais de 30 dias, porém, por ocasião da inspeção, constatou-se que todos eles já estavam regularizados, conforme informação em anexo e discriminação a seguir:

- a) Voto-vista: 2003.61.00.020113-5 (voto apresentado em 19/5/2016); 2005.03.99.053468-2 (voto apresentado em 2/6/2016); 2007.03.99.002535-8 (voto apresentado em 19/5/2016); 2007.61.00.028414-9 (voto apresentado em 2/6/2016); 2010.61.82.026015-6 (voto apresentado em 19/5/2016); 2013.61.00.008258-9 (voto apresentado em 19/5/2016);
- b) Declaração de voto: 2003.61.00.019294-8 (recebido com declaração de voto em 10/5/2016); e

c) Revisão: 2011.61.05.004925-1 (revisão efetuada, aguardando inclusão para julgamento na pauta de 7/7/2016).

Em relação a esses processos, recomenda-se acompanhar a efetiva inclusão para julgamento do Processo n. 2011.61.05.004925-1.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos:

CPC: aplicação da sistemática de julgamentos não unânimes em relação às decisões proferidas na vigência do NCP; juízo de admissibilidade no TRF;

Lei n. 13.140/15: os casos de conciliação são encaminhados ao Gabinete de Conciliação e observam-se na triagem os casos de autorização de desistência de recursos.

Lei n. 13.146/15: sempre foi dada preferência aos feitos titularizados pelas pessoas alcançadas pela prioridade.

### **3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:**

Os 71 processos selecionados para inspeção foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas foram inspecionados com base nos respectivos extratos processuais, os quais demonstraram as seguintes situações:

- n. 200161000177641: não pertencente atualmente ao Relator Johansom di Salvo; foi remetido à Vice-Presidência em 24/9/2013 e concluso em 19/5/2016;

- n. 200460020012577: julgado em 18/2/2016, com acórdão publicado em 13/5/2016, sem pendência, portanto.

O processo n. 200161000177641 deverá ser incluído pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção da Vice-Presidência.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, verificaram-se pequenas discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, a

maioria dos casos em feitos suspensos aguardando decisão em repercussão geral, os quais estavam sem registro da suspensão nos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema das Petições pendentes: 199603010194737, 199703010592061, 199803010300169 e 199803010872165;

b) julgar, no prazo de 90 dias, os Processos: 200161050027420, 201061160000501, 201403000162926 e 201503000003944;

c) certificar a fase de suspensão nos autos (total 17):

199803010872165	200661080126768	200761000131588
200761060068457	200761080049699	200761110036549
200761110039642	200761120051249	200761220019273
200861060088102	200861060088151	200861080001970
200861170003218	201061110016537	201061110022264
201061170002270	201061190019573	

d) publicar a decisão em 10 dias (total: 23):

19970301059206	199803010300169	200661000240749
200761050063529	200803990000184	201061110028928
201061110028990	201061130020856	201061140049247
201061150012749	201061190038762	201160000009620
201203000061608	201203000176230	201203000179358
201203000186995	201203000248356	201303000081399
201303000163008	201303000268487	201503000004729
201503000020395	201503000033390	

e) incluir em pauta: 199961030056788, 200561000117674, 200561050041653, 200761030016972, 200903000128790, 201103000109984, 201403000043354 e 201503000004080 (total: 8); e

f) acompanhar até final julgamento: 200361000201135, 200503990534682, 200703990025358 e 201361000082589.



Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, alta produtividade e redução expressiva do acervo, o que merece registro e reconhecimento da CGJF como boa prática de gestão processual e administrativa.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é muito satisfatória, não havendo acúmulo de acervo, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo. O Gabinete é bem sucedido na Meta 2 e na Meta 1.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

a) triagem inicial de processos: a triagem no recebimento é feita por um servidor e revisada pela assessoria;

b) classificação e separação física de processos: há classificação e separação por matéria: embargos à execução fiscal; improbidades; agravos de instrumento. As apelações em mandado de segurança não têm acervo, pegando-se as que são distribuídas;

c) especialização de servidores por matéria ou fase processual: a distribuição do acervo considera as aptidões dos servidores. Havendo necessidade, há concentração da força de trabalho em projetos específicos;

d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ: A Unidade dá atenção especial aos processos da Meta 2 e confere prioridade aos idosos, em seu planejamento. É extraído do relatório gerencial a cada 15 dias;

e) medidas de conciliação e desistência de recursos: as conciliações são enviadas ao Gabinete de Conciliação e observa-se na triagem as situações de desistências de recursos;

f) priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa: são priorizados;

g) controle de prazo para julgamento de feitos: existe controle de casos que são considerados mais relevantes, como ações populares e ações de improbidade administrativa;

h) fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores: ocasionalmente, quando aparecem situações emergenciais;

i) planejamento e avaliação periódica de atividades: é feita pela chefia de gabinete e pela assessoria;

j) desempenho: foi mencionado o entrosamento e a qualificação dos servidores;

k) produtividade e metas: não aprova estabelecimento de número específico de processos por pauta, confiando na produtividade e desempenho dos servidores.

l) gestão de pessoal e recursos materiais: aumento do quadro de pessoal seria desejável e há instabilidade no PJE, havendo dúvidas sobre a funcionalidade do sistema nas sessões de julgamento;

m) atendimento a advogados: atende, sem agendamento;

n) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores: há acompanhamento;

o) o PJE é aprendido na prática.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou a seguinte situação existentes na unidade inspecionada:

a) divergência entre os registros nos sistema eletrônico e no processo físico, em relação aos processos sobrestados.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) Cuidar das divergências de registros entre o sistema eletrônico e os processos físicos, em relação aos processos sobrestados.

**GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL FAUSTO DE SANCTIS**

**Especialidade:** Direito Previdenciário.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **FAUSTO MARTIN DE SANCTIS**

**1.2. Órgãos de atuação:** Plenário, 7ª Turma (Presidente desde 17/2/2014), 3ª Seção.

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 28/1/2011.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	15	0	0	0	4	19	13
Inspeção/2016	15	0	2	0	3	20	15

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 1 auxiliar a mais. Houve incremento de 2 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	8.657
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	8.025
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	7.242
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	5.807
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	1
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

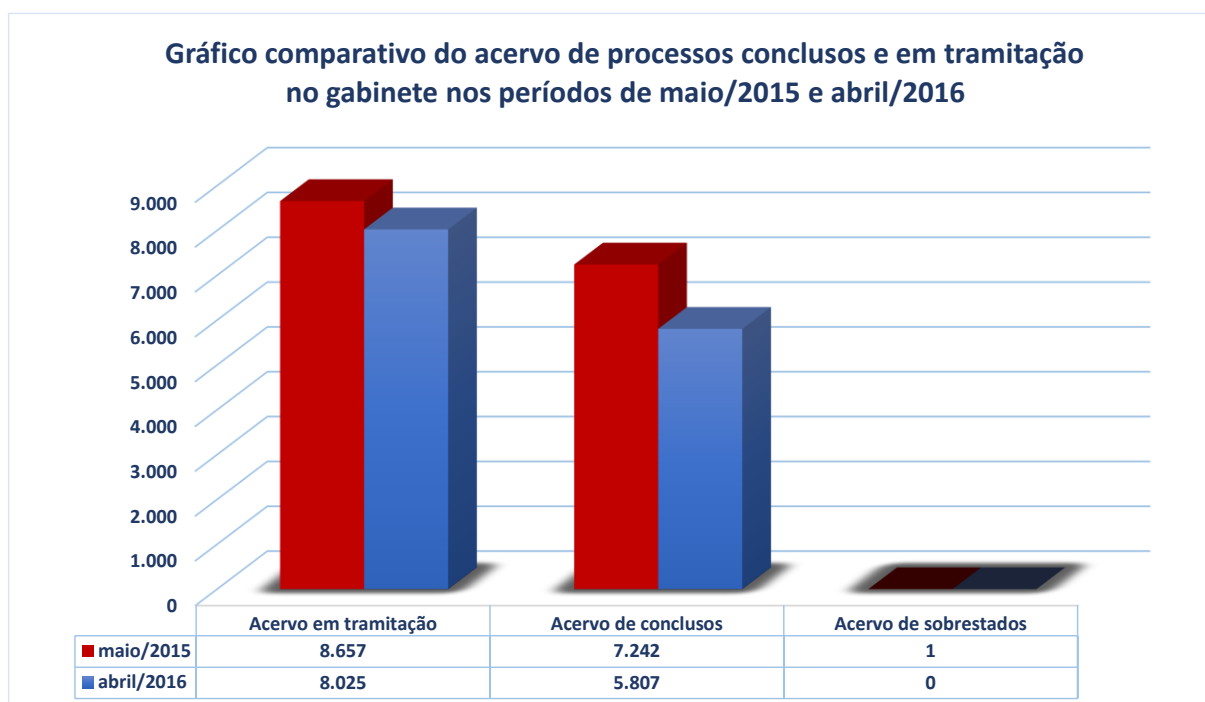
\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 1.435 e o número de sobrestados zerou.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 5.807 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 387 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 632 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	5.121
Total de processos (saídas)**	5.929
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-808
Processos distribuídos	4.900

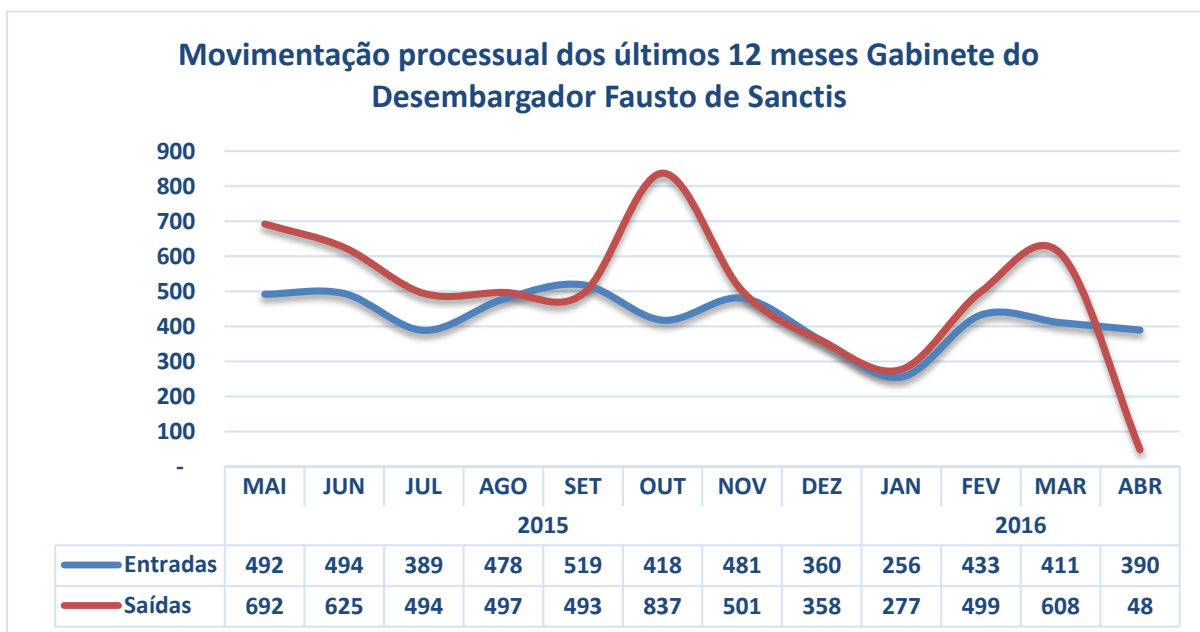
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.121 e saída de 5.929 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	30
Processos julgados em mesa	28
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	5.689
<b>Total geral</b>	<b>5.747</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	32%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 5.747 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.900; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 28 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 5.689 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 32%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	172
b. Agravo Legal/Regimental	543

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e de agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 172 embargos de declaração e 543 agravos legais/regimentais.

Existe 1 processo com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela proferida há mais de 90 dias e ainda não levado para exame do colegiado; tal processo é o de número 201403000201658.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	23
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	10
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	83
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	166
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	155
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	189
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	395
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	341
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 1.362 processos, representando 23% do acervo de processos conclusos na unidade.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016, por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. FAUSTO DE SANCTIS			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	0	0
1996	0	0	0
1997	1	1	1
1998	1	0	0
1999	11	6	1
2000	28	15	3
2001	39	26	8
2002	56	33	9
2003	52	29	9
2004	50	24	4
2005	80	36	5
2006	75	48	13
2007	401	247	92
2008	657	389	172
2009	652	354	162
2010	778	448	191
2011	1.197	667	417
2012	1.228	640	361
2013	2.203	992	581
2014	950	2.155	839
2015	0	1.186	2.085
2016	0	0	854
<b>Total</b>	<b>8.459</b>	<b>7.296</b>	<b>5.807</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 8.459; atualmente, há 5.807. Houve diminuição dos feitos conclusos até 2014. Verifica-se que a maior parte do acervo é dos anos de 2014, 2015 e 2016; resta ainda uma considerável quantidade de feitos distribuídos entre 1997 e 2013 (2.029 feitos), o que se revela um dado merecedor de atenção.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e, em parte, julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade ainda trabalha com um acervo expressivo de processos distribuídos até o ano de 2010, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:



<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	2
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, bem como que não há feitos que aguardam voto-vista ou declaração de voto.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	2
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de processos conclusos para revisão, e nem para voto-vista ou declaração de voto.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, no que tange a processos abrangidos por prioridades legais. Tais processos estão sendo separados fisicamente e, em relação a eles, estão sendo feitas anotações junto ao sistema informatizado de acompanhamento processual. O Gabinete informou que as recentes alterações produzidas pelas Leis antes mencionadas ainda não impactaram seus trabalhos.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Os 105 processos selecionados para inspeção foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base nos respectivos extratos processuais. De todo modo, tais processos deverão ser incluídos na próxima autoinspeção.

A amostragem revelou a existência de 42 processos sem movimentação desde sua distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2006.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não se constatou a existência de processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração já realizada ou em andamento.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias: 201403000201658;

b) julgar, no prazo de 90 dias, os agravos legais/regimentais:

200060000015579	200403990126149	200961830076868
201161830046093	201161830085578	201161830117609

c) julgar, no prazo de 90 dias, os embargos infringentes: 199403010189381 e 199961180014854;

d) promover, no prazo de 90 dias, o juízo de retratação:

199703010756744	199903990369309	199961030020782
200061060091278	200161200055063	200203990037065
200261830014248	200303990279740	200561090036243

e) julgar, no prazo de 90 dias, as restaurações de autos: 201503000061440 (n. originário 2000.03.99.069715-9); e 201403000132065 (n. originário 2010.61.19.002502-0; recomendação constante da inspeção anterior);

f) julgar, no prazo de 90 dias, os feitos sem movimentação desde sua distribuição/redistribuição:

199103010202608	200361830012300	200461020036559
200461140011876	200461830009419	200461830043907
200461830051825	200461830052570	200461830057463
200561040083869	200561040089975	200561050136032
200561060028270	200561060044444	200561080089329
200561110011544	200561110043569	200561120061350
200561130018064	200561130037691	200561140044886
200561160002575	200561190044183	200561210002619
200561250022393	200561260062200	200561270018838
200561830047188	200561830055963	200561830065828
200561830068155	200603990185515	200603990337455
200660020019659	200661100103203	200661110007650
200661110013144	200661140040964	200661260003030
200703990027010	201061130017419	200003990697159

Foram identificados dois processos remanescentes de inspeção anterior para acompanhamento na atual; tais processos são os seguintes:

- Restauração de Autos n. 201403000132065.
- Mandado de Segurança n. 200060000015579.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação suficientemente célere do acervo em geral, muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é merecedora de atenção, pois, embora tenha sido constatada a redução do acervo, este ainda é expressivo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

No que tange à metodologia de trabalho e às boas práticas da unidade, destacam-se as relativas à (ao):

- a) *layout* e organização física do gabinete, que são adequados;
- b) triagem, classificação, separação física e guarda dos processos, que são feitos seguindo diversos critérios, inclusive o da matéria (benefícios assistenciais e benefícios previdenciários por espécie) e o do tipo de ação (ação de concessão, ação de revisão, processo de execução, agravo de instrumento etc.);
- c) registro adequado das fases processuais no sistema informatizado de controle dos processos;
- d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou com meta do CNJ, que são separados fisicamente nos armários, a fim de manter sua identificação visual;
- e) controle eficiente do fluxo de processos e das estatísticas, com elaboração de planilhas e gráficos para propiciar o acompanhamento e o mapeamento do acervo;
- f) gestão de pessoal, realizada pela chefia de gabinete e pela assessoria, com diálogos com os servidores e com os estagiários, identificando-se os problemas de execução das tarefas;
- g) adoção do sistema de teletrabalho;
- h) acompanhamento do desempenho dos servidores pela chefia, a qual se mostra aberta a sugestões advindas deles;
- i) especialização de servidores, por matéria e, dentro do possível, segundo suas afinidades em relação a determinados temas;
- j) fixação das metas de trabalho em reuniões periódicas, com a participação dos servidores, da chefia e do Desembargador;
- K) planejamento e avaliação periódica das atividades e do desempenho do gabinete;
- l) pronto atendimento aos advogados.

No que tange à especialização da equipe de trabalho, merece registro o fato de, logo após a triagem, ser feita a distribuição interna dos processos aos setores responsáveis por cada matéria.

Outrossim, deve ser registrado que, por representarem o maior percentual do acervo, os processos relativos a aposentadorias por tempo de serviço/contribuição e a aposentadorias especiais estão organizados e identificados por ano de distribuição.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

É feito o controle diário das metas de trabalho.

Na dicção dos gestores do gabinete, a experiência com o sistema de teletrabalho tem produzido bons resultados.

Chamou a atenção o fato de ser expressiva a quantidade de recursos julgados por meio de decisões monocráticas, no período compreendido entre a data-base da inspeção anterior e a data-base da inspeção atual. Em face das alterações decorrentes do início da vigência do novo Código de Processo Civil, estão sendo reavaliados alguns processos de trabalho anteriormente baseados no sistema de decisões monocráticas.

Como a maior parte dos processos em tramitação no gabinete ainda é de processos físicos, pode-se perceber que o sistema adotado para sua triagem, classificação e guarda permite que sua identificação visual seja feita com facilidade.

O sistema também produz outros resultados paralelos, como a possibilidade de elaboração de minutas de decisões e de votos com base em teses já pacificadas na jurisprudência.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

Inicialmente, cumpre lembrar as recomendações contidas em outros trechos deste relatório, quanto aos processos que constituíram objeto da amostragem e em relação aos quais foram feitas recomendações específicas.

Além disso, como o acervo de processos conclusos na data-base da inspeção inclui, em quantidades ainda expressivas, processos distribuídos há bastante tempo, em diversos anos, recomenda-se que: a) no prazo de 60 dias, seja elaborado um planejamento para que tais processos sejam julgados; b) semestralmente, pelo prazo de dois anos, a Corregedoria-Geral da Justiça Federal seja informada acerca dos resultados desse planejamento.

Como o gabinete está enfrentando o desafio de ajustar-se ainda mais ao sistema de julgamento colegiado, recomenda-se o uso intensivo das ferramentas do espelho de pauta do GEDPRO, que permitem a solução antecipada de muitas das questões que emergiriam no curso da sessão de julgamento.

Outrossim, como o uso do processo eletrônico tende a aumentar, à medida que subirem, em grau de recurso, os processos que se iniciaram em meio virtual, certamente

produzirá ótimos resultados o treinamento periódico de servidores para o manuseio das ferramentas atinentes a esse tipo de processo.

Recomenda-se, também, que a capacitação de servidores ocorra de modo constante, seja mediante cursos de treinamento específicos, seja mediante a troca de experiências e de boas práticas com servidores de outros gabinetes do TRF3 e até mesmo com servidores de outros Tribunais.

Finalmente, recomenda-se que os processos de gestão do gabinete sejam periodicamente revistos e aprimorados, sempre com o objetivo de aumentar a qualidade dos serviços prestados e de elevar a produção e a produtividade do gabinete.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL TORU YAMAMOTO**

**Especialidade:** Direito Previdenciário.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **TORU YAMAMOTO**

**1.2. Órgãos de atuação:** Conselho de Administração do TRF 3ª Região até janeiro de 2016; atualmente, Plenário, Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, Órgão Especial, 7ª Turma, 3ª Seção.

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 26/3/2014

No período de cinco anos, o Magistrado, que tomou posse como Desembargador Federal em 4/10/2013, requereu 1 remoção interna, a saber:

- em 26/3/2014, da 1ª Turma da 1ª Seção para a 7ª Turma da 3ª Seção.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	18	0	0	0	4	22	16
Inspeção/2016	18	0	0	0	3	21	16

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 1 auxiliar a menos. Houve manutenção do número de servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim (16).

O Gabinete informa que, na inspeção de 2014, a assessora e a chefe de gabinete não foram incluídas na contagem de servidores efetivos nem na contagem de servidores em área-fim. Contudo, o número de servidores efetivos e de servidores em área-fim de agosto de 2014 e de abril de 2016 permanece o mesmo (18 servidores efetivos e 16

servidores em área-fim). Por tal motivo, os números da presente tabela de quadro de pessoal diferem dos dados constantes do relatório da inspeção de 2014.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	11.240
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	9.873
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	9.298
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	7.757
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	0
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

O gabinete informou ter controle interno do seu acervo, mas consideramos apenas as estatísticas oficiais, fornecidas pelo Tribunal, diante da necessidade de uniformização dos dados.

Além disso, no questionário do Conselho de Justiça Federal preenchido pelo Gabinete, há alguns equívocos acerca da quantidade de processos em efetiva tramitação. Tais equívocos foram reconhecidos pelo próprio Gabinete.

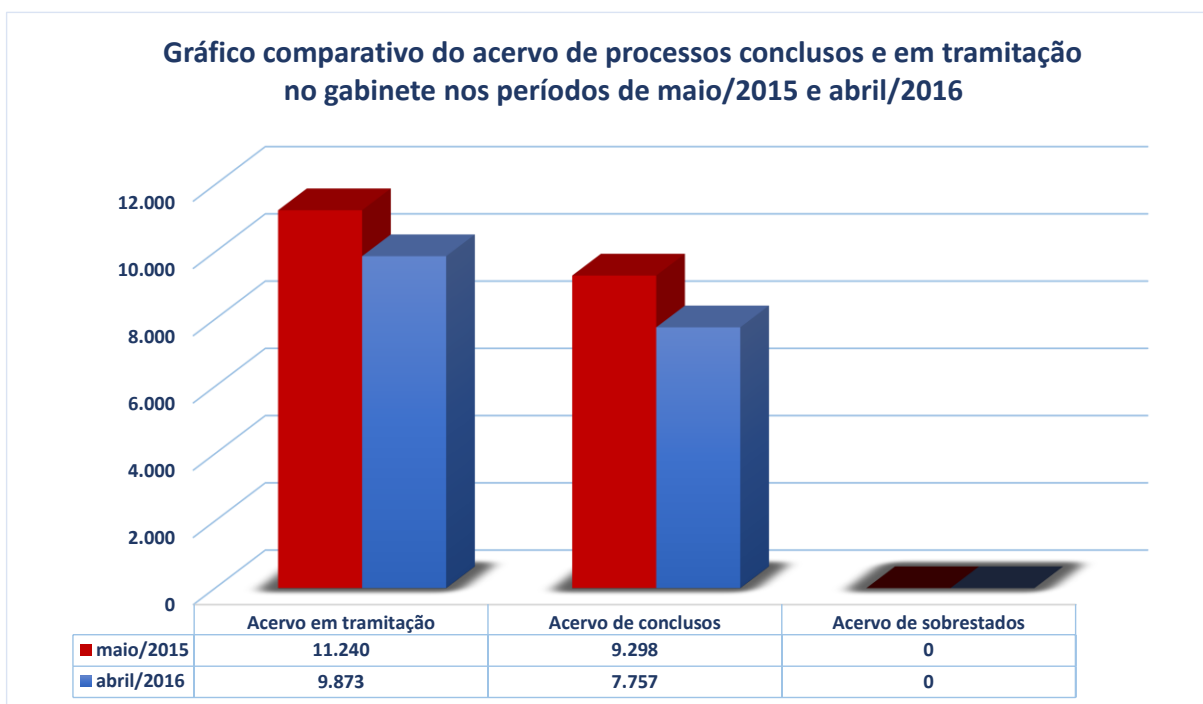
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 1.541 e o número de sobrestados permaneceu em 0.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 7.757 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 485 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 1.367 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:





Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	5.146
Total de processos (saídas)**	6.533
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-1.387
Processos distribuídos	4.922

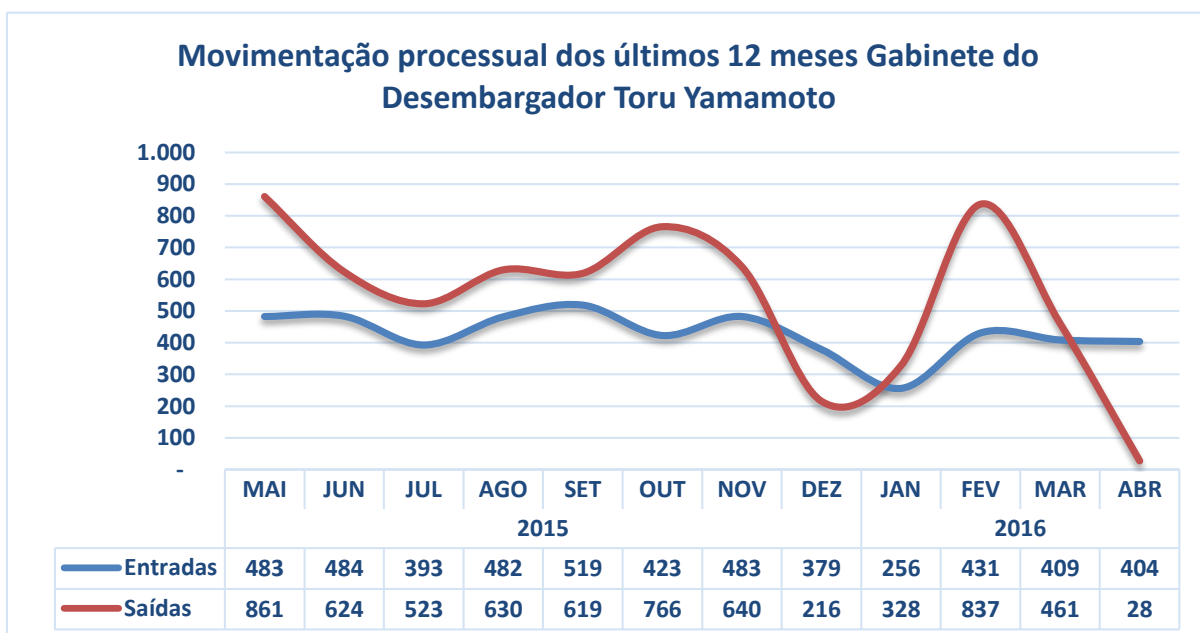
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.146 e saída de 6.533 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	31
Processos julgados em mesa	152
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	6.145
<b>Total geral</b>	<b>6.328</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	24%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 6.328 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.922; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 152 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 6.145 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 24 %.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	290
b. Agravo Legal/Regimental	355

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Existem pendentes de julgamento 290 embargos de declaração e 355 agravos legais/regimentais.

Não há processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	1
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	2
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	8
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	22
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	54
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	819
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	941
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 1.848 processos, representando 24% do acervo de processos conclusos na unidade (7.757).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. TORU YAMAMOTO			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	1	0
1996	1	0	0
1997	1	0	0
1998	0	0	0
1999	3	2	0
2000	6	5	0
2001	6	6	0
2002	6	17	0
2003	7	14	1
2004	9	20	0
2005	16	27	0
2006	38	17	1
2007	303	175	16
2008	1.539	573	39
2009	1.236	483	54
2010	1.571	699	81
2011	2.085	1.153	794
2012	2.215	1.222	960
2013	3.385	1.659	1.243
2014	967	2.230	1.384
2015	0	1.278	2.238
2016	0	0	946
<b>Total</b>	<b>13.394</b>	<b>9.581</b>	<b>7.757</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 13.394; atualmente, há 7.757. Houve diminuição dos feitos conclusos até abril de 2014. Verifica-se que a maior parte do acervo é dos anos de 2014, 2015 e 2016; resta ainda uma considerável quantidade de feitos distribuídos entre 2003 e 2013 (3.189 feitos), o que se revela um dado merecedor de atenção.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e, em parte, julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade ainda trabalha com um acervo de processos distribuídos até o ano de 2010, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, não havia processos; tampouco da Meta 6/2016.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	3
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	2
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, tampouco feitos que aguardam voto-vista. Existem 3 processos que aguardam declaração de voto. Neste universo, em abril de 2016, há processos que aguardam providências há mais de 30 dias, configurando pendência externa: 201503000193332 e 200903000290088.

O processo em que não havia atraso de mais de 30 dias era o de número 201003990231401.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão, para voto-vista e para declaração de voto.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, visando a priorizar processos envolvendo idosos e pessoas com deficiência e processos relativos a benefícios assistenciais. Quanto às pessoas com deficiência que comparecem ao gabinete, estão sendo feitas adaptações no espaço físico deste, para melhorar as condições de acessibilidade. No que tange à mediação entre o INSS e o jurisdicionado, o gabinete informa que esse tema nunca foi levado à sua apreciação.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Os 86 processos selecionados para inspeção foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com os registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

A amostragem revelou a existência de 35 processos sem movimentação desde sua distribuição, os dois mais antigos remontando ao ano de 2008; seus números são os seguintes: 200761000033281 e 200803990429176.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos que constituíram objeto da amostragem, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias:

200361830014678	200661180013790	200703990383469
200903990043394	200803990337660	201103000096965
201161190012984		

b) julgar, no prazo de 90 dias, os agravos legais/regimentais:

200703990067225	200703990222395	200803990263845
201061130013671	201103990324158	201261270016391
201303000259176	201403000141236	201061000054258

c) julgar, no prazo de 90 dias, os embargos de declaração:

200360020034556	200361040175100	200461040048786
200661040004391	200661140063058	200961040009833
200903990120364	200961040060905	200903990256274
200961170016023	201203000003839	

d) julgar, no prazo de 90 dias, os processos sem movimentação desde o indeferimento do pedido de antecipação de tutela: 201103990322125 e 201103990371203;

e) julgar, no prazo de 90 dias, os processos não movimentados desde sua distribuição:

200461830048711	199661830175084	200161200068460
200361150015552	200461830034335	200461830047950
200661050139440	200661180013790	200661270021301
200761000033281	200761000178209	200761090064004
200803990429176	200860030005873	200861130009970
200861830039867	200961190051582	201061140080485
201061140080618	201061140090107	201061170002257
201061190050907	201061190055437	201061130031908
201061130028776	201061130021575	201061120019985
201061120046691	201003990208300	201003990372665
201061140011931	201061140029856	201061140061132
201061140064741	201061140080205	

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação suficientemente célere do acervo em geral, muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é merecedora de atenção, pois, embora tenha sido constatada a redução do acervo, este ainda é expressivo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

No que tange à metodologia de trabalho e às boas práticas da unidade, destacam-se as relativas à (ao):

a) *layout* e organização física do gabinete, que são adequados, dividindo-se os armários por matéria e, dentro de cada matéria, por ano de distribuição;

b) triagem dos processos, realizada por ocasião do seu recebimento no gabinete, verificando-se, desde logo, a existência de pedidos liminares e de pedidos de antecipação de tutela;

c) especialização de servidores em determinadas matérias, de acordo com a quantidade de feitos conclusos no Gabinete, o grau de experiência e de conhecimento do servidor;

d) adoção de critérios para o atendimento das prioridades legais e das metas do CNJ, em especial considerando a ordem cronológica dos processos e a urgência dos pedidos; a medida é importante por ser grande o número de prioridades;

e) priorização dos feitos adiados e pendentes, levados em mesa na sessão seguinte;

f) fixação das metas individuais de trabalho, de acordo com a matéria, com a função comissionada titulada pelo servidor, com seu grau de experiência e com o regime pelo qual ele exerce suas funções (presencialmente ou por teletrabalho);

g) revisão das minutas de decisões/votos pela chefia de gabinete, antes de seu encaminhamento ao Desembargador;

h) conjugação das diversas metas da unidade, como as relativas às prioridades legais, à idade cronológica dos processos e aos pedidos urgentes;

i) flexibilidade na jornada de trabalho, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida do servidor;

j) intensificação do uso de modelos de decisões e de votos padrões, arquivados no GEDPRO;

k) complementação dos dados constantes do controle informatizado do acervo de processos, mantido pelo Tribunal, com informações adicionais relativas às matérias;

l) reavaliação periódica do cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça;

m) realização periódica de mutirões internos, em caso de acúmulo de determinados recursos;

n) pronto atendimento a advogados pelos servidores e pela chefia;

o) lavratura imediata de acórdãos, logo após as sessões de julgamento;

p) registro das movimentações processuais internas no SIAPRO;

q) uso intensivo do meio eletrônico para as comunicações oficiais realizadas entre os órgãos do Poder Judiciário (Meta 10 do CNJ);

r) gestão de pessoal e de recursos materiais realizada pela Chefe de Gabinete;



s) análise de processos da Seção, do Órgão Especial e do Conselho de Justiça Federal da 3ª Região realizada pela Assessora;

t) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

Chamou a atenção o fato de ser expressiva a quantidade de recursos julgados por meio de decisões monocráticas, no período compreendido entre a data-base da inspeção anterior e a data-base da inspeção atual. Em face das alterações decorrentes do início de vigência do novo Código de Processo Civil, estão sendo reavaliados alguns processos de trabalho anteriormente baseados no sistema de decisões monocráticas.

Como a maior parte dos processos em tramitação no gabinete ainda é de processos físicos, pode-se perceber que o sistema adotado para sua triagem, classificação e guarda permite que sua identificação visual seja feita com facilidade.

O sistema também produz outros resultados paralelos, como a possibilidade de elaboração de minutas de decisões e de votos com base em teses já pacificadas na jurisprudência.

Observou-se que a equipe do gabinete é coesa, e que o rodízio periódico dos servidores, por matéria, permite que, nas ausências de determinados servidores (por motivo de férias, licença médica etc.), outros possam dar continuidade ao trabalho por eles desenvolvido. Ademais, isto também permite o remanejamento eventual da força de trabalho, para enfrentar com maior efetividade matérias em que ocorre o acúmulo maior de processos.

A implementação do sistema de teletrabalho foi recebida pelos servidores do Gabinete. No período da inspeção, 4 dos 18 servidores do Gabinete trabalhavam nesse sistema. A medida contribuiu para a melhoria de sua qualidade de vida e, ao mesmo tempo, ensejou o aumento de produtividade. Além disso, ela permitiu a permanência, no Gabinete, de servidores que tendiam a migrar para outros Gabinetes que já adotavam o sistema de teletrabalho.

O controle da produtividade é realizado pela chefia de Gabinete, à qual cabe receber e analisar os relatórios semanais dos servidores, cujas metas individuais são flexibilizadas, para mais ou para menos, em função do grau de dificuldade dos processos a seu cargo.

Sempre que possível, os servidores do Gabinete são inscritos para cursos de capacitação nas matérias previdenciárias e instrumentais, como o novo Código de Processo Civil e o sistema de processos eletrônicos (PJE). Todavia, muitos servidores buscam sua capacitação de forma independente, por meio, por exemplo, de cursos à distância, fora do horário de trabalho. Especificamente no que tange ao PJE, relatou-se

que as funcionalidades do sistema ainda não foram devidamente explicitadas, o que faz com que cada servidor tente descobri-las por si só, no dia a dia do trabalho.

Em relação ao acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores, não se verificaram feitos pendentes.

Verificou-se, por fim, que o Gabinete adota como diretrizes: a) a organização (em todos os sentidos: acervo, força de trabalho etc.); b) a análise de todos os processos mais antigos, independentemente da matéria e do grau de dificuldade; c) adesão dos servidores aos objetivos gerais do Gabinete; d) a estipulação de metas de produtividade razoáveis, mantendo-se a qualidade das minutas; e e) a existência de um bom clima de trabalho, que gera a permanência dos servidores no Gabinete.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

Inicialmente, cumpre lembrar as recomendações contidas em outros trechos deste relatório, quanto aos processos que constituíram objeto da amostragem e em relação aos quais foram feitas recomendações específicas.

Além disso, como o acervo de processos conclusos na data-base da inspeção inclui, em quantidades ainda expressivas, processos distribuídos há bastante tempo, em diversos anos, recomenda-se que: a) no prazo de 60 dias, seja elaborado um planejamento, para que tais processos sejam julgados; b) semestralmente, a Corregedoria-Geral da Justiça Federal seja informada acerca dos resultados desse planejamento.

Recomenda-se, também, que sejam envidados esforços para que seja mantido o atual grau de redução do acervo.

Como o gabinete está enfrentando o desafio de ajustar-se ainda mais ao sistema de julgamento colegiado, recomenda-se o uso intensivo das ferramentas do espelho de pauta do GEDPRO, que permitem a solução antecipada de muitas das questões que emergiriam no curso da sessão de julgamento.

Outrossim, como o uso do processo eletrônico tende a aumentar, à medida que subirem, em grau de recurso, os processos que se iniciaram em meio virtual, certamente produzirá ótimos resultados o treinamento periódico de servidores para o manuseio das ferramentas atinentes a esse tipo de processo.

Recomenda-se, ainda, que a capacitação de servidores ocorra de modo constante, seja mediante cursos de treinamento específicos, seja mediante a troca de experiências e de boas práticas com servidores de outros gabinetes do TRF3 e mesmo com servidores de outros Tribunais.

Finalmente, recomenda-se que os processos de gestão do gabinete sejam periodicamente revistos e aprimorados, sempre com o objetivo de aumentar a qualidade dos serviços prestados e de elevar a produção e a produtividade do gabinete.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO DOMINGUES**

**Especialidade:** Previdência e Assistência Social.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **PAULO SÉRGIO DOMINGUES**

**1.2. Órgãos de atuação:** 3ª Seção e 7ª Turma.

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 11/12/2014.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	-	-	-	4	21	Não informado
Inspeção/2016	18	-	-	-	4	22	15

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 1 auxiliar a mais. Poderia haver mais servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	11.929
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	12.090
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	10.823
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	10.699
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	6
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

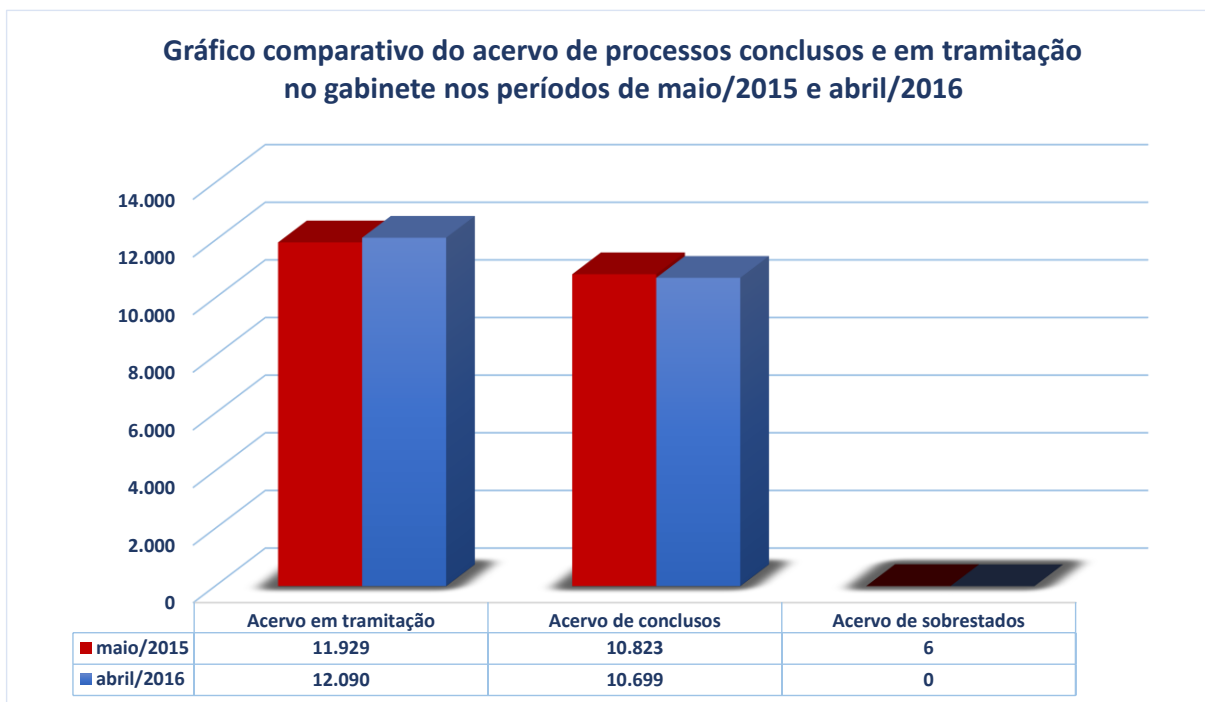
O Gabinete informou ter controle interno do seu acervo. De todo modo, foram consideradas, em geral, as estatísticas oficiais fornecidas pelo Tribunal, diante da necessidade de uniformização dos dados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 124 e o número de sobrestados foi reduzido a zero.

O Gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 10.699 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 713 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 161 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	5.070
Total de processos (saídas)**	4.703
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	367
Processos distribuídos	4.921

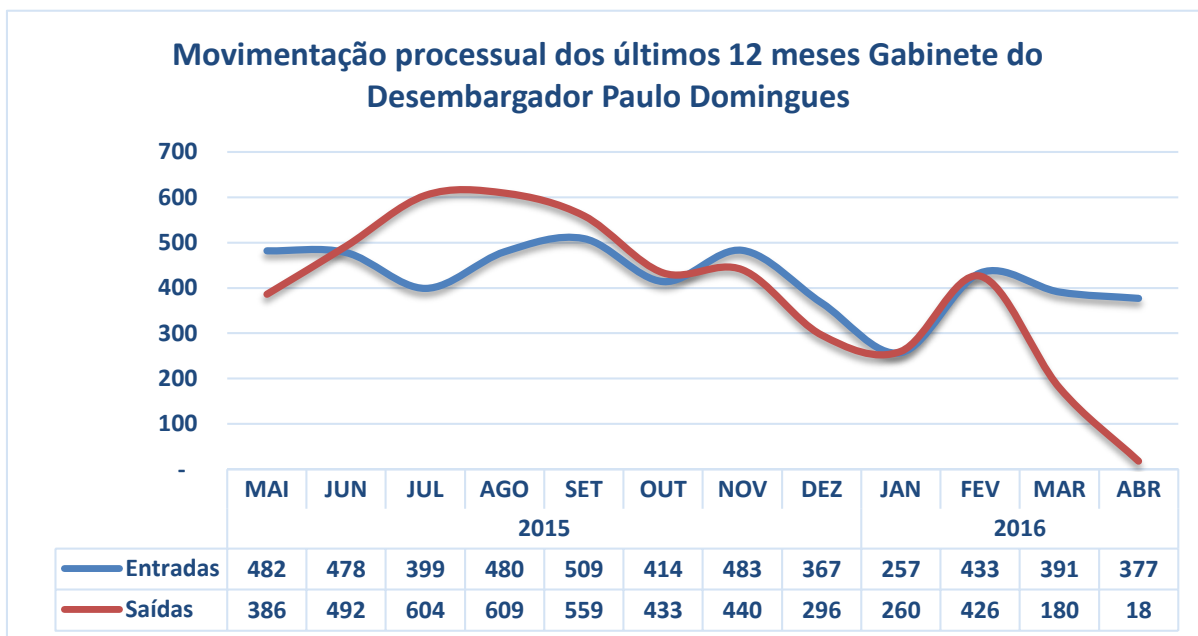
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.070 e saída de 4.703 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	217
Processos julgados em mesa	14
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	4.349
<b>Total geral</b>	<b>4.580</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	30%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 4.580 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.921; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 14 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 4.349 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 30%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	68
b. Agravo Legal/Regimental	120

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais, após a entrada em vigor do novo CPC, são incluídas em pauta para julgamento. Existem pendentes de julgamento 68 embargos de declaração e 120 agravos legais/regimentais.

Não existem processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	4
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	92
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	515
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	535
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	670
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	894
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	1.055
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 3.765 processos, representando 35% do acervo de processos conclusos na unidade (10.699).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:



PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

**GAB.DES.FED. PAULO DOMINGUES**

Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	1	0	0
1994	0	0	0
1995	0	0	0
1996	0	0	0
1997	1	1	0
1998	2	1	1
1999	3	0	1
2000	22	4	2
2001	18	7	0
2002	12	14	1
2003	17	16	2
2004	26	19	3
2005	17	20	9
2006	36	27	2
2007	467	389	71
2008	875	765	476
2009	805	684	550
2010	1.037	820	693
2011	1.405	1.085	937
2012	1.844	1.351	1.104
2013	2.971	1.823	1.521
2014	1.164	2.534	1.831
2015	0	1.196	2.574
2016	0	0	921
<b>Total</b>	<b>10.723</b>	<b>10.756</b>	<b>10.699</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 10.723; atualmente, há 10.699. Houve diminuição dos feitos conclusos a partir de 2007. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2008, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 2008, portanto, com mais de sete anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, não havia processos; enquanto havia 1 processo da Meta 6/2016. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	2
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do Gabinete liberados para revisão, tampouco para voto-vista e declaração de voto.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	4
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão e para voto-vista. Existe 1 feito para declaração de voto. Nessas situações não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos, merecendo destaque: a realização de reuniões quinzenais com toda a equipe para as devidas adaptações e mudanças nos procedimentos da unidade.

### **3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:**

Dos 148 processos selecionados para inspeção, foram inspecionados 147, todos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

O processo que tramitava em unidade externa e que não estava fisicamente disponível foi inspecionado com base no respectivo extrato processual. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

A amostragem revelou a existência de 94 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2007.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração. Durante a entrevista, a unidade informou que foi identificado, após 30/4/2016, 1 processo extraviado no acervo geral (AC n. 2008.03.99.013798-0), mas que já teve o expediente devidamente registrado no SEI (n. 0006024-22.2016.4.03.8000), estando em curso a respectiva restauração dos autos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

- a) proceder à baixa do feito no sistema processual: 200903000066899;
- b) julgar, no prazo de 90 dias:

198961042059681	199961150040243	199961180007941
200003990060560	200061130034990	200161070028971
200161070046780	200161210048160	200161250007040
200161250007271	200161250010063	200161250010427
200161250034663	200161250050061	200161250054730
200161250063031	200161830022575	200161830036549
200161830049477	200203990119860	200203990203482
200303000637542	200303990086822	200303990214782
200361110023586	200403990155861	200403990392380
200461100084406	200461140072683	200461830003120
200461830004100	200461830006972	200461830010562
200461830010630	200461830010665	200461830014762
200461830016527	200461830018962	200461830019279
200461830020713	200461830022461	200461830028750
200461830029297	200461830029376	200461830030329
200461830030720	200461830033215	200461830033525
200461830037749	200461830042290	200461830042540

200461830043336	200461830045310	200461830046430
200461830046866	200461830046969	200461830048140
200461830050699	200461830059897	200461830062630
200503990126464	200503990214833	200503990282530
200503990328772	200503990452320	200503990490861
200561040071170	200561170035553	200561200000018
200561260002937	200561830001085	200561830002193
200561830004955	200561830009072	200561830009370
200603990398523	200661200035608	200661260026831
200703990004884	200703990084685	200703990091240
200703990101130	200703990104477	200703990119080
200703990157391	200703990195460	200703990199919
200703990250421	200703990256587	200703990317096
200703990368730	200703990370426	200703990379480
200703990389216	200703990407644	200703990433709
200703990452200	200803000498989	200961050019148
201061110003543	201061140024986	201061140030070
201061140036393	201061140040384	201061140046787
201061140048966	201061140064893	201061140075830
201061140087613	201061170000881	201061170003158
201061170010175	201061170014648	201061170018071
201061180000040	201061190005914	201061190014204
201061190041682	201103990020352	201103990307422
201161120046520	201303000318480	201361830113250

- c) apreciar, no prazo de 30 dias, o pedido de liminar: 201603000009460 e 201503000292139;
- d) julgar, no prazo de 90 dias, o agravo tão logo contraminutado: 201503000291548 e 201503000225953;
- e) julgar, no prazo de 90 dias, os seguintes processos (remanescentes da Autoinspeção 2013, Inspeção CJF 2014 e Autoinspeção 2015): 199803011055328 e 199903000284070.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que a tramitação do acervo não apresenta, ainda, a celeridade necessária, e muitos

feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhora do respectivo perfil, impondo-se a ressalva, contudo, de que o Desembargador Federal e sua equipe assumiram o Gabinete há pouco tempo.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade merece acompanhamento, pois não se verificou redução do acervo no período analisado, mas, ao contrário, crescimento, sendo recomendável a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade, em complementação ao plano de trabalho já em andamento.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

A triagem inicial de processos é feita por um servidor destacado para este fim, que classifica os processos por matéria.

Uma vez triados os processos, estes são localizados nas mesas dos servidores, que fazem uma seleção de acordo com a dificuldade, procedendo à imediata confecção das minutas daqueles considerados fáceis. A distribuição dos feitos entre os servidores respeita a ordem de prioridade, de urgência e de antiguidade (art. 12 do novo CPC).

O Gabinete é dividido em setores, de acordo com as matérias, a saber: a) aposentadoria por idade e averbações; b) aposentadorias por tempo de contribuição; c) pensão por morte; d) LOAS, salário-maternidade, auxílio-reclusão e desaposentação; e) benefícios por incapacidade; f) embargos à execução; g) processos de competência da 3ª Seção; e h) revisões em geral (matéria de direito).

A equipe do Gabinete é formada por 18 servidores, sendo que 1 servidor está afastado por motivo de doença há 6 meses. A Chefe de Gabinete e o Assessor supervisionam as atividades administrativas, sob a orientação do Magistrado.

No que tange às atividades voltadas ao processamento dos feitos, a Chefe de Gabinete trabalha na elaboração de minuta de despachos/decisões/votos em Agravo de Instrumento juntamente com a servidora que exerce a FC6, tendo em vista a grande quantidade de feitos assumidos do anterior titular do acervo. Há um servidor destacado exclusivamente para a elaboração de minutas dos processos de competência da 3ª Seção. Há um servidor que trabalha exclusivamente com processos de embargos à execução, com prioridade aos feitos mais antigos (atualmente do ano de 2008).

Tendo em vista a grande quantidade de feitos relacionados à matéria de aposentadoria por tempo de contribuição, foram deslocadas mais duas servidoras, com ampla experiência na matéria, a fim de realizar um mutirão para redução do acervo.

Relativamente ao tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ, o Gabinete observa as matérias prioritárias e efetua o controle das metas do CNJ.

Os processos recebem uma tarja, na cor laranja, já na distribuição, o que facilita a identificação visual. A unidade também se utiliza das listagens extraídas do SIAPRO a fim de identificar os processos mais antigos. Atualmente, a unidade prioriza o julgamento dos processos distribuídos no ano de 2008.

As petições incidentes de antecipação de tutela são analisadas imediatamente após a juntada pela Subsecretaria e chegada ao Gabinete. A chefia da unidade fez questão de ressaltar que deve haver muitas petições no acervo pendentes de análise, pois não foi possível, até o momento, fazer uma triagem em todo o acervo assumido em 11/12/2014. A justificativa apresentada é a quantidade de processos da unidade, o que demandaria muito tempo e atrasaria ainda mais o andamento dos feitos.

Os processos relacionados aos pedidos de “desaposentação” estão sendo julgados normalmente tanto nos feitos de competência da 7ª Turma quanto nos da 3ª Seção.

A unidade não faz uso do Setor de Cálculos do Tribunal, pois não foi constatada necessidade até o presente momento.

O Gabinete também observa a priorização de feitos adiados, retirados de pauta, com pedidos de vista, recebidos para declaração de voto e lavratura de acórdão, atentando para a sistemática de prazo do novo CPC, liberando-os sempre na mesma semana, para julgamento já na sessão seguinte, o que é retratado pela inexistência de processos nessas situações.

Para fins de controle de prazo para julgamento de feitos, são utilizadas as planilhas fornecidas pelo setor de estatística do Tribunal, bem como, e principalmente, as planilhas e gráficos elaborados pelo Assessor, os quais são muito bem detalhados e possibilitam um efetivo controle dos números de processos julgados e remanescentes na unidade.

Há fixação de metas de trabalho (mensais) pelo Magistrado, com participação da chefia de Gabinete e do Assessor, as quais são estabelecidas de acordo com a matéria e com o grau de complexidade dos processos distribuídos a cada servidor, sendo verificadas diretamente pela chefia no sistema GEDPRO.

Há avaliação mensal da produtividade, baseada na quantidade de processos minutados, sendo realizadas reuniões quinzenais com o Magistrado e toda a equipe para fins de adequação dos procedimentos, com o intuito motivacional, informativo e/ou estratégico. A chefia relatou ser de fundamental importância para o trabalho a realização desses encontros, refletindo diretamente nos resultados e integração da equipe. Nessas oportunidades também há a uniformização dos entendimentos a serem adotados nas minutas, que por vezes se dão em formato de aula pelo Magistrado, contribuindo para a melhoria no fluxo das informações entre os servidores.

A gestão de pessoal é feita tanto pela Chefe de Gabinete quanto pelo Assessor. É elaborada uma planilha de férias na qual os servidores informam o período desejado, dando-se preferência, nos meses de janeiro e julho, aos servidores com filhos em idade

escolar, e, caso necessário, são feitas adequações voltadas a atender aos pedidos e ao bom funcionamento do Gabinete.

Quanto aos recursos materiais, o mobiliário é relativamente novo, e está em excelente estado de conservação. Da mesma forma os equipamentos de informática. Os reparos e consertos, de um modo geral, são realizados prontamente pelo respectivo setor.

O atendimento a advogados e às partes é feito pelo servidor que atende ao balcão e pelos estagiários, pelo Assessor ou pelo Magistrado. Nesta última hipótese, os advogados são recebidos prontamente pelo Juiz, não sendo necessário agendamento de horário. Tal procedimento vem funcionando bem, tanto para o Magistrado quanto para os advogados e partes, haja vista a pouca frequência na unidade.

A chefia da unidade acompanha as recomendações e determinações das inspeções anteriores, com intuito de dar pronto andamento e cumprimento, ressaltando-se que na inspeção anterior o acervo estava a cargo de outro magistrado.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) as condições materiais e instalações do Gabinete, no geral, estão em situação muito boa, e o ambiente está organizado;

b) constatou-se que há um volume expressivo de processos para manipulação, o que demanda um rigoroso controle. Nesse sentido, apurou-se que o Tribunal conta com uma rotina nominada SEJU, que viabiliza fazer um cotejo dos processos ativos com aqueles localizados. No primeiro grau, há outra rotina, denominada MVIG, que confronta os processos ativos com os fisicamente “bipados” nos localizadores, atividade que poderia ser levada a efeito no mínimo anualmente, de modo a contribuir para a localização de autos extraviados;

c) observou-se uma demora significativa para a apreciação dos feitos, o que se compreende não apenas pelo grande acervo, mas pelas sucessivas redistribuições e atribuições dos processos sem uma estratégia para fazer frente à demanda;

d) o recurso à conciliação deveria ser incrementado. O acervo previdenciário é um espaço propício para iniciativas desta natureza. Trata-se, evidentemente, de medida que depende também do setor específico, mas a Corte deveria priorizar a conciliação, com melhor estruturação do órgão responsável e, inclusive, com descentralização de atividades;

e) o Gabinete, de maneira geral, está com adequada organização e excelente controle do estoque de processos, mas a melhora do fluxo processual depende da

implementação, em curto prazo, de metodologia de trabalho que contemple uma produção mensal maior, sendo inclusive recomendável um mutirão para fazer frente ao acervo, se necessário com a convocação de Juiz Auxiliar, pois o atual titular recebeu por atribuição um acervo significativo. Em que pese a preocupação dos gestores da unidade com o julgamento dos feitos mais antigos, a estratégia adotada ainda não surtiu efeito na redução do acervo, pois o volume permanece praticamente o mesmo (abril/2013 = 10.723 processos; abril/2014 = 10.756 processos; e abril/2015 = 10.699). A projeção do Gabinete é de que no segundo semestre, com a redução de estoque dos processos mais antigos, a produtividade absoluta sofra um grande incremento, de modo a sobrepular mensalmente, em volume significativo, a distribuição, com a consequente diminuição gradativa do acervo;

f) constatou-se a necessidade de treinamento de servidores para a utilização do processo eletrônico e do SEI, o que é praticamente inexistente, e deveria ser priorizado pelo Tribunal;

g) a força de trabalho dos Gabinetes com maior acervo deveria ser objeto de priorização por parte do Tribunal, inclusive sendo revista a questão relativa à não contratação de estagiários, cujo apoio revela-se indispensável a tais unidades.

h) com aumento dos julgamentos colegiados em razão do advento do novo CPC, deve ser incrementada a utilização do módulo de espelho de pauta do sistema GEDPRO, especialmente na fase de pré-sessão, mediante disponibilização de minutas e debates via comentários/destaques no próprio espelho, de modo a agilizar a realização das sessões.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

a) cumprir as recomendações relacionadas no item 3 (alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”) acima;

b) incluir o processo n. 2008.03.99.013798-0 na próxima autoinspeção, para acompanhar a regularidade da restauração de autos;

c) conquanto o Desembargador e a equipe tenham assumido o acervo há pouco mais de um ano, já com muitos processos acumulados, impõem-se providências para aperfeiçoamento da gestão (os processos especificamente inspecionados representam uma amostra do acervo do Gabinete), para que o plano de trabalho contemple metas gerais e específicas e, em prazo certo, o efetivo início da redução do estoque, considerando, igualmente, na medida do possível, os feitos mais antigos;

d) como forma de gestão do acervo, recomenda-se a remessa formal de planejamento estratégico à Corregedoria, o que deverá ser feito no prazo de 60 dias,



com prestação de informações sobre a evolução dos trabalhos a cada 6 meses, pelo prazo de 2 anos, contados da apresentação;

e) instituir uma forma de controle (para priorizar o julgamento) dos processos com pedido de liminar/tutela antecipada;

f) envidar esforços para manter atingidas as metas 2, 4 e 6/2016 do CNJ;

g) estudar a possibilidade de alocar mais servidores da força de trabalho no desempenho da atividade-fim;

h) considerando o grande acervo existente, recomendável mutirão para redução do estoque, se necessário com a convocação de Juiz Auxiliar.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS DELGADO**

**Especialidade:** Previdência e Assistência Social.

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal Carlos Eduardo Delgado

**1.2. Órgãos de atuação:** 7ª Turma e 3ª Seção.

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 26/1/2016.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas. Atua no Gabinete inspecionado há cerca de quatro meses. Inicialmente como Juiz Federal Convocado (de 26/1/2016 a 15/2/2016) e, a partir de 16/2/2016, como Desembargador Federal.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	0	0	0	03	20	Não informado
Inspeção/2016	15	0	0	0	01	16	10

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 4 auxiliares a menos. Há poucos servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	13.479
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	14.683
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	11.984
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	13.654
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	1
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

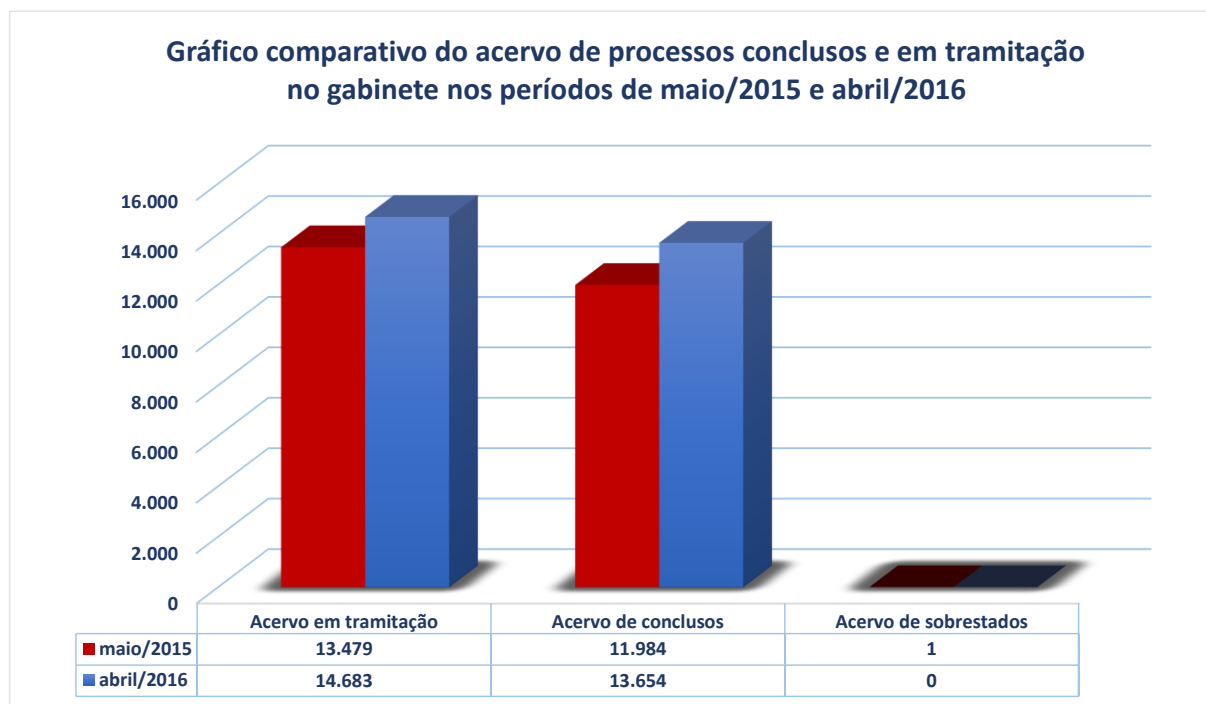
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 1.670 e o número de sobrestados reduziu em 1.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que o Gabinete não determina o sobrestamento de qualquer matéria em especial.

O Gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 13.654 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 1.365 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 1.204 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte.



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	5.129
Total de processos (saídas)**	3.705
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	1.424
Processos distribuídos	4.912

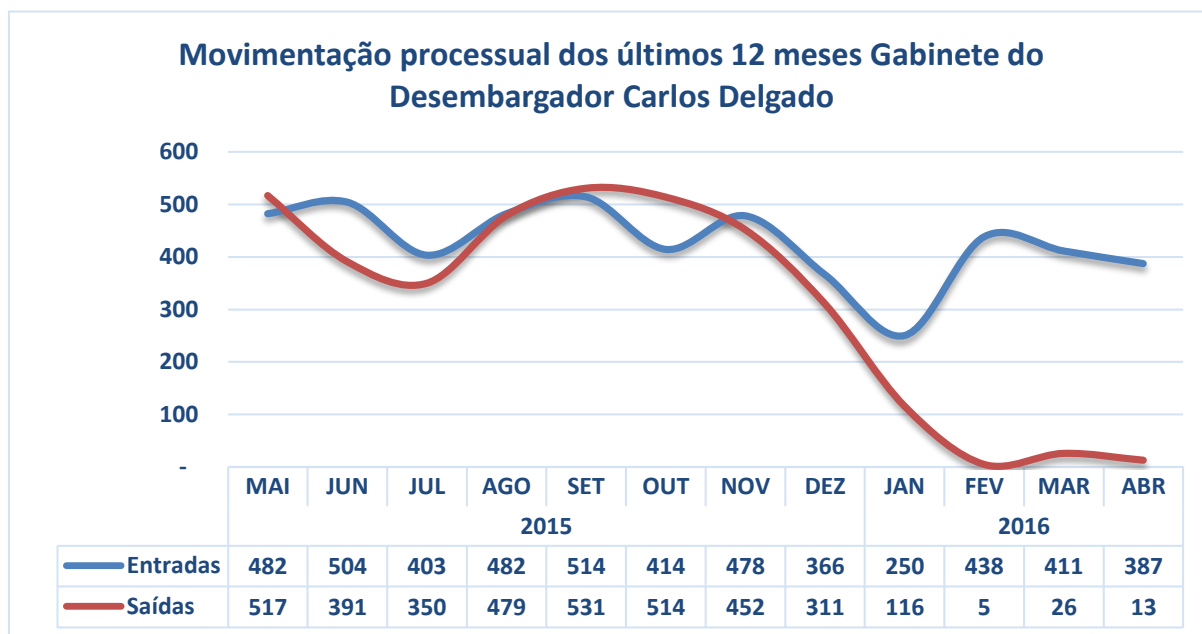
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.129 e saída de 3.705 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para inversão do fluxo processual.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	4
Processos julgados em mesa	3
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	3.522
<b>Total geral</b>	<b>3.529</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	36%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 3.529 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.912; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 3 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 3.522 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 36%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	121
b. Agravo Legal/Regimental	388

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 121 embargos de declaração e 388 agravos legais/regimentais.

Existe 1 processo com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levado para exame do colegiado.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	7
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	338
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	684
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	668
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	890
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	1.121
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	1.185
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 4.894 processos, representando 36% do acervo de processos conclusos na unidade (13.654).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. CARLOS DELGADO			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	0	0
1996	0	1	0
1997	0	0	0
1998	0	0	0
1999	0	0	0
2000	0	1	1
2001	0	3	1
2002	0	22	4
2003	0	13	0
2004	3	22	2
2005	0	19	3
2006	7	39	12
2007	649	441	341
2008	1.019	792	685
2009	1.001	755	687
2010	1.375	1.028	900
2011	1.667	1.291	1.141
2012	2.062	1.402	1.204
2013	3.279	2.105	1.815
2014	967	2.723	2.239
2015	0	1.260	3.381
2016	0	0	1.238
<b>Total</b>	<b>12.029</b>	<b>11.917</b>	<b>13.654</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em abril/2014 era de 12.029; atualmente, há 13.654. Houve diminuição dos feitos concluídos a partir de 2007. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2007.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e julgados por ordem de antiguidade, embora ainda possa haver um aperfeiçoamento. Atualmente a unidade trabalha, no que toca aos processos da Meta 2, basicamente com aqueles distribuídos a partir de 2007, portanto, com mais de oito anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, não havia processos; quanto aos da Meta 6/2016 havia 1. Tendo em vista a

relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do Gabinete liberados para revisão, tampouco para voto-vista ou declaração de voto. Nesse universo não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	2
Outras situações	5
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão e para voto-vista e 1 para declaração de voto. Nessas situações há 1 feito sem movimentação há mais de 30 dias (para declaração de voto: 2009.61.02.006356-1), recomendando-se a movimentação em 60 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos, merecendo destaque o cumprimento da determinação, pelo TRF, por meio da Resoluções n. 397/2010 e n. 460/2012, no sentido de que a Subsecretaria de Registro e Informações Processuais (UFOR) remeta diretamente ao Gabinete da Conciliação (GABCO) alguns feitos.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 138 processos selecionados para inspeção, 137 foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

A amostragem revelou a existência de 54 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2007.

Na unidade, verificou-se uma discrepância entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, o que foi regularizado por ocasião da inspeção.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias:

200061150005971	199961180015639	199903991185589
199503010816987	201003990040954	200903990414104
200961050009260	200903990173496	200903990266073
200903990347681	201061020080822	201061020061918
201060020035395	201003990461250	201003990290867
201003990079524	201003990170655	201003990189329
201003990263220	201061090013111	201061130035926
201061220000445	201061230001999	201103990459271
201061260028843	201061380042223	201063010279786
201103990020571	201061240011229	201003990263360
201203990485523	201303990045205	201061830087108
201103990033358	201303990061454	201061830155187
201103990237997	201303990069015	201103990461058



201103990098596	201403000096917	201003990244237
200661830030521	201461140043573	200661200055978
200661270001806	200661830021970	200661830022743
201161230006060	201161260007340	201161400016368
201203990155365	201161050059580	201161110002762
201161090026286	200703990093881	200703990094502
200663010929510	200703990083577	200661830050167
200661830067386	200661830048811	200661830029579
200403990327830	200661830045500	200161830044110
200161200035910	200203990138532	200161830047456
200103990319959	200161830047523	200703990154547
200661190090185	200161030030966	200361830152005
200503990230061	200403000189203	200203990184591
200103990428529	200503990438383	200561830055770
200503990492730	200561830066250	200603990352092
200561140071695	200661030035950	200461830061030
200561830042373	200561200035409	200361040136051
200361100006877	200461830001561	200461830053410
200661140053910	200603990436135	200603990051341
200603990289217	200503990379858	200561080013556
201061060002196	201003990346060	200761140023387
200761190083161	200761200079318	200761110004202
200761090100057	200803990256130	200761090115188
200703990385030	200703990385030	200803990253475
200861060009822	200703990384516	200761030077730
200903990102120	200703990283098	200863030001527
200861030015005	200861100013375	200861190039565
200861200089559	200903990003268	200861190045190
200803990571187	200903990262419	201503000278581
201503000274149	200661830048926	200803990428895
200803990535468		

- b) despachar pedido de liminar, no prazo de 30 dias: 201503000288719 e 201603000006111;
- c) encaminhar o Processo 200903000006880 à Subsecretaria para imediata publicação de decisão já proferida;
- d) Julgar o Processo 200903990314547 em 90 dias, tão logo regularizada a habilitação.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que a tramitação do acervo não apresenta, ainda, a celeridade necessária, e muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhora do respectivo perfil, impondo-se a ressalva, contudo, de que o Desembargador Federal e sua equipe assumiram o Gabinete há pouco tempo, estando em fase de estruturação.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade merece acompanhamento, pois não se verificou redução do acervo no período analisado, mas, ao contrário, crescimento, sendo recomendável a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

Relativamente à triagem inicial de processos, o Gabinete informou que o acervo foi assumido em 26/1/2016, o que gerou um deslocamento físico de, aproximadamente, 18.000 processos, sendo 14.000 recebidos e 4.000 encaminhados.

Em meados de fevereiro, foi iniciada a conferência dos processos inseridos em cada bloco para fins de triagem e encaminhamentos diversos.

Ato contínuo procedeu-se à guarda provisória dos autos, considerando a tramitação do pedido de alteração do *layout* para o acréscimo de armários e balcões. A execução do projeto deu-se em 21/4/2016. Com isso, a partir de 25 de abril teve o efetivo início da organização do Gabinete, com a separação dos processos por matéria - levando em conta o assunto constante na capa dos autos ou a fase processual em que os mesmos se encontram -, observando-se a ordem cronológica de distribuição mensal. Na sequência, todos os processos foram localizados no Sistema de Acompanhamento Processual (SIAPRO), por meio de rotina própria. A localização é formada pelo número atribuído ao respectivo mobiliário, acompanhado da prateleira em que o processo se encontra.

Registrou-se que, após essa organização inicial, uma equipe formada por duas servidoras está realizando a triagem mais acurada dos feitos, com o preenchimento de planilha específica. Esse trabalho tem por fim detectar feitos cujo assunto está classificado de forma equivocada; sanar eventual falha de tramitação, com a apreciação

de petições pendentes de análise, bem como levantar dados que auxiliem no momento da elaboração das minutas e da conferência das propostas apresentadas.

Atualmente, os feitos de benefício assistencial são distribuídos aos servidores e, os demais, salvo alguma preferência específica, estão sendo acondicionados em armários e balcões, conforme já mencionado. Além disso, o acervo está organizado por matéria e, dentro desta, em ordem cronológica de distribuição mensal, sendo que os processos de competência da 3ª Seção estão localizados em armários específicos, divididos de acordo com a classe processual.

Com relação ao controle de movimentação interna, assim que recebidos fisicamente no Gabinete, os processos são lançados no Sistema de Acompanhamento Processual (SIAPRO) e localizados de acordo com a situação concreta.

Quanto à especialização de servidores por matéria ou fase processual, foi informado que as tarefas são distribuídas conforme a formação profissional do servidor, suas habilidades e experiências, oportunizando a execução de tarefas mais complexas àqueles que demonstram interesse em crescer.

Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ, os quais recebem anotação no Sistema Processual e são identificados com uma tarja laranja na parte superior da lombada. Entretanto, considerando que a maior parte do acervo é composta por processos nessa situação, fica inviável um pronto julgamento de todos os casos.

No que tange aos processos abrangidos pelas Metas estabelecidas pelo CNJ, o controle se dá através de consulta à base de dados, que relaciona os feitos pela data de distribuição.

Quanto às medidas de conciliação, o Gabinete informou que atualmente não há grande interesse por parte do INSS, que inclusive já manifestou seu interesse na revogação das Portarias respectivas. Não obstante, alguns processos vão direto da distribuição para o órgão conciliador, ou mediante despacho a pedido da parte.

O índice de desistência de recursos é muito baixo.

Há priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa, os quais o Gabinete se esforça para levar na sessão seguinte, sendo pautados quando impossível a observância de tal prazo, por força da nova regulamentação processual.

O Gabinete informou que ainda não possui controle de prazo para julgamento de feitos, até porque ainda está sendo organizado.

Também há fixação das metas de trabalho pelo Magistrado com participação dos servidores, sendo o objetivo atual zerar os feitos de LOAS.

Não há, contudo, metas sob o critério quantitativo. O Gabinete entende que a simples adoção de meta individual torna-se contraproducente, ao desestimular o aspecto qualitativo da produção e desatender, em princípio, às especificidades dos casos

concretos. Como resultado, a maior produção advinda pela meta quantitativa esvair-se-ia em retrabalho de correção.

O planejamento das atividades leva em conta a situação vivenciada pela unidade, a urgência na prestação jurisdicional, em razão da natureza do benefício e da dificuldade enfrentada pelo segurado, assim como o tempo de tramitação do processo.

Conforme já informado, o Gabinete iniciou as suas atividades recentemente, levando a julgamento, inicialmente, os embargos de declaração e os agravos legais, uma vez que eram aqueles que puderam ser localizados no período em que se estava aguardando a aprovação do *layout*. Na sequência, em razão do caráter protetivo envolvido, foi priorizado o julgamento dos processos de benefício assistencial (LOAS), iniciando por aqueles com sentença de improcedência. O próximo passo será julgar os benefícios por incapacidade (auxílio-doença e aposentadoria por invalidez), observando a ordem cronológica de distribuição. A par disso, será dado andamento nos agravos de instrumento, nos processos que retornaram para juízo de retratação, nos recursos, ações e incidentes envolvendo a competência da 3ª Seção, nos feitos com petição para despacho ou decisão, bem como naqueles que conclusos com embargos de declaração e/ou agravo legal.

A avaliação periódica de atividades considera os dados estatísticos obtidos no período, a complexidade da tarefa distribuída e a dificuldade eventualmente enfrentada para a execução da mesma.

O desempenho é avaliado pelo acompanhamento cotidiano das atividades, levando em consideração a qualidade e não a quantidade.

Assim, não há fixação de metas numéricas, estando o Gabinete voltado para o objetivo de zerar as matérias por ordem previamente fixada.

A gestão de pessoas e de recursos materiais é realizada pela Chefe de Gabinete, que realiza entrevistas, organiza atividades, férias e outras atividades afins.

As férias são autorizadas no período que melhor atenda aos interesses do servidor, exceto se houver prejuízo à Administração. Em regra, permite-se coincidir o período de férias de dois servidores, desde que não ocupantes de cargo em comissão. Os casos excepcionais são submetidos à análise, verificando-se a urgência e a necessidade apresentadas.

A indicação para a substituição dos cargos em comissão e função comissionada leva em consideração o desempenho do servidor (meritocracia). Com isso, a escolha está atrelada à qualidade do trabalho apresentado e ao comprometimento com a execução das tarefas que lhe são atribuídas.

O atendimento às partes e aos advogados é feito inicialmente por um servidor, que aciona a Chefe de Gabinete ou o assessor, sempre que necessário, facultando ao profissional o acesso ao Magistrado, independentemente de hora marcada, se requerido.

Quando solicitados, os autos são localizados e entregues para consulta, oportunizando a fotografia ou o escaneamento dos documentos e peças de interesse nas dependências do próprio Gabinete.

Em regra, dado o caráter público, qualquer pessoa pode consultar os autos dos processos que se encontram conclusos no Gabinete. A exceção se dá nos feitos sigilosos e naqueles em que há segredo de justiça decretado. Nessas situações, que são esporádicas em virtude da matéria envolvida, o acesso fica restrito às partes e aos advogados, mediante identificação prévia.

Relativamente ao acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores, o Gabinete informou que estas não lhe foram repassadas pelo antecessor. Contudo, do confronto das listagens, apurou-se que há apenas quatro pendências: 1 da Inspeção de 2014 (200403000189203) e 3 da Autoinspeção realizada em 2015 (200203990138532, 200503990364387 e 200561830042373).

A partir da presente Inspeção, tal atividade competirá à Chefe de Gabinete.

Apurou-se a existência de 1 Processo Administrativo de representação por excesso de prazo: 200903990262419.

Finalmente, o Gabinete destacou como boa prática a manutenção da organização, que possibilita a localização dos processos de forma célere e eficiente. Outra prática registrada é o encaminhamento de e-mails aos servidores com as novas teses aprovadas e as orientações traçadas para as diferentes situações que serão enfrentadas, para que tenham ciência concomitantemente e possam consultar o conteúdo sempre que necessário. A troca de ideias entre os servidores e o Magistrado também é frequente e permite que, ao longo do processo de maturação, seja construída solução com fundamentação jurídica sólida e análise fática adequada.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A equipe de inspeção apurou as seguintes situações na unidade inspecionada:

a) as condições materiais e instalações do Gabinete no geral são excelentes e o ambiente encontra-se visivelmente organizado;

b) constatou-se que há um volume expressivo de processos para manipulação, o que demanda um rigoroso controle. Nesse sentido, apurou-se que o Tribunal conta com uma rotina nominada SEJU, que viabiliza fazer um cotejo dos processos ativos com aqueles localizados, a qual foi utilizada pela última vez em 2008. No primeiro grau, há outra rotina, denominada MVIG, que confronta os processos ativos com os fisicamente “bipados” nos localizadores, atividade que poderia ser levada a efeito no mínimo anualmente, de modo a contribuir para a localização de autos extraviados;

c) observou-se uma demora significativa para a apreciação dos feitos, o que se compreende não apenas pelo grande acervo, mas pelas sucessivas redistribuições e atribuições dos processos sem uma estratégia para fazer frente à demanda;

d) o recurso à conciliação deveria ser incrementado. O acervo previdenciário é um espaço propício para iniciativas desta natureza. Trata-se, evidentemente, de medida que depende também do setor específico, mas a Corte deveria priorizar a conciliação, com melhor estruturação do órgão responsável e, inclusive, com descentralização de atividades;

e) o Gabinete, de maneira geral, está com adequada organização e controle do estoque de processos, dependendo a melhora do fluxo processual de criteriosa metodologia de trabalho, sendo recomendável um mutirão para fazer frente ao acervo, se necessário com a convocação de Juiz Auxiliar, pois o atual titular recebeu recentemente um acervo significativo;

f) constatou-se a necessidade de treinamento de servidores para a utilização do processo eletrônico e do SEI, o que é praticamente inexistente, e deveria ser priorizado pelo Tribunal;

g) a força de trabalho dos Gabinetes com maior acervo deveria ser objeto de priorização por parte do Tribunal, inclusive sendo revista a questão relativa à não contratação de estagiários, cujo apoio revela-se indispensável a tais unidades;

h) considerando a distribuição mensal significativa em matéria previdenciária, recomendável a agilização das providências referentes à montagem e treinamento da equipe e estruturação da sistemática de trabalho, a fim de evitar o aumento do acervo do Gabinete, pois a produtividade não foi expressiva nos primeiros meses de 2016;

i) com aumento dos julgamentos colegiados em razão do advento do novo CPC, deve ser incrementada a utilização do módulo de espelho de pauta do sistema GEDPRO, especialmente na fase de pré-sessão, mediante disponibilização de minutas e debates via comentários/destaques no próprio espelho, de modo a agilizar a realização das sessões.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

a) cumprir as recomendações relacionadas nos itens 2 (declaração de voto no Processo 2009.61.02.006356-1) e 3 (alíneas “a”, “b”, “c”, e “d”) acima;

b) regularizar pendências de inspeções anteriores, consoante especificado no item 4 acima, prestando esclarecimento no prazo de 60 dias: 1 da Inspeção de 2014 (200403000189203) e 3 da Autoinspeção realizada em 2015 (200203990138532, 200503990364387 e 200561830042373);

c) envidar esforços para manter atingidas as metas 2, 4 e 6/2016 do CNJ, conforme orientação do item 2 acima;

d) procurar aumentar o número de servidores dedicados à atividade-fim;

e) priorizar o andamento de feitos mais antigos, notadamente no que toca àqueles com recomendações de inspeções anteriores e com representação por excesso de prazo;

f) instituir uma forma de controle (para priorizar o julgamento) dos processos com pedido de liminar/tutela antecipada;

g) conquanto o Desembargador e a equipe tenham assumido o acervo há pouco tempo, já com muitos processos acumulados, impõem-se providências para aperfeiçoamento da gestão (os processos especificamente inspecionados representam uma amostra do acervo do Gabinete), com plano de trabalho que contemple metas gerais e específicas de produtividade e, em prazo certo, o início de redução de estoque, considerando, igualmente, na medida do possível, os feitos mais antigos;

h) como forma de gestão do acervo recomenda-se o encaminhamento no prazo de 60 dias à Corregedoria de planejamento estratégico, com prestação de informações sobre a evolução dos trabalhos a cada 6 meses, pelo prazo de 2 anos, contados da apresentação;

i) considerando o grande acervo existente, recomendável mutirão para redução do estoque, se necessário com a convocação de Juiz Auxiliar.

## GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL NEWTON DE LUCCA

**Especialidade:** Previdência e Assistência Social, excetuada a competência da 1ª Seção

#### 1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **NEWTON DE LUCCA**

1.2. **Órgãos de atuação:** 8ª Turma, 3ª Seção e Órgão Especial

1.3. **Tempo de atuação no acervo:** 10/4/2014

No período de cinco anos, o Magistrado teve as seguintes movimentações no TRF: a) 8ª Turma/3ª Seção (15/6/04 a 16/2/12); b) Presidência (17/2/12 a 16/2/14); c) 7ª Turma/3ª Seção (17/2/14 a 9/4/14); e d) 8ª Turma/3ª Seção (a partir de 10/4/14).

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador e sua equipe de auxiliares.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	15	0	0	0	1	16	12
Inspeção/2016	18	0	0	0	1	19	14

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 3 auxiliares a mais. Houve, ainda, incremento de 2 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.



## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	10.776
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	10.642
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	7.882
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	8.170
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	1
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

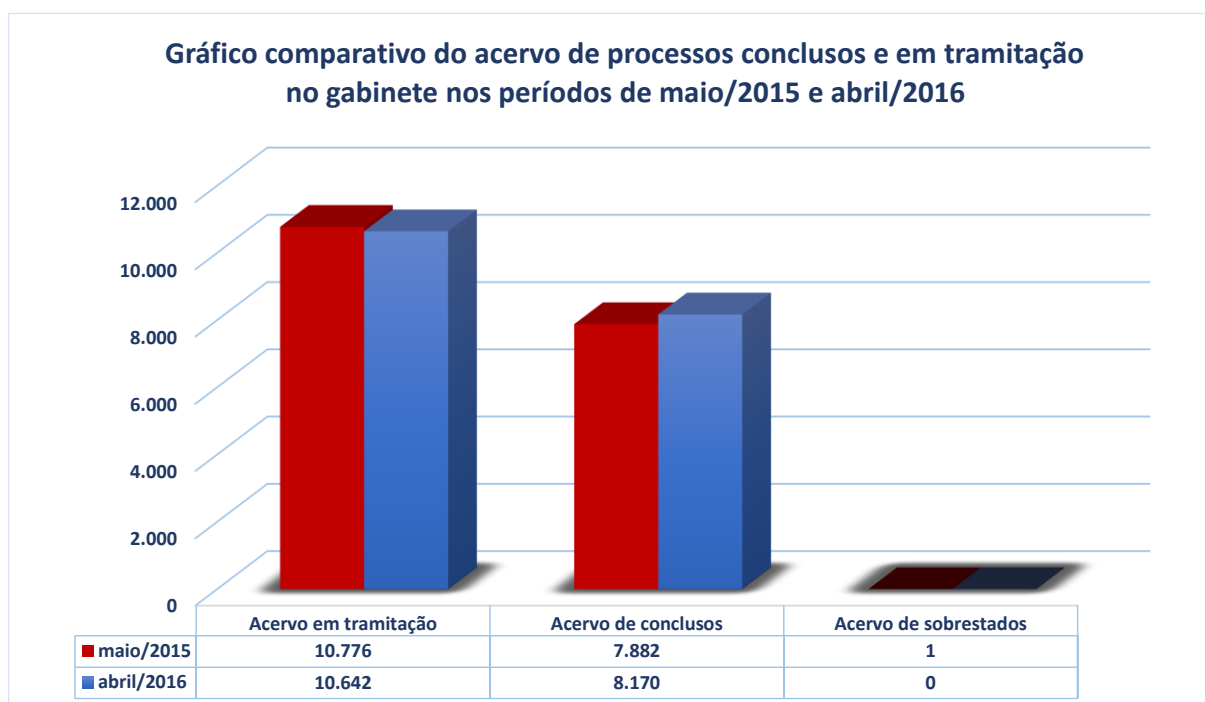
\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 288 e o número de sobrestados reduziu de 1 para zero.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 8.170 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 583,6 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 134 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	5.116
Total de processos (saídas)**	5.134
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-18
Processos distribuídos	4.902

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

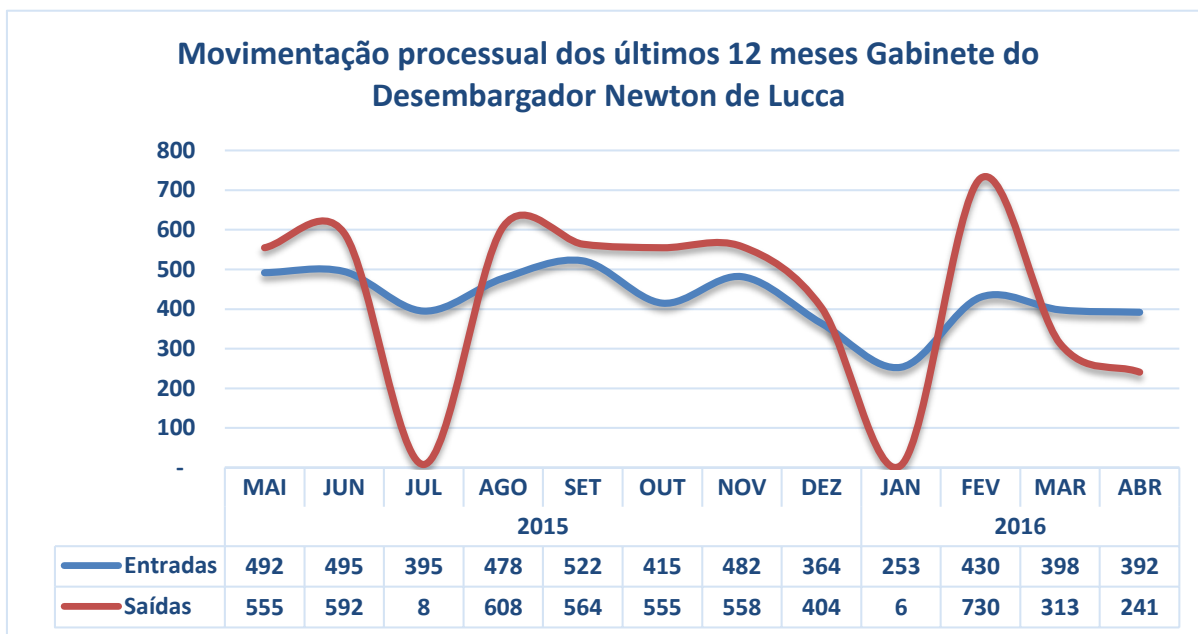
Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.116 e saída de 5.134 processos, resultando, assim, em redução inexpressiva do número de processos, o que merece atenção e adoção de medidas para melhorias.

O gabinete informou ter controle interno do seu acervo (controle mensal de entradas e saídas), sugerindo números um pouco diferentes. Consideramos, porém, apenas as estatísticas oficiais, fornecidas pelo Tribunal, diante da necessidade de uniformização dos dados. Além disso, ressalta-se que as decisões proferidas em embargos de declaração e agravos regimentais/legais não são consideradas nas estatísticas.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo (não abrange o julgamento de embargos de declaração e agravos regimentais/legais):

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	87
Processos julgados em mesa	7
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	4.851
<b>Total geral</b>	<b>4.945</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	25%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 4.945 processos nos últimos 12 meses (número que não abrange o julgamento de embargos de declaração e agravos regimentais/legais), enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.902; ou seja, o número de julgados superou irrisoriamente o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 7 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 4.851 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 25%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	134
b. Agravo Legal/Regimental	841

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Porém, essa sistemática deverá ser alterada com a vigência do CPC/2015, devido à necessidade de inclusão em prévia pauta de julgamentos. Existem pendentes de julgamento 134 embargos de declaração e 841 agravos legais/regimentais.

Existe 1 processo com decisão liminar (cautelar ou antecipação de tutela) há mais de 90 dias e ainda não levado para exame do colegiado. O Processo é 00214173320134030000 (2013.03.00.0214170). Trata-se de feito executivo relativo a acessórios (juros e correção) de condenações contra o INSS. O Desembargador Federal aguarda definição da matéria em sede de recurso extraordinário.

Recomenda-se regularizar a situação do feito com a prolação de alguma decisão de acordo com sua independência funcional, nem que seja determinando-se o sobrestamento.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	3
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	69
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	325
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	458
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	596
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	636
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 2.087 processos, representando 25,5% do acervo de processos conclusos na unidade (8.170).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016, por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. NEWTON DE LUCCA			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	1	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	0	0
1996	0	0	0
1997	0	0	1
1998	0	0	4
1999	1	1	7
2000	1	2	10
2001	0	5	9
2002	0	4	33
2003	0	3	29
2004	3	4	23
2005	2	7	33
2006	1	7	28
2007	13	17	33
2008	143	148	118
2009	393	384	368
2010	565	555	525
2011	737	740	686
2012	859	812	737
2013	2.602	1.739	1.313
2014	1.031	2.251	1.399
2015	0	843	1.993
2016	0	0	821
<b>Total</b>	<b>6.352</b>	<b>7.522</b>	<b>8.170</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que os feitos mais antigos não têm o julgamento priorizado. Além disso, o acervo de processos concluídos em abril/2014 era de 6.352 e, atualmente, há 8.170. Não houve diminuição dos feitos concluídos, o que se revela um dado preocupante. O gabinete deve adotar providências para inverter o fluxo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, não foram adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade desde a última inspeção.

Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos desde o ano de 2007, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal (dado relativo ao gráfico da página anterior, referente às metas do CNJ).

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, não havia nenhum processo; enquanto os da Meta 6/2016 eram 2. Tendo em

vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, devem-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	8
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há nenhum processo do gabinete liberado para revisão e para declaração de voto. Havia 1 Processo (201403000024440) que aguardava voto-vista. Porém, a situação já foi regularizada com a disponibilização do voto-vista e remessa ao gabinete do Des. Federal Relator do feito.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	2
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	8
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da Unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se que não havia nenhum processo concluso para revisão ou voto-vista. Existiam apenas 2 feitos conclusos (200803000320192 e 201003990231401) para declaração de voto. Na inspeção, a equipe detectou que as declarações de voto foram apresentadas no mês de maio e as pendências estão regularizadas.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque o seguinte:

Na equipe da chefia de gabinete, até o advento do novo Código de Processo Civil, os servidores trabalhavam em forma de mutirão, por matéria. Dessa maneira, todos analisavam processos de mesmo benefício previdenciário, o que, segundo alegaram os servidores, facilitava e agilizava a elaboração de minutas de votos e decisões

monocráticas. No entanto, após 18/3/16 (vigência do CPC/2015), a distribuição de atividades é realizada da seguinte forma:

- a) 5 servidores priorizam a análise dos feitos que retornaram da Vice-Presidência do TRF para reexame do acórdão recorrido, a fim de dar cumprimento ao disposto no art. 12, § 6º, inc. II, do CPC/2015;
- b) 3 servidores analisam os processos com data de conclusão mais remota ou feitos objetivando a concessão de benefício previdenciário, nos quais figuram como parte, autora ou ré, pessoas idosas (Lei n. 10.741/03 – *Estatuto do Idoso*) e/ou portadoras de incapacidade (Lei n.13.146/15 – *Estatuto da Pessoa com Deficiência*);
- c) 1 servidor elabora as minutas dos agravos internos e embargos de declaração; e
- d) 1 servidor fica responsável pela triagem dos processos recebidos da Subsecretaria da 8ª Turma, bem como confecção das minutas de despachos e decisões interlocutórias. No período remanescente, elabora minutas de votos.

### **3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:**

Dos 153 processos selecionados para inspeção, foram inspecionados 115 processos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes, à exceção daqueles que precisam ter o relator atualizado (alteração no sistema), conforme será indicado a seguir.

Além disso, a equipe detectou o Processo 0001012-20.2011.4.03.9999 (número antigo 2011.03.99.001012-7) e efetuou a inspeção nos autos físicos.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis (38 processos) foram inspecionados com base no respectivo extrato processual. De todo modo, estes processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

Acerca dos 12 processos pendentes da autoinspeção de 2015, conforme processo CJF-PCO-2015/00036, 6 constaram da lista de feitos previamente selecionados para inspeção, sendo que os 6 restantes (199903990791433, 200103990053674, 200561020090480, 201261080036858, 201261080037139 e 201261080061592) foram inspecionados com base no extrato processual apresentado pelo Gabinete à equipe da Corregedoria.

Assim, foram inspecionados ao todo 160 processos (116 físicos e 44 pelos extratos das movimentações).

A amostragem revelou a existência de 87 processos não impulsionados desde a distribuição. O mais antigo remonta à data de 3/5/2005.

Na unidade, com exceção do Processo 200661120107305, não se verificaram discrepâncias nos demais processos entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias, os Processos:

198903010253567	200003990066664	200003990345097
200103990470959	200161140029909	200161830054308
200161830057589	200203990140400	200203990304109
200203990436350	200303990144433	200303990322232
200361140093918	200361160007266	200461210034847
200461830005580	200461830005633	200461830016692
200461830020282	200461830031152	200461830031504
200461830039382	200461830039953	200461830039977
200461830046957	200461830050845	200461830051941
200461830056562	200461830058753	200461830060504
200461830063839	200461830067262	200461830068813
200561170010817	200561830000718	200561830003719
200561830008067	200561830019314	200561830020640
200661130036939	200803990182808	200803990305918
200903990123134	200903990173680	200903990412740
201003990426509	201061080085885	201103990010127
201303000306117		

b) regularizar a distribuição ao relator no sistema processual e julgar em 90 dias os Processos:

200161240019872	200261830026184	200503990230863
200561160017300	200561250039149	200561830030644
200661030059670	200661040059197	200661830058452



200661830062753	200661830076909	200761090095335
200761830075016	200761830081764	200861090112350
200861100104927	200861830124366	200961060003095
200961110068730	200961140004092	201003990006338
201003990021406	201003990271332	201003990316753
201061020032670	201061020046577	201061020090505
201061030053608	201061050024584	201061090016938
201061100018719	201061130025192	201061130025246
201061130025350	201061130033802	201061130035604
201061130036621	201061240015284	201061260025910
201061830005451	201103990001278	201103990002271
201103990133596	201103990154162	201103990229459
201103990229666	201103990245325	201103990281950
201103990415103	201161040053063	201161050116367
201161060033239	201161140015898	201161240011374
201161250012703	201161830099383	201203990052035
201261100079109	201261140034836	201303990098349
201303990148870	201303990153245	201303990237684

- c) regularizar a data da última movimentação de conclusão nos autos físicos e julgar em 90 dias o Processo 200661120107305;
- d) suspender o andamento processual (os feitos aguardam julgamento de outro a respeito do mesmo tema no colegiado, porém, estão sem qualquer medida de sobrestamento), inclusive, no sistema: 200561020135207, 200561020135311 e 200961060054870.
- e) cobrar a devolução, em 30 dias, do Processo 200561020090480, que está no setor de cálculos;
- f) incluir na próxima autoinspeção os Processos:

199303011091025	199403010458598	199803010149200
199803010250671	199803010250683	199903990200923

199903990242486	199903990723830	199903990816880
199903990900647	199903991128284	199961050120642
200003990060273	200003990195178	200003990520314
200003990697690	200003990723341	200061190239750
200103990388295	200103990415250	200161830031977
200161830048606	200203990271013	200403990096728
200403990194830	200461830028554	200503990237407
200603990290888	201161270014547	201403000130070
201403000137853	201503000011886	201503000041349
201503000086333	201503000221182	201503000257693
199903990791433	200103990053674	201261080037139
201261080061592		

Assim, dos 160 processos analisados, houve recomendações da Corregedoria para 157 processos, sendo que estavam regulares apenas os Processos 200803000320192, 201003990231401 e 201261080036858.

Acerca das pendências de inspeções anteriores, o procedimento CJF-PCO-2015/00036 aponta 12 processos pendentes, como já relatado. Contudo, a equipe de inspeção constatou que remanescem pendências em 6 Processos (201261080037139, 201261080061592, 200561020090480, 200561020135207, 200561020135311 e 200961060054870). Existem determinações específicas para cada um, conforme listagens acima. Isso demonstra que não foi dada total prioridade às pendências das inspeções anteriores.

No tocante à dinâmica processual da unidade, nota-se que o perfil do acervo pode ser melhorado, pois muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos.

Há necessidade de plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo.

Em termos de fluxo processual, não se verifica redução do acervo, mas crescimento contínuo do número de processos conclusos. Ou seja, isso exige a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### 4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

O espaço físico do gabinete está bem organizado e os processos adequadamente armazenados em prateleiras ou estantes. Segundo a equipe de auxiliares do Desembargador Federal, há arquivamento por ordem cronológica.

Antes de abordar em tópicos específicos, importante registrar as premissas da metodologia geral de trabalho.

Em breve relato, o Gabinete está dividido em duas grandes equipes: a) chefia de gabinete e b) assessoria. A divisão de trabalho é a seguinte:

- 1) a chefe de gabinete possui uma equipe de 10 servidores, que a auxilia nos processos de competência da 8ª Turma (apelações cíveis e remessas oficiais);
- 2) a assessora possui uma equipe de 2 servidores, que a auxilia nos processos de competência do Órgão Especial, 3ª Seção e 8ª Turma (agravos de instrumento e feitos de competência originária);
- 3) 1 servidor é designado para controlar a entrada e saída de processos do gabinete;
- 4) 2 agentes de segurança auxiliam o Desembargador Federal em seus deslocamentos.

No início de cada mês é estipulada uma meta (estabelecida de acordo com a demanda) para cada servidor, sendo que a meta mais importante é a estipulada para a equipe. Dessa forma, todos os servidores têm conhecimento prévio da quantidade de minutas de votos e decisões monocráticas a ser produzida no mês de referência.

Na hipótese de um servidor não conseguir cumprir sua meta individual, outro servidor poderá cumpri-la.

A produção (individual ou da equipe) é objeto de controle em planilhas internas, que fica disponibilizada para acesso a todos os servidores lotados na Unidade.

No final de cada mês é aferida a produtividade do gabinete, sendo que o resultado é apresentado e discutido com toda a equipe.

No tocante às dificuldades encontradas atualmente, o Desembargador Federal e sua equipe registraram que o CPC/2015 dificulta o cumprimento da Meta 1 do CNJ (“*Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente*”), tendo em vista as seguintes razões (rol exemplificativo listado pelo próprio Desembargador e sua equipe de auxiliares):

- 1) impossibilidade de se utilizar jurisprudência dominante das cortes superiores para proferir decisão monocrática;

2) necessidade de intimação das partes para se manifestarem sobre fundamento a ser adotado pelo magistrado e não aventado anteriormente nos autos *antes* de julgar o recurso ou a ação (art. 10 do CPC);

3) necessidade de intimação do recorrente para que seja sanado o vício ou complementada a documentação exigível, antes de considerar inadmissível o recurso (parágrafo único do art. 932 do CPC);

4) necessidade de intimação das partes para que se manifestem sobre a ocorrência de fato superveniente ou existência de questão apreciável de ofício ainda não examinada *antes* de julgar o recurso ou a ação (art. 933 do CPC);

5) contagem dos prazos em dias úteis;

6) necessidade de intimar a parte contrária para se manifestar sobre o agravo interno e os embargos de declaração, bem como a obrigatoriedade de inclusão em pauta de julgamento, não mais sendo possível a apresentação dos recursos em mesa.

Quanto à especificação da metodologia de trabalho:

a) há triagem inicial de processos, com separação física, por matéria e ordem cronológica;

b) a classificação/separação física de processos é feita quando os processos chegam à unidade;

c) não há especialização de servidores por matéria ou fase processual; até a entrada em vigor do CPC/2015, os servidores trabalhavam em mutirão por tipo de matéria (aposentadoria por invalidez; aposentadoria por tempo de contribuição etc);

d) não existe tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ;

e) medidas de conciliação e desistência de recursos são aquelas disponibilizadas pelo gabinete de conciliação implantado no TRF3 (espécie de central de conciliação);

f) há priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa, tanto que não existem pendências neste ponto;

g) não se faz controle de prazo para julgamento de feitos;

h) existe fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores;

i) existe planejamento e avaliação periódica de atividades, a exemplo do que se faz hoje por conta das alterações do CPC/2015;

j) há controle de desempenho semanal e mensal dos servidores;

k) produtividade e metas são estabelecidas mensalmente em reuniões das equipes;

l) a gestão de pessoal será abordada no tópico a seguir (alínea “d”) e os recursos materiais estão razoáveis para o volume de trabalho;

m) atendimento a advogados é feito mediante prévio agendamento com a equipe do Desembargador; e,

n) em termos gerais, persiste o problema detectado em inspeções anteriores, porque ainda há fluxo negativo (saídas menores que entradas).

O Desembargador Federal registrou que a implantação do trabalho remoto em seu gabinete tem se mostrado eficaz.

O PJE ainda não teve impacto no volume de trabalho do gabinete, porque o acervo distribuído ainda não é significativo.

As medidas de contingenciamento do TRF ainda não tinham afetado, no período de inspeção, a rotina do trabalho do gabinete. Apenas maior controle do uso de água, energia e material de escritório.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações na unidade inspecionada:

a) a análise dos feitos (amostras) demonstrou que vários processos atualmente da relatoria do Des. Federal Newton de Lucca, por sucessão, estão registrados nos sistemas processuais como sendo ainda da relatoria da Des. Federal Cecília Mello;

b) desde a última inspeção, houve aumento significativo de processos de Meta do CNJ no acervo;

c) não obstante os esforços do Desembargador Federal e sua equipe, ao longo dos últimos dois anos, houve aumento constante do número de processos conclusos (abr./2014: 6.352; abr./2015: 7.522; abr./2016: 8.170);

d) em parte, o acúmulo de processos de Metas do CNJ (e o crescimento do acervo geral) pode ser decorrência de centralização relevante de trabalho nas pessoas da chefe de gabinete e da assessora, que, antes de submeter as minutas de voto/decisão dos demais auxiliares ao Desembargador, revisam todo o trabalho feito pela equipe, conforme já foi registrado na inspeção anterior;

e) o Gabinete precisa melhorar o controle do perfil do acervo e, eventualmente, refazer triagem dos processos para reavaliar matérias que comportam julgamento menos complexo, a exemplo de temas já apreciados pelos tribunais superiores; e,

f) existe também número razoável (ao todo cerca de 1.000 processos) de embargos de declaração e agravos regimentais (legais) pendentes, cujo julgamento poderia ajudar na diminuição de feitos conclusos.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

a) cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) apresentar plano de trabalho, no prazo de 60 dias, a fim de se estabelecer estratégia de redução do acervo e de prioridade de julgamento dos processos de Metas do CNJ;

c) pelo prazo de 2 anos, informar semestralmente à Corregedoria-Geral da Justiça Federal sobre os resultados efetivos do plano de trabalho a ser apresentado (alínea anterior);

d) fazer levantamento dos processos que ainda se encontram registrados na relatoria de outro Desembargador (alínea “a” item 5) nos sistemas processuais e determinar a respectiva regularização.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ STEFANINI**

**Especialidade:** Previdência e Assistência Social, excetuada a competência da 1ª Seção

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **LUIZ DE LIMA STEFANINI**

**1.2. Órgãos de atuação:** 8ª Turma, 3ª Seção e Órgão Especial

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** 22/12/2015

No período de cinco anos, o Magistrado requereu remoções internas, a saber: a) 5ª para 1ª Turma em 1º/7/2014; e, b) 1ª para 8ª Turma em 22/12/2015.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador e sua equipe de servidores.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	0	0	0	4	21	13
Inspeção/2016	17	0	0	0	4	21	14

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com o mesmo número de auxiliares. Contudo, houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	11.577
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	13.530
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	8.152
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	11.204
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	2
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

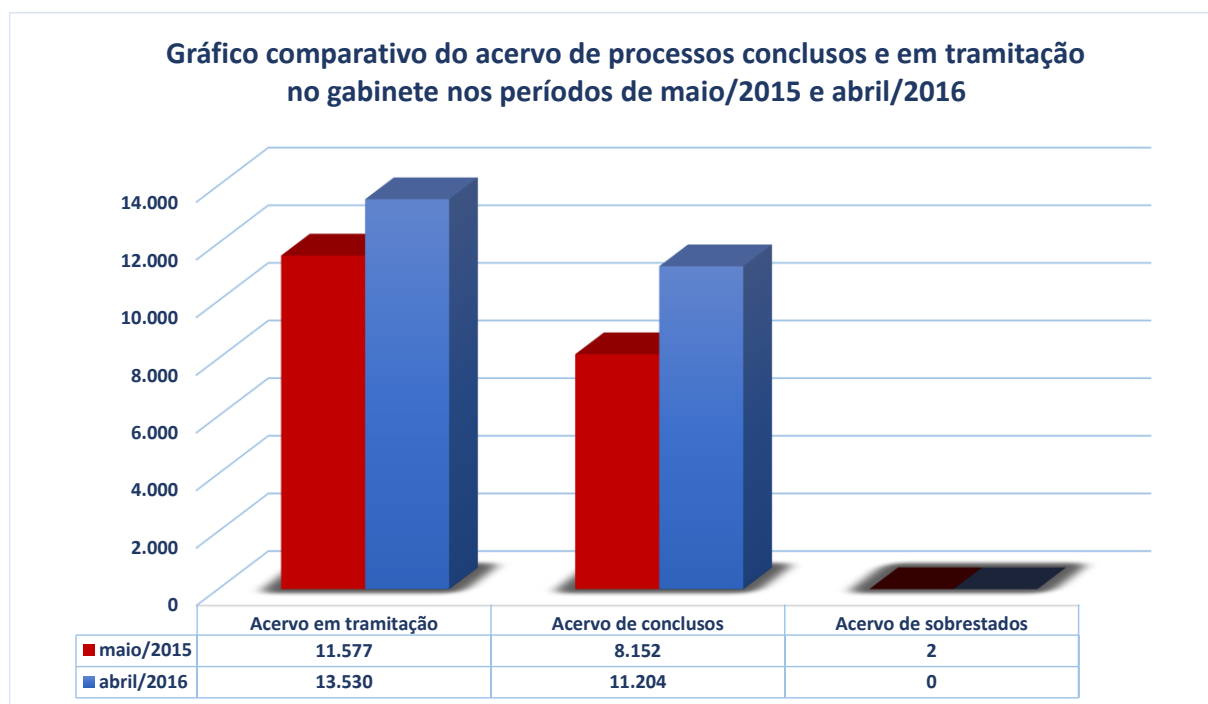
\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 3.052 e o número de sobrestados reduziu de 2 para zero.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 11.204 conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 800,3 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 1.953 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:





Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	5.063
Total de processos (saídas)**	2.254
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	2.809
Processos distribuídos	4.896

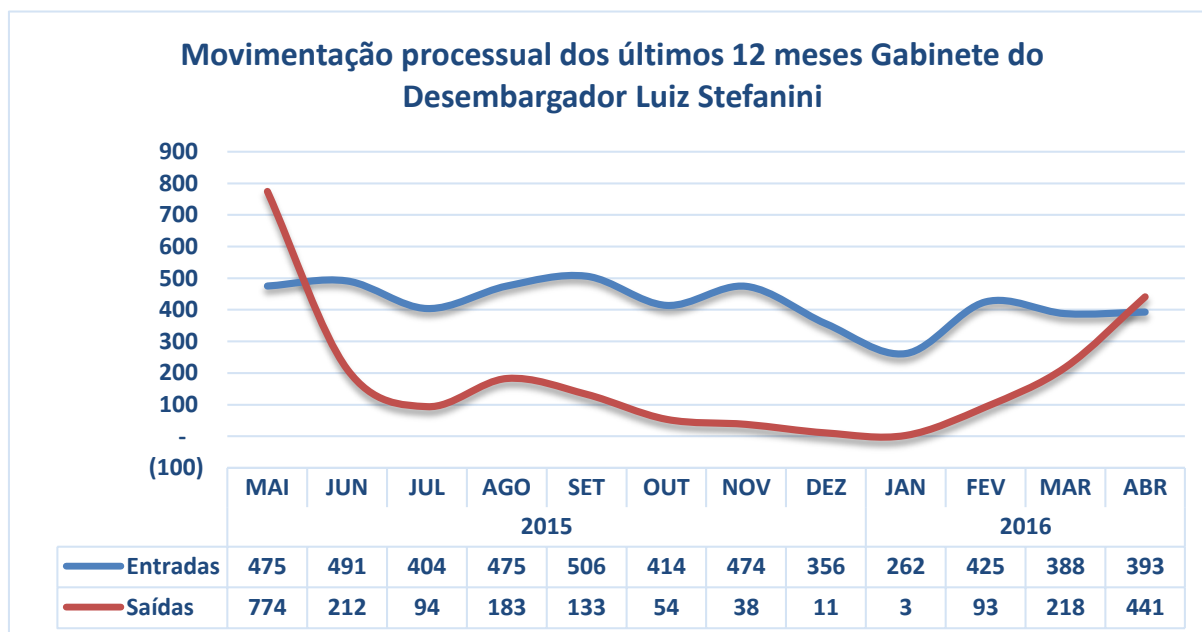
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.063 e saída de 2.254 processos, resultando, assim, em aumento expressivo do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	709
Processos julgados em mesa	21
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	1.267
Total geral	1.997
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	23%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.997 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.896; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 21 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.267 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 23%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	150
b. Agravo Legal/Regimental	447

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 150 embargos de declaração e 447 agravos legais/regimentais.

Segundo informações extraídas do sistema, não há processos com decisão liminar (cautelar ou antecipação de tutela) há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

Porém, notou-se, na amostragem, que ao menos um Processo (201503000032129: agravo de instrumento) teve liminar deferida pela relatora anterior (Des. Federal Therezinha Cazerta) em 4/5/2015 e, até o instante, não houve julgamento colegiado. Recomenda-se o julgamento em 90 dias.

Aliás, em análise de feitos fora da amostragem, a equipe de inspeção solicitou processos nos quais foram proferidas decisões monocráticas liminares pelo Desembargador Luiz Stefanini, desde que assumiu o acervo. A chefia de gabinete do Magistrado apresentou uma lista de 13 processos. Desses, apenas o Agravo de Instrumento 00297275720154030000 está pautado, porque os demais estão com carga para o INSS. São eles:

00072977720164030000	00039088420164030000;	00006791920164030000
00055647620164030000	0003416920164030000	00273744420154030000
00044267420164030000	00023845220164030000	00004791220164030000
00297275720154030000	00050364220164030000	00004757220164030000
00000184020164030000		

Além desses feitos acima, houve análise de outros Processos em situação semelhante escolhidos pela equipe de inspeção com ajuda do setor de estatística do CJF:

201103000056943	201303000318193	201403000224877
201403000220367	201403000309240	201403000192335
201403000280790	201503000182279	201503000209870
201503000216940	201503000216903	200961830134390
201603000004795	201603000059700	201603000006792

Dessa lista, destaca-se a Ação Rescisória 00056944220114030000, na qual houve decisão de indeferimento do pedido da antecipação de tutela em 16/12/2011 e, até o momento, o processo não teve mais tramitação desde março de 2015. É certo que o Desembargador Federal assumiu o acervo há pouco tempo e a tramitação dessa ação não foi de sua responsabilidade até dezembro de 2015.

Por isso, a Corregedoria recomenda que a Unidade faça constante acompanhamento de processos com decisão liminar pendente, a fim de que sejam levados ao colegiado dentro do prazo de 90 dias.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	46
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	20
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	133
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	261
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	250
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	438
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	937
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	1.056
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	7

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 3.141 processos, representando 28% do acervo de processos conclusos na unidade (11.204).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016, por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. LUIZ STEFANINI

Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	0	0
1996	0	0	0
1997	3	2	3
1998	0	1	4
1999	1	2	6
2000	2	8	11
2001	0	18	26
2002	4	30	52
2003	7	30	59
2004	9	28	53
2005	12	26	72
2006	25	41	72
2007	285	185	170
2008	710	354	338
2009	680	316	326
2010	1.055	613	563
2011	1.534	1.037	1.002
2012	1.842	1.158	1.119
2013	2.614	1.557	1.472
2014	911	1.717	1.495
2015	0	816	3.444
2016	0	0	917
<b>Total</b>	<b>9.694</b>	<b>7.939</b>	<b>11.204</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que os feitos mais antigos não têm o julgamento priorizado. Além disso, o acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 9.694 e atualmente é de 11.204. Não houve diminuição dos feitos conclusos, pelo contrário, houve aumento, o que se revela um dado preocupante, devendo o gabinete adotar providências para inverter o fluxo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, não são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano de 2005, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, não havia processos; enquanto os da Meta 6/2016 eram 7. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, devem-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	3
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, que aguardam voto-vista ou declaração de voto.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	9
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão ou declaração de voto, havendo apenas um processo recebido para voto-vista (201003000212109). Nesse caso, o voto-vista foi apresentado em 25/5/2016, conforme extrato da movimentação processual, estando a situação regular.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando suas rotinas no que se refere ao CPC/2015, porém, ainda não existe tratamento específico para os feitos prioritários

(idosos, portadores de necessidades especiais, metas do CNJ etc.) de uma maneira geral. A equipe do Desembargador Federal expressou que essa temática está em fase de estudo.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 199 processos selecionados para inspeção, 184 foram inspecionados, todos físicos.

Os 15 restantes foram inspecionados com base no extrato da movimentação processual:

200603990361421	200703990061909	200703990447320
200703990481182	201061110015648	201103990303969
201203990180220	201203990460873	201303000270240
201303000318193	201361270037325	201503000036240
201503000202667	200903990327207	201503000278738

Além disso, a equipe da Corregedoria solicitou mais três processos que constavam como pendentes da autoinspeção de 2015 (200360030007410, 200961150017629 e 201503000032129) e que não foram incluídos automaticamente no universo dos 199 processos da amostra, o que resultou no número final de 202 processos inspecionados.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

A amostragem revelou a existência de 42 processos sem movimentação desde a distribuição. O mais antigo remonta ao ano de 2006.

Verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos apenas no Processo 201503000032129.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias:

199103010158681	199503010402962	199703010079370
199703010481809	199803010280006	200003990280972
200003990281071	200003990575613	200003990680482
200103990150850	200103990204585	200103990230341

200103990230547	200103990279597	200103990453366
200161200033122	200261020047639	200303990078849
200360030007410	200361270004508	200361830023140
200361830042091	200361830053740	200361830062326
200403990373505	200461100024290	200461220016179
200461230020350	200461260032159	200461830047020
200503990154927	200561270002363	200603990066137
200603990071534	200603990108650	200603990146250
200603990227777	200603990374210	200603990434199
200661090029012	200661110028860	200661830038489
200661830056649	200703990153385	200703990174364
200703990199725	200703990201628	200703990237386
200703990240579	200703990275545	200703990311744
200703990321774	200703990351146	200761060086861
200761830063981	200803000038784	200903000156130
200961150017629	200961830105157	200961830134390

b) regularizar a distribuição ao relator (não foi efetivada a sucessão de relatores) no sistema processual e julgar em 90 dias os Processos:

199803010488079	199803010633560	199803010678129
199903990064717	199903990248907	199903990254075
199903990304935	199903990550077	199903991128703
200003990164625	200003990179628	200003990354062
200003990432190	200003990527850	200003990620175
200003990635439	200003990691832	200061090033580
200103990226866	200103990410938	200103990422734
200103990451023	200161140042331	200161240030790
200203990149244	200203990211193	200203990280269
200203990340813	200203990359068	200203990359470
200203990400263	200203990400457	200203990412629
200203990472006	200260020010201	200261060085860
200303990127459	200303990135493	200303990149224

200303990149674	200303990157166	200303990176082
200303990212955	200303990237009	200303990291569
200303990309586	200361230011447	200361250019579
200361260044364	200361830081539	200403990010792
200403990077412	200403990144218	200403990219917
200403990326977	200503990137644	200503990152578
200503990267989	200503990332519	200503990333573
200503990351204	200503990374526	200503990385081
200503990433105	200503990467589	200503990528128
200503990529145	200603990002019	200603990088534
200603990138070	200603990142504	200603990144604
200603990260756	200603990273519	200603990320856
200603990429295	200661260049429	200661830060410
200703990084788	200803990183310	200803990256270
200803990391124	200803990473700	200803990496955
200803990523946	200803990544986	200803990557658
200861030075063	200861060124994	200861200013695
200903990039317	200903990068019	200903990114054
200903990263930	200903990274150	200903990306381
200903990315011	200903990376310	200961260033629
201003990210574	201003990274229	201003990280679
201003990399210	201003990424616	201003990438482
201061080061110	201061110043073	201061130042130
201061200071483	201103990199017	201103990205601
201103990257388	201103990282437	201103990310202
201160050007291	201161050058616	201161180003822
201161190020350	201303990008804	

c) Incluir na próxima autoinspeção os Processos:

200561090054130	200703990061909	200703990309762
200703990481182	200903990327207	201061110015648
201103990303969	201203990180220	201203990460873



201303000318193	201503000278738	
-----------------	-----------------	--

- d) determinar eventual suspensão do andamento processual (julgamentos dependem da solução de outros feitos) e incluir na próxima autoinspeção os Processos 200561020135244, 200861160005000, 201003000124336 e 201203000225563;
- e) certificar nos autos a comunicação ao Juízo *a quo* acerca da decisão que atribuiu parcialmente efeito suspensivo ao agravo de instrumento e julgar em 90 dias o processo 201503000032129;
- f) verificar pendência de juntada de petição e julgar em 90 dias o Processo 199961000155363.

Por outro lado, foram considerados regulares apenas 6 Processos: 200603990361421, 200703990447320, 201303000270240, 201361270037325, 201503000036240 e 201503000202667.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral e muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da Unidade é preocupante e exige a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

Sobre a metodologia de trabalho, deve-se registrar que o Desembargador está em atuação no gabinete desde dezembro/2015. Assim, a sua equipe relatou existir, no período de inspeção, uma fase de transição.

Como foi recebido um acervo de mais de 13.000 processos da antiga relatora, os servidores trabalhavam, à época da inspeção, em regime de mutirão com matérias “em bloco”, para facilitar a criação de modelos, segundo foi informado à equipe de inspeção.

Vários armários ainda não tiveram processos triados nem separados por matéria. Feitos relativos a aposentadorias por tempo de contribuição/serviço, embargos à execução e outros classificados como “diversos” estão arquivados em armários/estantes, porém, ainda, nem sequer foram separados por ordem cronológica.

Os servidores também relataram estar em fase de aprendizado, porque nunca tinham trabalhado com a matéria previdenciária.

A meta principal da equipe do Desembargador é realmente de redução do acervo em geral. Procura-se superar o número de entradas, a fim de que o número de processos seja reduzido e, de fato, desde dezembro/2015 até abril/2016, houve redução de 487 feitos.

Inicialmente houve mutirão em processos tidos como mais simples pela Unidade, a exemplo de feitos cuja matéria de fundo era benefício assistencial, benefícios incapacitantes etc.

Vencida essa primeira etapa (6 primeiros meses), o assessor e a chefe de gabinete do Desembargador especificaram os seguintes tópicos:

a) há triagem inicial de processos, a fim de que sejam separados por matéria e complexidade;

b) há classificação e separação física de feitos por grupos de temas (aposentadoria por invalidez; aposentadoria rural; pensão por morte etc.);

c) ainda não existe especialização de servidores por matéria ou fase processual, mas a ideia é que, com a diminuição do acervo, isso ocorra;

d) não há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ;

e) medidas de conciliação e desistência de recursos ainda não são adotadas no Gabinete;

f) a priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa foi tópico prejudicado na data da inspeção porque, com a entrada em vigor do CPC/2015, haverá necessidade de inclusão em pauta daqueles que se encontravam na Unidade;

g) não há controle de prazo para julgamento de feitos;

h) existe fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores (6 processos diários para cada servidor);

i) o planejamento e avaliação periódica de atividades têm sido feitos quinzenalmente;

j) o desempenho da equipe é avaliado a cada 15 dias;

k) sobre produtividade e metas, a equipe do Desembargador Federal trabalha hoje 1.200 julgamentos mensais e espera diminuir o acervo em 2.000 processos até o fim deste ano;

l) difícil ainda avaliar a gestão de pessoal, porque a equipe de trabalho atua no acervo há apenas 6 meses (esse assunto será tratado novamente no tópico 5, a seguir);

m) a gestão de recursos materiais se apresenta adequada e a equipe ressaltou que os equipamentos/mobiliários do Gabinete são suficientes para as suas funções;

n) o atendimento a advogados em balcão é feito por ordem de chegada e não demanda agendamento prévio se o Magistrado estiver na Unidade; e

o) não havia, no período da inspeção, acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores, porque, segundo o assessor e a chefe de gabinete informaram, eles não tiveram acesso às recomendações (foram direcionadas à antiga Desembargadora Federal responsável pelo acervo).

Sobre os impactos do CPC/2015 nas rotinas do Gabinete, constatou-se pequena repercussão, porque a equipe trabalhou pouco tempo sob a égide do revogado Código (de janeiro a 18 de março de 2016).

O espaço físico está razoavelmente organizado e os processos armazenados em prateleiras ou estantes. Porém, como já registrado antes, ainda não há um controle efetivo na organização de todos os processos que lá se encontram. Existem armários que nem sequer foram examinados para fins de triagem.

A chefe de gabinete e o assessor informaram que a Unidade adota o sistema de *home office* atualmente com bastante sucesso, mas apenas para aqueles servidores que cumprem as metas individuais.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

O Gabinete, no período da inspeção, tinha o segundo maior acervo entre aqueles que têm competência previdenciária e assistencial (7ª, 8ª, 9ª e 10ª Turmas).

Nota-se que a equipe do Desembargador Federal ainda não tem completo controle do acervo, até mesmo porque nem chegaram a realizar triagem em boa parte dele.

Nesses primeiros 6 meses de trabalho, o Magistrado teve dois períodos de férias (7/1/2016 a 6/2/2016 e 2/5/2016 a 31/5/2016). Registre-se que não existiu convocação de juízes nesses períodos de afastamento.

Por outro lado, vários armários de processos nem sequer foram examinados, especialmente aqueles relativos a feitos classificados como aposentadorias por tempo de serviço/contribuição, embargos à execução e outros classificados como “diversos” (processos que estão na sala entre o gabinete do Desembargador e a sala dos servidores).

Não obstante esses registros, nota-se que há, neste momento inicial, uma preocupação da equipe em obter informações de métodos de trabalho de outros gabinetes da mesma turma, como as Unidades de responsabilidade dos Desembargadores Federais Tânia Marangoni e David Dantas, que se encontram em situação confortável (trabalham com distribuição mensal), o que é elogiável.

Preocupa, porém, o histórico do Gabinete do Desembargador Luiz Stefanini.

Até dezembro/2015, todos os servidores auxiliavam o Magistrado nas suas atividades na 1ª Turma (cível) e lá o controle do acervo não se apresentava razoável.

Os dados a seguir foram obtidos após a análise da situação na qual o Des. Federal Valdeci dos Santos assumiu, por sucessão, o acervo na 1ª Turma em dezembro/2015.

A equipe de inspeção detectou que não existia, ao tempo em que o Desembargador Luiz Stefanini era responsável pelo gabinete da 1ª Turma, triagem eficiente dos agravos de instrumento, os quais restavam dispostos sem qualquer ordem lógica.

Ainda sobre o antigo Gabinete, relatou-se a existência de decisão liminar, sem apreciação, desde outubro de 2015, o que está sendo regularizado por seu sucessor (Desembargador Federal Valdeci dos Santos).

Os demais processos não estavam separados por matéria. Cerca de 200 processos, alguns pertencentes à Meta 2 do CNJ, nem sequer eram da competência da 1ª Turma e estavam há meses no antigo Gabinete do Desembargador Federal Luiz Stefanini sem qualquer apreciação. Parcela dos processos estava em depósito, no subsolo do Tribunal. Não havia sistema eficiente de organização dos processos criminais, pois houve necessidade de rever a contagem dos prazos prescricionais de todos os processos, uma vez que muitos estavam com os cálculos errados.

Observou-se, outrossim, vasta quantidade de agravos regimentais e embargos de declaração, da década de 90, sem movimentação. Alguns processos penais, com réus presos, conclusos em 2013, cujo cumprimento da pena estava por consumir, não tiveram qualquer apreciação.

Enfim, detectou-se a existência de vários processos cuja matéria já se encontra decidida pelas Cortes Superiores, em regime de julgamento de recursos repetitivos, sem a devida triagem ou apreciação.

O gráfico abaixo demonstra que, nos anos de 2014 a 2015, o Gabinete do Desembargador Stefanini não teve melhora no perfil do acervo, no que se refere especialmente aos mais antigos.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO,  
NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. VALDECI DOS SANTOS			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	3	0	0
1990	0	2	1
1991	0	0	0
1992	1	1	0
1993	4	4	4
1994	14	12	2
1995	9	7	2
1996	31	26	10
1997	32	24	18
1998	39	32	20
1999	112	103	58
2000	92	92	79
2001	141	137	82
2002	139	124	104
2003	113	108	82
2004	138	125	105
2005	138	127	98
2006	333	310	188
2007	835	761	496
2008	1.068	992	626
2009	908	821	481
2010	898	786	476
2011	1.192	1.008	587
2012	1.014	848	539
2013	1.098	885	527
2014	303	1.238	715
2015	0	523	1.249
2016	0	0	455
<b>Total</b>	<b>8.655</b>	<b>9.096</b>	<b>7.004</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Registre-se que o Desembargador Luiz Stefanini foi responsável pelos números acima nos anos de 2014/2015 e o Desembargador Valdeci dos Santos no corrente ano.

A equipe de inspeção espera, nesse novo desafio na Turma Previdenciária e Assistencial, que o Desembargador Federal e sua equipe melhorem a gestão do gabinete e, enfim, o modelo de atuação.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

- a) não há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ;
- b) não houve triagem de parte significativa do acervo, passados 6 meses desde o início dos trabalhos;
- c) não há separação de processos por ordem cronológica;
- d) alguns armários nem sequer foram examinados;

e) não há separação de processos cujas matérias já foram apreciadas pelos tribunais superiores e podem acarretar juízos de retratação (art. 543-B do CPC/1973);

f) não há controle de processos que tiveram decisão liminar monocrática deferida, que deve ser levada ao colegiado para confirmação.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

a) cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) apresentar plano de trabalho, no prazo de 60 dias, a fim de se estabelecer estratégia de redução do acervo e de prioridade de julgamento dos processos de Metas do CNJ;

c) pelo prazo de 2 anos, informar semestralmente à Corregedoria-Geral da Justiça Federal sobre os resultados efetivos do plano de trabalho a ser apresentado (alínea anterior);

d) fazer triagem e organizar todos os processos que se encontram armazenados no Gabinete;

e) fazer constante acompanhamento de processos com decisão liminar, a fim de que sejam levados ao colegiado dentro do prazo de 90 dias.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA**

**DESEMBARGADORA FEDERAL TÂNIA MARANGONI**

**Especialidade:** Previdência e Assistência Social, excetuada a competência da 1ª Seção

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargadora Federal **TÂNIA REGINA MARANGONI**

**1.2. Órgãos de atuação:** 8ª Turma, 3ª Seção, Membro do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região e Vice-Ouvidora-Geral da 3ª Região

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 4/10/2013

No período de cinco anos, a Magistrada não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora e por seu chefe de gabinete.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	18	0	0	0	4	22	15
Inspeção/2016	18	0	0	0	3	21	16

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 1 auxiliar a menos. Contudo, houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada especificamente à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	5.932
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	2.620
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	1.223
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	484
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	0
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

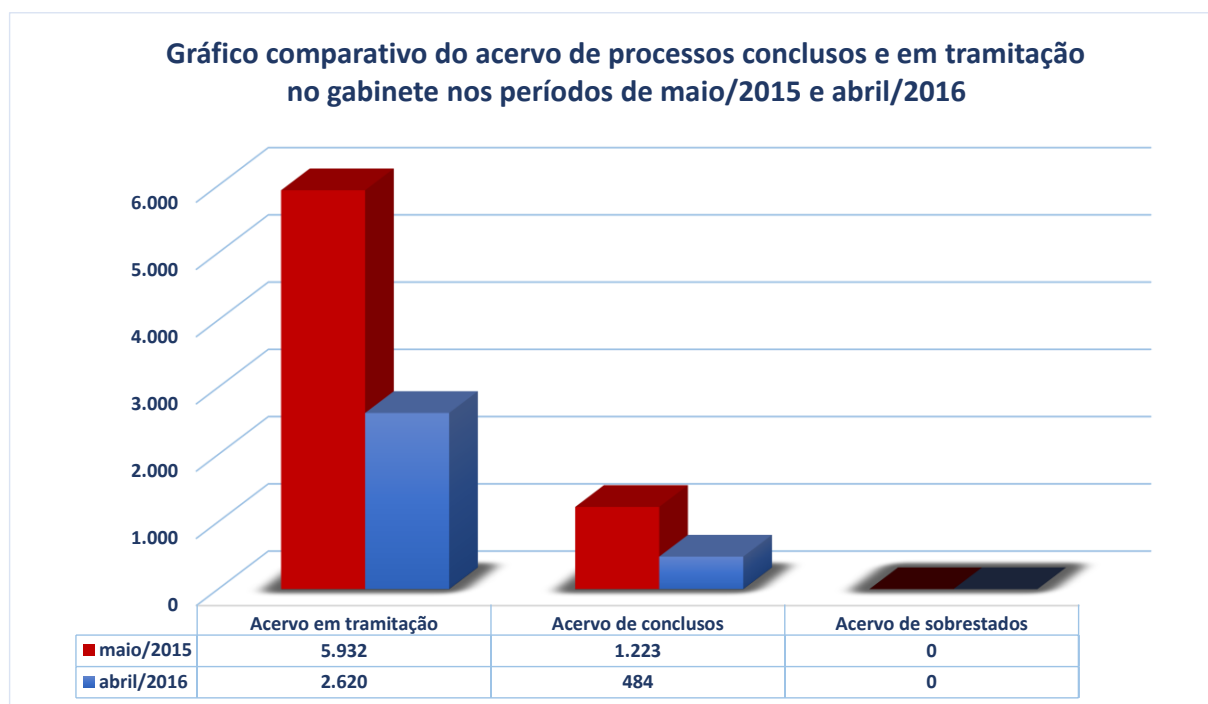
\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 739 e o número de sobrestados permaneceu igual a zero.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 484 conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 30,25 processos por servidor.

Observa-se que o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 3.312 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:





Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	5.151
Total de processos (saídas)**	6.009
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-858
Processos distribuídos	4.923

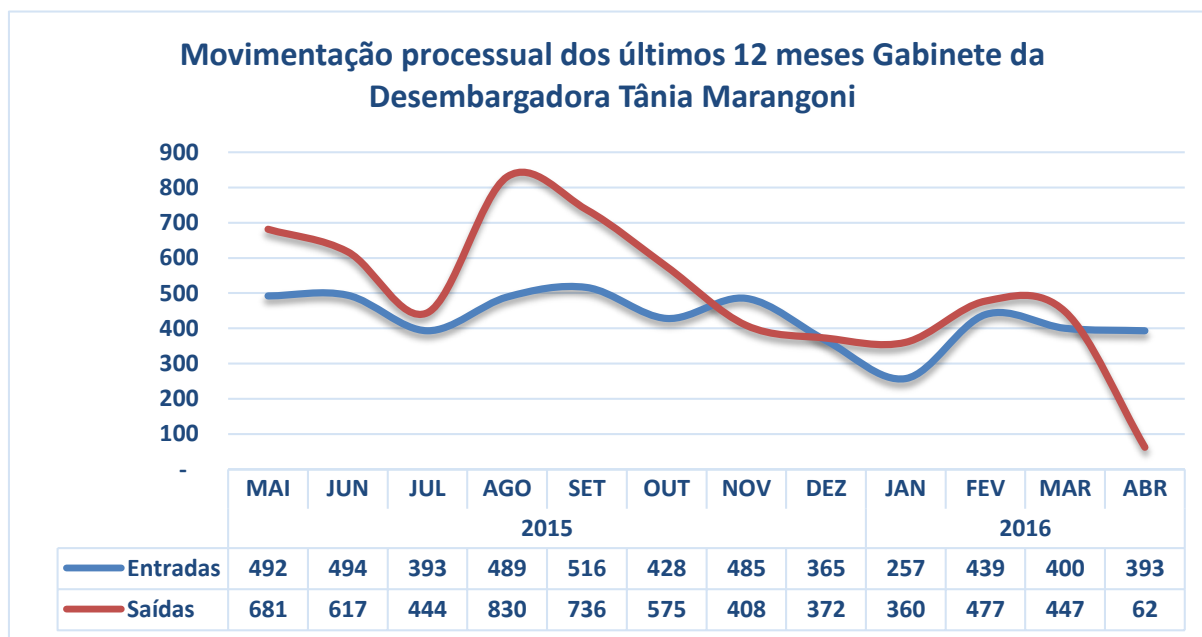
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.151 e saída de 6.009 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016.



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	392
Processos julgados em mesa	14
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	5.328
Total geral	5.734
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	29%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 5.734 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.923; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 14 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 5.328 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 29%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	49
b. Agravo Legal/Regimental	190

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Porém, essa sistemática deverá ser alterada com a vigência do CPC/2015, devido à necessidade de prévia inclusão em pauta de julgamentos.

Existem pendentes de julgamento 49 embargos de declaração e 190 agravos legais/regimentais.

Não existem processos com decisão liminar (cautelar ou antecipação de tutela) há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	2
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 3 processos, representando 0,6% do acervo de processos conclusos na unidade (484).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016, por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. TANIA MARANGONI			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	0	0
1996	0	0	0
1997	1	0	0
1998	0	0	0
1999	0	0	0
2000	2	1	0
2001	0	3	0
2002	0	4	0
2003	0	16	1
2004	1	7	0
2005	2	12	0
2006	0	10	0
2007	6	8	0
2008	34	6	0
2009	205	13	3
2010	421	27	1
2011	1.169	91	2
2012	1.529	125	2
2013	2.165	235	5
2014	626	360	12
2015	0	275	61
2016	0	0	397
<b>Total</b>	<b>6.161</b>	<b>1.193</b>	<b>484</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que, tanto os feitos antigos quanto os mais recentes, são julgados. Apesar de ainda não terem sido julgados apenas 9 processos distribuídos antes do ano de 2013, a tabela acima evidencia que a cada ano o número de processos antigos é reduzido, o que ocorre de forma paralela com a diminuição geral do acervo.

O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 6.161; atualmente, há 484. Houve diminuição dos feitos conclusos a partir de 2015. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2016, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2015, o que se revela um dado positivo, digno de elogio.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ em tramitação na unidade são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Existe pequeno volume de processos tramitando com mais de cinco anos no Tribunal, conforme tabela da página anterior.

A equipe de inspeção detectou 1 processo do ano de 2003 em tramitação (00070027220034036183), que não estava na listagem da amostra. Contudo, devido ao ano de distribuição, foi solicitada a disponibilização dos autos para análise. Houve julgamento do recurso de apelação e respectivos embargos nos anos de 2010/2011. Em sequência, houve interposição de recursos extraordinários. Em 12/2015, o STF remeteu os autos ao TRF para adequação ao disposto no art. 543-B (retração) do CPC/1973.

Neste instante, a Des. Federal Relatora já lançou relatório e o feito será incluído em pauta de acordo com o cronograma semestral da 8ª Turma. Deve ser julgado em 90 dias (recomendação).

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, não há nenhum processo, o que ocorre igualmente com os processos da Meta 6/2016.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	3
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há nenhum processo do gabinete liberado para revisão, bem como nenhum feito aguarda voto-vista, havendo apenas um que aguarda declaração de voto. Neste universo, esse único processo aguarda providências há mais de 30 dias (processo 16648-16.2012.4.03.0000), configurando pendência externa.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	1
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Ante a divergência dos dados, pois o gabinete informou que o processo 9722-63.2010.4.03.6119 constou repetidamente nos dois campos, consideramos apenas as estatísticas oficiais, fornecidas pelo Tribunal, diante da necessidade de uniformização dos dados.

De qualquer forma, o processo acima listado foi devolvido com acórdão em 10/5/2016, razão pela qual está em ordem.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos. Foi informado que, quanto à Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico –, o Gabinete dispõe de rampa para acesso às dependências do gabinete para acesso de pessoas com deficiência física. E, quanto à Lei 13.140/2015 (mediação), os processos são enviados diretamente pela distribuição ao Gabinete de Conciliação do TRF. Quanto ao novo CPC, foi informada a existência de esforços para a atualização das rotinas de trabalho, sendo relatado que a principal consequência prática foi a diminuição dos julgamentos monocráticos. De agora em diante, a maioria dos casos irá para o colegiado (inclusão em pauta).

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Os 7 processos selecionados para inspeção foram inspecionados, sendo todos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

A amostragem não revelou a existência de nenhum processo sem movimentação desde a distribuição, pois 6 deles já estavam inclusos em pauta e 1 foi convertido em diligência.

Além disso, a equipe detectou e inspecionou o processo 200361830070025, com relatório elaborado para inclusão em pauta de acordo com o cronograma da 8ª Turma. Deve ser julgado em 90 dias (recomendação).

Na unidade, não foram verificadas discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

- a) julgar, no prazo de 90 dias, o Processo 200361830070025;
- b) incluir na próxima autoinspeção, a fim de verificar se foram concluídos julgamentos/tramitações dos seguintes feitos:

199903991188347	199961170028121	200561090012779
200861080055291	200903990198717	201061030073966

201461270035989		
-----------------	--	--

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é muito boa, não havendo acúmulo, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo, o que merece elogio da Corregedoria.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

Em seguida, será feita uma abordagem geral sobre os seguintes tópicos: a) triagem inicial de processos; b) classificação e separação física de processos; c) especialização de servidores por matéria ou fase processual; d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ; e) medidas de conciliação e desistência de recursos; f) priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa; g) controle de prazo para julgamento de feitos; h) fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores; i) planejamento e avaliação periódica de atividades; j) desempenho; k) produtividade e metas; l) gestão de pessoal e recursos materiais; m) atendimento a advogados; e n) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores.

O gabinete se encontra atualmente em fase “enxuta”. Trabalha-se (classificação e separação física de processos) basicamente com os feitos que chegam conclusos imediatamente.

A triagem é feita de pronto e a separação dos processos prioritários também ocorre na entrada dos processos da unidade. Com isso, a presteza no atendimento das Metas do CNJ e prioridades legais/regimentais é feita na “chegada” dos processos.

Temas como priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento de mesa são controlados diretamente pela própria Desembargadora Federal e seu chefe de gabinete. Não existem pendências.

O controle de prazos para julgamento de feitos é administrado pelo chefe de gabinete da unidade. Na verdade, o gabinete trabalha com o cronograma de pautas semestrais da 8ª Turma. Previamente são fixadas as datas das sessões ordinárias em ato publicado pelo Presidente da Turma.

As metas de trabalho são discutidas rotineiramente pela equipe de servidores, mas, como basicamente trabalham com a distribuição imediata, há relativização das divisões de tarefa por matéria, uma vez que os volumes de cada tipo de matéria variam de uma distribuição para outra, a equipe busca equilibrar o número de processos por servidor.

Assim, tudo atualmente é feito conforme as necessidades mais imediatas (dinamismo evidente), devido ao diminuto número de processos.

O atendimento de advogados é feito constantemente de acordo com ordem de chegada no balcão. A Desembargadora Federal os recebe sem pauta/agendamento prévio. No entanto, é comum, especialmente em relação a advogados de outras cidades, a verificação de datas/horários de presença da Magistrada, a fim de que não ocorram desencontros.

Em relação ao acompanhamento das recomendações em inspeções anteriores, não existem pendências.

Enfim, pode-se dizer que o método de trabalho focado na gestão dos processos e foco no resultado tem sido uma constante.

A equipe de servidores se encontra motivada e bem adaptada à gestão do gabinete, inclusive, pelo fácil acesso de todos à Magistrada.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A unidade mantém excelente método de trabalho ao longo dos últimos 3 anos. O acervo em abril/2016 era de apenas 484 processos conclusos no gabinete.

O espaço físico está bem organizado e os processos armazenados em prateleiras ou estantes.

Trabalha-se basicamente com a distribuição imediata de processos, como já dito, o que evidencia o dinamismo do trabalho da equipe. Os controles de meta, prazos de julgamentos, desempenhos de servidores e outros são feitos quase que diariamente pelo chefe de gabinete.

Acerca da última autoinspeção, realizada em 2015, dos 54 processos que tiveram determinações na inspeção anterior, apenas a Ação Civil Pública 200561020135323 não foi julgada, pois a relatora aguarda o posicionamento da Turma em casos semelhantes. Há arguição de inconstitucionalidade de lei. De qualquer maneira, o tema já está pautado nos autos da ACP 00006631820054036122 para o dia 27/6/2016.

A propósito, ao longo dos anos, nota-se consistente redução de processos constantes nas Metas do CNJ, conforme quadros comparativos expostos ao longo do relatório de inspeção. A organização/divisão do trabalho também se apresenta exemplar, o que se extrai dos relatórios de distribuição.

Deve-se salientar ainda o método de trabalho da Magistrada, de acompanhamento pessoal das atividades da assessoria, o que torna sua gestão compartilhada e dinâmica.

O gabinete, mesmo sem maiores impactos, passa atualmente por fase de adaptação, tendo em vista as inovações trazidas pelo CPC/2015 (diminuição de decisões



monocráticas; aumento de decisões colegiadas; diminuição de processos a serem levados em mesa etc.), o que pode impactar temporariamente no número de processos conclusos.

Além disso, a implantação do PJE também certamente trará necessidade de ajustes nas rotinas do gabinete. O chefe de gabinete da unidade fez questão de registrar que não há interoperabilidade entre o PJE e os demais sistemas do tribunal, algo que dificulta a rotina de trabalho do gabinete. Segundo esse servidor, a sugestão da unidade inspecionada para a Corregedoria-Geral seria um estudo sobre como aperfeiçoar o PJE.

As medidas de contingenciamento do TRF ainda não tinham afetado, no período de inspeção, a rotina do trabalho do gabinete. Apenas maior controle do uso de água, energia e material de escritório.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

- a) cumprir as recomendações dos itens 2 e 3;
- b) incluir na próxima autoinspeção o andamento da ACP 200561020135323 (aguarda julgamento do feito 00006631820054036122: *vide* item 5);
- c) manutenção do método de trabalho de sucesso, que merece elogio.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL DAVID DANTAS**

**Especialidade:** Previdenciário e Assistência Social, excetuada a competência da 1ª Seção

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **DAVID DINIZ DANTAS**

**1.2. Órgãos de atuação:** 8ª Turma e 3ª Seção

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 4/10/2013

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador e por sua chefe de gabinete.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	0	0	0	3	20	15
Inspeção/2016	17	0	1	0	2	20	15

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com o mesmo número de auxiliares e de servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	9.148
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	3.635
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	3.616
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	438
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	2
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

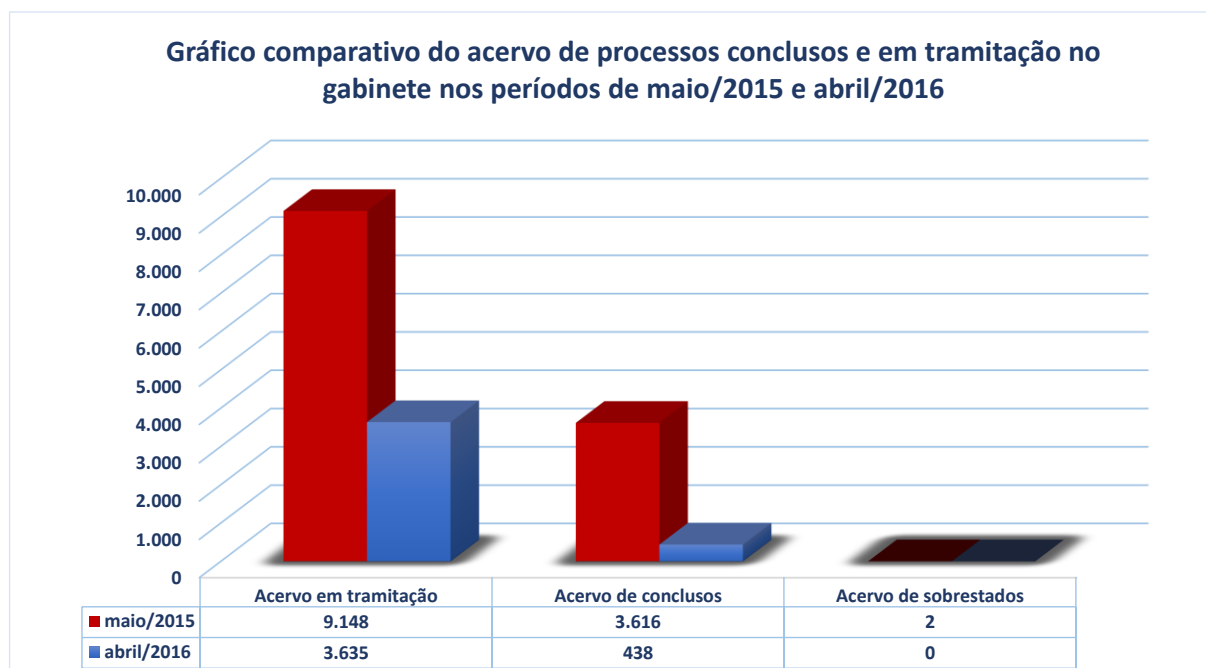
\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de conclusos diminuiu em 3.178 processos e o número de sobrestados reduziu de 2 para zero.

O Gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 438 conclusos, que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 29,2 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 5.513 processos.

O histórico estatístico do acervo da Unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	5.250
Total de processos (saídas)**	9.110
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-3.860
Processos distribuídos	4.937

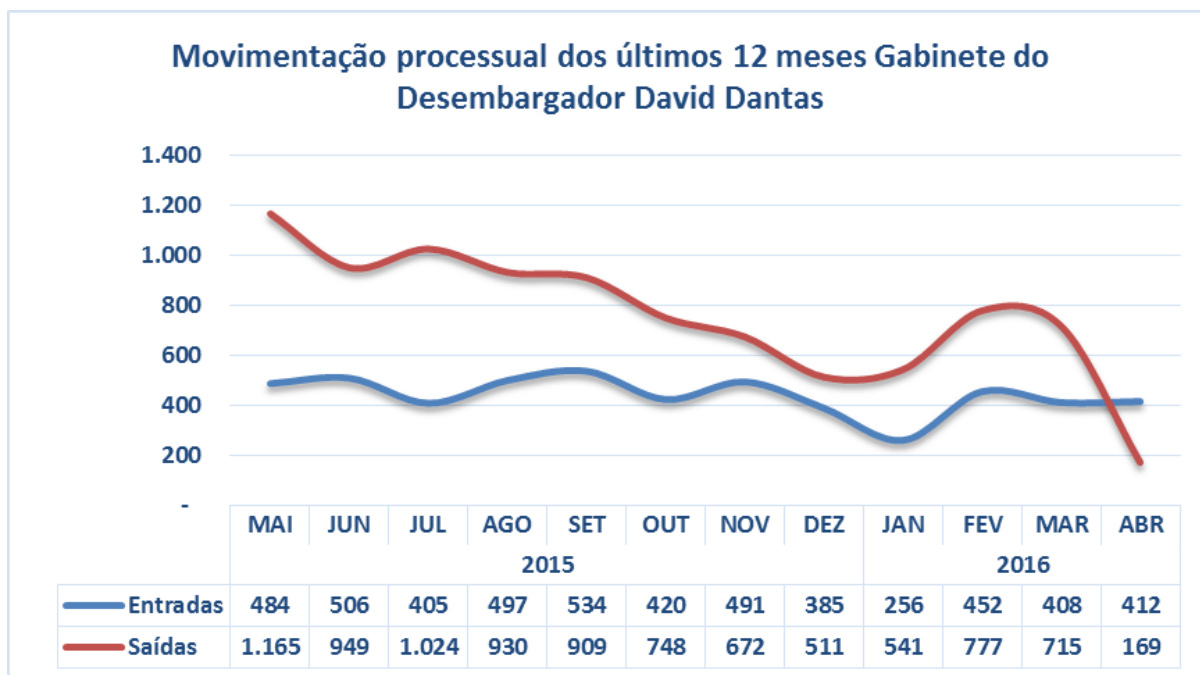
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.250 e saída de 9.110 processos, resultando, assim, em expressiva redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	532
Processos julgados em mesa	68
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	8.083
Total geral	8.683
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	27%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 8.683 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.937; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 68 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 8.083 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 27%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	32
b. Agravo Legal/Regimental	131

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Porém, essa sistemática deverá ser alterada com a vigência do CPC/2015, devido à necessidade de prévia inclusão em pauta de julgamentos. Existem pendentes de julgamento 32 embargos de declaração e 131 agravos legais/regimentais.

Não existem processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	1
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	6
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	15
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	14
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	20
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	23
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	3

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 80 processos, representando 18,26% do acervo de processos conclusos na Unidade (438).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016, por ano de distribuição.

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO,  
NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. DAVID DANTAS			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	0	0
1996	2	0	0
1997	3	0	0
1998	4	0	0
1999	12	3	0
2000	16	1	1
2001	28	2	0
2002	27	4	0
2003	26	3	0
2004	39	9	0
2005	49	14	0
2006	57	11	0
2007	704	36	0
2008	1.154	294	0
2009	982	358	16
2010	1.195	434	14
2011	1.568	629	22
2012	2.029	641	27
2013	2.853	821	23
2014	890	853	29
2015	0	762	58
2016	0	0	248
<b>Total</b>	<b>11.638</b>	<b>4.875</b>	<b>438</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes são julgados. Observa-se – pela tabela acima – que a cada ano o número de processos antigos é reduzido, o que ocorre de forma paralela com a diminuição geral do acervo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Existe pequeno volume de processos tramitando com mais de cinco anos no Tribunal, conforme tabela da página anterior.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, não havia nenhum processo; enquanto os da Meta 6/2016 eram 3. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, devem-se envidar esforços para alcançá-las.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	2
Recebidos para lavratura de acórdão	3
Outras situações	13
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do Gabinete liberados para revisão e nem aguardando voto-vista. Por outro lado, o quadro acima aponta a existência de 2 processos que aguardam declaração de voto.

Nesse aspecto, a chefe de gabinete esclareceu que existem, na verdade, quatro processos que aguardam declaração de voto (201303990414284, 201103990371355, 201203990203311 e 201061200077254), sendo que todos aguardam providências há mais de 30 dias, o que configura pendência externa.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	1
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da Unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão, para voto-vista e para declaração de voto.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a Unidade está atualizando seus procedimentos.

Em relação aos processos prioritários, há identificação já na triagem e encaminhamentos imediatos, tendo em vista o diminuto volume do acervo.

Sobre os processos relativos à mediação/conciliação, a Unidade apenas segue sistema criado no âmbito do próprio TRF (Gabinete da Conciliação). Os processos, antes de serem conclusos ao Gabinete, passam pelo setor de conciliação, de tal maneira que, na visão dos gestores, não há necessidade de rotina específica voltada ao tema, ressalvadas hipóteses excepcionais.



### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 16 processos selecionados para inspeção, todos foram analisados fisicamente.

Os autos físicos localizados na Unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

No Gabinete, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias: 200903990056467, 200903990239264 e 200961230015467;

b) incluir na próxima autoinspeção (verificação de conclusão de julgamento), pois já pautados:

200003990218154	200903990130760	200960000084829
200961210043470	201003990247755	201003990324750
201103990066716	201161050013335	201203990122840
201203990357752	201261280095469	201261830000784
201403990189270		

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da Unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação do Gabinete é boa, não havendo acúmulo. Ao contrário, verifica-se redução contínua do acervo, o que merece elogio da Corregedoria-Geral.

### 4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

Em seguida, será feita uma abordagem geral sobre os seguintes tópicos: a) triagem inicial de processos; b) classificação e separação física de processos; c) especialização

de servidores por matéria ou fase processual; d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ; e) medidas de conciliação e desistência de recursos; f) priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa; g) controle de prazo para julgamento de feitos; h) fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores; i) planejamento e avaliação periódica de atividades; j) desempenho; k) produtividade e metas; l) gestão de pessoal e recursos materiais; m) atendimento a advogados; e n) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores.

O espaço físico do Gabinete está bem organizado e os processos armazenados em prateleiras ou estantes.

O método de trabalho tem se mostrado eficaz e eficiente, conforme os números acima já demonstram.

Aplica-se um conjunto de diretrizes: a) estabelecimento de metas (individuais e coletivas); b) a gestão compartilhada entre servidores e Magistrado (“horizontalidade” das relações no ambiente de trabalho); c) a identificação do perfil do acervo (divisão por matérias); d) eliminação constante de rotinas ineficazes; e) controle diário da produção de cada setor/funcionário; f) valorização do funcionário e do ambiente de trabalho, com estímulo de *home office* etc.

Na implementação do sistema de gestão, o Desembargador Federal disse ter se apropriado de conhecimentos da iniciativa privada com adaptações para as necessidades/possibilidades do serviço público e da Unidade gerida.

A partir desses marcos, em outubro/2013, o Gabinete tinha cerca de 18.000 processos e, hoje, o acervo de conclusos está com pouco mais de 400.

A triagem inicial (por matéria ou tipo de andamento) é feita imediatamente após a distribuição e já ali são estabelecidas todas as tramitações prioritárias, a incluir os processos de Meta do CNJ e demais prioridades legais/regimentais.

A ideia é identificar quantitativa e qualitativamente os recursos a serem julgados (temática e por grau de dificuldade em virtude de circunstâncias específicas).

A divisão de trabalho por matéria ou fase processual é ainda um vetor, mas tem sido “relativizada” por conta do diminuto acervo. A divisão puramente embasada por matérias (tônica do passado) pode gerar discrepâncias no volume de trabalho de cada servidor, de tal maneira que as metas e divisões de atribuições são revistas com constância, para que o acervo se mantenha no patamar atual e exista equânime divisão da carga de trabalho entre os colaboradores.

As recentes inovações do CPC e de outras leis, a exemplo do Estatuto do Portador de Necessidades Especiais, têm tido pouco impacto na estrutura administrativa da Unidade, porque o acervo está bem “enxuto”.

O atendimento a advogados é feito sem maiores formalidades. Não há necessidade de agendamentos prévios, quando o Magistrado está em seu Gabinete.

Os controles de prazo para julgamento são feitos a partir da data de entrada. Busca-se a prolação decisão ou voto em 2 ou 3 meses, conforme controle feito pela chefia de gabinete.

Não foram registrados impactos significativos pelo uso do PJE, tendo em vista o diminuto acervo.

As medidas de contingenciamento do TRF ainda não tinham afetado, no período de inspeção, a rotina do trabalho do Gabinete. Apenas maior controle do uso de água, energia e material de escritório.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

Sobre o acompanhamento de determinações em inspeções anteriores, existiam 5 pendências:

Todas foram justificadas:

a) três ACPs (200561020135220, 200561160012209 e 200561220002896) estão suspensas e aguardam o julgamento de outra ação coletiva (20056122000663-4), que trata do mesmo tema e que está pautada para o dia 27/6/2016, conforme documento extraído do sistema;

b) o processo 201003000046350 (medida cautelar inominada) foi julgado em junho/2011 e não houve interposição de recurso; houve determinação de baixa, ainda não efetivada, no sistema andamento processual; e,

c) sobre o feito 200361180013715, em 18/6/2015, foi proferida decisão suscitando conflito de competência que tramita no STJ sob o número 143.007/SP; trata-se de feito que deve ser suspenso, inclusive, com registro nos sistemas processuais.

Sobre o último feito acima, a assessoria do Magistrado faz acompanhamento trimestral do andamento do conflito (está inclusive constando no relatório de movimentação processual), que ainda aguarda julgamento, conforme extrato de andamento.

O Gabinete, mesmo sem maiores impactos, passa atualmente por fase de adaptação, tendo em vista as inovações trazidas pelo CPC/2015 (diminuição de decisões monocráticas; aumento de decisões colegiadas; diminuição de processos a serem levados em mesa etc.), o que pode impactar temporariamente no número de processos conclusos.

Além disso, a implantação do PJE também certamente trará necessidade de ajustes nas rotinas do Gabinete.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

a) cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) manutenção do método de trabalho de sucesso, que merece elogio;

c) enfim, sobre os 5 processos que constavam como pendentes na lista de processos da autoinspeção/2015 (item 5 acima), recomenda-se a regularização das respectivas movimentações processuais (suspensão ou baixa), a fim de que não mais constem como pendências em inspeções futuras. Prazo: 30 dias.

## GABINETES INTEGRANTES DA 9ª TURMA

### DESEMBARGADORA FEDERAL MARISA SANTOS

**Especialidade:** Previdência e Assistência Social

#### 1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

**1.1. Identificação:** Desembargadora Federal **MARISA SANTOS**

#### 1.2. Órgãos de atuação:

- Órgão Especial para o biênio 2014/2016, conforme Ato n. 12.430/2014;
- Membro Suplente do Tribunal Regional Eleitoral, conforme decidido na 330ª Sessão Ordinária Administrativa do Órgão Especial desta Corte, realizada em 8/7/2015;
- 3ª Seção, Presidente da 9ª Turma (a partir de 1º/1/2016);
- Coordenadora do Programa de Conciliação da 3ª Região, desde 21/3/2016, para o biênio 2016/2018, sem prejuízo de suas atribuições – Ato n. 4/2016.

#### 1.3. Tempo de atuação no acervo: desde 19/10/2014.

No período de cinco anos, a Magistrada não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	16	-	-	-	2	18	14
Inspeção/2016	18	-	-	-	4	22	15

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 4 auxiliares a mais. Houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	5.036
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	5.335
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	3.505
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	3.749
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	0
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

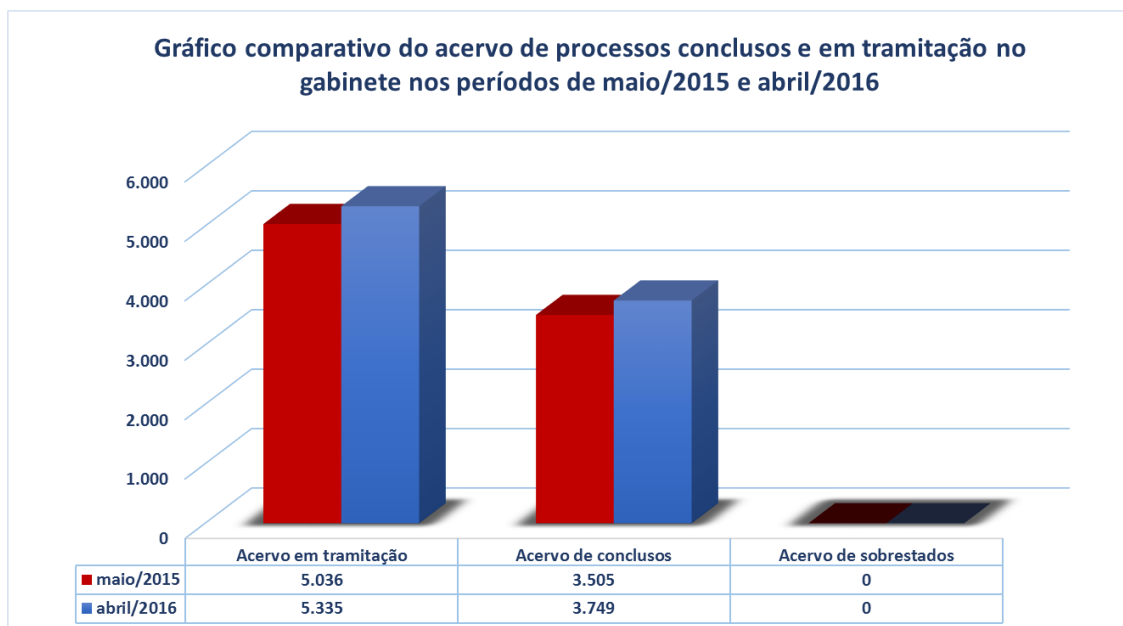
\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 244 e o número de sobrestados permaneceu zerado.

O Gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 3.749 conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 250 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 299 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	5.104
Total de processos (saídas)**	4.400
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	704
Processos distribuídos	4.913

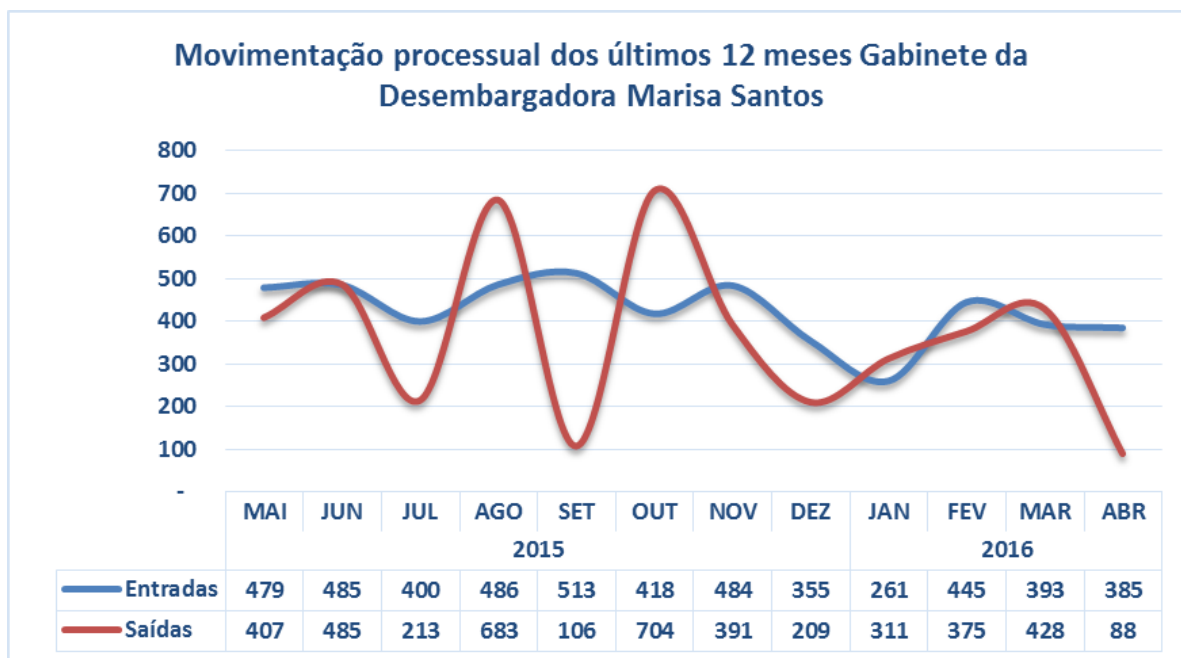
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.104 e saída de 4.400 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

O gráfico, a seguir, demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	248
Processos julgados em mesa	17
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	3.974
Total geral	4.239
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	18%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 4.239 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.913; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 17 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 3.974 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 18%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	49
b. Agravo Legal/Regimental	73

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento somente nos casos de decisões proferidas na vigência do CPC/1973, as demais são pautadas. Existem pendentes de julgamento 49 embargos de declaração e 73 agravos legais/regimentais.

Não existem processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	2
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	354
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;



Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 358 processos, representando 10% do acervo de processos conclusos na unidade (3.749).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016, por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, **POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO**,  
NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. MARISA SANTOS			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	1	1
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	0	0
1996	0	0	0
1997	0	2	0
1998	1	2	0
1999	0	3	0
2000	0	6	1
2001	0	12	0
2002	0	24	0
2003	0	27	2
2004	0	24	0
2005	0	29	1
2006	0	24	0
2007	2	10	1
2008	1	15	1
2009	0	19	5
2010	5	15	10
2011	168	12	10
2012	1.063	469	362
2013	1.859	792	553
2014	797	1.116	726
2015	0	803	1.426
2016	0	0	650
<b>Total</b>	<b>3.896</b>	<b>3.405</b>	<b>3.749</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 3.896; atualmente, há 3.749. Houve diminuição dos feitos conclusos a partir de 2014. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2012, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha essencialmente com

processos distribuídos no ano 2012, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014, e os da Meta 6/2016, ambos apurados em abril/2016, não há processos.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	2
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do Gabinete liberados para revisão, bem como não há feitos que aguardam voto-vista, havendo apenas 1 processo para declaração de voto, que aguarda providências há mais de 30 dias (2013.03.99.028557-5).

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	3
Recebidos para lavratura de acórdão	6
Outras situações	10
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão, 1 para voto-vista e 3 para declaração de voto. Nessas situações há feitos sem movimentação há mais de 30 dias, a saber: 2011.03.99.020670-8, 2013.61.09.006367-0 e 2009.03.00.029008-8.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque a instituição de um “Projeto Piloto”, em conjunto com a Procuradoria do INSS, com o intuito de proceder à conciliação de processos de benefício por incapacidade em que o INSS seja o apelante, bem como nos embargos à execução que tenham por objeto controvérsia quanto aos critérios de juros moratórios e correção monetária. Os processos selecionados pela unidade encontram-se na Procuradoria do INSS, estando a unidade no aguardo de possível proposta de acordo.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Os 51 processos selecionados para inspeção foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Não havia processos que tramitavam em unidades externas ou que não estavam fisicamente disponíveis.

A amostragem revelou a existência de 9 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2012.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar em 90 dias:

199961030040203	199961170019466	200961090065066
201061050098385	201061110046955	201061110056500
201061130037649	201503000014553	201503000025484
201503000041581	201503000045690	201503000071081
201061250006474	201161130036029	201261060023172
201303990221044	201061130038484	201061130044320
201061140046428	201061140049545	201061160003990
201061140072695		

b) lavrar o acórdão em 90 dias: 201103990206708 e 201303990285575;

c) incluir processo na próxima autoinspeção, por se tratar de ação originária em tramitação, para verificar o julgamento: 201503000122969;

d) incluir na próxima autoinspeção, por se tratar de embargos infringentes e a fim de verificar o julgamento: 200303000752768;

e) incluir na próxima autoinspeção para acompanhar a regularidade da restauração de autos: 201103990415486;

f) cumprir despacho que determinou a remessa dos autos à Vice-Presidência, no prazo por ele estipulado (após julgamento de Processo relacionado em 27/6/2016): 200361170044168.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, porém, muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

A triagem inicial de processos é feita por um servidor destacado para esse fim, que classifica os processos por matéria.

Uma vez triados os processos, estes são localizados nos armários, com exceção das matérias que já não possuam acervo remanescente, sendo entregues diretamente aos servidores responsáveis para a pronta elaboração das minutas, a fim de não gerar acúmulo nas respectivas matérias.

A equipe do Gabinete é formada por 18 servidores. A Chefe de Gabinete e a Assessora supervisionam as atividades administrativas, sob a orientação do Magistrado.

No que tange às atividades voltadas ao processamento dos feitos, há um servidor que trabalha na elaboração de minuta de despachos/decisões/votos em Agravo de Instrumento, tendo em vista a grande quantidade de feitos assumidos do anterior titular do presente acervo. Além da Assessora, há um servidor para elaboração de minutas em processos julgados pela 3ª Seção e pelo Órgão Especial.

Relativamente ao tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ, o Gabinete observa as matérias prioritárias e efetua o controle das metas do CNJ, que são localizados separadamente em um armário específico. A distribuição dos feitos entre os servidores respeita a ordem de prioridade, de urgência e de antiguidade (art. 12 do novo CPC), com exceção daquelas matérias cujo acervo esteja zerado, sendo minutados imediatamente.

As petições incidentes de antecipação de tutela são analisadas imediatamente após a juntada pela Subsecretaria e chegada no Gabinete.

Os processos relacionados aos pedidos de “desaposentação” estão sendo julgados regularmente nos feitos de competência da 9ª Turma, mas os feitos da 3ª Seção não estão sendo julgados, por opção da Magistrada titular da unidade.

Há dois servidores responsáveis pelos processos em fase de execução, os quais, quando necessário, realizam os respectivos cálculos a fim de agilizar o andamento dos

feitos. É evitado o envio de processos ao Setor de Cálculos devido à excessiva demora na elaboração dos cálculos, atrasando sobremaneira a tramitação.

No que diz respeito à conciliação, o Gabinete faz uso do Setor correspondente, atualmente, quanto aos processos de benefício por incapacidade e nos processos de embargos à execução relacionados às controvérsias envolvendo os critérios de correção monetária (Lei 11.960/09).

O Gabinete também observa a priorização de feitos adiados, retirados de pauta e pedidos de vista, atentando para a sistemática de prazo do novo CPC, tentando levá-los em mesa na sessão seguinte, caso contrário, serão pautados.

Para fins de controle de prazo para julgamento de feitos, são utilizadas as planilhas fornecidas pelo setor de estatística do Tribunal. Nesse aspecto, os feitos são julgados por antiguidade, sendo atualmente priorizados os feitos distribuídos em 2012.

Há fixação das metas mensais de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores, as quais são estabelecidas de acordo com a matéria e com o grau de complexidade dos processos distribuídos a cada servidor.

Há avaliação mensal da produtividade, baseada na quantidade de processos pautados, sendo realizadas algumas reuniões com o magistrado para fins de adequação e/ou estabelecimento de novas prioridades, quando necessário.

A gestão de pessoas é feita pela Chefe de Gabinete. É elaborada uma planilha de férias na qual os servidores informam o período desejado, que é avaliada pela chefia e, caso necessário, são feitas adequações voltadas a atender aos pedidos e ao bom funcionamento do Gabinete. Todos os servidores exercem funções de confiança, havendo um sistema de rodízio nas FC 4 e FC 6, com periodicidade de 4 a 6 meses.

Quanto aos recursos materiais, o mobiliário é relativamente novo, mas em excelente estado de conservação, bem como os equipamentos de informática. Os reparos e consertos, de um modo geral, são realizados prontamente pelo respectivo setor, havendo restrição ao uso de papel atualmente em razão das conhecidas restrições orçamentárias.

O atendimento a advogados é feito pelo servidor que atende ao balcão e pelos estagiários, pela Assessora ou pela Magistrada. Nesta última hipótese, os advogados são recebidos prontamente pela Desembargadora, não sendo necessário agendamento de horário. Tal procedimento vem funcionando bem, tanto para a Magistrada quanto para os advogados, havendo pouca frequência de procuradores na unidade.

A chefia da unidade acompanha as recomendações e determinações das inspeções anteriores, com intuito de dar-lhes pronto andamento e cumprimento.

Foi relatado que as representações por excesso de prazo recebidas do CNJ, por regra, são relativas a processos com distribuição recente e que não estão incluídos nas metas do CNJ. Respondida a representação e identificado não ser caso de excesso de

prazo, os procuradores insistem nos pedidos, que não são arquivados pelo Conselho, o que acaba demandando inúmeras respostas da unidade. Somente após o julgamento dos respectivos processos é que há arquivamento da representação, o que acaba por fazer com que os feitos sejam julgados em detrimento de outros mais antigos.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) as condições materiais e instalações do Gabinete no geral são muito boas, não havendo qualquer demanda nesse sentido;

b) a unidade já utiliza a conciliação como meio alternativo de solução das controvérsias, o que merece reconhecimento. O recurso à conciliação, como política da instituição, contudo, poderia ser incrementado. O acervo previdenciário, que contempla demandas vinculadas a prestação de tempo de serviço em condições especiais, bem como um expressivo número de feitos executivos, é um espaço propício para iniciativas desta natureza. Seria recomendável uma priorização da conciliação, com melhor estruturação do órgão responsável e, inclusive, descentralização de atividades e até mesmo criação de Contadoria especializada para feitos previdenciários de modo a facilitar a celebração de acordos;

c) a progressiva saída de estagiários, sem reposição, pode vir a comprometer progressivamente o trabalho. Assim que possível, inclusive, sob o aspecto orçamentário, deve ser buscada a reposição;

d) outro tópico reiteradamente destacado é a grande diversidade de FCs para o desenvolvimento das mesmas atividades entre os servidores, o que muitas vezes gera questões de pessoal difíceis de serem administradas, com inequívoco prejuízo das atividades jurisdicionais. Além disso, servidores qualificados acabam trocando de setores em busca de condições financeiras mais favoráveis, o que igualmente não se justifica. Nesse sentido, caberia ao Tribunal buscar soluções para tentar equalizar as FCs dos Gabinetes, respeitadas aquelas que efetivamente destaquem hierarquias;

e) o Gabinete, de maneira geral, está em boa situação, com fluxo processual em regularidade, adequada organização e controle do estoque de processos, o que merece reconhecimento e registro positivo por parte da Corregedoria, merecendo atenção apenas o fato de haver algum acúmulo de processos no período mais recente;

f) com o aumento dos julgamentos colegiados em razão do advento do novo CPC, deve ser incrementada a utilização do módulo de espelho de pauta do sistema GEDPRO, especialmente na fase de pré-sessão, mediante disponibilização de minutas e debates

via comentários/destaques no próprio espelho, de modo a agilizar a realização das sessões.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

a) cumprir as recomendações constantes no item 3 (alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, e “f”);

b) regularizar a situação dos processos referidos no item 2 acima (feitos de outros relatores com pendência no Gabinete);

c) envidar esforços para manter o contínuo atingimento das metas estabelecidas pelo CNJ;

d) envidar esforços para aperfeiçoar a gestão do acervo em geral (os processos especificamente inspecionados representam uma amostra do acervo do Gabinete), estabelecendo um plano de trabalho com o objetivo de incrementar a redução do estoque, sempre priorizando, na medida do possível, os mais antigos.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 9ª TURMA**

**DESEMBARGADORA FEDERAL DALDICE SANTANA**

**Especialidade:** Previdência e Assistência Social

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargadora Federal **DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA**

**1.2. Órgãos de atuação:** 9ª Turma, 3ª Seção, Órgão Especial, Plenário

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 22/12/2010

No período de cinco anos, a Magistrada não requereu remoções internas.

A Desembargadora está afastada da jurisdição em razão de sua atuação no Conselho Nacional de Justiça. Atua como convocado o Juiz Federal Rodrigo Zacharias. A despeito do afastamento para dedicação às atividades no CNJ, a Desembargadora sempre comparece ao Gabinete e auxilia na gestão do acervo e da equipe.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora Federal DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	18	0	0	0	05	23	15
Inspeção/2016	18	0	0	0	01	19	15

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 4 auxiliares a menos. Não houve redução de servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim, mas houve a redução de 4 estagiários, que também colaboram na atividade-fim.



## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	6.772
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	6.708
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	5.276
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	4.036
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	0
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

O Gabinete informou ter controle interno do seu acervo, mas foram consideradas apenas as estatísticas oficiais, fornecidas pelo Tribunal, diante da necessidade de uniformização dos dados.

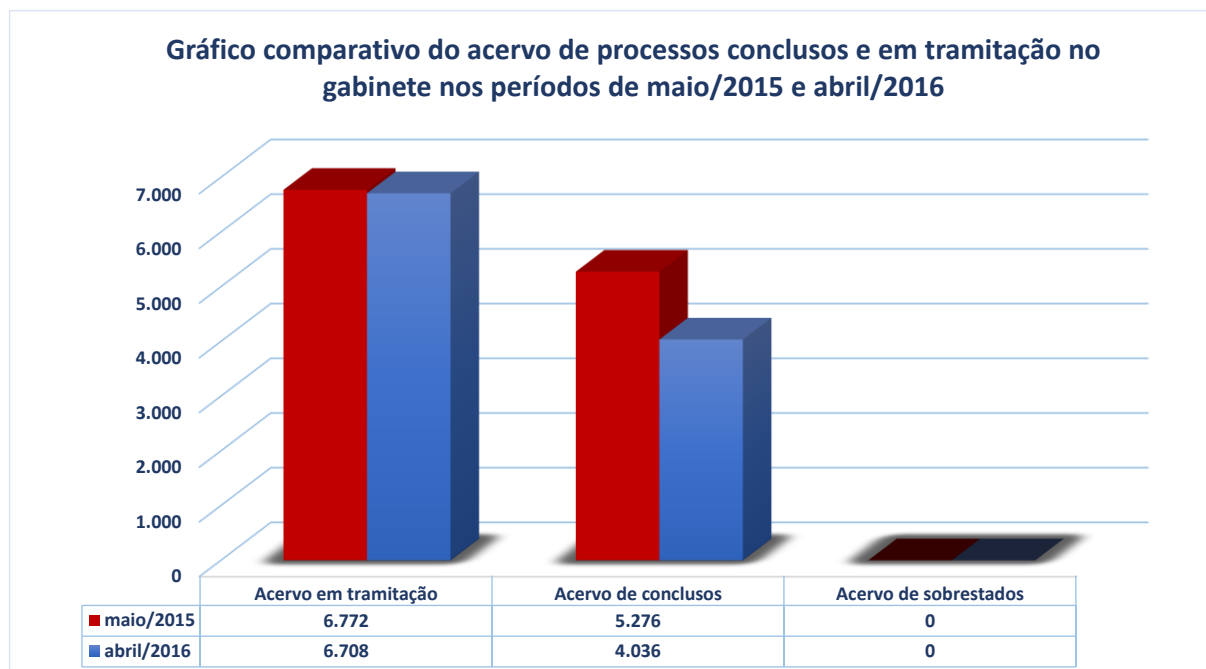
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 1.240 e o número de sobrestados manteve-se o mesmo.

O Gabinete não determina o sobrestamento de feitos em relação a qualquer matéria.

O Gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 4.036 conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 269 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 64 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	5.114
Total de processos (saídas)**	5.189
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-75
Processos distribuídos	4.931

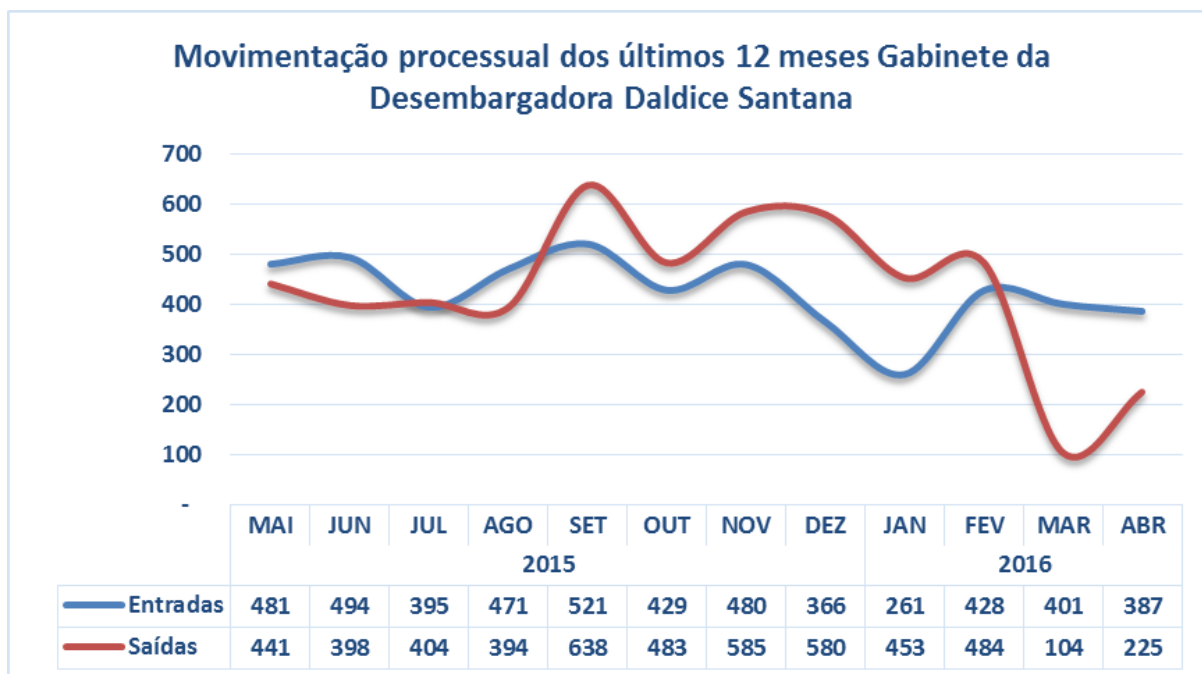
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.114 e saída de 5.189 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro positivo e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	245
Processos julgados em mesa	18
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	4.740
Total geral	5.003
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	23%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 5.003 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.931; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 18 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 4.740 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 23%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	87
b. Agravo Legal/Regimental	220

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 87 embargos de declaração e 220 agravos legais/regimentais.

Não existem processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	1
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	113
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	476
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 590 processos, representando 15% do acervo de processos conclusos na unidade (4.035).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016, por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO,  
NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. DALDICE SANTANA			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	0	0
1996	0	0	0
1997	0	0	0
1998	0	1	0
1999	6	3	0
2000	4	6	1
2001	4	8	0
2002	2	23	1
2003	7	22	0
2004	3	30	0
2005	1	14	1
2006	6	15	0
2007	37	25	2
2008	117	33	1
2009	176	63	3
2010	283	123	7
2011	607	392	14
2012	1.009	783	482
2013	1.716	873	470
2014	870	1.676	722
2015	0	1.081	1.417
2016	0	0	915
<b>Total</b>	<b>4.848</b>	<b>5.171</b>	<b>4.036</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 4.848; atualmente, há 4.036. Houve diminuição significativa dos feitos conclusos a partir de 2012. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2012, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 2012, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, não havia processos. Também não havia processos da Meta 6/2016.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	2
Recebidos para lavratura de acórdão	6
Outras situações	2
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do Gabinete liberados para revisão, mas há 1 feito que aguarda voto-vista e 2 feitos aguardam declaração de voto. Nesse universo não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	3
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão, para voto-vista e para declaração de voto. Nessas situações não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos, merecendo destaque a observância de decisões colegiadas em vez de monocráticas.

### **3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:**

Os 52 processos selecionados para inspeção foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

A amostragem revelou a existência de 36 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2012.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se julgar, no prazo de 90 dias, os abaixo relacionados:

201003990192250	200961050007511	200361830144148
200461830000301	200361040032518	200961040006765
201061050085720	200961830113002	200961830125454
201103990034004	201103990164337	

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe boa tramitação do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo, ao contrário, verifica-se a redução do acervo.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

A triagem inicial de processos é elaborada por estagiários supervisionados por servidores. Inicialmente, é feita uma triagem denominada “grossa”, consistente na separação por matérias (tipos de benefícios previdenciários) e na identificação da necessidade de diligências preliminares (remessa ao Ministério Público Federal, regularização de representação processual, verificação da competência federal, se há prévio requerimento administrativo etc.). Neste momento, os processos recebem uma tarja colorida, identificadora da matéria.

A segunda triagem é feita por servidores responsáveis pelas minutas e por estagiários, sob supervisão de um servidor. Nessa, mais específica, são elaboradas planilhas para registro de identidade de pedidos (a exemplo de, em tempo de serviço especial, separação de questões de ruído, EPI), de necessidade de remessa à Contadoria, de provimentos (procedente ou improcedente) e de origem (Vara Federal ou Comarca), bem como verificação e separação de matéria processual, de remessa oficial e de outros dados.

Finalmente, após essa triagem, os feitos são direcionados ao respectivo servidor responsável pela minuta ou guardados/localizados nos armários, conforme o caso.

O Gabinete adota especialização de servidores por matéria, estando sempre atento à quantidade de processos de cada matéria, pois se o levantamento acusar elevação em determinado seguimento, as equipes são alteradas para fazer face à nova realidade.

Também é observado tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ.

Relativamente a medidas de conciliação, o Gabinete relatou que inicialmente houve o desenvolvimento de um trabalho nesse sentido elaborado pela própria Desembargadora, a fim de promover acordos nos feitos executivos, mediante o chamamento do INSS para apresentar sua conta, com vista à parte contrária para se manifestar. Tal sistemática obteve grandes resultados para a redução de tal espécie de feitos, bastante volumosa na fase inicial do Gabinete.

Atualmente, o Gabinete se beneficia do Gabinete da Conciliação, cujo trabalho é feito antes mesmo da chegada de alguns feitos no órgão.

A desistência de recursos e ações, essa sempre condicionada à renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação, praticamente não existe.

Há priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa, havendo, inclusive, mutirões para vencer tais incidentes. O Chefe de Gabinete controla os feitos de competência da Turma e o Assessor, da Seção.

A equipe de Inspeção constatou que também há controle de prazo para julgamento de feitos, sendo observado o critério da antiguidade (atualmente feitos de 2013), excetuados os casos de “desaposentação”, em que julgados apenas os de Meta, ou demandas mais complexas, bem ainda aqueles casos de reativação, que acabam por retornar ao Gabinete e aos dados estatísticos.

O Gabinete não trabalha com metas individuais de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores. Há uma meta do grupo como um todo, que é o de vencer a distribuição mensal.

Observou-se ainda haver planejamento e avaliação periódica de atividades, no mínimo mensal, para acompanhamento das Metas do CNJ.

A gestão de pessoal e recursos materiais é feita pelo Chefe de Gabinete com o auxílio de um servidor, mais destacado para atividades administrativas.

Relativamente às férias, os servidores informam os períodos pretendidos e elabora-se escala correspondente, conciliando-se as necessidades pessoais com as do Gabinete.

Levando-se em conta a peculiaridade da função a ser substituída, indicam-se os servidores com perfil e mais experiência para as substituições de Assessor, Chefe de Gabinete e da função FC-6.

O atendimento a advogados pode ser feito por qualquer servidor, sendo este encaminhado ao Chefe de Gabinete, se necessário, ou à Desembargadora ou Juiz Convocado, que atende sempre que está presente, dependendo da demanda do advogado.

As recomendações das inspeções anteriores são atendidas prontamente, inexistindo qualquer pendência a ser observada.

Finalmente, o Gabinete destacou como boas práticas o comprometimento coletivo da equipe, o que gera menos tensão entre os servidores e, por outro lado, facilita o atingimento das metas do órgão. Atribuiu destaque à triagem realizada, que impede o acúmulo de feitos com algum óbice processual, além de incrementar a produção na sequência. Também foi lembrado o controle estatístico interno, por matéria e ano de distribuição, bem ainda o constante olhar sobre o perfil dos servidores em cotejo com as maiores entradas no Gabinete.

A equipe da inspeção observou, ainda, o impacto benéfico das tentativas conciliatórias nos feitos executivos, que em geral guardam alguma complexidade e cuja demora sem dúvida compromete o atingimento da prestação jurisdicional célere aos necessitados, feitos afetos à 3ª Seção.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) as condições materiais e instalações do Gabinete no geral são excelentes, não havendo qualquer demanda nesse sentido;

b) a unidade já utiliza com propriedade a conciliação como meio alternativo de solução das controvérsias, o que merece reconhecimento. O recurso à conciliação, como política da instituição, contudo, poderia ser incrementado. O acervo previdenciário, que contempla demandas vinculadas a prestação de tempo de serviço em condições especiais, bem como um expressivo número de feitos executivos, é um espaço propício para iniciativas desta natureza. Seria recomendável uma priorização da conciliação, com melhor estruturação do órgão responsável e, inclusive, descentralização de atividades e até mesmo criação de Contadoria especializada para feitos previdenciários de modo a facilitar a celebração de acordos;

c) a progressiva saída de estagiários, sem reposição, vem comprometendo progressivamente o trabalho. Assim que possível, inclusive, sob o aspecto orçamentário, deve ser buscada a reposição;



d) outro tópico reiteradamente destacado é a grande diversidade de FCs para o desenvolvimento das mesmas atividades entre os servidores, o que muitas vezes gera questões de pessoal difíceis de serem administradas, com inequívoco prejuízo das atividades jurisdicionais. Além disso, servidores qualificados acabam trocando de setores em busca de condições financeiras mais favoráveis, o que igualmente não se justifica. Nesse sentido, caberia ao Tribunal buscar soluções para tentar equalizar as FCs dos Gabinetes, respeitadas aquelas que efetivamente destaquem hierarquias;

e) o Gabinete, de maneira geral, está em boa situação, com fluxo processual normal, adequada organização e muito bom controle do estoque de processos, o que merece reconhecimento e elogio por parte da Corregedoria. Os processos de “desaposentação” estão sendo julgados apenas quando entram na Meta 2, gerando um passivo. Trata-se de feitos, todavia, que foram decididos pelo STJ em sede de recurso repetitivo (REsp 1.334.488), mas que aguardam manifestação do Supremo Tribunal Federal (RE 661.256 com repercussão geral), de modo que as decisões não transitarão em julgado, podendo a estratégia ser enquadrada na sistemática de gestão da unidade, que prioriza os feitos cujas decisões podem vir a ter maior efetividade. Por esta razão, processos de “desaposentação” não foram considerados para fins de recomendação;

f) com o aumento dos julgamentos colegiados em razão do advento do novo CPC, deve ser incrementada a utilização do módulo de espelho de pauta do sistema GEDPRO, especialmente na fase de pré-sessão, mediante disponibilização de minutas e debates via comentários/destaques no próprio espelho, de modo a agilizar a realização das sessões.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

a) cumprir as recomendações especificadas do item 3 acima (julgamento, no prazo de 90 dias, dos processos relacionados).

b) envidar esforços para manter o contínuo atingimento das metas estabelecidas pelo CNJ.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 9ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL GILBERTO JORDAN**

**Especialidade:** Previdência e Assistência Social

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **GILBERTO JORDAN**

**1.2. Órgãos de atuação:** 9ª Turma e 3ª Seção

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 11/12/2014

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao Gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	18	-	-	-	3	21	15
Inspeção/2016	17	-	-	-	4	21	13

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014. Porém, houve redução de 2 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	8.010
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	5.923
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	5.849
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	2.608
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	1
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

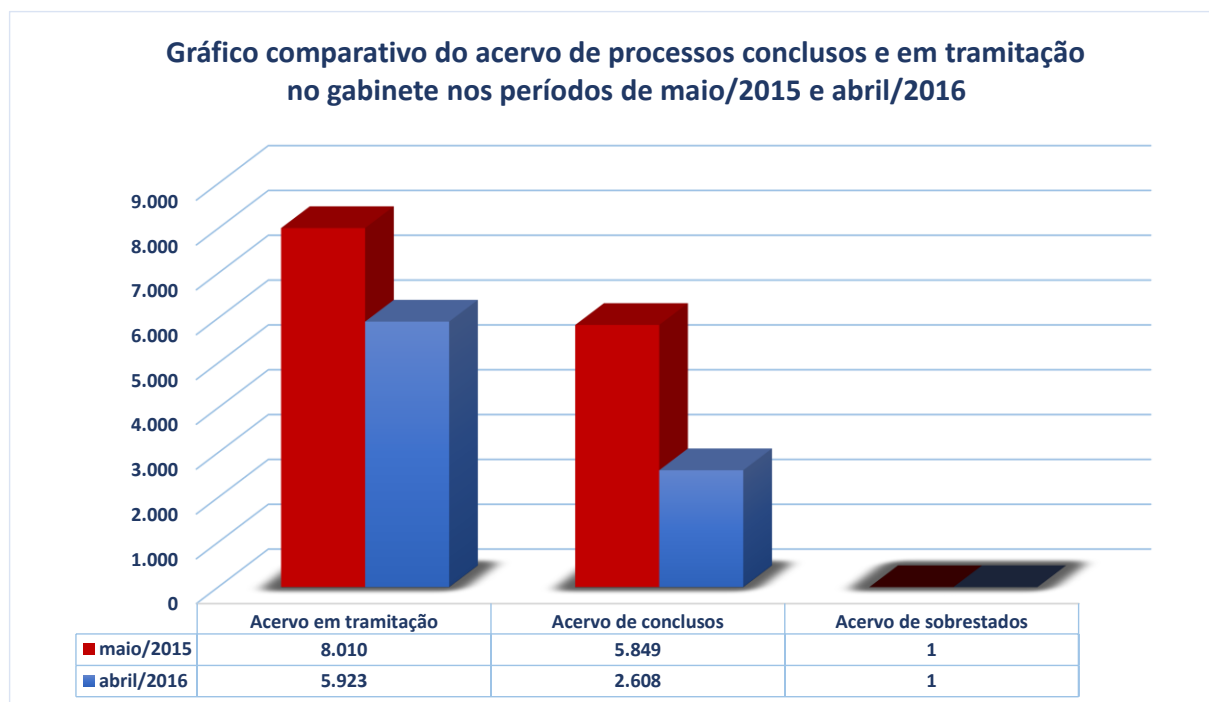
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 3.241 e o número de sobrestados manteve-se o mesmo.

Importante destacar, no tocante ao único processo sobrestado, que decorre de decisão proferida pelo próprio relator, envolvendo questão a ser decidida em um processo criminal.

O Gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 2.608 conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 201 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 2.087 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	5.174
Total de processos (saídas)**	8.735
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-3.561
Processos distribuídos	4.969

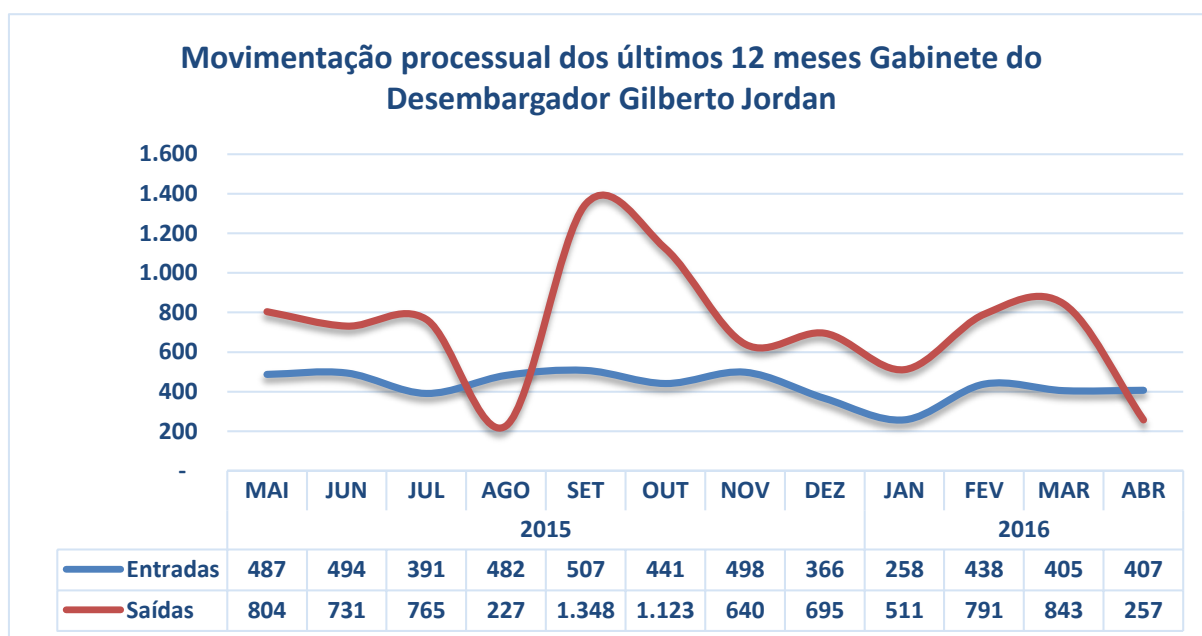
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.174 e saída de 8.735 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro positivo e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	7
Processos julgados em mesa	42
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	8.445
<b>Total geral</b>	<b>8.494</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	27%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 8.494 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.969; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 42 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 8.445 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 27%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	118
b. Agravo Legal/Regimental	291

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são pautadas nos processos de competência da Turma e levadas em mesa para julgamento nos processos de competência da 3ª Seção. Existem pendentes de julgamento 118 embargos de declaração e 291 agravos legais/regimentais.

Não existem processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	1
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	1
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	6
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	5
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	14
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	31
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	190
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 249 processos, representando 10% do acervo de processos conclusos na unidade (2.608).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016, por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, **POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO**, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. GILBERTO JORDAN			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	0	0
1996	0	0	0
1997	0	0	0
1998	0	0	0
1999	8	2	1
2000	5	2	1
2001	7	3	0
2002	8	16	0
2003	4	21	0
2004	2	15	0
2005	5	31	0
2006	6	34	0
2007	74	64	3
2008	154	140	5
2009	242	124	7
2010	732	396	21
2011	976	710	53
2012	1.267	876	115
2013	1.871	1.183	452
2014	757	1.601	538
2015	0	862	822
2016	0	0	590
<b>Total</b>	<b>6.118</b>	<b>6.080</b>	<b>2.608</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 6.118; atualmente, há 2.608. Houve diminuição dos feitos conclusos a partir de 2013. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2013, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos

distribuídos no ano de 2013, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014, e os da Meta 6/2016, ambos apurados em abril/2016, não há processos.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	7
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do Gabinete liberados para revisão, bem como 1 feito que aguardava voto-vista e nenhum processo para declaração de voto. Nesse universo não há processo que aguarda providência há mais de 30 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	15
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	4
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não existem processos conclusos para revisão ou para voto-vista e apurou-se 15 para declaração de voto. Nessas situações há 10 feitos sem movimentação há mais de 30 dias, a saber:

201503000193332	201403990342230	201403990401312
201361270039700	201403990269781	201403000123180
201461030005980	201303990292890	201361190081292
201461430011490		

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente

Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque a instituição de programa de conciliação especificamente nos embargos à execução, nos quais se discute a questão da correção monetária (Lei 11.960/09).

### **3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:**

Os 37 processos selecionados para inspeção foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Não havia processo que tramitava em unidades externas ou que não estava fisicamente disponível.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

- a) julgar, no prazo de 90 dias, os embargos de declaração opostos: 201361270039700;
- b) julgar, no prazo de 90 dias: 200903990279419.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é muito boa, não havendo acúmulo, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

A triagem inicial de processos é feita por um servidor destacado para esse fim, que classifica os processos por matéria e também, em se tratando de análise de tempo especial, pelos tipos de agentes nocivos. Este servidor realiza exclusivamente tarefas administrativas, possuindo formação em Administração, e é considerado pela chefia como essencial para o bom andamento do trabalho da equipe, coordenando também o trabalho dos estagiários.



Uma vez triados os processos, estes são localizados nos armários, com exceção das matérias que já não possuam acervo remanescente, sendo entregues diretamente aos servidores responsáveis para a pronta elaboração das minutas, a fim de não gerar acúmulo nas respectivas matérias.

A equipe do Gabinete é formada por 17 servidores. A Assessora supervisiona as atividades administrativas, sob a orientação do Magistrado. Os dois agentes de segurança atendem exclusivamente o Magistrado, não exercendo atividade referente ao processamento dos feitos.

No que tange às atividades voltadas ao processamento dos feitos, há um servidor que trabalha na elaboração de minutas de despachos/decisões/votos em Agravo de Instrumento, mas também analisa os demais feitos, em razão da baixa distribuição de agravos de instrumento na unidade. Há uma servidora (Assessora) para elaboração de minutas em processos julgados pela 3ª Seção.

Relativamente ao tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ, o Gabinete observa as matérias prioritárias e efetua o controle das metas do CNJ. A distribuição dos feitos entre os servidores respeita a ordem de prioridade, de urgência e de antiguidade (art. 12 do novo CPC), com exceção daquelas matérias cujo acervo esteja zerado, sendo minutados imediatamente.

No que diz respeito à conciliação, o Gabinete faz uso do Setor correspondente, especificamente nos processos de embargos à execução relacionados às controvérsias envolvendo os critérios de correção monetária (Lei 11.960/09).

O Gabinete também observa a priorização de feitos adiados, retirados de pauta, pedidos de vista e pendentos de julgamento, atentando para a sistemática de prazo do novo CPC.

Para fins de controle de prazo para julgamento de feitos, são utilizadas as planilhas fornecidas pelo setor de estatística do Tribunal. Nesse aspecto, os feitos são julgados por antiguidade, sendo atualmente priorizados os feitos distribuídos em 2013.

Há fixação das metas semanais de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores, as quais são estabelecidas de acordo com a matéria e com o grau de complexidade dos processos distribuídos a cada servidor.

Há avaliação mensal da produtividade, baseada na quantidade de processos pautados, sendo realizadas algumas reuniões com o magistrado para fins de adequação e/ou estabelecimento de novas prioridades.

A gestão de pessoas é feita pela Chefe de Gabinete. É elaborada uma planilha de férias na qual os servidores informam o período desejado, dando-se preferência, nos meses de janeiro e julho, aos servidores com filhos em idade escolar, limitando-se a 2 servidores por mês.

Há um claro de lotação na unidade, destinado obrigatoriamente ao cargo de técnico judiciário, o que está dificultando seu preenchimento, seja pela restrição ao referido cargo, seja pela necessidade de formação na área jurídica.

Quanto aos recursos materiais, o mobiliário é relativamente novo, e está em excelente estado de conservação. Os equipamentos de informática estão em bom estado. Os reparos e consertos, de um modo geral, são realizados prontamente pelo respectivo setor.

O atendimento a advogados é feito pelo servidor que atende o balcão e pelos estagiários (para questões mais simples), pela Assessora (questões mais complexas) ou pelo Magistrado. Nessa última hipótese, os advogados são recebidos prontamente pelo Juiz, não sendo necessário agendamento de horário. Tal procedimento vem funcionando bem, tanto para o magistrado quanto para os advogados, haja vista a pouca frequência de procuradores na unidade.

Apesar de a inspeção anterior ter sido realizada em período precedente à assunção do titular na unidade, as recomendações foram verificadas e cumpridas.

Foi informado que o Magistrado instituiu o sistema de trabalho remoto na unidade, contando atualmente com 5 servidores nesta modalidade. As metas individuais são incrementadas em 25 a 30% e os servidores devem comparecer ao Gabinete ao menos uma vez por semana, com o intuito de tirar dúvidas, de relatar a experiência dessa sistemática de trabalho e para pegar e devolver os processos. Não há regulamentação geral no âmbito do TRF da 3ª Região para o teletrabalho.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A equipe de Inspeção Ordinária da Corregedoria-Geral do CJF apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) as condições materiais e instalações do Gabinete no geral são excelentes, não havendo qualquer demanda nesse sentido;

b) o Gabinete está em boa situação, com excelente fluxo processual, adequada organização e controle do estoque de processos. O Desembargador assumiu o acervo há aproximadamente um ano e meio, e, mantido o ritmo de trabalho atual, a situação, tudo indica, será totalmente normalizada em breve, o que é merecedor de registro;

c) recomendável a priorização da lotação de servidores na área judicial, independente do cargo ocupado (técnico ou analista) a fim de reforçar a atividade-fim do Tribunal, pois se constatou dificuldade na unidade para o preenchimento das vagas;

d) o recurso à conciliação, como política da instituição, poderia ser incrementado. O acervo previdenciário, que contempla demandas vinculadas a prestação de tempo de

serviço em condições especiais, bem como um expressivo número de feitos executivos, é um espaço propício para iniciativas desta natureza. Seria recomendável uma priorização da conciliação, com melhor estruturação do órgão responsável e, inclusive, descentralização de atividades e até mesmo criação de Contadoria especializada para feitos previdenciários de modo a facilitar a celebração de acordos;

e) a progressiva saída de estagiários, sem reposição, pode comprometer progressivamente o trabalho. Assim que possível, inclusive, sob o aspecto orçamentário, deve ser buscada a reposição;

f) outro tópico reiteradamente destacado é a grande diversidade de FCs para o desenvolvimento das mesmas atividades entre os servidores, o que muitas vezes gera questões de pessoal difíceis de serem administradas, com inequívoco prejuízo das atividades jurisdicionais. Além disso, servidores qualificados acabam trocando de setores em busca de condições financeiras mais favoráveis, o que igualmente não se justifica. Nesse sentido, caberia ao Tribunal buscar soluções para tentar equalizar as FCs dos Gabinetes, respeitadas aquelas que efetivamente destaquem hierarquias;

g) com aumento dos julgamentos colegiados em razão do advento do CPC/2015, deve ser incrementada a utilização do módulo de espelho de pauta do sistema GEDPRO, especialmente na fase de pré-sessão, mediante disponibilização de minutas e debates via comentários/destaques no próprio espelho, de modo a agilizar a realização das sessões.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

a) cumprir as recomendações constantes no item 3 (apreciar os processos relacionados nas alíneas “a” e “b”);

b) regularizar a situação dos processos relacionados no item 2 (feitos de outros relatores aguardando declaração de voto há mais de 30 dias).

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 9ª TURMA**

**DESEMBARGADORA FEDERAL ANA PEZARINI**

**Especialidade:** Previdência e Assistência Social

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargadora Federal **ANA LÚCIA JORDÃO PEZARINI**

**1.2. Órgãos de atuação:** 9ª Turma e 3ª Seção

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** de 26/1/2016 a 15/2/2016, como Juíza Federal convocada (Ato da Presidência n. 46, de 19/1/2016), e, a partir de 16/2/2016, como Desembargadora Federal (data da posse no TRF 3ª Região, cf. ata da 266ª Sessão Plenária Extraordinária Administrativa)

No período de cinco anos, a Magistrada não requereu remoções internas.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora Federal Ana Lúcia Jordão Pezarini.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	18	0	0	0	5	23	14
Inspeção/2016	18	0	2	0	2	22	16

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 1 auxiliar a menos. Houve acréscimo de 2 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	8.660
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	6.544
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	5.818
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	5.428
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	3
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

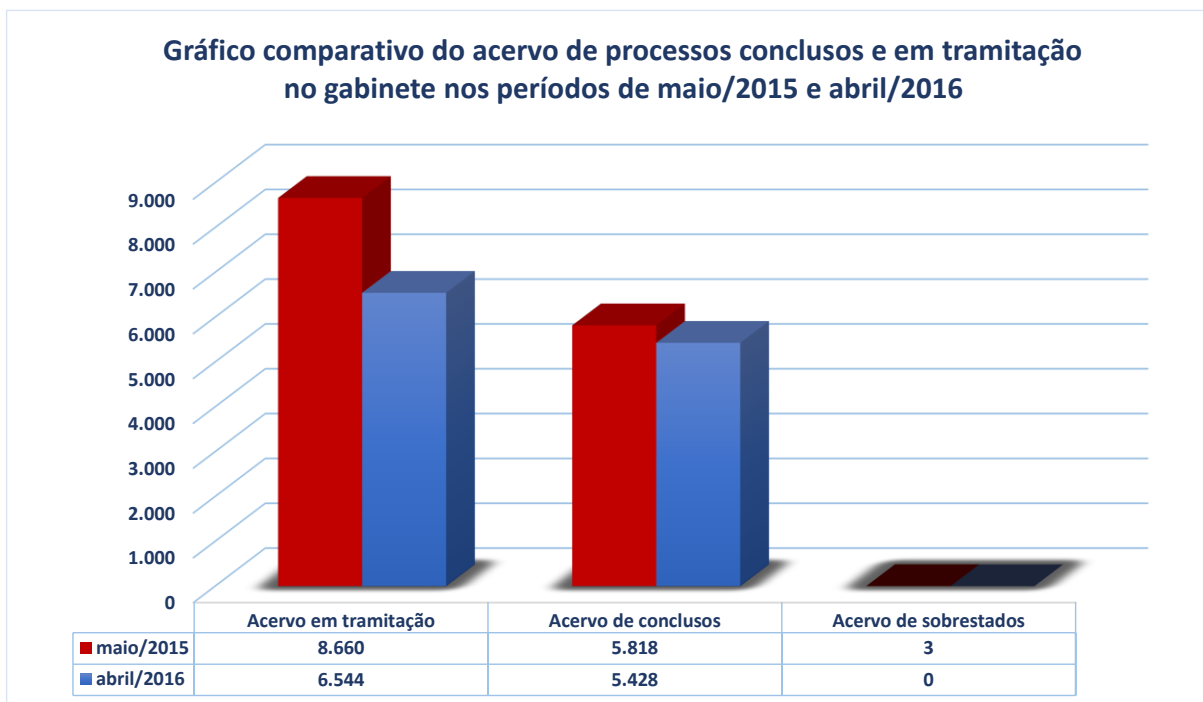
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 390 e o número de sobrestados reduziu em 3.

O Gabinete não determina o sobrestamento de feitos em relação a matérias específicas, deixando isso a cargo da Vice-Presidência, caso interpostos recursos às Cortes Superiores.

O Gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 5.428 conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 339 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 2.116 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	5.371
Total de processos (saídas)**	6.485
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-1.114
Processos distribuídos	4.881

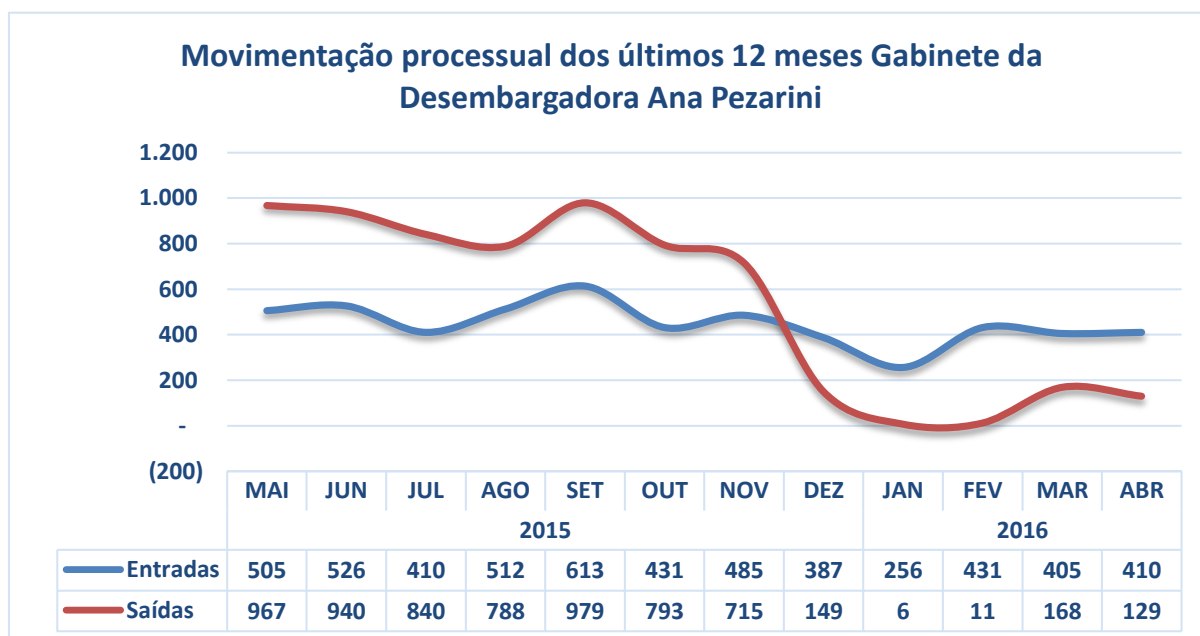
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.371 e saída de 6.485 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	276
Processos julgados em mesa	9
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	5.800
<b>Total geral</b>	<b>6.085</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	24%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 6.085 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.881; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 9 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 5.800 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 24%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	264
b. Agravo Legal/Regimental	492

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 264 embargos de declaração e 492 agravos legais/regimentais.

Existe 1 processo com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levado para exame do colegiado.

O acervo do Gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	2
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	1
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	16
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	131
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	198
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	320
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	469
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	480
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 1.617 processos, representando 30% do acervo de processos conclusos na unidade (5.428).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016, por ano de distribuição:



PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. ANA PEZARINI			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	1	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	0	0
1996	1	0	0
1997	0	0	0
1998	1	3	0
1999	5	1	1
2000	3	9	0
2001	8	8	0
2002	14	20	2
2003	17	17	2
2004	29	11	1
2005	27	15	3
2006	44	8	3
2007	716	140	22
2008	1.094	321	137
2009	974	429	202
2010	1.303	550	333
2011	1.664	764	487
2012	2.323	998	496
2013	2.724	1.216	643
2014	743	1.101	544
2015	0	597	1.433
2016	0	0	1.119
<b>Total</b>	<b>11.691</b>	<b>6.208</b>	<b>5.428</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 11.691; atualmente, há 5.428. Houve diminuição significativa dos feitos conclusos a partir de 2007. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2008, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos a partir do ano de 2008, portanto, com mais de 7 anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, não havia processos; da mesma forma, não foram apurados processos da Meta 6/2016.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	10
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	7
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do Gabinete liberados para revisão, bem como inexistem feitos que aguardam voto-vista, mas há 10 processos que aguardam declaração de voto. Nesse universo não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	2
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão, para voto-vista e para declaração de voto. Nessas situações não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi constatado que a unidade tem observado os Enunciados Administrativos aprovados pelo Plenário do STJ, na sessão de 9/3/2016.

### **3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:**

Dos 45 processos selecionados para inspeção, 33 foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas (200503990274209, 200461260048611, 200461830010604, 199303010831074 e 201003990276585) e os que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados. De todo modo, os

processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

A amostragem revelou a existência de 5 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2008.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, constaram processos extraviados (200761830023570, 200960060000195, 201161300143538, 201203990254150, 201303990251980, 201303990262885 e 201061830120306) e no acervo geral foram apurados, além dos anteriores, processos extraviados sem restauração (201403990160382, 201361030051091, 201403990164661 e 201061260007530).

Apurou-se, ainda, um processo extraviado já com restauração (201603000079746).

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Julgar, no prazo de 90 dias:

200161830047420	199903990232377	200203990270598
200261090057452	200161130026912	200503990309583
200161200043243	201003990174831	201003990175677
200660040001351	201061140053317	201003990444585
201003990444585	200961030075500	201061060001192
201261140046693	200561830012484	200661270029580
201261260061417	200761030089045	200761260046901
200961050130278	201061830016199	201203990259845
201261060000238	200203990149890	201403000261709
200603990185497		

b) Dar andamento ao Processo n. 199961000419287;

c) Localizar ou providenciar a restauração dos seguintes processos:

200761830023570	200960060000195	201161300143538
201203990254150	201303990251980	201303990262885
201061830120306		

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe boa tramitação do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, verificando-se a redução contínua do acervo.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

A triagem inicial de processos físicos é feita por um funcionário destacado para esta atividade, ao lado de outras atribuições administrativas. Nessa atividade de triagem, os agravos de instrumento são repassados para outro servidor e os demais feitos são classificados e organizados em armários, de acordo com a matéria e ordem de chegada ao Gabinete.

Os autos do acervo físico, localizados em armários próprios, estão divididos em escaninhos identificados no sistema SIAPRO. As movimentações processuais externas e internas, do mesmo modo, são identificadas no SIAPRO.

O acervo de processos físicos está organizado por matéria, com identificação por tipo de incidente, eventualmente existente.

O controle da movimentação interna de processos está afeto ao respectivo servidor usuário, que registra e identifica, no SIAPRO, a localização dos autos. Em relação aos processos judiciais eletrônicos, o controle está afeto ao Chefe de Gabinete, para avaliação e apresentação de proposta de metodologia de trabalho específica.

A especialização de servidores por matéria ou fase processual ainda se encontra em fase embrionária, pois se trata de Gabinete recentemente formado. Os servidores ainda estão sendo treinados e a Desembargadora adequando modelos e orientações.

Nesse aspecto, inicialmente foi priorizado o julgamento de benefícios por incapacidade e, atualmente, está-se implementando uma força de trabalho para fazer frente às aposentadorias por tempo de serviço/contribuição, maior subacervo do Gabinete.

O Gabinete está atuando, na medida do possível, de modo a respeitar a antiguidade dos processos, já tendo sido vencidos os de 2007, sendo o foco atual aqueles de 2008, ressalvadas outras preferências legais e metas CNJ.

O Gabinete informou serem raros os casos de desistência de recursos.

A equipe de inspeção verificou ainda que iniciativas de conciliação são raras no Tribunal, havendo projeto piloto nesse sentido, mas não tendo o Gabinete sido beneficiado até a presente data.

Constatou-se, ainda, que há priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa, pedidos de vista, declarações de voto.

Como se trata de Gabinete recentemente formado, os modelos, rotinas, metas e controles de desempenho ainda se encontram em fase de desenvolvimento.

Segundo informado, há a pretensão de alcançar uma definição maior quanto a tais quesitos em um prazo de três meses, após efetivo conhecimento do volume das matérias, sua complexidade e perfil dos servidores.

A gestão de pessoas e recursos materiais é atividade afeta ao Chefe de Gabinete.

Neste exercício de 2016, ocorrerão as primeiras férias da equipe de trabalho do Gabinete. A organização da escala de férias dos servidores seguiu os critérios estabelecidos na Resolução CJF n. 221/2012, buscando conciliar o interesse da Administração com o interesse do servidor. Adotou-se o critério de evitar o gozo de período de férias de servidores com atuação na mesma matéria, bem assim solicitou-se preferência para marcação das férias em julho, concomitantemente às férias da Desembargadora.

Não houve designação de substituição até este momento. A pretensão é de que sejam designados para as futuras substituições de funções comissionadas os servidores que atuam diretamente com os titulares.

O atendimento a advogados é feito principalmente pelo servidor destacado para atividades administrativas. Tratando-se de questão mais complexa o atendimento é feito pelo Chefe de Gabinete e, havendo pedido do advogado, ocorre o atendimento pela Desembargadora, que permanece durante o expediente sempre à disposição e de portas abertas.

Anteriormente à Inspeção e após sua implantação, o Gabinete recebeu ofício referente a recomendações das inspeções anteriores, as quais foram devidamente cumpridas.

Finalmente, o Gabinete destacou como boas práticas a excelente interação da equipe, o livre acesso à Desembargadora e ampla divulgação de modelos e orientações.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A equipe de Inspeção Ordinária apurou as seguintes situações na unidade inspecionada:

a) As condições materiais e instalações do Gabinete, no geral, são excelentes. Contudo, por se tratar de um grande espaço físico com boa quantidade de servidores e estagiários, não há impressoras em número suficiente, pois foram destinadas apenas duas ao órgão;

b) Constatou-se que o treinamento de servidores para a utilização do processo eletrônico e do SEI é praticamente inexistente, o que deveria ser priorizado pelo Tribunal;

c) Outro recurso que poderia incrementar a produção da equipe seria a utilização de teletrabalho, até pelas dificuldades de deslocamento, pois podem ser estabelecidas metas superiores de produtividade. O tema, contudo, não foi ainda regulamentado pelo Tribunal;

d) Observou-se alguma demora para decisão inicial dos agravos de instrumento, inclusive, em alguns com pedido de efeito suspensivo (agravos distribuídos em dezembro de 2015 foram examinados apenas em maio de 2016 por força da inspeção);

e) O recurso à conciliação deveria ser incrementado. O acervo previdenciário, que contempla demandas vinculadas à prestação de tempo de serviço em condições especiais, é um espaço propício para iniciativas desta natureza. Trata-se, evidentemente, de medida que depende também do setor específico, mas a Corte deveria priorizar a conciliação, com melhor estruturação do órgão responsável e, inclusive, com descentralização de atividades;

f) O Gabinete, de maneira geral, está em boa situação, com fluxo processual normal, adequada organização e controle do estoque de processos;

g) Considerando a distribuição mensal significativa em matéria previdenciária, recomendável a agilização das providências de montagem e treinamento da equipe e estruturação da sistemática de trabalho, a fim de evitar o aumento do acervo do Gabinete, pois a produtividade não foi expressiva nos primeiros meses de 2016;

h) Com aumento dos julgamentos colegiados em razão do advento do novo CPC, deve ser incrementada a utilização do módulo de espelho de pauta do sistema GEDPRO, especialmente na fase de pré-sessão, mediante disponibilização de minutas e debates via comentários/destaques no próprio espelho, de modo a agilizar a realização das sessões.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

a) cumprir as recomendações relacionadas no item 3 acima (alíneas “a”, “b” e “c”);

b) priorizar o andamento de agravos de instrumento, notadamente no que toca à apreciação do pedido de efeito suspensivo;

c) envidar esforços para aperfeiçoar a gestão do acervo em geral (os processos especificamente inspecionados representam uma amostra do acervo do Gabinete), estabelecendo um plano de trabalho, contemplando metas gerais e específicas, com o objetivo de incrementar a redução do estoque, sempre priorizando, na medida do possível, os mais antigos;

d) instituir uma forma de controle (para priorizar o julgamento) dos processos com pedido de liminar/tutela antecipada;

e) envidar esforços para manter atingidas as Metas 2, 4 e 6/2016 do CNJ, conforme orientação do item 2 acima;

f) providenciar a localização ou, se for o caso, restauração dos processos que, a despeito de não listados na inspeção, constam como extraviados (201403990160382, 201361030051091, 201403990164661 e 201061260007530), os quais, ademais, deverão ser incluídos na próxima autoinspeção.

**GABINETES INTEGRANTES DA 10ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL BAPTISTA PEREIRA**

**Especialidade:** Direito Previdenciário

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **PAULO OCTAVIO BAPTISTA PEREIRA**

**1.2. Órgãos de atuação:** Órgão Especial, 3ª Seção e 10ª Turma (Presidente)

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 3/8/2009

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo próprio Desembargador Federal Paulo Octavio Baptista Pereira.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	18	0	0	0	3	21	18
Inspeção/2016	18	0	0	0	1	19	16

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 2 auxiliares a menos. Houve redução de 2 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.



## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	5.681
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	5.504
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	4.137
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	3.656
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	0
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

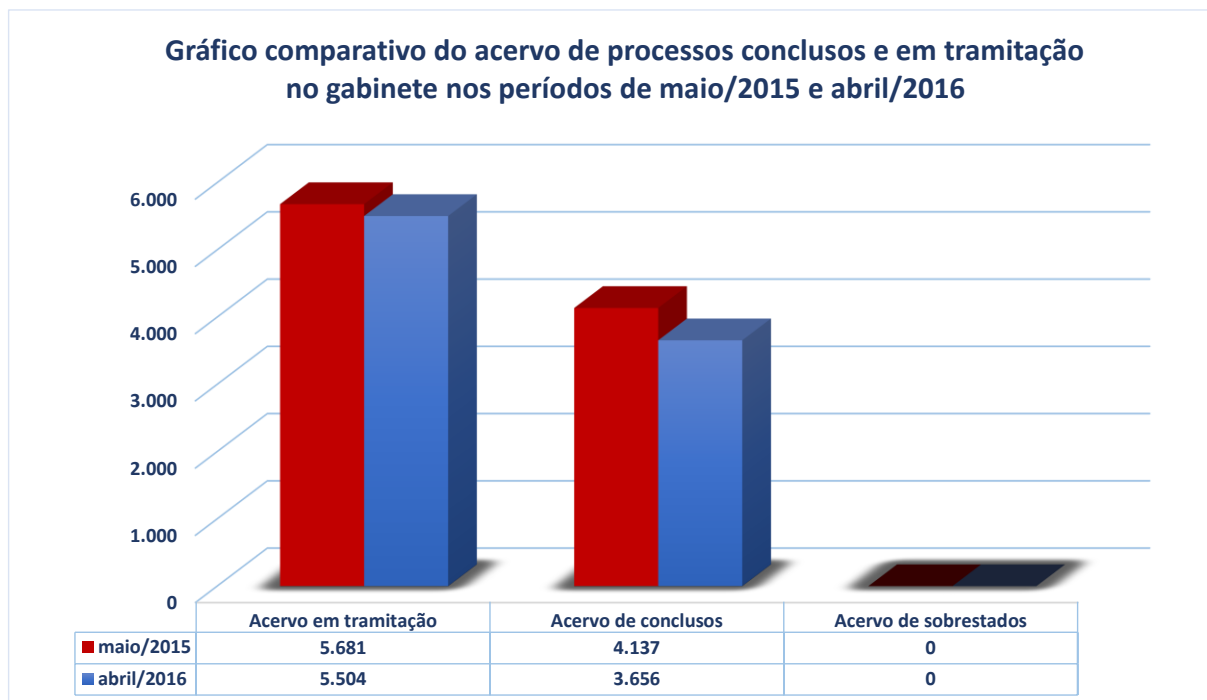
\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 481, não havendo processos sobrestados.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 3.656 conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 228 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 177 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	5.121
Total de processos (saídas)**	5.174
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-53
Processos distribuídos	4.924

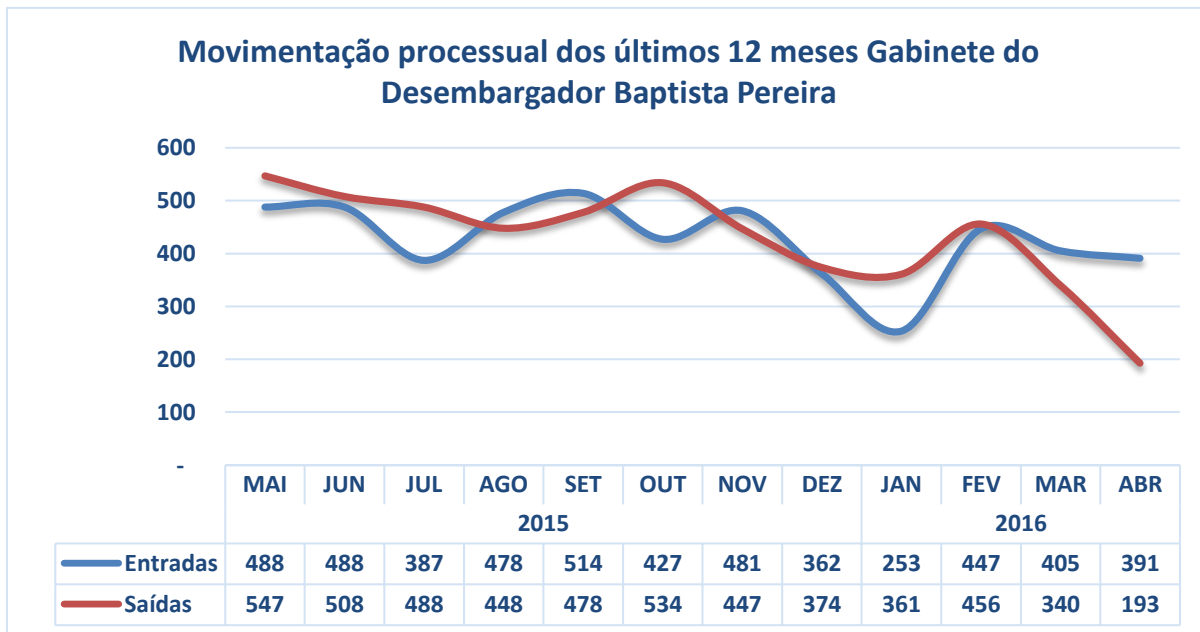
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.121 e saída de 5.174 processos, resultando, assim, em redução do acervo.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	748
Processos julgados em mesa	5
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	4.247
Total geral	5.000
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	26%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 5.000 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.924; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 5 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 4.247 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 26%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	16
b. Agravo Legal/Regimental	182

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 16 embargos de declaração e 182 agravos legais/regimentais.

Não existem processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	1
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	10
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 12 processos, representando 0,33% do acervo de processos conclusos na unidade.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016, por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

**GAB.DES.FED. BAPTISTA PEREIRA**

Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	0	0
1996	0	0	0
1997	0	0	0
1998	0	0	0
1999	0	0	0
2000	0	0	0
2001	0	0	0
2002	0	0	0
2003	1	0	0
2004	0	0	0
2005	0	0	0
2006	0	0	0
2007	2	0	0
2008	0	5	0
2009	10	7	2
2010	27	3	1
2011	213	8	1
2012	959	53	5
2013	3.406	912	29
2014	1.020	1.908	764
2015	0	1.151	1.883
2016	0	0	971
<b>Total</b>	<b>5.638</b>	<b>4.047</b>	<b>3.656</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 5.638; atualmente, há 3.656. Houve diminuição dos feitos conclusos até 2014. Verifica-se que a maior parte do acervo é dos anos de 2014, 2015 e 2016, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2014, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com poucos processos distribuídos até o ano de 2010, ou seja, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e a Meta 6/2016, apurados em abril/2016, não havia processos.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	2
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	4
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, tampouco feitos que aguardam voto-vista. Existem 2 feitos que aguardam declaração de voto. Neste universo não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

No questionário preenchido pelo gabinete, não há feitos com pendência junto a outros relatores ou órgãos de qualquer tipo.

O gabinete informou ter controle interno do seu acervo, mas consideramos apenas as estatísticas oficiais, fornecidas pelo Tribunal, diante da necessidade de uniformização dos dados.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	1
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão, para voto-vista e para declaração de voto. Nessas situações não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, em especial no que tange aos processos abrangidos por prioridades legais ou incluídos em metas do CNJ. A equipe do Gabinete informou que, logo após sua distribuição, mas antes de seu encaminhamento ao relator, os processos passíveis de eventual

conciliação são encaminhados aos Gabinetes de Conciliação; não havendo acordo, eles são remetidos ao Gabinete do relator.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Os 47 processos selecionados para inspeção foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com os registros processuais pertinentes.

A amostragem revelou a existência de 3 processos sem movimentação desde sua distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2013: 200861050080970, 201361140071266 e 201361050013174.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração ou sem restauração em andamento.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias:

200461250032977	200861050080970	201203990107413
201261830007456	201261830043825	201303990425040
201303990429317	201361050013174	201361140071266
201403990093381	201403990172591	

b) apreciar a petição, ainda pendente: 201303990359170;

c) julgar, no prazo de 90 dias, o agravo legal/regimental: 201161110046390.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados. Em sua maior parte, o acervo é relativamente recente. Em sendo mantida sua atual tendência de redução, o perfil do gabinete irá aproximar-se ainda mais de uma situação ideal.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo geração de acúmulo, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo, exigindo-se atenção, apenas, para que essa tendência de redução seja mantida, para que se possa reduzir ainda mais o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

No que tange à metodologia de trabalho e às boas práticas da unidade, a Equipe de Inspeção Ordinária da Corregedoria-Geral destacou:

- a) o *layout* e organização física do gabinete, que são adequados;
- b) a identificação imediata, por ocasião da triagem, dos pedidos liminares e dos pedidos de antecipação de tutela;
- c) o sistema de triagem inicial de processos que ingressam no gabinete, que é diretamente feito pela própria assessora;
- d) o sistema de classificação e de separação dos processos físicos em armários, por tema e segundo sua antiguidade;
- e) a especialização de servidores por matéria ou fase processual, havendo capacitação em mais de uma matéria, para ocasiões de remanejamento (gerenciamento de pessoal quando uma matéria é reduzida ou zerada, por exemplo);
- f) o tratamento preferencial para feitos com prioridade legal, como benefícios por incapacidade e assistenciais, assim como, em geral, para processos incluídos em metas do CNJ;
- g) a fixação periódica das metas de trabalho da unidade, que é coordenada pelo próprio magistrado, e conta com a participação da assessora e do chefe de gabinete; as metas individuais (diariamente) e as coletivas (mensalmente) são decididas em conjunto com toda a equipe;
- h) o planejamento anual, com reavaliação quando necessário, para que sempre ocorra a redução do acervo e do tempo de tramitação dos feitos, observando-se as diretrizes de julgamento de feitos em número superior ao da distribuição e de tempo de tramitação máxima do feito de 2 anos após a distribuição;
- i) a priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa;
- j) a adoção do sistema de teletrabalho, com adesão opcional, que foi bem recebido no gabinete, acarretando o aumento da produtividade dos servidores que a ele aderiram;
- k) o sistema de atendimento aos advogados, que é feito regularmente, durante todo o expediente do Tribunal;
- l) a gestão de pessoal e de recursos materiais feita pelo chefe de gabinete;
- m) o controle atualizado das movimentações internas e fases processuais no SIAPRO e no GEDPRO;



- n) a realização de mutirão interno, pelos próprios servidores do gabinete, quando necessário, para eliminar o acúmulo de processos relativos a determinadas matérias;
- o) a lavratura dos acórdãos e liberação das decisões da Turma para publicação imediata.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

Chamou a atenção o fato de ser expressiva a quantidade de recursos julgados por meio de decisões monocráticas, no período compreendido entre a data-base da inspeção anterior e a data-base da inspeção atual.

Como a maior parte dos processos em tramitação no gabinete ainda é de processos físicos, pode-se perceber que o sistema adotado para sua triagem, classificação e guarda permite que sua identificação visual seja feita com facilidade (ordem de antiguidade, órgão julgador, matéria/tipo de benefício, tipo de recurso).

O sistema também produz outros resultados paralelos, como a possibilidade de elaboração de minutas de decisões e de votos com base em teses já pacificadas na jurisprudência.

Constatou-se, também, que processos relativos a benefícios assistenciais, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e pensão por morte recebem atenção especial, ao lado dos processos contemplados por prioridades legais ou abrangidos por metas do CNJ; logo, os processos relativos a tais matérias se encontram em boa situação.

Por outro lado, verificou-se que a produtividade foi eleita como um dos principais critérios para a manutenção de servidores no regime de teletrabalho. Nesse sentido, suas metas individuais são mais pretensivas que as dos servidores que atuam em regime de trabalho presencial.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

Inicialmente, cumprem lembrar as recomendações contidas em outros trechos deste relatório, quanto aos processos que constituíram objeto da amostragem e em relação aos quais foram feitas recomendações específicas.

Recomenda-se, também, que sejam envidados esforços para que seja mantido o atual grau de redução do acervo, para que o perfil do gabinete se torne ainda melhor.

Como o gabinete está enfrentando o desafio de se ajustar ainda mais ao sistema de julgamento colegiado, recomenda-se o uso intensivo das ferramentas do espelho de pauta do GEDPRO, que permitem a solução antecipada de muitas das questões que emergiriam no curso da sessão de julgamento.

Outrossim, como o uso do processo eletrônico tende a aumentar, à medida que subirem, em grau de recurso, os processos que se iniciaram em meio virtual, certamente produzirá ótimos resultados o treinamento periódico de servidores, para o manuseio das ferramentas atinentes a esse tipo de processo.

Recomenda-se, ainda, que a capacitação de servidores ocorra de modo constante, seja mediante cursos de treinamento específicos, seja mediante a troca de experiências e de boas práticas com servidores de outros gabinetes do TRF3 e mesmo com servidores de outros Tribunais.

Finalmente, recomenda-se que os processos de gestão do gabinete sejam periodicamente revistos e aprimorados, sempre com o objetivo de aumentar a qualidade dos serviços prestados e de elevar a produção e a produtividade do gabinete.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 10ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL SÉRGIO NASCIMENTO**

**Especialidade:** Direito Previdenciário

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **SÉRGIO DO NASCIMENTO**

**1.2. Órgãos de atuação:** Plenário, 3ª Seção e 10ª Turma

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde maio de 2003

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador Federal SÉRGIO DO NASCIMENTO.

**1.4 Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	16	0	1	0	3	20	14
Inspeção/2016	17	0	0	0	2	19	15

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 1 auxiliar a menos. Houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	2.397
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	2.671
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	802
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	1.185
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	0
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

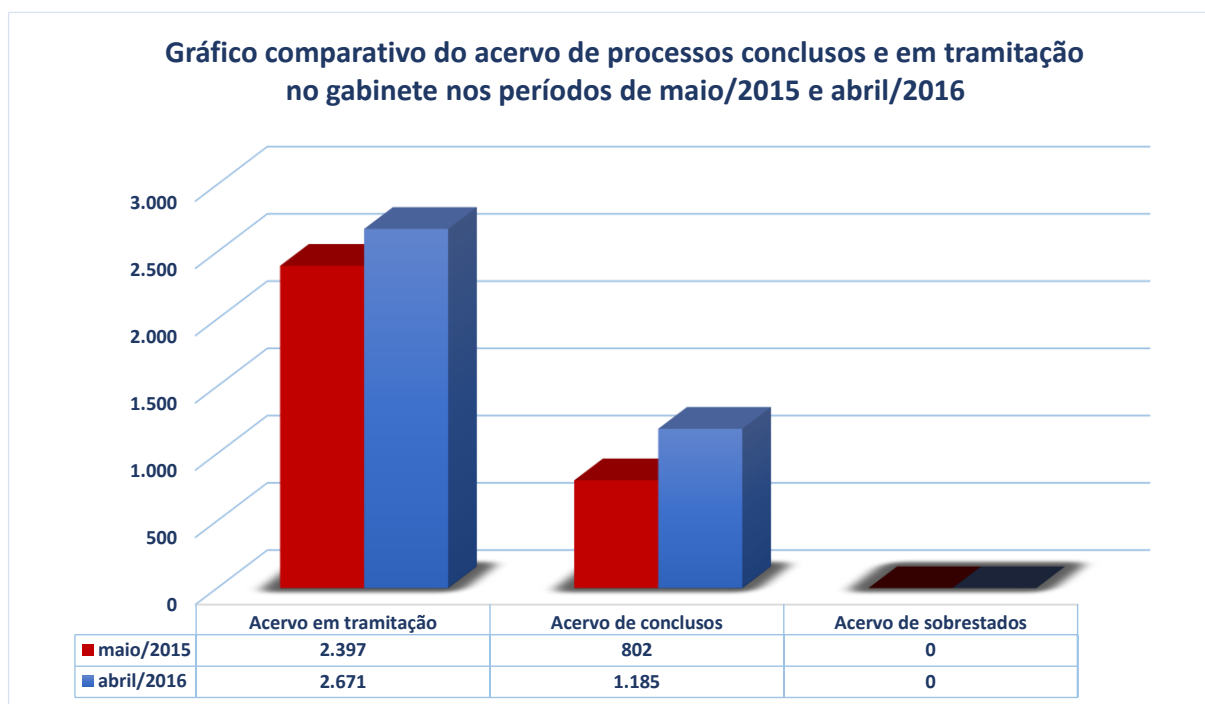
O gabinete informou ter controle interno do seu acervo, mas consideramos apenas as estatísticas oficiais, fornecidas pelo Tribunal, diante da necessidade de uniformização dos dados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 383 e o número de sobrestados permaneceu zerado. Apesar do crescimento do acervo de processos conclusos, sua quantidade total não é grande, se considerada a distribuição média mensal.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 1.185 processos conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 79 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 274 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	5.115
Total de processos (saídas)**	4.419
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	696
Processos distribuídos	4.912

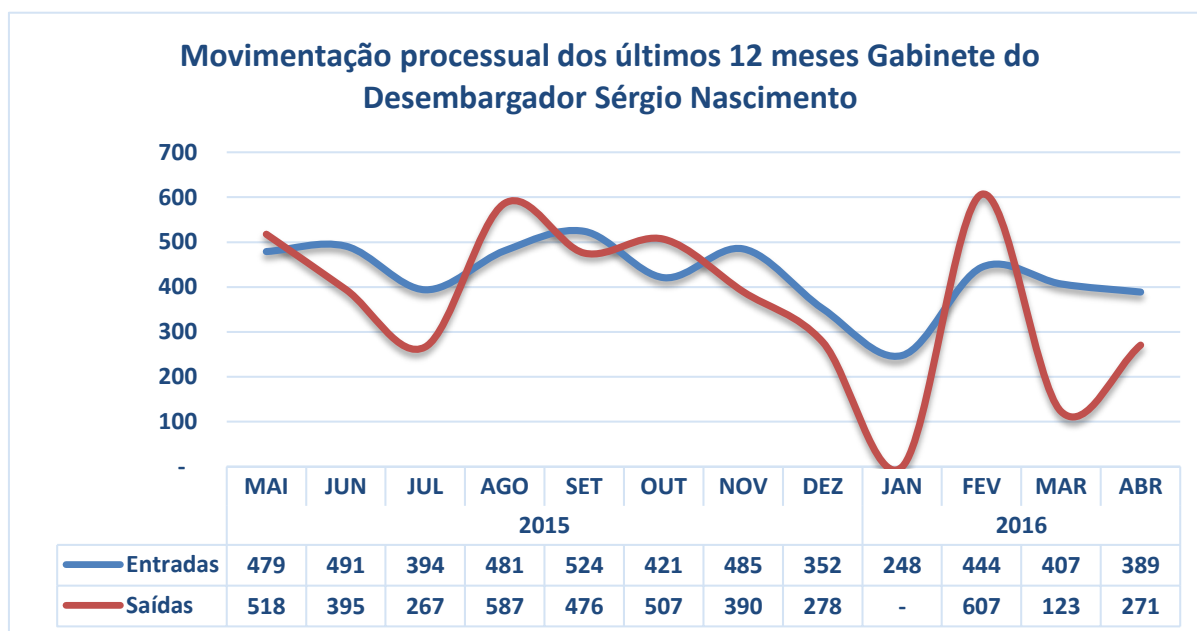
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.115 e saída de 4.419 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	546
Processos julgados em mesa	42
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	3.665
<b>Total geral</b>	<b>4.253</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	17%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 4.253 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.912; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 42 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 3.665 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 17%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	93
b. Agravo Legal/Regimental	151

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e de agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 93 embargos de declaração e 151 agravos legais/regimentais.

Não existem processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	1
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 1 processo, representando 0,08% do acervo de processos conclusos na unidade.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016, por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. SERGIO NASCIMENTO			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	0	0
1996	0	0	0
1997	0	0	0
1998	0	0	0
1999	0	0	0
2000	0	0	0
2001	0	0	0
2002	0	0	0
2003	0	0	0
2004	0	0	0
2005	0	0	0
2006	0	0	0
2007	0	2	0
2008	1	0	0
2009	0	1	1
2010	0	7	1
2011	4	6	0
2012	2	3	1
2013	155	18	4
2014	273	135	5
2015	0	549	487
2016	0	0	686
<b>Total</b>	<b>435</b>	<b>721</b>	<b>1.185</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em abril/2014 era de 435; atualmente, há 1.185. Houve sensível diminuição dos feitos concluídos até 2014. Verifica-se que a maior parte do acervo é dos anos de 2015 e 2016, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2015, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com poucos (2) processos distribuídos até 2010, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e os da Meta 6/2016, apurados em abril/2016, não havia processos.



No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	0
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, tampouco feitos que aguardam voto-vista. Existe apenas 1 processo que aguarda declaração de voto. Neste universo não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão, para voto-vista e para declaração de voto.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, o Gabinete informou que procura observar todas as preferências legais. O Gabinete também informou que, logo após sua distribuição, mas antes de seu encaminhamento ao relator, os processos passíveis de eventual conciliação (geralmente aqueles relativos aos benefícios de aposentadoria por idade rural e salário-maternidade) são encaminhados aos Gabinetes de Conciliação, para as *démarches* necessárias; não havendo acordo, eles são remetidos ao Gabinete do relator.

### **3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:**

Os 12 processos selecionados para inspeção foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde sua distribuição.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias, os processos com agravo legal/regimental: 201461060022024 e 201503990152596;

b) julgar, no prazo de 90 dias: 201203990503800, 201261050029797 e 201261050049050.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados. O acervo é relativamente pequeno, sua idade é recente e seu episódico aumento em parte decorre, segundo a assessoria e a chefia do gabinete, do retrabalho inerente ao juízo de retratação, em processos já anteriormente julgados, em relação aos quais foram interpostos recursos especiais ou extraordinários.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória; conforme anteriormente mencionado, o episódico crescimento do acervo foi devidamente justificado e não decorre da inércia do Gabinete.

### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

No que tange à metodologia de trabalho e às boas práticas da unidade, a equipe de Inspeção Ordinária da Corregedoria-Geral destacou:

a) o *layout* e organização física do gabinete, que são adequados;

b) o sistema de triagem inicial de processos que ingressam no gabinete, que é diretamente feito pela própria chefe de gabinete, com armazenamento nos armários por matéria (com identificação visual), por ordem de antiguidade e por ordem de numeração;

- c) o encaminhamento imediato dos processos que tratam de benefícios assistenciais ao Ministério Público, para o oferecimento de parecer;
- d) o sistema de classificação e de separação dos processos físicos em armários, por tema e segundo sua antiguidade;
- e) o controle do fluxo dos processos, com o pronto lançamento das fases processuais pertinentes, e o controle dos dados estatísticos do gabinete;
- f) a especialização de servidores por matéria e por afinidade;
- g) o tratamento específico para feitos com prioridades legais, assim como, em geral, para processos incluídos em metas do CNJ;
- h) a fixação periódica das metas de trabalho da unidade, pela assessoria e pela chefe de gabinete, com a participação dos servidores;
- i) a contagem física dos processos mensalmente, da qual ficam cientes os servidores, e em função da qual são planejadas as atividades do setor;
- j) o planejamento e a avaliação periódica das atividades, conforme a afinidade de cada servidor com os assuntos previdenciários e conforme a quantidade de processos relativos a cada matéria;
- k) a priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa;
- l) a preferência de julgamento dos feitos com prioridades legais e com metas do CNJ, sempre separados dos demais, para garantir sua celeridade;
- m) o uso intensivo do meio eletrônico para as comunicações oficiais realizadas entre os órgãos do Poder Judiciário (Meta 10 do CNJ);
- n) a flexibilidade da jornada de trabalho, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida do servidor;
- o) o pronto atendimento a advogados, que é feito pela assessoria, pela chefia de gabinete e pelo Desembargador.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

Observou-se que a equipe do gabinete é coesa, e que o rodízio periódico dos servidores, por matéria, permite que, nas ausências de determinados servidores (por motivo de férias, licença médica etc.), outros possam dar continuidade ao trabalho por eles desenvolvido.

Chamou a atenção o fato de ser expressiva a quantidade de recursos julgados por meio de decisões monocráticas, no período compreendido entre a data-base da inspeção anterior e a data-base da inspeção atual. Em face das alterações decorrentes

do início da vigência do novo Código de Processo Civil, estão sendo reavaliados alguns processos de trabalho anteriormente baseados no sistema de decisões monocráticas.

Como a maior parte dos processos em tramitação no gabinete ainda é de processos físicos, pode-se perceber que o sistema adotado para sua triagem, classificação e guarda permite que sua identificação visual seja feita com facilidade.

O sistema também produz outros resultados paralelos, como a possibilidade de elaboração de minutas de decisões e de votos com base em teses já pacificadas na jurisprudência.

Na triagem dos processos, é feita a separação daqueles que dependem de despachos ou de alguma diligência, para cumprimento imediato. É também feito o encaminhamento, ao servidor responsável, dos processos que, por algum motivo, saíram temporariamente do gabinete.

Em relação ao controle do acervo, destaca-se a contagem física mensal dos processos conclusos para julgamento. Nessa contagem, é especificada a quantidade de feitos relativos a cada matéria e a cada tipo de recurso (apelação, agravo legal e embargos de declaração). A partir desses dados, os servidores tomam ciência do volume e da qualidade do acervo. Também a partir deles, as atividades do gabinete são planejadas, inclusive, no que tange ao direcionamento da força de trabalho.

No que tange à produtividade, seu controle é feito mensalmente, levando em conta a produção individual de cada servidor e a produção coletiva do gabinete. Tais dados são avaliados à luz das metas preestabelecidas, do acervo atualizado de processos e de seu respectivo perfil.

Observou-se boa situação em relação ao fluxo processual, no qual os processos mais trabalhosos (aposentadoria por tempo de contribuição e embargos à execução) permanecem, em média, de 12 a 18 meses no Gabinete, desde a data de sua distribuição, enquanto os demais processos possuem tempo médio de tramitação de menos de 10 meses, com exceção dos feitos pendentes de diligência.

Observou-se ter sido tomada a decisão de implantar, em breve, o regime de teletrabalho. Dentre as regras pertinentes, destaca-se a fixação de metas individuais diferenciadas, em relação a quem trabalha em regime presencial.

Verificou-se a inexistência de processos remanescentes de inspeção anterior pendentes de cumprimento ou regularização, bem como a existência de apenas um processo pendente de regularização de autoinspeção (CC 201403000272103).

Finalmente, observou-se que as movimentações internas de processos físicos, dentro do gabinete, não são registradas no SIAPRO.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

Inicialmente, cumpre registrar o bom desempenho do gabinete como um todo, o qual não se deslustra em face das observações pontuais feitas neste relatório.

Inicialmente, cumpre lembrar as recomendações contidas em outros trechos deste relatório, quanto aos processos que constituíram objeto da amostragem e em relação aos quais foram feitas recomendações específicas.

Para que se mantenha a equipe de trabalho preparada, motivada e apta a dar o melhor de si em termos de qualidade, produção e produtividade, recomenda-se, sempre que possível, a participação de servidores em cursos de capacitação profissional.

Como o gabinete está enfrentando o desafio de se ajustar ainda mais ao sistema de julgamento colegiado, recomenda-se o uso intensivo das ferramentas do espelho de pauta do GEDPRO, que permitem a solução antecipada de muitas das questões que emergiriam no curso da sessão de julgamento.

Além disso, recomenda-se que sejam periodicamente reavaliados a gestão e os processos de trabalho adotados no Gabinete, inclusive, à luz dos resultados atingidos e das metas projetadas. A recomendação abrange, também, a troca de experiências com outros Tribunais.

Recomenda-se, também, atenção especial para as medidas necessárias para que sejam mantidas a produção, a produtividade e a qualidade dos trabalhos do gabinete, mesmo com as alterações decorrentes do início de vigência do novo Código de Processo Civil.

Recomenda-se, ainda, a adoção do sistema de registro, no SIAPRO, dos localizadores relativos às movimentações internas de processos, no próprio gabinete, para reforçar ainda mais seu controle físico.

Outrossim, como o uso do processo eletrônico tende a aumentar, à medida que subirem, em grau de recurso, os processos que se iniciaram em meio virtual, certamente produzirá ótimos resultados o treinamento periódico de servidores, para o manuseio das ferramentas atinentes a esse tipo de processo.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 10ª TURMA**

**DESEMBARGADORA FEDERAL LÚCIA URSAIA**

**Especialidade:** Direito Previdenciário

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargadora Federal **MARIA LÚCIA LENCASTRE URSAIA**

**1.2. Órgãos de atuação:** Plenário, 10ª Turma, 3ª Seção, Diretora da Revista do TRF 3ª Região até janeiro de 2016

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 24/11/2011

No período de cinco anos, a Magistrada não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	0	0	0	5	22	16
Inspeção/2016	18	0	0	0	4	22	16

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 22 auxiliares. Houve manutenção quantitativa da força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	5.851
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	5.555
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	4.284
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	3.997
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	1
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

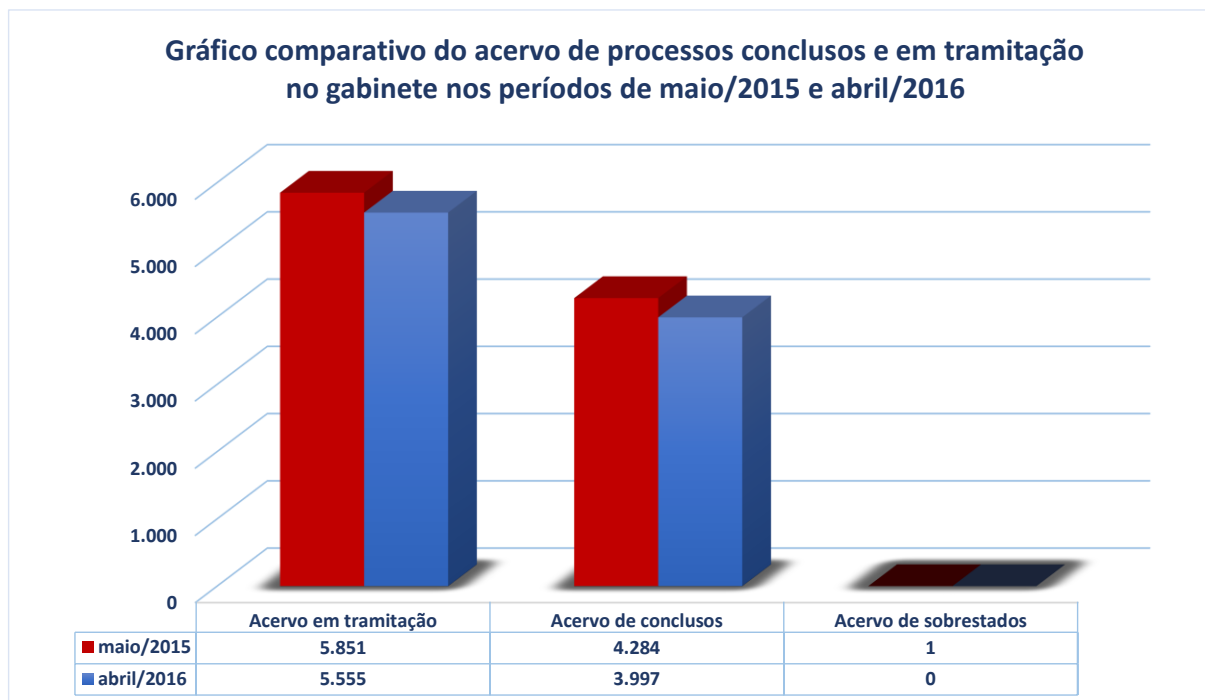
\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 287, não havendo sobrestados.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 3.997 conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 250 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 296 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	5.114
Total de processos (saídas)**	4.996
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	118
Processos distribuídos	4.918

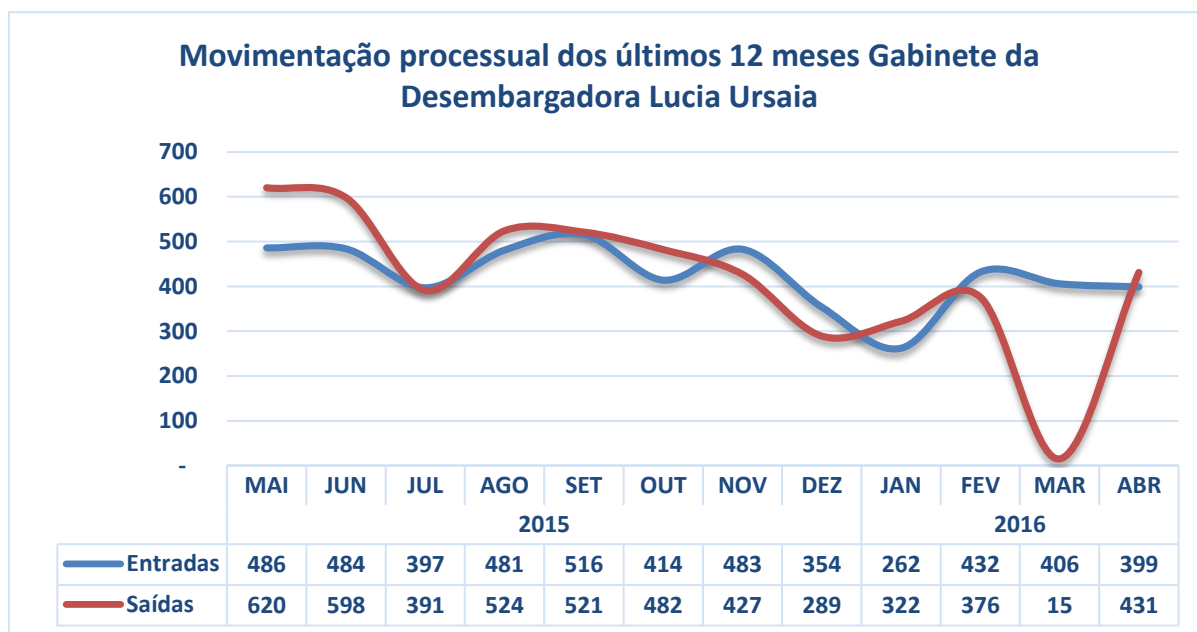
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.114 e saída de 4.996 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:



<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	832
Processos julgados em mesa	8
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	3.985
Total geral	4.825
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	21%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 4.825 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.918; ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 8 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 3.985 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 21%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	122
b. Agravo Legal/Regimental	249

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 122 embargos de declaração e 249 agravos legais/regimentais.

Existem 2 Processos (ações rescisórias) com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela (suspensão de execução) proferida há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado: 201503000086989 e 201503000068586.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	2
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	4
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	5
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	21
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	36
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	234
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	412
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	450
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 1.164 processos, representando 29% do acervo de processos conclusos na unidade (3.997).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016, por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. LUCIA URSAIA			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	0	0
1996	0	0	0
1997	0	0	0
1998	0	0	0
1999	1	0	1
2000	6	1	1
2001	9	1	1
2002	6	2	0
2003	5	2	2
2004	5	2	0
2005	5	3	0
2006	19	7	4
2007	37	13	10
2008	311	53	22
2009	342	152	49
2010	457	367	225
2011	696	557	404
2012	758	627	422
2013	1.166	829	643
2014	517	1.062	701
2015	0	587	1.093
2016	0	0	419
<b>Total</b>	<b>4.340</b>	<b>4.265</b>	<b>3.997</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 4.340; atualmente, há 3.997. Houve diminuição dos feitos conclusos até 2014. Verifica-se que a maior parte do acervo é dos anos de 2014, 2015 e 2016; no entanto, resta ainda uma considerável quantidade de feitos distribuídos entre 1999 e 2013 (1.784 feitos), o que se revela um dado merecedor de atenção.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e em parte julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade ainda trabalha com um acervo expressivo de processos distribuídos até o ano de 2010, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e os da Meta 6/2016, apurados em abril/2016, não havia processos.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	4
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	3
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, tampouco para declaração de voto. Existem 4 feitos que aguardam voto-vista. Neste universo há processos que aguardam providências há mais de 30 dias: 201361830127685, 201461830056427, 201461830087527 e 201561830018900.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	3
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão, para voto-vista e para declaração de voto.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, em especial no que tange aos processos abrangidos por prioridades legais ou incluídos em metas do CNJ. A equipe do Gabinete informou que, logo após sua distribuição, mas antes de seu encaminhamento ao relator, os processos passíveis de eventual conciliação são encaminhados aos Gabinetes de Conciliação; não havendo acordo, eles são remetidos ao Gabinete do relator.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Os 59 processos selecionados para inspeção foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com os registros processuais pertinentes.

Não havia processos da amostragem em unidades externas. Todos os processos da amostragem estavam disponíveis.

A amostragem revelou a existência de 41 processos sem movimentação desde sua distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2009 (Processo n. 200903990098383).

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias: 200903990330073, 201303990003995, 200161210068212 e 200203990161438;

b) julgar, no prazo de 90 dias, os agravos legais/regimentais: 201403990199067, 201303990003995 e 200561180012008;

c) julgar, no prazo de 90 dias, os embargos de declaração opostos no Processo 200161200062146;

d) promover, no prazo de 90 dias, o juízo de retratação relativo aos julgados proferidos nos Processos 200103990246919 e 200161210068212;

e) analisar, no prazo de 90 dias, a petição pendente nos autos do Processo 200361200045789;

f) julgar, no prazo de 90 dias, os Processos que constam como sem movimentação desde sua distribuição, cujos números são os seguintes:

200361830053465	200461830052556	200461830054188
200461830055892	200461830064364	200561830031521
200661130033380	200661830031264	200803990231832
200803990271751	200803990420768	200903990098383
200903990126901	200903990129963	200903990136645
200903990139853	200903990252920	200903990259172

200903990300251	201061100019414	201061100034142
201061110020784	201061110059494	201061110059500
201061130022579	201061130023663	201061130025301
201061130036682	201061130038538	201061140001263
201061140013484	201061140029601	201061140034992
201061140037520	201061140052775	201061140064522
201061170005994	201061170010060	201061190003553
201061190010302	201061190042728	

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação suficientemente célere do acervo em geral, muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é merecedora de atenção, pois, embora tenha sido constatada a redução do acervo, este ainda é expressivo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

No que tange à metodologia de trabalho e às boas práticas da unidade, a equipe de Inspeção Ordinária da Corregedoria-Geral do CJF destacou as relativas à (ao):

- a) *layout* e organização física do gabinete, que são adequados;
- b) triagem dos processos, que é realizada por ocasião de seu recebimento no gabinete, com a imediata elaboração de despachos de mero expediente; na sequência, nova triagem é feita pelo servidor responsável por sua análise e pela elaboração da respectiva minuta;
- c) classificação, separação física e guarda dos processos, que são feitos segundo diversos critérios: pela matéria, pela ordem cronológica e pelo grau de dificuldade, por exemplo; o recebimento do processo e seu localizador são registrados no SIAPRO;
- d) especialização de servidores, todos formados em direito, por matéria, com o rodízio periódico dos servidores que atuam em cada matéria;

- e) tratamento específico para feitos contemplados com prioridades legais ou incluídos em metas do CNJ;
- f) priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa;
- g) definição e fixação das metas gerais e das diretrizes de trabalho do gabinete, que são feitas pela magistrada;
- h) definição, fixação e acompanhamento periódico das metas individuais de cada servidor, pela chefia de gabinete;
- i) controle periódico de produtividade, levando-se em conta as minutas produzidas e o montante de feitos encaminhados para julgamento;
- j) controle do acervo distribuído por meio da análise das planilhas enviadas pelo setor de estatística do Tribunal e, semanalmente, pelo sistema de acompanhamento processual SIAPRO e controle do número de processos enviados para julgamento pelo sistema GEDPRO;
- k) realização periódica de mutirão interno, em caso de acúmulo de determinados recursos;
- l) lavratura imediata dos acórdãos, logo após as sessões de julgamento;
- m) capacitação periódica dos servidores, na medida das necessidades e do interesse de cada um;
- n) intensificação do uso de modelos de decisões e de votos padrões, arquivados no GEDPRO;
- o) complementação dos dados constantes do controle informatizado do acervo de processos, mantido pelo Tribunal, com informações adicionais relativas às matérias;
- p) controle da produção e da produtividade, que é realizado pela chefia de Gabinete, à qual cabe receber e analisar os relatórios periódicos dos servidores, cujas metas individuais são flexibilizadas, para mais ou para menos, em função do grau de dificuldade dos processos a seu cargo;
- q) pronto atendimento, pela magistrada, a advogados e partes que a procuram.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

Observou-se que a equipe do gabinete é coesa, e que o rodízio periódico dos servidores, por matéria, permite que, nas ausências de determinados servidores (por motivo de férias, licença médica etc.), outros possam dar continuidade ao trabalho por eles desenvolvido.

Chamou a atenção o fato de ser expressiva a quantidade de recursos julgados por meio de decisões monocráticas, no período compreendido entre a data-base da inspeção anterior e a data-base da inspeção atual. Em face das alterações decorrentes do início da vigência do novo Código de Processo Civil, estão sendo reavaliados alguns processos de trabalho anteriormente baseados no sistema de decisões monocráticas.

Como a maior parte dos processos em tramitação no gabinete ainda é de processos físicos, pode-se perceber que o sistema adotado para sua triagem, classificação e guarda permite que sua identificação visual seja feita com facilidade.

O sistema também produz outros resultados paralelos, como a possibilidade de elaboração de minutas de decisões e de votos com base em teses já pacificadas na jurisprudência.

Constatou-se, também, que processos relativos a benefícios assistenciais, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e pensão por morte recebem atenção especial, ao lado dos processos contemplados por prioridades legais ou abrangidos por metas do CNJ; logo, os processos relativos a tais matérias se encontram em boa situação.

Sempre que possível, os servidores do Gabinete são inscritos para cursos de capacitação nas matérias previdenciárias e instrumentais, como o novo Código de Processo Civil e o sistema de processos eletrônicos (PJE). Todavia, muitos servidores buscam sua capacitação de forma independente, por meio, por exemplo, de cursos a distância, fora do horário de trabalho. Especificamente no que tange ao PJE, relatou-se que as funcionalidades do sistema ainda não foram devidamente explicitadas, o que faz com que cada servidor tente descobri-las por si só, no dia a dia do trabalho.

Verificou-se, ainda, a observância da jurisprudência dominante da 10ª Turma, constantemente discutida pelos membros atuantes, com a finalidade de atualização e de uniformização, evitando-se as divergências.

Por fim, pode-se dizer que o gabinete realiza o acompanhamento constante de sua produção, a fim de ajustá-la ao objetivo de redução de acervo.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

Inicialmente, cumprem lembrar as recomendações contidas em outros trechos deste relatório, quanto aos processos que constituíram objeto da amostragem e em relação aos quais foram feitas recomendações específicas.

Além disso, como o acervo de processos conclusos na data-base da inspeção inclui, em quantidades ainda expressivas, processos distribuídos há bastante tempo, em diversos anos, recomenda-se que: a) no prazo de 60 dias, seja elaborado um planejamento para que tais processos sejam julgados; b) semestralmente, pelo prazo de



2 anos, a Corregedoria-Geral da Justiça Federal seja informada acerca dos resultados desse planejamento.

Como o gabinete está enfrentando o desafio de se ajustar ainda mais ao sistema de julgamento colegiado, recomenda-se o uso intensivo das ferramentas do espelho de pauta do GEDPRO, que permitem a solução antecipada de muitas das questões que emergiriam no curso da sessão de julgamento.

Outrossim, como o uso do processo eletrônico tende a aumentar, à medida que subirem, em grau de recurso, os processos que se iniciaram em meio virtual, certamente produzirá ótimos resultados o treinamento periódico de servidores, para o manuseio das ferramentas atinentes a esse tipo de processo.

Recomenda-se, também, que a capacitação de servidores ocorra de modo constante, seja mediante cursos de treinamento específicos, seja mediante a troca de experiências e de boas práticas com servidores de outros gabinetes do TRF3 e até mesmo com servidores de outros Tribunais.

Finalmente, recomenda-se que os processos de gestão do gabinete sejam periodicamente revistos e aprimorados, sempre com o objetivo de aumentar a qualidade dos serviços prestados e de elevar a produção e a produtividade do gabinete.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 10ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL NELSON PORFÍRIO**

**Especialidade:** Direito Previdenciário

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **NELSON DE FREITAS PORFÍRIO**

**1.2. Órgãos de atuação:** Plenário, 10ª Turma

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 16/2/2016

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

Foi realizado um mutirão (Resolução n. 384, de 7/5/2014, do Presidente do TRF3, e Ordem de Serviço n. 55, de 12/5/2014, do Presidente do TRF3), antes que o atual titular do gabinete assumisse, em 16/2/2016.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador NELSON DE FREITAS PORFÍRIO.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	14	0	0	0	0	14	12
Inspeção/2016	15	0	0	0	2	17	15

O quantitativo da força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 3 auxiliares a mais. Houve incremento de 3 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	13.133
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	7.535
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	9.175
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	5.947
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	2
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

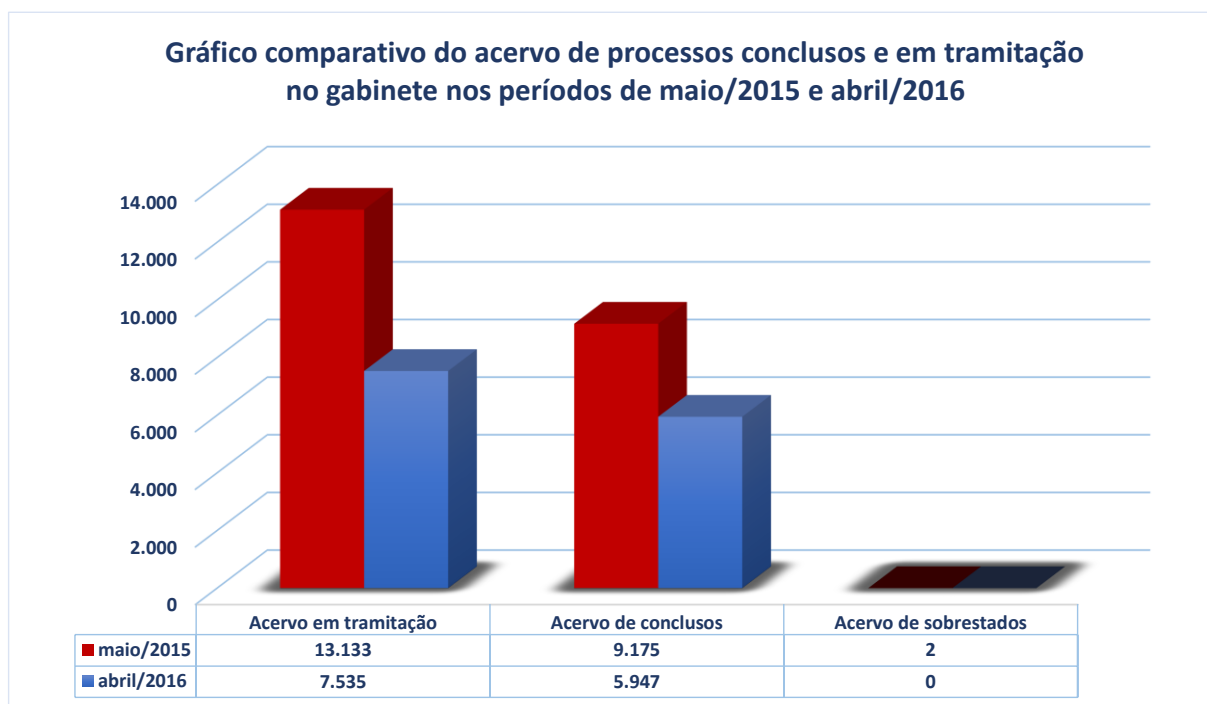
\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 3.228 e o número de sobrestados reduziu em 2.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 5.947 conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 396 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 5.598 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	5.137
Total de processos (saídas)**	9.773
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-4.636
Processos distribuídos	4.952

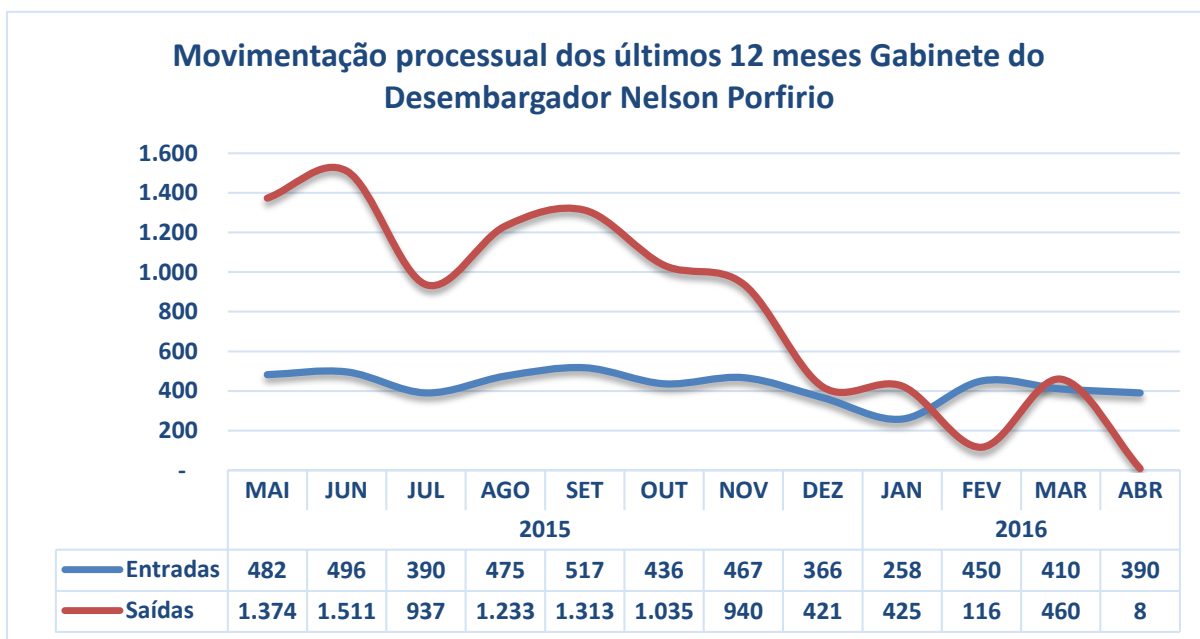
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.137 e saída de 9.773 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	171
Processos julgados em mesa	5
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	9.408
Total geral	9.584
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	21%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 9.584 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.952; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 5 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 9.408 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 21%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	112
b. Agravo Legal/Regimental	184

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 112 embargos de declaração e 184 agravos legais/regimentais.

Existem 2 Processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela proferida há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado: 200603001200033 e 200203000431820.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	238
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	98
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	157
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	338
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	336
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	347
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	530
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	541
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 2.585 processos, representando 43% do acervo de processos conclusos na unidade (5.947).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016, por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. NELSON PORFIRIO			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	0	0
1996	0	0	0
1997	0	0	0
1998	0	0	1
1999	6	18	2
2000	13	21	10
2001	9	31	8
2002	25	154	45
2003	27	191	51
2004	18	198	56
2005	34	280	67
2006	38	317	98
2007	754	472	153
2008	1.957	829	306
2009	1.963	721	351
2010	2.615	770	352
2011	3.115	1.079	544
2012	3.249	1.165	534
2013	3.520	1.385	676
2014	883	1.308	558
2015	0	686	1.070
2016	0	0	1.065
<b>Total</b>	<b>18.226</b>	<b>9.625</b>	<b>5.947</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que, tanto os feitos antigos quanto os mais recentes, estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 18.226; atualmente, há 5.947. Houve diminuição dos feitos conclusos até 2014. Mesmo assim, verifica-se que a maior parte do acervo (3.369 processos) é dos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, restando um número considerável de feitos distribuídos entre os anos de 1998 e 2012 (2.578), o que se revela um dado merecedor de especial atenção.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e, em parte, julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade ainda trabalha com um acervo expressivo de processos distribuídos até o ano de 2010, portanto, com mais de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e Meta 6/2016, apurados em abril/2016, não havia processos.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	1
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, tampouco feitos que aguardam voto-vista e declaração de voto.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	5
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	0
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de processos conclusos para revisão, 5 processos para voto-vista e nenhum para declaração de voto. Nessa situação, há feitos sem movimentação há mais de 30 dias: 201561830018900, 201461830087527, 201461830056427, 201361830127685 e 201303000060864.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, com o objetivo de atender às prioridades legais, em especial quanto a idosos e pessoas com deficiência. No que tange à solução consensual de conflitos, os autos são triados na própria distribuição e, antes de sua remessa ao gabinete do relator, são encaminhados à conciliação; caso esta não se concretize, os autos são encaminhados ao relator.



### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Os 117 processos selecionados para inspeção foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base nos respectivos extratos processuais. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

A amostragem revelou a existência de 21 processos sem movimentação desde sua distribuição, os mais antigos remontando ao ano de 2001: 200161083004496, 200161830027834, 200103990411130, 200103990392146 e 199961110073950.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos Processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias:

200203990335740	200203990311138	200203990297830
200203990290035	200203990257272	200203990241057
200203990236979	200161830041703	200161830034814
200161830030778	200161830024195	200161830019576
200161830009868	200161830008785	200161830004240
200303990039996	200303990032424	200303990011159
200303990003930	200261230007488	200261200016700
200261170012930	200261170010889	200261140050599
200261120056183	200261120039227	200261006009002
200261020065538	200203990458460	200203990430164
200003990291143	199961830003791	199961170038590
199961150003805	200503990008637	200361240012000
200161160009333	200161040043878	199961090049831

199303010313713		
-----------------	--	--

- b) julgar, no prazo de 90 dias, o Processo distribuído em 2000 e retirado de pauta em 2006, cujo número é o seguinte: 20000399070958;
- c) julgar, no prazo de 90 dias, os Agravos legais/regimentais: 200703990221093 e 200361830096373;
- d) julgar, no prazo de 90 dias, os embargos de declaração opostos no Processo 199903990807740;
- e) julgar, no prazo de 90 dias, os embargos infringentes interpostos no Processo 199803010249632;
- f) julgar, no prazo de 90 dias, os Processos que estão sem movimentação desde sua distribuição/redistribuição:

200203990418188	200203990389814	200203990368860
200203990320887	200203990305953	200203990291980
200161083004499	200161830027834	200303990000678
200261030036330	200203990457376	200203990453814
200003990615064	200003990112698	200503990021540
200503990004620	200361260013460	200161260020090
200161210032280	200161090043461	200161020050233
200103990411130	200103990392146	200061830000101
200061170035063	199961110073950	199961000024633

- g) apreciar, no prazo de 90 dias, os pedidos de concessão de medida liminar ou de tutela antecipatória: 201603000033230, 201603000032250 e 201603000025592;

- h) julgar, no prazo de 90 dias, os Processos pendentes da autoinspeção de 2015:

200303990000678	200003990112698	199961170037407
200103990411130	200103990232763	200003990630170
19996111073950	199961040031119	199961000024633

- i) promover, no prazo de 90 dias, o juízo de retratação relativo aos julgados proferidos nos Processos 200303990020148 e 200203990450345.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não existe tramitação suficientemente célere do acervo em geral, sendo que muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo

plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória; no entanto, como o acervo atual ainda é expressivo, faz-se necessária a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

No que tange à metodologia de trabalho e às boas práticas da unidade, destacam-se as relativas à (ao):

- a) *layout* e organização física do gabinete, que são adequados;
- b) separação dos processos por competência (Seção ou Turma), por tipo de ação e por matéria;
- c) anotação, no SIAPRO, dos localizadores internos dos processos;
- d) utilização de planilhas que informam quais os tipos de processos que estão em cada armário, bem como de planilhas estatísticas para identificar a quantidade de processos por matéria e de processos julgados ou despachados mês a mês;
- e) planejamento mensal das atividades da unidade;
- f) atenção especial aos processos em que há pedidos de preferência, aos despachos de mero expediente e aos pedidos de concessão de medidas liminares ou antecipatórias;
- g) atribuição de processos mais complexos ou trabalhosos aos servidores mais experientes;
- h) atenção rigorosa ao objetivo de julgar um número de processos superior aos distribuídos;
- i) adoção de mutirões internos visando à implementação de determinadas metas específicas, como a solução de pendências nos julgamentos de embargos de declaração e de agravos legais/regimentais, os quais, a partir de então, o gabinete procura manter em dia;
- j) avaliação mensal do desempenho da unidade, que é comparado ao de meses anteriores e serve para secundar os ajustes no planejamento dos meses subsequentes;
- k) fixação periódica de metas globais de produção, as quais são estipuladas em face dos dados estatísticos; nos meses em que a quantidade de processos distribuídos supera a produção do gabinete, a insuficiência é compensada com a resolução de processos que envolvem matérias repetitivas;

- l) tratamento preferencial para os feitos contemplados com prioridades legais ou incluídos em metas do CNJ, os quais, inclusive, recebem anotação específica no SIAPRO;
- m) intensificação do uso de modelos de decisões e de votos padrões, arquivados no GEDPRO;
- n) controle estatístico disponibilizado a todos os servidores, em pasta própria da rede do gabinete;
- o) gestão de pessoal, realizada pela chefia de gabinete e pela assessoria, norteadas pelo constante diálogo com a equipe;
- p) pronto atendimento aos advogados.

No que se refere às boas práticas adotadas pela unidade, destacam-se ainda as seguintes: a triagem imediata de todos os processos distribuídos; a identificação, por ano de distribuição, dos processos relativos às aposentadorias por tempo de serviço/contribuição e às aposentadorias especiais; o pronto julgamento dos agravos legais/regimentais e dos embargos de declaração; a pronta verificação da regularidade formal dos agravos de instrumento (tempestividade, custas e peças obrigatórias), para a tomada das providências eventualmente necessárias.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

O Desembargador titular do gabinete tomou posse em fevereiro do presente ano.

Antes de sua posse, conforme já referido, foi realizado mutirão destinado a reduzir o acervo do gabinete. O mutirão produziu bons resultados. A equipe que assessorou o magistrado convocado para o mutirão foi formalmente elogiada (Portaria n. 7.861, de 13/4/2015, do Presidente do TRF3).

Embora o mutirão realizado antes da posse de seu atual titular tenha sido produtivo, o Gabinete ainda conta com número expressivo de feitos sem movimentação desde sua distribuição.

Em razão do breve período desde que assumiu o acervo e da troca de grande parte dos membros da equipe, o Gabinete ainda não estipulou metas individuais de trabalho, contando apenas com metas gerais.

Estão sendo envidados esforços para aprimorar a gestão e o desempenho do gabinete, em particular no que tange à redução do acervo, ao atendimento das prioridades legais e ao atendimento das metas do CNJ, tudo isto preservando a qualidade da prestação jurisdicional.

A grande maioria dos processos em tramitação do gabinete é de processos físicos, e o sistema adotado para sua triagem e classificação permite que sua identificação visual seja feita com facilidade.

Para assegurar a uniformidade dos julgados, é dada especial atenção à jurisprudência dominante da 10ª Turma, a qual é constantemente discutida entre seus membros, o que ajuda a prevenir divergências.

Observou-se que, sempre que possível, os servidores do gabinete frequentam os cursos de capacitação oferecidos pelo Tribunal. Além disso, a própria chefia presta orientações acerca do tratamento jurídico a ser dado, no gabinete, às diversas matérias que nele são enfrentadas.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

Primeiramente, cumprem lembrar as recomendações já contidas em outros trechos deste relatório, quanto aos processos que constituíram objeto da amostragem e em relação aos quais foram feitas recomendações específicas.

Ademais, como o acervo de processos conclusos na data-base da inspeção inclui, em quantidades ainda expressivas, processos distribuídos há bastante tempo, em diversos anos, recomendando-se que: a) no prazo de 60 dias seja elaborado um planejamento para que tais processos sejam julgados; b) semestralmente, pelo período de dois anos, a Corregedoria-Geral da Justiça Federal seja informada acerca dos resultados desse planejamento.

Como o gabinete está enfrentando o desafio de se ajustar ainda mais ao sistema de julgamento colegiado, recomenda-se o uso intensivo das ferramentas do espelho de pauta do GEDPRO, que permitem a solução antecipada de muitas das questões que emergiriam no curso da sessão de julgamento.

Outrossim, como o uso do processo eletrônico tende a aumentar, à medida que subirem, em grau de recurso, os processos que se iniciaram em meio virtual, certamente produzirá ótimos resultados o treinamento periódico de servidores, para o manuseio das ferramentas atinentes a esse tipo de processo.

Recomenda-se, também, que a capacitação dos servidores ocorra de modo constante, seja mediante cursos de treinamento específicos, seja mediante a troca de experiências e de boas práticas com servidores de outros gabinetes do TRF3 e até mesmo com servidores de outros Tribunais.

Por fim, recomenda-se que os processos de gestão do gabinete sejam periodicamente revistos e aprimorados, sempre com o objetivo de aumentar a qualidade dos serviços prestados e de elevar a produção e a produtividade do gabinete.

## GABINETES INTEGRANTES DA 11ª TURMA

### DESEMBARGADORA FEDERAL CECÍLIA MELLO

**Especialidade: competência criminal** (com processos cíveis remanescentes)

#### 1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

**1.1. Identificação:** Desembargadora Federal Maria **CECÍLIA PEREIRA DE MELLO**

**1.2. Órgãos de atuação:** 11ª Turma, 4ª Seção e Plenário

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 2/7/2014

No período de cinco anos, a Magistrada requereu 3 remoções internas, a saber: 2ª Turma e 1ª Seção: de 6/10/2003 a 3/10/2013, 8ª Turma e 3ª Seção: de 4/10/2013 a 9/4/2014, 2ª Turma e 1ª Seção: de 10/4/2014 a 1º/7/2014, e, a partir de 2/7/2014, na 11ª Turma e 4ª Seção.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete. Houve informação do gabinete de futura convocação de juízes federais para auxílio no julgamento dos processos de competência cível nas 11ª e 5ª Turmas.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	0	0	0	5	22	14
Inspeção/2016	16	0	0	0	5	21	14

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014, contando, atualmente, com 1 auxiliar a menos. Houve manutenção do mesmo número de servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	3.921
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	2.746
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	3.268
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	2.132
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	4
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

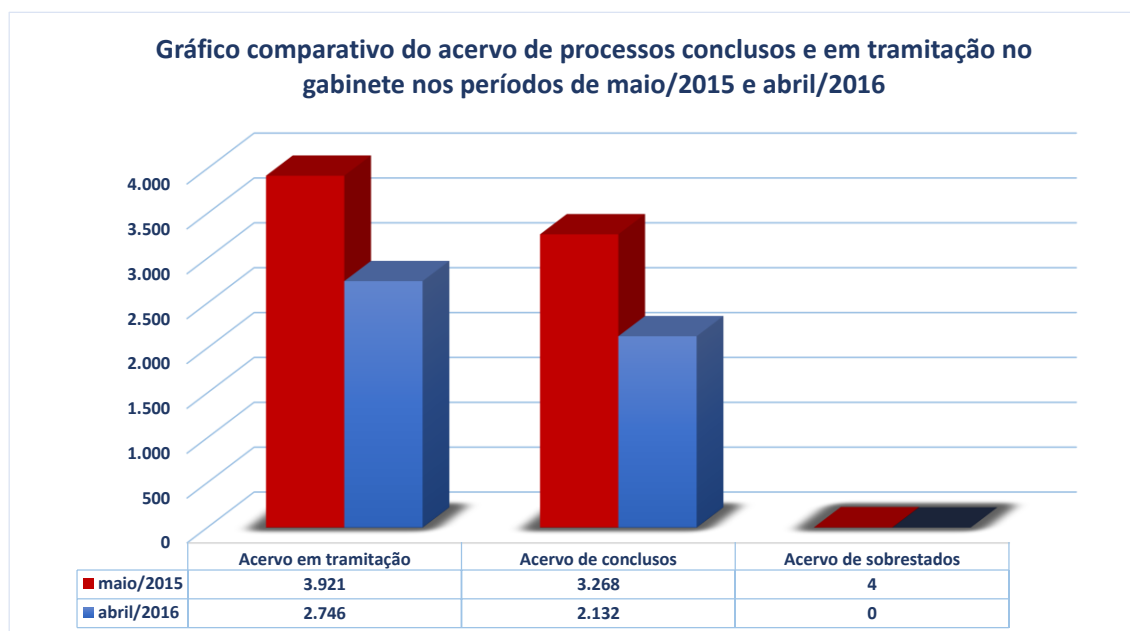
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 1.175 processos e o número de sobrestados reduziu em 4 processos.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, não há no gabinete. Outras situações são relativas à suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação na Corte Especial ou sobrestamento determinados pelo próprio relator, que decorre de determinação de julgamento de outro processo cível (Processo 0002784-58.2005.03.6109).

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 2.132 conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 152 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 1.175 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	958
Total de processos (saídas)**	1.929
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-971
Processos distribuídos	894

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

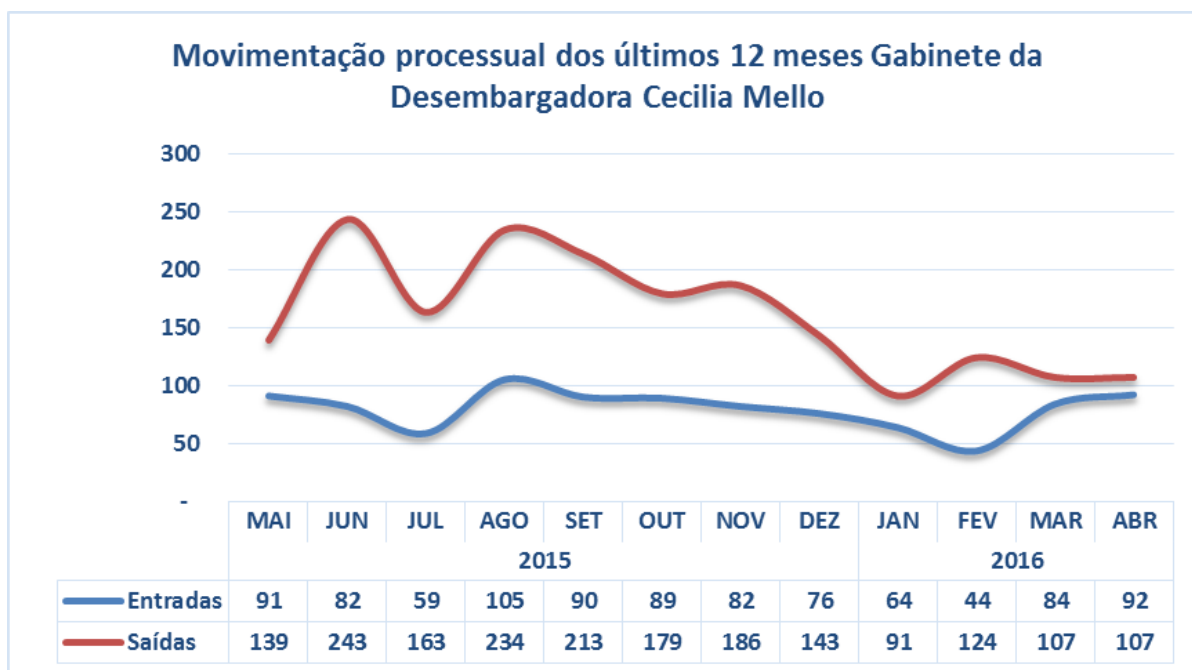
Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 958 e saída de 1929 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:





Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	969
Processos julgados em mesa	238
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	620
<b>Total geral</b>	<b>1.827</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	28%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.827 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 894; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 238 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 620 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 28%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	46
b. Agravo Legal/Regimental	36

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 46 embargos de declaração e 36 agravos legais/regimentais.

Não há processo com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	2
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	1
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	2
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	4
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	229
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	314
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	341
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)</b>	
Meta 7 - Baixar quantidade maior de processos criminais do que casos novos no ano corrente (abril/2016)	
Casos novos criminais	837
Processos criminais baixados	627
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	32

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 893 processos, representando 42% do acervo de processos conclusos na unidade (2.132).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016, por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO,  
NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB.DES.FED. CECILIA MELLO			
Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	1	1	0
1994	0	0	0
1995	1	0	0
1996	1	0	0
1997	0	0	0
1998	0	1	0
1999	4	0	0
2000	4	4	2
2001	9	3	0
2002	4	1	0
2003	8	5	0
2004	3	2	0
2005	6	3	0
2006	16	5	1
2007	41	6	2
2008	352	35	5
2009	632	99	14
2010	631	451	198
2011	839	578	318
2012	864	571	335
2013	1.402	799	450
2014	413	609	376
2015	0	116	315
2016	0	0	116
<b>Total</b>	<b>5.231</b>	<b>3.289</b>	<b>2.132</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 5.231; atualmente, há 2.132. Houve diminuição dos feitos conclusos a partir de 2009. Verifica-se que a maior parte do acervo existente é a partir do ano de 2013, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2010, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 2013, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Não haviam processos relacionados à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016; enquanto os da Meta 6/2016 era 1. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, devem-se envidar esforços para alcançá-las.

Em relação à Meta específica 7/2016 do CJF, verificou-se que a unidade está buscando atendê-la satisfatoriamente. Em relação a Meta 8/2016, não há sistema de controle de modo a aferi-la adequadamente.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	3
Recebidos para voto-vista	4
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	2
Outras situações	7
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que há 3 processos do gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, bem como 4 feitos que aguardam voto-vista e nenhum para declaração de voto. Neste universo não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	2
Recebidos para voto-vista	4
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	5
Outras situações	1
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 2 processos conclusos para revisão, 4 para voto-vista e nenhum para declaração de voto. Nessas situações não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque – identificação e julgamento dos processos prioritários por determinação legal.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 74 processos selecionados para inspeção, 45 foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

A amostragem revelou a existência de 4 Processos (199861000104820, 200260000027475, 200260000062220 e 1997610001717611) sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2010.

Também verificou-se a existência, na amostragem, de 12 feitos criminais com réu preso, dos quais nenhum estava vinculado a processo originário e 12 a recursais (201561400012058, 201461100039698, 201461100032138, 201403000255370, 201361340154039, 201361200005086, 201361100034039, 201361100031853, 201361020044533, 201360050016252, 201161050056437, 200461050082500).

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos (200661050046436).

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos Processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias:

198561006662510	199361042046537	199461000141263
199761000171761	199861000104820	200161810020410
200161810048145	200260000027475	200260000062220
200260020018418	200261000003370	200461050081142
200561000208928	200561120087168	200661000106735
200861810045126	200961000110260	200961050020898
201503000152287		

b) julgar, no prazo de 60 dias, Processos relativos a réu preso:

200461050082500	200961200012336	201161050056437
201360050016252	201361020044533	201361100008478
201361100031506	201361100031853	201361100034039
201361200005086	201361340154039	201403000255370
201461100032138	201461100039698	201561400012058

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados, mas alguns feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há mais de três anos (198561006662510, 199461000141263, 199861000104820, 200161810048145, 200260020018418, 200561120087168), exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

a) triagem inicial de processos: é realizada regularmente pelos servidores, havendo a separação pela matéria, pela urgência e pelo prazo da prescrição;

b) classificação e separação física de processos: é realizada regularmente pelos servidores responsáveis pelos processos;

c) especialização de servidores por matéria ou fase processual: é realizada a separação por matéria;

d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ: é realizada triagem e priorização dos feitos com prioridade legal e os processos que integram meta do CNJ;

e) medidas de conciliação e desistência de recursos: foram adotadas medidas voltadas a conciliação em processos de SFH, bem como foram adotadas medidas voltadas à desistência de recursos em processos do REFIS;

f) priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa: há priorização dos feitos. A prática já era adotada pelo gabinete mesmo antes da entrada em vigor do novo CPC. Os HCs têm política própria de priorização no gabinete;

g) controle de prazo para julgamento de feitos: é realizado o controle. Pedidos de vista têm prioridade e é realizado controle mensal por meio do sistema de acompanhamento processual;

h) fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores: há fixação de metas para processos cíveis e para os penais, nestes priorizando processos com risco de prescrição e, em segundo lugar, com réu preso;

i) planejamento e avaliação periódica de atividades: é realizado planejamento e avaliação periódica das atividades pelos assessores com a supervisão do Desembargador;

j) desempenho: julga criminais na mesma proporção da entrada; com relação aos cíveis, tem ocorrido baixa significativa, em face de não serem distribuídos novos feitos, em face da especialização criminal;

k) produtividade e metas: cumpre as metas do CNJ e adota metas internas do gabinete;

l) gestão de pessoal e recursos materiais: possui problemas em vista decorrentes do corte orçamentário neste ano, com perspectiva de redução do número de estagiários, atualmente de 5 (4 de nível superior e 1 de nível médio), diante de impossibilidade de novas contratações depois que os contratos atuais forem vencendo. Encontra-se, até o presente momento, sem problemas com relação aos recursos materiais;

m) atendimento a advogados: o atendimento aos advogados é realizado pelos 2 servidores que ocupam cargo de chefia – chefe de gabinete e assessor – e um servidor ocupante de função gratificada – FC 6, bem como pela Desembargadora, a qual costumeiramente recebe mediante agendamento, opção mais utilizada pelos advogados, realizando alguns atendimentos sem prévio agendamento;

n) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores: o chefe de gabinete monitorou e houve o cumprimento integral das determinações da inspeção de 2014.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe de Inspeção Ordinária da Corregedoria-Geral apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) adequado sistema de controle de prescrição nos processos criminais;

b) existe plano de treinamento e transição gradual para todos os servidores trabalharem com o acervo criminal.

## 6) RECOMENDAÇÕES:

a) cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) elaborar e executar plano de trabalho específico para o julgamento em até dois anos dos feitos cíveis relacionados à competência residual pertencente ao Gabinete, a ser encaminhado no prazo de 60 dias ao CJF, devendo ser apresentado relatório semestral acerca do cumprimento do plano de trabalho;

c) determinar o julgamento dos feitos (1997610001717611, 199861000104820, 200260000027475 e 200260000062220) sem movimentação desde a conclusão, bem como o julgamento dos feitos (198561006662510, 199461000141263, 200161810048145, 200260020018418, 200561120087168) com mais de três anos sem movimentação, em 90 dias;

d) priorizar o julgamento dos processos com réu preso, elaborando sistemática de trabalho para que os processos sejam julgados no colegiado no prazo máximo de 1 ano da chegada dos autos no TRF3;

e) a ausência de razões ou contrarrazões do Ministério Público Federal é ônus da parte titular da ação penal, não havendo responsabilidade funcional da unidade jurisdicional no envio de autos à primeira instância, prejudicando o andamento do feito e tutelando interesse processual da parte, e considerando o que foi decidido no Processo Administrativo 1.00.000.013859/2014-37, pela Segunda Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no sentido de que “nada impede que um membro da PRR-3ª Região exerça a função de parte oferecendo as contrarrazões ao recurso e, por distribuição, outro membro exerça a função de *custus legis* ofertando o devido parecer, em nome da celeridade processual”, recomenda-se a adoção de procedimento único no âmbito das duas turmas que compõem a 4ª Seção, a fim de evitar o retorno dos autos à primeira instância, quando as razões do recurso são apresentadas perante o Tribunal;

f) autuar os incidentes processuais de processos criminais em autos apartados, conforme classificação na tabela do CJF (ex: restituição de bens apreendidos);

g) apresentar plano de trabalho, no prazo de 60 dias, a fim de se estabelecer estratégia de redução do acervo e de prioridade de julgamento dos processos de Metas do CNJ;

h) pelo prazo de 2 anos, informar semestralmente à Corregedoria-Geral da Justiça Federal sobre os resultados efetivos do plano de trabalho a ser apresentado (alínea anterior).



**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 11ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ LUNARDELLI**

**Especialidade: competência criminal** (com processos cíveis remanescentes)

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **JOSÉ MARCOS LUNARDELLI**

**1.2. Órgãos de atuação:** 11ª Turma, 4ª Seção e Plenário

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 1º/7/2010

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas. Não há juízes federais em auxílio ao gabinete. Houve informação do gabinete de futura convocação de juízes federais para auxílio no julgamento dos processos de competência cível nas 11ª e 5ª Turmas.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador Federal José Marcos Lunardelli.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	15	0	0	0	4	19	15
Inspeção/2016	17	0	0	0	4	21	15

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada, em agosto de 2014, contando, atualmente, com 2 auxiliares a mais. Houve, contudo, manutenção do mesmo número de servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	1.103
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	945
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	655
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	561
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	1
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

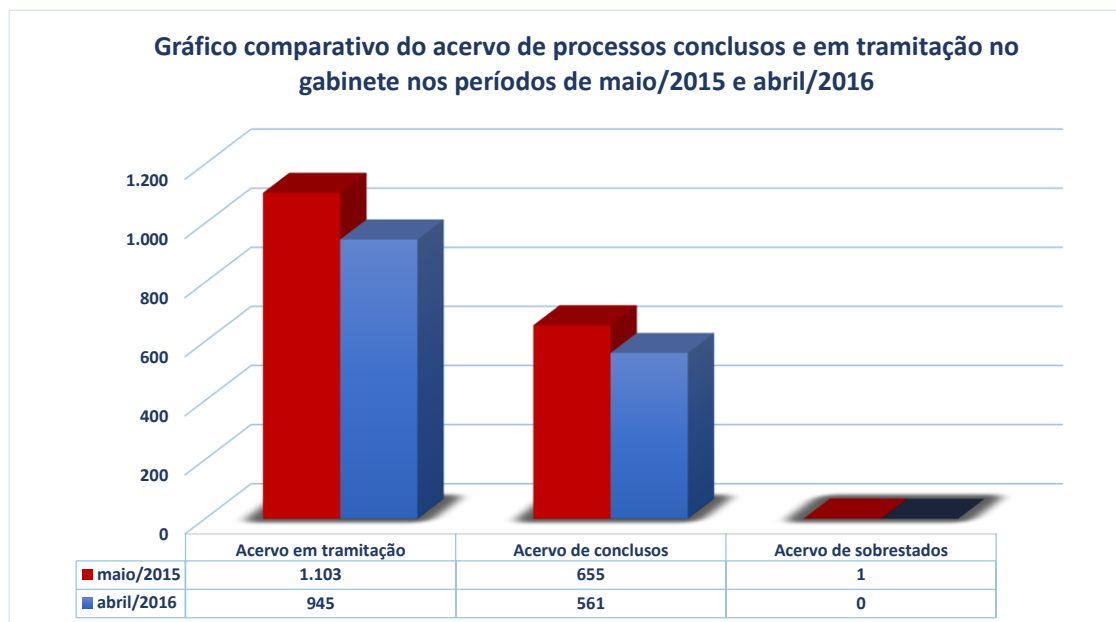
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 94 e o número de sobrestados reduziu em 1.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo a principal, reajuste pelo índice da TR das contas de FGTS. Outras situações são relativas à suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação na Corte Especial ou sobrestamento determinados pelo próprio relator.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 561 conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 37,4 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 158 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	939
Total de processos (saídas)**	1.014
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-75
Processos distribuídos	881

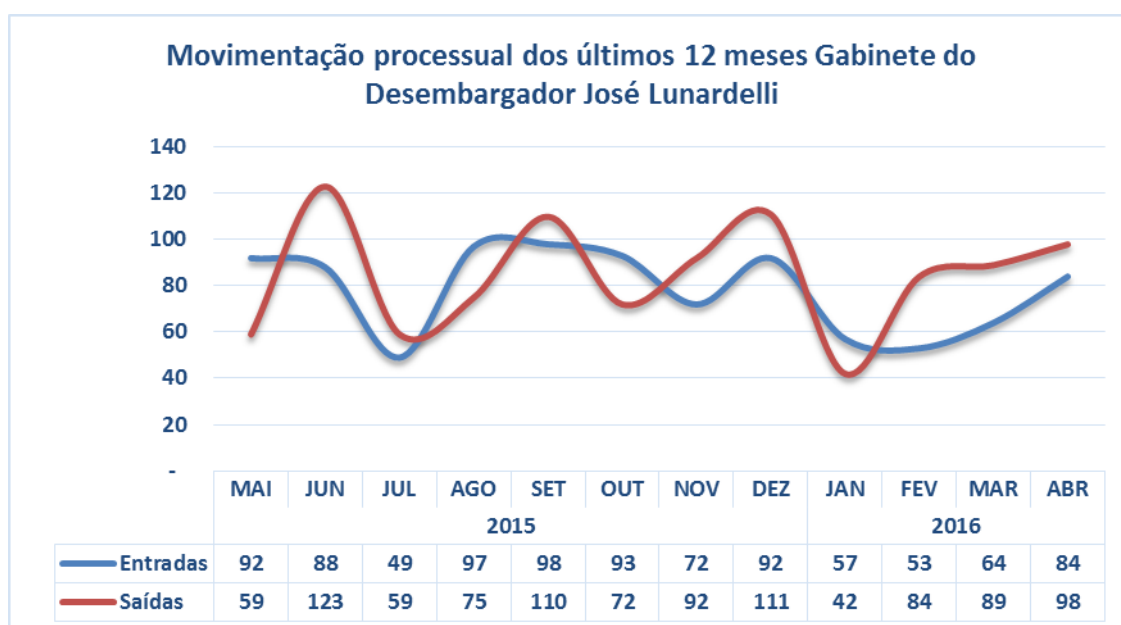
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 939 e saída de 1.014 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	548
Processos julgados em mesa	209
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	172
<b>Total geral</b>	<b>929</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	23%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 929 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 881; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 209 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 172 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 23%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	56
b. Agravo Legal/Regimental	21

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 56 embargos de declaração e 21 agravos legais/regimentais.

Existem 2 Processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado (201503000040692 e 201303000238252).

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	5
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	2
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	2
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	6
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	30
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)</b>	
Meta 7 - Baixar quantidade maior de processos criminais do que casos novos no ano corrente (abril/2016)	
Casos novos criminais	839
Processos criminais baixados	695
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	34

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 46 processos, representando 8% do acervo de processos conclusos na unidade (561).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016, por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO,  
NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

**GAB.DES.FED. JOSÉ LUNARDELLI**

Anos	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	0	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	1	0	0
1996	0	0	0
1997	1	1	1
1998	0	0	0
1999	0	0	0
2000	0	1	1
2001	4	1	0
2002	2	0	0
2003	1	1	0
2004	4	0	1
2005	4	1	0
2006	2	2	0
2007	16	5	0
2008	41	11	5
2009	36	14	4
2010	41	18	3
2011	64	20	8
2012	145	65	38
2013	357	115	66
2014	331	308	181
2015	0	100	163
2016	0	0	90
<b>Total</b>	<b>1.050</b>	<b>663</b>	<b>561</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 1.050; atualmente, há 561. Houve diminuição dos feitos conclusos a partir de 2014. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2014, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2013, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 2014, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Não havia processos relacionados à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, como também inexistem processos da Meta 6/2016.

Em relação à Meta específica 7/2016 do CJF, verificou-se que a unidade está buscando atendê-la satisfatoriamente. Em relação à Meta 8/2016, não há sistema de controle de modo a aferi-la adequadamente.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	15
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	3
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que há 15 processos do gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, bem como 1 feito que aguarda voto-vista e nenhum para declaração de voto. Neste universo não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	3
Recebidos para voto-vista	3
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	2
Outras situações	1
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 3 processos conclusos para revisão, 3 para voto-vista e 1 para declaração de voto. Nessas situações não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque – identificação e julgamento dos processos prioritários por determinação legal.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 53 processos selecionados para inspeção, 38 foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

A amostragem revelou a existência de 1 Processo (200761170012460) sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2013.

Também verificou-se a existência, na amostragem, de 7 feitos criminais com réu preso, dos quais 6 estão vinculados a processos originários (201303000305307, 201403000319311, 201503000062560, 201503000080069, 201503000115424, 201603000034349) e 1 a recursais (201161190000295).

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos Processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias:

199961820068582	200003000074947	200261000273245
200361000035776	200361120047230	200561190066970
200661190055823	200661190063522	200761170012460
200861100006759	200861820130126	200903990080494
201061190041086	201103000172803	201103990040788
201203000001399	201203000026086	201203000152857
201203000203490	201203000213354	201203000253716
201261000159387	201303000030320	201303000283350
201361000116496	201361000141788	201361000158727
201403000090540	201461050020511	



- b) julgar, no prazo máximo de 60 dias, os seguintes Processos relativos a réu preso: 201161190000295, 201303000305307, 201403000319311, 201503000062560, 201503000080069 e 201503000115424.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados, merecendo elogio por parte desta Corregedoria.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

- a) a triagem inicial de processos é realizada regularmente pelos servidores;
- b) classificação e separação física de processos são feitas regularmente por servidores responsáveis pelos processos;
- c) a especialização de servidores por matéria ou fase processual ocorre mediante separação por matéria;
- d) o tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ se dá por meio de triagem e priorização;
- e) não existem medidas de conciliação e desistência de recursos, pois o acervo cível é praticamente inexistente;
- f) há priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa. Os HCs têm política própria de priorização no gabinete;
- g) existe controle de prazo para julgamento de feitos. Pedidos de vista têm prioridade e é há controle mensal por meio do sistema de acompanhamento processual;
- h) há fixação das metas de trabalho pelo Magistrado com participação dos servidores;
- i) planejamento e avaliação periódica de atividades são realizados pelos assessores com a supervisão do Desembargador;
- j) quanto ao desempenho, julgam-se feitos criminais na mesma proporção da entrada; com relação aos cíveis, o Desembargador já julgou praticamente todos os remanescentes;
- k) são cumpridas as metas do CNJ e adotadas as internas do gabinete;
- l) quanto à gestão de pessoal e recursos materiais, há problemas em vista decorrentes do corte orçamentário neste ano, com perspectiva de redução do número de estagiários, atualmente de 4, diante de impossibilidade de novas contratações depois

que os contratos atuais forem vencendo. Até o momento, sem problemas com relação aos recursos materiais;

m) o atendimento a advogados é realizado pelo próprio Desembargador, que atende a qualquer horário ou mediante agendamento, se for da conveniência do advogado; e

n) quanto ao acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores, há um único processo remanescente da inspeção anterior (n. 0010682-73.1997.4.03.9999), mas sem recomendação, ressaltando que o feito foi julgado e está pendente de apreciação um segundo recurso de embargos de declaração.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

- a) bom controle do acervo processual em tramitação; e
- b) boa organização interna e distribuição das tarefas entre os assessores.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

- a) cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;
- b) continuar priorizando os processos com réu preso;
- c) autuar os incidentes processuais de processos criminais em autos apartados, conforme classificação na tabela do CJF (ex: restituição de bens apreendidos);

d) a ausência de razões ou contrarrazões do Ministério Público Federal é ônus da parte titular da ação penal, não havendo responsabilidade funcional da unidade jurisdicional no envio de autos à primeira instância, prejudicando o andamento do feito e tutelando interesse processual da parte, e considerando o que foi decidido no Processo Administrativo 1.00.000.013859/2014-37, pela Segunda Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no sentido de que “nada impede que um membro da PRR-3ª Região exerça a função de parte oferecendo as contrarrazões ao recurso e, por distribuição, outro membro exerça a função de *custus legis* ofertando o devido parecer, em nome da celeridade processual”, recomenda-se a adoção de procedimento único no âmbito das duas turmas que compõem a 4ª Seção, a fim de evitar o retorno dos autos à primeira instância, quando as razões do recurso são apresentadas perante o Tribunal; e

- e) continuar com o excelente controle de acervo.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 11ª TURMA**

**DESEMBARGADOR FEDERAL NINO TOLDO**

**Especialidade: competência criminal** (com processos cíveis remanescentes)

**1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **NINO OLIVEIRA TOLDO**

**1.2. Órgãos de atuação:** 11ª Turma, 4ª Seção e Plenário.

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 24/4/2013, estando licenciado entre 25/4/2013 a 4/6/2014 para exercer o cargo de presidente da AJUFE.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete. Houve informação do gabinete de futura convocação de juízes federais para auxílio no julgamento dos processos de competência cível nas 11ª e 5ª Turmas.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	15	0	3	0	4	22	15
Inspeção/2016	18	0	0	0	4	22	15

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto de 2014. Houve manutenção do mesmo número de servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
Acervo ajustado no TRF (maio/2015)**	5.344
Acervo ajustado no TRF (abril/2016)**	4.577
Acervo de conclusos no gabinete (maio/2015)**	4.904
Acervo de conclusos no gabinete (abril/2016)**	4.069
Acervo de sobrestados no gabinete (maio/2015)	1
Acervo de sobrestados no gabinete (abril/2016)	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas da série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente dos magistrados que, no período, ocuparam o gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

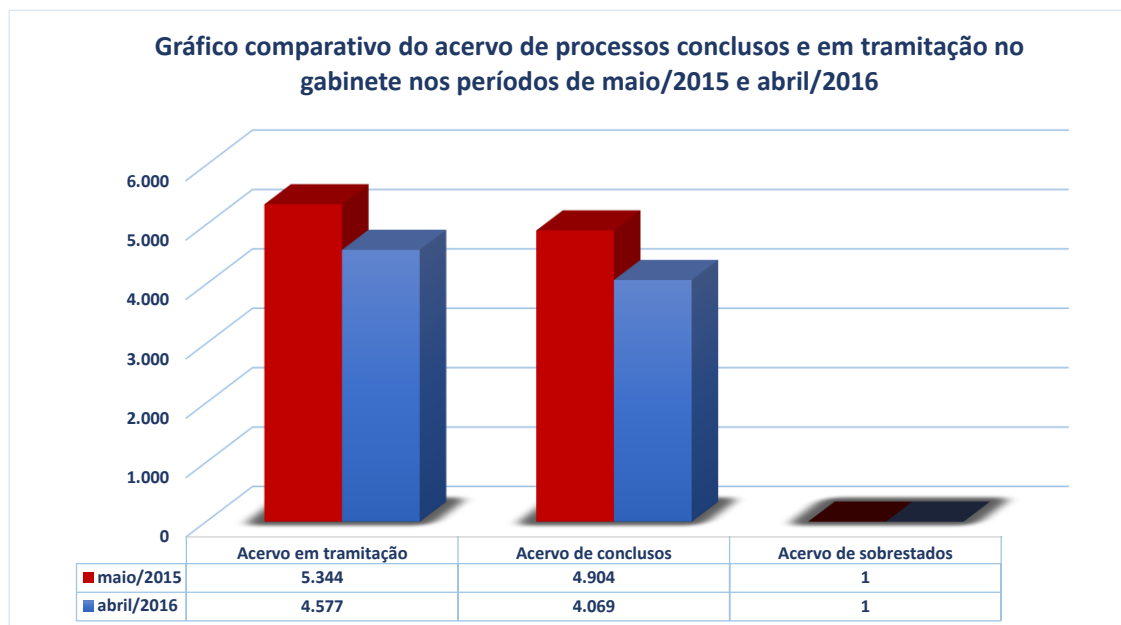
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 835 e o número de sobrestados manteve-se em 1 processo.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que eles decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo a principal delas *o reajuste pelo índice da TR das contas de FGTS*. Outras situações são relativas à suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação na Corte Especial ou sobrestamento determinados pelo próprio relator.

O gabinete apresentou, em abril/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 4.069 conclusos que, quando cotejado ao número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 271 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 767 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Total de processos (entradas)*	943
Total de processos (saídas)**	1.549
Fluxo processual no gabinete (entradas - saídas)	-606
Processos distribuídos	886

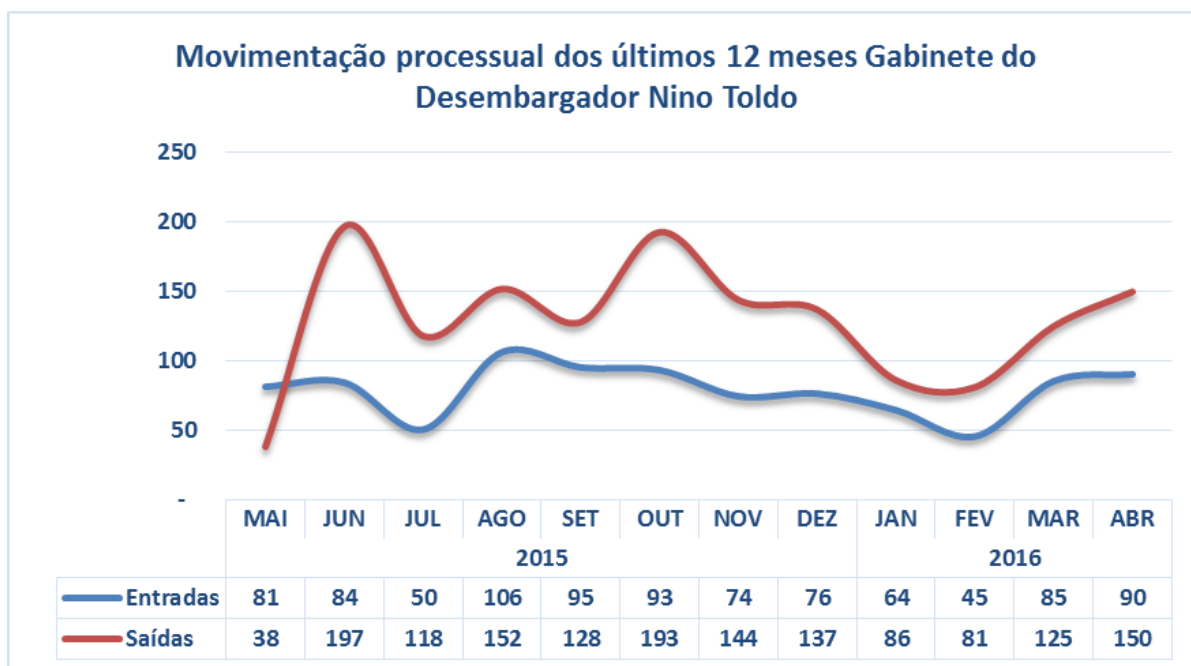
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 943 e saída de 1.549 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de maio/2015 a abril/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (maio/2015 a abril/2016)*</b>	
Processos julgados por pauta	891
Processos julgados em mesa	219
Processos julgados por decisão monocrática terminativa	379
<b>Total geral</b>	<b>1.489</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas** (%)	13%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 1.489 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 886; ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 CNJ).

No período em análise, foram julgados 219 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 379 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 13%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (abril/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	75
b. Agravo Legal/Regimental	78

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 75 embargos de declaração e 78 agravos legais/regimentais.

Existem 3 Processos (201503000134212, 201503000127335 e 201203000285766) com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	75
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	269
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	250
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	385
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	469
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	497
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)</b>	
Meta 7 - Baixar quantidade maior de processos criminais do que casos novos no ano corrente (abril/2016)	
Casos novos criminais	821
Processos criminais baixados	531
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	66

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 CNJ, o número de feitos distribuídos até 31/12/2012, apurado em abril/2016, era de 1.945 processos, representando 48% do acervo de processos conclusos na unidade (4.069).

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes nos anos 2014, 2015 e 2016, por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO,  
NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Anos	GAB.DES.FED. NINO TOLDO		
	abr/14	abr/15	abr/16
1989	0	0	0
1990	0	0	0
1991	0	0	0
1992	1	0	0
1993	0	0	0
1994	0	0	0
1995	0	0	2
1996	1	0	0
1997	1	0	0
1998	0	1	0
1999	1	0	1
2000	8	2	3
2001	7	1	2
2002	5	4	3
2003	5	6	0
2004	2	2	0
2005	6	7	2
2006	17	4	2
2007	342	254	90
2008	590	466	288
2009	486	430	285
2010	635	514	394
2011	700	578	484
2012	835	661	509
2013	1.243	973	764
2014	428	834	554
2015	0	149	509
2016	0	0	177
<b>Total</b>	<b>5.313</b>	<b>4.886</b>	<b>4.069</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Observa-se que, tanto os feitos antigos quanto os mais recentes, estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em abril/2014 era de 5.313; atualmente, há 4.069. Houve diminuição dos feitos conclusos a partir de 2007. Verifica-se que a maior parte do acervo existente é a partir do ano de 2012, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2008, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 2012, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Não havia processos relacionados à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, como também inexistem processos da Meta 6/2016.



Em relação à Meta específica 7/2016 do CJF, verificou-se que a unidade está buscando atendê-la satisfatoriamente. Em relação à Meta 8/2016, não há sistema de controle de modo a aferi-la adequadamente.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	5
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	3
Outras situações	2
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Constatou-se que inexistem processos do gabinete liberados para revisão, nem para declaração de voto. Existem 5 feitos que aguardam voto-vista. Neste universo não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (abril/2016)</b>	
Recebidos para revisão	15
Recebidos para voto-vista	3
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	6
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 15 processos conclusos para revisão, 3 para voto-vista e nenhum para declaração de voto. Nessas situações não há feitos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque – identificação e julgamento dos processos prioritários por determinação legal.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:

Dos 122 processos selecionados para inspeção, 93 foram inspecionados, todos físicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

A amostragem revelou a existência de 13 Processos, sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2007:

199961140056692	200161080051590	200161050001236
200161180011783	200361810056606	200161100077103
200161030025351	200161000278949	201361050133891
200161080090259	200161820134861	200261030036274
199261811041039		

Também verificou-se a existência, na amostragem, de 36 feitos criminais com réu preso, dos quais nenhum estão vinculados a processos originários e 36 a recursais:

200961060056439	201061060051675	201061810097649
201161810002722	201161810002734	201161810042446
201260040010145	201260050024049	201261190111826
201261190120645	201261210018980	201261810009940
201261810015988	201360040005294	201360060008604
201361020078166	201361050046908	201361060015507
201361100039128	201361190059729	201361190066886
201361190077045	201361810104631	201361810109951
201361810126961	201361810155389	201460000038700
201460050006822	201461100057688	201461120010112
201461120029728	201461140038437	201461190000247
201461190014210	201461400011359	201461810027197

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos Processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias:

199261811041039	199561056062051	199703010290974
199961000492562	199961140056692	200061030038912
200061040038726	200061050172695	200161000250400
200161000278949	200161030025351	200161030039039
200161030043821	200161050001236	200161080051590
200161080053652	200161080090259	200161100077103
200161150005665	200161160008470	200161160009126
200161180011783	200161820134861	200260000058289
200260000063091	200260000078963	200260020028540
200261000022625	200261000081101	200261030032141
200261030036274	200261060100136	200261070045365
200261140033164	200261190057980	200361140003991
200361190000596	200361220018986	200461000321686
200561000165413	200561260001064	200661190011510
200661230008607	200861000250120	200861810034463
200903000084816	200961190035679	200961190126272
201061050080927	201361050133891	201361810084796
201403000106145	201403000232497	201403000236223
201403000236235	201503000102107	

b) julgar, no prazo máximo de 60 dias, Processos relativos a réu preso:

201061810097649	201161810002734	201161810042446
201260040010145	201260050024049	201261210018980
201261810009940	201261810015988	201360040005294
201360060008604	201361050046908	201361060015507
201361100039128	201361190066886	201361190077045
201361810104631	201361810126961	201361810155389

201460000038700	201460050006822	201461100057688
201461120010112	201461120029728	201461140038437
201461190000247	201461400011359	

Em conclusão, no tocante à *dinâmica processual da unidade*, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há mais de três anos (199961140056692, 200161080051590, 200161050001236, 200161180011783, 200361810056606, 200161100077103, 200161030025351, 200161000278949, 201361050133891, 200161080090259, 200161820134861, 200261030036274 e 199261811041039), exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de *fluxo processual* (relação entre as entradas e saídas), a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo; ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo. Sugere-se, contudo, a adoção de esforços para reduzir o estoque de processos cíveis.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

a) a triagem inicial de processos é realizada regularmente pelos servidores, havendo a separação pela matéria, pela urgência e pelo prazo da prescrição;

b) classificação e separação física de processos ocorrem regularmente por servidores responsáveis pelos processos;

c) a especialização de servidores por matéria ou fase processual acontece por meio da separação por matéria;

d) o tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ ocorre mediante triagem e priorização;

e) não existem medidas de conciliação e desistência de recursos no próprio gabinete, sendo ressaltado que há envio de processos à central de conciliação;

f) há priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa. A prática já era adotada pelo gabinete mesmo antes da entrada em vigor do novo CPC. Os HCs possuem política própria de priorização;

g) existe controle de prazo para julgamento de feitos. Pedidos de vista têm prioridade e há controle mensal por meio do sistema de acompanhamento processual;

h) há fixação de metas pelo magistrado com participação dos servidores para processos cíveis e penais, nestes priorizando processos com risco de prescrição e, em segundo lugar, com réu preso;

i) existe planejamento e avaliação periódica das atividades pelos assessores com a supervisão do Desembargador;

j) quanto ao desempenho, julgam-se feitos criminais na mesma proporção da entrada; com relação aos processos cíveis, não tem ocorrido baixa substancial, apesar de não estarem sendo distribuídos novos feitos, em face da especialização criminal;

k) no que se refere a produtividade, cumprem-se as metas do CNJ e adotam-se metas internas do gabinete;

l) em relação a gestão de pessoal e recursos materiais, há problemas em vista decorrentes do corte orçamentário neste ano, com perspectiva de redução do número de estagiários, atualmente com 4 de nível superior, diante de impossibilidade de novas contratações depois que os contratos atuais forem vencendo. Até o momento, sem problemas com relação aos recursos materiais;

m) o atendimento a advogados é realizado por 2 servidores que ocupam cargos de chefia – um chefe de gabinete e um assessor – e pelo Desembargador, que atende a qualquer horário ou mediante agendamento, se for da conveniência do advogado; e

n) quanto ao acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores, há 3 processos remanescentes da inspeção anterior (n. 2006.60.00.006339-4, 2012.03.00.028576-6 e 2012.03.00.029705-7), mas sem recomendação, ressaltando que possuem a previsão de julgamento no dia 16/6/2016, no âmbito da 4ª Seção.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe observou a existência de adequado sistema de controle de prescrição nos processos criminais.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

a) cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3;

b) adotar sistemática de organização da assessoria com a fixação de metas para redução do acervo criminal;

c) a ausência de razões ou contrarrazões do Ministério Público Federal é ônus da parte titular da ação penal, não havendo responsabilidade funcional da unidade jurisdicional no envio de autos à primeira instância, prejudicando o andamento do feito e tutelando interesse processual da parte, e considerando o que foi decidido no Processo Administrativo 1.00.000.013859/2014-37, pela Segunda Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no sentido de que “nada impede que um membro da PRR-3ª Região exerça a função de parte oferecendo as contrarrazões ao recurso e,

por distribuição, outro membro exerça a função de *custus legis* ofertando o devido parecer, em nome da celeridade processual”, recomenda-se a adoção de procedimento único no âmbito das duas turmas que compõem a 4ª Seção, a fim de evitar o retorno dos autos à primeira instância, quando as razões do recurso são apresentadas perante o Tribunal;

d) priorizar o julgamento dos processos com réu preso, elaborando sistemática de trabalho para que os processos sejam julgados no colegiado no prazo máximo de 1 ano da chegada dos autos no TRF3;

e) determinar o julgamento dos feitos (201503000134212, 201503000127335 e 201203000285766), com liminar deferida a mais de 90 dias e ainda não levados ao exame do colegiado, no prazo de 90 dias;

f) determinar o julgamento dos feitos (199961140056692, 200161080051590, 200161050001236, 200161180011783, 200361810056606, 200161100077103, 200161030025351, 200161000278949, 201361050133891, 200161080090259, 200161820134861, 200261030036274 e 199261811041039) sem movimentação, desde a conclusão, em 90 dias;

g) estabelecer plano de treinamento e transição gradual para todos os servidores trabalharem com o acervo criminal;

h) autuar os incidentes processuais de feitos criminais em autos apartados, conforme classificação na tabela do CJF (ex: restituição de bens apreendidos);

i) apresentar plano de trabalho, no prazo de 60 dias, a fim de se estabelecer estratégia de redução do acervo e de prioridade de julgamento dos processos de Metas do CNJ, bem como do acervo cível remanescente;

j) pelo prazo de 2 anos, informar semestralmente à Corregedoria-Geral da Justiça Federal sobre os resultados efetivos do plano de trabalho a ser apresentado (alínea anterior).

## **E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO**

### **SUBSECRETARIA DE FEITOS DA VICE-PRESIDÊNCIA**

#### **1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:**

**1.1. ÓRGÃO:** Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência

**1.2. Diretora:** Vivian Martin de S. Andrade

**1.3. Tempo de atuação:** desde 22/2/2016

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora da Subsecretaria.

#### **1.4. Quadro de pessoal:**

<b>Quadro de Pessoal</b>	<b>Assessoria de Recursos</b>
Servidores efetivos	38
Servidores sem vínculo	
Servidores requisitados	01
Servidores prestando serviços em outros setores	
Outros	01
Vagas não ocupadas	
Estagiários	18
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>
Servidores em área-fim	57

A Diretora de Subsecretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Não existe fixação de metas individuais, apenas a meta geral de executar todas as atividades pendentes. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho feito pela Diretora da Subsecretaria.

#### **2) ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE:**

Incumbe ao órgão inspecionado o processamento dos feitos de competência da Vice-Presidência, em especial aqueles com recursos para os tribunais superiores. Realiza também o cumprimento (publicação, expedição de mandados, ofícios etc.) de decisões proferidas em pedidos de tutela de urgência e em quaisquer outros incidentes em processos afetados ao Vice-Presidente.

A Subsecretaria está localizada no 12º andar da Torre Sul, estando parte dos servidores e do acervo no 6º andar. A UVIP possui, ainda, uma sala no 3º subsolo, a qual é utilizada para a guarda de apensos e parte de autos de processos volumosos, cujo manuseio não se faz necessário para o exame de admissibilidade de recursos.

### 3) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*</b>	
Processos em tramitação (maio/2015)	21.130
Processos em tramitação (abril/2016)	10.364

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Todos os processos da unidade são físicos, os quais se encontram armazenados em estantes e organizados segundo a fase processual em que se encontram, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com o critério objetivo definido, consoante detalhado no item relativo à metodologia de trabalho.

Não é possível extrair do sistema processual as estatísticas de publicação das decisões de admissibilidade e seu tempo médio.

A unidade possui estatística do volume de decisões monocráticas do Vice-Presidente, mostrando que, entre 1º/5/2015 e 30/4/2016, foram proferidas 82.969 decisões, conforme tabela abaixo. Tal número exprime o volume de decisões recebidas pela UVIP para intimação ou cumprimento. Não significa, entretanto, que no período tenha sido movimentado igual número de processos, haja vista a possibilidade de em um único processo serem proferidas mais de uma decisão, seja em relação à admissibilidade de recursos interpostos simultaneamente, seja em face de sucessivos requerimentos ou incidentes. A unidade não realiza publicação de acórdãos.



Recebidos da Vice-Presidência	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembr	dezembr	janeiro	fevereiro	março	abril	TOTAL
DECISÃO CONCESSIVA DE LIMINAR	0	0	3	1	1	3	1	1	1	1	1	3	16
DECISÃO DENEGATÓRIA DE LIMINAR	0	1	1	2	3	1	1	2	0	2	1	2	16
DECISÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	51	49	57	47	118	98	69	39	35	161	22	12	32
DECISÃO HOMOLOGATÓRIA DE DESISTÊNCIA DE REC	136	137	77	27	31	33	33	12	21	114	40	114	775
DECISÃO INTERLOCUTÓRIA	122	85	123	25	51	65	49	37	46	84	49	69	805
DECISÃO MONOCRÁTICA TERMINATIVA	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	3	4	1.580
DECISÃO MONOCRÁTICA TERMINATIVA de não conh	0	1	0	0	0	0	0	1	3	9	7	5	26
DECISÃO RESP ADMITIDO	427	743	553	556	720	799	645	487	407	383	196	205	6.121
DECISÃO RESP DEVOLVIDO	1.182	393	442	139	315	157	174	102	225	38	24	36	6.147
DECISÃO RESP NÃO ADMITIDO	5.007	5.567	5.036	3.723	4.136	3.860	3.230	2.404	1.882	1.745	1.843	1.330	39.763
DECISÃO RESP NÃO CONHECIDO/PREJUDICADO	3.752	425	661	302	431	358	469	250	173	195	205	199	7.420
DECISÃO RESP SUSPENSO	3	3	6	3	13	4	7	6	1	3	264	622	47.183
DECISÃO REX ADMITIDO	51	66	55	91	133	70	63	32	29	40	18	20	668
DECISÃO REX DEVOLVIDO	152	85	84	38	36	9	12	14	13	21	44	34	542
DECISÃO REX NÃO ADMITIDO	1.672	1.188	1.334	951	1.287	946	908	753	511	568	449	313	1.210
DECISÃO REX NÃO CONHECIDO/PREJUDICADO	3.420	477	663	309	251	217	270	163	164	230	296	99	6.559
DECISÃO REX SOBRESTADO	3	1	1	2	1	0	3	5	0	4	272	657	949
DECISÃO RO ADMITIDO	19	24	38	18	26	27	27	23	9	38	29	16	7.508
DECISÃO RO NÃO ADMITIDO	4	2	3	1	4	5	1	8	1	2	1	0	32
DECISÃO RO NÃO CONHECIDO/PREJUDICADO	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	1	1	5
DECISÃO TERMINATIVA DA VICE-PRESIDÊNCIA	772	278	204	308	336	306	176	85	217	160	153	150	37
DECISÃO TERMINATIVA EM INCIDENTE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18	18
DECISÃO REDISTRIBUIR POR INCOMPETÊNCIA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
DECISÃO PRESIDÊNCIA DE DEFERIMENTO	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	19
Total	16.776	9.525	9.343	6.543	7.893	6.960	6.139	4.425	3.740	3.798	3.918	3.909	82.969

No tocante à tramitação dos processos na UVIP, destacam-se, ainda, os seguintes dados:

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (abril/2016)	1.828
Processos sobrestados na Turma (abril/2016)	65.979
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2016)	126
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2016)	nd
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2016)	83
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2016)	1.328
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	295

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Os processos sobrestados encontram-se no NURE, que integra a estrutura da Assessoria Jurídica da Vice-Presidência, de modo que o tema foi tratado naquele relatório.

Foram identificados, em abril de 2016, 1.828 processos com carga ou vista, 83 paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, 126 cartas de ordem ou precatórias; não existindo dados acerca dos feitos aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício. Segundo a Diretora, o tempo médio para devolução dos processos com carga ou vista é de 12 dias, do que se infere

que os prazos não estavam vencidos. No entanto, foi apontado no questionário de inspeção que o processo mais antigo (00022885220074030000) data de 29/7/2014. A Subsecretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

A unidade informou que o tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 3 dias, o que se revela adequado. Observou-se, entretanto, nos Processos examinados, como os de n. 200703990256319 e 200903000199747, cuja conclusão ocorreu mais de 3 anos após a juntada, e o de n. 200903990313210, no qual, embora a conclusão nos autos tenha ocorrido em 24/7/2013, no sistema somente foi efetivada em 18/5/2016.

Há 1.328 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos em tramitação. A mais antiga pendência é de 1º/6/2015, referente ao Processo 201303990201951 (Petição n. 132133/2015). Considerando que, segundo informação obtida no sistema de informação processual, os autos se encontram na Subsecretaria, recomenda-se sua juntada imediata.

Conforme informado na entrevista, o tempo médio para a juntada é de 15 dias. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema processual (SIAPRO). Destacar-se que nos processos da amostragem, em geral, não se verificou demora na juntada de petições. Algumas exceções foram registradas na ficha de inspeção.

No acervo existem 295 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias. O mais antigo encontra-se paralisado sem justa causa desde 27/1/2004 (199903000361452), o qual foi relacionado para inspeção. Em consulta ao sistema de informação processual, constata-se que os autos se encontram no prédio administrativo da Justiça Federal (Presidente Wilson), tratando-se, muito provavelmente, de apenso a processo sobrestado. Em 9/5/2016, foi lançada no SIAPRO a fase “CERTIDÃO DE AUTOS FINDOS PARA REGULARIZAÇÃO PROCESSUAL - PROCESSO EXTINTO EM 12/3/2002”.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, mormente no que diz respeito à intimação da parte agravada para apresentar contrarrazões ao agravo interno, assim como a intimação da decisão de sobrestamento.

#### **4) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:**

Dos 195 processos selecionados para inspeção, apenas 55 foram inspecionados, todos físicos; destes, 27 localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes. 28 processos, abaixo listados, estavam localizados no NURE,

sem fase de sobrestamento, o que resultou em sua inserção como processos da UVIP na seleção da amostragem. Estes foram inspecionados nas dependências do NURE e correspondem, em sua maioria, agravos em recurso extraordinário, interpostos ao tempo em que se formavam em autos apartados do processo principal, os quais foram devolvidos pelo Supremo Tribunal Federal, para que se aplicasse a sistemática do art. 543-B do antigo CPC.

<b>AGREXT/AGRESP devolvidos dos tribunais superiores</b>		
200703000001768	200903000446349	200903000120596
200703000029614	201003000021237	200903000123329
200703000445324	201003000040207	200903000138310
200703000812333	201003000079770	200903000201420
200703000988137	201003000093583	200903000221972
200803000076335	201003000251097	200903000387692
200803000249333	201003000293328	200903000336088
200803000280110	200803000375983	200803000297339
200803000282099	200803000432425	200803000368760
200903000087842		

Em relação aos Processos 200703000001768, 200803000076335 e 200903000336088, recomenda-se que sejam submetidos ao Desembargador para que seja analisada a possível perda de objeto do AGREXT, sendo o primeiro em face da extinção do processo principal, que já se encontra na fase de execução e os dois últimos, em decorrência da anulação, pelo Superior Tribunal de Justiça, do acórdão recorrido.

Da mesma forma, faz-se necessária a imediata conclusão do Processo 200903000221972, o qual, enviado ao Supremo Tribunal Federal como agravo em recurso extraordinário, foi determinada a conversão em agravo interno e devolvido ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desde 5/7/2010.

Também deve ser procedida à conclusão dos Processos 200703000029614, 200803000249333, 200803000280110, 200803000432425, 200903000087842, 200903000138310, 200903000446349, 201003000079770, 201003000251097 e 201003000293328, para apreciação do Vice-Presidente, uma vez que já foi julgado o paradigma que ensejou a devolução do agravo pelo Supremo Tribunal Federal. Em relação a estes, entretanto, é mister verificar se não existe recurso tramitando no Superior Tribunal de Justiça, hipótese em que deverão ficar apensos aos autos físicos, aguardando a devolução do processo que tramita por meio eletrônico naquela Corte.

Os Agravos em recurso extraordinário n 200703000445324, 200703000988137, 200803000282099, 200803000297339, 200803000368760, 200903000120596 e 200903000123329 referem-se a processos enviados eletronicamente ao Superior Tribunal de Justiça, para processamento de recurso especial. Recomenda-se, pois, que seja analisada a possibilidade de apensá-los aos autos físicos, que aguardam a devolução do processo eletrônico, haja vista o juízo de conformidade do recurso extraordinário depender a devolução do processo pela Corte Superior.

Os autos dos Agravos 200703000812333, 200803000375983, 201003000021237, 201003000040207, 201003000093583 devem ficar sobrestados, até o julgamento do paradigma indicado pelo Pretório Excelso.

O Processo 200903000201420 corresponde a agravo em recurso especial, já julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, razão pela qual se recomenda seu arquivamento.

Por fim, o Agravo em recurso extraordinário 200903000387692 foi devolvido pelo Supremo Tribunal Federal sem indicação do paradigma/tema. Recomenda-se que seja identificado o paradigma e verificado se ainda está pendente de julgamento.

Os demais Processos inspecionados diretamente estão listados abaixo:

199403010113900	200903000138242	200261080080404
199503010699041	200961000195599	200303990059788
199603010391129	200961110005045	200461060053430
199603010541840	201161190040827	200461810089549
199803010203012	201161810001791	200561020047264
200061020055780	201561190019698	200561190063992
200061020148423	200903990313210	200661050024933
200103000095815	200203000438668	200761030098010
200161130013360	200261020012340	200203000151800

Os Processos 199503010699041, 199603010541840, 200161130013360, 200261080080404, 200461060053430, 200561190063992, 200661050024933, 200761030098010, 201161810001791, 201561190019698 estão em ordem, apenas aguardando decurso de prazo. Da mesma forma os de n. 199603010391129 e 200561020047264, nos quais foram interpostos agravos contra decisão de inadmissibilidade de recursos especiais, já devidamente contrarrazoados, restando apenas serem encaminhados ao setor de digitalização, para viabilizar sua remessa, por meio eletrônico ao Superior Tribunal de Justiça. Também se encontra regular o Processo

200461810089549, o qual deve ser encaminhado à AJUV, em face da conclusão lavrada em 10/5/2016. O Processo 200061020148423 aguarda julgamento de agravo regimental. Em relação a este, observa-se que existem petições pendentes de juntada, devendo a Subsecretaria diligenciar para que tal omissão seja suprida.

O Processo 200961000195599 também se encontra em ordem, aguardando intimação de decisão proferida em 17/5/2016. No entanto, registrou-se demora para conclusão, haja vista as contrarrazões aos recursos extremos terem sido apresentadas em 5/8/2011 e a conclusão datar de 17/5/2016.

Os autos identificados sob os n. 200203000151800 e 200203000438668 correspondem a agravos de instrumento nos quais foram interpostos recursos especiais e extraordinários. No entanto, observa-se nos autos principais, que se encontram apensados, que estes já se encontram definitivamente julgados. Em razão disso recomenda-se que sejam os autos submetidos à Vice-Presidência para verificar se persiste o objeto dos agravos de instrumento.

Idêntica providência deve ser adotada em relação ao Agravo de Instrumento 199403010113900. Em relação a este, convém destacar também, que, remetido eletronicamente ao Superior Tribunal de Justiça para processamento de agravo em recurso especial em 31/1/2013, foi interposto, na Corte Especial, recurso extraordinário, o qual foi devolvido pelo Supremo Tribunal Federal, para que se observasse o Tema 181. Nada obstante, o juízo de conformidade foi realizado pela Vice-Presidência do TRF3. Ademais, tenha sido interposto, em 2/12/2013, agravo regimental contra tal decisão, os autos não foram conclusos ao Vice Presidente.

Da mesma forma, deve ser providenciada a conclusão dos autos da Ação Civil Pública 200261020012340, para que seja analisada a petição protocolizada em 6/5/2016.

No Processo 199803010203012, no qual foi proferida, em 15/1/2016, decisão de sobrestamento, não houve intimação para a parte recorrida apresentar contrarrazões ao recurso especial.

Na Apelação Criminal 200061020055780, conquanto tenha sido declarada a suspensão da pretensão punitiva e da prescrição, em face de parcelamento da dívida, não foi lançada a fase de suspensão do feito. Também se observou pedido de suspensão da pretensão punitiva, em decorrência do parcelamento de dívida fiscal na Apelação Criminal 200961110005045, ainda pendente de análise. Em relação a esta, sugere-se que os autos sejam conclusos ao Vice-presidente.

As Medidas Cautelares 200103000095815 e 200303990059788, a despeito de já se encontrarem definitivamente julgadas, continuam ativas no sistema. Na primeira, inclusive, sequer foi lavrada certidão de trânsito em julgado. Faz-se necessária, pois, a lavratura de tal certidão e a baixa dos autos no sistema, sendo interessante, ainda, que se analise a conveniência de permanecerem apensadas aos autos principais, haja vista

o problema enfrentado pelo Tribunal no que diz respeito a espaço para acomodar o acervo.

Os autos registrados sob o n. 200903000138242 correspondem a agravo em recurso extraordinário devolvido pelo Supremo Tribunal Federal, para que se aguardasse o julgamento do recurso especial. Considerando que já se ultimou o processo no Superior Tribunal de Justiça, é mister o encaminhamento dos presentes autos à Corte Suprema.

Foi registrada demora no lançamento da fase conclusão no sistema no Processo 200903990313210, no qual foi inserido termo de conclusão em 24/7/2013 e a fase registrada no sistema apenas em 18/5/2016.

Na Apelação Criminal 201161190040827, faz-se necessária a intimação da Defensoria Pública da União acerca da decisão que inadmitiu o recurso por ela interposto.

Os processos que tramitavam em unidades externas, os que não estavam fisicamente disponíveis e os que, a despeito de se encontrarem em outro setor da Vice-Presidência, não foram apresentados à equipe, foram inspecionados com base nos respectivos extratos processuais e totalizam 140 feitos. De todo modo, os processos deverão ser incluídos pela equipe da Corregedoria-Geral na próxima autoinspeção.

A maioria dos processos que não foram inspecionados fisicamente encontra-se no NURE, sem que tivesse sido lançada fase de sobrestamento. Ademais, foram identificados diversos processos que estão localizados naquele setor unicamente por se encontrarem apenas a processos sobrestados. São eles:

<b>Processos apenas a processos sobrestados</b>		
199403010249778	200903000360297	200703000886080
199903000361452	201003000188624	200703000891208
199903000589554	201003000214740	200703000968382
199903000620044	201003000229237	200761040079206
199903000623252	201003000383639	200761140046831
199903990081570	201103000027529	200761820321122
199903991009829	201203000296983	200803000089299
199903991079297	201203000359014	200803000090654
199961000097570	201303000000466	200803000101652
200003990557337	201303000132267	200803000484413
200061000240279	201303000177342	200803990024358
200061040054770	201403000017628	200803990100040

200061050155958	201403000198246	200803990109728
200103000050509	201403000208033	200903000276766
200103000199232	201403000259030	200903000325285
200103000236770	200561000261372	200403000154821
200103000279318	200603000758735	200403000154833
200103000295105	200603000784308	200403000158991
200103990157042	200603990158378	200403000182567
200103990427495	200661000221585	200403000621769
200161060045194	200703000009834	200403000669080
200161830006569	200703000186951	200461000280805
200203990167740	200703000256436	200461040042097
200203990471920	200703000257830	200503000199742
200261000031729	200703000864760	200503000911375
200261260115986	200303990171035	200561000118836
200303000116864	200361000351364	200303000790861
200303000337730		

Em relação a estes Processos, recomenda-se que sejam enviados à Vice-Presidência, a fim de que se delibere sobre a necessidade de permanecerem sobrestados, em especial aqueles já definitivamente julgados, como é o caso dos seguintes: 199903990081570, 200403000669080, 200703000257830,

Caso se entenda que referidos autos devam ficar sobrestados, interessante que se proceda à baixa no sistema.

No tocante aos processos que ainda estão em tramitação, caso se entenda que devam permanecer sobrestados, necessário que sejam proferidas decisões nesse sentido e lançada a fase correspondente.

Os Processos listados abaixo estão sobrestados. Sua seleção pelo setor de estatística para a amostragem decorreu da circunstância de não ter sido lançada a fase de sobrestamento no sistema no momento próprio, falha que foi suprida pelo NURE durante os trabalhos da inspeção:

<b>Processos sobrestados</b>		
199961000011110	200503990476074	200461000178348
200203000125794	200561140033104	200461140063578
200203990353248	200761000003525	200503990058276

200261140048507	200761050156556	200503990455137
200361100076910	200803990353226	200361820028206
200361140023977	200803990353238	200403000065198
200361140041396	200403990286992	

Alguns processos, abaixo listados, deixaram de ser inspecionados porque já haviam sido baixados. Dentre eles existem aqueles em que não se observa qualquer inconsistência nas informações do sistema. Porém, nos de números 200103990318360 e 200803000204556, a fase de baixa somente foi lançada durante a inspeção. Tais feitos se encontravam no NURE, sem fase de sobrestamento no sistema.

<b>Processos baixados</b>		
199703010660595	201203000028850	200803000204556
200003000108969	201303000299265	200903000428189
200103990318360	201503000303356	201003000086438
200460050008527	200503000757090	


O Processo 201003000086438 foi remetido ao juízo de origem para aguardar o julgamento no Superior Tribunal de Justiça. Entretanto, conforme extrato da movimentação processual daquela Corte, fornecido pela UVIP, o recurso já foi definitivamente julgado, fazendo-se necessária a atualização da informação no sistema.

Digno de registro, ainda, o Processo 200003000108969, cuja informação disponível no sistema consta certidão de autos findos, lançada em 9/5/2016. Porém, demais de não haver informação sobre trânsito em julgado, segundo o extrato da consulta, abaixo reproduzido, os autos estão localizados na Procuradoria da Fazenda Nacional, para onde foram remetidos, em 2/9/2011, para ciência do acórdão. De tais dados é possível concluir que a baixa foi registrada no sistema sem a presença dos autos, devendo a Subsecretaria informar à Corregedoria-Geral da Justiça Federal, no prazo de 60 dias, que referidos autos foram localizados ou que foi iniciada sua restauração.



http://web.trf...00003000108969

ultas/Internet/ConsultaProcessual/Processo?NumeroProcesso=200003000108969

issos  Impressora Multifunci...

**Número (CNJ, 20 dígitos)**  
0010896-83.2000.4.03.0000

**Processo**  
2000.03.00.010896-9

**Número de origem**  
93.00183915

**Classe**  
104011 AI (AG) - SP

**Vara**  
14 SAO PAULO - SP

**Data de autuação**  
08/03/2000

**Partes**

	Nome
Agravante	DRESDNER BANK LATEINAMERIKA AKTIENGESELLSCHAFT
Advogado	GLAUCIA MARIA LAULETTA FRASCINO
Agravado(A)	Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
Advogado	RAQUEL VIEIRA MENDES E LÍGIA SCAFF VIANNA

**Relatora**  
DES.FED. SALETTE NASCIMENTO

**Assuntos**

	Descrição
Assunto	Finsocial - Contribuição Social - Contribuições - Direito Tributário

**Órgão julgador**  
QUARTA TURMA

**Localização**  
UNIÃO FEDERAL (Fazenda Nacional)

**Número de volumes**  
1

**Número de páginas**  
124

**Número de caixa**  
0

**Apensos**

Data de apensamento	Número de registro	Descrição
11/05/2004	200103990598733	



Dentre os processos não inspecionados, 5 deles haviam sido enviados ao setor de digitalização, não havendo recomendação específica quanto a eles, com exceção do de n. 200903000011163, o qual foi digitalizado, mas não há registro de envio ao Superior Tribunal de Justiça. Por essa razão, recomenda-se à UVIP que diligencie e confirme,

junto à Seção de Indexação e Validação, a remessa, no prazo de 30 dias, do Processo eletrônico à Corte Superior.

<b>Remetidos ao setor de digitalização</b>	
199961000254924	201361190045202
199961070034275	200903000011163
200161050106320	

Os autos dos Processos abaixo relacionados não foram inspecionados, pois se encontravam com carga para procuradores/defensor. Foi registrado atraso apenas no de n. 200703000022887, cuja carga para o advogado data de 29/7/2014, tendo a Diretora da Subsecretaria informado que foi expedido ofício solicitando os autos. No tocante a tal processo, necessário se faz que, no prazo de 60 dias, seja informada à Corregedoria, sua devolução ou a comprovação de que foi instaurado o procedimento de restauração.

<b>Processo com carga</b>	
200061820847370	200703000022887
200061820847381	201461190046880

Os 10 Processos abaixo relacionados também não foram diretamente inspecionados, pois foram enviados ao Superior Tribunal de Justiça, na forma eletrônica, estando os autos físicos sobrestados em primeiro grau.

<b>Remetidos ao STJ</b>		
201060000051292	201461190064365	201361190093300
201160060014346	201503000056857	201461190027289
201261810118662	201561190001773	201561190021528
201361190033182		

Deixou, ainda, de ser inspecionado o Processo 200761190093634, cujos autos foram extraviados e são objeto da restauração processada sob o n. 00052316120154030000 (Relator Desembargador Antônio Cedenho), cuja localização atual é a Secretaria da 3ª Turma.

O Processo 201161100054868 também não foi inspecionado, constando informações de que se encontra no juízo de origem. No entanto, por se tratar de ação protegida por sigilo, não se conseguem obter maiores informações pelo sistema.

Por fim, deixaram de ser inspecionados os Processos abaixo listados, os quais haviam sido enviados à Assessoria Jurídica da Vice-Presidência e não foram separados para a equipe de inspeção:

<b>Processos remetidos à AJUV (conclusão)</b>	
199961000497845	200761000059415
200561000037770	200903000199747
200703990256319	201403000211070

Em relação a tais feitos, destacam-se os de n. 200561000037770, 200703990256319, 200761000059415 e 200903000199747, que, segundo o extrato de informação processual, somente foram encaminhados à AJUV durante o período de inspeção, não tendo sido, entretanto, separados para análise da equipe. Observou-se, ainda, que no Processo 200703990256319 há registro de agravo regimental interposto em 28/6/2013. Porém, a conclusão data de 7/6/2013.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, conforme explicitado acima.

Na listagem, constaram Processos extraviados (200761190093634), não havendo informação no questionário de que no acervo geral constem autos extraviados sem restauração. Nada obstante, a análise dos processos inspecionados, foram observados alguns Processos (200703000022887 e 200003000108969) em relação aos quais se recomenda que sejam exauridas as buscas no prazo máximo de 60 dias, a fim de que, caso não sejam localizados, instaure-se o incidente de restauração.

## **5) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

A Subsecretaria dos feitos da Vice-Presidência engloba a Divisão de Recursos (DARE) e a Divisão de Agravo de Instrumento (DINT), cada uma com 15 servidores. A primeira é responsável pelo recebimento de todos os processos oriundos das Turmas, Seções e Órgão Especial com recursos para os tribunais superiores e pela análise de regularidades formais (capacidade postulatória, tempestividade e recolhimento do preparo). Caso seja identificado algum vício em tais requisitos, intima para regularização, quando for o caso, ou procede à conclusão dos processos para o Gabinete da Vice-

Presidência. Do contrário, intima a parte recorrida para apresentar contrarrazões e, após a juntada destas ou a certificação de que não foram apresentadas, remete os processos para a Assessoria Jurídica da Vice-Presidência, com conclusão.

A DARE é composta de duas Seções: a) Procedimentos Diversos (RPOD), cujas atribuições restringem-se ao processamento de feitos criminais e aqueles de competência originária, inclusive no que diz respeito ao processamento do agravo contra decisão de inadmissibilidade e remessa aos tribunais superiores; e b) Processamento de Recursos Especial e Extraordinário (RPEX), responsável pelos demais feitos de natureza cível. A DARE é também responsável pelo recebimento de todas as petições da Subsecretaria, procedendo à separação pela localização dos processos (na etiqueta de protocolo consta o código da localização dos autos) e juntada daquelas relativas a processos inseridos em suas atribuições. As petições destinadas a processos atribuídos à DINT são remetidas àquela divisão. Segundo a Diretora da Subsecretaria, até o momento da inspeção, haviam sido distribuídas no ano em curso cerca de 30 mil petições e o tempo médio de juntada é de 15 dias.

A Divisão de Agravo de Instrumento (DINT) processa todos os feitos cíveis, nos quais foram proferidas decisões negando admissibilidade aos recursos, procedendo à intimação de tais decisões, bem como de outros despachos e decisões porventura proferidos quando os processos já se encontram sob suas atribuições (quando já existe decisão de inadmissibilidade); procede à juntada de petições, intimação para contrarrazões de agravo, certificação de trânsito e julgado, quando for o caso, e remessa para os tribunais superiores. Quando existe recurso para o Superior Tribunal de Justiça, os processos são encaminhados à Divisão de Serviços Gráficos, a fim de serem digitalizados e encaminhados àquela Corte, o que é feito pela Seção de Indexação e Validação. Referidos setores integram a estrutura da Presidência, de modo que os processos enviados à digitalização não estão computados na estatística da Vice-Presidência.

Em ambas as Divisões, os processos estão organizados em estantes, de acordo com a fase processual em que se encontram, todos devidamente localizados no SIAPRO.

O atendimento é feito no balcão, por estagiários e servidores, assim como por telefone, sendo este último de forma excepcional. Quando se trata de autos protegidos por sigilo, a consulta é realizada na mesa da Diretora e unicamente pelas partes ou advogados constituídos nos autos, mediante identificação prévia e preenchimento de formulário próprio. Ainda sobre o atendimento, foi destacada a existência da vista programada, em que os advogados procedem ao agendamento, por meio eletrônico, para consulta de autos conclusos.

Segundo a Diretora da Subsecretaria, não existe sistema interno de controle do acervo, sendo regularmente utilizados os relatórios disponibilizados na rede do Tribunal

pelo setor de Estatística, para apurar eventuais inconsistências no sistema e acompanhamento das fases processuais.

O controle dos processos com carga excedida é feito, num primeiro momento, pelo próprio sistema, que emite, de forma automática, correio eletrônico para o advogado/procurador que está com o processo, informando o término no prazo. Uma cópia de tal mensagem é encaminhada para a Subsecretaria, que acompanha as devoluções. Caso os autos não sejam entregues, são solicitados mediante contato por telefone ou correio eletrônico pela Diretora, ou ainda por ofício.

Não há metas individuais de produtividade. A produtividade é avaliada a partir dos dados dos boletins estatísticos e o planejamento das atividades é realizado de acordo com a demanda, sendo deslocados servidores, estagiários e colaboradores de um setor para outro quando verificado acúmulo em qualquer deles, realizando, por exemplo, mutirões para juntada de petições, para baixa de processos e assim por diante.

A gestão de pessoal é realizada pela Diretora da Subsecretaria, sendo as férias dos servidores marcadas observando-se os interesses dos servidores e do órgão, de forma que nenhum setor fique prejudicado. Em seus afastamentos, a Diretora da Subsecretaria é substituída pelos Diretores de Divisão, em sistema de rodízio. Estes são substituídos pelos supervisores das respectivas divisões e os supervisores pelos servidores mais experientes.

## **6) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A equipe de Inspeção Ordinária da Corregedoria foi recebida pela Diretora da Subsecretaria, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo setor. A UVIP movimenta grande quantidade de processos, pois, por ser responsável pelos serviços cartorários dos processos de competência da Vice-Presidência, recebe processos de todos os órgãos julgadores, nos quais tenham sido interpostos recursos para os tribunais superiores.

A unidade se mostrou bem organizada, com espaços delimitados para as duas divisões (DARE e DINT), nas quais os processos são organizados em estantes devidamente identificadas, com localização lançada no sistema. O atendimento é realizado em balcão externo, localizado entre as duas divisões, do modo que o usuário não tem acesso direto à secretaria, salvo nas hipóteses de consulta a autos sigilosos, o que ocorre junto à Diretora.

Nada obstante, em razão do grande acervo e quantidade de servidores e colaboradores, a UVIP não está concentrada num mesmo espaço. A maior parte dos servidores e do acervo localiza-se nos quadrantes 1 e 2 do 12º andar da Torre Sul, onde é feito o atendimento externo. Porém, parte da Subsecretaria está instalada no 6º andar.

Essa dificuldade de espaço foi observada também em outras unidades inspecionadas e repercutiu negativamente para o serviço, haja vista a necessidade de deslocamento de processos, o que implica, além do risco de extravio de autos, utilização de força de trabalho com expedição e conferência de guias de remessa e recebimento e transporte de autos.

Apesar do grande acervo, a unidade vem empreendendo esforços para agilizar o andamento dos processos, tendo havido no período abrangido pela inspeção (maio/2015 a abril/2016) significativa redução do acervo, passando de 21.130 para 10.364 processos em tramitação, o que mereceu registro positivo por parte da equipe de inspeção da Corregedoria-Geral.

Como boas práticas, a Diretora apontou:

a) a criação de contas de correio eletrônico para cada Divisão (DARE e DINT), para controle de expedição de Ofícios e Cartas de Ordens e Precatórias expedidas, bem como a adoção de formulário, acostado aos autos junto com o termo de vista, para os procuradores e defensores públicos e do Ministério Público Federal indicarem que não têm interesse em apresentar manifestação ou se esta será entregue em separado. Segundo a Diretora da UVIP, tal procedimento repercutiu muito favoravelmente na baixa de processos à origem e na remessa aos tribunais superiores;

b) expedição da Ordem de Serviço n. 02/2016, a qual delegou para a secretaria a execução de diversos atos, independente de despacho do Desembargador, a exemplo da baixa de processos ao órgão de origem, após a certificação do trânsito em julgado;

c) vista programada dos processos, por meio da qual os advogados podem solicitar, por meio eletrônico, vista de processos de competência da Vice-Presidência, mesmo os que se encontram sobrestados no NURE, os quais são disponibilizados no prazo pré-determinado para consulta no balcão de atendimento da UVIP.

Além destas boas práticas, a equipe de inspeção destaca, ainda, a identificação, na etiqueta de protocolo da petição, da localização dos autos, inclusive, com indicação da estante e prateleira, bem como o envio automático de correio eletrônico para os advogados com carga ou vista de processos, tão logo ultimado o prazo que lhe fora concedido. O Sistema emite cópia do *e-mail* para a unidade, que pode acompanhar a devolução dos autos com prazo excedido.

## **7) RECOMENDAÇÕES:**

Além das recomendações específicas para os processos analisados, registradas no item 4 deste relatório, as quais devem ser observadas pela unidade inspecionada, necessário se faz destacar, com vistas à otimização dos trabalhos na subsecretaria e conseqüente redução do tempo de tramitação dos processos, as seguintes:

- a) concentração dos atos processuais, de modo que cada unidade possa promover o maior número de atos possível, evitando deslocamento desnecessário. Exemplo de tal medida é a intimação para contrarrazões de recursos especial/extraordinário pela secretaria do órgão julgador, na qual foi realizada a juntada do recurso, que faria conclusão diretamente para a Vice-Presidência, evitando uma passagem dos autos pela UVIP. A Subsecretaria somente receberia o processo para intimação/cumprimento das decisões e despachos da Vice-Presidência;
- b) baixa imediata dos processos com trânsito em julgado, reduzindo assim o volume de processos armazenados no Tribunal;
- c) lançamento das fases processuais no sistema ao mesmo tempo em que executadas nos processos, para que expresse a real situação dos autos;
- d) imediata conclusão dos autos ao Vice-Presidente, para deliberar sobre qualquer incidente que surja no processo, à exceção das providências que podem ser realizadas diretamente pela Subsecretaria;
- e) verificação, ao menos a cada 60 dias, dos processos com prazo de vista/carga excedido e, na hipótese de não serem devolvidos, submeter o caso ao Desembargador, para que sejam adotadas as medidas cabíveis;
- f) desenvolver junto ao setor responsável ferramenta capaz de apresentar estatística de publicação de decisões e despachos;
- g) divulgação do teor das decisões/despachos na consulta externa de processos que não sejam protegidos por segredo/sigilo.

## SECRETARIA JUDICIÁRIA

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

- 1.1. **Secretaria:** Judiciária – SEJU
- 1.2. **Diretor de Secretaria:** Alexandre do Nascimento da Silva
- 1.3. **Tempo de atuação:** desde fevereiro de 2016.
- 1.4. **Órgãos vinculados:** Seção de Controle e Cumprimento de Mandados; Seção de Cálculos Judiciais; Divisão de Passagem de Autos e Indexação (com duas Seções: de Passagem de Autos e Validação e Indexação). Pelo organograma do Tribunal todas as Subsecretarias processantes 1ª a 11ª Turmas e Subsecretaria da Seções, bem com a Subsecretaria de Registro e Informações Processuais. As Subsecretarias processantes são administradas e geridas pelos diretores nomeados pelos respectivos Desembargadores Presidentes. Essas subsecretarias foram inspecionadas separadamente.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Secretaria Alexandre do Nascimento da Silva.

### 1.5. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2016	31	01	0	03	10	45	31

\*Dados referentes somente à Divisão e Seções da SEJU

01 Oficial de Justiça está cedido

### 2) ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE:

A SEJU é gestora, no âmbito do Tribunal, dos sistemas eletrônicos externos (AJG, ARISP – penhora “on-line”, ofício-eletrônico, sistema de indisponibilidade de bens – BACENJU, CNIS WEB, RENAJUD (também servidores e juízes da Seção/ MS), Rol dos Culpados, Sistema Nacional de Bens Apreendidos e Sistema de Registro das Informações sobre Débitos Inscritos na Dívida Ativa).

A SEJU tem como atribuições fiscalizar, coordenar, orientar e uniformizar a execução dos serviços administrativo-judiciários dos órgãos subordinados, quanto à regularidade dos atos cartorários e ao exato cumprimento das normas processuais e



regimentais pertinentes, além de informar aos magistrados, mediante solicitação, sobre o encaminhamento dos assuntos administrativo-judiciários de interesse do respectivo gabinete.

Entre as atribuições da SEJU, também se encontra a orientação no cumprimento dos mandados pelos analistas judiciários, especialidade execução de mandados, como também a emissão de certidões com base na análise dos dados constantes dos autos processados e distribuídos, além da elaboração e/ou conferência de cálculos judiciais em processos quando requisitados pelos magistrados.

A SEJU é responsável, ainda, pela Divisão de Passagem de Autos e Indexação, a qual recebe os feitos das subsecretarias processantes para envio aos Tribunais Superiores ou baixa às varas de origem, bem como transporta as peças digitalizadas dos autos e faz a indexação no sistema eletrônico do STJ.

### **3) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor da SEJU, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pela unidade.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 - Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

Os mandados distribuídos aos oficiais de justiça têm sido cumpridos em tempo razoável (até 30 dias) com algumas exceções, no caso de não localização da pessoa a ser intimada/citada. Apenas dois excedem, neste momento, este prazo (2015.03.00.017374-6 – 12/4/2016, e 2016.03.00.004834-8 – 26/4/2016).

### **4) BOAS PRÁTICAS:**

Algumas dificuldades de processamento são sanadas e minimizadas com a aplicação de tecnologia, como a baixa eletrônica de decisão dos Tribunais Superiores à vara de origem (Res. CJF 237/13). Acredita-se que a implantação do PJE irá trazer novas ferramentas de trabalho, com enormes ganhos de processamento. A adoção de manuais de prática e a uniformização de procedimentos das subsecretarias também é importante.

## **5) RECOMENDAÇÕES:**

a) Sempre que houver a mudança de acervo, com a redistribuição/sucessão de processos, orientar as turmas e gabinetes para que solicitem à SEJU os ajustes no sistema SIAPRO, conforme previsão existente na Ordem de Serviço 52, de 25/7/2013, (exemplo: Processos 2010.61.83.000545-1, 2007.61.83.008176-4 e 2010.61.13.003662-1).

## **SUBSECRETARIA DO ÓRGÃO ESPECIAL E PLENÁRIO**

### **ESPECIALIDADE:**

**Quanto ao Plenário:** a) publicar e registrar no sistema processual do Tribunal as decisões exaradas nos processos (administrativos) de competência do Plenário (vitaliciamento de juízes federais substitutos, promoção de juízes federais, eleições da mesa diretora e votação de lista tríplice); b) organizar as sessões do Plenário (inclusão em pauta, elaboração de cédulas de votação e de termos de posse, elaboração de atas das sessões); c) juntar petições, controlar prazos, publicar atos, pautas, resoluções e outros expedientes, bem como expedir ofícios, todos oriundos das decisões tomadas em processos apreciados nas sessões do Pleno; d) organizar e pesquisar, quando solicitado pela Presidência e demais Gabinetes, o histórico de decisões tomadas pelo Plenário; e) atender partes e procuradores, prestando informações sobre os processos de competência do Plenário em tramitação nesta Unidade.

**Quanto ao Órgão Especial:** a) publicar e registrar no sistema processual do Tribunal as decisões e acórdãos exarados nos processos (judiciais e administrativos) de competência do Órgão Especial (Inquérito, Queixa-Crime, Representação Criminal, Ação Penal, Mandado de Segurança e seus incidentes, todos de competência originária, Petição, Pedido de Providências, Processo Administrativo Disciplinar em face de Magistrado, Arguição de Inconstitucionalidade, Conflito de Competência, Execução Penal, Incidente de Assunção de Competência), bem como os acórdãos proferidos nos Agravos Regimentais interpostos contra decisões da Vice-Presidência que, em juízo de conformidade (sistemática dos recursos representativos de controvérsia), negam seguimento a recursos excepcionais e contra decisões da Presidência proferidas em Suspensão de Segurança ou Liminar; b) juntar petições, controlar prazos, expedir mandados, cartas de ordem, precatórias e rogatórias, ofícios, memorandos, portarias, atos, resoluções etc., oriundos de processos de competência do Órgão Especial; c) organizar sessões (inclusão em pauta, convocações, elaboração de atas); d) elaborar emendas regimentais, resoluções etc.; e) organizar e pesquisar, quando solicitado pela Presidência e demais Gabinetes, o histórico de decisões tomadas pelo Órgão Especial; f) atender partes e procuradores, prestando informações sobre os processos de competência do Órgão Especial em tramitação nesta Unidade.

### **1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:**

**1.1. Subsecretaria: Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário - UPLE**

**1.2. Diretora de Subsecretaria:** Renata Maria Gavazi Dias

**Tempo de atuação:** desde maio de 2007.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora da Subsecretaria.

### 1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	7			1	2	10	7
Inspeção/2016	8			1	2	11	8

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto/2014, contando, atualmente, com 1 auxiliar a mais. Houve incremento de 1 servidor na área-fim.

A Diretora de Subsecretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas, tanto individuais como gerais, para toda a equipe. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pela Diretora da Subsecretaria.

## 2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SUBSECRETARIA:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação (maio/2015)	85
Processos em tramitação (abril/2016)	53

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 53 processos, conforme dado apresentado na tabela acima.

A Subsecretaria informou que tem controle interno do seu acervo, indicando a existência de 144 processos em tramitação, mas consideramos apenas as estatísticas oficiais fornecidas pelo Tribunal, diante da necessidade de uniformização dos dados.

Os processos físicos ficam armazenados em estantes e organizados pela fase processual em que se encontram, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual. Verificou-se deficiência específica no ponto relativo à movimentação (inclusão em pauta) dos agravos regimentais de competência da Vice-Presidência, interpostos contra decisões que, em juízo de conformidade (sistemática dos recursos

representativos de controvérsia), negam seguimento a recursos excepcionais. Constatou-se que, no sistema GEDPRO, a Vice-Presidência não se encontra cadastrada como órgão julgador, o que impossibilita, portanto, a inclusão de tais agravos internos em pauta pela unidade inspecionada, tendo que ser realizado esse trabalho manualmente, o que demanda muito tempo.

Tal problema pode ser resolvido com o aprimoramento do sistema GEDPRO, mediante o cadastro da Vice-Presidência como órgão julgador na Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário, o que já foi solicitado pela Diretora daquela Subsecretaria ao Setor de Informática do Tribunal.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA CORTE ESPECIAL – METAS CNJ</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	1
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	2
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	2
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

No acervo em tramitação na Subsecretaria (53 processos, conforme tabela anterior elaborada pela equipe de estatística da Corregedoria-Geral da Justiça Federal), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em abril/2016, era de 5 processos, de acordo com a tabela acima, correspondendo a 9,43%.

Convém registrar que, no questionário de inspeção, a Unidade inspecionada informou a existência de apenas 3 processos da Meta 2 do CNJ, sendo 1 da Meta 2/2013 (distribuído no ano de 2008) e 2 da Meta 2/2016 (distribuídos no ano de 2011). Quanto à Meta 8/2016 do CJF, o número de feitos em andamento, distribuídos até 31/12/2014, é de 4 processos, conforme informação prestada pela Unidade no questionário de inspeção e dado existente na tabela abaixo.

Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, recebem, quando triados, tratamento próprio e preferencial.

Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se priorizar a tramitação, a fim de possibilitar o alcance das metas.

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal)</b>	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	4

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2014.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 10 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre maio/2015 e abril/2016 1.076 acórdãos, dentre os 1.065 lavrados pelos gabinetes que compõem o Órgão Especial. Havia 2 acórdãos pendentes de publicação em abril/2016, conforme dado apresentado na tabela abaixo:

<b>PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Acórdãos lavrados	1.065
Acórdãos publicados	1.076
Tempo médio de publicação (dias)	10
Publicações em prazo superior a 10 dias	13
Pendentes de publicação	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

A Subsecretaria não possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, além de não possuir controle interno do número de acórdãos pendentes de publicação, tendo em vista que, no questionário de inspeção, a Unidade, ao contrário da informação contida na tabela acima, respondeu não possuir acórdão pendente de publicação em abril/2016.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
Processos com carga ou vista (abril/2016)	9
Processos sobrestados na Turma (abril/2016)	10
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2016)	1
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2016)	-
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2016)	0
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2016)	0
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	8

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: - dado não disponível

Existem processos sobrestados, somando 10 feitos, de acordo com a informação contida na tabela acima. Contudo, no questionário de inspeção, a Subsecretaria informou não possuir processos sobrestados.

Foram avistados, em abril de 2016, 9 processos com carga ou vista, nenhum paralisado em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, 1 carta de ordem ou precatória; e nenhum aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício, conforme dados da tabela acima. Os prazos não estavam vencidos (tempo médio de 43 dias para cumprimento de carta de ordem ou precatória e de 15 dias para resposta a ofício ou cumprimento de diligência, consoante informação prestada pela Unidade no questionário de autoinspeção). A Subsecretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

No questionário de inspeção, a Unidade inspecionada informou possuir, em abril/2016, 2 processos aguardando cumprimento de carta de ordem ou precatória e 7 processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 1 dia, o que se revela adequado.

Não há petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. Os processos digitais referem-se apenas aos procedimentos administrativos registrados no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

O tempo médio para a juntada é de 1 dia. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema processual.

No acervo existem 8 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Subsecretaria, conforme dado apresentado na tabela acima.

A Unidade inspecionada, no questionário de inspeção, respondeu não possuir, em abril/2016, processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 17 processos selecionados para a inspeção, 4 deles não puderam ser inspecionados, pois não se encontravam na Unidade no período da inspeção. Em relação a esses autos, abaixo relacionados, foi realizada análise da movimentação processual registrada no sistema (SIAPRO).

<b>Processo não inspecionado</b>	<b>Informação no sistema (SIAPRO)</b>
200803000484590	Remetido em 14/8/2015 à Corregedoria Regional do TRF3 para arquivamento com baixa

201103000391112	Com carga há mais de 60 dias. Remessa à DPF Presidente Prudente em 6/2/2013
201203000091455	Remetido ao MPF em 17/5/2016
201203000336130	Arquivado em 25/5/2016

Quanto ao Processo de n. 201103000391112, listado na tabela acima, a Subsecretaria entregou à equipe de inspeção cópia do Ofício n. 5313187 – GABTY, expedido em 31/5/2016, cobrando a devolução desses autos à Procuradoria Regional da República da 3ª Região, local onde a Unidade inspecionada informou ter localizado o feito.

A amostragem não revelou processos sem movimentação desde a distribuição.

Foram identificadas na amostragem 2 ações penais inseridas na Meta 4/2014 do CNJ (ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2011), ainda não julgadas e que se encontram em tramitação na Unidade inspecionada. São elas: 200660030004884 e 200961240018647. Nessa última ação penal (200961240018647), foi protocolada petição (ofício) em 30/5/2016, juntada aos autos em 31/5/2016, pendente de análise. Não foi identificado atraso na movimentação dessas ações na Subsecretaria.

Na lista dos processos inspecionados, constatou-se a existência de 3 feitos com determinação de suspensão/sobrestamento. São eles: 200803000470062 (inquérito policial), 201403000273918 (ação penal) e 200361000207472 (mandado de segurança).

No Inquérito Policial n. 200803000470062 foi observada demora no lançamento da fase de suspensão nos autos, determinada em despacho de 30/11/2015 e só registrada no sistema em 19/5/2016.

Quanto à Ação Penal n. 201403000273918, foi determinada a suspensão dos autos em 17/5/2016, mediante decisão que rejeitou embargos de declaração da Defensoria Pública da União. No entanto, até o encerramento deste relatório pela equipe de inspeção, não havia sido lançada a fase de suspensão/sobrestamento do referido processo no sistema da Corte.

O Mandado de Segurança n. 200361000207472 possui acórdão com trânsito em julgado. Contudo, em despacho de 15/12/2014, foi determinado o sobrestamento dos autos (com respectiva fase lançada no sistema em 20/5/2016), a fim de se aguardar a comprovação do cumprimento de “determinação judicial de devolução de valores indevidamente recebidos pelos impetrantes”.

Entretanto, o acórdão proferido pelo STJ no citado Processo deu parcial provimento ao recurso ordinário dos impetrantes, para conceder parcialmente a segurança requerida, no sentido de **afastar a determinação administrativa de restituição dos valores pagos aos impetrantes a título de vantagem pessoal – 9.421/96**. Constituiu-



se, portanto, no julgamento desse Mandado de Segurança, obrigação de não fazer em detrimento do ato praticado pela autoridade apontada como coatora.

Em se tratando de mandado de segurança impetrado contra **ato administrativo que determinou a restituição de valores por parte dos impetrantes**, demonstra-se, aparentemente, questionável a instauração de fase de execução nos autos para que se averigue o cumprimento de parte de **decisão administrativa** que determinou a restituição de valores pelos impetrantes, em razão, como se viu acima, do que foi decidido no julgamento do feito.

Foi identificado na lista de amostragem 1 processo com trânsito em julgado ainda não certificado nos autos. Trata-se do Conflito de Competência n. 201303000175163, com acórdão publicado em 5/4/2016 e intimação da União, mediante mandado, em 19/4/2016.

Observou-se, também, que o Mandado de Segurança n. 200303000543640 aguarda intimação do MPF acerca do teor do julgamento. Foi realizada a intimação da União em 19/4/2016.

Apontou-se, ainda, a existência de 2 processos com embargos de declaração pendentes de julgamento. Um deles é o Mandado de Segurança n. 200503000287242, no qual houve a juntada dos embargos declaratórios em 10/5/2016.

O outro processo é a Queixa-crime n. 201203000178160, instaurada contra juiz federal e advogado, mas rejeitada pelo Órgão Especial em acórdão de 25/9/2013, contra o qual foram opostos, em 10/10/2013, embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento. Diante da informação de que o querelante havia oposto exceções de suspeição contra vários desembargadores da Corte, o Relator solicitou, em 26/8/2014, informações à Presidência acerca de exceção oposta contra ele. Em 9/10/2014, a Presidência informou que a exceção oposta contra o Relator havia sido rejeitada monocraticamente e que houve interposição de agravo regimental ainda não julgado.

No mais, foram identificados, na amostragem, dois processos em situações peculiares que demandam a adoção de determinadas providências por parte da Subsecretaria.

O primeiro deles é a Ação Penal n. 200761200063608, que se encontra em fase de execução da pena, a qual foi delegada ao Juízo de origem, em decisão de 1º/3/2016, tendo sido expedida carta de ordem (5121605 - UPLE) à primeira instância em 18/3/2016 para o acompanhamento da execução da pena. Inexistem nos autos informações sobre o cumprimento ou andamento dessa carta de ordem.

O segundo é o Pedido de providências n. 201103000069688, instaurado contra juízes federais, a partir de expediente encaminhado pela Corregedoria Nacional de Justiça. Em janeiro de 2011, o Corregedor propôs a instauração de processo administrativo disciplinar. Em 29/6/2011, o Órgão Especial deliberou pela não abertura de processo disciplinar contra os magistrados. Opostos embargos declaratórios em

23/8/2011, estes foram julgados em 29/8/2012. Interposto recurso inominado em 19/9/2012, a Presidência do TRF3 determinou o encaminhamento de tal recurso ao CNJ em 15/4/2013. Em 16/5/2014, o juiz representado informou que o CNJ não teria conhecido do recurso inominado e determinado o arquivamento dos autos em 14/10/2013. O Pedido de providências n. 201103000069688 foi concluso para a Presidência em 17/4/2015 e devolvido em 22/5/2015, sem despacho, à Unidade Inspeccionada. Processo paralisado, sem movimentação, portanto, há mais de 90 dias.

Em relação aos processos inspecionados na lista de amostragem, recomenda-se:

- a) certificar o trânsito em julgado e, se for o caso, arquivar o seguinte Processo: 201303000175163;
- b) remeter ao relator, com conclusão, o (s) seguinte (s) Processo (s): 200961240018647 e 200503000287242;
- c) cobrar a devolução do (s) seguinte (s) Processo (s): 201203000091455;
- d) lançar fase de suspensão/sobrestamento do (s) seguinte (s) Processo (s) no sistema: 201403000273918;
- e) ver possível desnecessidade da fase de execução instaurada nos autos, em razão do que foi decidido no julgamento do feito: 200361000207472;
- f) diligenciar junto ao CNJ para confirmar eventual julgamento do recurso no respectivo processo administrativo disciplinar, a fim de se averiguar eventual perda de objeto do feito em trâmite na Unidade inspeccionada: 201103000069688;
- g) certificar se já foi concluído o julgamento do incidente de exceção de suspeição contra o Relator e fazer conclusão dos autos ao Relator para julgamento dos embargos declaratórios: 201203000178160;
- h) intimar o MPF acerca do inteiro teor do acórdão proferido nos autos:
- i) 200303000543640;
- j) solicitar ao Juízo ordenado informações sobre o cumprimento ou andamento de carta de ordem expedida no seguinte Processo: 200761200063608.

A Subsecretaria administra a realização de 2 sessões por mês no Órgão Especial, tendo havido, entre maio/2015 e abril/2016, 22 Sessões Ordinárias Judiciárias do Órgão Especial, 20 Sessões Ordinárias Administrativas do Órgão Especial e 8 Sessões Plenárias Extraordinárias. Não houve cancelamento de sessões no período.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente. O volume de

pendências na Subsecretaria é razoável, pois, dos 13 processos inspecionados, 10 encontravam-se com atraso ou irregularidades na tramitação.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

A Subsecretaria conta com uma Divisão de Processamento (DIPO), responsável pela triagem dos processos que chegam à Unidade, bem como pelo processamento dos autos antes da inclusão em pauta de julgamento, cumprindo determinações quanto à expedição de ofícios, cartas, mandados, além de remeter os processos, depois de julgados, à Divisão de Passagem – DPAS ou ao arquivo. A DIPO conta com 1 Diretor auxiliado por 4 servidores.

As providências relativas à pauta, à publicação e ao registro no sistema do Tribunal das decisões de julgamento são efetuadas pela Diretora da Unidade, auxiliada por 2 servidores.

O acervo físico é localizado em armários numerados, na mesa dos servidores e sobre balcões. A Unidade possui uma estrutura interna e instalações adequadas para a quantidade de processos e servidores.

Na Divisão de Processamento (DIPO), os processos são distribuídos aos servidores considerando o último número antes do dígito, sendo que, na fase de julgamento, o trabalho realizado pela Diretora da Unidade e seus 2 auxiliares é dividido por tarefa (inclusão dos processos na pauta, elaboração da pauta interna, intimações, elaboração das atas, levantamento das férias e/ou ausências dos desembargadores, participação nas sessões, elaboração de cédulas, cumprimento das decisões advindas das sessões, publicações, expedição de atos, resoluções, portarias etc.). Há avaliação periódica de resultados das atividades.

O atendimento a partes e advogados é feito por estagiário, orientado por servidor, inexistindo relato de ocorrência de incidentes. Inexistem pendências de inspeções anteriores.

Quanto às boas práticas, foram observadas na Unidade inspecionada as seguintes:

a) juntada imediata das petições, ainda que o processo esteja aguardando decurso de prazo, fazendo-se uma análise de cada petição juntada a fim de se estabelecer a próxima fase do processo;

b) preparação de todos os auxiliares para estarem aptos a desempenhar as diversas tarefas de tramitação processual, considerando-se as eventuais substituições

de cada servidor em caso de ausências (férias, licença médica etc.), bem como as situações em que há acúmulo de serviços em determinado setor;

c) sempre que um servidor fica sobrecarregado, há redistribuição do serviço, o que ocorre, por exemplo, depois do julgamento dos agravos regimentais interpostos em face de decisões da Vice-Presidência que negam seguimento ao recurso especial/extraordinário com fundamento na existência de paradigmas resolvidos pelos Tribunais Superiores;

d) no caso de processos com prazo de carga excedido, o sistema SIAPRO, que faz o controle desse prazo, envia automaticamente *e-mail* ao procurador ou órgão responsável pela retirada dos autos, solicitando a sua devolução, cujo prazo é acompanhado pela Diretora da Subsecretaria.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe de inspeção apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) espaço físico adequado e organizado;

b) servidores capacitados e motivados, havendo constante interação dentro da equipe, com o desempenho de suas atividades de maneira organizada;

c) chefia experiente e focada para a solução dos problemas da unidade;

d) pequeno volume de processos;

e) suficiente número de servidores;

f) foi relatada pela Diretora da Subsecretaria a impossibilidade de inclusão dos agravos regimentais de competência da Vice-Presidência em pauta pelos sistemas processuais do Tribunal (GEDPRO e SIAPRO), tendo em vista que aquele órgão julgador não se encontra cadastrado como tal nessas plataformas;

g) o sistema de movimentação processual apresenta dados estatísticos divergentes e incompletos, a exemplo da ausência de informação sobre o número de decisões publicadas e do que foi informado pela Unidade inspecionada no questionário de inspeção quanto ao número de processos da Meta 2 do CNJ e à quantidade de acórdãos pendentes de publicação e de processos sobrestados, em divergência com os dados obtidos pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal junto ao Setor de Estatística do TRF3;

h) de modo geral, observou-se que a consulta pública realizada no sítio eletrônico do TRF3 não disponibiliza, mesmo em se tratando de processo que não tramita em segredo de justiça, o inteiro teor das decisões e despachos proferidos nos autos, o que

vai de encontro à transparência e publicidade que devem ser asseguradas às partes e procuradores no acesso a tais atos que fazem parte do andamento processual;

i) Não há pendências da inspeção anterior.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

Além das recomendações específicas quanto aos processos inspecionados na lista de amostragem, já elencadas acima, recomenda-se à Unidade inspecionada o seguinte:

a) aprimoramento, em conjunto com os Setores de Informática e Estatística do Tribunal, dos sistemas GEDPRO e SIAPRO, com o cadastro da Vice-Presidência como órgão julgador na Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário, com a promoção de um controle estatístico mais eficiente para a Unidade, permitindo que a Subsecretaria possa apresentar dados que correspondam à realidade, e com a divulgação, na consulta pública realizada no sítio eletrônico do TRF3, do teor de todos os despachos e decisões proferidos nos processos que não tramitam em segredo de justiça;

b) averiguar junto ao Setor de Estatística do Tribunal o número de cada processo que se encontra sobrestado, a fim de esclarecer o motivo de cada sobrestamento, bem como a quantidade de processos que, porventura, se encontram sobrestados em face da sistemática da repercussão geral e dos recursos repetitivos;

c) apresentar estatística de quantidade de decisões publicadas na Unidade no período de maio/2015 a abril/2016;

d) averiguar junto ao Setor de Estatística do Tribunal o número de cada processo que se encontra paralisado há mais de 90 dias, a fim de providenciar o seu imediato andamento;

e) recomenda-se, por fim, um maior controle dos processos de meta, em especial as Metas 2/CNJ e 8/CJF.

## SUBSECRETARIA DE REGISTROS E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

**1) Identificação da unidade:** Subsecretaria de Registros e Informações Processuais – Surip

**1.1. Órgão:** UFOR

**1.2. Diretora:** Márcia Rodrigues Funck Godoy

**1.3. Tempo de atuação:** desde 2004

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora de Subsecretaria.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Subsecretaria de Registros e Informações Processuais
Servidores efetivos	52
Servidores sem vínculo	0
Servidores requisitados	0
Servidores prestando serviços em outros setores	0
Terceirizados	10
Vagas não ocupadas	02
Estagiários	35
TOTAL	97
Servidores em área-fim	52

A diretora da Subsecretaria demonstra ter experiência administrativa e processual, além de exercer liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas, tanto individuais como gerais, para toda a equipe. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho por meio de livro de ponto.

**2) ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE:**

Compete à Subsecretaria de Registros e Informações Processuais – Surip o protocolo de petições recebidas e a análise de prevenção, registro, distribuição e encaminhamento dos feitos no TRF – 3ª Região, mediante a correta utilização das rotinas existentes nos sistemas informatizados e com a observância das normas que regem as tarefas da referida unidade. É ainda competência da aludida Subsecretaria proceder ao atendimento de partes e procuradores que comparecem à unidade para a localização de feitos em tramitação no Tribunal. Compete, também, proceder à atualização e orientação

dos usuários acerca das tabelas de padronização do Conselho da Justiça Federal (CJF) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

### **3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:**

Dos 30 processos selecionados para inspeção, apenas a Apelação Cível 2005.61.06.008495-8 foi inspecionada fisicamente. Os demais, pela própria característica da atividade desenvolvida na unidade, já não se encontravam mais no setor, em razão de terem sido realizados os encaminhamentos pertinentes.

A referida apelação cível, localizada na unidade, estava identificada e com os registros processuais pertinentes. Os demais processos, que não estavam mais fisicamente disponíveis, foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

Em relação ao processo inspecionado (Apelação Cível 2005.61.06.008495-8), recomenda-se regularizar a fase processual e promover seu andamento.

### **4) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A equipe de Inspeção Ordinária, da Corregedoria-Geral, foi recebida pela Diretora da Subsecretaria de Registros e Informações Processuais – Surip, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas na unidade.

O tempo médio entre o recebimento dos recursos pelo setor e a distribuição é de 20 dias; por sua vez, o tempo médio entre a distribuição e a remessa dos autos ao gabinete é de 5 dias; e o tempo médio para a distribuição de processos originários é de 2 dias.

No caso de processos originários com pedido de liminar ou antecipação de tutela a distribuição e remessa ao respectivo gabinete são realizadas, geralmente, no mesmo dia, à exceção dos agravos de instrumento, que, em razão de apresentarem maior volume, são necessários 2 dias, em média.

O sistema PJE foi implantado, em julho de 2015, apenas na Seção Judiciária de São Bernardo do Campo. A partir de outubro de 2015, o PJE também foi implantado no TRF – 3ª Região, que passou a receber recursos originários do Estado do Mato Grosso do Sul, julgados por juízes de direito em razão da competência delegada.

Em abril de 2016, a utilização do sistema foi ampliada, para o recebimento de agravos de instrumento, inclusive, em face de decisões proferidas em feitos físicos que não tramitam no PJE.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC/2015, da Lei 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

Verificou-se que, mesmo diante do incremento de atividades pertinentes à unidade inspecionada, em decorrência da implantação do PJE, os procedimentos adotados têm se mostrado adequados e realizados em prazo razoável, evitando-se o acúmulo de processos para distribuição e de petições pendentes de registro e autuação.

#### **5) RECOMENDAÇÕES:**

Sem recomendações, considerando a boa regularidade dos trabalhos desenvolvidos pela unidade inspecionada.



## SUBSECRETARIA DAS SEÇÕES

### ESPECIALIDADE:

#### Primeira Seção (1ª e 2ª Turmas):

Processar e julgar os feitos relativos:

I - às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

II - à matéria de direito privado, dentre outras.

#### Segunda Seção (3ª, 4ª e 6ª Turmas):

Processar e julgar os feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da Primeira e Terceira Seções, dentre outros.

#### Terceira Seção (7ª, 8ª, 9ª e 10ª Turmas):

Processar e julgar os feitos relativos à Previdência e Assistência Social, excetuada a competência da Primeira Seção.

#### Quarta Seção (5ª e 11ª Turmas):

Processar e julgar os feitos relativos à matéria criminal, ressalvada a competência do Órgão Especial.

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

#### 1.1. Subsecretaria: Subsecretaria das Seções

#### 1.2. Diretor de Subsecretaria: Marcelo Ribeiro G. Teotonio

**Tempo de atuação:** desde 22 de fevereiro de 2016

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Subsecretaria e pela Diretora da Divisão de Processamento.

#### 1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	20	1			7	28	21
Inspeção/2016	16			1	4	21	16

A Subsecretaria das Seções, criada em 3/8/2015, nos termos da Resolução 512, de 3/8/2015, do Conselho de Administração do TRF3, que unificou as Subsecretarias das Seções, conta com 16 servidores, 4 estagiários e 1 terceirizado, num total de 21 auxiliares.

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto/2014, contando, atualmente, com 7 auxiliares a menos. Houve redução de 5 servidores na área-fim.

O Diretor da Subsecretaria tem, de modo geral, experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Por ter assumido há poucos meses (em 22/2/2016) a Direção da Unidade inspecionada e por não ter experiência anterior na tramitação dos recursos e ações de competência das Seções (antes, exercia o cargo de Diretor de Subsecretaria de Turma), o Diretor da Subsecretaria das Seções não demonstrou ter conhecimento sobre todas as tarefas realizadas pela equipe, além de não ter demonstrado a existência de um planejamento estratégico no desempenho de todas as atividades da Unidade, muito menos a existência de um adequado controle da gestão processual, com acompanhamento periódico da produtividade e avaliação dos resultados.

Não existe fixação de metas individuais. No questionário de inspeção, há informação de que também não são estabelecidas metas periódicas, a despeito de ter sido informado, durante a entrevista realizada pela equipe de inspeção, que a Divisão de Processamento procura juntar as petições aos autos no mesmo dia em que são recebidas na Subsecretaria.

Os servidores apresentam-se motivados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pelo Diretor da Subsecretaria.

## **2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SUBSECRETARIA DAS SEÇÕES POR UNIDADE ESPECIALIZADA:**

### **2.1. ESTATÍSTICAS DA 1ª SEÇÃO**

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*</b>	
Processos em tramitação na turma (maio/2015)	301
Processos em tramitação na turma (abril/2016)	334

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 334 processos.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	4
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	1
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	1
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

No acervo em tramitação na Subsecretaria da 1ª Seção (334 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em abril/2016, era de 7 processos, correspondendo a 2,1%.

Não havia na Unidade inspecionada, em abril/2016, feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014, muito menos feitos da Meta 6.

Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se priorizar a tramitação, a fim de possibilitar o alcance das metas.

Quanto à Meta 8/2016 do CJF, também não havia feitos em andamento, distribuídos até 31/12/2014, conforme tabela abaixo e informação prestada no questionário de inspeção.

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal)</b>	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2014.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 8 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados, entre maio/2015 e abril/2016, 252 acórdãos, dentre os 247 lavrados pelos gabinetes que compõem a 1ª Seção. Não havia acórdãos pendentes de publicação em 30/4/2016.

<b>PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Acórdãos lavrados	247
Acórdãos publicados	252
Tempo médio de publicação (dias)	8
Publicações em prazo superior a 10 dias	30
Pendentes de publicação	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

A Subsecretaria não possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
Processos com carga ou vista (abril/2016)	28
Processos sobrestados na Turma (abril/2016)	1
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2016)	2
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2016)	-
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2016)	0
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2016)	2
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	22

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: - dado não disponível

Existe 1 processo sobrestado, em razão de decisão do STF/STJ, que se encontra devidamente organizado e armazenado, exigindo providências de adequação para permitir célere retomada da fase de processamento em caso de decisão judicial específica.

Foram avistados, em abril de 2016, 28 processos com carga ou vista, nenhum paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, 2 cartas de ordem ou precatórias; não existem dados acerca de processos aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício. Os prazos, na maioria dos processos, já estavam vencidos. A Subsecretaria não demonstrou ter o controle adequado de prazo nesta fase processual.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 1 dia, o que se revela adequado.

Há 2 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos em tramitação. A mais antiga pendência é de 12/4/2016, referente ao Processo 201503000154259, conforme resposta apresentada no questionário de inspeção.

O tempo médio para a juntada é de 18 dias, de acordo com informação apresentada pela Unidade no questionário de inspeção. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema processual (SIAPRO).

No acervo existem 22 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Subsecretaria. O mais antigo encontra-se paralisado sem justa causa desde 5/8/2015 (200503000828563), de acordo com a resposta contida no questionário de inspeção.

## 2.2. ESTATÍSTICAS DA 2ª SEÇÃO

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*</b>	
Processos em tramitação na turma (maio/2015)	220
Processos em tramitação na turma (abril/2016)	271

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 271 processos.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	1
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	2
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

No acervo em tramitação na Subsecretaria da 2ª Seção (271 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em abril/2016, era de 3 processos, correspondendo a 1,1%.

Não havia na Unidade inspecionada, em abril/2016, feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014, bem como feitos da Meta 6.

Tendo em vista a relevância das matérias objeto das Metas 4 e 6 (ações de improbidade e ações coletivas), independentemente de não existir pendências no momento da Inspeção Ordinária, deve-se priorizar a tramitação quando surgirem processos com a temática em referência, a fim de possibilitar o alcance das metas.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 7 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre maio/2015 e abril/2016 174 acórdãos, dentre os 173 lavrados pelos gabinetes que compõem a 2ª Seção. Havia 2 acórdãos pendentes de publicação em 30/4/2016 (200761170027231 – desde 3/11/2015; 200403000423480 – desde 5/4/2016, conforme questionário de inspeção).

<b>PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Acórdãos lavrados	173
Acórdãos publicados	174
Tempo médio de publicação (dias)	7
Publicações em prazo superior a 10 dias	6
Pendentes de publicação	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

A Subsecretaria não possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
Processos com carga ou vista (abril/2016)	50
Processos sobrestados na Turma (abril/2016)	3
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2016)	1
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2016)	-
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2016)	0
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2016)	18
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: - dado não disponível

Existem 3 processos sobrestados, em razão de decisão do STF/STJ, que se encontram devidamente organizados e armazenados, exigindo providências para permitir célere retomada da fase de processamento, em caso de decisão judicial específica.

Foram avistados, em abril de 2016, 50 processos com carga ou vista, nenhum paralisado em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, 1 carta de ordem ou precatória; não existem dados acerca de processos aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício. Os prazos, na maioria dos processos, já estavam vencidos. A Subsecretaria não demonstrou ter o controle adequado de prazo nesta fase processual.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 1 dia, o que se revela adequado.

Há 18 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos em tramitação. A mais antiga pendência é de 3/11/2015, referente ao Processo 200603000156255, conforme o indicado pela Unidade no questionário de inspeção.

O tempo médio para a juntada é de 25 dias, de acordo com informação apresentada pela Unidade no questionário de inspeção. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema processual (SIAPRO).

No acervo existem 2 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Subsecretaria, conforme informação contida na tabela acima. O mais antigo encontra-se paralisado sem justa causa desde 21/7/2015 (201203000086046), de acordo com o questionário de inspeção.

Além do Processo n. 199903000128939, há informação no questionário de inspeção de que existem outros dois Processos paralisados na Unidade inspecionada, sem movimentação há mais de 90 dias. São eles: 200803000188319 (parado desde 21/10/2015) e 199903000128939 (parado desde 26/11/2015). Ao todo, portanto, a Subsecretaria informou que existem 3 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias.

### 2.3. ESTATÍSTICAS DA 3ª SEÇÃO

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*</b>	
Processos em tramitação na turma (maio/2015)	1.208
Processos em tramitação na turma (abril/2016)	1.322

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 1.322 processos. O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	13
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	3
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	9
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	7
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	6
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	6
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	5
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	15
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

No acervo em tramitação na Subsecretaria da 3ª Seção (1.322 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em abril/2016, era de 64 processos, conforme dados da tabela acima, correspondendo a 4,8%.

No questionário de inspeção, a Unidade inspecionada informou que, em 30/4/2016, havia 9 processos da Meta 2/2013, distribuídos até 2008, divergindo, portanto, do número indicado na tabela acima.

Não havia na Unidade inspecionada, em abril/2016, feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014, muito menos feitos da Meta 6.

Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se priorizar a tramitação, a fim de possibilitar o alcance das metas.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 10 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados, entre maio/2015 e abril/2016, 1.348 acórdãos, dentre os 1.321 lavrados pelos gabinetes que compõem a 3ª Seção. Havia 2 acórdãos pendentes de publicação em 30/4/2016 (201203000166467 – desde 14/4/2016; 201203000326914 – desde 14/4/2016, conforme questionário de inspeção).

<b>PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Acórdãos lavrados	1.321
Acórdãos publicados	1.348
Tempo médio de publicação (dias)	10
Publicações em prazo superior a 10 dias	209
Pendentes de publicação	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região



A Subsecretaria não possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
Processos com carga ou vista (abril/2016)	281
Processos sobrestados na Turma (abril/2016)	1
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2016)	7
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2016)	-
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2016)	2
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2016)	71
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	25

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: - dado não disponível

Existe 1 processo sobrestado, em razão de decisão do STF/STJ, que se encontra devidamente organizado e armazenado, exigindo providências de adequação para permitir célere retomada da fase de processamento em caso de decisão judicial específica.

Foram avistados, em abril de 2016, 281 processos com carga ou vista, 2 paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, 7 cartas de ordem ou precatórias; não existem dados acerca de processos aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício. Os prazos, na maioria dos processos, já se encontravam vencidos. A Subsecretaria não demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 1 dia, o que se revela adequado.

Há 71 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos em tramitação. A mais antiga pendência é de 7/12/2015, referente ao Processo 201203000166250, conforme informação prestada no questionário de inspeção.

O tempo médio para a juntada é de 18 dias, de acordo com informação apresentada pela Unidade no questionário de inspeção. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema (SIAPRO).

No acervo existem 25 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Subsecretaria, conforme dado apresentado na tabela acima. O mais antigo

encontra-se paralisado desde 11/3/2014 (200603001111668), segundo questionário de inspeção.

No questionário de inspeção, a Unidade inspecionada informou que, em 30/4/2016, havia 26 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias, divergindo, portanto, do número indicado na tabela acima.

## 2.4. ESTATÍSTICAS DA 4ª SEÇÃO

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*</b>	
Processos em tramitação na turma (maio/2015)	256
Processos em tramitação na turma (abril/2016)	292

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 292 processos.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	1
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	2
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

No acervo em tramitação na Subsecretaria da 4ª Seção (292 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em abril/2016, era de 3 processos, correspondendo a 1,03%.

Não havia na Unidade inspecionada, em abril/2016, feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014, muito menos feitos da Meta 6.

Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se priorizar a tramitação, a fim de possibilitar o alcance das metas.

Quanto à Meta 8/2016 do CJF, distribuído até 31/12/2014, existe 1 processo em andamento, conforme tabela abaixo e questionário de inspeção.

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal)</b>	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2014.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 8 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados, entre maio/2015 e abril/2016, 330 acórdãos, dentre os 329 lavrados pelos gabinetes que compõem a 4ª Seção.

Havia 8 acórdãos pendentes de publicação em 30/4/2016 (201161810108408 – desde 22/9/2015; 200361810058275 – desde 27/10/2015; 200661810062516 – desde 23/11/2015; 201403000229875 – desde 21/1/2016; 201503000059809 – desde 21/1/2016; 201503000114225 – desde 21/1/2016; 201503000213290 – desde 21/1/2016; e 201261190081950 – desde 17/3/2016), conforme dados apresentados na tabela abaixo e no questionário de inspeção:

<b>PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Acórdãos lavrados	329
Acórdãos publicados	330
Tempo médio de publicação (dias)	8
Publicações em prazo superior a 10 dias	15
Pendentes de publicação	8

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

A Subsecretaria não possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
Processos com carga ou vista (abril/2016)	51
Processos sobrestados na Turma (abril/2016)	4
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2016)	2
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2016)	-
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2016)	0
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2016)	10
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	19

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: - dado não disponível

Existem 4 processos sobrestados, em razão de decisão do STF/STJ, que se encontram devidamente organizados e armazenados, exigindo providências para permitir célere retomada da fase de processamento, em caso de decisão judicial específica.

Foram avistados, em abril de 2016, 51 processos com carga ou vista, nenhum paralisado em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, 2 cartas de ordem ou precatórias; não existem dados acerca de processos aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício. Os prazos, na maioria dos processos, já estavam vencidos. A Subsecretaria não demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 1 dia, o que se revela adequado.

Há 10 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos em tramitação. A mais antiga pendência é de 3/2/2016, referente ao Processo 201203000086691, de acordo com informação prestada no questionário de inspeção.

O tempo médio para a juntada é de 50 dias, de acordo com informação apresentada pela Unidade no questionário de inspeção. A fase processual específica objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema processual (SIAPRO).

No acervo existem 19 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Subsecretaria, conforme dado apresentado na tabela acima. O mais antigo encontra-se paralisado sem justa causa desde 6/5/2015 (200861050016660), de acordo com resposta apresentada no questionário de inspeção.

No questionário de inspeção, a Unidade inspecionada informou que, em 30/4/2016, havia 23 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias, divergindo, portanto, do número indicado na tabela acima.

### 3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

A amostragem não revelou processos sem movimentação desde a distribuição.

Dos 84 processos selecionados para a inspeção, 42 deles não puderam ser inspecionados, pois não se encontravam na Unidade no período da inspeção.

Em relação a esses autos, foi realizada análise da movimentação processual registrada nos sistemas (SIAPRO e GEDPRO).

Desses 42 processos não inspecionados, 30 já haviam sido remetidos, no mês de maio/2016, ao Setor de Arquivo. São eles:

199503010029679	201203000227985	200803000359990
199603010832183	201303000093420	200803000373238
200003000333485	201303000104715	200903000268344
200003000599096	201303000196452	201003000078569
200061100001246	201403000156768	201003000326360
200103000197338	201403000254808	201103000007002
200303000551544	201503000104487	201103000172979
200603000323627	201503000129370	201161050122926
200603000529540	201503000176310	201203000017760
200703000613403	201503000240012	201203000206003

Além desses 30 processos acima listados, 1 também não foi inspecionado porque, durante o período da inspeção, já havia sido remetido ao Setor de Arquivo. É o Processo de n. 200703000874429. Contudo, constatou-se que a remessa desses autos àquele setor havia sido realizada há mais tempo, desde o ano de 2015, especificamente no dia 10/8/2015, o que, aparentemente, indica que ainda não foi lançada a baixa desses autos no sistema, sobretudo em razão do fato de tal processo ter sido selecionado para esta inspeção pela equipe da Corregedoria-Geral da Justiça Federal. Em consulta processual, observa-se como última fase do processo, lançada no sistema em 10/8/2015, a seguinte: “REATIVAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL PARA REMESSA AO ARQUIVO GERAL”.

Ainda dentre os 42 processos da amostragem não inspecionados, foi constatado que 8 se encontravam com remessa externa durante a visita realizada pela equipe de inspeção na Subsecretaria. São eles:

<b>Processo</b>	<b>Situação dos autos no sistema durante a visita (1º/6/2016) realizada pela equipe de inspeção</b>
200961190095111	Remessa à DPU em 24/5/2016
201203000166250	Remessa ao advogado em 1º/12/2015
201303000037532	Remessa à DPU em 23/5/2016
201303000104697	Remessa ao MPF em 18/5/2016
201303000140112	Remessa ao MPF em 10/3/2016
200403000048097	Remessa ao MPF em 19/5/2016
201303000183627	Remessa à Subseção Judiciária de Marília em 2/2/2016
201503000287958	Remessa à Subseção Judiciária de Guaratinguetá em 2/2/2016

Em 9/6/2016, a equipe de inspeção realizou nova consulta no sítio eletrônico do TRF3 e constatou que, dos processos acima listados, 2 foram devolvidos à Subsecretaria, ainda durante o período da inspeção, e remetidos, logo em seguida (em 6/6/2016), ao gabinete do Des. Federal relator com conclusão. São eles: 201303000104697 e 200403000048097.

O Processo n. 201303000037532, listado na tabela acima, também foi devolvido à Unidade durante o período da inspeção (em 6/6/2016), mas por ela remetido, logo em seguida, ao MPF (em 8/6/2016).

Os Processos n. 201303000183627 e 201503000287958 são inquéritos policiais.

No primeiro (201303000183627), conforme informação obtida no sistema pela consulta pública, há determinação de arquivamento dos autos (registrada no sistema em 17/12/2015), tendo havido o seu envio, juntamente com o ofício n. 5018360-USE4, à Subseção Judiciária de Marília (registro no sistema em 2/2/2016).

No segundo (201503000287958), há registro no sistema, em 6/1/2016, de declaração de incompetência, tendo sido registrada a remessa dos autos, juntamente com o ofício n. 5036930-USE4, à Subseção Judiciária de Guaratinguetá (em 2/2/2016).

Completando o total de 42 processos da amostragem não inspecionados, havia 3 Processos, durante o período da inspeção, remetidos ao gabinete do Des. Federal relator com conclusão. São eles: 201103990088128 (concluído em 4/5/2016), 201261190081950 (concluído em 17/5/2016) e 201503000192959 (concluído em 13/5/2016).

No extrato de consulta do Processo de n. 201261190081950, foi constatada, aparentemente, inconsistência no lançamento, em 17/5/2016, da fase de conclusão, tendo em vista que, nessa mesma data, há registro no sistema de trânsito em julgado como fase anterior à conclusão.

Dentre os processos da lista de amostragem que foram inspecionados, 11 encontravam-se julgados, com acórdão publicado, mas aguardando intimação por mandado ou remessa externa: São eles:

200003000165060	201161190091586	201361190056352
201160050029468	201161190107417	201361190057058
201161190056252	201203000086691	201361190079893
201161190074242	201261300022314	

Desses 11 Processos listados na tabela acima, 10 estavam, há menos de 30 (trinta) dias, aguardando intimação de parte acerca do teor de acórdão proferido nos autos. O de n. 201160050029468 aguardava remessa ao MPF para este tomar ciência do acórdão (publicado em 4/12/2015) e também para apresentar contrarrazões a recurso especial interposto pela DPU (juntado aos autos em 9/5/2016).

Já o de n. 201203000086691, por sua vez, aguardava intimação do MPF para contrarrazões a recurso especial interposto pela DPU (juntado aos autos em 10/5/2016).

Na amostragem dos processos que foram inspecionados, existem 11 que já foram julgados e que aguardam, há mais de 30 (trinta) dias, o registro do trânsito em julgado, da baixa no sistema e/ou do arquivamento. Eis os Processos nessa situação:

200703000258093	201103000171150	201503000098955
200703000526178	201303000004484	201203000070208
200703000647255	201303000091800	201503000192972
201003000113478	201303000115579	

Identificou-se, ainda, a existência de 2 Processos aguardando devolução de carta precatória:

<b>Processo</b>	<b>Data da expedição da carta precatória</b>
200603000222653	22/3/2016
200903000431991	22/3/2016

Em relação aos processos inspecionados, recomenda-se:

- a) cobrar a devolução de carta precatória: 200603000222653 e 200903000431991;
- b) certificar trânsito em julgado/efetuar baixa no sistema/arquivar: 200703000258093, 200703000526178, 200703000647255, 201003000113478, 201103000171150, 201303000004484, 201303000091800, 201303000115579, 201503000098955, 201203000070208 e 201503000192972;
- c) intimar parte recorrida para contrarrazões a recurso: 201203000086691;
- d) intimar parte (remessa externa ou, se for o caso, por mandado) acerca do teor do acórdão: 200003000165060, 201160050029468, 201161190056252, 201161190074242, 201161190091586, 201161190107417, 201203000086691, 201261300022314, 201361190056352, 201361190057058 e 201361190079893;
- e) averiguar possível inconsistência no lançamento, em 17/5/2016, da fase de conclusão, tendo em vista que, nessa mesma data, há registro no sistema de trânsito em julgado como fase anterior à conclusão: 201261190081950.

A Subsecretaria administra, em média, a realização de 5 sessões por mês, tendo havido, entre maio/2015 e abril/2016, 62 sessões ordinárias (12 sessões da 1ª Seção, 19 sessões da 2ª Seção, 20 sessões da 3ª Seção e 11 sessões da 4ª Seção) e nenhuma extraordinária. Houve cancelamento de 1 sessão no período, da 4ª Seção (no dia 17/12/2015), em virtude de falta de quórum.

O Diretor da Subsecretaria entregou à equipe de inspeção arquivos contendo dados sobre as ausências de Desembargadores registradas nas sessões das Seções durante o período de maio/2015 a abril/2016.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram as Seções e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente, exigindo, todavia, melhoramento especialmente no tocante ao número de petições pendentes de juntada. O volume de pendências na Subsecretaria é razoável, pois, dos 42 processos inspecionados, 14 encontravam-se com atraso ou irregularidades na tramitação.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, notadamente no que diz respeito à contagem dos prazos em dias úteis.



#### **4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

A Subsecretaria das Seções tem a sua estrutura interna dividida em três Divisões:

1) Divisão de Processamento, que conta com 1 Diretor e 8 auxiliares e é responsável pelo recebimento de autos dos gabinetes quando há prolação de despachos e decisões, bem como quando há necessidade de juntada de petições; responsável, também, pela intimação das partes, comunicação dos Juízos e eventuais órgãos envolvidos na lide, pela expedição de certidões narrativas, bem como pela certificação de decurso de prazo/trânsito em julgado, mediante remessa dos feitos ao Juízo de origem; atua no recebimento e remessa de autos à Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência, ao arquivo, ao INSS, ao Ministério Público Federal, à Procuradoria Regional Federal e à Defensoria Pública da União; 2) Divisão de Coordenação e Julgamento da 1ª e da 4ª Seções, que conta com 1 Diretor e 2 auxiliares e é responsável pela montagem da pauta de julgamento e pela adoção dos procedimentos necessários à intimação das partes acerca da inclusão em pauta; verificação de causas de impedimento para julgamento dos feitos pelos Magistrados que compõem as respectivas Seções; apoio nas sessões de julgamento; recebimento dos acórdãos dos Gabinetes, com a conferência da minuta de julgamento; praticando todos os atos inerentes à ciência das partes, Juízos e eventuais órgãos interessados sobre o teor dos acórdãos, com publicação, expedição de mandados, cartas precatórias etc.; 3) Divisão de Coordenação e Julgamento da 2ª e da 3ª Seções, que conta com 1 Diretor e 2 auxiliares e desempenha atividades semelhantes às da outra Divisão de Coordenação e Julgamento, mas correspondentes aos processos de competência da 2ª e da 3ª Seção.

A Unidade possui instalações adequadas para a quantidade de processos e servidores.

Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes e separados de acordo com a Divisão ao qual estão vinculados (Divisão de Coordenação e Julgamento da 1ª e da 4ª Seções, Divisão de Coordenação e Julgamento da 2ª e da 3ª Seções e Divisão de Processamento). Dentro de cada Divisão, o critério para organizar os processos nas estantes é o da fase processual em que se encontram, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo.

Os servidores atuam nos processos de acordo com o critério objetivo definido, qual seja, a Divisão a que esteja vinculado (processamento ou julgamento).

O atendimento às partes e advogados é feito pessoalmente, no balcão, ou, ainda, por telefone, por estagiário ou servidor e, eventualmente, pelo Diretor da Subsecretaria.

Quanto às boas práticas, foram observadas na Unidade inspecionada as seguintes:

a) disponibilização de código verificador na consulta processual do sítio eletrônico do Tribunal, com exceção dos feitos com sigilo na tramitação, que concede ao

interessado a possibilidade de impressão, em seu ambiente de trabalho ou doméstico, da certidão narrativa dos autos solicitada, não sendo necessária, portanto, nova vinda do interessado ao Tribunal para recebê-la;

b) com relação ao instrumento de procuração ou substabelecimento, é efetuada a juntada assim que apresentada, no balcão de atendimento, pelo advogado, não sendo necessária, portanto, a passagem de tal documento pelo Setor de Protocolo da Corte;

c) no caso de processos com prazo de carga excedido, o sistema SIAPRO, que faz o controle desse prazo, envia automaticamente *e-mail* ao procurador ou órgão responsável pela retirada dos autos, solicitando a sua devolução, cujo prazo é acompanhado pelo Diretor da Subsecretaria.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) em comparação aos dados encontrados na inspeção anterior (18 a 29/8/2014), houve um aumento significativo do número de processos de competência da 2ª Seção que atualmente tramitam na Unidade inspecionada. Esse número subiu de 175 para 271 processos, o que demanda uma maior atenção por parte da Subsecretaria na tramitação desse acervo, sobretudo em razão da diminuição da força de trabalho que ocorreu após a unificação das Subsecretarias das Seções em 3 de agosto de 2015, bem como diante do elevado número de processos de competência da 3ª Seção que atualmente tramitam na Subsecretaria (1.322 processos), os quais, somados com os 271 processos de competência da 2ª Seção, resultam no total de 1.593 processos que, no tocante aos trabalhos de inclusão em pauta de julgamento, publicação e intimação de acórdãos, se encontram sob a responsabilidade direta de apenas 3 servidores, o Diretor e os dois auxiliares da Divisão de Coordenação e Julgamento da 2ª e da 3ª Seções;

b) o tempo médio para juntada de petições também é preocupante, notadamente nos processos de competência da 4ª Seção (50 dias, segundo o informado no questionário de inspeção), o que demanda uma atenção especial por parte da Unidade inspecionada;

c) a inclusão dos processos em pauta, mesmo estando eles na Subsecretaria, depende de pedido do Revisor, o que, em geral, não ocorre assim que os autos são recebidos na Unidade processante, fazendo, portanto, com que o processo fique paralisado na Subsecretaria em fase de conclusão, aguardando o pedido do Revisor para inclusão em pauta. Destacam-se, a propósito, alguns Processos, da lista de amostragem, em que foi constatada a demora na inclusão em pauta para julgamento: 201303000070006 e 201503000048381;

d) o sistema de movimentação processual apresenta dados estatísticos divergentes e incompletos, a exemplo da ausência de informação sobre o número de decisões publicadas e do que foi informado pela Unidade inspecionada no questionário

de inspeção quanto ao número de processos da Meta 2 do CNJ, em divergência com os dados obtidos pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal junto ao Setor de Estatística do TRF3;

e) de modo geral, observou-se que a consulta pública realizada no sítio eletrônico do TRF3 não disponibiliza, mesmo em se tratando de processo que não tramita em segredo de justiça, o inteiro teor das decisões e despachos proferidos nos autos, o que vai de encontro à transparência e publicidade que devem ser asseguradas às partes e procuradores no acesso a tais atos que fazem parte do andamento processual;

f) não havia na Unidade pendências da inspeção anterior.

## **6) RECOMENDAÇÕES:**

a) tendo em vista o aumento do número total de processos de competência da 2ª e da 3ª Seções em relação ao acervo existente na inspeção anterior, sugere-se que seja verificado se a quantidade de servidores da respectiva Divisão de Coordenação e Julgamento é adequada para o volume de processos e atribuições desse setor;

b) recomenda-se também um controle mais efetivo dos processos com carga ou vista além do prazo, para que sejam gerados relatórios ao menos a cada sessenta dias e, quando não devolvidos os autos após contato do Diretor da Subsecretaria, a situação seja imediatamente informada ao Relator, para que adote as providências destinadas à devolução dos autos;

c) de igual modo, sugere-se um controle mais efetivo das petições pendentes de juntada, a fim de ser reduzido, de maneira geral, o tempo médio de juntada;

d) esclarecer quantos processos, dentre os que se encontram sobrestados, estão em tal situação em face da sistemática da repercussão geral e recursos repetitivos;

e) envidar esforços no sentido de, em conjunto com os gabinetes dos Desembargadores que atuam como Revisores, reduzir o prazo para a inclusão dos processos em pauta de julgamento após a chegada dos autos na Subsecretaria;

f) aprimoramento, em conjunto com os Setores de Informática e Estatística do Tribunal, dos sistemas GEDPRO e SIAPRO, com a promoção de um controle estatístico mais eficiente para a Unidade, permitindo que a Subsecretaria possa apresentar dados que correspondam à realidade, e com a divulgação, na consulta pública realizada no sítio eletrônico do TRF3, do teor de todos os despachos e decisões proferidos nos processos que não tramitam em segredo de justiça;

g) apresentar estatística de quantidade de decisões publicadas (1ª, 2ª, 3ª e 4ª Seções) na Unidade no período de maio/2015 a abril/2016;

h) providenciar o imediato andamento de todos os processos que se encontram paralisados há mais de 90 dias;

i) considerando-se que a Subsecretaria foi criada há menos de um ano, bem como a redução no quadro geral de servidores após a unificação e o aumento do número

total de processos em comparação com a quantidade apurada na inspeção anterior, recomenda-se que seja realizado pela Unidade inspecionada, em conjunto com a Secretaria Judiciária, com o Setor de Estatística e com os gabinetes que atuam nas Seções, no prazo de 90 dias, um estudo a fim de se averiguar os efeitos da unificação das Subsecretarias das Seções, notadamente no que diz respeito à tramitação dos processos na Subsecretaria unificada (tempo médio de tramitação, eventuais mudanças nos procedimentos cartorários, nas rotinas processuais, no atendimento às partes e procuradores, na distribuição das atividades por cada servidor, na produtividade etc.), apresentando, no referido prazo, à Corregedoria-Geral da Justiça Federal, relatório com o diagnóstico atual dessa Unidade, mostrando os efeitos positivos da unificação dos trabalhos com a criação da Subsecretaria das Seções;

j) Recomenda-se, por fim, um maior controle dos processos de meta, em especial as Metas 2/CNJ e 8/CJF.

## SUBSECRETARIA DA 1ª TURMA

**ESPECIALIDADE:** Contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, FUNRURAL, FGTS, matéria de direito privado, matéria trabalhista de competência residual, propriedade industrial, registros públicos, servidores civis e militares, desapropriações e apossamentos administrativos.

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

**1.1. Secretaria:** Subsecretaria da 1ª Turma.

**1.2. Diretora da Secretaria:** Elaine Aparecida Jorge Feniar Helito.

**Tempo de atuação:** desde junho de 2014.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora da Subsecretaria.

### 1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	11	-	-	-	5	16	11
Inspeção/2016	13	-	-	-	2	15	13

O quantitativo da força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto/2014, contando, atualmente, com 1 auxiliar a menos. Todavia, houve incremento de 2 servidores na área-fim.

A Diretora de Subsecretaria tem experiência administrativa e processual, nas seguintes Unidades: Diretoria da 1ª Turma (2007 a 2009); Vice-presidência; Corregedoria; Diretoria da 5ª Turma; Gabinete (1989 a 2007). Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pela Diretora da Subsecretaria, abrangendo o horário das 9h às 20h, considerando-se o atendimento de plantão.

## 2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na turma (maio/2015)	4.203
Processos em tramitação na turma (abril/2016)	4.455

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na Unidade 4.455 processos.

Os processos físicos encontram-se, em sua maioria, armazenados em prateleiras e organizados de forma lógica, de acordo com a pauta, publicação ou diligência pendente. Todavia, devido ao pouco espaço físico, considerável parte dos processos estava disposta no chão e em mesas. Os servidores laboram nos feitos de acordo com a área de atuação, pois a Subsecretaria encontra-se estruturada em 3 subdivisões. A equipe verificou deficiência específica no ponto relativo ao espaço físico. Tal fato foi justificado em razão da contagem em dias úteis, determinada pelo novo CPC, razão pela qual os processos passaram a demorar mais tempo do que antes na Subsecretaria da 1ª Turma, não havendo disponibilidade de prateleiras para tanto, além da sistemática de inclusão de feitos em pauta para julgamento (ver item 3, “g”).

O acervo da Unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	12
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	6
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	17
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	26
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	35
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	24
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	67
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	65
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

No acervo em tramitação na Subsecretaria (4.455 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em abril/2016, era de 252 processos, correspondendo a 5,7%.

Não havia feitos da Meta 4/2016 do CNJ, enquanto existia tão somente 1 processo da Meta 6. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, não obstante a pequena quantidade de número de feitos existentes, deve-se sempre priorizar a tramitação, a fim de possibilitar o alcance das metas.

Quanto à Meta 8/2016 do CJF, o número de feitos em andamento, distribuídos até 31/12/2014, é 11 (onze).

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal)</b>	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	11

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2014.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 9 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados, entre maio/2015 e abril/2016, 7.594 acórdãos, dentre os 7.840 lavrados pelos Gabinetes que compõem a Turma. Havia 262 acórdãos pendentes de publicação.

<b>PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Acórdãos lavrados	7.840
Acórdãos publicados	7.594
Tempo médio de publicação (dias)	9
Publicações em prazo superior a 10 dias	1.764
Pendentes de publicação	262

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

A Subsecretaria não possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, fato esse que merece ajuste, identificando-se um mecanismo para o controle, uma vez que é um dado importante para exame do fluxo de processos.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
Processos com carga ou vista (abril/2016)	643
Processos sobrestados na Turma (abril/2016)	0
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2016)	15
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2016)	-
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2016)	9
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2016)	273
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	23

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: - dado não disponível

Não existem processos sobrestados na Unidade. Foram avistados, em abril de 2016, 643 processos com carga ou vista, 9 paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, 15 cartas de ordem ou precatórias; e nenhum aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício. A

Subsecretaria não demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual em planilha ou sistema eletrônico.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 2 dias, o que se revela adequado.

Há 273 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. A mais antiga pendência é de 1º/6/2015, referente ao Processo 00281078720084036100.

Não há controle sobre o tempo médio para a juntada de petições. Recomenda-se que seja feito registro no sistema processual.

No acervo existem 23 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Subsecretaria. O mais antigo encontra-se paralisado, sem justa causa, desde 2/2/2015 (200103990513211). Sobre esse Processo em específico, cabe relatar que o julgamento do acórdão foi realizado em 9/9/2003, já tendo decorrido mais de uma década sem que houvesse a publicação do respectivo acórdão.

Questionado sobre a quantidade de processos com carga ou vista paralisados, há mais de 60 dias, em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória, ou aguardando cumprimento de diligência da parte, de terceiros e de resposta a ofício, a Diretora não soube informar, pois não há qualquer tipo de controle específico de tais atos.

Sobre o Processo n. 200761820397485, que está contido na Meta 2/2012 do CNJ, encontra-se apensado ao Agravo de Instrumento n. 00152036020124030000. A equipe de inspeção da Corregedoria-Geral identificou atraso na tramitação do processo principal, provocado pelo processamento do agravo.

Acerca do Processo n. 199903991144733, há agravo legal pendente de julgamento desde 3/11/2015.

Em relação a processos, recomenda-se:

- a) regularizar atraso na juntada de petições, com atraso superior a 60 dias, nos seguintes Processos:

00016216020114036100	00281078720084036100	00009776320104036000
00006588920104036002	00228881620154030000	00074724620124036100
00057150520124036104	00231826820154030000	00165836420064036100
00045157720144036108		

- b) determina-se a publicação, no prazo de 30 dias, o acórdão prolatado no Processo n. 200103990513211, haja vista que já transcorreu mais de uma década da data do julgamento;



- c) estabelecer, no prazo de 60 dias, controle efetivo de processos com carga ou vista, seja por sistema informatizado ou planilha eletrônica, que viabilize efetivo acompanhamento dos prazos de cada diligência;
- d) em relação ao Processo n. 200761820397485, recomenda-se a remessa, com urgência, ao Relator para fins de determinação do desapensamento do agravo e julgamento do feito principal no prazo de 90 dias;
- e) quanto ao Processo n. 199903991144733, recomenda-se fazer conclusão ao Relator, no prazo de 30 dias, para que seja apreciado o agravo legal.

A Subsecretaria administra a realização de duas sessões por mês, tendo havido, entre maio/2015 e abril/2016, 23 ordinárias e 1 extraordinária. Não houve cancelamento de sessões no período.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente, todavia, exige o provimento de dois cargos vagos. O volume de pendências na Subsecretaria é baixo, pois, dos 4.455 processos inspecionados, tão só 2 se encontravam com atraso na tramitação.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC/2015, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a Unidade está atualizando os seus procedimentos, especialmente contando o prazo em dias úteis e incluindo em pauta para julgamento os embargos de declaração e agravos legais.

### **3) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

- a) triagem inicial de processos;

Relatou-se a existência de sistema de triagem inicial dos processos, o que é feito de acordo com a guia de recebimento vinda dos Gabinetes. Os feitos são encaminhados, diariamente, às equipes respectivas, de acordo com a atribuição previamente determinada de cada servidor.

- b) classificação e separação física de processos;

Há separação física de processos, de acordo com a guia de remessa encaminhada pelos respectivos Gabinetes. Todavia, a organização dos feitos resta prejudicada em razão da limitação física do espaço destinado à Subsecretaria da 1ª Turma.

- c) especialização de servidores por matéria ou fase processual;

Não existe especialização de servidores por matéria ou fase processual, apenas lotação no setor em que atuam.

d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ;

De acordo com determinações já estabelecidas pelos Gabinetes.

e) priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa;

A Secretaria segue a prioridade previamente traçada pelos Gabinetes.

f) controle de prazo para julgamento de feitos;

O controle é feito em relação aos processos incluídos em pauta de julgamento.

g) dinâmica dos atos relativos à sessão:

Os processos descem fisicamente dos Gabinetes para a Subsecretaria da 1ª Turma com pedido de inclusão em pauta de julgamento. A Turma os inclui para a data mais próxima disponível. A Unidade realiza a conferência do feito quanto à autuação para fins de regular intimação das partes, especialmente os processos penais, para evitar qualquer nulidade de julgamento. A inclusão em pauta ocorre com um mês de antecedência, em regra. Na hipótese de aditamento de pauta, os penais podem ser inseridos com prazo mínimo de 48 horas e os cíveis, com 5 dias.

Os votos de cada relator são disponibilizados pelos próprios Gabinetes aproximadamente uma semana antes para os demais pares e a Subsecretaria da 1ª Turma. Todos esses feitos passam a integrar uma lista numerada, pelo critério de antiguidade do magistrado no colegiado.

Na sessão, são julgados primeiramente os pedidos de vista, seguidos dos pedidos de preferência dos advogados. Encerrada essa etapa, passa-se às divergências de votos, pedidos de vista dos julgadores e destaques.

A audiência não é registrada pela taquigrafia, ocorrendo apenas a gravação de áudio. Caso necessário, ela pode ser chamada para confeccionar a transcrição para esclarecimentos ou a pedido de advogados/procuradores.

Finalizada a sessão, a Turma promove a conferência dos pronunciamentos e qualquer discrepância entre o registrado pela secretária da sessão de julgamento e o voto do relator é submetida ao Gabinete. Eventual correção poderá ser objeto de questão de ordem na sessão seguinte.

Os processos permanecem fisicamente na Turma, em média, 60 dias, só retornando para o relator na hipótese de retirada do feito da pauta de julgamento, recurso ou para apreciação de questão incidental. Se a apreciação de determinado feito for adiada, a Turma o remeterá, se o relator assim determinar. Caso contrário, ele será julgado logo nas primeiras sessões seguintes.

h) fixação das metas de trabalho pelo diretor com participação dos servidores;

Não existe fixação de metas de trabalho pelo Desembargador Presidente da Turma ou pela Diretora de Secretaria.

i) planejamento e avaliação periódica de atividades;

Não existe planejamento e/ou avaliação periódica de atividades, apesar de haver relato de reuniões, com cada núcleo, para sanar eventuais necessidades.

j) desempenho;

Apesar de ter sido mencionada a avaliação de desempenho, não foi exibida a sistemática.

k) produtividade e metas;

Não há a determinação de produtividade específica ou fornecimento de metas.

l) gestão de pessoal e recursos materiais;

A gestão tanto de pessoal quanto de recursos materiais é centralizada na Diretora de Secretaria.

m) atendimento a advogados;

O atendimento aos advogados e estagiários de escritório de advocacia é feito por escala de plantão; cada funcionário é responsável por 1 hora por dia de serviço.

n) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores.

A equipe informou que acompanha, com o devido rigor, as recomendações das inspeções anteriores.

#### **4) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A Secretaria possui três divisões: 1) Coordenação e Julgamento, 2) Processamento e 3) Procedimentos Diversos. Os processos, em cada uma das divisões, são colocados em prateleiras/armários. Embora a movimentação processual seja alimentada no sistema de acompanhamento processual do Tribunal (Siapro), os controles são feitos a partir da localização física, conforme identificação de armários/prateleiras.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na Unidade inspecionada:

a) quando da visita à Unidade, havia uma quantidade significativa de processos dispostos no chão ou em mesas, sem a devida identificação. Argumentou-se que tal fato se dá devido ao pouco espaço físico disponibilizado para a Subsecretaria da 1ª Turma, bem como pela alteração promovida pelo CPC de 2015, a qual determinou a contagem do prazo processual em dias úteis, de modo que os processos permanecem cerca de 60 dias na Unidade;

b) a Diretora de Secretaria demonstrou aptidão e experiência administrativa e processual, como já explanado. Todavia, não existe fixação de metas, tanto individuais

como gerais para a equipe, mormente em relação ao controle estatístico da Unidade. A necessidade atual é quem dita o ritmo do trabalho.

## **5) RECOMENDAÇÕES:**

a) cumprimento de todas as recomendações contidas no item 2, em especial a determinação para publicar, no prazo de 30 dias, o acórdão prolatado no Processo n. 200103990513211, haja vista que já transcorreu mais de uma década da data do julgamento;

b) alocação de espaço físico adequado às novas necessidades da Subsecretaria da 1ª Turma;

c) criação de plano de trabalho específico sobre metas e produtividade, com o respectivo planejamento, no prazo de 60 dias, de modo a retratar melhor as necessidades da Unidade e o fluxo dos processos;

d) emissão mensal pela Subsecretaria de relatório estatístico dos processos em carga e não devolvidos, a fim de viabilizar o controle e a cobrança respectiva. Outrossim, sugere-se a alimentação do sistema eletrônico disponibilizado pelo Tribunal, para que seja viável o acompanhamento estatístico da publicação de decisões monocráticas; e

e) junção de petições e documentos no prazo máximo de 5 dias, ainda que os autos estejam conclusos nos gabinetes. Quanto aos processos em gabinete, recomenda-se que a juntada seja feita em tal local, de modo que não haja a necessidade de remessa à Subsecretaria, visando à racionalização/otimização dos serviços com desburocratização de rotinas.

## SUBSECRETARIA DA 2ª TURMA

**ESPECIALIDADE:** Cível e remanescentes criminais.

A Subsecretaria da 2ª Turma processa feitos relativos: I - às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); II - à matéria de direito privado, dentre outras: a) domínio e posse; b) locação de imóveis; c) família e sucessões; d) direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; III - à matéria trabalhista de competência residual; IV - à propriedade industrial; V - aos registros públicos; VI - aos servidores civis e militares; VII - às desapropriações e apossamentos administrativos. Por fim, é competente para julgar o acervo remanescente em matéria penal.

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

**1.1. Subsecretaria:** Subsecretaria da 2ª Turma

**1.2. Diretor de Subsecretaria:** Marcelo Poço Reis

**Tempo de atuação:** desde 2/7/2014

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Subsecretaria.

### 1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	11				08	19	11
Inspeção/2016	13		1		03	17	14

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto/2014, contando, atualmente, com 2 auxiliares a menos. Todavia, houve incremento de 3 servidores na área-fim.

O Diretor de Subsecretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas, tanto individuais como gerais, para toda a equipe. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle

e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pelo Diretor da Subsecretaria.

## 2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SUBSECRETARIA:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*</b>	
Processos em tramitação na turma (maio/2015)	2.580
Processos em tramitação na turma (abril/2016)	3.031

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 3.031 processos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes/prateleiras e organizados pelo critério de etapa de processamento e, dentro de cada categoria, por ordem numérica, separados os processos cíveis dos criminais, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	2
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	1
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	4
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	13
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	14
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	23
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	26
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	62
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

No acervo em tramitação na Subsecretaria (3.031 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em abril/2016, era de 145 processos, correspondendo a 4,78%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

Quanto aos de feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e a Meta 6/2016, apurados em abril/2016, não havia processo.

Quanto à Meta 8/2016 do CJF, o número de feitos em andamento, distribuídos até 31/12/2014, é de 5.

**METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal)**

META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	5
---------------------------------------	---

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2014.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 8 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados, entre maio/2015 e abril/2016, 5.687 acórdãos, dentre os 5.687 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Não havia acórdãos pendentes de publicação em 30/4/2016.

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2015 a abril/2016)**

Acórdãos lavrados	5.438
Acórdãos publicados	5.687
Tempo médio de publicação (dias)	8
Publicações em prazo superior a 10 dias	524
Pendentes de publicação	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

A Subsecretaria não possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (abril/2016)	780
Processos sobrestados na Turma (abril/2016)	3
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2016)	25
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2016)	-
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2016)	7
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2016)	78
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	18

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: - dado não disponível

Existem processos sobrestados, a maioria em razão de decisão do STF/STJ, somando 3 feitos, que se encontram devidamente organizados e armazenados.

Foram avistados, em abril de 2016, 780 processos com carga ou vista, 7 paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, 25 cartas de ordem ou precatórias; e nenhum aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício. Os prazos não estavam vencidos. A Subsecretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 1 dia, o que se revela adequado.

Há 78 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. A mais antiga pendência é de 15/1/2016, referente ao feito 2014.61.00.011688-9, Processo que foi encaminhado ao Ministério Público Federal para elaboração de parecer logo após a distribuição, sem haver ainda ingressado na unidade.

O tempo médio para a juntada é de 9 dias. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema processual/planilha/etc.

No acervo não foram encontrados processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Subsecretaria. O mais antigo encontrava-se paralisado sem justa causa desde 21/3/2016 (AC 0002458-72.2012.403.6103).

Em relação aos processos, recomenda-se:

- a) solicitar a devolução do Processo 2014.61.00.011688-9, com carga/vista com prazo superior a 60 dias;
- b) abrir imediata conclusão ao eminente Relator da Apelação Criminal n. 200461250008148, em razão do pedido do Ministério Público Federal, em 18/4/2016, reiterando manifestação no sentido de baixa do autos à Vara de Origem para acompanhamento do parcelamento – REFIS.

A Subsecretaria administra a realização de 2 sessões por mês, tendo havido, entre maio/2015 e abril/2016, 16 ordinárias e 1 extraordinária. Houve cancelamento de 3 sessões no período, em virtude de ausências justificadas de integrantes da turma no período ou em cumprimento à Resolução n. 1533876, de 12/12/2015, do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho vem sendo suficiente. O volume de pendências na Subsecretaria é baixo,



pois, dos 29 processos inspecionados, apenas 1 encontrava-se com atraso na tramitação.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

### **3) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

A Unidade realiza os seguintes procedimentos:

a) triagem inicial de processos: sempre que os processos são recebidos dos gabinetes com despacho/decisão ou de órgãos externos, e ainda quando encaminhados para inclusão em pauta de julgamento;

b) classificação e separação física de processos: conforme a fase do processamento e entre processos cíveis e criminais;

c) especialização de servidores por fase processual, conforme divisão de atribuições entre as divisões;

d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ, tratando-se de processos criminais e, dentre estes, os de réu preso;

e) controle de prazo para julgamento de feitos, conforme cronograma de julgamentos da Segunda Turma;

f) dinâmica dos atos relativos à sessão (inclusão de processo em pauta, remessa de autos ao gabinete e à sessão etc.): remessa para inclusão em pauta, revisão, intimações da pauta seguem cronograma de julgamentos da Segunda Turma;

g) fixação das metas de trabalho pelo diretor com participação dos servidores;

h) planejamento e avaliação periódica de atividades;

i) desempenho, de acordo com o setor, em regra, e no âmbito individual, em termos qualitativos;

j) produtividade e metas, de acordo com a atividade do setor;

k) gestão de pessoal e recursos materiais;

l) atendimento a advogados;

m) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores.

#### **4) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

No acervo em tramitação na Subsecretaria, em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial, assim como, os feitos da Meta 4/2016, Meta 6/2016 do CNJ e Meta 8/2016 do CJF.

A equipe observou que o Sistema SIAPRO emite *e-mail* aos advogados e procuradores com carga demorada de processo, além do prazo recursal ou para manifestação. Paralelamente a isso, o Diretor da Subsecretaria faz um relatório de controle.

Considerando o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos Gabinetes que integram a Turma, bem ainda o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho da Secretaria é bastante satisfatório. A equipe é motivada e os colaboradores comprometidos com suas atribuições.

#### **5) RECOMENDAÇÕES:**

a) cumprir as recomendações do item 2;

b) cumprir a Meta 4/2010, publicando todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento;

c) juntar petições e documentos no prazo máximo de 5 dias, ainda que os autos estejam conclusos nos Gabinetes, de modo que seja solicitada autorização aos seus titulares para que os servidores da secretaria realizem as juntadas nos próprios Gabinetes;

d) realizar relatório estatístico dos processos em carga e não devolvidos, a fim de viabilizar o controle e cobrança dos autos;

e) realizar anualmente a contabilização de todos os processos físicos em tramitação, com intuito de apurar a exata correspondência entre o acervo físico e o constante no sistema de controle processual;

f) gerar mensalmente relatórios de autos sem movimentação, a fim de auxiliar nas atividades gerenciais da direção de secretaria.

## SUBSECRETARIA DA 3ª TURMA

**ESPECIALIDADE:** Art. 10, § 2º, do Regimento Interno: 1) Matéria constitucional, incluindo nacionalidade e opção de naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, das 1ª e 3ª Seções; 2) licitações; 3) nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria das 1ª e 3ª Seções; 4) ensino superior; 5) inscrição no exercício profissional; 6) tributos em geral e preços públicos; 7) contribuições, excetuadas as de competência da 1ª Seção.

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

**1.1. Subsecretaria:** Subsecretaria da 3ª Turma

**1.2. Diretor de Subsecretaria:** Lorenzo da Paz Wilson de Medeiros.

**Tempo de atuação:** desde agosto de 2013 (2 anos e 10 meses).

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Subsecretaria.

### 1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	15	0	0	0	6	21	15
Inspeção/2016	16	0	0	0	5	21	16

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto/2014, contando, atualmente, com o mesmo número de auxiliares. Todavia, houve incremento de 1 servidor na área-fim.

O Diretor de Subsecretaria possui experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Não existe fixação de metas, tanto individuais como gerais, para toda a equipe. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pelo Diretor da Subsecretaria.

## 2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SUBSECRETARIA:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*</b>	
Processos em tramitação na turma (maio/2015)	2.267
Processos em tramitação na turma (abril/2016)	3.573

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 3.573 processos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes e prateleiras e organizados pelo critério de divisão por expedientes, prazos e publicações, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com o critério objetivo definido. Exceto em relação ao grande número de processos físicos amontoados em espaço bem reduzido, não se verificou nenhuma outra deficiência que comprometesse o trabalho da unidade inspecionada.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	10
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	16
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	21
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	43
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	75
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	7
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

No acervo em tramitação na Subsecretaria (3.573 processos), a equipe constatou que o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em abril/2016, era de 165 processos, correspondendo a 4,62%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, necessitam ser triados escorreitamente, a fim de permitir o atingimento da referida meta, embora seja forçoso reconhecer que estão a receber tratamento próprio e preferencial quando efetivamente identificados pela informática do Tribunal.

O número de feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, era de 7, enquanto da Meta 6 era 1. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se priorizar a tramitação, a fim de possibilitar o alcance com a máxima brevidade.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 6 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados, entre maio/2015 e abril/2016, um total de 6.746 acórdãos, dentre os 6.940 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia 285 acórdãos pendentes de publicação em 30/4/2016.

<b>PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Acórdãos lavrados	6.940
Acórdãos publicados	6.746
Tempo médio de publicação (dias)	6
Publicações em prazo superior a 10 dias	86
Pendentes de publicação	285

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

A Subsecretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre maio/2015 e abril/2016, houve 10.682 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 17.428 no período objeto da inspeção.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
Processos com carga ou vista (abril/2016)	646
Processos sobrestados na Turma (abril/2016)	5
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2016)	59
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2016)	-
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2016)	32
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2016)	42
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	19

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: - dado não disponível

Existem processos sobrestados, em razão de decisão do STF/STJ, somando 5 feitos, os quais se encontram devidamente organizados e armazenados.

Foram avistados, em abril de 2016, 646 processos com carga ou vista, 32 paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, 59 aguardando cumprimento de carta de ordem ou precatória, e nenhum aguardando cumprimento de diligência e de resposta a ofício.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 1 dia útil, o que se revela adequado.

Há 42 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. A mais antiga pendência é de 2/3/2016, referente ao Processo n. 2015.61.03.003092-8.

O tempo médio para a juntada é de 11 dias. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema processual/planilha/etc.

No acervo existem 19 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Subsecretaria. O mais antigo encontra-se paralisado sem justa causa desde 13/3/2015 (Processo n. 2013.03.00.022848-9).

Em relação aos processos, recomenda-se:

- a) solicitar a devolução dos processos com carga/vista com prazo superior a 60 dias: Processos n. 0014058-37.2015.4.03.9999 e 0005560-39.2016.4.03.0000;
- b) cumprir Meta 4/2010: todos os processos julgados até a última sessão do mês de abril/2016, salvo se já publicados;
- c) regularizar atraso na juntada de documentos/ofícios/mandados: Processos n. 201503000296534; 200903000377029; 201403000091063; 201503000173746; 201403000293930 e 200661260020750.

A Subsecretaria administra a realização, em média, de 2,4 sessões por mês, tendo havido, entre maio/2015 e abril/2016, 29 ordinárias e 3 extraordinárias. Não houve cancelamento de sessões no período.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é adequado. O volume de pendências na Subsecretaria não é o adequado, pois, dos 23 processos efetivamente inspecionados, 12 encontravam-se com atraso na tramitação.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

### **3) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

Por se tratar de unidade meramente processante, todos os processos recebidos na Subsecretaria dos gabinetes/entidades/advogados são imediatamente encaminhados à divisão competente e processados. Feitos pautados, com publicação de acórdão ou intimações de julgamento, são enviados à Divisão de Coordenação e Julgamento; feitos com despachos/decisões, bem como intimações cumpridas, ou devolvidos por advogados/entidades, são enviados à Divisão de Processamento; e agravos de instrumento, com despachos/decisões, bem como intimações cumpridas, ou devolvidos por advogados/entidades, são encaminhados à Divisão de Procedimentos Diversos.

A Direção da Subsecretaria entende não haver a necessidade de triagem em razão da antiguidade ou das preferências legais, já que tal triagem é feita pelos senhores desembargadores (nos gabinetes), quando do encaminhamento dos processos com despachos/decisões, que são logo incluídos em boletim para publicação no Diário Eletrônico.

Os processos são separados e classificados por despachos, decisões e agravos, de acordo com os tipos de publicações.

Segundo informações colhidas junto à Direção da Subsecretaria, não existe propriamente uma especialização de servidores por matéria ou fase processual, de modo que todos os servidores fazem de tudo. Entrementes, de acordo com o questionário que integra o Relatório da Ficha de Inspeção (item 4.6), as atividades são distribuídas pelas respectivas divisões (*vide* item 1.9), e, nestas, conforme função específica designada para cada servidor. Quando ocioso, o servidor auxilia os demais colegas, ainda que de outro setor.

Não há na unidade inspecionada um tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ, uma vez que todos os feitos recebidos dos gabinetes são processados imediatamente. Não há, tampouco, fixação de metas de trabalho, uma vez que a subsecretaria dá pronto andamento a todos os feitos recebidos dos Gabinetes.

A priorização dos feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa é feita na medida em que os gabinetes determinam a inclusão desses processos no espelho de pauta GEDPRO.

A subsecretaria inspecionada controla os prazos para publicação. Quando ocorrem atrasos, estes se devem aos gabinetes, que também são os responsáveis pelo controle do prazo para julgamento dos feitos.

Os processos recebidos para inclusão em pautas são dispostos, na ordem da guia de remessa, em prateleiras com identificação da data da sessão de julgamento. Após a elaboração da pauta, são dispostos de acordo com a numeração do respectivo item. O

controle das remessas é feito por intermédio de guias por meio do Sistema de Informação e Andamento Processual – SIAPRO e SICOM.

Encerradas as sessões de julgamento, os relatórios e votos são recebidos dos gabinetes e a Divisão de Coordenação e Julgamento costuma fazer as conclusões para declarações de votos vencidos ou condutores, bem como lavratura de acórdãos imediatamente. Os gabinetes têm colaborado na entrega dos autos a tempo da publicação em até uma semana após o julgamento.

Em relação às cartas de ordem expedidas, a cobrança é periodicamente controlada pelas Divisões de Processamento e Procedimentos Diversos em consulta física aos processos localizados na Subsecretaria em estantes devidamente identificadas.

De acordo com as novas normas determinadas pela legislação vigente (a exemplo do Novo CPC e das Leis n. 13.140/2015 e 13.146/2015), as solicitações da Conciliação são atendidas assim que os Gabinetes encaminham os autos à Subsecretaria. A Divisão de Arquitetura do Tribunal tem se empenhado em atender às reformas necessárias à acessibilidade.

Os diretores de divisão têm autonomia no planejamento das atividades, distribuindo as tarefas de acordo com a experiência e conhecimento de cada servidor. Em relação à avaliação das atividades, anualmente a unidade faz levantamento de dados estatísticos sobre todo o trabalho realizado no período, compartilhando as informações com os Gabinetes que compõem a 3ª Turma.

O desempenho da unidade só não é melhor em razão do pouco espaço físico para acondicionar o grande número de processos físicos no local, o que pode ser equalizado a partir da implantação do processo judicial eletrônico (PJE).

A Subsecretaria não tem meta de produtividade específica por servidor, mas somente por Seção/Divisão. Entretanto, a Subsecretaria sempre está desenvolvendo estratégias para agilizar a publicação das decisões e acórdãos, assim como a tramitação dos processos.

A Subsecretaria não tem encontrado dificuldades na execução de suas atividades, com exceção da questão do espaço físico, devido à dilatação dos prazos processuais imposta pelo Novo CPC. Atualmente, a unidade conta com servidores compromissados que trabalham em harmonia, o que favorece o clima organizacional e a eficiência.

Quanto ao atendimento dos advogados, este é feito sempre por um servidor mediante escala fixada, semanalmente, pelo Diretor da Subsecretaria. Não havendo anotação de segredo ou sigilo, a consulta dos processos é pública, observadas as regras com relação à ciência de decisão antes de publicada, por advogado devidamente constituído, o que é certificado nos autos.

Segundo informações da Direção, não existem pendências de inspeções anteriores, tendo sido cumpridas todas as determinações.



#### **4) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe de Inspeção da Corregedoria-Geral do CJF apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) a subsecretaria, na medida do possível, estava bem organizada e funcionando a contento; na análise processual, não se constatou situação sistêmica grave;

b) o Processo Judicial Eletrônico, por ser ainda incipiente no TRF3, não teve tempo suficiente para ser bem assimilado pelos servidores da unidade, que solicitaram a realização, urgente, de mais cursos e treinamentos pela Administração, relativos à implantação do PJE.

#### **5) RECOMENDAÇÕES:**

Tendo em vista que foi constatado, pela equipe de Inspeção da Corregedoria-Geral do CJF, em todos os gabinetes e subsecretarias inspecionadas (recomendação geral, portanto), que há necessidade de maior engajamento/participação dos setores ligados à Assessoria de Gestão de Sistemas de Informações, notadamente da Divisão de Gestão de Dados e da Seção de Estatística, com os gabinetes e com as subsecretarias, a fim de propiciar um melhor esclarecimento dos dados fornecidos pelo sistema de informática e uma melhor compreensão de como os dados processuais (e de gestão) podem ser obtidos pelos próprios gabinetes, **recomenda-se** que o gabinete inspecionado, se possível, junto à Corregedoria Regional (ou mesmo com o apoio da Corregedoria-Geral), promova tratativas para um melhor, mais fácil e mais rápido acesso às informações disponíveis no Banco de Dados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região – providências que são imprescindíveis para a correta identificação das fases e das informações dos processos, bem como à agilização de suas tramitações.

## SUBSECRETARIA DA 4ª TURMA

**ESPECIALIDADE:** competência tributária, administrativa, constitucional, ações civis públicas e outras matérias de direito público.

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

**1.1. Subsecretaria:** Subsecretaria da 4ª Turma

**1.2. Diretora de Subsecretaria:** Adriana Maria de Oliveira

**Tempo de atuação:** desde 2013

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora da Subsecretaria.

### 1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	16	0	0	0	6	22	16
Inspeção/2016	17	0	0	0	8	25	17

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto/2014, contando, atualmente, com 3 auxiliares a mais. Todavia, houve incremento de 1 servidor na área-fim.

A Diretora de Subsecretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas, tanto individuais como gerais, para toda a equipe. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pela Diretora da Subsecretaria.

### 2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SUBSECRETARIA:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na turma (maio/2015)	4.522
Processos em tramitação na turma (abril/2016)	4.328

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 4.328 processos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes e prateleiras e são organizados pelo critério de fase processual, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo, apesar da necessidade de ajustes pontuais, conforme apontamentos relacionados ao final do relatório. Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual. Verificou-se deficiência específica no ponto relativo a controle dos documentos expedidos pela subsecretaria, que pode ser melhorado com controle mensal de cobrança e reiteraões dos expedientes.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	7
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	2
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	39
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	41
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	22
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	41
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	36
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	62
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	9
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	7

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

No acervo em tramitação na Subsecretaria (4.328 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em abril/2016, era de 250 processos, correspondendo a 5,78%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

O número de feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, era de 9, enquanto os da Meta 6 eram 7. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se priorizar a tramitação, a fim de possibilitar o alcance com a máxima brevidade.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 11 dias, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados, entre maio/2015 e abril/2016, 7.805 acórdãos, dentre os 7.307 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia 190 acórdãos pendentes de publicação em 30/4/2016.

<b>PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Acórdãos lavrados	7.307
Acórdãos publicados	7.805
Tempo médio de publicação (dias)	11
Publicações em prazo superior a 10 dias	3.028
Pendentes de publicação	190

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

A Subsecretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre maio/2015 e abril/2016, houve 6.353 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 14.158 no período objeto da inspeção.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
Processos com carga ou vista (abril/2016)	1.174
Processos sobrestados na Turma (abril/2016)	28
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2016)	89
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2016)	-
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2016)	111
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2016)	390
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	54

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: - dado não disponível

Existem processos sobrestados, a maioria em razão de decisão do STF/STJ, somando 28 feitos, que se encontram devidamente organizados e armazenados.

Foram avistados, em abril de 2016, 1.174 processos com carga ou vista, 111 paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, 89 cartas de ordem ou precatórias; e nenhum aguardando cumprimento de diligência e de resposta a ofício. Alguns prazos já estavam vencidos. A Subsecretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual, apesar de terem sido encontradas algumas inconsistências com relação ao controle do prazo para cumprimento (Processos 20050300005876-9, 200461050063516, 201361430144291, 198261824580044, 200961260060499).

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 3 dias, o que se revela adequado, exigindo, contudo, aprimoramento no controle da fase específica, em face de algumas inconsistências encontradas (deficiência no controle do prazo e cobrança dos expedientes expedidos).

Há 390 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. A mais antiga pendência é de 49 dias, referente ao Processo 2013.61.43.014429-1.

O tempo médio para a juntada é de 19 dias. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema processual.

No acervo existem 54 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Subsecretaria. O mais antigo encontra-se paralisado sem justa causa desde 7/1/2003 (199003010421776).

Em relação aos processos, recomenda-se:

- a) solicitar a devolução dos Processos com carga/vista com prazo superior a 60 dias:

0008102-43.2014.4.03.6000	0002480-92.2015.4.03.6114
0003063-24.2014.4.03.6143	0001278-25.2015.4.03.6100
0001737-15.2015.4.03.6104	0000309-05.2015.4.03.6134
0019183-77.2014.4.03.6100	0006998-92.2014.4.03.6104
0004778-02.2015.4.03.6100	0005974-07.2015.4.03.6100
0013642-29.2015.4.03.6100	0000226-59.2015.4.03.6143
0010091-41.2015.4.03.6100	0003179-89.2015.4.03.6112
0003232-64.2015.4.03.6114	0032051-60.1999.4.03.6182
0009916-33.2009.4.03.6108	0025508-98.2015.4.03.0000
0022695-98.2015.4.03.0000	0004820-51.2015.4.03.6100
0009615-03.2015.4.03.6100	0010730-59.2015.4.03.6100
0002396-21.2015.4.03.6105	0000262-09.2015.4.03.6109
0004184-28.2015.4.03.6119	0024438-46.2015.4.03.0000
0002623-69.2014.4.03.6000	0007187-91.2014.4.03.6000
0004552-85.2015.4.03.6103	

- b) cumprir Meta 4/2010: (todos os 190 processos do item 3.8 do questionário da Corregedoria, caso ainda não publicados);
- c) regularizar atraso na juntada de documentos/ofícios/mandados: (201561120049458);
- d) providenciar o cumprimento das determinações e atualização no sistema dos Processos 200003000097339 (conversão em renda), 200003990671419, 200303000058955, 200461050063516, 200503000058769, 200561090034702 (cobrança de expediente), 200603000105995, 200703000695316,

200803000161934, 200903000140856, 200903000154351, 201303000064146 e 201503000253584.

A Subsecretaria administra a realização de 2 sessões por mês, tendo havido, entre maio/2015 e abril/2016, 26 ordinárias e nenhuma extraordinária. Houve cancelamento de 1 sessão no período, em virtude da Resolução 1533876, de 12 de dezembro de 2015, que suspendeu os prazos entre 7 e 20/1/2016.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é adequado, mas exige urgente melhoramento especialmente no tocante ao controle dos processos no sistema de acompanhamento processual. O volume de pendências na Subsecretaria é baixo, pois, dos 34 processos inspecionados, 2 encontravam-se com atraso na tramitação.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

### **3) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

a) triagem inicial de processos: tarefa realizada regularmente pelos servidores, havendo a separação pela fase processual;

b) classificação e separação física de processos: tarefa realizada regularmente pelos servidores responsáveis pelos processos;

c) especialização de servidores por matéria ou fase processual: é regularmente realizada a separação por fase processual;

d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ: é realizada a triagem e priorização dos feitos;

e) dinâmica dos atos relativos à sessão (inclusão de processo em pauta, remessa de autos ao gabinete e à sessão etc.): são realizadas regularmente as atividades que são afetas à secretaria da turma;

f) fixação das metas de trabalho pela diretora com participação dos servidores: a tarefa é realizada regularmente com a participação dos servidores;

g) planejamento e avaliação periódica de atividades: é realizado o planejamento e a avaliação periódica das atividades pelos assessores com a supervisão da diretora;

h) desempenho: existe avaliação do desempenho dos servidores, devidamente formalizada;

i) produtividade e metas: há controle da produtividade dos servidores;

j) gestão de pessoal e recursos materiais: atualmente não há problemas com falta de pessoal ou equipamentos;

k) atendimento a advogados: é realizado pelos estagiários de nível superior, no primeiro momento; e, se necessário, são encaminhados aos servidores ou à diretora;

l) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores: resta a regularização do Processo 2005.03.00.005876-9.

#### **4) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada, a serem sanadas conforme recomendações a seguir:

a) deficiência no controle da cobrança dos expedientes expedidos;

b) deficiência no controle do acervo pelo sistema, existindo vários processos que deveriam estar baixados.

#### **5) RECOMENDAÇÕES:**

a) determinar a adoção das medidas administrativas a fim de regularizar o andamento dos Processos 200503000058769, 200461050063516, 201361430144291, 198261824580044, 200961260060499;

b) adotar sistema de controle de prazos vencidos para as cartas de ordem e ofícios expedidos, devendo haver cobrança 90 dias após a expedição sem cumprimento das cartas de ordem; determinar que após 30 dias sem resposta da realização da diligência da vara ordenada, sejam os autos certificados e conclusos ao Desembargador relator para a adoção das medidas administrativas que entender cabíveis;

c) melhorar procedimento de controle de apensamento de feitos, devendo haver orientação para que todos os servidores observem o procedimento correto no sistema;

d) solicitar que o setor de estatística do TRF3 encaminhe, uma vez ao ano ao gestor da unidade, relatório com o número dos processos sem movimentação há mais de 1 ano, para que sejam adotadas medidas de gestão a fim de evitar casos como o do Processo n. 200503000058769, sem movimentação desde 21/3/2005 (processo desaparecido, em fase de restauração de autos – 201503000079456);

e) regularização urgente dos Feitos 199003010421776, 199603010365192, 199903991160957, 200003990671419, 200103990165130, 200261050027187,

200303000044038, 200303000058955, 200303000738899 e 200303990040081, paralisados sem justificativa há mais de 90 dias;

f) adotar sistemática junto aos gabinetes para manutenção da META 4/2010.

g) regularizar o andamento do Processo 2005.03.00.005876-9, pendente da inspeção anterior, no prazo de 90 dias, providenciando andamento célere na restauração de autos;

h) providenciar o andamento ou a restauração dos Feitos parados há mais de 90 dias (199003010421776 , 199603010365192, 199903991160957, 200003990671419, 200103990165130, 200261050027187, 200303000044038, 200303000058955, 200303000738899 e 200303990040081).



## SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA

**ESPECIALIDADE:** Processar e julgar feitos relativos à matéria criminal e residual cível, ressalvada a competência do Órgão Especial.

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

**1.1. Subsecretaria:** Subsecretaria da 5ª Turma

**1.2. Diretora de Subsecretaria:** Margareth M. Watanabe Perdigão

**Tempo de atuação:** desde julho de 2014

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora da Subsecretaria, Margareth M. Watanabe Perdigão.

### 1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	13	0	0	0	07	20	13
Inspeção/2016	13	0	0	0	07	20	13

A força de trabalho em exercício não sofreu alteração em relação à existente na inspeção realizada em agosto/2014.

A Diretora da Subsecretaria da 5ª Turma demonstra ter experiência administrativa e processual, além de exercer liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas, tanto individuais como gerais, para toda a equipe. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pela Diretora da Subsecretaria, por meio de folha de frequência.

## 2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SUBSECRETARIA:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na turma (maio/2015)	2.705
Processos em tramitação na turma (abril/2016)	2.462

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Havia na unidade, no período da inspeção realizada pela Corregedoria-Geral do CJF, 2.884 processos.

Os processos físicos são colocados em armários e organizados pelo critério de disponibilização de despachos e acórdãos, pautas, prazos, aguardando diligências etc., o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual e critério objetivo definido. Verificou-se deficiência específica no ponto relativo à quantidade de armários para armazenamento de processos e disponibilidade de espaço físico.

O acervo da unidade, quanto às metas do CNJ, apresenta atualmente o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	32
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	6
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	18
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	43
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	43
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	63
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	56
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	85
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

No acervo em tramitação na Subsecretaria, o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em abril/2016, era de 346 processos, o que corresponde a 14% do total de processos. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

Não havia na unidade inspecionada processos das Metas 4/2016 e 6/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014, e apurados em abril/2016. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se priorizar a tramitação, a fim de possibilitar o alcance das metas.

Também não havia processos da Meta específica 8/2016 do CJF, em tramitação na Subsecretaria da 5ª Turma.

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal)</b>	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2014.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 6 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados, entre maio/2015 e abril/2016, 7.647 acórdãos, dos quais 7.576 foram lavrados nesse período pelos gabinetes que compõem a 5ª Turma. Ainda havia, em abril de 2016, 194 acórdãos pendentes de publicação.

<b>PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Acórdãos lavrados	7.576
Acórdãos publicados	7.647
Tempo médio de publicação (dias)	6
Publicações em prazo superior a 10 dias	47
Pendentes de publicação	194

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

A Subsecretaria da 5ª Turma não possui estatística do volume de decisões monocráticas terminativas publicadas.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
Processos com carga ou vista (abril/2016)	524
Processos sobrestados na Turma (abril/2016)	0
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2016)	14
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2016)	-
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2016)	3
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2016)	64
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	5

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: - dado não disponível

Não se verificaram processos sobrestados. Foram constatados, em abril de 2016, 524 processos com carga ou vista, 3 paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, 14 cartas de ordem ou precatórias; e 1 aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício. Os prazos de alguns deles já estavam vencidos. A Subsecretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 3 dias, o que se revela adequado.

Há 64 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. A mais antiga pendência é de 8/1/2016, referente ao Processo 2010.61.12.007522-8.

O tempo médio para a juntada é de 19 dias. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema processual/planilha/etc.

No acervo existem 5 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Subsecretaria. O mais antigo encontra-se paralisado desde 11/12/2014 (Processo 2004.03.99.024343-9), apensado ao 2004.03.99.024344-0, que estava com movimentação regular.

Diante da situação verificada, recomenda-se:

- a) solicitar a devolução dos 19 Processos com carga/vista, com prazo superior a 60 dias:

0003945-65.2012.4.03.6107	0000538-57.2013.4.03.6126
0000438-09.2015.4.03.6005	0001622-27.2011.4.03.6106
0006459-29.2011.4.03.6138	0003902-92.2012.4.03.6119
0001051-69.2005.4.03.6105	0014136-10.2009.4.03.6000
0007522-07.2010.4.03.6112	0007657-27.2012.4.03.6119
0011693-86.2013.4.03.6181	0001488-46.2015.4.03.6110
0014096-57.2011.4.03.6000	0018430-91.2012.4.03.6100
0008108-52.2012.4.03.6119	0002623-64.2004.4.03.6115
0000919-79.2005.4.03.6115	0000013-33.2003.4.03.6124
0001718-32.2004.4.03.6124	

- b) proceder a juntada de documentos/ofícios/mandado, que aguarda desde 8/1/2016, no Processo 2010.61.12.007522-8;
- c) fazer conclusão ao relator do Processo 2004.03.990.24343-9, já redistribuído por dependência ao de número 2002.03.000.46089-3;
- d) acompanhar o cumprimento/devolução de carta de ordem expedida no Processo 2006.61.0000.2415-7. Não havendo resposta em prazo superior a 90 dias, sugere-se certificar e fazer conclusão ao relator;
- e) dar regular andamento ao Processo 2005.03.990.13968-8, com recurso especial juntado desde 2/3/2016.

A Subsecretaria da 5ª Turma fornece apoio à realização de duas sessões por mês, que somaram, entre maio/2015 e abril/2016, 22 ordinárias e 2 extraordinárias. Houve

cancelamento de apenas uma sessão no período, no dia 25/5/2015, em virtude de licença saúde do Desembargador Federal André Nekatschalow.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria da 5ª Turma e nos órgãos que a integram, bem como o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é satisfatório. O volume de pendências na Subsecretaria é baixo, pois dos 30 processos relacionados para a inspeção, apenas 2 encontravam-se com atraso na tramitação.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

### **3) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

a) os processos são triados assim que chegam à unidade, com prioridade aos criminais, aos que há determinação de urgência e aos processos para inclusão em pauta de julgamento;

b) os processos são distribuídos na Subsecretaria da Turma por divisão e por matéria cível e criminal;

c) há especialização de servidores por matéria ou fase processual; no tocante à publicação de acórdãos e trânsito dos processos;

d) a Turma prioriza o processamento e julgamento dos processos com prioridade legal ou meta CNJ;

e) há priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa;

f) os processos são pautados com observância do cronograma de julgamento e na medida em que os gabinetes encaminham os feitos para inclusão em pauta;

g) na dinâmica dos atos relativos à sessão, verifica-se impedimento, advogados constituídos, dativos etc.; nos casos em que há urgência, a pauta é aditada para permitir o julgamento mais rápido dos processos, sempre que possível, na próxima sessão;

h) há fixação das metas de trabalho pela diretora da unidade, com participação dos servidores, com prioridade para as metas do CNJ, aos processos criminais, à remessa dos autos à vara/seção judiciária de origem logo após o trânsito em julgado do acórdão/decisão, ao encaminhamento dos autos ao Ministério Público Federal, Fazenda Nacional, Advocacia-Geral da União, à juntada de petição e à conclusão dos processos aos relatores;

i) há planejamento e avaliação periódica das atividades desenvolvidas em cada uma das 3 divisões que compõem a Subsecretaria; verifica-se regularmente se há pendências em alguma delas, para procurar saná-las de imediato;

j) procura-se desempenhar as atividades da unidade no menor tempo possível;

k) a publicação dos despachos/decisões e acórdãos ocorre, em média, no prazo de 10 dias;

l) procura-se distribuir os servidores lotados na unidade de acordo com a demanda de cada divisão; a gestão de recursos materiais é feita pela diretora da divisão de procedimentos diversos, com a ajuda de cada um dos servidores;

m) o atendimento aos advogados/estagiários é sempre feito por um estagiário, que conta com o apoio de um servidor e, se necessário, pela diretora da divisão ou subsecretaria;

n) as recomendações das inspeções anteriores, no que depende da subsecretaria, estão sendo cumpridas, tais como: otimizar o serviço, conferir maior celeridade ao processo, cobrar a devolução dos processos com vista ao Ministério Público, Fazenda Nacional, Defensoria Pública, Advocacia-Geral da União e advogados com prazo esgotado.

#### **4) RECOMENDAÇÕES:**

a) verificar os processos que possuem apensos, de forma que, havendo necessidade, sejam dadas as movimentações processuais em todos os feitos; e

b) diligenciar acerca do cumprimento de cartas de ordem, para, no caso de não haver resposta, certificar e levar os autos conclusos ao relator.

## SUBSECRETARIA DA 6ª TURMA

**ESPECIALIDADE:** Direito Público

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

**1.1. Subsecretaria:** Subsecretaria da 6ª Turma

**1.2. Diretor de Subsecretaria:** Wanderley Francisco de Souza

**Tempo de atuação:** desde 22/2/2016

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Subsecretaria.

### 1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	15				06	21	21
Inspeção/2016	17				02	19	19

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto/2014, contando, atualmente, com 2 auxiliares a menos. Houve redução de 2 servidores na área-fim.

O Diretor de Subsecretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Registre-se que o atual Diretor, embora tenha assumido a Direção recentemente, em 22/2/2016, com a Presidência da Desembargadora Consuelo Yoshida, é servidor da Subsecretaria desde 1996, e atuava na Divisão de Procedimentos Diversos. É bacharel em Direito com pós-graduação em Direito Previdenciário. A Direção, no período anterior, era ocupada por Marcelo Teotônio, que passou a exercer o cargo de Diretor da Subsecretaria das Seções.

Não existe fixação de meta numérica. Trabalha-se com a tarefa do dia, que é cumprida de imediato. Algumas tarefas estendem-se no tempo (expedição de mandados, ofícios, cartas) e são cumpridas, no máximo, até o dia seguinte ao da chegada dos processos. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho dos servidores e estagiários, pelo Diretor da Subsecretaria, mediante Livro de Frequência.

## 2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SUBSECRETARIA:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*</b>	
Processos em tramitação na turma (maio/2015)	3.137
Processos em tramitação na turma (abril/2016)	3.184

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 3.184 processos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes, identificadas com etiquetas e placas (exemplificativamente: estantes com processos por data da publicação, estantes com processos que aguardam cumprimento de carta de ordem ou mandado, estantes com processos que aguardam decurso de prazo, de nominado “trânsito”, estantes com processos incluídos em pauta, estantes com processos com decisões) e organizados em ordem numérica. Os processos são localizados mediante registro e consulta no SIAPRO, além de um mural com informações sobre a estante em que se encontram, como no caso dos processos que aguardam publicação. Essa organização repete-se em cada Divisão da Subsecretaria. A repercussão no resultado da gestão do acervo é positiva. Não foram verificadas deficiências específicas.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	1
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	1
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	10
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	24
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	17
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	79
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	18
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	3
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

No acervo em tramitação na Subsecretaria (3.184 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em abril/2016, era de 150 processos, correspondendo a 4,71%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados mediante identificação com tarja e registro no SIAPRO. O tratamento é rápido, em conjunto com o restante do acervo. Casos específicos de meta são identificados para cumprimento imediato e recebem tratamento próprio e preferencial.



O número de feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, era de 3, enquanto os da Meta 6 eram 2. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se priorizar a tramitação, a fim de possibilitar o alcance com a máxima brevidade.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 7 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados, entre maio/2015 e abril/2016, 5.650 acórdãos, dentre os 5.290 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia 102 acórdãos pendentes de publicação em abril de 2016.

<b>PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Acórdãos lavrados	5.290
Acórdãos publicados	5.650
Tempo médio de publicação (dias)	7
Publicações em prazo superior a 10 dias	29
Pendentes de publicação	102

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

A Subsecretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre maio/2015 e abril/2016, houve 11.258 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 16.908 no período objeto da inspeção.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
Processos com carga ou vista (abril/2016)	596
Processos sobrestados na Turma (abril/2016)	4
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2016)	61
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2016)	-
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2016)	27
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2016)	29
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	8

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: - dado não disponível

Existem 4 Processos sobrestados, a seguir identificados:

- a) 2006.61.00.002516-4: o processo na realidade encontrava-se sobrestado no gabinete. Foi levantado o sobrestamento para juntada de petição e conclusão. O processo baixou à Turma para cumprimento de despacho, porém em seguida lançou-se o sobrestamento. Portanto, foi recomendado levantar a fase de suspensão, o que foi providenciado durante a inspeção;
- b) 1999.03.99.109291-5: registro errôneo no sistema, pois o processo, de fato, encontra-se sobrestado na Vice-Presidência. Durante a inspeção, foi recomendado ao Diretor da unidade que regularizasse o registro processual, o que foi atendido após contato com o órgão competente do tribunal, conforme documento anexo a este relatório;
- c) 2010.6103.00.1694-6: foi regularizado o registro eletrônico, o processo não se encontra suspenso na unidade;
- d) 0055439-982013403618-2: trata-se de caso de suspensão em virtude de parcelamento, com prazo final de pagamento previsto para 2017, com determinação específica no despacho de permanência na Subsecretaria. Como se trata do único caso de efetivo sobrestamento na Subsecretaria, recomenda-se contato com o Gabinete para confirmar a determinação e, conforme o caso, corrigi-la ou mantê-la no prazo de 5 dias.

De qualquer forma, esse processo sobrestado encontrava-se devidamente organizado e armazenado.

Foram avistados, em abril de 2016, 596 processos com carga ou vista, 27 paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, 61 cartas de ordem ou precatórias; não havendo processos aguardando cumprimento de diligência e de resposta a ofício. Em relação a esses processos:

- a) dos 596 processos com vista, 2 Processos estavam com prazo vencido (2015.03.00018988-2 e 2015.0300023021-3), mas já tinham sido devolvidos, com parecer, no momento da inspeção;
- b) dos 61 processos paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória, não havia nenhum com prazo vencido;
- c) dos 27 processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação, não havia nenhum com prazo vencido;
- d) em todos esses casos, a Subsecretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual, mediante planilhas extraídas em rede, compartilhadas com os servidores.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de no máximo 1 dia. Na realidade, a maioria das conclusões é feita no mesmo dia, o que se revela muito adequado.

Há 29 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. A mais antiga pendência é de 10/11/2015, referente ao Processo 2014.61.00.023519-2 – Processo localizado no MPF, com carga para oferecimento de parecer inicial desde 10/11/2015 (item 3.15 no questionário), que, no momento da inspeção, já havia sido devolvido com parecer e estava concluso ao Gabinete.

O tempo médio para a juntada é de 1 dia, sendo que grande parte é feita no mesmo dia. A exceção é o tempo médio para juntada em processos que estão nas procuradorias (AGU, DPU, mas principalmente MPF), que é de 15 dias, promovendo-se a juntada imediatamente ao retorno dos autos, pois o documento não vem junto com os autos. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante relatórios gerenciais do SIAPRO, extraídos mensalmente. Vencido o prazo, cobra-se por *e-mail* e, não obtido sucesso, mediante mandado de intimação cuja expedição é autorizada pela Presidência da Turma.

No acervo existem 9 Processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Subsecretaria, a seguir identificados:

- 199503010068480, desde 2/6/2005 – Agravo de Instrumento. Autos findos baixados à origem em 11/5/2016;

- 199803010722570, desde 3/5/2010 – Agravo de Instrumento. Autos findos. Foi lançada certidão de regularização do processamento em 11/5/2016.

- 199903991092915, desde 16/12/2014 – AMS. Suspenso pelo RE 595.107/PR. Os autos não se encontram na Subsecretaria, senão na Vice-Presidência. Situação já destacada acima, tendo sido determinada a regularização do registro.

- 200761040019143 , desde 3/6/2015 – Incluído na amostragem e inspecionado. Conclusos para análise de agravo interno. Resolvido.

- 200903000071445, desde 22/10/2012 – Agravo de Instrumento, transformado em agravo retido, baixado à origem e reativado por ter retornado ao TRF para julgamento com a apelação no processo principal.

- 201003000272829 , desde 14/3/2014 – Agravo de Instrumento. Inspecionado. Transformado em agravo retido, baixado à origem e reativado por ter retornado ao TRF para julgamento com a apelação no processo principal.

- 201103000007415 , desde 22/10/2012 – Processo inspecionado com base no extrato de movimentação. Baixado à origem em 16/5/2016.

- 201103000098573 , desde 22/10/2012 – Agravo de Instrumento. Inspecionado. Transformado em retido, baixado à origem e reativado por ter retornado ao TRF para julgamento com a apelação no processo principal.

- 201103000182419, desde 22/10/2012 – Agravo de Instrumento. Inspeccionado. Transformado em retido, baixado à origem e reativado por ter retornado ao TRF para julgamento com a apelação no processo principal. Atualmente com carga ao MPF.

Dos 32 processos selecionados para inspeção, 15 foram inspeccionados diretamente. Os demais, que tramitavam em unidades externas ou tinham sido baixados, foram inspeccionados com base nos respectivos extratos processuais.

Os autos destinados à inspeção estavam identificados e com os registros processuais pertinentes, e não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual e as constantes dos autos

Não foram identificados processos da inspeção anterior pendentes de regularização para acompanhamento na atual. Também não foram inspeccionados na Secretaria processos em razão de representação por excesso de prazo e, na amostragem ou no acervo geral, não constaram processos extraviados.

À exceção de 2 Processos (n. 201261000183821 e 201461000099132), todos os demais tinham distribuição anterior a 31/12/2012, no tribunal, e, portanto, enquadravam-se na Meta 2 do CNJ, dos anos 2009 a 2016. No entanto, de uma forma geral, todos estavam com tramitação regular na Secretaria.

Por evento ou fase processual, a amostragem indicou 7 Processos aguardando o julgamento de agravo interno. Desses, 3 já estavam conclusos com o relator (199961000592337, 200361030076598 e 200761040019143), 2 aguardavam o decurso de prazo para manifestação sobre o recurso interno (200561040096888 e 200761040107627), 1 aguardava o decurso do prazo para a regularização da representação processual do agravado (199803010659317) e 1 estava incluído na pauta de julgamento de 16/6/2016 (201261000183821). O tempo de tramitação desses feitos na Secretaria estava regular, e verificou-se que, na maioria deles, a conclusão se deu no mesmo dia da juntada do recurso.

O tempo médio de tramitação dos processos na Secretaria é de 23 dias, e o maior tempo de tramitação ocorre, em regra, na fase em que se aguarda o prazo para manifestação das partes após a intimação. Na listagem da inspeção, 9 processos se encontravam nessa situação, todos ainda dentro do prazo.

Situação que chamou a atenção foi a existência de processos findos, já julgados e/ou sem providência a ser adotada, mas que ainda estavam ativos em virtude da tramitação do processo principal. Tais processos, num total de 2, indicados abaixo, representam pendência no sistema, tanto que foram selecionados para a inspeção. Em relação a eles, recomendam-se o desapensamento e a baixa.

A amostragem também revelou a existência de 3 Processos com petições pendentes de juntada (199103010064522, 199403010597732 e 199603010935520). Em

todos eles, no entanto, foi possível verificar que as petições pendentes se referem a recursos de agravo de instrumento contra a inadmissão de recursos excepcionais, as quais, ainda que vinculadas ao feito originário, são autuadas em apartado, recebendo número próprio de agravo. Todavia, essa petição, devidamente processada, fica registrada como pendência nos feitos dos quais originados os recursos. Recomenda-se a baixa nessas petições. Sobre isso, na entrevista, foi mencionado que, atualmente, não há mais autuação em apartado dessas petições, mas os casos remanescentes de vinculação errônea dessas petições à Turma são resolvidos por *e-mail* enviado ao Setor de Protocolo.

Em relação aos processos inspecionados, recomenda-se:

- a) dar baixa nas petições pendentes, relativas a agravos contra a inadmissão de recursos excepcionais já processados: 199103010064522, 199403010597732 e 199603010935520;
- b) publicar despacho em 10 dias: 199803010659317;
- c) dar baixa nos processos findos ainda ativos no sistema: 199803010722570 e 201003000272829; e
- d) acompanhar o decurso de prazo para manifestação ou carga e, após, adotar as providências pertinentes: 200303990276453, 200561000186878, 200561040096888, 200661000108203, 200761040107627, 200861030061623, 200961000164440, 201061820076308, 201103000182419, 201261000098982 e 201461000099132 (total: 11).

A Subsecretaria administra a realização de 1,83 sessões por mês, tendo havido, entre maio/2015 e abril/2016, 22 sessões ordinárias, não tendo havido sessões extraordinárias. Não houve cancelamento de sessões ordinárias no período.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Subsecretaria é baixo, pois, dos 32 processos inspecionados, nenhum encontrava-se com atraso na tramitação.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos:

CPC: realização de reuniões com diretores e servidores, a fim de sanar e esclarecer eventuais dúvidas, assim como padronizar procedimentos com outras subsecretarias; reuniões com a Desembargadora Presidente da Turma; contagem de prazos em dias úteis e os novos prazos recursais; intimação da parte contrária acerca do agravo interno e embargos de declaração com efeitos infringentes; carga rápida de 2 a 6 horas, quando na fluência do prazo comum às partes; suspensão dos processos com julgamento não unânime para prosseguimento na última sessão do mês, às 13h, devendo nesta sessão

comparecer aqueles mesmos magistrados e mais um desembargador convocado, integrante da 3ª Turma, conforme arts. 53 e 260 do Regimento Interno.

Lei n. 13.140/2015: o Tribunal possui um setor responsável por essas demandas, o Gabinete de Conciliação do TRF3, para onde os autos são encaminhados quando há expressa determinação do Relator. O procedimento adotado pela subsecretaria, nesses casos, é o cumprimento do despacho e o envio ao setor de conciliação do Tribunal.

Lei n. 13.146/2015: a subsecretaria providencia o atendimento preferencial, fornecendo o que for necessário para um atendimento prioritário, permitindo, inclusive, o acesso ao recinto interno da subsecretaria para uso de cadeira ou mesa.

### **3) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

a) triagem inicial de processos: os processos são triados inicialmente por qualquer dos servidores, que distribuem os processos para cada uma das Divisões (Divisão de Processamento, Divisão de Julgamento e Divisão de Procedimentos Diversos). Nas Divisões, qualquer um dos servidores faz uma segunda triagem, separando os processos por casos urgentes e (tutela) e por providência a ser adotada;

b) classificação e separação física de processos: os processos físicos encontram-se armazenados em estantes, identificadas com etiquetas e placas (exemplificativamente: estantes com processos por data da publicação, estantes com processos que aguardam cumprimento de carta de ordem ou mandado, estantes com processos que aguardam decurso de prazo, de nominado “trânsito”, estantes com processos incluídos em pauta, estantes contendo processos com decisões) e organizados em ordem numérica. Os processos são localizados mediante registro e consulta no SIAPRO, além de um mural com informações sobre a estante em que se encontram, como no caso dos processos que aguardam publicação. Essa organização repete-se em cada Divisão da Subsecretaria;

c) especialização de servidores por matéria ou fase processual: os servidores estão distribuídos pelas Divisões na forma da letra “a” e atuam conforme a providência a ser adotada;

d) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ: são triados mediante identificação com tarja e registro no SIAPRO. O tratamento é rápido, em conjunto com o restante do acervo. Casos específicos de meta são identificados para cumprimento imediato e recebem tratamento próprio e preferencial. A maioria dos casos é de idosos;

e) priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa: não se aplica;

f) controle de prazo para julgamento de feitos: não se aplica;

g) dinâmica dos atos relativos às sessões (inclusão de processo em pauta, remessa de autos ao gabinete e à sessão etc.): os pedidos de inclusão dos processos em pauta são realizados pelos gabinetes, que disponibilizam um bloco no GEDPRO e encaminham os processos físicos. A ordem dos processos é estabelecida pelos gabinetes, diretamente no GEDPRO. O bloco é encerrado 30 dias antes da respectiva sessão. Após, já com os autos relativos à sessão, o gabinete prepara a pauta, que é assinada pela Desembargadora Federal Presidente da Turma e inicia as diligências de intimação para a sessão, verificação de eventuais impedimentos e suspeições e recebimento de pedidos de sustentação oral. Após a sessão, no mesmo dia, os resultados são inseridos no GEDPRO e são elaboradas as certidões dos julgamentos ocorridos na sessão. Recebidos os acórdãos dos gabinetes – o que, geralmente, ocorre no prazo de 2 dias após a sessão –, eles são encaminhados para publicação pela Subsecretaria;

h) fixação das metas de trabalho pelo diretor com participação dos servidores: não existe fixação de meta numérica. Trabalha-se com a tarefa do dia, que é cumprida de imediato. Algumas tarefas estendem-se no tempo (expedição de mandados, ofícios, cartas etc.) e são cumpridas no máximo até o dia seguinte ao da chegada dos processos. Há delegação para a prática de atos ordinatórios, como a juntada de procurações e substabelecimentos, intimações para manifestação em agravos internos, embargos de declaração com efeitos infringentes e retirada de autos diretamente no balcão, estabelecidos em Ordem de Serviço da Presidência da Turma (Ordem de Serviço n. 1/2016) e também em Resolução do Conselho de Administração do Tribunal (Resolução CATRF3R n. 495/2014), ambas disponibilizadas à equipe de inspeção e anexados a este relatório;

i) planejamento e avaliação periódica de atividades: o planejamento é semanal, de acordo com a demanda específica da semana – processos para recebimento de pauta; processos recebidos com acórdãos; processos recebidos das Procuradorias. Há controle por intermédio de relatório mensal de processos pendentes, relatório semanal de petições pendentes e acompanhamento do trabalho pelos diretores de divisão aos quais estão vinculados os servidores, e supervisão pelo Diretor da Subsecretaria. São feitas reuniões periódicas para esse fim;

j) desempenho: é avaliado pelos Diretores de Divisão, salvo se o servidor está em estágio probatório, quando é avaliado pelo Diretor da Subsecretaria;

k) produtividade e metas: há acompanhamento por tarefas pelos Diretores de Divisão, supervisionados pelo Diretor;

l) gestão de pessoal e recursos materiais: os servidores, em geral, trabalham na Subsecretaria há algum tempo. São feitas reuniões com os grupos e ocasionalmente com algum servidor diretamente. Há necessidade de ampliação do espaço físico e das estantes, em virtude da ampliação dos prazos processuais, pelo NCPC. Não há mais como colocar novas estações de trabalho. Os servidores são estimulados a participarem dos cursos de capacitação oferecidos pelo Tribunal, exemplificando com cursos sobre o

NCPC e sobre o PJE. As questões são também debatidas em reuniões com servidores, com a Presidente da Turma e com os demais diretores das outras Turmas;

m) atendimento a advogados: no balcão, todos os servidores atendem, em sistema de rodízio, uma hora cada um. No horário de pico, entre 13 e 16 horas, há mais um servidor para auxiliar;

n) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores: sim, não havendo pendências. A recomendação de cobrança dos autos nas Procuradorias teve um bom efeito e melhorou a situação desses processos;

o) em caso de conciliação, os processos são enviados ao Gabinete da Conciliação e desistências de recursos acontecem com frequência, sendo despachados no Gabinete, havendo histórico de grandes lotes de desistência. A remessa dos processos para conciliação é determinada pelo relator;

p) relatou-se a falta de estagiários como uma consequência negativa do contingenciamento que exigiu redistribuição de tarefas entre os servidores: antes havia 6 ou 7 e, hoje, são apenas 2. A vigência do NCPC implicou sobrecarga de trabalho e aprendizado, em virtude de prazos mais alongados, contagem dos prazos em dias úteis, intimação da parte contrária em tudo, e da nova técnica de julgamento não unânime.

#### **4) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A Subsecretaria da 6ª Turma encontra-se muito bem gerida, sendo merecedor de elogio o desempenho da Unidade. A organização do trabalho e o armazenamento dos processos permitem não apenas um bom gerenciamento, como também torna muito agradável o ambiente de trabalho.

#### **5) RECOMENDAÇÕES:**

a) observar as recomendações do item 2;

b) acompanhar, por relatório mensal, o vencimento dos prazos dos processos remetidos diretamente pela Distribuição ao Ministério Público Federal, para parecer inicial;

c) cuidar a baixa de agravos de instrumento apensados, sem reautuação;

d) cuidar a baixa do sobrestamento em caso de movimentação do processo sobrestado em virtude de algum incidente processual;



e) buscar a ampliação do espaço físico, considerando as novas necessidades decorrentes da vigência do NCP, como aumento de prazos processuais e forma de contagem dos prazos.

## SUBSECRETARIA DA 7ª TURMA

**ESPECIALIDADE:** Direito Previdenciário

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

**1.1. Subsecretaria:** Subsecretaria da 7ª Turma

**1.2. Diretora de Subsecretaria:** Suely Leiko Miura

**Tempo de atuação:** desde 18/3/2014

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora da Subsecretaria.

### 1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	16	0	0	0	8	24	16
Inspeção/2016	14	0	0	0	7	21	14

O quantitativo da força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto/2014, contando, atualmente, com 3 auxiliares a menos. Houve redução de 2 servidores na área-fim.

A Diretora da Subsecretaria possui experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Não existe fixação de metas individuais e, sim, de metas gerais para toda a equipe. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pela Diretora da Subsecretaria.

## 2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SUBSECRETARIA:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na turma (maio/2015)	4.300
Processos em tramitação na turma (abril/2016)	5.760

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 5.760 processos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes e organizados pelo critério de data de publicação, de acordo com a ordem numérica e separados conforme o procedimento a ser adotado, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual, pois os serviços são distribuídos entre as três divisões da subsecretaria: a divisão de processamento, a divisão de procedimentos diversos e a divisão de coordenação e julgamento. Verificou-se deficiência específica no ponto relativo ao espaço físico da Secretaria, em face da permanência de processos por mais tempo na unidade. O aumento desse tempo de permanência decorre: a) da mudança na sistemática de julgamentos, que antes eram de regra feitos monocraticamente e passaram a ser feitos em colegiado; b) do sistema de contagem de prazos, estabelecido pelo novo Código de Processo Civil, em dias úteis. O problema pode ser enfrentado de várias maneiras, como mediante a disponibilização de mais armários, a implantação de técnicas que permitam a redução do tempo de permanência dos autos em Secretaria e outras medidas. Além disso, com o gradual aumento do número de processos eletrônicos, em relação aos processos físicos, o problema tende a diminuir.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	1
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	45
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	87
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	52
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	65
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	109
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	59
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

No acervo em tramitação na Subsecretaria (5.760 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em abril/2016, era de 418 processos, correspondendo a 7,26%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

Quanto aos feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e os da Meta 6/2016, apurados em abril/2016, não havia processo.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 5 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados, entre maio/2015 e abril/2016, 9.155 acórdãos; 9.096 acórdãos foram lavrados pelos gabinetes que são atendidos pela Subsecretaria. Havia 341 acórdãos pendentes de publicação em abril de 2016.

<b>PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Acórdãos lavrados	9.096
Acórdãos publicados	9.155
Tempo médio de publicação (dias)	5
Publicações em prazo superior a 10 dias	12
Pendentes de publicação	341

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

A Subsecretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre maio/2015 e abril/2016, houve 21.896 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 31.051 no período objeto da inspeção.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
Processos com carga ou vista (abril/2016)	2.946
Processos sobrestados na Turma (abril/2016)	2
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2016)	0
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2016)	-
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2016)	0
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2016)	1.286
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: - dado não disponível

Existem Processos sobrestados em razão de decisão do STF/STJ, somando 2 feitos (201003990004974 e 200903990230339), que se encontram devidamente organizados e armazenados.

Foram avistados, em abril de 2016, 2.946 processos com carga ou vista, nenhum paralisado em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, carta de ordem ou precatória; e nenhum aguardando cumprimento de diligência e de resposta a ofício.

Os prazos não estavam vencidos. A Subsecretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual é em torno de 2 dias, o que se revela adequado.

Há 1.286 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. A mais antiga pendência é de 3/3/2016, referente ao Processo 20160300003885-9.

O tempo médio para a juntada é imediato, quando o processo está na subsecretaria e, quando não se encontra na subsecretaria, depende da unidade onde ele se encontra. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema processual/planilha/etc.

No acervo existem 2 Processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias, na Subsecretaria (Agravo de Instrumento n. 201103000180897 e Agravo de Instrumento n. 201403000243975). O mais antigo (Agravo de Instrumento n. 201403000243975) encontra-se paralisado, injustificadamente, desde 22/6/2015.

Recomenda-se que seja dado o devido andamento a tais processos.

A Subsecretaria administra a realização em média de 2 sessões por mês, tendo havido, entre maio/2015 e abril/2016, 21 ordinárias e nenhuma extraordinária. Houve cancelamento de sessões no período de 1º/2/2016, em virtude de ausência de quórum regimental.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos gabinetes por ela atendidos e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Subsecretaria é pequeno, pois, dos 35 processos inspecionados, apenas 2 se encontravam com atraso na tramitação.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade não está atualizando os seus procedimentos, pois ela adota como prática o cumprimento imediato de suas tarefas, o que neutraliza a necessidade de atendimentos preferenciais. Em relação à mediação, as petições referentes aos processos que se encontram no Gabinete da Conciliação são remetidas a esse setor.

### **3) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

A Subsecretaria está organizada em três divisões: divisão de coordenação e julgamento; divisão de processamento; e divisão de processamentos diversos.

No que tange à metodologia de trabalho e às boas práticas, destacam-se:

- a) a triagem de processos, de acordo com a tarefa a ser realizada (publicação de acórdão, inclusão de feito em pauta, cumprimento de ofícios e despachos, juntada de petições);
- b) a organização física dos processos, que são armazenados em estantes, nas quais eles são distribuídos por ordem cronológica, por data de publicação, por procedimento a ser adotado etc.;
- c) a identificação das estantes com etiquetas que contêm as datas das respectivas publicações;
- d) o controle do acervo a partir da localização física constante do SIAPRO;
- e) o planejamento das atividades semanais, incluindo o recebimento e a baixa de processos, a publicação de documentos, a expedição de ofícios e a realização de outras medidas;
- f) a distribuição dos trabalhos, em cada divisão, conforme as características de cada servidor, sendo as atividades das três divisões coordenadas pela Diretora da Subsecretaria;
- g) sempre que possível, o cumprimento imediato das providências a cargo da unidade;
- h) a fixação de metas para as atividades a cargo de cada divisão de acordo com a natureza das tarefas a serem realizadas e a quantidade de processos envolvidos;
- i) a realização das tarefas, via de regra, conforme a ordem cronológica de chegada dos processos à Subsecretaria;
- j) a publicação de acórdãos, impreterivelmente, em até 10 dias úteis e a publicação das decisões monocráticas, sem concessão de tutela, na média de 10 dias;
- k) o controle analítico e diário do cumprimento das cartas de ordem expedidas, que é feito pela Divisão de Procedimentos Diversos; quando constatado eventual excesso de prazo, a cobrança é feita por telefone;
- l) a gestão de pessoal e material feita pela Diretora da Subsecretaria;
- m) o acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores, não havendo pendências nesse sentido;
- n) a especialização, por tarefas, dos servidores de cada divisão (elaboração de pauta e juntada de documentos, por exemplo);
- o) o uso intensivo do meio eletrônico para as comunicações oficiais realizadas entre os órgãos do Poder Judiciário (Meta 10 do CNJ);
- p) o pronto atendimento a advogados, realizado por servidores e estagiários.

#### **4) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

Não são adotados critérios uniformes nas remessas de processos dos diversos gabinetes atendidos pela Subsecretaria para esta última, nem nas devoluções de

processos desta para aqueles. Igualmente, não são adotados critérios uniformes em outras questões que envolvem o relacionamento entre a Subsecretaria e os gabinetes por ela atendidos. Isto decorre, de um lado, do fato de não terem sido estabelecidas rotinas uniformes para esse relacionamento que, em parte, procura ajustar-se às peculiaridades de cada gabinete.

Como, em face das atuais dificuldades orçamentárias, não está ocorrendo a reposição de estagiários cujos contratos se encerram, a Subsecretaria tem-se ressentido da colaboração que eles prestavam. Soma-se a isto o fato de que as atividades da Secretaria, por razões já explicitadas, estão aumentando significativamente, em face das disposições do novo Código de Processo Civil.

Esse aumento de suas atividades também está acarretando a permanência, no ambiente da Subsecretaria, por mais tempo do que antes, dos autos de processos físicos. A Subsecretaria, porém, não possui espaço ou armários suficientes para armazená-los, em ordem.

Claro que, à medida que diminuir a quantidade de processos físicos e aumentar a quantidade de processos eletrônicos na unidade, os problemas atinentes à insuficiência do espaço físico e de locais para guarda dos processos tende a diminuir. Isto, porém, somente irá ocorrer no médio e no longo prazo.

A utilização de meios eletrônicos para as comunicações entre os gabinetes e a Subsecretaria tem sido fundamental para a realização das atividades a cargo desta de maneira célere e tranquila. Merece registro, também, o fato de que as equipes dos Gabinetes e a equipe da Subsecretaria mantêm um espírito de estreita colaboração.

Não obstante as dificuldades iniciais, aos poucos a unidade está se adaptando aos ritos previstos no novo Código de Processo Civil.

Em relação ao clima organizacional, observou-se que a equipe é coesa e está norteada pelo espírito de mútua colaboração. Havendo necessidade, os servidores de determinada divisão imediatamente se prontificam a secundar os servidores de outras divisões.

Não há processos pendentes com determinações da inspeção anterior.

Visando a acelerar as providências a seu cargo, a Secretaria adota a rotina de emitir antecipadamente certidões relativas a atos processuais, as quais desde logo são assinadas e juntadas aos autos. Essa questão constituirá objeto de recomendação específica, mais adiante.

## **5) RECOMENDAÇÕES:**

Inicialmente, cumpre registrar o bom desempenho da equipe incumbida de realizar os trabalhos da Secretaria, o qual não se deslustra em face das observações pontuais feitas neste relatório.

Não obstante, a título de contribuição, recomenda-se que, por meio de diálogo com os gabinetes, sejam estabelecidas rotinas uniformes para o relacionamento funcional entre eles e a Subsecretaria.

Cumpre lembrar as recomendações contidas em outros trechos deste relatório, quanto aos processos em relação aos quais foram feitas recomendações específicas.

Recomenda-se, ainda, que seja imediatamente corrigida a atual sistemática de expedição e juntada antecipada de certidões já assinadas, com datas futuras. Por mais bem intencionada que seja a medida, que visa unicamente a acelerar os trabalhos a cargo da Subsecretaria, ela pode dar causa a questionamentos acerca da credibilidade das próprias certidões, gerando possíveis nulidades processuais.

Recomenda-se, também, que seja rigorosamente mantido o atual sistema de imediata devolução dos processos aos respectivos gabinetes de origem, assim que cessarem os motivos que deram ensejo à sua remessa à Subsecretaria.

Recomenda-se, também, que a capacitação de servidores ocorra de modo constante, seja mediante cursos de treinamento específicos, seja mediante a troca de experiências e de boas práticas com servidores de outras Subsecretarias do TRF3 e até mesmo com servidores de outros Tribunais.

Finalmente, recomenda-se que os processos de gestão da unidade sejam periodicamente revistos e aprimorados, sempre com o objetivo de aumentar a qualidade dos serviços prestados e de elevar a produção e a produtividade.



## SUBSECRETARIA DA 8ª TURMA

**ESPECIALIDADE:** Previdência e Assistência Social, excetuada a competência da 1ª Seção

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

**1.1. Subsecretaria:** Subsecretaria da 8ª Turma

**1.2. Diretor de Subsecretaria:** Pedro Bonassi Neto

**Tempo de atuação:** desde 1º/3/2012

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Subsecretaria.

### 1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	16	0	0	0	8	24	16
Inspeção/2016	17	0	0	0	8	25	17

O quantitativo da força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto/2014. Conta, atualmente, com 1 auxiliar a mais. Além disso, houve incremento de 1 servidor na área-fim.

O Diretor de Subsecretaria tem experiência administrativa e processual (trabalha na Turma desde 2003, quando houve a respectiva instalação). Exerce liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas diárias, tanto individuais como gerais, para toda a equipe. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho (livro de ponto) pelo Diretor da Subsecretaria.

Neste ponto, é importante registrar que o CPC/2015 gerou alterações na distribuição de trabalho da Subsecretaria, que tem 3 Subdivisões (Processamento, Julgamento e Procedimentos Diversos). O novo Código instituiu um sistema no qual há diminuição de decisões monocráticas e aumento de decisões colegiadas. Houve também diminuição de processos julgados em mesa (devem ser previamente pautados).

Essas alterações implicaram alteração das rotinas de cada Subdivisão, inclusive, com remanejamento de tarefas.

## 2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SUBSECRETARIA:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*</b>	
Processos em tramitação na turma (maio/2015)	14.978
Processos em tramitação na turma (abril/2016)	9.038

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há 9.038 processos na Unidade.

Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes de acordo com o tipo de providência (publicação de acórdão, publicação de decisão monocrática, publicação de pauta de julgamento etc.), o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo.

Os servidores atuam nos processos de acordo com cronogramas semestrais, conforme será melhor explicado no item 3.

O acervo quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	4
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	2
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	2
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	8
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	7
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	3

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

No acervo em tramitação na Subsecretaria (9.038 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em abril/2016, era de 24 processos, correspondendo a 0,2%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ em tramitação na Unidade são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

O número de feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, não havia, enquanto os da Meta 6 eram 3. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de número de feitos existentes, deve-se priorizar a tramitação, a fim de possibilitar o alcance com a máxima brevidade.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 9 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Foram publicados, entre maio/2015 e abril/2016, 13.106 acórdãos, dentre os 13.617 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia 712 acórdãos pendentes de publicação em abril/2016.

O Diretor de Subsecretaria justificou que as 1.173 publicações ocorridas em prazo superior a 10 dias foram em decorrência de uma estratégia da Unidade, por conta da vigência do novo CPC (18/3/2016), a fim de evitar contagem de prazos de formas diversas (CPC/73 e CPC/2015), em dias úteis e corridos. Contudo, segundo informou, as publicações foram feitas no próprio dia 18/3/2016.

<b>PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Acórdãos lavrados	13.617
Acórdãos publicados	13.106
Tempo médio de publicação (dias)	9
Publicações em prazo superior a 10 dias	1.173
Pendentes de publicação	712

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

A Subsecretaria não possui estatística do volume de decisões monocráticas. Disse que esses dados são de responsabilidade do Setor de Estatísticas do TRF.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
Processos com carga ou vista (abril/2016)	5.749
Processos sobrestados na Turma (abril/2016)	0
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2016)	0
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2016)	-
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2016)	0
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2016)	1.942
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: - dado não disponível

Não existem processos sobrestados.

Não havia nenhum feito paralisado em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, carta de ordem, precatória e aguardando cumprimento de diligência e de resposta a ofício.

O Diretor de Subsecretaria esclareceu que as cargas de processos são controladas por cronograma, nas terças e sextas-feiras.

Foram avistados, em abril de 2016, 5.749 processos com carga ou vista.

Os prazos não estavam vencidos, porque se referem a intimações do INSS já feitas na vigência do CPC/2015 que, nos termos do art. 183, estabelece prazo de até 60 dias úteis à Autarquia.

A Subsecretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual. Até o final de junho de 2016, o INSS devolverá 5.925 processos. Até o dia 8/6/2016, serão 3.901 devoluções.

Justificou-se o volume, bem superior ao que foi detectado na última inspeção, por conta da vigência do CPC/2015. Os gabinetes dos Desembargadores Federais que atuaram na 8ª Turma incrementaram o número de decisões monocráticas até o dia 17/3/2016, um dia antes da vigência do CPC/2015, porque a alteração legislativa limitou a possibilidade do uso de decisões monocráticas.

Além disso, o Diretor da Subsecretaria justificou que houve outra alteração na rotina de trabalho. Antes do CPC/2015, apenas as decisões monocráticas dos relatores eram noticiadas (intimação) via carga ou remessa. As intimações de acórdãos eram realizadas por intermédio de mandado. Com a nova legislação, tudo passou a ser objeto de carga/vista, o que, por si só, gerou aumento dessa movimentação processual.

Acerca do tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, o Diretor de Subsecretaria afirmou não possuir esse dado exato, pois não foi fornecido pelo setor de estatística. Todavia, salientou que os servidores sempre procuram fazer as conclusões de imediato.

Há 1.942 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. A mais antiga pendência é de 26/2/2016, referente ao Processo 20126105015676-0.

Segundo o Diretor informou, essas petições, ofícios ou documentos pendentes de juntada são referentes aos 5.749 processos com carga ou vista ao INSS. Até mesmo essa pendência mais antiga (20126105015676-0) se refere a Processo que está com carga para o INSS desde 19/4/2016, conforme foi verificado no sistema.

O tempo médio para a juntada é de 19 dias. A fase processual específica é objeto de controle na Subsecretaria, que se faz mediante registro no sistema processual do TRF e em planilhas da própria Unidade.

Não existem processos paralisados no acervo, sem movimentação há mais de 90 dias na Subsecretaria. O mais antigo estava paralisado sem justa causa desde

28/1/2016. Em pesquisas no sistema, verificou-se que o feito estava com carga para o MPF e já foi devolvido em 30/5/2016. O Diretor apresentou o relatório de movimentação processual, ofícios solicitando a devolução dos autos (em 1º/4/2016 e 6/5/2016) e, enfim, demonstrou que o processo foi concluso imediatamente no próprio dia 30/5 ao gabinete do Desembargador Relator. Assim, a pendência já foi sanada.

Em relação às pendências acima, recomenda-se:

- a) informar sobre a regularização das cargas ao INSS em 60 dias;
- b) proceder (e informar) à juntada das petições, ofícios e documentos pendentes em 60 dias;
- c) cumprir as seguintes determinações no prazo de 30 dias (processos da amostra):
  - informar sobre a regularização das publicações pendentes com prazo superior a 10 dias, inclusive, nos Processos 200203000074488, 200903990063824, 200203990465749 e 201261040030523;
  - intimar o INSS nos Processos 200903000394374 e 200203990075054;
  - regularizar a movimentação processual do Processo 200803990134954;
  - remeter à Vice-Presidência o Processo 200361830059996.

A Subsecretaria administra a realização de 1,75 sessões por mês, tendo havido, entre maio/2015 e abril/2016, 21 ordinárias e nenhuma extraordinária. Houve cancelamento de 1 sessão no período, em virtude de coincidência com sessão do Órgão Especial.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é bastante satisfatório.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a Unidade está atualizando os seus procedimentos, especialmente quanto ao novo CPC que, inclusive, acarretou mudanças nas divisões internas da Subsecretaria.

### **3) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

Sobre a sistemática de trabalho, numa análise global, a Unidade trabalha com cronogramas semestrais de atividades.

Os dias de sessão são previamente estabelecidos e, a partir dessas datas, são fixadas outras nas quais deve ocorrer disponibilização dos acórdãos no diário eletrônico, remessa dos autos (cargas) ao INSS e respectivas datas de devolução, assim como as respectivas movimentações entre Gabinetes x Subsecretaria e vice-versa.

Em relação às especificidades do método de trabalho:

a) existe triagem inicial de processos, a fim de se separar o tipo de movimentação processual (publicação; pauta; carga etc.);

b) há classificação e separação física de processos, com o intuito de que cada um deles seja remetido à respectiva Subdivisão (como já registrado acima, existem 3 Subdivisões na Subsecretaria da 8ª Turma);

c) a especialização de servidores por matéria ou fase processual decorre da própria metodologia de divisão da Unidade em setores (subdivisões);

d) há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ já na entrada dos processos, a fim de que as Subdivisões façam os encaminhamentos prioritários;

e) a priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa fica por conta dos gabinetes, que fazem o controle desses andamentos, contudo o Diretor da Subsecretaria faz controle dessas atividades e se comunica com os gabinetes com frequência;

f) o controle de prazo para julgamento de processos é feito de acordo com o cronograma semestral estabelecido pela Presidência da Turma;

g) a dinâmica dos atos relativos à sessão (inclusão de processo em pauta, remessa de autos ao gabinete e à sessão etc.) é estabelecida de acordo com o cronograma semestral estabelecido pela Presidência da Turma (ato publicado previamente);

h) a fixação das metas de trabalho é feita pelo Diretor com participação dos servidores, de acordo com a demanda decorrente da realização das sessões previamente estabelecidas pelo cronograma semestral;

i) planejamento e avaliação periódica de atividades acontecem de forma constante, sendo que, no momento, os desafios são a entrada em vigor do CPC/2015 e a utilização do PJE;

j) percebe-se desempenho razoável da equipe para o volume de trabalho apresentado;

k) produtividade e metas são cumpridas, tanto que o número de pendências detectado foi baixo;

l) atendimento a advogados é feito em balcão de acordo com ordem de chegada;

m) houve cumprimentos das recomendações das inspeções anteriores, conforme Ofício 198/2015, de 13/4/2015, firmado pela Des. Federal Therezinha Cazerta, então Presidente da Turma.

#### **4) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe de Inspeção da Corregedoria-Geral do CJF apurou as seguintes situações existentes na Unidade inspecionada:

a) em relação às pendências da inspeção anterior, tudo foi regularizado, inclusive a questão do espaço físico da Unidade, que se apresenta razoável para o volume de processos e servidores;

b) todas as pendências existentes na data de inspeção de 2016 (número elevado de cargas, processos com publicação acima de 10 dias, e pendência de juntadas) foram justificadas pelo Diretor;

c) os processos analisados estavam, em sua grande maioria, em ordem.

Sobre medidas de contingenciamento, o impacto ainda não é relevante. Há orientação para economia de água, energia e material de escritório. Além disso, as vagas de estagiários que se desligarem não serão repostas.

O Diretor também registrou que tem algumas dificuldades de adaptação ao sistema do PJE, uma vez que o sistema não tem fácil operabilidade e existe dificuldade em se efetivar tramitações em lotes de processos entre outros pontos.

#### **5) RECOMENDAÇÕES:**

a) cumprir todas as recomendações do item 2;

b) informar sobre a regularização do volume de cargas ao INSS em 60 dias;

c) proceder (e informar) à juntada das petições, ofícios e documentos pendentes em 60 dias;

d) informar, em 30 dias, sobre a regularização das publicações pendentes com prazo superior a 10 dias.

## SUBSECRETARIA DA 9ª TURMA

**ESPECIALIDADE:** Previdência e Assistência Social

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

**1.1. Subsecretaria:** Subsecretaria da 9ª Turma

**1.2. Diretora de Subsecretaria:** Ana Paula Britto Hori Simões

**Tempo de atuação:** desde maio de 2013

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora da Subsecretaria.

### 1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	14	01	0	0	07	22	15
Inspeção/2016	16	01	0	0	05	22	16

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto/2014. Todavia, houve incremento de 1 servidor na área-fim.

A Diretora de Subsecretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas por tarefa para toda a equipe. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pela Diretora da Subsecretaria.



## 2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SUBSECRETARIA:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*</b>	
Processos em tramitação na turma (maio/2015)	6.310
Processos em tramitação na turma (abril/2016)	7.476

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

A Subsecretaria informou que tem controle interno do seu acervo, mas consideramos apenas as estatísticas oficiais, fornecidas pelo Tribunal, diante da necessidade de uniformização dos dados.

Há na unidade 7.476 processos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em 25 armários e organizados de forma lógica pelo critério de ordem numérica, podendo-se verificar sua localização pelo sistema processual, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual e o critério objetivo definido.

Verificou-se deficiência específica de espaço para armazenamento dos processos, o que pode ser melhorado com a permanência daqueles pautados em Gabinetes, até sua necessária remessa à Subsecretaria para publicação dos acórdãos.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	2
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	8
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	4
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	3
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	118
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	114
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

No acervo em tramitação na Subsecretaria (7.476 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em abril/2016, era de 249 processos, correspondendo a 3,33%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

Quanto a feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e a Meta 6/2016, apurados em abril/2016, não havia processo.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 9 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados, entre maio/2015 e abril/2016, 9.341 acórdãos, dentre os 9.487 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia 338 acórdãos pendentes de publicação em abril de 2016.

<b>PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Acórdãos lavrados	9.487
Acórdãos publicados	9.341
Tempo médio de publicação (dias)	9
Publicações em prazo superior a 10 dias	513
Pendentes de publicação	338

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

A Subsecretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre maio/2015 e abril/2016, houve 24.957 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados (9.341), resulta no volume de 34.298 no período objeto da inspeção.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
Processos com carga ou vista (abril/2016)	4.588
Processos sobrestados na Turma (abril/2016)	0
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2016)	0
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2016)	-
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2016)	1
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2016)	1.105
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: - dado não disponível

Não existem processos sobrestados na Turma.

Foram avistados, em abril de 2016, 4.588 processos com carga ou vista, 1 paralisado em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, nenhuma carta de ordem ou precatória; e nenhum aguardando cumprimento de diligência e de resposta a ofício. Os prazos não estavam vencidos. A Subsecretaria demonstrou ter o controle eletrônico de prazo nesta fase processual.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 1 semana, o que pode ser melhorado.

Há 1.105 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. A mais antiga pendência é de 9/3/2016,

referente ao Processo 2016.03.99.005348-3, pois este se encontra em carga para o INSS, com previsão de devolução em 2/6/2016, ocasião em que será juntada aos autos.

O tempo médio para a juntada é de 19 dias, caindo para 2 dias se o processo estiver localizado em Secretaria. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema processual/planilha/etc.

No acervo existem 2 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Subsecretaria. O mais antigo encontrava-se paralisado sem justa causa desde 12/11/2015 (2008.03.99.036060-7). Referido Processo havia sido inadvertidamente colocado em escaninho que aguardava prazo, mas, assim que localizado, foi à conclusão em 3/5/2016, tendo sido providenciada em 17/5/2016 sua inclusão na pauta do dia 13/6/2016.

Em relação a processos, recomenda-se à Secretaria remeter o Processo n. 200561220000220 ao Gabinete para julgamento de agravo interno interposto.

A Subsecretaria administra a realização de 2 sessões por mês, tendo havido, entre maio/2015 e abril/2016, 22 ordinárias e nenhuma extraordinária. Não houve cancelamento de sessões no período.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Subsecretaria é baixo, pois dos 22 processos inspecionados, apenas 1 encontrava-se com atraso na tramitação.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

A propósito, foi informado que a Subsecretaria tem-se pautado na OS 1102461/2015 e nas Ordens de Serviço 1/2016 e 2/2016, estas já na vigência do novo CPC para, independentemente de despacho: intimar a parte ou MPF, se for o caso; encaminhar o feito para retificação de autuação e demais anotações a Subsecretarias de Registro e Informações Processuais; incluir feitos em pauta de julgamento; bem como os atos ordinatórios autorizados no novo CPC, art. 1.021, § 2º e 1.023, § 2º. No mais, aguarda o transcurso da adaptação ao novo CPC para as eventuais providências de adequação.

### **3) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

A unidade está organizada em três divisões (Divisão de Processamento, Divisão de Procedimentos Diversos e Divisão de Julgamento), sob a coordenação da Diretora da Subsecretaria. A triagem inicial de processos fica a cargo da Divisão de Processamento.

Relativamente à classificação e separação física de processos, constatou-se que os autos ficam armazenados em 25 armários dispostos pela Subsecretaria, como regra, em ordem numérica após a disponibilização. Antes da disponibilização, os processos permanecem em armários com a localização física “AG DISP – aguarda disponibilização”, ou em armários aguardando o cumprimento de prazos, como em casos de expedição de cartas de ordem, juntada de petição com prazo comum etc. Nestes casos, verifica-se pelo sistema processual a localização dos processos.

A localização física é efetuada pelo sistema SIAPRO, conforme segue:

DP – Div. de Processamento para a primeira triagem quanto a autuação e eventuais despachos para cumprimento;

DD/AG DISP – Div. de Procedimentos Diversos que providenciará a publicação com todas as suas implicações;

DCO – Div. de Coordenação e Julgamento que providenciará todas as etapas de publicação e certificação da disponibilização dos acórdãos;

DATA – Todos os armários devidamente etiquetados, conforme a data da disponibilização.

Eventuais localizações diferenciadas também são anotadas no sistema SIAPRO. Quando do trânsito em julgado, que é controlado e anotado pelos Diretores, são separados os processos com prazos diferenciados (MPF, DPU, AGU), os quais seguem com os devidos procedimentos. Nos demais, há certificação e remessa à origem.

No que se refere à especialização de servidores, constatou-se que a distribuição de atividades leva em consideração as 3 divisões existentes na turma, as quais atuam sob a supervisão direta dos respectivos diretores. Os Diretores de Divisão atuam sob a coordenação da Diretora de Subsecretaria. Os critérios de distribuição das atividades relacionam-se às fases processuais. As divisões, contudo, são estruturadas de forma a dar apoio umas às outras sempre que necessário, assegurando a celeridade às atividades na hipótese de alguma Divisão sofrer sobrecarga momentânea.

Os autos com preferência legal já vêm devidamente etiquetados quando recebidos no setor de distribuição do Tribunal. São identificados por tarja laranja. Caso um pedido de preferência não esteja marcado com a tarja laranja identificadora, é feita a anotação no sistema processual e providenciada marcação. São também anotadas desta forma outras preferências legais, como no caso de portadores de deficiências ou doenças incapacitantes, previstas na Lei 12.008/2009. Nas disponibilizações, dá-se preferência, também, aos processos da Meta do CNJ.

A Subsecretaria tem priorizado o andamento de feitos adiados e com pedido de vista, lavratura de acórdão etc. Especialmente quanto aos pedidos de vista, são imediatamente conclusos após a sessão, a fim de que o Gabinete possa levar o processo

em mesa na próxima sessão sem a necessidade de nova inclusão em pauta e publicação.

Os processos pendentes de julgamento em mesa também possuem atendimento prioritário, já que muitos podem ser julgados sem necessidade de nova publicação, desde que no prazo hábil para tanto.

A Subsecretaria não exerce qualquer controle no que toca ao julgamento de processos, o que é feito pelos próprios Gabinetes.

Quanto à dinâmica dos atos relativos à sessão de julgamentos, a Subsecretaria informou que os processos são recebidos naquela unidade na data fixada no cronograma previamente enviado aos gabinetes. É montada a pauta no SIAPRO e no GEDPRO e providenciada a disponibilização no Diário Eletrônico. São enviados *e-mails* para intimação eletrônica do MPF, INSS, AGU e DPU, se necessário e, após, confirmados os recebimentos.

Apesar de constar de Resolução da Presidência deste TRF que a verificação dos impedimentos cabe aos gabinetes, a Subsecretaria procede à verificação de impedimentos e de regularidade na autuação (advogados).

Ocorrido o julgamento em sessão, os processos ficam aguardando os acórdãos que são enviados pelos gabinetes em até dois dias contados da data do julgamento. Com os acórdãos encartados, é providenciada a disponibilização no Diário Eletrônico e são feitas também as intimações pessoais.

O INSS retira os processos em que prolatados acórdãos, conforme cronograma previamente estabelecido com a autarquia, pois possui a prerrogativa de intimação pessoal. No retorno, os processos com intervenção do MPF são enviados aos referido órgão ministerial. Quando é caso, são juntadas as petições de embargos/ RE e REsp e encaminhados os autos ao setor responsável (gabinetes ou UVIP – Vice-Presidência).

O cumprimento de metas individuais na Subsecretaria não se dá por números de processos. Há metas específicas, como por exemplo, certificação de trânsito em julgado em tempo hábil, sem prejuízo no recebimento e disponibilização dos processos recebidos na Subsecretaria na quinzena anterior. A aferição da produtividade é fiscalizada diretamente pelos Diretores de Divisão, que distribuem o serviço entre os servidores, sob a coordenação da Diretora de Subsecretaria.

O planejamento e avaliação periódica de atividades são feitos de forma integrada entre a Diretora da Subsecretaria e os demais servidores. Os processos com despacho/decisão terminativa são recebidos na segunda-feira pela Divisão de Processamento; os feitos para julgamento em sessão são recebidos pela Divisão de Julgamento nas terças e sextas-feiras, nos termos acordados com os gabinetes. Em nova reunião, planeja-se o serviço a ser executado durante a semana, verificando-se quantos processos serão publicados/transitados. Feitos urgentes são recebidos todos os dias.

A avaliação periódica de produtividade é aferida pelos Diretores de Divisão, sob a supervisão da Diretora da Subsecretaria. Os processos são distribuídos em prateleiras e atribuídos a um servidor. Quando ele termina os seus processos, avisa ao Diretor de Divisão, recebendo mais processos. Dessa forma, é possível aferir a produtividade média de cada um. Os relatórios de estatística do sistema GEDPRO também apontam quantos processos cada um produziu.

Ainda no que toca à avaliação de produtividade, a Diretora da Subsecretaria, valendo-se da Estatística Mensal de Produtividade, informa aos servidores como está a situação da Unidade (quantos processos foram julgados, quantos foram baixados), relacionando-a, para comparação, com as demais Turmas do Tribunal.

Constatou-se que a Subsecretaria trabalha com metas específicas prefixadas, tais como: publicar todos os processos recebidos na semana anterior, certificar o trânsito em julgado dos acórdãos e das decisões monocráticas em 2 dias etc. As metas são estabelecidas trimestralmente, em consenso, sendo mantidas ou alteradas conforme o andamento dos serviços.

Houve efetivo cumprimento das metas, o que rendeu à Subsecretaria elogio por parte dos Desembargadores Federais Marisa Santos e Souza Ribeiro, constante do prontuário de todos os servidores, o que mereceu o devido reconhecimento pela equipe da Inspeção, da Corregedoria-Geral do CJF.

A gestão de pessoal e de recursos materiais é feita pela Diretora de Secretaria. Relativamente às férias, não é permitido que mais de um servidor da mesma Divisão saia de férias no mesmo período, exceto por uns 3 dias. Se um servidor pretende escolher o mesmo período que o outro, é feito um rodízio, sendo que, a cada ano, um é contemplado. O mesmo procedimento aplica-se aos Diretores. Exceções existem, em razão de problemas de saúde etc., mas são verificadas uma a uma, de maneira que nenhuma Divisão fique desfalcada por muito tempo. Há critérios objetivos para a percepção de FCs, que são antiguidade e produtividade. Se um servidor é antigo e produtivo faz jus. Contudo, se um servidor novo for mais produtivo, então a FC passa para este. Foi destacado pela Diretora que há poucas FCs na Unidade e muitos servidores são comprometidos e cumprem suas metas mesmo quando não recebem a FC. Por essa razão, em vários casos, é feito um rodízio, o que não é a melhor solução, mas é mais justa, tendo em vista a situação posta.

O atendimento a advogados é feito no balcão da Subsecretaria por um servidor e estagiários em auxílio (quando há), todos em escala de rodízio e sob a supervisão dos Diretores. As cargas de processo são realizadas apenas pelos servidores que verificam a possibilidade da providência (se é caso de prazo comum, se o advogado ou estagiário têm poderes para retirar os autos etc.). Quanto à consulta dos processos com segredo/sigilo de justiça, estes são submetidos aos Diretores.

Relativamente ao acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores, verificou-se que há apenas um feito pendente (Processo 2012.61.06.002317-2), que se encontra na fase atual “conclusos ao relator”, depois de juntada do ofício da Vice-Presidência informando sobre o julgamento de REsp interposto no Processo 2014.03.00.000707-6 (exceção de suspeição). Tal pendência foi devidamente justificada, pois depende de ato de Instância Superior.

Por fim, como boas práticas, foram apontadas a ajuda mútua entre toda a equipe (pois as divisões e funcionários não ficam adstritos ao âmbito de suas atividades), bem como as reuniões e conversas para fins de verificação do que obteve bons resultados e daquilo que pode ser melhorado. Também o estabelecimento de metas específicas (a exemplo de “zera” petições etc.), com a ajuda de todos os servidores, sem dúvida contribui para o escoamento de grandes fluxos processuais.

#### **4) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) a Subsecretaria está em situação muito boa, com dinâmica adequada do acervo, o que é digno de registro;

b) as instalações físicas, o mobiliário e os equipamentos estão em boas condições;

c) a não reposição de estagiários, por conta das limitações orçamentárias, tem ocasionado um sucessivo abalo no andamento dos trabalhos, sendo recomendável estudo para rever a situação;

d) verificou-se problema específico quanto ao espaço para guarda dos processos, o que pode ser melhorado com a permanência daqueles pautados nos Gabinetes, até sua necessária remessa à Subsecretaria para publicação dos respectivos acórdãos. Não há justificativa para que os feitos permaneçam na Subsecretaria ao longo de um mês, sem qualquer ato de secretaria a ser realizado, pois o julgamento compete ao Gabinete. Ademais, com as alterações promovidas pelo novo CPC (como a contagem de prazos em dias úteis), muito provavelmente aumentará a quantidade de processos na Secretaria. A questão deve ser submetida à Presidente da Turma, para analisar a possibilidade de alteração dos procedimentos, com a permanência dos processos nos Gabinetes até que ocorra o julgamento, até porque a pauta pode ser preparada simplesmente com o uso dos sistemas de informática;

e) houve sugestão por parte da Direção, que parece procedente, para que os recursos especiais e extraordinários sejam encaminhados por *e-mail*. Como os Tribunais Superiores não recebem feitos em papel, o PJE poderia iniciar com as petições de Resp e/ou Rextr, já apresentadas em meio eletrônico pelas partes, reduzindo o trabalho manual dos servidores, inclusive, para a digitalização de peças. Averiguação do setor

constatou que são gastos 3 dias por semana, utilizando 3 funcionários, para numerar folhas dos recursos que depois serão digitalizados;

f) a equipe de inspeção constatou, ao inspecionar 2 Processos constantes na listagem da Des. Federal Marisa Santos (n. 2012.61.04.007192-6 e 2006.61.83.000384-0) que ao ser certificada a disponibilização do acórdão no Diário Eletrônico (1º/6/2016) houve, na mesma oportunidade, certificação da vista dos autos à Procuradoria Especializada do INSS (essa com data prevista para 30/6/2016) e, mais do que isso, do recebimento dos autos (esse com data prevista para 10/8/2016).

O procedimento se revelou inadequado, pois houve certificação acerca de ocorrência futura, a possibilitar inclusive o desaparecimento de autos em carga com o INSS, pois o ente e seus Procuradores têm antecipadamente prova de eventual e futura devolução.

## **5) RECOMENDAÇÕES:**

a) remeter ao respectivo Gabinete o Processo 200561220000220 mencionado no item 2 acima;

b) considerando que as Subsecretarias não fazem autoinspeção, informar a Corregedoria-Geral da Justiça Federal sobre a devolução e andamento a ser dado nos seguintes Processos: 199303010675880, 200661830086319 e 201303990140986 (processos não inspecionados nesta ocasião, porque se encontravam em carga ao INSS);

c) envidar esforços no sentido de fazer a conclusão de forma célere aos Gabinetes, assim que o processo esteja com o ato processual formalizado;

d) revisar a sistemática de expedição de certidões, para que sejam confeccionadas e assinadas apenas após a ocorrência do respectivo ato processual (ver observação “e” do item 4 acima), implementando as alterações necessárias no prazo de 30 dias;

e) apresentar sugestão à Presidente da Turma para que os Gabinetes sejam orientados a somente remeter os processos pautados à Secretaria, com os respectivos acórdãos, após a data da Sessão, de modo a evitar acúmulo desnecessário de feitos no ambiente da unidade (ver alínea “b” do item 4 acima);

f) apresentar sugestão à Presidência da Turma para, se for o caso, submeter à Administração do Tribunal proposta para expedição de ato normativo que possibilite a agilização do processamento eletrônico dos recursos especiais e extraordinários, ainda que com encaminhamento de peças digitalizadas (ver observação “d” do item 4 acima).



## SUBSECRETARIA DA 10ª TURMA

**ESPECIALIDADE:** Direito Previdenciário

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

**1.1. Subsecretaria:** Subsecretaria da 10ª Turma

**1.2. Diretor de Subsecretaria:** João Soares

**Tempo de atuação:** desde abril de 2010

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Subsecretaria.

### 1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	16	0	0	0	8	24	16
Inspeção/2016	15	0	0	0	6	21	15

Há 2 servidores efetivos do Tribunal que estão prestando serviços na Subsecretaria da 10ª Turma, mas não estão lotados nela.

O quantitativo da força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto/2014, contando, atualmente, com 3 auxiliares a menos. Houve redução de 1 servidor na área-fim.

O Diretor de Subsecretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Não existe fixação de metas, tanto individuais como gerais, para toda a equipe. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pelo Diretor da Subsecretaria.

## 2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SUBSECRETARIA:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*</b>	
Processos em tramitação na turma (maio/2015)	6.784
Processos em tramitação na turma (abril/2016)	5.414

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 5.414 processos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em armários e organizados pelo critério de data de publicação, de acordo com a ordem numérica e separados conforme o procedimento a ser adotado, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual, pois os serviços são distribuídos entre as seguintes divisões: de processamento, de procedimentos diversos e de coordenação e julgamento. Verificou-se deficiência específica no que tange ao espaço físico da secretaria, em face da permanência de processos por mais tempo naquela unidade. O aumento desse tempo de permanência decorre: a) da mudança na sistemática de julgamentos, que antes eram de regra feitos monocraticamente e passaram a ser feitos em colegiado; b) do sistema de contagem de prazos estabelecido pelo novo código de Processo Civil, em dias úteis. O problema pode ser enfrentado de várias maneiras, mediante a disponibilização de mais armários, a implantação de técnicas que permitam a redução do tempo de permanência dos autos em secretaria e outras medidas. Além disso, com o gradual aumento do número de processos eletrônicos, em relação aos processos físicos, o problema tende a diminuir.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	16
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	8
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	18
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	46
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	8
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	35
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	46
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	62
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

No acervo em tramitação na Subsecretaria (5.414 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em abril/2016, era de 239 processos, correspondendo a 4,41%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos

da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

Quanto a feitos da Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e a Meta 6/2016, apurados em abril/2016, não havia processos.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 6 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados, entre maio/2015 e abril/2016, 9.955 acórdãos; 9.657 acórdãos foram lavrados pelos gabinetes atendidos pela Turma. Havia 256 acórdãos pendentes de publicação em abril/2016.

<b>PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Acórdãos lavrados	9.657
Acórdãos publicados	9.955
Tempo médio de publicação (dias)	6
Publicações em prazo superior a 10 dias	0
Pendentes de publicação	256

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

A Subsecretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre maio/2015 e abril/2016, houve 20.938 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 30.893 no período objeto da inspeção.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
Processos com carga ou vista (abril/2016)	1.447
Processos sobrestados na Turma (abril/2016)	0
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2016)	0
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2016)	-
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2016)	1
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2016)	221
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: - dado não disponível

Não existem processos sobrestados.

Foram avistados, em abril de 2016, 1.447 processos com carga ou vista, 1 paralisado em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, nenhuma carta

de ordem ou precatória; e nenhum aguardando cumprimento de diligência e de resposta a ofício. Os prazos não estavam vencidos. A Subsecretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 3 dias, o que se revela adequado.

Há 221 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. A mais antiga pendência é de 14/1/2016, referente ao Processo n. 201503990057587.

O tempo médio para a juntada de documentos é de **0** dia, quando o processo está no gabinete; quando não está no gabinete é em torno de 5 dias. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema processual/planilha/etc.

No acervo não existem processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Subsecretaria.

Dos 29 processos inspecionados, 12 estavam com baixa definitiva à vara de origem; estes últimos foram inspecionados com base nos respectivos extratos de movimentação processual. Os demais feitos estavam em situação regular de processamento.

A Subsecretaria administra a realização de 3 sessões por mês, tendo havido, entre maio/2015 e abril/2016, 31 ordinárias e nenhuma extraordinária. Não houve cancelamento de sessões no período.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Subsecretaria é zero, pois, dos 29 processos inspecionados, nenhum encontrava-se com atraso na tramitação.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade não está atualizando os seus procedimentos, pois ela adota como prática o cumprimento imediato de suas tarefas, o que neutraliza a necessidade de atendimentos preferenciais. Em relação à mediação, as petições referentes aos processos que se encontram no Gabinete da Conciliação são remetidas a esse setor.

### **3) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

A Subsecretaria está organizada em três divisões: divisão de coordenação e julgamento; divisão de processamento; e divisão de processamentos diversos.

No que tange à metodologia de trabalho e às boas práticas, destacam-se:

- a) a triagem de processos, de acordo com a tarefa a ser realizada (publicação de acórdão, inclusão de feito em pauta, cumprimento de ofícios e despachos, juntada de petições);
- b) a organização física dos processos, armazenados em armários, distribuídos por prazos (publicação) e em escaninhos (aguardo de determinados atos processuais);
- c) a identificação dos escaninhos com etiquetas com as datas das respectivas publicações;
- d) a organização do acervo de forma a facilitar a realização das atividades da Subsecretaria, inclusive, por meio de seu controle a partir dos registros de localizadores constantes do SIAPRO;
- e) o planejamento das atividades, fixando-se dia da semana para a realização de determinadas atividades (por exemplo, publicações dos acórdãos nas quartas-feiras; publicação das decisões monocráticas nas terças-feiras; encaminhamento dos autos ao INSS e devolução nas terças-feiras; encaminhamento dos processos baixados ao setor de Passagem dos Autos nas segundas e quartas-feiras; encaminhamento de autos ao MPF nas terças e quintas-feiras);
- f) a distribuição dos trabalhos, em cada divisão, conforme as características de cada servidor, sendo as atividades das três divisões coordenadas pelo Diretor da Subsecretaria;
- g) o cumprimento, sempre que possível, do processamento diário dos feitos recebidos;
- h) o controle da produtividade, realizado pelos diretores das divisões, que distribuem o serviço sob a coordenação do Diretor da Subsecretaria;
- i) a avaliação periódica dos resultados das atividades, que é feita com base nos dados estatísticos das próprias divisões, complementados com os dados estatísticos oficiais;
- j) a publicação de acórdãos, impreterivelmente, em 6 dias úteis; a publicação de decisões monocráticas, concessivas de tutelas, em média em 15 dias; a publicação de decisões monocráticas, indeferitórias de tutela, em média em 5 dias;
- k) o controle analítico de cartas de ordem expedidas, inclusive, com a utilização de meios eletrônicos de solicitação de informações acerca de seu cumprimento;
- l) o acordo firmado com os gabinetes da 10ª Turma, para envio de acórdãos no prazo máximo de 3 dias após a sessão de julgamento;
- m) a gestão de pessoal e de material feita pelo Diretor da Subsecretaria;
- n) o acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores, não havendo pendências quanto às mesmas;

- o) a especialização, por tarefas, dos servidores de cada divisão (elaboração de pauta e juntada de documentos, por exemplo);
- p) o uso intensivo do meio eletrônico para as comunicações oficiais realizadas entre os órgãos do Poder Judiciário (Meta 10 do CNJ);
- q) o pronto atendimento a advogados, realizados por servidores e estagiários, em obediência à escala da Subsecretaria.

#### **4) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

Os Gabinetes encaminham à unidade os processos para inclusão em pauta. Após o recebimento e as verificações pertinentes é elaborada a pauta de julgamento pelo critério de antiguidade dos Desembargadores Federais integrantes da Turma, sendo em seguida enviada ao Presidente da Turma para aprovação e assinatura e, posteriormente, disponibilizada no Diário Eletrônico da Justiça Federal. Os processos em mesa são encaminhados dois dias antes da sessão.

Não são adotados critérios uniformes nas remessas de processos dos diversos gabinetes atendidos pela Subsecretaria para esta última, nem nas devoluções de processos desta para aqueles. Igualmente, não são adotados critérios uniformes em outras questões que envolvem o relacionamento entre a Subsecretaria e os gabinetes por ela atendidos. Isto decorre, de um lado, do fato de não terem sido estabelecidas rotinas uniformes para esse relacionamento que, em parte, procura ajustar-se às peculiaridades de cada gabinete.

As atividades da Secretaria, por razões já explicitadas, estão aumentando significativamente, diante das disposições do novo Código de Processo Civil.

Esse aumento de suas atividades também está acarretando a permanência, no ambiente da Subsecretaria, por mais tempo do que antes, dos autos de processos físicos. A Subsecretaria, porém, não possui espaço ou armários suficientes para armazená-los, em ordem.

Claro que, à medida que diminuir a quantidade de processos físicos e aumentar a quantidade de processos eletrônicos na unidade, os problemas atinentes à insuficiência do espaço físico e de locais para guarda dos processos tendem a diminuir. Isto, porém, somente irá ocorrer no médio e no longo prazo.

A utilização de meios eletrônicos para as comunicações entre os gabinetes e a Subsecretaria tem sido fundamental para a realização das atividades a cargo desta de maneira célere e tranquila. Merece registro, também, o fato de que as equipes dos Gabinetes e a equipe da Subsecretaria mantêm um espírito de estreita colaboração.

Não obstante as dificuldades iniciais, aos poucos a unidade está se adaptando aos ritos previstos no novo Código de Processo Civil.

Em relação ao clima organizacional, observou-se que a equipe é coesa e está norteada pelo espírito de mútua colaboração. Havendo necessidade, os servidores de determinada divisão imediatamente se prontificam a secundar os servidores de outras divisões.

Não há processos pendentes com determinações da inspeção anterior.

Visando a acelerar as providências a seu cargo, a Secretaria adota a rotina de emitir antecipadamente certidões relativas a atos processuais, as quais desde logo são assinadas e juntadas aos autos. Essa questão constituirá objeto de recomendação específica, mais adiante.

Em 2015 foi realizado o mutirão para redução do acervo do qual atualmente é titular o Desembargador Federal Nelson Porfírio. Em razão disso, também foi realizado mutirão interno pelos servidores da Subsecretaria da 10ª Turma, para o atendimento das medidas pertinentes. Registre-se que, como resultado do mutirão, foram publicadas 34.980 decisões monocráticas e foram baixados, às respectivas varas de origem, 37.604 processos.

## **5) RECOMENDAÇÕES:**

Inicialmente, cumpre registrar que a equipe da Corregedoria-Geral identificou o bom desempenho da equipe incumbida de realizar os trabalhos da Secretaria, o qual não se deslustra em face das observações pontuais feitas neste relatório.

Não obstante, a título de contribuição, recomenda-se que, por meio de diálogo com os gabinetes, sejam estabelecidas rotinas uniformes para o relacionamento funcional entre eles e a Subsecretaria.

Recomenda-se, ainda, que seja imediatamente corrigida a atual sistemática de expedição e juntada antecipada de certidões já assinadas, com datas futuras. Por mais bem intencionada que seja a medida, que visa unicamente a acelerar os trabalhos a cargo da Subsecretaria, ela pode dar causa a questionamentos acerca da credibilidade das próprias certidões, gerando, conseqüentemente, nulidades processuais.

Recomenda-se, também, que seja rigorosamente mantido o atual sistema de imediata devolução dos processos aos respectivos gabinetes de origem, assim que cessarem os motivos que deram ensejo à sua remessa à Subsecretaria.

Recomenda-se, também, que a capacitação de servidores ocorra de modo constante, seja mediante cursos de treinamento específicos, seja mediante a troca de experiências e de boas práticas com servidores de outras Subsecretarias do TRF3 e até mesmo com servidores de outros Tribunais.

Finalmente, recomenda-se que os processos de gestão da unidade sejam periodicamente revistos e aprimorados, sempre com o objetivo de aumentar a qualidade dos serviços prestados e de elevar a produção e a produtividade.



## SUBSECRETARIA DA 11ª TURMA

**ESPECIALIDADE:** Competência criminal (com processos cíveis remanescentes)

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

**1.1. Subsecretaria:** Subsecretaria da 11ª Turma

**1.2. Diretor de Subsecretaria:** Sílvia Senciales S. Machado

**Tempo de atuação:** desde 2/7/2014

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora da Subsecretaria.

### 1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	9	0	0	0	1	10	9
Inspeção/2016	14	0	0	0	7	21	14

O quantitativo da força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em agosto/2014, contando, atualmente, com 11 auxiliares a mais. Todavia, houve incremento de 5 servidores na área-fim.

A Diretora de Subsecretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas, tanto individuais como gerais, para toda a equipe. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pela Diretora da Subsecretaria.

## 2) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SUBSECRETARIA:

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na turma (maio/2015)	1.289
Processos em tramitação na turma (abril/2016)	1.223

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*As estatísticas de processos em tramitação localizados na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 1.223 processos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes e prateleiras e organizados pelo critério da fase processual, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (abril/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	4
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	3
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	58
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	18
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	19
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

No acervo em tramitação na Subsecretaria (1.223 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em abril/2016, era de 102 processos, correspondendo a 8,34%. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

Não havia processos relacionados à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em abril/2016, como também inexistem processos da Meta 6/2016.

Quanto à Meta 8/2016 do CJF, o número de feitos em andamento, distribuídos até 31/12/2014, é de 7.

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal)</b>	
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	7

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2014.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 6 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados, entre maio/2015 e abril/2016, 4.627 acórdãos, dentre os 4.523 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia 109 acórdãos pendentes de publicação em 30/4/2016.

<b>PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2015 a abril/2016)</b>	
Acórdãos lavrados	4.523
Acórdãos publicados	4.627
Tempo médio de publicação (dias)	6
Publicações em prazo superior a 10 dias	42
Pendentes de publicação	109

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

A Subsecretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre maio/2015 e abril/2016, houve 3.005 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 7.632 no período objeto da inspeção.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
Processos com carga ou vista (abril/2016)	298
Processos sobrestados na Turma (abril/2016)	138
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2016)	41
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2016)	-
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2016)	2
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2016)	14
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: - dado não disponível

Existem processos sobrestados, a maioria em razão de decisão do STF/STJ, somando 138 feitos, que se encontram devidamente organizados e armazenados.

Foram avistados, em abril de 2016, 298 processos com carga ou vista, 2 paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de mandado, 41 cartas de ordem ou precatórias; e nenhum aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício. Os prazos não estavam vencidos. A Subsecretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 48 horas, o que se revela adequado.

Há 14 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação. A mais antiga pendência é de mais de 60 dias, referente ao Processo 201561120049458.

O tempo médio para a juntada é de 2 dias. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema processual/planilha/etc.

No acervo não existem processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Subsecretaria.

A Subsecretaria administra a realização de 2 sessões por mês, tendo havido, entre maio/2015 e abril/2016, 22 ordinárias e nenhuma extraordinária. Não houve cancelamento de sessões no período.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Subsecretaria é zero, pois, dos 26 processos inspecionados, nenhum encontrava-se com atraso na tramitação.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do CPC, da Lei n. 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei n. 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque – identificação e processamento dos processos prioritários por determinação legal.

### **3) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:**

a) a triagem inicial de processos é realizada regularmente pelos servidores, havendo a separação pela fase processual;

b) classificação e separação física de processos são realizadas regularmente pelos servidores responsáveis;

c) especialização de servidores ocorre mediante separação por fase processual;

d) existe tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ mediante triagem e priorização;

e) a dinâmica dos atos relativos à sessão (inclusão de processo em pauta, remessa de autos ao gabinete e à sessão etc.), afetos à secretaria da turma, é realizada regularmente

f) fixação das metas de trabalho é realizada regularmente pelo diretor com participação dos servidores;

g) há planejamento e avaliação periódica das atividades pelos assessores com a supervisão da diretora;

h) existe avaliação do desempenho dos servidores.

i) há controle da produtividade dos servidores;

j) quanto a gestão de pessoal e recursos materiais, atualmente não há problemas com falta de pessoal ou equipamentos;

k) o atendimento a advogados é realizado pelos estagiários de nível superior, no primeiro momento, e encaminhado aos servidores ou à diretora;

l) inexistente acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores, pois esta é a primeira inspeção realizada na Subsecretaria desde sua criação.

#### **4) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) bom controle dos processos nas diversas fases processuais;

b) clima cordial e amistoso na Subsecretaria.

#### **5) RECOMENDAÇÕES:**

a) não há recomendações específicas;

b) continuar o bom trabalho desenvolvido.

## F. UNIDADES ESPECIAIS

### COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO

#### 1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. **Coordenador:** Desembargador Federal Sérgio Nascimento

1.2. **Tempo de atuação:** desde 18 de março de 2016

No momento da chegada da equipe da Corregedoria-Geral, foi constatado que o Desembargador Federal acumula as funções com o respectivo gabinete jurisdicional, da seguinte forma: Coordenador dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região, Presidente da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região e membro da 10ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Não há juízes federais em auxílio no gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador e sua Assessoria.

#### 1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Coordenadoria de Juizados Especiais Federais
Servidores efetivos	4
Servidores sem vínculo	-
Servidores requisitados	-
Servidores prestando serviços em outros setores	-
Terceirizados	-
Vagas não ocupadas	-
Estagiários	2
TOTAL	6
Servidores em área-fim	4

#### 1.3.1. Cargos e funções comissionadas em atividade: 4, assim distribuídos:

ÁREAS	CJ3	CJ2	CJ1	FC6	FC5	FC4	FC3	FC2	FC1
Coordenação dos JEF's	1	1				2			

## 2) ORGANIZAÇÃO, METODOLOGIA E BOAS PRÁTICAS:

A Unidade está organizada em apenas dois setores: Assessoria e Chefia de Gabinete, em razão do pequeno quadro de servidores (quatro), os quais, em conjunto, possuem as respectivas funções e atribuições:

a) acompanhamento do desenvolvimento de ferramentas do sistema de processo eletrônico dos juizados especiais federais (SISJEF);

b) treinamento de servidores para melhor aproveitamento do sistema SISJEF, com a elaboração de manuais e orientações de utilização das rotinas;

c) normatizações dos juizados especiais federais e das turmas recursais e estudos sobre novas normas e alterações daquelas existentes;

d) atendimento às determinações exaradas pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal e pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região que envolvem os trabalhos dos juizados especiais federais, como o cumprimento de resoluções e metas;

e) acompanhamento e consolidação dos dados estatísticos que são recebidos das varas dos juizados e das turmas recursais e encaminhados à Vice-Presidência para envio ao Conselho Nacional de Justiça, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal;

f) encaminhamento à Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região de propostas de designação de juízes e alteração de estrutura dos juizados especiais federais e das turmas recursais, conforme a respectiva demanda; e

g) elaboração de relatório anual relativo aos juizados especiais federais e às turmas recursais.

A Coordenação dos Juizados Especiais Federais, neste Tribunal, é um órgão predominantemente administrativo. Não há processos, mas como seu Coordenador é Presidente da Turma Regional de Uniformização, também julga feitos judiciais.

Em relação a estes processos, não realiza os atos de secretaria pertinentes, cuja competência é da Secretaria das Turmas Recursais.

O controle interno dos expedientes é realizado por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Mesmo nos casos de expedientes recebidos em papel, por *e-mail* ou malote digital, é realizado o cadastro no sistema SEI para o devido processamento.

O atendimento às partes e advogados é feito pessoalmente, por *e-mail* e telefone.

A Meta 10/2010 do CNJ é cumprida pela unidade.

Na Coordenadoria de Juizados Especiais há estabelecimento de metas de trabalho, notadamente há necessidade de serem sempre observados os prazos de cada expediente, quando existentes. Quando não há prazo para determinado expediente, procura-se cumprir o prazo estipulado pelo próprio Desembargador Coordenador.

Não foram listados processos para inspeção na unidade. Não havia recomendações pendentes da inspeção anterior.

Há previsão para a instalação de todas as Turmas Recursais mencionadas na Lei 12.665/12. Das 18 Turmas Recursais criadas para a Terceira Região pelo inciso III do art. 1º do referido diploma legal, já existem, atualmente, 11 Turmas Recursais em São Paulo/SP e 1 em Campo Grande/MS, estando prevista a instalação de mais 6 Turmas Recursais em São Paulo/SP até o fim do ano de 2019, conforme cronograma apresentado no Ofício n. 39 – DFJEF/GACO, de 2 de junho de 2016, expedido pela Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região à Presidência do TRF3, cuja cópia foi entregue à equipe da inspeção.

Após tecer considerações sobre os recursos materiais para tanto, bem como sobre o quadro estatístico das Turmas Recursais em funcionamento, a proposta de cronograma apresentada pela Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região à Presidência do TRF3 é no sentido de serem instaladas duas Turmas Recursais em 2017, duas em 2018 e, finalmente, duas em 2019, atingindo-se, assim, o total de 18 Turmas Recursais na Terceira Região, previsto no art. 1º, III, da Lei 12.665/12.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei n. 13.140/2015 – que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

Quanto às boas práticas, foram informadas pela Unidade inspecionada as seguintes:

- a) interação constante com a equipe de informática responsável pelo SISJEF, no intuito de manter o sistema sempre atualizado e atendendo às demandas dos usuários;
- b) cada um dos servidores do quadro da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região está capacitado para desempenhar qualquer uma das atribuições dessa Unidade;
- c) cadastro de todos os expedientes no SEI – Sistema Eletrônico de Informações, para fins de melhor controle interno e maior transparência das atividades realizadas pela Unidade.



### **3) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA:**

Em virtude da pequena quantidade de processos de competência da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região, não existe uma periodicidade definida para as reuniões desse Colegiado, as quais costumam ocorrer na sede da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região, em São Paulo/SP. Há utilização de videoconferência.

Em razão das circunstâncias acima expostas (pequena quantidade de processos de competência da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região e inexistência de uma periodicidade definida das suas reuniões), não foi possível à Unidade inspecionada informar o custo despendido nas realizações das reuniões.

### **4) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) a Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região encontra-se bem instalada, com estrutura física e de equipamentos adequada para o desempenho de suas atribuições e para o seu quadro de servidores, o qual, apesar de diminuto, exerce de forma satisfatória as atividades inerentes à Unidade;

b) os expedientes recebidos no SEI – Sistema Eletrônico de Informações são atribuídos de acordo com a área de atuação (assunto) pela Assessora ou Chefe de Gabinete. A Assessoria minuta normas e atos, além de conferir os expedientes minutados pelos outros servidores da unidade, antes do encaminhamento ao Desembargador Coordenador. O Chefe de Gabinete é responsável pela organização e divisão dos trabalhos do Gabinete;

c) os expedientes administrativos em tramitação estão regulares em seu processamento.

### **5) RECOMENDAÇÕES:**

Não há recomendações específicas destinadas à Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região.

## GABINETE DA CONCILIAÇÃO

### 1) DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. **Coordenadora:** Desembargadora Federal Marisa Santos

1.2. **Tempo de atuação:** desde 21/3/2016

No momento da chegada da equipe da Corregedoria-Geral, foi constatado que a Desembargadora Federal Marisa Santos acumula as funções com o respectivo gabinete jurisdicional, da seguinte forma: integra o Órgão Especial, é Presidente da 9ª Turma, integra a 3ª Seção e ainda é membro suplente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela própria Desembargadora Federal Marisa Santos.

### 1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Sistema de Conciliação
Servidores efetivos	22
Servidores sem vínculo	Não há
Servidores requisitados	Não há
Servidores prestando serviços em outros setores	Não há
Terceirizados	Não há
Vagas não ocupadas	Não há
Estagiários	Não há
TOTAL	22
Servidores em área-fim	22

1.3.1. **Cargos e funções comissionadas:** São 15 as funções gratificadas, assim distribuídas:

ÁREAS	CJ3	CJ2	CJ1	FC6	FC5	FC4	FC3	FC2	FC1
Sistema de Conciliação	1	1			4	2	7		

### 2) METODOLOGIA E BOAS PRÁTICAS:

A Unidade está organizada por setores, com as respectivas funções e atribuições: Setor Administrativo/Normativo, Setor do INSS; Setor da CEF; Setor de Estatística, Setor de Contadoria, Setor de Cursos de Capacitação e Cadastro Unificado de Conciliadores.

a) por determinação da Desembargadora Federal Coordenadora Marisa Santos, há dois projetos-piloto em andamento no 2º grau: INSS e CEF. O recebimento dos processos é feito no sistema eletrônico e providenciada a sua localização física. Quando os feitos são recebidos dos gabinetes, cuja matéria comporta audiência na Central de Conciliação (CEF: SFH, Danos Morais, Fies, PAR, Carteira Comercial, dentre outros), é feito o registro no sistema eletrônico e instaurado no SisJef o Incidente Conciliatório. Após, são feitas as respectivas intimações e os autos são encaminhados para a inclusão em pauta de audiência na Central de Conciliação – CECON;

b) nas hipóteses de manifestação de interesse da parte em conciliar, pelo sítio eletrônico, os processos são solicitados mediante ofício-convite aos relatores, com a indicação da matéria objeto de acordo a ser proposto pelo INSS e CEF;

c) os processos são organizados em prateleiras, com a indicação da respectiva localização física dos autos;

d) após a solicitação e recebimento dos autos no Gabinete da Conciliação, é lançada a fase no Siapro e realizada a intimação/convite das partes para as audiências de conciliação. Depois da lavratura do respectivo termo, o acordo é homologado pela Desembargadora Coordenadora e o feito é baixado à origem. Quando a tentativa de acordo é frustrada, os autos são devolvidos ao relator;

e) a periodicidade das conciliações depende das pautas do INSS e da CEF. As audiências de conciliação são realizadas, preferencialmente, nas Centrais de Conciliação. Contudo, há projetos específicos, envolvendo pauta temática e de relevante interesse social, em que as audiências são realizadas no Gabinete da Conciliação. Há no Gabinete controle dos conciliadores cadastrados em sistema único, perfazendo um total de 699;

f) são realizados vários cursos de capacitação, desde 2011. O próximo está previsto para o início do segundo semestre de 2016: “Curso de Atualização e Capacitação à luz do Novo Código de Processo Civil”, na modalidade presencial e a distância, o que deve ampliar a possibilidade de conhecimento e de acesso a um maior número de pessoas interessadas no projeto de solução pacífica de resolução de conflitos;

g) há um setor próprio de controle estatístico, com servidor tecnicamente habilitado na área, o que propicia uniformidade, celeridade e informações imediatas, quando solicitadas pelo CJF/CNJ, mormente quanto ao gerenciamento de todas as Centrais de Conciliação – São Paulo e Mato Grosso do Sul;

h) o tempo de tramitação dos procedimentos na Unidade é de aproximadamente 60 dias, para os processos da CEF e, de 90 dias, para os processos do INSS;

i) quanto à distribuição interna das atividades, todos os servidores executam tarefas específicas voltadas para a área da conciliação e estão capacitados para as atividades pertinentes da Unidade;

j) no Gabinete da Conciliação, o atendimento aos advogados e partes pauta-se pelo amplo esclarecimento dos dados solicitados;

k) com a conciliação e a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, têm-se ampliado as matérias para se colocar fim ao litígio à luz da cultura da pacificação. Com relação às boas práticas, elencamos as seguintes:

1ª) atendimento à cidadania (o cidadão é esclarecido e encaminhado ao setor competente para solução de seu conflito. Há setor específico e servidor habilitado para tanto. Essa prática é ampliada na Semana Nacional da Conciliação);

2ª) pauta temática, priorizando assuntos que envolvam saúde e direitos humanos; projeto de pacificação de conflitos do consumidor; casos envolvendo contratos administrados pela EMGEA, conciliação penal, com delitos de pequeno potencial ofensivo, suspensão condicional do processo ou transação penal;

3ª) PAR (Programa de Arrendamento Residencial);

4ª) solução alternativa de pacificação de conflitos – desistências recursais, alcançando feitos de distribuição antiga, priorizando as metas;

5ª) instalação do Incidente Conciliatório nas Centrais de Conciliação e no próprio Gabinete, propiciando estatística uniforme, amplo controle de dados e das fases processuais, além da celeridade da tramitação, observado o direito fundamental à duração razoável do processo;

6ª) sítio eletrônico atualizado diariamente, possibilitando acesso amplo às informações pertinentes ao projeto de conciliação da 3ª Região, aos atos normativos do Conselho da Justiça Federal e do Conselho Nacional de Justiça, observado o dever de transparência e atualidade. O incremento do sítio eletrônico, objetivando espelhar todas as atividades que envolvem a conciliação, busca conferir fácil acesso do jurisdicionado à autocomposição dos litígios (pré-processual e processual);

7ª) há, quando necessário, audiências itinerantes, nas quais o Gabinete da Conciliação, em auxílio às Centrais de Conciliação da 3ª Região, permite o fluxo de pauta intermitente, em especial nos casos de conciliação do INSS, matéria relativa ao benefício por incapacidade, na qual o jurisdicionado tem evidente dificuldade de locomoção, nos locais onde inexistem Centrais de Conciliação;

8ª) incremento do uso de meio eletrônico, tais como, videoconferência e Skype, para realização das audiências.

Foram realizados pela unidade:

- 1) mutirões nas execuções de título extrajudicial ajuizadas pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis;
- 2) conciliação pré-processual de dano moral com a CEF, com a inauguração de espaço físico no Juizado Especial Federal de São Paulo;
- 3) projeto de execução extrajudicial com a OAB/SP;
- 4) audiências via Skype com Conselhos Profissionais (Franca e Presidente Prudente);
- 5) audiências com IMETRO;
- 6) audiências com o IBAMA; e

- 7) realização de cursos de capacitação de Novos Conciliadores em São Paulo e no Interior.

São realizadas reuniões periódicas com os advogados e procuradores das entidades públicas federais para traçar planos e melhorias no fluxo dos procedimentos, bem como com os conciliadores, com o objetivo de padronizar procedimentos e melhorar os resultados.

Na Conciliação, os servidores e conciliadores voluntários são treinados a alinhar seu trabalho e atendimento aos cidadãos, com urbanidade, humildade, respeito, atenção e eficiência.

### 3) PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE:

<b>ESTATÍSTICA DE CASOS ENCERRADOS POR CONCILIAÇÃO NO 2º GRAU</b>	
Percentual de casos encerrados por conciliação em 2014	1.493
Percentual de casos encerrados por conciliação em 2015	1.099

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Quando da visita da equipe da Corregedoria à Unidade, encontravam-se no Gabinete da Conciliação 609 processos, sendo 258 da CEF e 351 do INSS. Desses, 90 estavam com vistas para a Procuradoria do INSS para elaboração de proposta de acordo.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da Unidade revelam que, nos últimos 12 meses, no período de maio/2015 a abril/2016, foram remetidos para conciliação 2.325 processos, dos quais foram feitas propostas de acordo em 1.019, o que gerou acordos homologados.

### 4) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

No Gabinete da Conciliação foram selecionados 35 para inspeção, dos quais apenas 7 estavam fisicamente disponíveis.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com os registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

Na Unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e a realidade fática, decorrente da metodologia anteriormente aplicada de tentar a conciliação por relação de processos por

assunto, sem a requisição física dos autos à unidade para a qual foi distribuído o processo.

Na listagem, constou 1 Processo que foi extraviado (2007.61.00.023901-6), mas que foi restaurado (0015797-62.2014.4.03.8000), e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos Processos listados, recomenda-se regularizar/atualizar a movimentação/localização dos seguintes feitos: 1999.61.05.010880-0, 1999.61.05.011851-9, 1999.61.05.016522-4, 2000.61.00.017030-7, 2000.61.05.014677-5, 2001.61.05.000719-6, 2001.61.05.006190-7, 2001.61.05.009567-0, 2002.61.05.006830-0, 2003.61.05.004330-6, 2006.61.05.001017-0, 2005.03.00.026152-6, e 2005.61.06.010153-1, além dos Processos 2005.61.26.000108-8, 2010.03.00.029595-7, 2005.03.00.026152-6 e 2005.03.00.101099-9, que foram remetidos para o Gabinete da Conciliação apensados, que também precisam ter a movimentação/localização regularizadas/atualizadas.

## **5) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

Verificou-se, durante os trabalhos de inspeção no Gabinete da Conciliação, que antes de 17/7/2014 era possível dar início aos procedimentos de conciliação e realizar acordos entre as partes, sem a presença dos processos físicos, que continuavam em tramitação nas unidades para as quais tinham sido distribuídos.

Esse procedimento era realizado com base em processos que tratavam de um mesmo assunto e tinham como apelante a mesma parte, como a Caixa Econômica Federal – CEF, por exemplo, em que as partes eram intimadas para manifestação sobre as propostas previamente preparadas pela referida empresa pública que, de posse do número do processo, tinha condições de identificar o contrato questionado em juízo.

Contudo, não raras vezes, a proposta era aceita e o acordo homologado, ao mesmo tempo em que o processo era levado a julgamento ou decisão, uma vez que a autoridade judicial competente não tinha conhecimento do procedimento conciliatório, o que se mostrou contraproducente.

Essa prática foi abolida na gestão da Desembargadora Federal Monica Nobre, em 17/7/2014, quando as Centrais de Conciliação – CECONs passaram a realizar as audiências de conciliação somente de posse dos autos físicos.

Com essa alteração no procedimento, foi possível evitar que um mesmo processo estivesse com dupla movimentação, ou seja, com uma tentativa de conciliação em andamento e, simultaneamente, em fase de julgamento ou decisão. A partir de 17/7/2014, com a obrigatoriedade de remessa dos processos físicos para o Gabinete da

Conciliação, regularizou-se a situação, com a instauração do “Incidente Conciliatório”, por ser possível a utilização do Sistema de Acompanhamento Processual – SIAPRO.

Contudo, até o momento, não há fase processual específica no Sistema de Acompanhamento Processual – SIAPRO, que permita a remessa e alteração da localização física dos processos do Gabinete da Conciliação para qualquer Central de Conciliação, das 22 instaladas na 3ª Região, o que obriga um controle manual indesejável e até perigoso dos processos que baixam para a realização de audiências de conciliação.

Assim sendo, constata-se ser necessária a criação, pela Secretaria de Informática, de fases processuais autorizadas de remessa, recebimento e outras necessárias para movimentação dos processos pelo Gabinete da Conciliação, como também pelas Centrais de Conciliação – CECONS, que são vinculadas às Diretorias das Seções e Subseções Judiciárias.

## 6) RECOMENDAÇÕES:

- a) atualizar/regularizar a movimentação/localização, no prazo de 30 dias, dos seguintes Processos:

1999.61.05.010880-0	1999.61.05.011851-9
1999.61.05.016522-4	2000.61.00.017030-7
2000.61.05.014677-5	2001.61.05.000719-6
2001.61.05.006190-7	2001.61.05.009567-0
2002.61.05.006830-0	2003.61.05.004330-6
2006.61.05.001017-0	2005.03.00.026152-6
2005.61.06.010153-1	2005.61.26.000108-8
2010.03.00.029595-7	2005.03.00.026152-6
2005.03.00.101099-9	

- b) fazer gestão junto à Presidência do Tribunal, para que a Secretaria de Informática providencie a criação de fases processuais para remessa, recebimento e outras necessárias para movimentação dos processos pelo Gabinete da Conciliação, como também pelas Centrais de Conciliação – CECONS, que são vinculadas às Diretorias das Seções e Subseções Judiciárias, ou alternativamente, que permita a remessa de processos do Gabinete da Conciliação para as Centrais de Conciliação – CECONS, com o devido registro no sistema; e
- c) providenciar, no prazo máximo de 90 dias, a conferência da atual relação de processos registrados no Sistema de Acompanhamento Processual – SIAPRO,

com localização no Gabinete da Conciliação, para a regularização da movimentação/localização dos casos que se fizerem necessários.



## ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

**ÓRGÃO:** Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região

**1.1. Diretoria:** Desembargador Federal Luis Carlos Hiroki Muta, Desembargadora Federal Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida, Desembargador Federal Nelton Agnaldo Moraes dos Santos e Desembargador Federal Paulo Sérgio Domingues.

**Tempo de atuação:** desde 14/3/2016

**Assessora do Desembargador Federal Diretor da Escola de Magistrados da Terceira Região:** Marta Fernandes Marinho Curia, desde 2/7/2014

**Diretora da Divisão de Educação Corporativa, Publicação e Acervo:** Ana Mariza Vanzin, desde 24/3/2014

**1.2. Quadro de pessoal:** a estrutura organizacional prevê 21 pessoas na composição, havendo 20 servidores lotados na Escola e 1 cargo de Analista Judiciário cedido para a 44ª Subseção Judiciária de São Paulo, no município de Barueri. Conta, ainda, com 2 estagiários.

**1.3. Cargos e funções comissionadas em atividade:** 2 CJ1, 1 FC6, 5 FC5, 1 FC4, 7 FC3.

### 2) ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE:

A Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região (EMAG) tem como atribuições promover o curso de formação de magistrados; proporcionar atualização e aperfeiçoamento aos magistrados, mediante a realização de eventos (cursos, palestras, seminários etc.); promover cursos de especialização e pós-graduação *lato sensu* para magistrados; promover a divulgação dos feitos da EMAG e de conteúdos técnicos de interesse dos profissionais do direito; firmar contratos e fazer parcerias com instituições; e disponibilizar ao Desembargador Federal Presidente da Comissão de Concurso os recursos humanos e materiais necessários à realização dos concursos para Juiz Federal Substituto.

A EMAG tem como órgãos subordinados a Assessoria do Desembargador Federal Diretor da EMAG (AMAG) e a Divisão de Educação Corporativa, Publicação e Gestão de Acervo (DEGA).

A AMAG é composta por três Seções:

- Seção de Suporte Administrativo, que tem como funções específicas a elaboração da proposta de planejamento orçamentário anual, com a elaboração das minutas de contratos, convênios e demais atos correspondentes, realizando o controle de sua execução; o controle referente ao processamento de atos para a contratação de professores, discriminação de horas-aula a serem ministradas e elaboração de projetos, acompanhando todas as atividades;

- Seção de Organização de Concursos para a Magistratura, que se ocupa da prática de todos os atos de impulso dos processos administrativos de realização de concurso público para o ingresso na carreira da magistratura federal, desde a confecção das minutas de regulamento e dos editais de inscrição até a divulgação oficial dos resultados finais. Incumbe-lhe, ainda, registrar as reuniões e deliberações da Comissão de Concurso; comunicar aos setores competentes, conforme diretrizes da Comissão de Concurso, a projeção de receita orçamentária; coordenar a integração entre os diversos setores internos e externos envolvidos na realização das etapas do concurso; atender, orientar e esclarecer os candidatos inscritos no concurso e demais interessados em todas as suas etapas; prestar informações a órgãos superiores e elaborar relatórios gerenciais, quando solicitado; realizar atividades de apoio necessárias ao bom andamento do concurso e à preservação de suas informações; apoiar a realização do curso de formação inicial dos magistrados aprovados em concursos de ingresso na carreira da magistratura federal;

- Seção de Cursos e Eventos, que tem por competências operacionalizar os serviços de infraestrutura, transporte, organização e acompanhamento necessários à execução dos cursos de formação, atualização e aperfeiçoamento promovidos pela Escola ou dos promovidos por outras instituições com apoio da Escola; realizar planejamento pedagógico, levantamento de necessidade de treinamentos, avaliação de cursos executados e credenciamento; formalizar e acompanhar o processamento de requisições de compras de diárias e passagens para professores, instrutores, especialistas ou demais autoridades afetas à EMAG; preservar e guardar os equipamentos utilizados na realização dos cursos; manter atualizados os controles dos bens disponibilizados à EMAG, duráveis e consumíveis, requisitando-os e remanejando-os quando necessário ou solicitado; prestar apoio administrativo às reuniões da Diretoria da EMAG e da Comissão de Concurso; fiscalizar o funcionamento das redes hidráulicas, elétricas e computacionais, bem como de todas as instalações físicas à disposição da EMAG ou por ela efetivamente utilizadas; coordenar e definir, em conjunto com a área de informática do Tribunal, a estrutura de informática e a plataforma tecnológica necessária para suportar a produção dos eventos e sistemas utilizados pela EMAG; orientar e auxiliar os usuários dos sistemas informatizados utilizados pela EMAG.

A DEGA, por seu turno, é composta por duas Seções:

- Seção de Suporte a Eventos de Educação Corporativa, responsável pela infraestrutura e logística necessárias ao desenvolvimento das atividades da Escola;

gestões patrimonial e da parte administrativa da Escola, como elaboração da frequência de servidores etc.;

- Seção de Publicação e Gestão de Acervo, que promove a divulgação dos feitos da EMAG e de conteúdos técnicos de interesse dos profissionais do direito, por meio de áudios, vídeos, publicações na página do Tribunal bem ainda em boletins e outras vias de veiculação.

### 3) OBSERVAÇÕES GERAIS:

A Unidade foi visitada para levantamento e registro de dados gerais, sem listagem de feitos para inspeção ou controle processual.

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Desembargador, que apresentou as instalações e discorreu sobre as atividades recentemente desenvolvidas pela Escola.

Foram realizados 60 cursos e eventos, a seguir discriminados, no biênio em questão:

#### **Cronologia dos eventos da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região**

<b>PERÍODO DE REALIZAÇÃO</b>	<b>EVENTO</b>
17/2 a 6/3/2014	Inglês Jurídico I – Turmas 1 e 2
24/2 a 26/2/2014	Formação Continuada Direito Processual Civil – Aspectos do Projeto do Novo Código de Processo Civil
10/3/2014	<i>Media Training</i>
10/4/2014	Palestra: Prognósticos, Especulações e Visões sobre os Sistemas de Justiça do Futuro
27/5 a 12/9/2014	Curso de Formação Inicial de Magistrados XVII Concurso para Juízes Federais Substitutos
30/5 a 15/8/2014	Curso de Vitaliciamento dos Juízes Federais Substitutos Impactos das Decisões Judiciais: Aspectos Ambientais, Econômicos, Tributários e Sociais

4/8 e 5/8/2014	Eficiência na Prestação Jurisdicional e Juizados Especiais Federais
12/8 a 14/8/2014	Direito Aduaneiro
13/8 e 14/8/2014	Terras Públicas da União
25/8 a 5/9/2014	Reuniões Eficazes – EAD – Turmas 1 a 6
28/8 e 29/8/2014	<i>Compliance</i> & Defesa da Concorrência
15/9 a 6/10/2014	Inglês Jurídico I – EAD – Turmas 1 e 2
17/9 a 19/9/2014	Curso de Capacitação de Conciliadores
2/10/2014	Palestra: Calculando Valores Atrasados de Benefícios: Orientações Práticas para Uso de Planilhas Oferecidas ao Público
13/10 a 31/10/2014	Francês Jurídico I – EAD – Turmas 1 e 2
14/10 a 25/11/2014	Programa de Formação Humanística Curso História da Arte – Módulo I – Idade Antiga
31/10 a 21/11/2014	Direito Eleitoral – EAD
7/11 a 20/11/2014	Acentuação e Nova Ortografia – EAD – Turmas 1 a 6
10/11 a 14/11/2014	Direito Penal Federal
5/12/2014	Seminário: Processo Civil e Constituição
23/2 a 6/3/2015	Inglês Jurídico – EAD – Turmas 1 e 2
3/3 a 16/3/2015	Reuniões Eficazes – EAD – Turmas 1 e 2
9/3 a 31/3/2015	Segurança da Informação: Aprenda a Proteger sua Estação de Trabalho e seus Dados no Ambiente Digital – EAD
17/3/2015	<i>Media Training</i>
23/3 a 27/3/2015	Curso de Direito Antitruste

24/3 a 26/3/2015	Introdução ao Direito Previdenciário Alemão
7/4 a 19/5/2015	Programa de Formação Humanística Curso História da Arte – Módulo II – Do Renascimento ao Impressionismo
23/4 a 11/5/2015	O Papel do Gestor no Processo Motivacional – EAD – Turma 1
27/4 a 30/4/2015	Justiça e o Poder Judiciário no Século XXI
6/5 a 8/5/2015	Ciberterrorismo
11/5 a 15/5/2015	Filosofia e Teoria Geral do Direito – Jurisdição e Decidibilidade
20/5 a 22/5/2015	Falácias: Como Reconhecê-las e Evitá-las
25/5 a 29/5/2015	Economia para o Direito
28/5 e 29/5/2015	Segurança para Magistrados – Tráfico Internacional de Drogas, o Sistema Carcerário e a Ação Policial
8/6 a 12/6/2015	Capacitação de Conciliadores
22/6 a 26/6/2015	Teoria dos Jogos Aplicada ao Direito
3/8 a 5/10/2015	Novo Código de Processo Civil
12/8 a 31/8/2015	O Papel do Gestor no Processo Motivacional – EAD – Turma 2
1º/9 a 21/9/2015	Inglês Jurídico I – EAD – Turma 3
15/9 a 6/11/2015	Introdução ao PJE – Processo Judicial Eletrônico – EAD – Turmas 1 e 2
15/9 a 22/10/2015	Programa de Formação Continuada Curso História da Arte – Módulo III – Da Origem da Fotografia à Arte Conceitual
17/9 e 18/9/2015	Corrupção, Sociedade e Judiciário
5/10 a 26/10/2015	Segurança da Informação: Aprenda a Proteger sua Estação de Trabalho e seus Dados no Ambiente Digital – EAD

7/10 e 8/10/2015	II Congresso Previdência Social e Direito
13/10 a 5/11/2015	O Papel do Gestor no Processo Motivacional – EAD – Turmas 3 e 4
22/10 e 23/10/2015	I Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região
26/10 a 28/10/2015	Sistemas de Inteligência (NSA e ABIN), Drones, Delatores e Estado Islâmico
3/11 a 23/11/2015	Segurança da Informação: Aprenda a Proteger sua Estação de Trabalho e seus Dados no Ambiente Digital – EAD
4/11 e 5/11/2015	2º CISEGUR – Congresso Internacional de Segurança Pública e Privada
9/11 a 11/12/2015	Introdução ao PJE – Processo Judicial Eletrônico – EAD – Turmas 3 e 4
16/11/2015	Workshop: Aspectos Relevantes do Seguro Garantia na Execução Fiscal
10/12 e 11/12/2015	1º Congresso Ética, Corrupção e Gestão de Empresas
22/2 a 17/3/2016	Conflito: Construção de Soluções Positivas – EAD – Turmas 1 e 2
24/2 a 26/2/2016	Falácias: Como Reconhecê-las e Evitá-las
4/3 a 18/3/2016	Questões Relevantes do Novo Código de Processo Civil
7/3 a 4/4/2016	Estratégias para uma Comunicação Efetiva – EAD – Turmas 1 e 2
12 e 13/3/2016	III Congresso de Tributação e Empresa: o Novo CPC
6/4/2016	Workshop: Alterações do Novo Código de Processo Civil (Santo André)
28 e 29/4/2016	Audiência de Custódia – Questões controvertidas
6 e 7/6/2016	Direitos Humanos na Europa (Araraquara)

Nesse período, foram treinados 358 magistrados, sendo 110 em 2014, 179 em 2015 e 69 em 2016, até o momento.

Não foram oferecidos Cursos de Formação Inicial após a publicação da Resolução 11/2015 – ENFAM, ante a ausência de finalização de concurso para Juiz Federal Substituto no referido período. Assim, não houve magistrados formados nesse período.

Tendo em vista que a atual Diretoria tomou posse em 14/3/2016, a maior dificuldade apontada, em virtude da falta de tempo hábil, diz respeito à elaboração do plano político-pedagógico da EMAG. A atual gestão está empreendendo esforços nesse sentido, tendo inclusive participado do workshop sobre projeto político-pedagógico realizado pela ENFAM entre 17 e 18 de maio próximo passado.

Atualmente, a equipe pedagógica da EMAG constituiu grupo de trabalho para discussão e elaboração do plano político-pedagógico.

Outra dificuldade relatada decorre da alteração efetivada na estrutura organizacional da EMAG por meio da Resolução n. 494, de 26 de junho de 2014, que implicou uma redução no quadro de funções comissionadas, bem como na quantidade de cargos destinados à Escola, gerando uma redistribuição, entre os setores da atual estrutura organizacional, das atividades desenvolvidas pela EMAG. Além disso, a EMAG passou a executar o próprio orçamento, o qual anteriormente era elaborado pela SOFI, que é o setor próprio do Tribunal para tal tipo de atividade.

Ainda no que se refere ao orçamento, foi referida a dificuldade de o Diretor do Concurso não ser o Diretor da Escola, ou seja, o orçamento é planejado por quem não o executa.

Foi destacado igualmente que há dificuldades em custear todas as ações da EMAG com as restrições orçamentárias atuais. Isso tem prejudicado a execução das despesas com locomoção de palestrantes e magistrados, tanto para cursos promovidos pela EMAG, como para cursos promovidos pelo CJF e ENFAM.

Não há orçamento suficiente para realizar Curso de Formação Inicial.

No aspecto tecnológico, constatou-se que há no máximo 36 portas para a realização de videoconferências, o que se mostra insuficiente. Além disso, o *software* não foi atualizado, o que muitas vezes inviabiliza a comunicação com outras unidades. Igualmente, não houve atualização da plataforma *Moodle* para fins de cursos EAD.

De regra, há troca de toda a equipe com a troca das gestões, o que prejudica o andamento dos trabalhos.

#### **4) RECOMENDAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Não há recomendações específicas a serem feitas à Unidade, que está em boa situação.

A EMAG, como órgão vocacionado basicamente à seleção, preparação e aperfeiçoamento de Magistrados, exerce atividade peculiar, que não diz diretamente com a jurisdição, embora sua atuação repercuta significativamente nas ações do Judiciário.

Não havendo processos a inspecionar, a verificação na unidade pautou-se no conhecimento das instalações, dos equipamentos, das atividades desenvolvidas e do planejamento.

Constatou-se, nesse sentido, que a escola funciona em imóvel locado, situado ao lado do Tribunal, e com estrutura física privilegiada, contemplando espaço amplo para as atividades administrativas e pedagógicas e também para todas as espécies de cursos.

Os equipamentos são compatíveis com as atividades desempenhadas.

A equipe de apoio é qualificada e, conquanto tenha sido reduzida ao longo do tempo por opção da Administração do Tribunal, consegue fazer frente ainda às atividades inerentes à Unidade.

A atual gestão, cujo mandato teve início neste ano, é composta por Diretores qualificados e comprometidos com a política nacional de preparação e aperfeiçoamento de Magistrados.

Os problemas orçamentários muito provavelmente impactarão as atividades da EMAG, mas trata-se de vicissitude que infelizmente tem atingido todos os órgãos do Poder Judiciário. De todo modo, a situação merece acompanhamento, para que não venha a comprometer excessivamente as atividades formativas, o que certamente será observado pela Direção e pela Administração da Corte.

Nessa linha, a Administração certamente deverá avaliar as necessidades que decorrerão da realização do Curso de Formação Inicial, que será iniciado tão logo se encerre o concurso em andamento, para que as demais atividades da Escola não fiquem comprometidas.

Por outro lado, considerando os gastos que decorrem da realização de cursos presenciais e as restrições orçamentárias, e havendo, segundo informado, número insuficiente de portas para a realização de videoconferências, e, bem assim, indicativos de obsolescência do *software* e da plataforma *Moodle*, aconselhável sejam tomadas medidas para os aperfeiçoamentos que se fazem necessários, pois o uso do EAD certamente constitui meio indispensável e mais barato para o desempenho das atividades formativas.



## SECRETARIA DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E JUSTIÇA

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

1.1. **Secretaria:** Secretaria dos Conselhos de Administração e Justiça

1.2. **Diretora de Secretaria:** Cristina Lemos de Oliveira Rodrigues

**Tempo de atuação:** desde 22/2/2016.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora da Secretaria.

### 1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2016	14	-	01	-	03	18	15

1.3.1. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 14 funções gratificadas, assim distribuídas:

ÁREAS	CJ3	CJ2	CJ1	FC6	FC5	FC4	FC3	FC2	FC1
Secretaria dos Conselhos de Administração e Justiça	01	-	02	-	04	-	07	-	-

### 2) ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE:

As principais atribuições da Secretaria são:

1. Organizar os assentamentos dos magistrados ativos e inativos.
2. Coordenar a movimentação e designação de magistrados de primeiro e segundo grau, inclusive, afastamentos, convocações, férias e licenças.
3. Preparar os atos de convocação de magistrados do primeiro grau pelo Tribunal.
4. Organizar e atualizar os dados funcionais dos magistrados.
5. Comunicar à Folha de Pagamento quaisquer benefícios que repercutam na remuneração dos magistrados.
6. Instruir os processos de promoção, remoção e vitaliciamento.
7. Expedir ofícios de interesse dos magistrados, certidões, declarações, atestados funcionais e carteiras funcionais, sejam ativos ou inativos.

8. Receber, controlar e enviar ao TCU cópias das Declarações de Imposto de Renda dos Desembargadores Federais.
9. Instruir os processos de concessão de vantagens financeiras, gratificações, averbações de tempo de serviço, aposentadorias e pensões, bem como revisões, auxílio funeral e demais direitos dos magistrados.
10. Elaborar mapas de tempo de serviço para fins de concessão de abono de permanência.
11. Acompanhar os processos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão, até decisão final do TCU.
12. Organizar e controlar a gestão de pessoal interno do TRF da 3ª Região.
13. Apreciar, na qualidade de instância recursal na esfera administrativa da 3ª Região, questões relacionadas à contratação, execução e rescisão de contratos firmados com empresas privadas para realização de serviços e/ou obras, inclusive, sanções.

### **3) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Diretora, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor.

A Secretaria assessora e dá apoio operacional ao Conselho de Justiça e ao Conselho de Administração.

A composição desses órgãos consiste no Presidente, Vice-presidente, Corregedor Regional, membros titulares e suplentes, os quais são eleitos para mandato bienal. No caso atual, o biênio 2016/2018, o calendário de sessões já está definido até fevereiro de 2018. O art. 21 do Regimento Interno do TRF da 3ª Região, no entanto, permite a realização de sessão extraordinária, mediante convocação do Presidente.

O Conselho de Justiça, com 2 sessões por mês, trata de assuntos relacionados à 3ª Região (TRF da 3ª Região e das Seções Judiciárias de São Paulo e do Mato Grosso do Sul), tais como férias de magistrados, licenças, afastamentos, substituições, convocações, entre outros.

Já o Conselho de Administração, com sessão mensal, aborda questões de natureza interna, exclusiva do TRF da 3ª Região, quanto à gestão de pessoal. Seu campo de atuação espraia-se, todavia, por toda a Região na qualidade de instância recursal administrativa de execução de contratos firmados com empresas e a Justiça Federal da 3ª Região. Cada processo vem devidamente instruído, seja pelos órgãos operacionais do TRF da 3ª Região, seja pelas Diretorias do Foro das Subseções, para pronunciamento quanto à aplicação de multa, proibição de participação em licitações, rescisão unilateral pelo poder estatal, dentre outras sanções.

#### 4) BOAS PRÁTICAS:

Merece destaque neste tópico o empenho da Secretaria, em cooperação, principalmente, com a Divisão de Assuntos da Magistratura, a Secretaria de Tecnologia da Informação, a Subsecretaria de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas e a Divisão de Sistemas Administrativos e Apoio, na implantação célere de sistemas informatizados e integrados que englobem os bancos de dados de magistrados e funcionários.

Atualmente, as informações encontram-se fragmentadas e estão formatadas de maneira de difícil intercâmbio. Enquanto, por exemplo, o sistema de designação de férias dos servidores é totalmente em meio digital, o dos magistrados ainda se utiliza de formulários impressos.

Na entrevista realizada com a Diretora, ela frisou que: “Atualmente, existem os sistemas SEI, SAPA, *easy image*, RHMmag, RHM3R e MapaVara. Contudo, eles não contemplam todas as informações e dados funcionais dos Magistrados da 3ª Região e tampouco se comunicam entre si, gerando a necessidade de realizar levantamentos feitos manualmente, geralmente por meio de planilhas Excel, de redigitação – por vezes até mais de uma vez – de informações constantes de um sistema, por ausência de migração dos dados, à custa de dispêndio de tempo e desgaste físico para que sejam realizados, ainda assim, com a observância dos prazos fixados”.

Observou-se que houve a elaboração de um cronograma, com expectativa de avanços significativos no segundo semestre de 2016. As principais metas a serem alcançadas são:

1 - disponibilizar aos Magistrados o sistema e-GP na intranet, com acesso aos seus dados pessoais, funcionais, solicitações de alteração de férias, dias de compensação, relatório de afastamentos e substituições/convocações, sem a necessidade de protocolo em papel, integrado ao SEI, como já está implantado e disponível para os servidores;

2 - aprimorar o sistema MapaVara, disponibilizado na intranet, onde são anotadas todas as designações e afastamentos da Magistratura da 3ª Região e corrigir eventuais inconsistências do sistema, tudo em consonância com o que determina a Resolução n. 341 do CJF;

3 - aprimorar o sistema RHM3R e extinguir o obsoleto sistema RHMmag, para que as informações sobre os afastamentos dos magistrados, as designações e os respectivos atos sejam lançados naquele sistema e possam ser migradas para os demais sistemas (atualmente os atos são lançados manualmente no RHMmag e MapaVara, que não se relacionam com qualquer outro sistema).

## **5) RECOMENDAÇÕES:**

Considerando o empenho e a motivação do corpo dirigente da secretaria em dar moderna formatação às rotinas de trabalho, entende-se não ser necessário apontar recomendações específicas para o aprimoramento da Unidade.

## SUBSECRETARIA DOS FEITOS DA PRESIDÊNCIA (PRECATÓRIOS)

### 1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

**1.1. ÓRGÃO:** Subsecretaria dos Feitos da Presidência (Precatórios) - UFEP

**1.2. Diretora:** Virginia Brandão Martins

**Tempo de atuação:** desde 20 de fevereiro de 2008

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora da Secretaria da Presidência – SEPE, pela Diretora da Subsecretaria dos Feitos da Presidência (Precatórios) – UFEP, e também pelos Diretores da Divisão de Análise de Requisitórios – DIAL e da Divisão de Pagamento de Requisitórios – DPAG.

### 1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Subsecretaria de Precatórios
Servidores efetivos	27
Servidores sem vínculo	-
Servidores requisitados	-
Servidores prestando serviços em outros setores	-
Terceirizados	-
Vagas não ocupadas	-
Estagiários	4
TOTAL	31
Servidores em área-fim	27

A Diretora da Subsecretaria dos Feitos da Presidência (Precatórios) – UFEP tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas, tanto individuais como gerais, para toda a equipe, considerando-se, principalmente, os períodos em que há fechamento de propostas orçamentárias. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pela Diretora da Secretaria da Presidência - SEPE.

### 2) ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE:

Recebimento, autuação, controle, acompanhamento, atualização e pagamento de requisitórios de pagamento (Requisições de Pequeno Valor – RPV e Precatórios).

### **3) OBSERVAÇÕES GERAIS:**

A Unidade foi visitada para levantamento e registro de dados gerais, sem listagem de feitos para inspeção ou controle processual.

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Diretora da Secretaria da Presidência – SEPE, que discorreu sobre as atividades desenvolvidas pelo Setor.

A Subsecretaria dos Feitos da Presidência – Precatórios integra a Secretaria da Presidência – SEPE e está vinculada diretamente à Presidência do Tribunal, organizando-se da seguinte forma:

- a) Divisão de Análise de Requisitórios – DIAL, responsável pelo recebimento e autuação dos requisiitórios de pagamento (RPVs e Precatórios), ocasião em que são conferidos todos os seus dados a fim de se averiguar eventuais irregularidades cadastrais, prevenções ou duplicidade, bem como pela expedição de certidões e elaboração de minutas de despachos sobre precatórios e requisições de pequeno valor;
- b) Divisão de Pagamento de Requisitórios – DPAG, competente para promover as alterações nos requisiitórios de pagamento (RPVs e Precatórios), como inclusão ou substituição de favorecidos e redução ou atualização de valores.

A Secretaria da Presidência – SEPE, por sua vez, no que diz respeito aos requisiitórios de pagamento (RPVs e Precatórios), possui as seguintes atribuições:

- a) Verificar as alterações e edições de legislação orçamentária e outras afetas a Precatórios e RPVs;
- b) Adequar os procedimentos dos precatórios à legislação em vigor;
- c) Prestar informações pertinentes a propostas orçamentárias e sua execução à Secretaria de Orçamento e Finanças - SOFI do TRF3 e aos demais órgãos internos e externos;
- d) Assessorar o Desembargador Federal Presidente na resolução de questões afetas a requisições de pagamento e incidentes correlatos;
- e) Conferir os expedientes eletrônicos expedidos em virtude da ocorrência de incidentes nos requisiitórios eletrônicos;
- f) Comunicar a transferência de verbas aos Juízos de origem, destinadas ao pagamento de precatórios e requisiitórios de pequeno valor.

Observou-se uma estrutura interna da Subsecretaria bem organizada, com todos os precatórios e RPVs tramitando na forma eletrônica.

Há 297 Precatórios físicos na unidade inspecionada, conforme dado estatístico de abril de 2016, fornecido pela Diretora da Secretaria da Presidência – SEPE, todos com pagamentos já realizados.

Desses 297 Precatórios físicos, 89 encontram-se sobrestados, em atendimento a decisões judiciais oriundas de incidentes diversos (ação rescisória, ação de inventário, execução etc., com eventual repercussão sobre os valores pagos por meio de tais Precatórios). Os demais Precatórios físicos (208) encontram-se na Subsecretaria em razão de pedidos de desarquivamento de feitos pelas partes, para fins diversos (certidão narrativa, conferência de valores etc.). Todos os Precatórios físicos estão localizados em estantes na própria Subsecretaria, para acompanhamento.

A Subsecretaria adota o critério da especialidade para a divisão das tarefas desempenhadas pelos servidores, conforme as atribuições de cada unidade acima citada (Divisão de Análise de Requisitórios e Divisão de Pagamento de Requisitórios).

O atendimento às partes e advogados é feito, preferencialmente, por *e-mail*, sendo realizado pela Diretora da Secretaria da Presidência – SEPE.

Conforme informação prestada pela Diretora da Secretaria da Presidência – SEPE, não há procedimentos administrativos em trâmite na Subsecretaria de Feitos da Presidência (Precatórios) que não sejam relativos a requisições de pagamento (RPVs e Precatórios).

Os dados estatísticos apresentados, na tabela abaixo, revelam que, no período de maio/2015 a abril/2016, foram distribuídas 204.845 e pagas 204.845 RPVs. No mesmo período, foram distribuídos 18.124 precatórios. A unidade informou que o pagamento está integralmente informatizado, inclusive, para os processos com trâmite perante a Justiça Estadual no exercício da competência delegada.

#### Quantitativo de RPVs distribuídos e pagos na 2ª Região

Período	mai-15	jun-15	jul-15	ago-15	set-15	out-15	nov-15	dez-15	jan-16	fev-16	mar-16	abr-16	Total
Distribuídos	21.732	29.208	14.322	13.520	20.579	22.829	1.824	18.879	8.298	16.384	19.086	18.184	204.845
Pagos	21.732	29.208	14.322	13.520	20.579	22.829	1.824	18.879	8.298	16.384	19.086	18.184	204.845

Fonte: TRF 3ª Região

#### Quantitativo de Precatórios distribuídos na 2ª Região

Período	mai-15	jun-15	jul-15	ago-15	set-15	out-15	nov-15	dez-15	jan-16	fev-16	mar-16	abr-16	Total
Distribuídos	1.962	6.649	473	612	769	869	1.097	961	585	1.151	1.371	1.625	18.124

Fonte: TRF 3ª Região

Não há atraso no pagamento de precatórios.

Os precatórios estão sendo atualizados pelo sistema ReqPag, de forma automática, observando-se o IPCA-E (IBGE), nos termos da Portaria n. 268, de 1º de julho de 2015, do Conselho da Justiça Federal. A Unidade inspecionada informou que está ciente da previsão de atualização dos requisitórios tributários de 2017 pela taxa SELIC, conforme

aprovado na 53ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Precatórios – GTPREC, do Conselho da Justiça Federal, realizada nos dias 19 e 20 de abril de 2016.

O valor pago a título de RPVs, no período de maio/2015 a abril/2016, foi de R\$ 1.689.035.393,12, conforme planilha de pagamentos apresentada pela Diretora da Secretaria da Presidência – SEPE.

Já os valores pagos mediante Precatórios no mesmo período foram os seguintes: R\$ 222.747.898,66, referentes a complemento de Precatórios de 2014, R\$ 11.762.675,18, correspondentes a pagamentos extraorçamentários, e R\$ 2.746.097.486,04, relativos a pagamentos orçamentários, totalizando, assim, no intervalo de maio/2015 a abril/2016, o montante de R\$ 2.980.608.059,88 pagos a títulos de Precatórios, cuja soma com a quantia paga em RPVs, citada acima, resulta na cifra de R\$ 4.669.643.453.

No que diz respeito às recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, foi relatado pela Unidade inspecionada o cumprimento da nova sistemática de contagem dos prazos processuais (dias úteis).

Quanto às boas práticas, foram destacadas pela Unidade inspecionada as seguintes:

a) cadastramento de todos os requisitórios de pagamento (Precatórios/RPVs) na forma eletrônica, sejam os recebidos da Justiça Federal de primeiro grau, sejam os recebidos dos Juizados Especiais Federais e os oriundos da Justiça Estadual no exercício da competência delegada;

b) realização de todas as comunicações por *e-mail* e registro de todas as comunicações (enviadas e recebidas) no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, para fins de acompanhamento e consultas posteriores;

c) mapeamento, por meio de fluxograma, de todas as etapas de processamento dos requisitórios de pagamento (Precatórios/RPVs), permitindo aos servidores da Unidade um controle melhor de todas as fases de trabalho no processamento, além de uma maior segurança no pagamento dos Precatórios e RPVs.

#### **4) RECOMENDAÇÕES:**

Não há recomendações específicas destinadas à Secretaria de Precatórios.



## **SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

### **Apresentação:**

A Portaria n. CJP-POR-2016/00158, de maio de 2016, determinou a realização de inspeção no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Destarte, foi inspecionada a Secretaria de Segurança. No decorrer dos trabalhos foi verificado se o Tribunal cumpriu o atendimento às recomendações exaradas na inspeção anterior.

O exame dessas questões foi balizado pelo cotejamento entre as recomendações anteriormente expedidas e as respostas apresentadas, em entrevista, pela equipe da Secretaria de Segurança Institucional do TRF3.

### **Atendimento às orientações constantes da última inspeção:**

Quanto a este item, verificou que, algumas das recomendações expedidas na última inspeção não foram completamente atendidas, as quais resultaram nas seguintes constatações e recomendações:

#### **Veículo blindado**

Houve o relato da ocorrência de ameaças a Juiz Federal, cujas medidas de prevenção e de proteção ficaram adstritas à comunicação de fato e solicitação de escolta armada à autoridade policial local e a Superintendência da Polícia Federal em São Paulo, ou seja, sem a proteção complementar de veículo blindado. Destaca-se que essas autoridades deram apoio na confirmação e no combate à ameaça, a qual se encontra sob monitoramento e controle.

#### **Recomendações**

Adotar medidas para aquisição de veículo blindado destinado à proteção e assistência de juízes em situação de risco, caso o orçamento aprovado, neste exercício financeiro para o TRF da 3ª Região, permita essa operação, ou adotar outras ações direcionadas à obtenção deste bem junto ao demais tribunais regionais e ao CJP, ou à Delegacia da Receita Federal ou ao Departamento de Polícia Federal.

#### **Vulnerabilidade nas medidas de segurança predial**

Observou-se que, na Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, em especial, nas Subseções de Corumbá e de Ponta Porã, apresentam vulnerabilidade as medidas adotadas para a segurança de magistrados, servidores e usuário destes Fóruns, em

desconformidade com o art. 1º da Resolução CNJ n. 104, de 6/4/2010, a qual prevê o seguinte conjunto de ações: controle de acesso aos prédios, instalação de câmaras de vigilância e de aparelho detector de metais, policiamento ostensivo com agentes de segurança, articulação com os órgãos policiais para estabelecimento de plantão/escolta para atendimento às situações de risco a magistrados ameaçados, entre outras providências.

### **Recomendações**

Apresentar, no prazo de 60 dias, plano de ação para mitigar as fragilidades de segurança nas Subseções de Corumbá e de Ponta Porã, que atenda aos requisitos mínimos fixados na Resolução CNJ n. 104/2010.

### **Fragilidade no controle do uso de veículo oficial**

Observou-se que o controle do uso da frota oficial do TRF3, embora atenda aos requisitos fixados na Resolução CJF n. 72, de 26/8/2009, é realizado com base na expedição de requisições manuais, situação essa que impõe a necessidade de aperfeiçoamento do modelo atual de controle para conjugar os aspectos de controle informatizado/eletrônico em função do volume de documentos gerados e a dificuldade na gestão desses dados (na gestão dos dados de uso e de controle da frota oficial).

### **Recomendações**

Apresentar, no prazo de 60 dias, plano de ação para contemplar medidas de controle eletrônico de emissão de requisições de uso de veículo oficial, bem como o estudo e implantação do monitoramento da frota, levando-se em consideração a existência de recursos financeiros destinados à contratação/aquisição dos serviços de monitoramento de veículos, neste exercício financeiro.

### **Fragilidade na segurança dos gabinetes**

Observou-se que, em alguns gabinetes de desembargadores federais, os agentes de segurança desempenham outras funções além das atividades de segurança, o que pode resultar em fragilidade na adoção de medidas de prevenção a riscos.

### **Recomendações**

Observar o contido no *decisum* do CJF, nos autos CF-PPP-2012/00035, que em situação análoga, estabeleceu a necessidade de o servidor exercer as atribuições de segurança nas respectivas lotações, atestadas por meio de declaração da chefia da unidade, sob pena de responsabilidade pessoal. Assim, as demais atividades

relacionadas ao expediente interno do gabinete não podem comprometer o desempenho da atividade fim do cargo do agente de segurança.

### **Risco à integridade de acervo processual**

Observou-se o uso de depósitos localizados na garagem do TRF3 (subsolo) para fins de arquivo de acervo processual de gabinetes de desembargadores federais, sem a devida identificação do usuário e sem que haja o franqueamento do acesso à Secretaria de Segurança Institucional, que fica impedida de mitigar riscos relacionados à integridade do acervo de processos, em caso de foco de incêndio ou de alagamento, bem como no controle e combate de insetos e demais pragas.

### **Recomendações**

No prazo de 30 dias, identificar os depósitos com o nome, ramal e outras informações, que julgar necessárias, do gabinete usuário do local, bem como ser franqueado o acesso à Secretária de Segurança Institucional, com o fornecimento de cópia da chave de acesso ao depósito e a celebração de termo contendo as condições em que o local poderá ser acessado pela citada secretaria.

## ESTATÍSTICA

### 1. APRESENTAÇÃO

A Coordenadoria de Estatística da Corregedoria-Geral da Justiça Federal – COESI, utilizando-se de toda a sistemática aplicada para a realização dos trabalhos de inspeção, da coleta e tratamento dos mais variados tipos de dados fornecidos pela Seção de Estatística do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), concentrou esforços na identificação e solução de possíveis dificuldades enfrentadas pela Unidade, nas boas práticas existentes e relacionadas à gestão da informação.

### 2. ANÁLISE DA BASE DE DADOS E DE OUTRAS INFORMAÇÕES OBTIDAS DURANTE A INSPEÇÃO

Na etapa preparatória da inspeção, esta Coordenadoria realizou, para fins de seleção dos feitos a serem inspecionados, análise de toda a base processual em tramitação no Tribunal, por meio de metodologia própria que leva em consideração informações conjugadas de cada processo, tais como: o número do processo, data da última movimentação, data da distribuição, data da última conclusão, descrição da última fase e da classe processual, data da decisão liminar, quando houver, tempo de publicação do acórdão ou da decisão, prazos para votos-vista e revisor, petições pendentes de juntada e processos com carga há mais de 60 dias.

Os resultados desse trabalho permitiram perceber, *a priori*, que o Tribunal, por meio de seu sistema processual (Siapro) e rotinas de extração, produção e armazenamento dos dados, demonstra ter boa qualidade no controle de seus dados, tendo em vista que todas as informações solicitadas apresentaram boa consistência e poucos erros foram identificados. Porém, chamou atenção o tempo dispendido para coleta, tratamento e encaminhamento dessas informações que, em sua maioria, ficaram fora dos prazos estabelecidos. Essa morosidade em conjunto com outros diagnósticos produzidos em inspeções anteriores, sinalizou para a existência de possíveis problemas, tais como: centralização da força de trabalho, ausência de uma ferramenta mais robusta de produção de relatórios, ou ainda dificuldades na extração dos dados em função de banco de dados mal estruturado ou com excesso de erros de lançamentos ao longo do tempo.

## **2.1 Breve histórico das constatações registradas nas últimas inspeções**

Cabe esclarecer, em análise preliminar, e para contextualização da realidade atual do TRF3, que nas duas últimas inspeções realizadas em 2012 e 2014 o Tribunal já apresentava em suas estatísticas uma série de deficiências. Os mecanismos de extração e tratamento dos dados eram extremamente manuais, estáticos, e exigiam elevado tempo para coleta, tratamento e elaboração de análises. Essa morosidade devia-se ao fato principal de não possuírem base de dados com parâmetros próprios e separados de toda base do sistema processual – Siapro. Para avançar na solução desse problema o Tribunal promoveu mudanças em sua estrutura, vinculando a Seção de Estatística à Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação (modelo atual), a fim de permitir maior proximidade entre a estatística e a informática para execução das melhorias.

A primeira medida implantada, e constatada na inspeção de 2014, foi a utilização de ferramenta “OLAP” para manipulação e análise de dados, e alocação de espaço no servidor SQL para seu armazenamento, com critérios e parâmetros exclusivos para o setor de estatística. Esse aperfeiçoamento permitiu maior agilidade na formatação dos relatórios que eram gerados a partir dos aplicativos de apoio, WORD, EXCEL e SPSS. Apesar dessas melhorias, as limitações na produção e disponibilização de dados estruturados e dinâmicos para as diversas unidades do Tribunal permaneceram precárias, em função da ausência de uma ferramenta de relatórios estruturados conhecida por *Business Intelligence*. Apesar de sua importância, a implantação dessa aplicação não era vista como prioritária pela Administração, diante de outras demandas consideradas mais urgentes.

Outra situação, constatada na última inspeção e considerada de extrema importância para a qualidade dos dados do Tribunal, foi a necessidade de uniformização dos lançamentos das movimentações, bem como a melhoria da conscientização dos usuários dos sistemas quanto ao lançamento correto das fases. As bases de dados do Tribunal traziam em seu histórico erros de lançamentos que “poluíam” o banco, gerando dificuldade na coleta do dado e a necessidade de verificação constante das informações a fim de evitar inconsistências.

## **2.2 Cenário atual das informações produzidas pela Seção de Estatística**

Durante os trabalhos, *in loco*, foi possível constatar que de fato a estrutura à disposição da Seção de Estatística do Tribunal carece, com urgência, de ferramentas que permitam a gabinetes e unidades processantes gerar relatórios estruturados e dinâmicos de forma célere e autônoma. Essa percepção foi possível a partir dos relatos veementes de equipes que reportaram à Coordenação de Inspeção as dificuldades que os órgãos julgadores e demais unidades cartorárias possuem em acessar, a partir de

uma interface amigável, as informações processuais do Tribunal. É consenso que tais ferramentas são imprescindíveis para a tomada de decisão e a boa gestão do acervo. Em consequência dessa realidade, as críticas quanto à consistência das estatísticas oficiais do tribunal e sua disponibilidade foram fortes e recorrentes.

Em reunião técnica realizada com o chefe da Seção de Estatística e o assessor da Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, tais questões foram amplamente debatidas.

Em resposta às alegações de inconsistências nos dados oficiais do Tribunal, o chefe da Seção de Estatística afirmou que todos os dados previamente parametrizados são consistentes, com baixa margem de erro, e estão disponíveis para consulta em todo o Tribunal. Nos últimos dois anos, o setor envidou boa parte de seus esforços no sentido de depurar a base do Siapro que, por um longo período, acumulou muitos erros no lançamento de fases. Atualmente o setor tem trabalhado junto à administração do Tribunal no sentido de aprimorar e criar algumas regras de encadeamento de fases para evitar lançamentos fora de uma sequência lógica de registro, conscientizar os servidores sobre a importância do lançamento correto de cada movimento para fins estatísticos e impedir a prática de exclusão ou correção de fases registradas no Siapro, por meio de lançamentos retroativos. Esse trabalho é imprescindível para garantir a consistência tanto dos dados históricos quanto dos atuais, além de evitar retrabalho para as áreas vinculadas à estatística.

A Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação instaurou em 2015 e 2016 alguns expedientes para tratar do assunto junto às unidades envolvidas. É imprescindível que a administração do Tribunal trate tais expedientes, e outros que surgirem da mesma natureza, com a importância e a prioridade exigidas, são eles:

- SEI0009783-91.2016.4.03.8000 – Assunto: exclusões e lançamentos retroativos.
- SEI0028649-84.2015.4.03.8000 – Assunto: ajustes na fase arquivados.
- SEI0029956-73.2015.4.03.8000 – Assunto: ajustes em situações processuais.
- SEI0029954-06.2015.4.03.8000 – Assunto: fases de julgamento e publicações.
- SEI0029953-21.2015.4.03.8000 – Assunto: controle de pendentes de julgamento.
- SEI0029952-36.2015.4.03.8000 – Assunto: controle de situação identificada.
- SEI0029950-66.2015.4.03.8000 – Assunto: controle de incidentes.
- SEI0028668-90.2015.4.03.8000 – Assunto: juntada de petições.
- SEI0028667-08.2015.4.03.8000 – Assunto: ajustes na fase de sobrestados.

A equipe de inspeção, responsável pelo setor de estatística do Tribunal, teve acesso às bases de dados administrada pela unidade, em planilha Excel, e valendo-se de todo o trabalho de análise dos dados previamente recebidos, não identificou inconsistências ou erros significativos, nem antes, nem durante a inspeção. A título de exceção, cabe ressaltar os erros identificados nas publicações estatísticas do Provimento n. 2 do CJF, porém não foi considerado, nessa etapa da análise, por não

apresentar qualquer vínculo com os bancos de dados utilizados pela área de estatística do Tribunal. Dada a importância do erro identificado, nesse provimento, o assunto terá sua abordagem em tópico específico.

Outro ponto importante e alvo de reclamações por parte dos órgãos julgadores e processantes diz respeito às limitações ou inexistência de acesso fácil e rápido às informações do acervo de processos do Tribunal por unidade.

O primeiro ponto, esclarecido e demonstrado, é que os dados considerados importantes para controle, tratamento e organização do acervo de processos existem e estão devidamente parametrizados e disponibilizados às áreas interessadas. Porém, a Seção de Estatística e a Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação reconhecem, e a equipe de inspeção constatou, que seu acesso e manipulação dependem de alguns requisitos básicos relacionados ao manuseio de arquivos Excel. Tais informações, com atualização mensal, estão dispostas em planilhas sem qualquer tipo de interface intuitiva ou amigável que facilite o cruzamento dos dados. Os recursos tecnológicos disponíveis hoje são escassos para produção de uma aplicação que permita atender de forma satisfatória às exigências das áreas envolvidas. Por essa razão, muitas das unidades julgadoras e processantes ou desconhecem tais dados, ou conhecem, mas não os utilizam, de forma satisfatória, por considerarem brutos.

Em que pese haver consistência nos dados brutos, essa situação de disponibilização da base às unidades sem filtros ou mecanismos para busca segura de dados específicos, de fato, pode favorecer a produção de informações inconsistentes quando mal manipuladas.

O segundo ponto, e não menos importante, diz respeito à falta de comunicação ou colaboração entre a área judiciária e o setor de estatística/informática. A política de valorização da informação como instrumento de controle e melhoria das atividades exige da administração, além do investimento em tecnologia, o estímulo contínuo à realização de fóruns de discussão entre áreas fins e meio, produção de tutoriais, e em outros níveis *workshops* que abordem o acesso à informação como mecanismo para gestão do acervo e otimização dos recursos.

É importante perceber que, para a viabilização de um projeto dessa natureza para construção de relatórios estruturados e de fácil manuseio, mesmo que aplicado a um escopo reduzido, simplificado e de baixo custo, deve haver o comprometimento de setores estratégicos do Tribunal como Gabinetes, Subsecretarias de Turma, Secretaria Judiciária, Diretoria Geral, Informática e Seção de Estatística. O projeto deve ser estratégico, prioritário e multidisciplinar.

### **Recomendações:**

- 1) priorizar a análise dos expedientes, em andamento no Tribunal, abertos pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação no sentido de corrigir possíveis imperfeições relacionadas a lançamentos de movimentações processuais, bem como seus encadeamentos, afim de facilitar a produção de informações estatísticas de forma célere e consistente;
- 2) proibir a prática de lançamentos retroativos de movimentação processual, seja para ajustar erros aleatórios de curto ou médio prazos, seja para realizar ajustes decorrentes de deficiências na estrutura de encadeamento de determinadas fases que permitam lançamentos fora de uma ordem sequencial e cronológica. A correção de eventos equivocados deve ocorrer com o lançamento de um novo movimento e não com ajustes em lançamentos já homologados no sistema processual;
- 3) apresentar projeto, em 60 dias, com cronograma de implantação, que viabilize, por meio de ferramenta de *Business Discovery*, a construção de relatórios estruturados, dinâmicos, de fácil manuseio, do acervo de processos em tramitação no Tribunal, modelados à realidade de cada unidade julgadora ou processante envolvida.

### **3. DETALHAR A ESTRUTURA E O AMBIENTE DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DOS SETORES DE ESTATÍSTICA**

A Seção de Estatística, responsável pelos dados de 2º grau, integra a estrutura da Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação vinculada à Presidência do Tribunal.

A equipe é muito bem preparada para exercer suas atividades, tem conhecimento multidisciplinar e é composta por assistentes e técnicos especialistas em estatística e informática. Porém, fica claro que a carência de servidores está diretamente ligada às limitações de recursos tecnológicos que impõem maior carga de trabalho e responsabilidade. Em caso contrário e na hipótese da implantação de ferramenta gerencial (*Business Discovery*), o atual quadro atenderia às demandas sem riscos de perda de prazos, mesmo aqueles mais urgentes.

**Composição atual:** 5 Servidores, sendo 1 analista judiciário e 4 técnicos judiciários:



- a) Um Assessor de Gestão de Sistemas de Informação – CJ-3;
- b) Um Diretor da Divisão de Gestão de Dados – CJ-1;
- c) Um Supervisor da Seção de Estatística – Assistente (FC 5);
- d) Um Assistente I – (FC 4);
- e) Um analista judiciário – Especialidade Estatística – FC 3.

#### **4 . VERIFICAR O CUMPRIMENTO DO PROVIMENTO N. 2, DE 22 DE JUNHO DE 2009**

O Provimento n. 2 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal tem por finalidade disciplinar as condutas a serem adotadas pelos Tribunais Regionais Federais referentes à divulgação dos dados estatísticos de suas atividades e daquelas oriundas dos órgãos judiciários de primeiro grau, no Portal da internet, a partir de um padrão estabelecido.

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação, desenvolveu, com os recursos disponíveis à época, uma aplicação, em caráter de urgência, que permitiu a publicação apenas dos dados do segundo grau. Desde, então, a atualização do Portal ficou sistematizada, com publicações mensais, e sem a presença dos dados do primeiro grau.

Durante a inspeção de 2012, ficou demonstrada a incapacidade do Tribunal em sistematizar, no ambiente do Provimento n. 2, as estatísticas do primeiro grau. Os métodos de consultas eram extremamente manuais e defasados, nos quais os serventuários das diversas varas federais alimentavam os bancos de dados ACCESS, criados pelo próprio setor de estatística do Tribunal no ano de 2000, com dados do sistema processual da primeira instância (Mumps). Os lançamentos eram todos manuais, o que exauriu, com a crescente demanda por novas informações, a capacidade dos funcionários responsáveis, em executar a atividade de preencher formulários. Tornou-se, portanto, um sistema limitado e sem chance de abarcar novos dados, por vezes presentes no sistema de acompanhamento processual da primeira instância.

Na inspeção de 2014, verificou-se que todas as recomendações feitas em 2012 foram cumpridas, e as limitações foram corrigidas por meio da implantação do sistema EstCORE. O sistema passou a receber das unidades judiciárias, de forma eletrônica e automatizada, todos os dados estatísticos da primeira instância. Após a compilação geral, conferência e fechamento mensal das informações pelas varas federais, os dados gravados em banco de dados, do próprio sistema e em ambiente de rede fechado, permitiram segurança no armazenamento e maior agilidade na consulta por informações.

Atualmente, apesar do grande avanço com os dados do primeiro grau, o setor ainda não dispõe de uma ferramenta de relatórios estruturados e seu desenvolvimento

está condicionado às prioridades do setor de informática do Tribunal que, desde 2014, ainda não venceu os desafios com as estatísticas do segundo grau. Por essa mesma razão, as informações do primeiro grau, ainda hoje, não estão incluídas no Provimento n. 2.

#### **4.1 Situação atual das publicações identificadas no Portal do Tribunal**

Quanto às estatísticas do segundo grau disponibilizadas no Portal até a data da inspeção, foram identificadas sérias inconsistências nos dados de tramitação. Tais erros demonstram claramente que as informações publicadas não possuem o acompanhamento do setor de estatística, nem da informática. Os dados, extraídos diretamente da base de dados do sistema processual, não são submetidos ao crivo regular das áreas técnicas e, por essa razão, seus relatórios não acompanham as mudanças de conceitos e paradigmas do Tribunal ao longo do tempo.

O Coordenador da Inspeção e sua equipe de estatísticos em audiência com a Presidência do Tribunal, com a Assessoria de Gestão dos Sistemas da Informação e a Seção de Estatística, debateram amplamente o tema em busca da solução.

Reconhecido o erro, o primeiro ato, por consenso, foi a desativação imediata do denominado “Portal de Estatística” do TRF3, não sendo mais possível a sua consulta por usuários externos ou internos. Como forma de atender ao Provimento-CJF n. 2, as áreas técnicas irão preparar, paliativamente e em caráter de urgência, arquivos em Excel contendo os dados nos moldes do provimento, porém, utilizando como parâmetros os dados produzidos na Seção de Estatística, notadamente consistentes.

Em medida de curto prazo, será analisada a possibilidade de utilização da ferramenta desenvolvida para os Juizados Especiais Federais da 3ª Região, porém adaptada à base de dados da Seção de Estatística do Tribunal.

Em caso de incompatibilidade, serão empregadas outras ferramentas tal como o *Pentaho* (*software* de código aberto para inteligência empresarial, desenvolvido em Java). A solução cobre as áreas de *ETL* (*Extract Transform Load*), *reporting* (Relatórios), *OLAP* (*Online Analytical Processing*) que permite, minerar, manipular e analisar um grande volume de dados sob múltiplas perspectivas.

Quanto às estatísticas de primeiro grau, que ainda não estão disponíveis conforme o Provimento n. 2/CJF, ficou acordado com representante da unidade da Corregedoria Regional, responsável pelos dados de primeiro grau, que, diante dessa nova realidade de reconstrução dos relatórios para o Portal, o setor se comprometerá a participar do novo projeto, em andamento na Seção de Estatística e, conjuntamente, cumprir o que determina o Provimento em sua integralidade.

**Recomendação:** Desenvolver e publicar, no Portal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, todos os dados de primeiro e segundo graus previstos no Provimento n. 2 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, de 22 de junho de 2009. Apresentar cronograma de implantação no prazo de 60 dias.

## **SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS**

### **1 - APRESENTAÇÃO**

A inspeção no Tribunal Regional Federal da 3ª Região foi determinada pela Portaria n. CJF-POR-2016/00158, de 2 de maio de 2016. Foram, então, solicitadas providências prévias a fim de instruir os exames nos sistemas. Durante os trabalhos ocorreram reuniões e visitas às áreas judiciária e de tecnologia da informação, bem como às unidades responsáveis pelos sistemas de precatório, de juizados especiais, gestão de pessoas e videoconferência, para colher informações a respeito dos procedimentos adotados pelos usuários referentes aos sistemas utilizados. A equipe se ocupou de apreciar o cumprimento das providências oriundas da inspeção anterior, execução de uma bateria de testes, no módulo de distribuição processual, e exames nos sistemas conforme as seguintes vertentes:

**Distribuição Processual:** consiste na análise dos sistemas e rotinas de trabalho adotados na distribuição processual no âmbito do Tribunal inspecionado, tanto para os processos físicos quanto para aqueles que tramitam de forma eletrônica. Análise das rotinas operacionais envolvidas e vistoria nas dos códigos-fontes da distribuição processual, visando à identificação de vulnerabilidades.

**Sistema de Precatórios:** consiste na avaliação dos sistemas responsáveis pelo envio/recebimento e processamento das solicitações de pagamentos de precatórios e RPV, recebidos tanto da competência delegada quanto de órgãos da Justiça Federal da 3ª região.

**Sistemas do Juizado Especial Federal:** consiste na análise do sistema utilizado pelas varas dos juizados especiais.

**Documentos Judiciais Eletrônicos:** consiste na análise dos procedimentos envolvidos na geração de peças eletrônicas no âmbito do TRF3. A atividade deverá comportar as fases de geração, guarda, disponibilização e publicação desses documentos, com especial atenção no que tange à segurança do acesso às peças geradas.

**Videoconferência:** consiste na análise macro dos recursos necessários às execuções de videoconferência com outras unidades da Justiça Federal e de outros órgãos, para a realização de audiências ou oitivas judiciais.

### **2 - ATENDIMENTO ÀS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS**

O Tribunal atendeu às providências prévias solicitadas informando os dados solicitados e preparando o ambiente necessário para a realização dos testes. Também

destacou equipe própria para acompanhar as visitas e os testes que se fizeram necessários.

### **3 - ATENDIMENTO ÀS ORIENTAÇÕES CONSTANTES DA ÚLTIMA INSPEÇÃO**

Em relação às providências solicitadas durante a última inspeção, embora nem todas tenham sido totalmente atendidas, as vulnerabilidades encontradas foram minimizadas com o atendimento parcial das recomendações.

### **4 - SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL**

**Sistema SIAPRO:** O Tribunal inspecionado opera com o sistema SIAPRO, responsável pelo gerenciamento de todos os processos físicos que correm naquela Corte. Este sistema, embora estável e confiável, emprega plataforma tecnológica defasada, algo que, na prática, constitui risco. Como boa prática, ressalta-se que o SIAPRO possui um sistema de *log* (registros) que expõe, de forma clara e acessível aos usuários do sistema, todas as alterações realizadas nos dados relacionais (alterações de parte, redistribuições processuais, números de origem etc.), podendo, inclusive, imprimi-las juntamente com os andamentos. Os *logs* do sistema passaram a ser realizados antes mesmo da distribuição dos processos tornando a distribuição dos processos mais transparentes.

O sistema SIAPRO conta com todos os campos necessários para a realização da distribuição, inclusive, as marcações de priorização de processamento, dispõe também de *logs* de alteração e exclusão de atributos críticos do processo, como nome da parte, classe e assunto, disponíveis para consulta pelos usuários. Os parâmetros adotados na distribuição são impressos na etiqueta de autuação, dentre eles, o tipo de distribuição, os processos que determinam a prevenção e os impedimentos objetivos e declarados, se for o caso. Não foi observado cadastramento prévio de impedimentos pela unidade que opera o sistema.

**Recomendamos que o acesso ao banco de dados deve ser constantemente monitorado, visto que existe a possibilidade de alteração dos dados da distribuição por intervenção técnica.**

A Subsecretaria de Informações Processuais – UFOR, responsável por operar a distribuição processual no âmbito do TRF3, está subordinada à Secretaria Judiciária e tem como atribuição receber as petições protocoladas no TRF e os processos em grau de recurso, oriundos do primeiro grau das Justiças estadual e Federal.

Ao chegarem, os processos físicos oriundos da Justiça Federal são triados pelo critério de prioridade e número de volumes e analisados por servidores do quadro. O sistema importa os dados do sistema de primeira instância, contudo há necessidade de retificação dos assuntos e de se compulsar os autos para complementar dados importantes para a verificação de prevenção, o que demanda muito tempo e atenção dos servidores, tornando-se um ponto para possíveis falhas de prevenção. A Diretora Márcia efetuou uma Solicitação de Melhoria de Serviços de Informática n. 387012, em 10/11/2014, para aprimorar a importação dos dados que influenciam na prevenção e impedimentos objetivos. Os impedimentos de foro íntimo são declarados pelo gabinete, retornando-o diretamente para a distribuição, por força da OS 01/93.

Os processos oriundos da Justiça estadual são triados, recebem as capas e numeração, e essa tarefa é efetuada por uma equipe terceirizada composta de 6 pessoas. A análise e o preparo são feitos por estagiários e servidores concursados, compulsando-se os autos e anotando informações que podem refletir na distribuição, os dados são lançados no sistema por digitadores concursados que tomam o cuidado de revisar as informações preparadas pelos estagiários. A equipe terceirizada conta com um supervisor permanente que confere maior celeridade e confiabilidade ao trabalho, segundo a Diretora Márcia.

Os feitos eletrônicos oriundos da Justiça Federal são processados pelo PJE – Processo Judicial Eletrônico, que tem se mostrado robusto e com poucos episódios de queda ou travamento, contudo ainda faltam muitas funcionalidades para operacionalizar a distribuição.

Os processos eletrônicos oriundos da Justiça estadual chegam por meio de um arquivo eletrônico via FTP<sup>3</sup>. Foi implantado um procedimento para a carga dos dados do processo no PJE, em uma área do primeiro grau de acesso restrito aos servidores da UFOR. Os dados de autuação são complementados manualmente. A identificação dos documentos eletrônicos também é efetuada manualmente, um a um, processo a processo, exigindo muito tempo, esforço e concentração dos servidores. Segundo a Diretora Márcia, este é um ponto crítico do sistema, pois a produção caiu de 40 processos por dia – quando vinham em papel – para 10. Principalmente, devido à falta de equivalência entre a tabela de documentos do estado e a tabela de documentos do PJE. Feito isto, os processos eletrônicos são remetidos ao PJE do segundo grau.

**Para minimizar este problema é recomendável que o TRF3 invista no desenvolvimento do MNI – Modelo nacional de interoperabilidade – em todos os sistemas judiciais do Tribunal, ainda que este recurso dependa, também, de desenvolvimento complementar de outros órgãos envolvidos, principalmente, os da competência delegada.**

---

<sup>3</sup> Do acrônimo em inglês (*File Transfer Protocol*) – Protocolo de transferência de arquivos

A verificação das prevenções dos processos físicos é feita na Supervisão de Análise por meio do Relatório de Prevenção gerado a partir dos dados lançados na autuação. Neste momento, as prevenções e impedimentos objetivos são contabilizados no SIAPRO para o preparo da distribuição.

Nos processos eletrônicos, a análise dos dados para prevenção e impedimentos objetivos é efetuada manualmente, confrontando-se os dados das partes no SIAPRO e no PJE, pois ainda não há relatório de prevenção no PJE.

A distribuição de processos físicos é dividida em lotes, de acordo com o número de processos que cabem em um escaninho de madeira, os escaninhos são identificados com a data e o número do lote e organizados de acordo com a prioridade, assim é possível fazer o controle visual dos processos a serem distribuídos, evitando atrasos elevados. Uma vez distribuídos, os processos recebem as informações do gabinete e do órgão julgador e, então, é lançada a fase de distribuição. Depois de coladas as etiquetas de autuação e conferidos os dados do processo, é gerada a guia de remessa e o respectivo lançamento da fase “7001 - conclusos ao relator”, sendo os autos entregues no órgão julgador.

A UFOR, a despeito da complexidade das tarefas sob sua atribuição, é bem organizada, todo o trabalho crítico é realizado por servidores concursados, as atividades mais básicas estão ao encargo de estagiários e terceirizados. A gestão do trabalho é feita visualmente, pois os processos são colocados em prateleiras abertas e são identificados com a data de chegada e o tipo de priorização. A equipe é multidisciplinar, o que possibilita a sua realocação para as áreas mais críticas. Contudo, foi observado que há muitas atividades manuais, tais como a numeração de páginas, colocação de capas e etiquetas nos processos, entrega de autos etc., além das atividades exigirem conferência manual dos dados do processo, devido ao baixo grau de integração dos sistemas processuais. Estes fatos podem impactar muito a produtividade, caso haja picos de demandas e podem ser agravados pela necessidade de atender os quesitos de priorização. Há relatos de lapsos de até 10 dias entre a distribuição do processo e o recebimento nos gabinetes. Outro fator a ser observado é que não há registro de recebimento dos processos físicos na UFOR, que atualmente não pode ser considerado um problema, pois segundo a diretora, o prazo máximo entre o recebimento e a distribuição é de 30 dias e a comunidade jurídica já está acostumada com este prazo. Além disso, os quesitos de priorização são observados.

**É extremamente recomendável que seja realizada uma melhor integração entre os sistemas processuais para mitigar riscos de acúmulo de trabalho nos picos de demanda e, também, melhorar o estudo de prevenção, além de contribuir para aumento de produtividade.**

## **5 - SISTEMA DE PRECATÓRIOS**

A 'Seção de PRC e RPV' faz parte da 'Divisão de Processamento' e é responsável pelo envio das requisições de pagamentos ao TRF e pela posterior disponibilização dos recursos às partes do processo e peritos que atuam no processo, conforme determinação judicial. O sistema utilizado para a expedição de requisições de valores é o SISJEF, desenvolvido em uma plataforma cliente/servidor de aplicação *Delphi* e banco de dados *Oracle*. É utilizada a rotina PV e PRECATORIOS. Os processos com requisição de pagamento são processados em lotes distribuídos aos servidores pelo supervisor da seção. Os processos são analisados e as requisições conferidas para posterior transmissão ao TRF pelo diretor de secretaria

Cada processo é analisado individualmente para verificar possíveis impedimentos tais como: ausência de trânsito em julgado; mais de um autor no polo ativo (pode exigir divisão do valor da condenação); informações dos CPFs dos autores e advogados; possível existência de RPVs anteriores para o mesmo processo. Além das causas impeditivas para a requisição de pagamento, também são verificadas as seguintes informações: mês da atualização do cálculo; o número de meses a pagar em cada exercício (corrente e anteriores); o valor total das diferenças a serem pagas ao autor ; se o valor está dentro da alçada do JEF e, caso o valor da requisição seja superior, deverá constar despacho para manifestação da parte sobre a renúncia; se trata-se do pagamento de vários benefícios (geralmente quando é auxílio-doença); se houve perícia médico-social-contábil (pois também haverá RPV para os honorários periciais); se há honorários sucumbenciais; se o advogado pediu destacamento dos honorários advocatícios; se a parte autora é incapaz para a vida civil; se trata-se de multa administrativa; se trata-se de pagamento complementar.

Efetuada as análises, são expedidas as requisições de valores para o autor, advogado e honorários periciais. Se, por algum motivo, um deles não puder ser expedido, o processo retorna ao setor responsável para as correções, sem que seja expedida qualquer requisição neste processo.

Após a expedição das requisições, o lote é encaminhado para a conferência. A partir de uma tabela de controle gerada pelo sistema, as requisições de todos os processos do lote são conferidas por um servidor indicado pelo supervisor, que confere todas as informações descritas acima e anexa uma certidão de conferência. As principais discrepâncias são: número de meses do RPV ao autor (RRA); mês da atualização do cálculo; informação sobre "valores à ordem do juízo"; honorários sucumbenciais sobre valor de condenação quando seria da causa ou vice-versa; não foram expedidos RPVs para todas as perícias ou para os honorários sucumbenciais; valor dos honorários periciais não obedecem à tabela; RPV ao autor ultrapassa o valor-limite, conforme tabela, e não consta renúncia; consta pedido de destacamento de honorários não apreciado (observar o pedido na inicial e as outras petições complementares da parte autora).



Em geral, para cada processo há cerca de três requisições: autor, honorários do advogado e honorários do perito. Porém este número pode aumentar em função da quantidade de perícias e número de autores. Grande parte das informações é colhida diretamente nas petições e decisões, exigindo que o servidor analise grande parte dos documentos do processo, o que demanda enorme esforço, tempo e atenção do servidor. Um exemplo típico é opção de renúncia de valores acima do limite para RPV que é feita por petição. Uma maneira de facilitar o trabalho seria se o sistema permitisse que o advogado acionasse um sinalizador, e este deveria aparecer marcado, se fosse o caso, na tela da requisição. Este fato se repete em várias situações. Outro exemplo é o do pedido de destacamento de honorários: se o advogado pediu destacamento dos honorários advocatícios, este deve ter sido apreciado pelo juiz. Se foi deferido, e em que percentual e em nome de quem deverá ser emitido o RPV (é preciso procurar nas petições do autor o contrato de honorários). Além disso, o pedido de destacamento pode constar da petição inicial ou de qualquer petição complementar anexada pela parte autora, mesmo após prazo para manifestação sobre os cálculos, o que exige o exame de quase todos os documentos do processo. Podemos citar também os dados da conta: data, desmembramento de principal, juros (quando necessário), número de meses, a soma dos valores, no caso de vários benefícios. São lançados manualmente a partir da planilha recebida da contadoria. No caso dos honorários periciais, além de se verificar nos documentos do processo, ainda é preciso considerar a data da perícia para confrontar com a tabela de honorários que varia com o tempo.

No ano passado, foram expedidas 35.511 RPVs e Precatórios, neste ano, já foram expedidas 17.316 requisições. Atualmente 9 servidores trabalham nesta atividade, revezando-se entre a expedição e a conferência. Há um total de 3.879 processos aguardando a expedição da requisição de pagamento, a remessa mais antiga data de 2/12/2015, porém, a ordem de expedição é por data do trânsito em julgado, desta forma, processo com data de remessa mais recente pode ter sua requisição expedida primeiro.

Conclui-se, portanto, que apesar da complexidade dos procedimentos de análise e expedição de requisições de pagamento, somada à enorme quantidade de informações não estruturadas (petições/despachos e decisões) que devem ser consideradas para a expedição das requisições, os servidores da 'Seção de PRC e RPV' têm pleno domínio das suas tarefas; exploram ao máximo as funcionalidades oferecidas pelo SISJEF. As rotinas estão bem documentadas e as normas referentes ao assunto são suficientes para a boa prestação jurisdicional. Contudo, o número de requisições processadas é grande, mais de 35.500 no ano passado. Este ano já foram processadas 17.316 e há 3.879 pendentes. Desta forma, as chances de erro são consideráveis, tanto que há um procedimento específico de conferência. Portanto, os sistemas de informática precisam auxiliar neste trabalho. Deveriam contar com funções específicas para colher as informações relevantes para expedição de requisições de pagamento. Os valores, datas, opções etc. poderiam ser informados pelos usuários geradores da informação, em formulários estruturados, de modo que fosse possível a sua recuperação de forma

automática sem que fosse necessário ‘compulsar’ os autos para ‘minerar’ as informações e lançá-las manualmente no formulário de requisição de pagamento. Os valores dos cálculos deveriam ser extraídos das contas, ou preenchidos em formulários estruturados também. Tudo no intuito de minimizar os erros e diminuir o retrabalho.

**Sugerimos que sejam implementados meios para diminuir a pesquisa e digitação de informações relevantes para as requisições de pagamento em documentos não estruturados.**

Durante a visita à Secretaria da Presidência foram acompanhados os procedimentos efetuados no processamento das requisições de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor. A área de precatórios é muito bem documentada, seus processos são mapeados e os procedimentos operacionais padrão (Pops) são bem detalhados.

O processamento das requisições de precatório e requisições de pequeno valor é efetuado pela Divisão de Análise de Precatórios e a Divisão de Pagamentos da Subsecretaria de Feitos da Presidência. Chegam por meio de ofícios requisitórios, via Protocolo Geral, e também pelos sistemas eletrônicos do JEF e do primeiro grau da Justiça Federal, além do sistema *Precweb* que recebe requisições da competência delegada da Justiça Estadual. As requisições são triadas, o CPF, o campo OBS e o campo do PSS<sup>4</sup> são conferidos a fim de verificar as prevenções e dependências, eventuais cancelamentos, quando são detectadas duplicidades ou informações insuficientes para a verificação de duplicidade de requisição. Nos casos de cancelamento, é aberto um procedimento no SEI a fim de comunicar o Juízo requisitante. A consulta ao CPF é efetuada na base do CJF. Esta base é atualizada mensalmente, por isso, não raro, as consultas resultam em falsos negativos, mormente nas mudanças de nomes de solteiro/casado, nomes de empresas, neste caso é feita uma consulta diretamente no *site* da Receita, o que onera sobremaneira o trabalho. Uma vez efetuadas estas conferências, as requisições são encaminhadas eletronicamente à Divisão de Pagamento que faz mais algumas conferências, divide os valores para pagamento entre o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal e envia para a Subsecretaria de Feitos da Presidência para efetuar o Pedido de Orçamento. Quando o a informação de pagamento é recebida, os dados são carregados nos sistemas e os juízos são comunicados. A Subsecretaria da Presidência conta com um excelente sistema departamental que automatiza grande parte das tarefas para o processamento dos Precatórios e RPVs. Esse sistema efetua uma série de conferências, controles eletrônicos e relatórios que conferem celeridade e confiabilidade nas tarefas, além de se integrar com o SEI para gerar as comunicações administrativas com os Juízos requisitantes.

---

<sup>4</sup> Plano de seguridade social.

O processamento dos Precatórios e RPVs encontra-se bem documentado, provido de sistemas que viabilizam o atendimento da demanda. Os servidores demonstram conhecimento das normas e habilidade na execução das tarefas, mesmo com grande quantidade de informações a serem conferidas e analisadas manualmente. A impressão geral é de organização e domínio das tarefas executadas. Os pontos fracos detectados pela equipe da Corregedoria-Geral na área de precatórios foram de pouca monta e podem ser assim discriminados:

*O fato de não contar com convênio que permita a consulta automática, na página do Precweb – do CPF – dificulta o trabalho de conferência das requisições;*

*O fato de grande parte da automatização das tarefas da Subsecretaria estar sob o domínio de um único servidor constitui-se um ponto de fragilidade, visto que todo o conhecimento está sob o domínio de uma única pessoa e o sistema não possui documentação técnica. O afastamento temporário ou definitivo deste servidor tem o potencial de gerar uma situação de descontrole naquela Subsecretaria, o que deve ser evitado imediatamente.*

*Foi constatada a falta de conferência quanto à efetiva existência da ação geradora da requisição de pagamento no âmbito da Justiça estadual.*

## 6 - VIDEOCONFERÊNCIA

Infraestrutura – topologia:

Trata-se de solução da empresa Radvision composta por:

- 3 MCUs<sup>5</sup> – 60 portas; - 1 servidor físico (svwvideo01); recomendado pelo fabricante/suporte - 1 servidor virtualizado (svwiview01); e

- 79 codecs<sup>6</sup>.

As videoconferências podem ser realizadas pelos codecs ou também por *software* (scopia desktop)

---

<sup>5</sup> Acrônimo do inglês - Multipoint Control Unit – Unidade controladora de multipontos

<sup>6</sup> Acrônimo de Codificador/Decodificador

Os agendamentos são acompanhados e monitorados pela Seção de Videoconferência/RVIO, subordinada à Divisão de Atendimento à Usuários/DATE. A solução possui contrato de suporte e manutenção vigente.

Com a edição do Provimento COGE n. 13, a capacidade da solução de videoconferência (sistema e equipe) deixou de ser suficiente para atender à demanda. O TRF está atuando na elaboração de um termo de referência para contratação de nova solução, mais ampla, moderna e robusta. Há uma concentração da demanda por parte dos usuários no horário das 14 às 16 horas, dificultando o atendimento pela RVIO. Os agendamentos, principalmente aqueles que envolvem localidades de outras regiões, é outro ponto de complexidade, agravado pela falta de um *software* de agendamento nacional. A distribuição equipamentos pode ser consultada em: [http://www2.trf3.jus.br/intranet/fileadmin/docs/seti/rvio/RELAO\\_MODELOS\\_IPS\\_VIDEOCONFERENCIA\\_V4.pdf](http://www2.trf3.jus.br/intranet/fileadmin/docs/seti/rvio/RELAO_MODELOS_IPS_VIDEOCONFERENCIA_V4.pdf)

Durante visita ao fórum criminal de São Paulo, para realizar uma vistoria nas salas de videoconferência, foi possível à equipe da Corregedoria-Geral observar que a agenda de videoconferência é disponibilizada na rede mundial de computadores por meio de recurso de terceiros.

No ponto, é imperioso que a SETI disponibilize recursos para que a agenda possa ser sustentada por solução corporativa do próprio TRF3.

## **7 - DOCUMENTOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS**

O Tribunal opera com o sistema GEDPRO – um gerenciador de documentos eletrônicos processuais que são produzidos pela área-fim (turmas, gabinetes, seções, órgão especial, SEPE, UFEP, UVIP, Conciliação). O GEDPRO é integrado com o SIAPRO e registra as fases referentes às ações realizadas.

Além da geração e controle de documentos eletrônicos, o GEDPRO, por meio das suas estatísticas, é largamente utilizado para o controle de produtividade das unidades judiciárias do TRF3.

Na inspeção de 2014 foi detectado que os arquivos temporários do WORD, editor de textos utilizado no GEDPRO, permaneciam na estação de trabalho dos usuários e que poderiam ser acessados remotamente de outra máquina pela rede interna, constituindo-se um “furo” de segurança. Nesta inspeção, solicitamos informações sobre a arquitetura do sistema e disponibilização dos acessos e lista de usuários cadastrados. Percebemos que alguns deles, destacando-se CBFLORID e AACOSTA CGGUEDES, têm acessos em muitas unidades.

Foi informado que usuários com acessos a várias unidades podem ser: administradores e/ou autorizadores, que cadastram as assinaturas dos magistrados e

servidores, já que o cadastro de assinatura deve ser feito em cada unidade; além de usuários de gabinete convocados para participar em sessão de julgamento de turma/seção que não é competência do gabinete.

No caso específico dos *logins* mencionados, são servidores das áreas de desenvolvimento ou suporte aos sistemas de informação como, por exemplo, Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau/REJU, Seção de Sistemas Judiciários de 1º grau/RSIJ, Seção de Sistema Gedpro/RGEO e Seção de Suporte dos Sistemas Judiciários/RSIT, todas subordinadas à Divisão de Sistemas Judiciários/DEJU, e servidores da DATE, Divisão de Atendimento a Usuários, que se enquadram como autorizadores, com perfil 'admin'.

Para minimizar a questão do acesso remoto a uma máquina, como administrador, foi implantada uma rígida política de controle de acesso, criação e exclusão de usuários: a concessão/revogação de acesso aos sistemas de informação, dependendo do sistema, pode ser efetuada diretamente pelos gestores/autorizadores ou mediante solicitação nos sistemas de chamados de tecnologia da informação – *callcenter*, de acordo com o catálogo de serviços de TI oferecido para o sistema. O acesso às pastas de rede também é solicitado mediante chamado e são atendidos pela Seção de Administração de Usuários/RADU, utilizando o Identity Management – IDM<sup>7</sup>, que é um sistema de gerenciamento de identidades ou pela Seção de Administração de Serviços e Diretórios/RASD, em caso de permissões mais restritas ou membros do Suporte.

A Resolução n. 293/2012-PRES, disponível na intranet da SETI, em Resolução n. 293, de 22\_05\_2012, estabelece a responsabilidade de concessão e revogação de acesso aos sistemas ao gestor do sistema de informação (ou comitê gestor):

Art. 4º Compete ao Gestor de Sistema de Informação:

XI – definir os perfis de acesso ao sistema;

XII – conceder e revogar acessos aos clientes do sistema, de acordo com os perfis definidos.

É conclusivo que o sistema Gedpro não evoluiu significativamente desde a última inspeção. As recomendações da última inspeção foram parcialmente atendidas: foi criada uma política de segurança no que se refere às autorizações de acesso; a criptografia dos documentos temporários criados pelo *word* não foi implementada, contudo, a atribuição de usuários 'admin' (com poderes para acessar a área dos usuários) está bem controlada com a política de acesso, criação e exclusão de usuário.

Ainda assim, é recomendável que o TRF3 implemente uma rotina periódica para verificação dos usuários cadastrados e suas respectivas autorizações de acesso para

---

<sup>7</sup> Acrônimo do inglês identity management – gerenciador de identidades

detectar eventuais desvios. Também pode ser implementada uma rotina que limpe os arquivos temporários do *word*, após o salvamento definitivo do documento no GEDPRO.

## 8 - OBSERVAÇÕES GERAIS

De acordo com o que foi possível analisar, pode-se afirmar que o TRF3 opera com infraestrutura de informática satisfatória. Os sistemas que são responsáveis pela produção judicial, tanto no TRF quanto nos juizados especiais federais, estão evoluindo com êxito, seja pela manutenção dos sistemas legados, seja pela implementação de novos sistemas. O sistema de precatório está quase totalmente informatizado, atendendo tanto a demandas da competência delegada, quanto às realizadas pela Justiça Federal. O sistema de videoconferência passa por dificuldade, e ainda que não possua capacidade de atender a demanda, a atualização, extremamente necessária, já está em andamento.

### **É recomendável:**

#### 1. Distribuição processual:

O acesso ao banco de dados deve ser constantemente monitorado, visto que existe a possibilidade de alteração dos dados da distribuição por intervenção técnica.

Deve ser realizada uma melhor integração entre os sistemas processuais para mitigar riscos de picos de trabalho e também melhorar o estudo de prevenção, além de contribuir para o aumento de produtividade.

O TRF3 deve investir no desenvolvimento do MNI – Modelo Nacional de Interoperabilidade em todos os sistemas judiciais do Tribunal, ainda que este recurso dependa, também, de desenvolvimento complementar de outros órgãos envolvidos, principalmente, os da competência delegada.

#### 2. Juizados Especiais Federais:

Revisar o sistema de compensação dos feitos distribuídos e redistribuídos, a fim de que possam ser computados de forma clara.

#### 3. Precatórios:

Definir com a STI/CJF uma forma que permita a consulta automática, não só na página do *Precweb*, do CPF, mas para toda a Justiça Federal, mitigando a dificuldade do trabalho de conferência das requisições.

É necessário haver produção e divulgação interna para a SETI/TRF# de documentação técnica do sistema de precatórios utilizado pelo TRF3.

Deve-se inserir, no mecanismo processual de processamento dos precatórios, uma forma de conferência quanto à efetiva existência da ação geradora da requisição de pagamento no âmbito da Justiça estadual, quando houver.

#### 4. Produção de documentos eletrônicos:

Foi constatada a necessidade de implementação de uma rotina periódica, para verificação dos usuários cadastrados e suas respectivas autorizações de acesso, a fim de detectar eventuais desvios. Também pode ser implementada uma rotina que limpe os arquivos temporários do *word*, após o salvamento definitivo do documento no GEDPRO.

## **G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO**

Os trabalhos da inspeção foram encerrados às 11 horas do dia 10/6/2016, conforme ata lavrada oportunamente, sendo elaborado posteriormente o presente Relatório.

Enviados os relatórios às unidades inspecionadas, o acompanhamento dos prazos para o atendimento das recomendações deverá ser realizado pela própria Secretaria da Corregedoria-Geral, de modo que, uma vez certificado o transcurso dos prazos, deverá relacionar e certificar nos autos as unidades que responderam, procedendo à sua imediata remessa ao Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral para análise e manifestação, de maneira a verificar se as recomendações foram devidamente atendidas e se as unidades prestaram os esclarecimentos devidos.

O art. 74 do Regimento Interno do CJF é interpretado, historicamente, por este Conselho da Justiça Federal como uma faculdade do Corregedor-Geral, de modo que a manifestação das respectivas autoridades, prevista em seu parágrafo único, ocorrerá de forma diferida, nos termos do parágrafo anterior.

Registro meus agradecimentos e cumprimentos a todos e todas que colaboraram para a realização dos trabalhos de inspeção e para a apresentação deste Relatório, tanto aos integrantes da equipe da Corregedoria-Geral, como aos membros e servidores do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

É o relatório.

Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**  
Corregedor-Geral da Justiça Federal



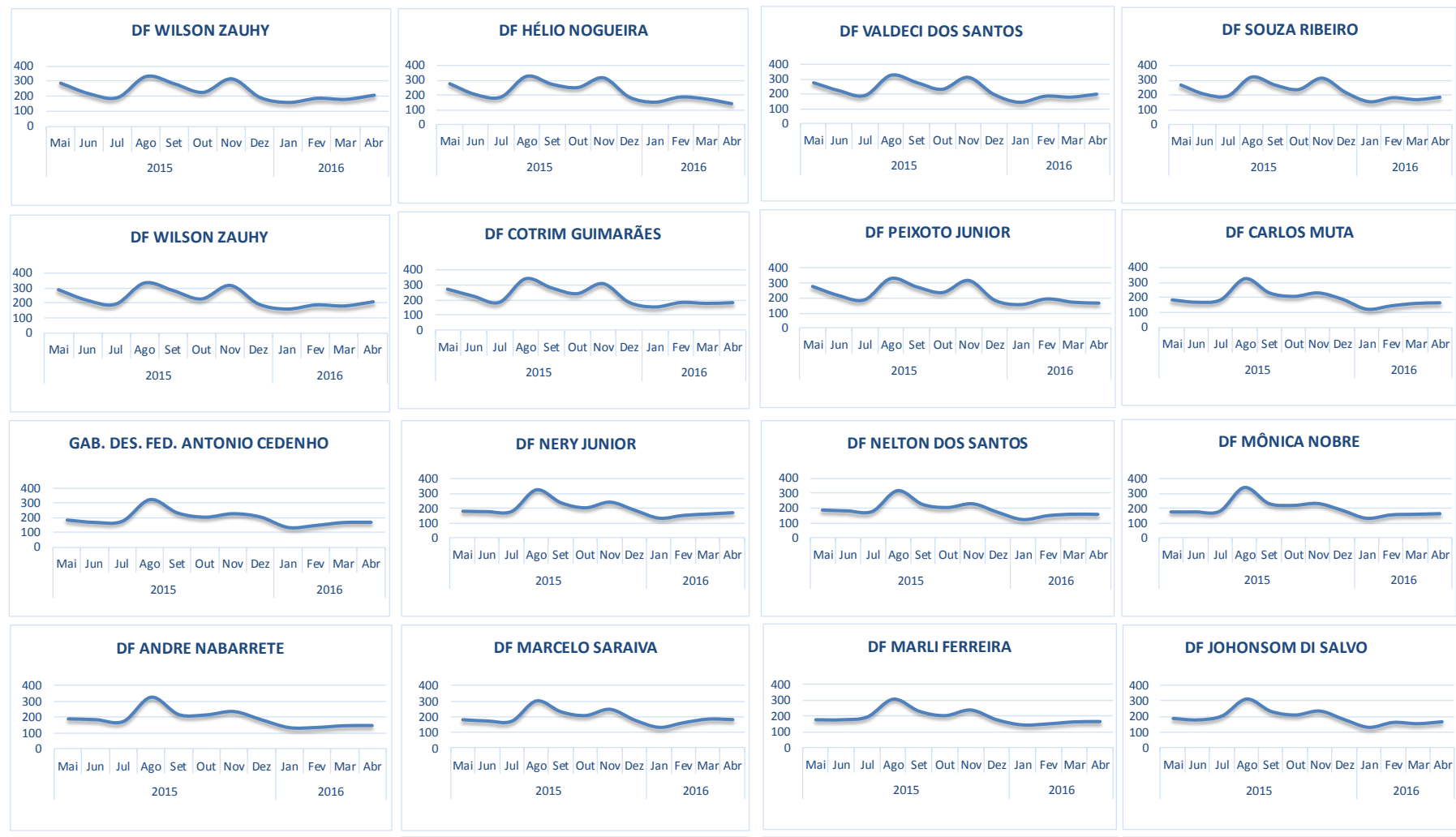
## H. ANEXOS

### Quantidade de processos judiciais distribuídos por gabinete - Período: maio/2015 a abril/2016

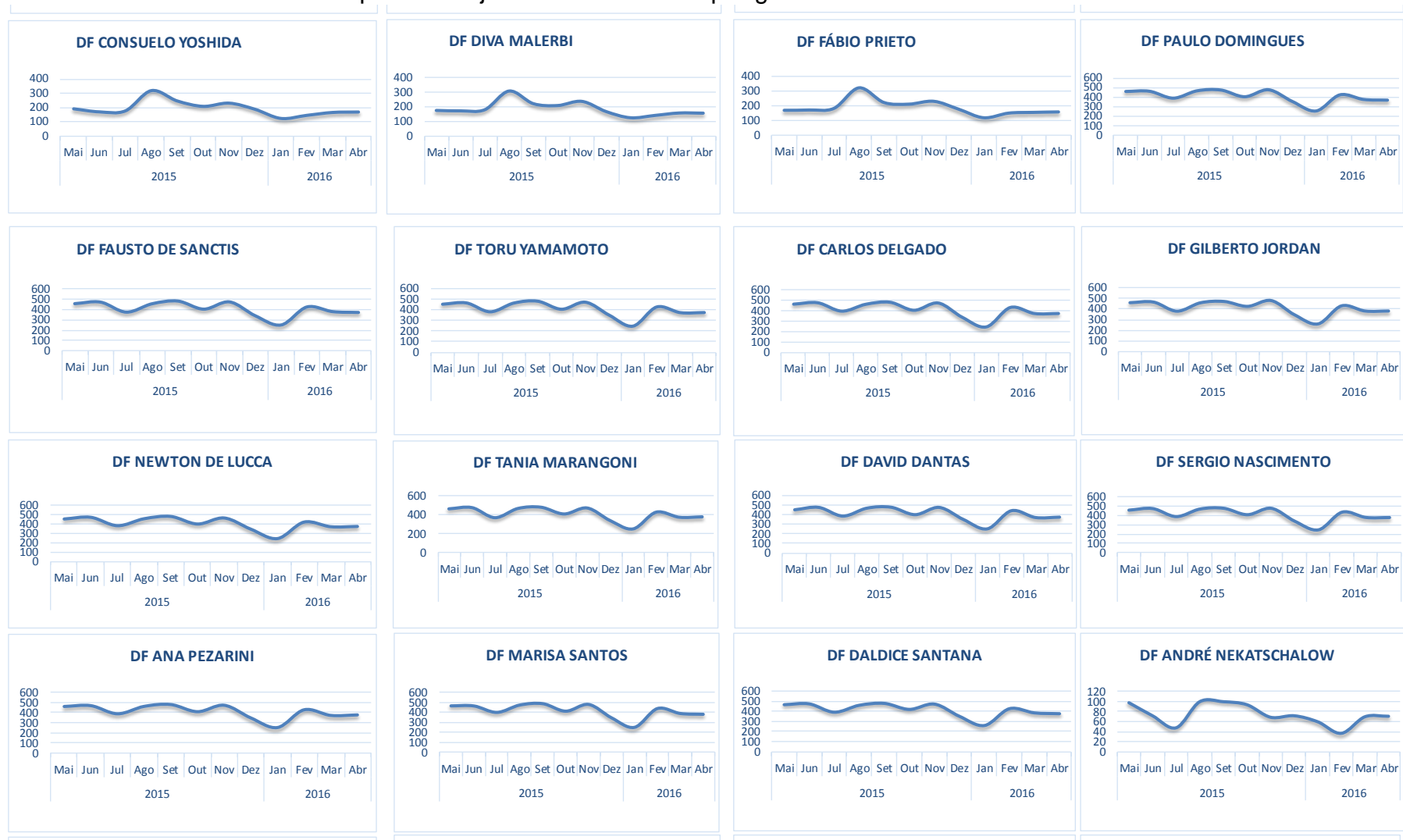
Turma	Gabinete	2015								2016				Média
		Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	
1ª Turma	DF HÉLIO NOGUEIRA	277	206	189	326	273	252	316	189	155	189	176	145	224
	DF VALDECI DOS SANTOS	279	225	193	330	281	235	316	201	147	188	182	202	232
	DF WILSON ZAUHY	289	218	192	334	284	227	318	192	159	187	180	208	232
2ª Turma	DF COTRIM GUIMARÃES	275	228	187	344	284	245	312	187	156	186	180	185	231
	DF PEIXOTO JUNIOR	277	216	187	330	274	236	317	184	155	193	171	165	225
	DF SOUZA RIBEIRO	271	210	198	324	271	241	317	221	159	186	173	189	230
3ª Turma	GAB. DES. FED. ANTONIO CEDENHO	183	167	175	324	232	203	227	204	132	146	166	168	194
	DF NERY JUNIOR	178	175	177	322	235	201	239	185	131	150	159	168	193
	DF NELTON DOS SANTOS	188	182	179	318	226	205	230	173	124	150	160	159	191
4ª Turma	DF CARLOS MUTA	186	171	187	326	232	209	232	190	125	147	163	167	195
	DF ANDRE NABARRETE	188	183	172	324	215	213	234	182	133	134	145	146	189
	DF MARCELO SARAIVA	183	175	174	304	234	210	250	181	134	164	187	184	198
6ª Turma	DF MARLI FERREIRA	174	174	193	309	230	201	238	174	140	147	160	162	192
	DF MÔNICA NOBRE	176	176	181	341	233	220	233	187	133	156	160	164	197
	DF CONSUELO YOSHIDA	191	170	177	316	245	208	230	188	125	146	166	169	194
7ª Turma	DF DIVA MALERBI	178	175	183	313	225	212	241	170	127	143	160	159	191
	DF FÁBIO PRIETO	173	175	186	323	225	214	233	180	123	154	159	162	192
	DF JOHNSOM DI SALVO	187	178	203	310	232	209	234	180	131	162	154	166	196
8ª Turma	DF FAUSTO DE SANCTIS	458	473	376	457	483	405	475	341	252	426	381	373	408
	DF TORU YAMAMOTO	455	467	384	466	483	408	474	353	250	429	376	377	410
	DF CARLOS DELGADO	461	474	396	460	479	404	472	339	249	430	374	374	409
9ª Turma	DF PAULO DOMINGUES	461	463	390	468	476	405	479	355	254	425	376	369	410
	DF LUIZ STEFANINI	457	469	393	455	480	399	469	342	257	422	377	376	408
	DF NEWTON DE LUCCA	457	475	385	460	484	403	468	348	247	424	374	377	409
10ª Turma	DF TANIA MARANGONI	464	477	371	468	481	410	473	341	253	429	376	380	410
	DF DAVID DANTAS	453	478	386	470	480	401	478	351	251	443	371	375	411
	DF GILBERTO JORDAN	464	470	381	463	476	428	485	346	257	433	383	383	414
11ª Turma	DF ANA PEZARINI	458	466	385	459	477	406	470	344	248	425	369	374	407
	DF MARISA SANTOS	459	458	394	467	481	406	473	340	245	432	383	375	409
	DF DALDICE SANTANA	464	472	389	458	477	417	470	348	256	424	382	374	411
5ª Turma	DF SERGIO NASCIMENTO	455	472	387	467	475	407	475	338	247	434	378	377	409
	DF BAPTISTA PEREIRA	467	474	384	470	480	410	471	348	248	432	360	380	410
	DF LUCIA URSAIA	468	467	390	464	476	406	473	342	256	423	375	378	410
11ª Turma	DF NELSON PORFIRIO	459	471	382	461	484	420	463	346	253	445	386	382	413
	DF ANDRÉ NEKATSCHALOW	98	72	48	100	100	94	69	72	60	37	70	71	74
	DF PAULO FONTES	94	74	57	105	100	89	76	63	55	50	63	80	76
11ª Turma	DF MAURICIO KATO	95	75	45	99	95	95	75	66	55	56	67	81	75
	DF CECILIA MELLO	86	79	52	101	90	85	79	72	58	44	65	83	75
	DF JOSÉ LUNARDELLI	88	77	43	94	93	86	70	89	55	53	58	75	73
11ª Turma	DF NINO TOLDO	76	77	47	100	89	92	73	75	63	44	68	82	74
	Total	11.750	11.384	9.798	13.830	12.670	11.017	12.727	9.327	6.858	10.088	9.413	9.564	10.702

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

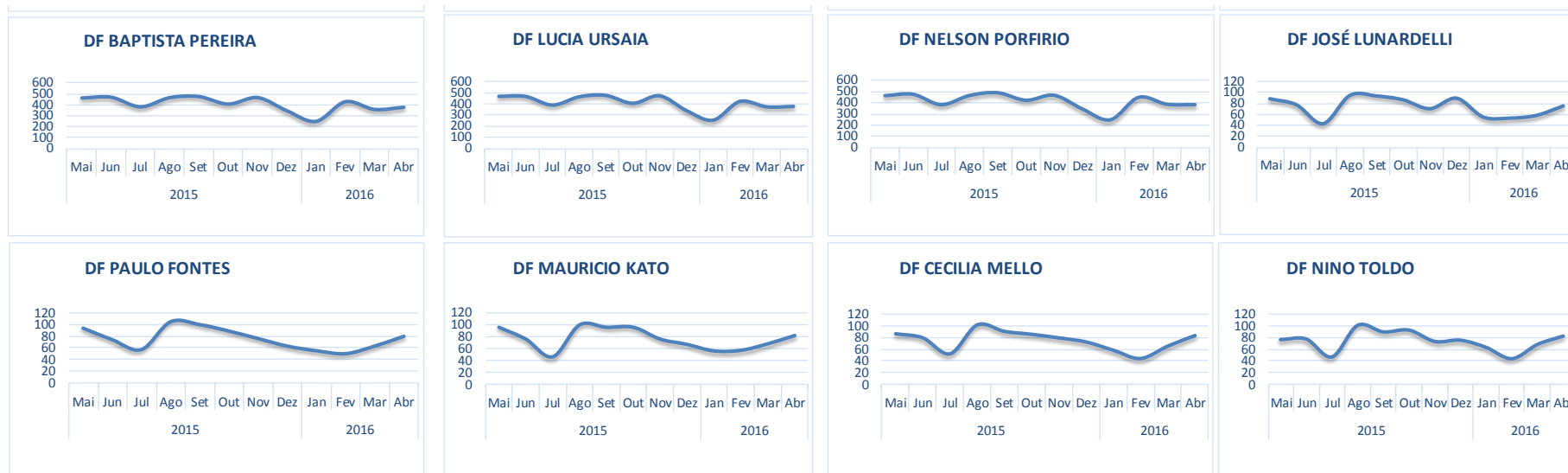
Quantidade de processos judiciais distribuídos por gabinete – Período: maio/2015 a abril/2016



Quantidade de processos judiciais distribuídos por gabinete – Período: maio/2015 a abril/2016



Quantidade de processos judiciais distribuídos por gabinete – Período: maio/2015 a abril/2016

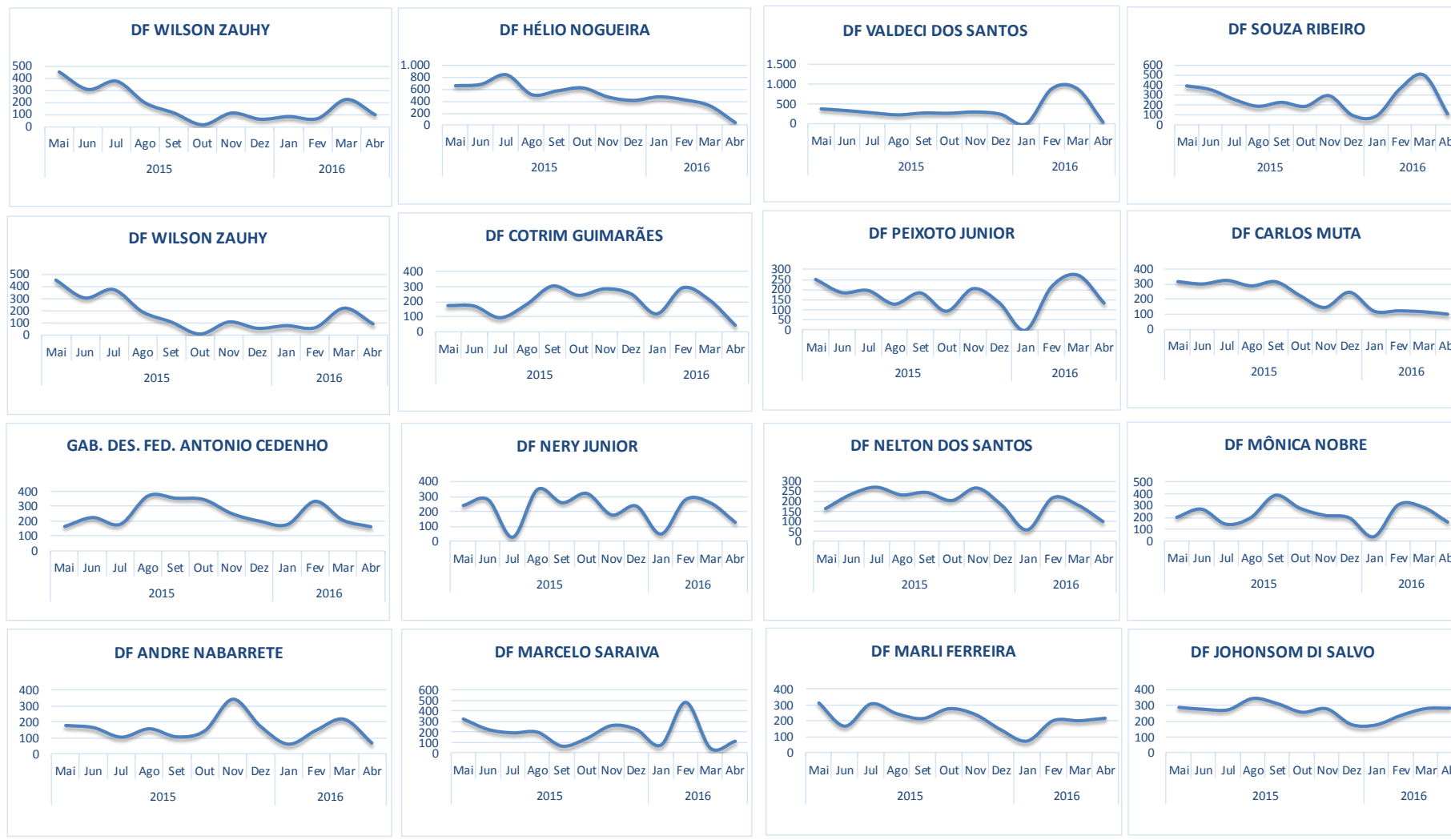


**Quantidade de processos judiciais julgados por gabinete - Período: maio/2015 a abril/2016**

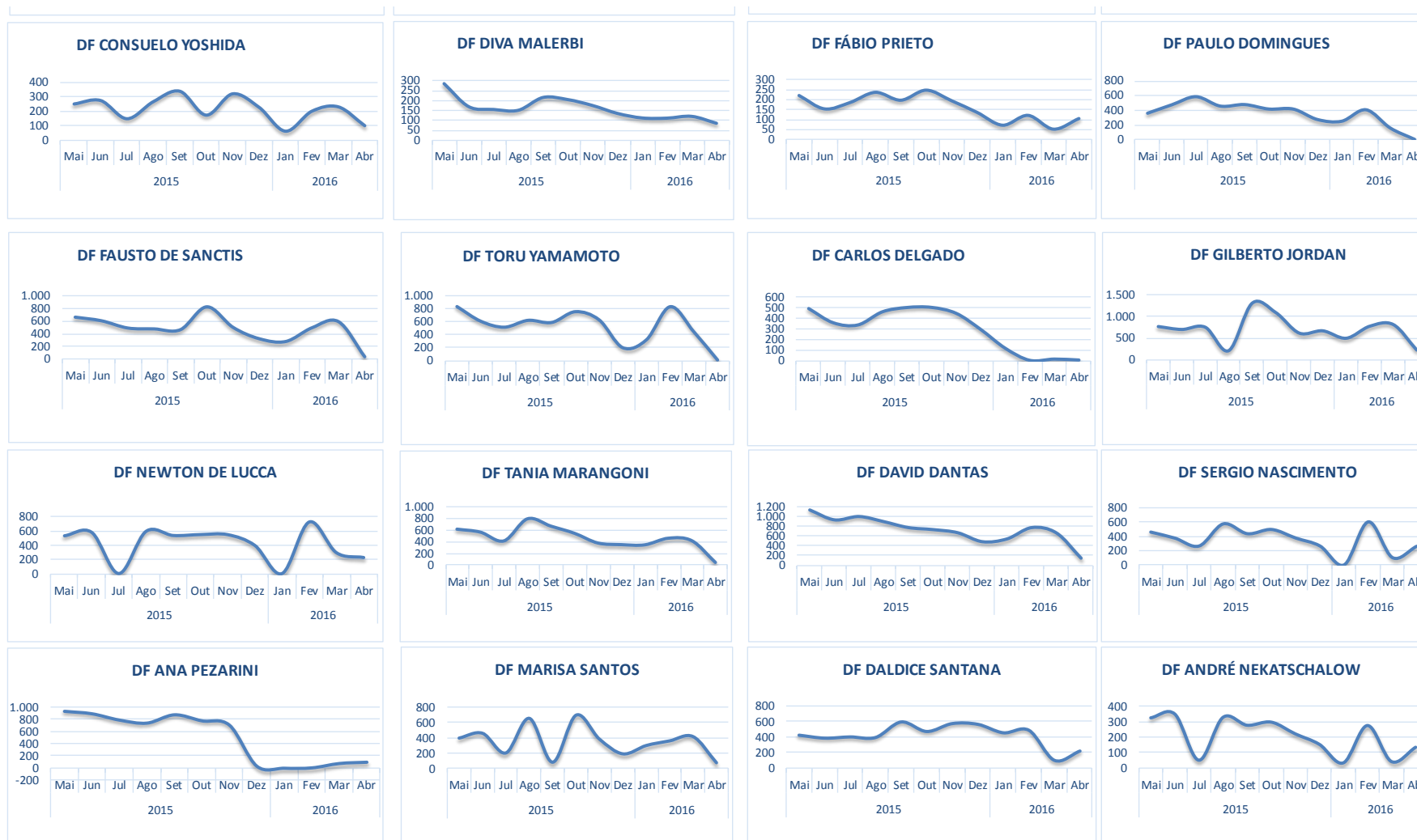
Turma	Gabinete	2015									2016				Média
		Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr		
1ª Turma	DF HÉLIO NOGUEIRA	655	678	835	509	570	619	470	415	473	424	326	50	502	
	DF VALDECI DOS SANTOS	384	341	285	235	281	275	307	250	9	887	888	52	350	
	DF WILSON ZAUHY	455	308	377	194	110	11	110	58	80	64	224	95	174	
2ª Turma	DF COTRIM GUIMARÃES	174	171	93	180	304	242	285	253	119	293	213	43	198	
	DF PEIXOTO JUNIOR	252	187	197	130	185	95	206	137	1	216	273	135	168	
	DF SOUZA RIBEIRO	393	356	258	190	229	189	296	99	94	366	501	114	257	
3ª Turma	GAB. DES. FED. ANTONIO CEDENHO	165	225	180	371	355	346	252	201	178	334	207	163	248	
	DF NERY JUNIOR	242	281	31	348	260	322	179	238	52	281	259	130	219	
	DF NELTON DOS SANTOS	163	233	269	231	243	203	265	178	58	216	181	99	195	
	DF CARLOS MUTA	313	298	321	285	312	220	145	244	121	123	117	101	217	
4ª Turma	DF ANDRE NABARRETE	176	162	102	155	104	143	341	170	58	146	215	65	153	
	DF MARCELO SARAIVA	329	229	196	203	69	144	266	229	80	488	49	116	200	
	DF MARLI FERREIRA	313	167	307	245	215	277	241	143	73	201	201	217	217	
	DF MÔNICA NOBRE	199	268	141	195	385	276	216	195	35	305	285	159	222	
6ª Turma	DF CONSUELO YOSHIDA	252	276	150	268	340	175	322	229	64	202	232	102	218	
	DF DIVA MALERBI	285	168	154	150	215	204	174	134	111	110	119	84	159	
	DF FÁBIO PRIETO	221	153	185	237	197	248	194	135	70	120	50	104	160	
	DF JOHONSOM DI SALVO	288	276	273	345	312	257	279	179	176	236	280	283	265	
7ª Turma	DF FAUSTO DE SANCTIS	661	603	488	474	462	825	498	317	274	493	590	31	476	
	DF TORU YAMAMOTO	831	605	512	618	585	752	626	195	318	829	441	5	526	
	DF CARLOS DELGADO	492	357	336	461	502	503	447	294	115	0	12	3	294	
	DF PAULO DOMINGUES	368	483	593	465	486	425	425	282	259	415	166	12	365	
8ª Turma	DF LUIZ STEFANINI	761	176	73	152	83	41	35	1	0	89	201	426	170	
	DF NEWTON DE LUCCA	528	576	0	590	532	545	544	393	0	721	291	224	412	
	DF TANIA MARANGONI	623	571	421	801	675	552	384	356	353	467	423	49	473	
	DF DAVID DANTAS	1.133	928	997	891	768	726	661	475	533	768	657	134	723	
9ª Turma	DF GILBERTO JORDAN	773	705	757	211	1.319	1.100	620	673	500	780	820	225	707	
	DF ANA PEZARINI	927	887	784	735	870	772	702	32	0	6	77	98	491	
	DF MARISA SANTOS	397	459	205	652	85	693	383	193	301	361	416	78	352	
	DF DALDICE SANTANA	420	381	397	390	593	468	572	562	451	484	90	212	418	
10ª Turma	DF SERGIO NASCIMENTO	459	374	264	574	436	495	375	264	0	602	101	260	350	
	DF BAPTISTA PEREIRA	520	492	484	438	446	516	437	361	354	410	314	186	413	
	DF LUCIA URSAIA	599	579	382	504	488	466	418	278	313	368	0	414	401	
	DF NELSON PORFIRIO	1.355	1.479	929	1.226	1.280	1.017	931	406	419	95	434	0	798	
5ª Turma	DF ANDRÉ NEKATSCHALOW	323	347	48	326	275	295	219	151	31	273	39	132	205	
	DF PAULO FONTES	121	248	119	238	125	138	190	113	77	233	223	166	166	
	DF MAURICIO KATO	54	174	296	216	192	140	365	138	72	492	333	160	219	
11ª Turma	DF CECILIA MELLO	122	234	152	220	197	172	170	133	79	123	97	97	150	
	DF JOSÉ LUNARDELLI	55	116	58	69	95	58	88	98	35	81	79	96	77	
	DF NINO TOLDO	34	188	112	136	121	186	138	129	84	79	118	153	123	
Total		16.815	15.739	12.761	14.858	15.301	15.131	13.776	9.331	6.420	13.181	10.542	5.273	12.427	

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

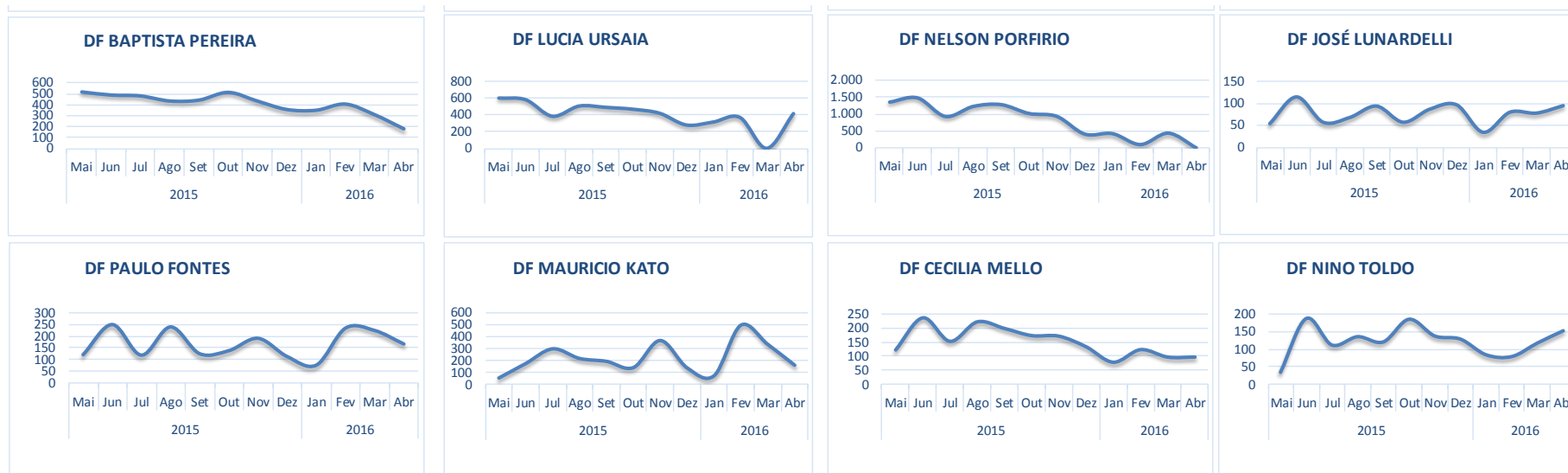
Quantidade de processos judiciais julgados por gabinete – Período: maio/2015 a abril/2016



Quantidade de processos judiciais julgados por gabinete – Período: maio/2015 a abril/2016



Quantidade de processos judiciais julgados por gabinete – Período: maio/2015 a abril/2016



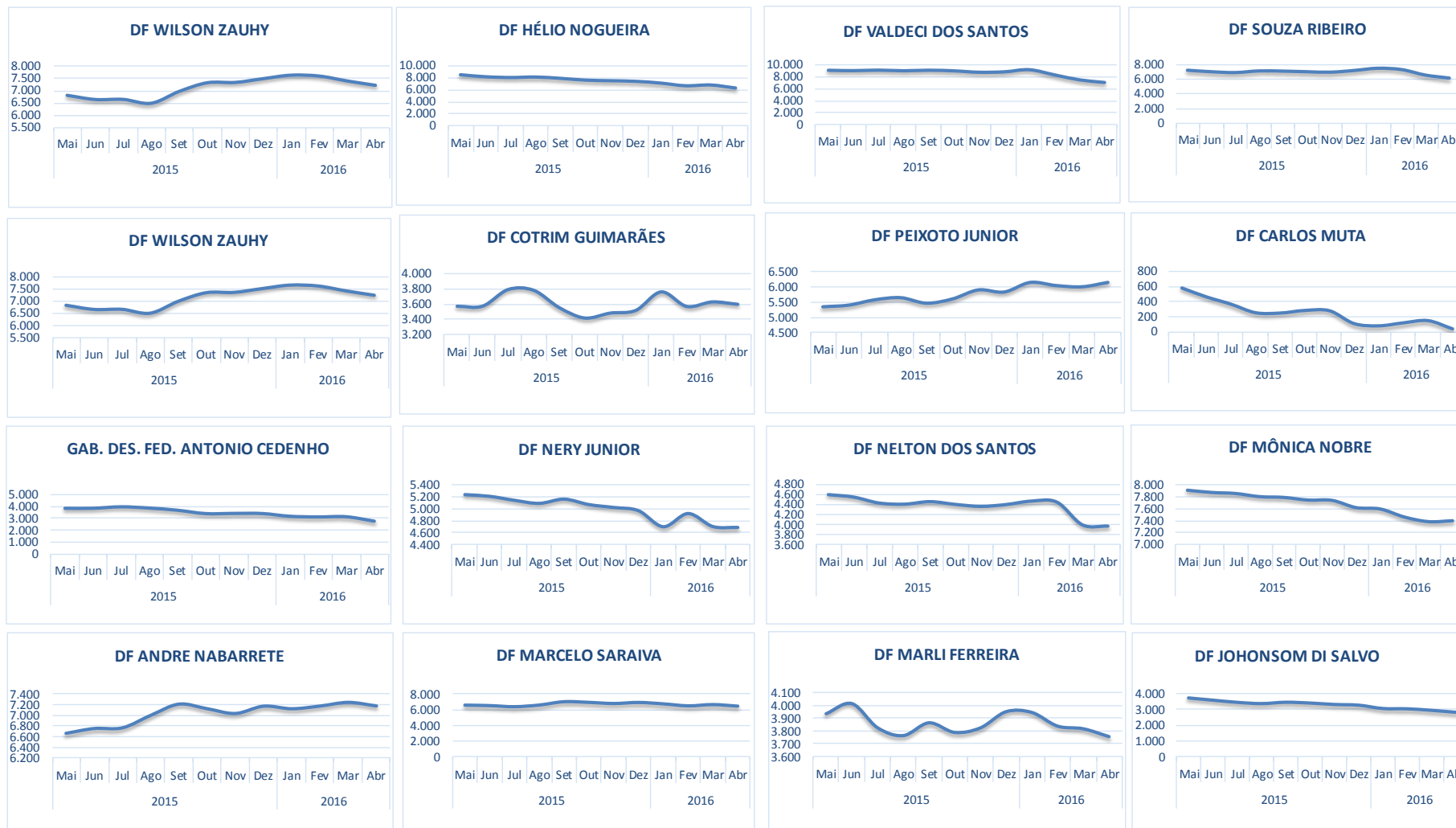


**Quantidade de processos judiciais conclusos por gabinete - Período: maio/2015 a abril/2016**

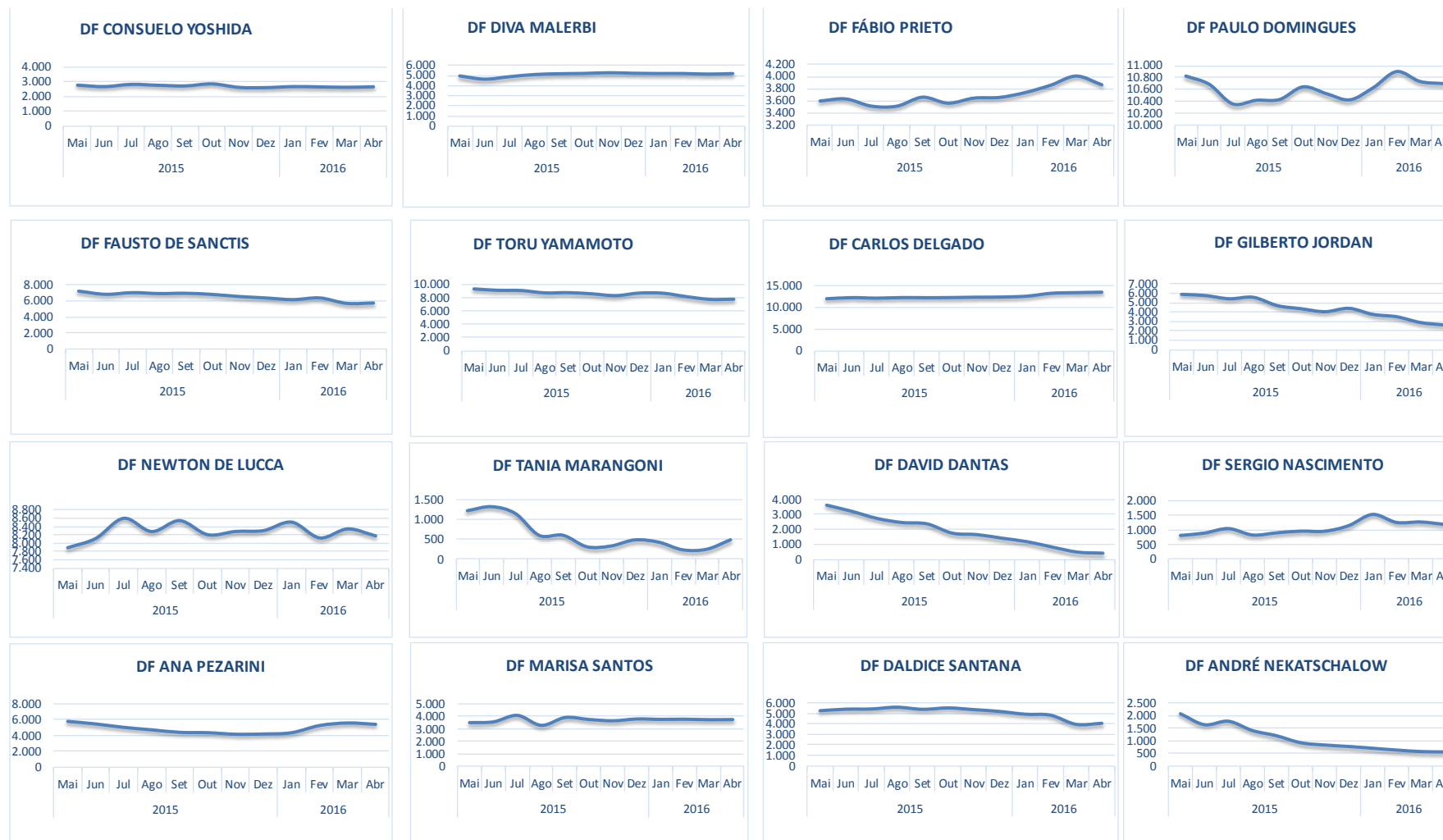
Turma	Gabinete	2015								2016				Média
		Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	
1ª Turma	DF HÉLIO NOGUEIRA	8.424	8.087	7.962	8.043	7.825	7.526	7.429	7.328	7.034	6.588	6.718	6.216	7.432
	DF VALDECI DOS SANTOS	9.105	9.040	9.132	9.022	9.115	9.009	8.765	8.837	9.205	8.320	7.457	7.004	8.668
	DF WILSON ZAUHY	6.823	6.651	6.655	6.496	6.985	7.342	7.356	7.512	7.656	7.618	7.415	7.237	7.146
2ª Turma	DF COTRIM GUIMARÃES	3.575	3.576	3.793	3.783	3.557	3.421	3.485	3.520	3.762	3.572	3.631	3.600	3.606
	DF PEIXOTO JUNIOR	5.344	5.400	5.578	5.650	5.465	5.607	5.911	5.840	6.162	6.058	6.016	6.163	5.766
	DF SOUZA RIBEIRO	7.156	6.952	6.839	7.062	7.035	6.954	6.893	7.120	7.421	7.240	6.500	6.100	6.939
3ª Turma	GAB. DES. FED. ANTONIO CEDENHO	3.815	3.819	3.935	3.834	3.661	3.394	3.407	3.400	3.181	3.128	3.143	2.791	3.459
	DF NERY JUNIOR	5.231	5.203	5.138	5.088	5.157	5.068	5.021	4.968	4.706	4.922	4.709	4.695	4.992
	DF NELTON DOS SANTOS	4.600	4.551	4.434	4.412	4.462	4.407	4.368	4.405	4.473	4.451	4.004	3.980	4.379
	DF CARLOS MUTA	585	465	367	252	248	283	279	106	76	116	146	35	247
4ª Turma	DF ANDRE NABARRETE	6.670	6.757	6.770	6.997	7.201	7.118	7.031	7.164	7.117	7.166	7.233	7.168	7.033
	DF MARCELO SARAIVA	6.535	6.474	6.337	6.544	6.964	6.880	6.738	6.871	6.692	6.446	6.601	6.407	6.624
	DF MARLI FERREIRA	3.938	4.018	3.827	3.765	3.866	3.790	3.826	3.954	3.948	3.840	3.819	3.757	3.862
	DF MÔNICA NOBRE	7.908	7.870	7.852	7.799	7.786	7.741	7.736	7.613	7.590	7.454	7.376	7.391	7.676
6ª Turma	DF CONSUELO YOSHIDA	2.775	2.653	2.838	2.763	2.710	2.879	2.591	2.572	2.654	2.630	2.598	2.639	2.692
	DF DIVA MALERBI	4.991	4.665	4.910	5.131	5.212	5.244	5.313	5.263	5.235	5.235	5.177	5.228	5.134
	DF FÁBIO PRIETO	3.604	3.637	3.521	3.520	3.665	3.568	3.650	3.661	3.739	3.858	4.006	3.866	3.691
7ª Turma	DF JOHONSOM DI SALVO	3.726	3.579	3.436	3.354	3.442	3.390	3.296	3.249	3.030	3.010	2.909	2.780	3.267
	DF FAUSTO DE SANCTIS	7.242	6.854	7.058	6.944	6.979	6.839	6.586	6.410	6.214	6.417	5.759	5.807	6.592
	DF TORU YAMAMOTO	9.298	9.094	9.058	8.707	8.741	8.561	8.295	8.680	8.660	8.142	7.728	7.757	8.560
	DF CARLOS DELGADO	11.984	12.265	12.141	12.281	12.247	12.288	12.379	12.422	12.645	13.388	13.544	13.654	12.603
8ª Turma	DF PAULO DOMINGUES	10.823	10.687	10.367	10.426	10.439	10.646	10.535	10.434	10.633	10.896	10.733	10.699	10.610
	DF LUIZ STEFANINI	8.152	8.767	9.137	9.782	10.129	10.610	11.090	11.691	11.798	11.574	11.409	11.204	10.445
	DF NEWTON DE LUCCA	7.882	8.107	8.596	8.274	8.540	8.198	8.277	8.298	8.503	8.120	8.338	8.170	8.275
	DF TANIA MARANGONI	1.223	1.325	1.154	596	598	305	325	480	422	228	242	484	615
9ª Turma	DF DAVID DANTAS	3.616	3.209	2.740	2.465	2.377	1.764	1.664	1.425	1.193	836	507	438	1.853
	DF GILBERTO JORDAN	5.849	5.725	5.383	5.541	4.661	4.328	4.013	4.370	3.727	3.477	2.860	2.608	4.379
	DF ANA PEZARINI	5.818	5.477	5.036	4.712	4.386	4.336	4.137	4.169	4.337	5.277	5.605	5.428	4.893
	DF MARISA SANTOS	3.505	3.566	4.082	3.286	3.913	3.753	3.652	3.795	3.763	3.776	3.738	3.749	3.715
10ª Turma	DF DALDICE SANTANA	5.276	5.426	5.449	5.621	5.412	5.550	5.384	5.206	4.934	4.835	3.931	4.036	5.088
	DF SERGIO NASCIMENTO	802	884	1.041	818	892	952	949	1.141	1.531	1.253	1.269	1.185	1.060
	DF BAPTISTA PEREIRA	4.137	3.944	3.874	3.815	3.780	3.859	3.872	3.803	3.804	3.831	3.707	3.656	3.840
	DF LUCIA URSIAIA	4.284	4.130	4.215	4.046	4.165	4.089	3.962	4.096	4.150	4.210	4.146	3.997	4.124
5ª Turma	DF NELSON PORFIRIO	9.175	8.368	7.763	7.026	6.494	6.740	5.486	5.667	5.672	6.099	5.690	5.947	6.677
	DF ANDRÉ NEKATSCHALOW	2.063	1.623	1.761	1.388	1.182	903	811	752	681	609	549	534	1.071
	DF PAULO FONTES	5.039	4.820	4.786	4.726	4.576	4.522	4.363	4.379	4.288	4.148	4.096	4.003	4.479
11ª Turma	DF MAURICIO KATO	8.094	7.975	7.607	7.480	7.286	7.084	6.966	6.778	6.519	6.333	6.127	6.090	7.028
	DF CECÍLIA MELLO	3.268	3.109	2.870	2.682	2.596	2.472	2.397	2.354	2.334	2.307	2.210	2.132	2.561
	DF JOSÉ LUNARDELLI	655	616	713	585	643	606	560	527	578	579	582	561	600
	DF NINO TOLDO	4.904	4.771	4.684	4.356	4.380	4.147	4.066	3.982	4.026	4.016	4.063	4.069	4.289
Total		217.921	214.145	212.843	209.073	208.778	206.177	202.867	204.245	204.095	202.005	196.293	193.270	205.976

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

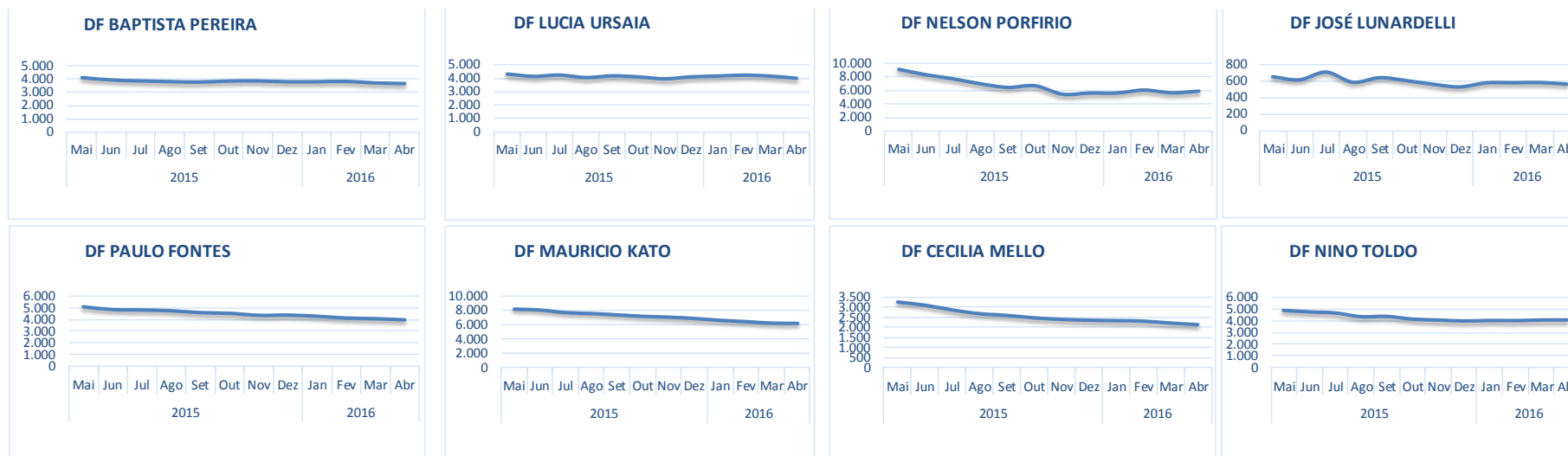
Quantidade de processos judiciais conclusos por gabinete – Período: maio/2015 a abril/2016



Quantidade de processos judiciais conclusos por gabinete – Período: maio/2015 a abril/2016



Quantidade de processos judiciais conclusos por gabinete – Período: maio/2015 a abril/2016

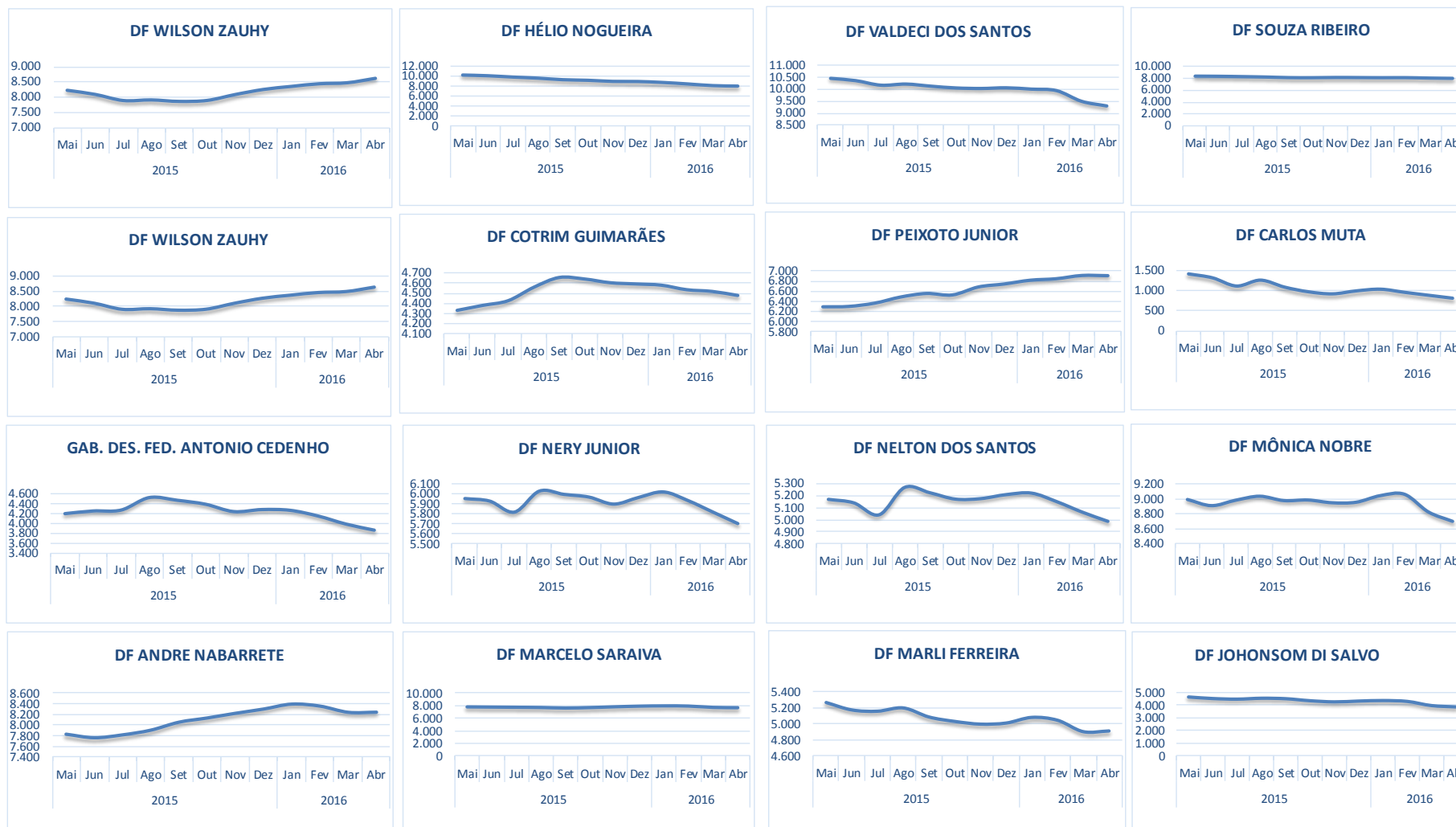


**Quantidade de processos judiciais em tramitação ajustada\* por gabinete - Período: maio/2015 a abril/2016**

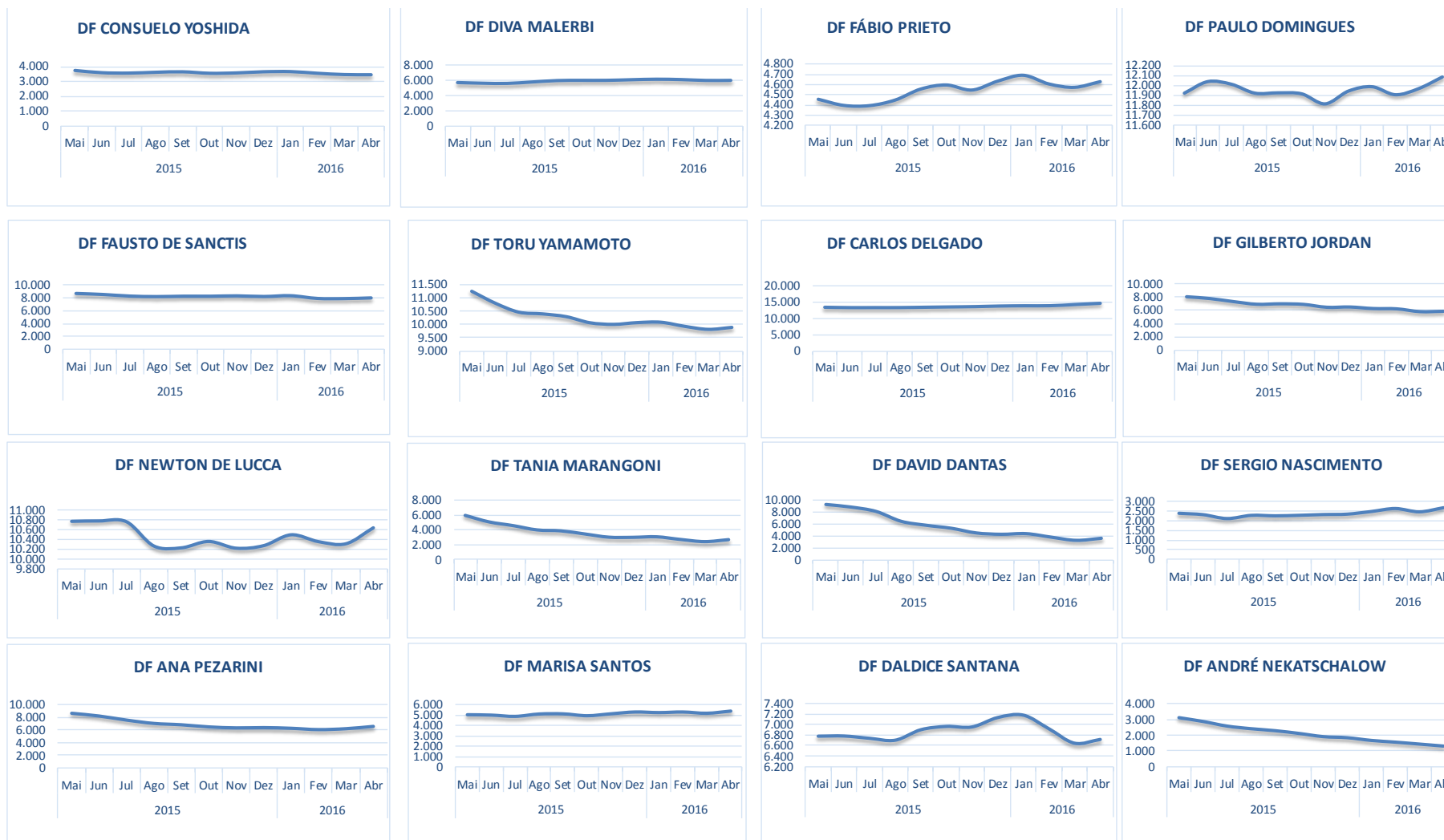
Turma	Gabinete	2015								2016				Média
		Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	
1ª Turma	DF HÉLIO NOGUEIRA	10.269	10.119	9.839	9.610	9.282	9.156	8.920	8.895	8.694	8.378	8.026	7.924	9.093
	DF VALDECI DOS SANTOS	10.478	10.380	10.185	10.233	10.142	10.066	10.044	10.073	10.016	9.952	9.494	9.295	10.030
	DF WILSON ZAUHY	8.232	8.096	7.895	7.914	7.865	7.898	8.092	8.259	8.360	8.448	8.481	8.626	8.181
2ª Turma	DF COTRIM GUIMARÃES	4.333	4.381	4.427	4.557	4.653	4.638	4.602	4.590	4.578	4.534	4.517	4.478	4.524
	DF PEIXOTO JUNIOR	6.289	6.297	6.362	6.485	6.556	6.527	6.686	6.746	6.821	6.851	6.916	6.912	6.621
	DF SOUZA RIBEIRO	8.365	8.337	8.266	8.178	8.054	8.034	8.083	8.058	8.034	8.044	7.952	7.893	8.108
3ª Turma	GAB. DES. FED. ANTONIO CEDENHO	4.205	4.259	4.278	4.532	4.476	4.396	4.247	4.288	4.273	4.157	3.992	3.869	4.248
	DF NERY JUNIOR	5.953	5.927	5.816	6.028	5.995	5.968	5.897	5.964	6.020	5.932	5.816	5.700	5.918
	DF NELTON DOS SANTOS	5.164	5.135	5.037	5.262	5.218	5.166	5.170	5.203	5.215	5.144	5.058	4.983	5.146
	DF CARLOS MUTA	1.413	1.314	1.108	1.256	1.081	963	912	987	1.029	950	876	803	1.058
4ª Turma	DF ANDRE NABARRETE	7.831	7.764	7.818	7.906	8.056	8.135	8.223	8.303	8.396	8.358	8.242	8.244	8.106
	DF MARCELO SARAIVA	7.822	7.788	7.755	7.713	7.616	7.701	7.841	7.961	8.011	7.973	7.732	7.674	7.799
	DF MARLI FERREIRA	5.270	5.174	5.158	5.200	5.083	5.026	4.991	5.005	5.078	5.041	4.894	4.903	5.069
	DF MÔNICA NOBRE	8.987	8.904	8.977	9.031	8.972	8.980	8.943	8.950	9.039	9.058	8.818	8.692	8.946
6ª Turma	DF CONSUELO YOSHIDA	3.762	3.593	3.564	3.625	3.660	3.550	3.577	3.663	3.676	3.551	3.454	3.441	3.593
	DF DIVA MALERBI	5.696	5.614	5.589	5.768	5.955	5.986	5.987	6.069	6.136	6.088	5.975	5.982	5.904
	DF FÁBIO PRIETO	4.453	4.392	4.390	4.445	4.554	4.594	4.544	4.632	4.690	4.604	4.571	4.627	4.541
	DF JOHONSOM DI SALVO	4.619	4.504	4.460	4.526	4.492	4.343	4.259	4.318	4.357	4.292	3.986	3.888	4.337
7ª Turma	DF FAUSTO DE SANCTIS	8.657	8.514	8.288	8.211	8.270	8.266	8.317	8.227	8.338	7.949	7.928	8.025	8.249
	DF TORU YAMAMOTO	11.240	10.787	10.447	10.383	10.278	10.048	9.987	10.054	10.068	9.913	9.798	9.873	10.240
	DF CARLOS DELGADO	13.479	13.371	13.381	13.386	13.489	13.579	13.680	13.857	13.931	13.954	14.306	14.683	13.758
	DF PAULO DOMINGUES	11.929	12.044	12.018	11.929	11.932	11.922	11.822	11.950	11.993	11.913	11.975	12.090	11.960
8ª Turma	DF LUIZ STEFANINI	11.577	11.314	11.143	10.964	11.202	11.467	11.858	12.203	12.450	12.854	13.164	13.530	11.977
	DF NEWTON DE LUCCA	10.776	10.784	10.767	10.264	10.227	10.359	10.219	10.272	10.497	10.355	10.311	10.642	10.456
	DF TANIA MARANGONI	5.932	5.042	4.538	3.952	3.820	3.392	2.957	2.938	3.008	2.644	2.354	2.620	3.600
	DF DAVID DANTAS	9.148	8.725	8.018	6.410	5.754	5.275	4.506	4.285	4.391	3.815	3.296	3.635	5.605
9ª Turma	DF GILBERTO JORDAN	8.010	7.751	7.314	6.933	6.998	6.914	6.503	6.538	6.317	6.273	5.874	5.923	6.779
	DF ANA PEZARINI	8.660	8.216	7.560	7.023	6.806	6.466	6.306	6.348	6.242	6.028	6.175	6.544	6.865
	DF MARISA SANTOS	5.036	5.004	4.900	5.095	5.107	4.953	5.112	5.260	5.211	5.260	5.157	5.335	5.119
	DF DALDICE SANTANA	6.772	6.775	6.731	6.693	6.897	6.962	6.952	7.135	7.182	6.916	6.635	6.708	6.863
10ª Turma	DF SERGIO NASCIMENTO	2.397	2.329	2.136	2.293	2.271	2.296	2.334	2.355	2.484	2.632	2.469	2.671	2.389
	DF BAPTISTA PEREIRA	5.681	5.540	5.254	5.253	5.203	5.200	5.264	5.290	5.459	5.434	5.253	5.504	5.361
	DF LUCIA URSIAIA	5.851	5.810	5.414	5.440	5.448	5.389	5.464	5.448	5.603	5.526	5.245	5.555	5.516
	DF NELSON PORFIRIO	13.133	12.007	10.547	10.108	9.323	8.534	8.427	7.908	8.002	7.584	7.295	7.536	9.200
5ª Turma	DF ANDRÉ NEKATSCHALOW	3.076	2.839	2.552	2.388	2.265	2.093	1.895	1.829	1.659	1.552	1.431	1.308	2.074
	DF PAULO FONTES	6.124	5.995	5.761	5.669	5.585	5.508	5.462	5.477	5.290	5.203	5.067	4.925	5.506
	DF MAURICIO KATO	9.130	9.045	8.871	8.703	8.526	8.376	8.192	8.096	7.918	7.763	7.495	7.271	8.282
11ª Turma	DF CECÍLIA MELLO	3.921	3.885	3.734	3.554	3.374	3.215	3.104	3.086	3.007	2.900	2.765	2.746	3.274
	DF JOSÉ LUNARDELLI	1.103	1.076	1.034	1.054	1.053	1.043	1.012	1.059	1.028	982	952	945	1.028
	DF NINO TOLDO	5.344	5.320	5.241	5.104	4.979	4.900	4.783	4.776	4.718	4.612	4.562	4.577	4.910
Total		280.117	274.151	266.573	263.078	260.517	257.284	255.174	256.355	257.219	253.417	248.307	250.580	260.231

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

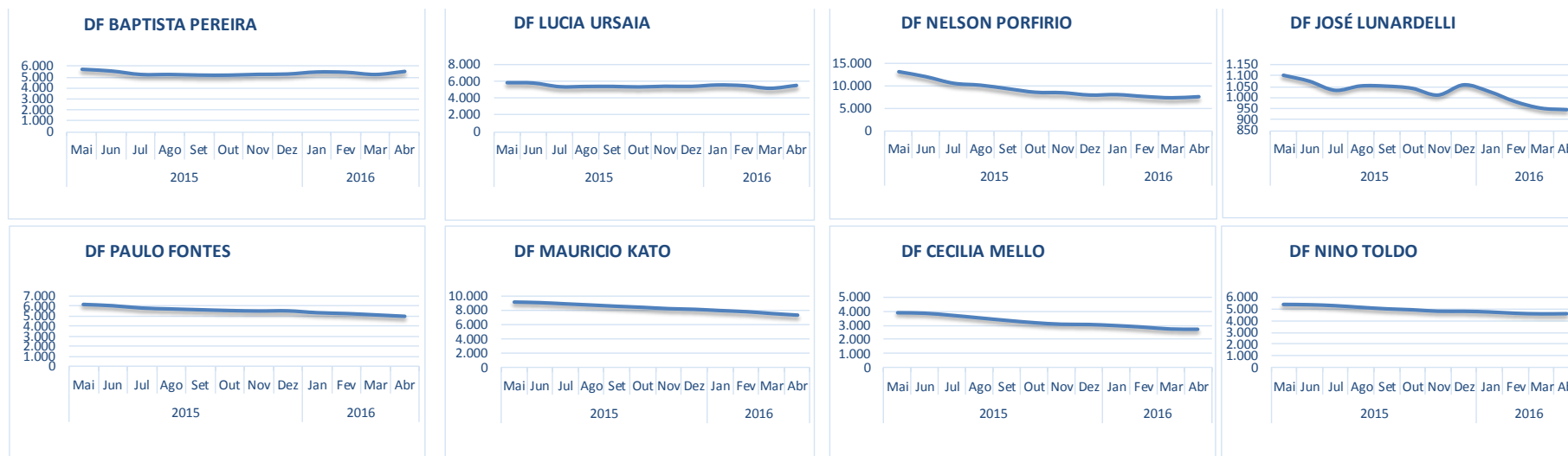
Quantidade de processos judiciais em tramitação ajustada\* por gabinete – Período: maio/2015 a abril/2016



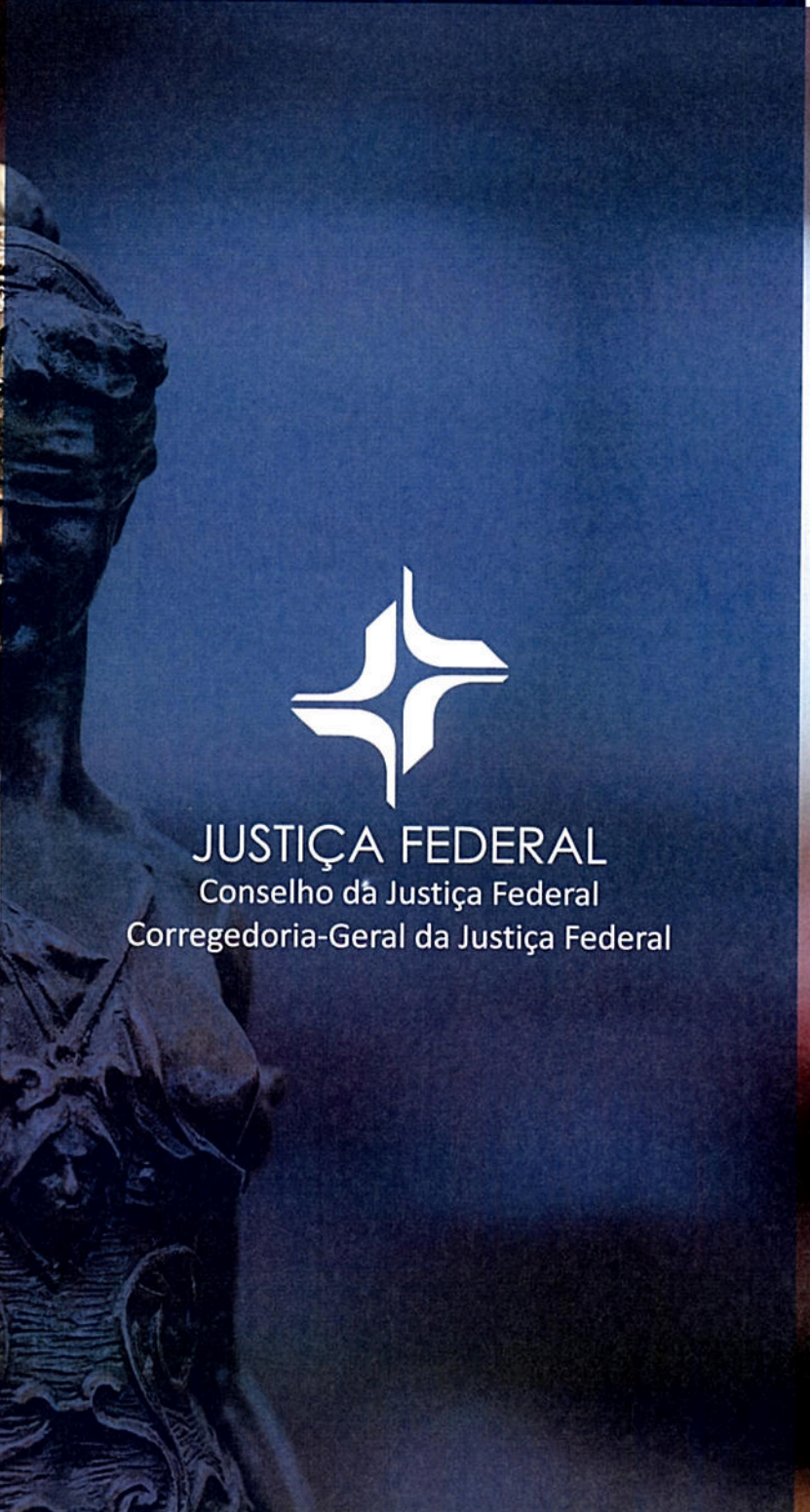
Quantidade de processos judiciais em tramitação ajustada\* por gabinete – Período: maio/2015 a abril/2016



Quantidade de processos judiciais em tramitação ajustada\* por gabinete – Período: maio/2015 a abril/2016







JUSTIÇA FEDERAL  
Conselho da Justiça Federal  
Corregedoria-Geral da Justiça Federal

